

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS - CCHN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG**

ZANDOR GOMES MESQUITA

**ENTRE A “DI-VISÃO”, O “ARTE-FATO” E OS
“MEIOS”: A “INVENÇÃO” DA REGIÃO NORTE
FLUMINENSE**

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2021

ZANDOR GOMES MESQUITA

**ENTRE A “DI-VISÃO”, O “ARTE-FATO” E OS
“MEIOS”: A “INVENÇÃO” DA REGIÃO NORTE
FLUMINENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Claudio Luiz Zanotelli

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2021

Zandor Gomes Mesquita

**“Entre a “di-visão”, o “arte-fato” e os “meios”: a
“invenção” da região Norte Fluminense”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Geografia.

Aprovada em 30 de junho de 2021.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli (UFES)

Orientador e Presidente da Sessão

Prof. Dr. Carlo Eugenio Nogueira (UFES)

Examinador interno

Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli

Por: **Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira (UERJ)**

Examinador Externo

Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli

Por: **Prof. Dr. Roberto Moraes Pessanha (IFF)**

Examinador Externo

Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli

Por: **Profa. Dra. Teresa de Jesus Peixoto Faria (UENF)**

Examinadora Externa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
CLAUDIO LUIZ ZANOTELLI - SIAPE 1304223
Departamento de Geografia - DG/CCHN
Em 01/07/2021 às 08:57

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/218723?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
CARLO EUGENIO NOGUEIRA - SIAPE 1095225
Departamento de Geografia - DG/CCHN
Em 01/07/2021 às 14:52

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/219180?tipoArquivo=O>

RESUMO

As discussões empreendidas na tese têm como base de investigação a análise de duas questões principais: (1) quais são os processos que influenciaram a conformação do Norte Fluminense? (2) Das diferentes dinâmicas desenvolvidas nessa espacialidade, do século XVI até a atualidade, quais ainda se fazem presentes e caracterizam o regional? Acredita-se que a partir do entendimento desses diferentes pontos, faz-se possível compreender o Norte Fluminense de hoje, ressaltado no cenário nacional por receber Grandes Projetos de Intervenção (como o Porto do Açu, a exploração petrolífera da Bacia de Campos, entre outros que ainda estão em fase de elaboração), mas marcado por relações que se vinculam ao período áureo da atividade canavieira. Parte-se da ideia de que a constituição de uma região, como ressalta Bourdieu (1989) provém de um processo de “di-visão” ou, como aponta Haesbaert (2018), é um “arte-fato”. Assim, a região é um produto de determinado período, influenciado por processos contextuais, historicamente construídos, ligados a ela. Ao mesmo tempo, a região exerce influência direta na composição das dinâmicas que irão lhe conformar. Com isso, ela deve ser enfatizada tanto por seus aspectos concretos, ressaltando as características de sua delimitação, quanto por seu plano abstrato, explicitando as questões relacionais que se fizeram presentes na sua materialização. Assim, tem-se a ideia de que não há como compreender a formação regional sem enfatizar os processos que se sucederam e que influenciaram as dinâmicas que conformam a região. No caso do Norte Fluminense, suas bases de constituição datam do início da colonização brasileira, no século XVI, mas os traços mais marcantes são constituídos na virada do século XIX e início do século XX, momento no qual a atividade canavieira ganha notoriedade no cenário nacional, reforçando a estruturação regional e as relações sociais, políticas e econômicas que caracterizam a região. Contudo, a partir da segunda metade do século XX, principalmente após a década de 1970, com o declínio do setor sucroalcooleiro e a intensificação da produção de petróleo na Bacia de Campos, novas dinâmicas são instituídas nesse regionalizar. Com a busca dessas respostas, acredita-se que haverá uma melhor possibilidade de compreensão dessa complexidade que constitui o Norte Fluminense atual.

Palavras-chave: Região; Regionalização; Norte Fluminense

ABSTRACT

The discussions of the thesis are based on an investigation of the analysis of two main questions: The discussions undertaken in the thesis are based on the analysis of two main questions: (1) which processes influenced the conformation of North Fluminense? (2) Of the different dynamics developed in this spatiality, from the 16th century to the present, which ones are still present and characterize the regional? It is believed that from the understanding of these different points, it is possible to comprehend the North Fluminense of today, highlighted on the national scene for receiving Major Intervention Projects (such as Porto do Açu, the Campos Basin oil exploration, among others that are still in the elaboration phase), but marked by relations that are linked to the golden period of sugar cane activity. We start from the idea that the constitution of a region, as emphasized by Bourdieu (1989), comes from a process of “division”, or, as Haesbaert (2018) points out, is an “art-fact”. Thus, the region is a product of a certain period, influenced by contextual processes, historically constructed, linked to it. At the same time, the region has a direct influence on the dynamics that will shape itself. With this, it must be emphasized by its concrete aspects, emphasizing the characteristics of its delimitation, and by its abstract plan, making explicit the relational issues that were present in its materialization. Thus, there is the idea that there is no way to understand regional formation without emphasizing the processes that have followed and that have influenced the dynamics that shape the region. In the case of North Fluminense, its constitution bases date from the beginning of Brazilian colonization, in the 16th century, but the most striking features are constituted at the turn of the 19th century and the beginning of the 20th century, a moment in which the sugarcane activity gains notoriety on the national scene, reinforcing the regional structuring and the social, political and economic relations that characterize the region. However, from the second half of the 20th century, especially after the 1970s, with the decline of the sugar and ethanol sector and the intensification of oil production in the Campos Basin, new dynamics are instituted in this regionalization. With the search for these answers, it is believed that there will be a better possibility of understanding this complexity that constitutes the current North Fluminense.

Keywords: Region; Regionalization; North Fluminense.

AGRADECIMENTOS

À minha família que suportou as ausências, incentivou quando esmoreci, acalentou em momentos de angústia, doando seu tempo, amor e paciência para finalização desse ciclo.

Aos meus pais e avó pelo exemplo de vida e ensinamentos.

Aos meus irmãos pela força e companheirismo.

Aos amigos, em especial Philipe, Francismar, Ana, Lívia e Otávio pelas conversas, trocas de informações e ajuda nos momentos de desespero.

Ao Professor Cláudio Zanotelli pela leitura atenta, considerações pertinentes e orientações para elaboração do trabalho.

Aos colegas de Laburp pelos debates.

À banca de qualificação que foi de grande valia para o redesenho da tese e os novos caminhos estruturados.

À banca de defesa de tese pelo aceite do convite.

Ao IFF pelo apoio institucional.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho, os meus sinceros agradecimentos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Placa às margens da BR 101 na entrada do centro urbano de Campos dos Goytacazes.....	20
Figura 2: Mapa dos Municípios que compõem a região Norte Fluminense.....	39
Figura 3: Mapa Geoambiental do Estado do Rio de Janeiro	53
Figura 4: Unidades Geomorfológicas do Norte Fluminense.....	56
Figura 5: Regiões Hidrográficas e a divisão da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul.....	57
Figura 6: Mapa das Sub-bacias da região hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul	59
Figura 7: Regionalização nacional de Elisée Reclus (1893)	67
Figura 8: Divisão regional de Said Ali Ida (1905)	68
Figura 9: Delgado de Carvalho (1913).....	69
Figura 10: Regionalização do IBGE (1942).....	72
Figura 11: Regionalização do Brasil (1970).....	82
Figura 12: Mapa da atual divisão política e institucional da porção norte do estado do Rio de Janeiro (IBGE).....	85
Figura 13: Mapa atualizado, segundo Cintra (2013) das capitânicas hereditárias	87
Figura 14: Divisão capitânicas hereditárias (1536) – capitania de São Tomé	88
Figura 15: Regionalização do Brasil em 1619	90
Figura 16: Regionalização do Brasil em 1648	91
Figura 17: Regionalização do Brasil em 1674	93
Figura 18: Regionalização do Brasil em 1753	95
Figura 19: Regionalização do Brasil em 1832	97
Figura 20: Mapa dos Blocos de origem e de interseção que deram origem aos municípios do Norte Fluminense	101
Figura 21: Mapa 01 dos blocos territoriais do Norte Fluminense e Mapa 02 da evolução da malha municipal do Norte Fluminense.....	105
Figura 22: Mapa com as diferentes regionalizações do Norte Fluminense instituída pelo IBGE e adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro 1970 – 2017	113
Figura 23: Proposta de regionalização - Regiões Geográficas Intermediária e Imediatas do Estado do Rio de Janeiro - 2017.....	115
Figura 24: Regionalização OMPETRO (2001) e Áreas Geoeconômicas IBGE/ANP (2001)	117
Figura 25: Ecorregião de São Tomé.....	129
Figura 26: Dinâmicas de deposição sedimentar no litoral do Norte Fluminense.....	132
Figura 27: Mapa da altitude da região hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana ..	137
Figura 28: Caracterização da área do “Sertão do Leste”	139
Figura 29: Mapa de parte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo no século XVIII	142
Figura 30: Mapa do processo de ocupação do Norte Fluminense no século XIX	157
Figura 31: Ilustração das Engenhocas do Século XVI – XIX e das moedas de rolos para extração do caldo da cana.....	162
Figura 32: Delimitação territorial de Campos dos Goytacazes segundo a proposta de formação da nova província (1855).....	174
Figura 33: Engenho Central de Quissamã – início e final do Século XX	178
Figura 34: Usina do Queimado – início do século XX e Hoje.....	182
Figura 35: Capa do Monitor Campista de 1/02/1888 e parte da reportagem principal	191

Figura 36: Capa principal do jornal Gazeta do Povo (4 de janeiro de 1900)	193
Figura 37: Coluna “Commercio” da Gazeta do Povo – 11/03/1900	195
Figura 38: Trechos da reportagem “Conspiração”, publicada na Gazeta do povo em 14/03 de 1900	196
Figura 39: Parte do texto da coluna “Pela Rama” de 10/03/1901	200
Figura 40: Capa do Monitor Campista de 11 de abril de 1902 e trecho da reportagem sobre a “Conferência Assucareira”	202
Figura 41: Trecho da coluna “Pela Rama” de 22 de dezembro de 1906	203
Figura 42: Obelisco em alusão as obras de melhoramento de Campos no ano de 1916	209
Figura 43: Mapa com a consolidação do Norte Fluminense no final do século XIX e início do XX	211
Figura 44: Distribuição das porcentagens ligadas aos recebimentos dos <i>Royalties</i> Lei nº 7.990/1989 e Lei nº 9.478/1997	249
Figura 45: Mapa com a distribuição das ortogonais do Estado do Rio de Janeiro	254
Figura 46: Notícia do jornal “A Cidade” do período que antecedeu o anúncio do Clipa	268
Figura 47: Notícias dos jornais de circulação regional acerca do Clipa	273
Figura 48: Mapa da área ocupada e dos empreendimentos construídos no interior do Clipa - 2021	277
Figura 49: Mapa com a distribuição das infraestruturas que influenciam as dinâmicas de conformação do Norte Fluminense na atualidade	283
Figura 50: Linhas Férreas da Companhia Leopoldina no Norte Fluminense no fim do século XIX (1889)	287
Figura 51: Localização das principais vias de comunicação estruturadas na região entre 1536-1970	290
Figura 52: Projeto de ferrovia EF-118	293
Figura 53: Projeto de construção de Gasoduto que integra Porto do Açú ao Gasoduto Gascav	300
Figura 54: Eixos multimodais logísticos no estado do Rio de Janeiro	303
Figura 55: Municípios do Norte, Noroeste e Baixada Litorânea, segundo atração de estudantes de outros municípios para estudo (2010)	329
Figura 56: Mapa de conexões dos Arranjos Populacionais de Campos dos Goytacazes e Macaé–Rio das Ostras (Capital Regional C)	332

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do PIB dos municípios do Norte Fluminense (mil Reais).....	44
Gráfico 2: Moagem média de Cana-de-açúcar no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1980 e 2019)	232
Gráfico 3: Consumo de energia elétrica (MWh), em Campos e Macaé, no ano de 2010, por classes de consumidores	309
Gráfico 4: Número de consumidores de energia elétrica, por classes, em Campos e Macaé, no ano de 2010.....	310
Gráfico 5: Evolução do número de agências bancárias nos municípios da região Norte Fluminense entre 2001 e 2010.....	315

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fases de reconfiguração e inércia territorial no Norte Fluminense.....	102
Quadro 2: A regionalização do Norte Fluminense instituída pelo IBGE e adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro 1970 - 2017	112
Quadro 3: Breve caracterização das diferentes tipologias da produção canavieira do Norte Fluminense entre o século XVI e o século XX	163
Quadro 4: Repartição territorial dos <i>royalties</i> e participações especiais segundo a legislação em vigor e a legislação contestada e paralisada há sete anos no Supremo Tribunal Federal.	255
Quadro 5: Empresas que atuam no Clipa em 2021	276
Quadro 6: Gasodutos que perpassam o Norte Fluminense	299

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População do Norte Fluminense de 1991 a 2020	40
Tabela 2 – Caracterização da população residente nos municípios do Norte Fluminense segundo o Censo 2010.....	42
Tabela 3: PIB dos municípios do Norte Fluminense (2010-2017).....	43
Tabela 4: Participação dos diferentes setores na composição do PIB dos municípios do Norte Fluminense	44
Tabela 5: Variação do saldo de trabalho formal entre admissão e demissão dos diferentes setores econômicos dos municípios do Norte Fluminense.....	47
Tabela 6: Exportações dos municípios do Norte Fluminense em 2019	48
Tabela 7: Estimativas populacionais de Campos dos Goytacazes no final do século XVIII e início do XIX.....	156
Tabela 8: Quantidade de unidades produtivas da atividade canavieira entre 1827 e 1881 ...	161
Tabela 9: Produção açucareira do estado do Rio de Janeiro 1925/1935	216
Tabela 10: Produção brasileira de açúcar de usina por macrorregiões – 1929/1934.....	217
Tabela 11: Moagem de cana no estado do Rio de Janeiro e Brasil entre 1945-1949.....	220
Tabela 12: Quantitativo de cana colhida (em toneladas) e quantidade de açúcar produzido (em sacos de 50 kg) entre as safras de 1965-1970 no Norte Fluminense.....	222
Tabela 13: A produção de cana e açúcar no Norte Fluminense, São Paulo e Brasil entre 1973 e 1993	226
Tabela 14: Unidades produtivas açucareiras em funcionamento no Norte Fluminense (1970-2020).....	228
Tabela 15: Empregos e estabelecimentos dos principais setores industriais do Norte Fluminense em 2003 e 2010.....	246
Tabela 16: Evolução dos <i>Royalties</i> e Participações Espaciais dos municípios do Norte Fluminense no período de 1999 a 2014 – Em Reais	250
Tabela 17: Evolução dos <i>Royalties</i> e Participações Espaciais dos municípios do Norte Fluminense entre 1999 a 2014 no contexto nacional, estadual e regional (em %)......	251
Tabela 18: Estabelecimentos e pessoal ocupado na indústria extrativa, de transformação, construção e comércio varejista na Região Norte fluminense 2014, 2015 e 2018.....	259
Tabela 19: Distribuição das infraestruturas que constituem as dinâmicas regionais, por município, no Norte Fluminense (2020)	283
Tabela 20: Consumo médio mensal de energia elétrica e consumidores no Norte Fluminense (2010)	308
Tabela 21: Variação da velocidade de banda larga fixa – Mbps (Megabits por segundo) nos municípios do Norte Fluminense (2013-2017).....	311
Tabela 22: Estabelecimentos comerciais e de serviços dos municípios do Norte Fluminense – 2003– 2010	318
Tabela 23: Distribuição das unidades ambulatoriais, consultórios e hospitais nos municípios do Norte Fluminense nos anos 1997, 2000, 2009 e 2018.....	323
Tabela 24: Unidades escolares por nível de ensino no Norte Fluminense nos anos 1994, 2010 e 2019	327
Tabela 25: Entrada de estudantes em Campos dos Goytacazes segundo município de residência – Brasil – 2010	329

LISTA DE SIGLAS

Acic - Associação Comercial Industrial de Campos

AGB – Associação de Geógrafos Brasileiros

Agevap - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

ANA - Agência Nacional das Águas

Anac – Agência Nacional de Aviação Civil

Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações

Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica

ANP – Agência Nacional do Petróleo

Antaq - Agência Nacional de Transporte Aquaviário

ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre

AP - Administração Portuária

ASAS - Anticiclone Subtropical do Atlântico Sul

Bacen – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Cenpes - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras

Clipa – Complexo Logístico Industrial Porto do Açu

CNE – Conselho Nacional de Estatística

CNG – Conselho Nacional de Geografia

CNP - Conselho Nacional do Petróleo

Coagro – Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro

Codin - Companhia de Desenvolvimento Industrial

Coperflu - Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar

DISJB - Distrito Industrial de São João da Barra

Dnit - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EF – Estrada de Ferro

Faperj – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FEE - Fundo Especial de Exportação

Firjan – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

Fundenor - Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional

GPI - Grandes Projetos de Intervenção

IAA - Instituto do Açúcar e Alcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)

INB - Indústria Nucleares do Brasil

Inea – Instituto Estadual do Ambiente

Inepac – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas

Laburp - Laboratório de Estudos Urbanos-Regionais das Paisagens e Territórios

Mbps – Megabits por segundo

MDIC – Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviço

Midas - Maritime Industrial Development Areas

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MWh – Megawatt Hora

NNW-SSE – Norte Noroeste – Sul Sudeste

Ompetro – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo

ONTL – Observatório Nacional de Transporte e Logística

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNLP - Plano Nacional Logística dos Portos

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Proálcool - Programa Nacional do Álcool

Regic - Regiões de Influência das Cidades

RH - Regiões Hidrográficas

SEP – Secretaria dos Portos

Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	19
2 - DO CONSTITUÍDO AO INSTITUCIONALIZADO: AS REGIONALIZAÇÕES BRASILEIRAS E AS “DI-VISÕES” DO NORTE FLUMINENSE	36
2.1 – CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DO MEIO DO NORTE FLUMINENSE.....	38
2.1.2 - O meio do Norte fluminense	49
2.2 –O MEIO E O “REGIONALIZAR”	60
2.2.1 - O período pós anos 1930.....	69
2.3 – OS DIFERENTES “NORTE FLUMINENSE” INSTITUÍDOS: DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS À ORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO DA BACIA DE CAMPOS (Ompetro)	84
2.3.1 – Das capitânicas hereditárias até a década de 1970	85
2.3.2 - Regionalizações de 1970 a 2017	107
3 – ENTRE A ARTE E O FATO, A ANÁLISE E A PRÁTICA: A CONSTITUIÇÃO DAS DINÂMICAS CONFORMADORAS DO NORTE FLUMINENSE E O MEIO	119
3.1 - O MEIO NATURAL DO NORTE FLUMINENSE: A OCUPAÇÃO DA PLANÍCIE ENTRE OS SÉCULO XVI E XIX	124
3.2 – O MEIO TÉCNICO, A CONSTRUÇÃO DE UMA “IDENTIDADE REGIONAL” E A “MODERNIZAÇÃO” DA REGIÃO A PARTIR DO SÉCULO XIX ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX.....	150
3.2.1 - A Circulação.....	156
3.2.2 - Tipologias do modo de produção canavieira no Norte Fluminense.....	160
3.2.2.1 - O Engenho Central	165
3.2.2.2 - A usina de cana-de-açúcar.....	166
3.2.3 – A “identidade regional” do Norte Fluminense e as bases da “invenção” da região ...	167
3.2.4 – A “modernização conservadora” e a consolidação da “identidade regional” canavieira do Norte Fluminense	177
3.2.4.1 – Análise dos embates entre os diferentes grupos que compõem a elite canavieira e a “invenção da região” Norte Fluminense nos jornais a <i>Gazeta do Povo</i> e o <i>Monitor Campista</i> no final do século XIX e Início do XX.....	187
3.2.4.2 – A “modernização conservadora”, a “identidade regional” e as transformações espaciais: a centralidade do açúcar e de Campos no final do século XIX e início do século XX no processo de “invenção da região”.....	205

3.3 – “O INÍCIO DO FIM?”: O DESENVOLVER DO MEIO TÉCNICO, A GÊNESE DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL, A CRISE DO SETOR SUCROALCOOLEIRO E A DIMINUIÇÃO DA INFLUÊNCIA DO GRUPO DOMINANTE CANAVIEIRO NA CONSTITUIÇÃO DA “IDENTIDADE REGIONAL” – 1930 A 1990	213
3.4 – A CONFORMAÇÃO DO NORTE FLUMINENSE E A CONSOLIDAÇÃO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL: A PRODUÇÃO PETROLÍFERA NA BACIA DE CAMPOS E O PORTO DO AÇU CONSTITUINDO NOVAS (!) BASES DA DINÂMICA REGIONAL	237
3.4.1 – A produção petrolífera na Bacia de Campos: as novas relações apropriando-se e reforçando antigas dinâmicas de configuração regional.....	238
3.4.2 - <i>Royalties</i> e território	247
3.4.3 - Um breve balanço das mudanças socioeconômicas e territoriais da indústria do petróleo	258
3.4.4 – Mudanças à vista? O Complexo Logístico Industrial Porto do Açú e a consolidação do meio técnico-científico-informacional no Norte Fluminense.....	265
4 – EVOLUÇÃO DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO E DOS EQUIPAMENTOS DO NORTE FLUMINENSE	280
4.1 – OS FIXOS E A ESTRUTURAÇÃO REGIONAL: HIDROVIAS, FERROVIAS E RODOVIAS	284
4.2 – EIXOS LOGÍSTICOS: AEROPORTOS, PORTOS E DUTOS.....	294
4.3 – TELECOMUNICAÇÕES, INFORMÁTICA E ENERGIA: A CIRCULAÇÃO MATERIAL E IMATERIAL QUE CARACTERIZA A DINÂMICA REGIONAL	304
4.4 – O BANCO, O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS	312
4.5 – A SAÚDE, A EDUCAÇÃO E A CARACTERIZAÇÃO DAS DINÂMICAS REGIONAIS.....	319
4.6 - A REGIÃO NORTE FLUMINENSE SEGUNDO AS REGIÕES DE INFLUÊNCIA DE CIDADES (REGIC) DO IBGE	330
CONSIDERAÇÕES FINAIS	335
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	339

APRESENTAÇÃO: O “caminhar” da tese

Nascido em Macaé, mas tendo a origem familiar campista e residindo atualmente em Campos, posso dizer que diferentes dinâmicas da região Norte Fluminense perpassaram várias fases da minha vida sendo, inclusive, motivação importante para a elaboração dessa tese. Por este motivo, gostaria de expor aqui alguns elementos que influenciaram a construção desta pesquisa — tanto particulares quanto acadêmicos — traçando os caminhos que me fizeram chegar até esse momento.

Como afirmei, minha base familiar é campista e tinha seu sustento relacionado à produção sucroalcooleira, pois meus avós maternos trabalhavam no empacotamento do açúcar na Usina do Limão na baixada campista e meus avós paternos moravam nas terras pertencentes à Usina do Queimado, no Parque Leopoldina. Com a crise do setor e o *boom* do petróleo, meus pais se mudaram para Macaé e começaram a trabalhar em diferentes empresas que prestavam serviços àquelas que atuavam diretamente na produção *offshore* (contabilidade, secretariado, até se estabelecerem de maneira definitiva trabalhando na área de patologia, em um laboratório de análises clínicas).

Situações pessoais, o alto custo de vida em Macaé e os problemas no município que só se intensificavam, muitos relacionados à exploração petrolífera, fizeram com que minha família retornasse para Campos. Mas outro fator foi determinante para essa volta: a possibilidade de ter uma melhor educação. Mesmo Macaé sendo o centro de atração de trabalho nesse momento, era Campos que oferecia os melhores serviços, dentre os quais a educação se destacava (o município tinha as melhores universidades, tanto públicas quanto particulares, além de escolas de nível técnico e médio). Esse fato muito me intrigava, pois diversos eram aqueles que vinham para Campos estudar, almejando uma vaga de emprego em Macaé.

Após essa volta, inicio minha vida acadêmica na Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf). Pode-se dizer que a própria criação da universidade tem uma relação direta com essa dinâmica do petróleo que se instalava em Macaé, mas influenciava todo Norte Fluminense, haja vista que em sua gênese foi pensada para ter cursos de tecnologia que possibilitariam o fortalecimento da exploração e produção petrolífera. Mas outros cursos foram criados, dentre eles o de Bacharel em Ciências Sociais, no qual me matriculei.

Já no segundo período da faculdade me inseri no projeto “Memória Viva: saberes e cultura popular”, que era coordenado pela professora Simonne Teixeira. Nele desenvolvi uma pesquisa (com bolsa de iniciação científica cedida pela Uenf) sobre seleiros e ferreiros de

Campos, que possuíam técnicas e tecnologias singulares, constituídas a partir da realidade em que estavam inseridos, ligadas à singularidade do meio e às ações da produção sucroalcooleira. Na medida em que ia me aprofundando na pesquisa, o passado canavieiro era ressaltado aos meus olhos. Eis então que me dedico inteiramente a ele e começo a trabalhar a questão canavieira de Campos a partir da perspectiva do Patrimônio Industrial. Para tanto, consigo uma bolsa de iniciação científica da Faperj e começo a fazer um levantamento dos resquícios da produção canavieira ainda presentes no município (esse virou o tema da minha monografia).

Paralelamente ao curso de Ciências Sociais, dei início a outra graduação: a de Licenciatura em Geografia. Frequento-a no período noturno; nela desenvolvo uma pesquisa sobre a alienação territorial da produção sucroalcooleira de Campos dos Goytacazes. A intenção era entender a atuação de grupos empresariais, oriundos de outras partes do Brasil, sobretudo o Nordeste, que adquiriram duas unidades produtivas no município (com destaque para o Grupo J.Pessoa e Othon). Posso dizer que a inserção nesse curso foi de suma importância para minha vida acadêmica e para o desenvolvimento de importantes elementos da tese por dois motivos principais: me inserir no mercado de trabalho e me fazer ter contato com conceitos geográficos que teriam extrema relevância no decorrer da minha vida acadêmica.

O primeiro ponto tem relação direta com a problemática estabelecida na tese, na medida em que minha carreira docente se desenvolve em diversos municípios do Norte e do Noroeste Fluminense. Fui professor da rede estadual de ensino nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana e Aperibé, também atuei na rede municipal de ensino de Santa Maria Madalena e de São João da Barra, e também lecionei em cursos pré-vestibulares nas cidades de Itaocara, Bom Jesus do Itabapoana, Santa Maria Madalena e Miracema. Em cada um desses municípios percebia uma dinâmica regional constituída, pois para essas cidades se deslocavam alunos de diferentes outros locais, explicitando redes de circulação para o consumo desse serviço que é a educação. Mas essa dinâmica não ocorria somente por esse motivo. Conviver nesses locais me propiciou ter uma visão mais acurada sobre as dinâmicas interregionais que eram estabelecidas e que conformavam a região. Os centros urbanos locais se ligavam a outros, que se conectavam, por sua vez, a outros, mas no topo dessa relação havia a predominância de uma centralidade: a de Campos.

Já o segundo ponto foi importante na medida em que me concedeu prismas de análises às quais eu não teria acesso nas Ciências Sociais. A partir da Geografia, conceitos como região, paisagem, escala, lugar e espaço se tornaram mais presentes no meu cotidiano, abrindo novas possibilidades de abordagens. Isto ficou mais intenso quando comecei a cursar o mestrado em

Políticas Sociais. Neste momento, uso minhas duas bases de formação (Ciências Sociais e Geografia) em um projeto, com bolsa de pesquisa da Capes, no qual analiso a atual situação do Patrimônio Industrial de Campos dos Goytacazes a partir do conceitual da Paisagem Cultural. Interessava-me compreender se os resquícios da produção sucroalcooleira campista se apresentam atualmente como constituintes da Paisagem Cultural dominante ou residual do município. Em um primeiro momento, dada a derrocada do setor e o avançado estado de deterioração de algumas unidades produtivas açucareiras, a resposta estava clara, se apresentando como resíduos de um período que não se faz mais presente. Contudo, uma análise mais aprofundada, tendo como fio condutor a questão da paisagem, me fez perceber que esse ciclo passado ainda se fazia presente no imaginário campista, com estruturas que dominam ainda hoje determinadas dinâmicas.

Esse debate me suscitou uma nova questão: frente à implementação de um novo ciclo econômico, apoiado na criação do Complexo Logístico Industrial Porto do Açú (Clipa), em São João da Barra, quais seriam os impactos desse empreendimento para o Norte Fluminense? A análise tendo como ponto de partida a perspectiva da paisagem cultural se apresentava como uma boa oportunidade de se desenvolver uma pesquisa. Contudo, na medida em que fui me aprofundando na temática, percebi que esse arcabouço conceitual não seria suficiente. Começou a ficar claro que a instalação de um porto, além de ser visto como um influenciador das dinâmicas locais, também tinha que ser tratado como algo que foi constituído anteriormente. Assim, ele ao mesmo tempo em que influenciava também era fruto de um processo. Dessa maneira, as análises restritas a um local já não eram suficientes, tendo que ser entendidas a partir de uma interação constante entre diferentes escalas de ação, constituindo, estabelecendo e reforçando dinâmicas regionais. Por esta perspectiva, o conceito de região e a problemática industrial portuária em seus diferentes matizes se mostram de suma importância para entender as peculiaridades que a situação atual apresenta. Foi com essas questões no horizonte que este projeto foi pensado.

Essa guinada na construção da problemática teve influência direta na dinâmica que desenvolvi enquanto aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. No transcorrer das aulas tive contato com autores que me fizeram repensar as questões que norteiam minha pesquisa. Mas as principais mudanças vieram no debate constante com os amigos e orientador que integram o grupo de pesquisa no qual faço parte. Nas reuniões do Laburp (Laboratório de Estudos Urbano-regionais das Paisagens e

Territórios) tive contato com o conceitual que integra os estudos regionais, industriais e urbanos, que hoje são de suma importância para minhas análises.

Com essas situações em vista, passo a estruturar minha pesquisa para analisar as questões das transformações do Clipa. Ou seja, o foco dos estudos estaria nas dinâmicas portuárias e no processo de transformação que ele geraria no Norte Fluminense. Pensava que ele, assim como foi a questão petrolífera, seria um modificador das questões regionais. Entretanto, no decorrer dos estudos algo foi ficando cada vez mais presente: se a atividade canavieira já ruiu desde a década de 1990, concomitantemente à instalação da Petrobrás em Macaé, e agora o Clipa se instalava em São João da Barra, como Campos ainda se fazia central nas relações regionais? Se isso é real, não houve uma ruptura então dos diferentes momentos de predominância dessas atividades econômicas, e, sim, houve uma transformação, com continuidade e complementariedade delas. Ao abordar a temática dessa maneira, contrariaria escritos que analisavam a região e mostravam cisões entre esses momentos.

Com o desenvolver dos estudos, a questão da transformação (com permanências e complementariedade) das diferentes atividades econômicas e suas relações na construção da dinâmica regionais foi ficando cada vez mais explicitada. Isto ocorreu principalmente quando desenvolvi leituras acerca do conceito de região em trabalhos desenvolvidos por Rogério Haesbaert (1988; 2018), Sandra Lencioni (2014), Capdeville Duarte (1980), Albuquerque Junior (2008; 2011), Milton Santos (1977; 1985; 2006), Bourdieu (1989), entre tantos outros, nos quais era enfatizado o caráter relacional na constituição dos processos regionais. A região, por essa perspectiva, não é algo natural; ela é conformada por múltiplos processos, que constituem limites móveis a partir de dinâmicas. E essas, por sua vez, de maneira concomitante, influenciam as relações regionais.

Por ser relacional e processual, a construção das espacialidades ligadas à conformação da região é histórica (não havendo assim uma história na região, e sim uma história da região). Eis então que o Clipa deixou de ter centralidade em meus estudos, e o Norte Fluminense passou a ser ressaltado. Por este motivo, retorno ao meu início da vida acadêmica, quando questões históricas, ligadas à atividade canavieira possuem relevância para entender meu objeto que, mais uma vez, é sociológico e geográfico.

Enfim, por todos esses caminhos do passado e pelas discussões do presente (principalmente pela dinâmica desenvolvida no Laburp, com indicações de leitura, auxílio no trabalho, oficinas, organização de palestras, maior contato com as questões do ambiente

acadêmico etc.) foram de suma importância para a estruturação dessa nova rota trilhada. A partir da interação constante com diferentes pesquisas e pesquisadores, cada qual com sua singularidade, mas com objetivos gerais comuns, é que essa tese foi delineada, apresentando-se da maneira que será exposta a seguir.

1 - INTRODUÇÃO

José Cândido de Carvalho, em seu romance “Olha para o céu, Frederico!”, escrito em 1939, traz a história de Eduardo, menino criado nas fazendas de cana, ligado à família tradicional campista, que vai às terras do seu tio Frederico para ajudá-lo a cuidar dos seus negócios. Para além do desenvolvimento do enredo que dá base ao romance, José Cândido explicita dois pontos que são relevantes no decorrer da tese: o primeiro diz respeito às relações sociais e políticas que foram estruturadas na planície no momento de constituição e consolidação do meio técnico na atividade canavieira, nos primeiros anos do século XX, que caracterizou o conflito entre os “Usineiros” e os “Barões do Açúcar”. O autor consegue explicitar singularidades dessa questão e expõe as mudanças que a “modernização conservadora” gerou sobre as diferentes relações pela qual a planície foi sendo conformada. O segundo ponto diz respeito à caracterização feita da espacialidade, marcada pelas chaminés que se via ao longe e representavam a predominância da atividade canavieira na construção das dinâmicas (sociais, políticas, econômicas) que transcorriam na planície. Atualmente, essas chaminés continuam presentes na paisagem campista, só que o sentido atribuído a elas mudou. Não mais explicitam a imponência das grandes usinas, nem sua dominância na produção desse espaço regional, e sim, são elementos residuais, rugosidades, convivendo (ao mesmo tempo em que as influencia) com novas formas, fluxos, fixos, materialidades e imaterialidades que conformam a região.

Ainda hoje, viajantes que pretendem utilizar as infraestruturas materiais (principalmente rodovias) que conectam a região a diferentes outras espacialidade se deparam com os elementos do passado açucareiro que foram importantes na produção do espaço local e das dinâmicas caracterizadoras do espaço da região. Exemplificando tal situação: aqueles que cruzam o Norte Fluminense pela BR 356, no sentido litoral, visualizam as chaminés da Usina Cambaíba (Campos) ou de Barcelos (São João da Barra); no sentido Minas Gerais, se deparam com as chaminés da Usina Paraíso (Campos) ou da Usina Outeiro (Cardoso Moreira); quem passa pela RJ 158, tentando acessar São Fidélis e, posteriormente, parte da região Serrana ou Minas Gerais, enxerga na paisagem os resquícios da Usina Santa Cruz (Campos) ou da Usina Pureza (São Fidélis); quem segue pela RJ 182, rumando para a região Serrana pela sua face voltada para o mar, passa pelas chaminés da Usina Victor Sence (Conceição de Macabu); os transeuntes que usam a RJ 196, seguindo de Quissamã para outros municípios do Norte Fluminense, encontrarão os resquícios do Engenho Central de Quissamã; se rumarem pelo litoral, no sentido Espírito Santo, antes de acessar a ES-010, deparam-se com a Usina Canabrava (São Francisco do Itabapoana); pela BR 101, no sentido sul, depois de passar a divisa com o Espírito Santo, os

viajantes encontram os resquícios das Usinas de Santa Maria e Santa Isabel (Bom Jesus do Itabapoana e Campos); no sentido norte da mesma rodovia, vindo da capital, visualizam na paisagem as chaminés da Usina do Cupim (Campos). Ou seja, de maneira direta ou indireta, a atividade canavieira ainda faz parte do cotidiano da região.

Contudo, esses elementos, na atualidade, dividem espaço com distintas outras atividades que influenciam a caracterização das dinâmicas regionais. Por exemplo, aqueles que acessam o Norte Fluminense pela BR 101 (rodovia concessionada à Arteris 101¹, com trechos duplicados de Campos ao Rio de Janeiro, passando por Macaé, com intensa circulação entre esses municípios), pouco depois de passarem pelo viaduto construído pelo grupo LLX (ligando a estrada que leva ao Clipa às zonas de pedreiras, utilizadas pela empresa para construção do quebra-mar do porto), antes de cruzarem o Rio Ururuaí (tendo ao fundo as chaminés da Usina do Cupim e o canal que se mantém), deparam-se com uma placa que tenta descrever as atividades que atualmente dão notoriedade à região (Figura 1).

Figura 1: Placa às margens da BR 101 na entrada do centro urbano de Campos dos Goytacazes



Fonte: Próprio autor (2020)

À parte a gafe explicitada na placa, indicando a entrada de Campos como o início da mesorregião geográfica Noroeste Fluminense, seu conteúdo possibilita análise sobre o conceito de região e suas singularidades. A placa ressalta a noção de que a região se configura a partir de uma vocação natural, consolidada por dinâmicas específicas que compõem a espacialidade,

¹ A Arteris 101 tem ligação direta com o fundo financeiro Brookfield e com a empresa espanhola que se dedica à exploração de infraestruturas de transporte e telecomunicações Abertis.

pela qual ela é singularizada. Assim, as atividades econômicas elencadas seriam marcas desse local, surgidas de maneira espontânea, compondo sua essência, possibilitando, por seu intermédio, um recorte institucionalizado. Ou seja, elas seriam responsáveis por tornar esse espaço, concomitantemente, heterogêneo (diferenciando-se dos demais locais pela presença desses elementos) e homogêneo (na medida em que sua interação integrada permite uma coesão ao ponto de constituírem algo único), conformando assim a região.

De fato, as regiões são conformadas por atividades econômicas que influenciam dinâmicas e delimitam o agir regional. Contudo, a região também se constitui por relações sociais, políticas, culturais que, de maneira integrada à questão econômica, constroem o espaço. Essas relações, por sua vez, são processuais e históricas, produzindo diferentes materialidades no decorrer dos anos, variando de acordo com a alteração das relações que lhe conformam. Isso porque as infraestruturas econômicas e a superestrutura social e cultural interagem, retroalimentando-se de um e de outro aspecto, com o social e o espacial consolidando-se como infraestruturais, seja pela norma, pelo meio ou pelas formas com que interagem. Assim, ao mesmo tempo em que as dinâmicas são influenciadas por essas relações, elas também as influenciam, principalmente por intermédio de suas estruturas consolidadas, pelas circulações constituídas e pelas ligações conformadas. Com isso, a região pode até ser enfatizada por atividades específicas que sejam desenvolvidas em sua espacialidade, mas a predominância de uma e não de outra dinâmica se dá de maneira processual e relacional, a partir da ação de diversos agentes, em diferentes esferas, tornando a “vocação” (ou como será trabalhado no decorrer da tese, sua “identidade”) algo construído de maneira intencional para atingir determinado fim. Ou seja, as regionalizações e, por conseguinte, a criação da região, não tem nada de natural ou espontâneo.

O trabalho aqui apresentado toma como referência a seguinte questão: a região como uma importante fonte de informação histórica e geográfica, entendendo-a como um produto e produtora de processos e dinâmicas, conformada de maneira relacional a partir da ação de atores que interagem em diferentes escalas e que torna possível, por seu intermédio, a compreensão de diferentes fenômenos (sociais, culturais, políticos, culturais etc.). Com esta perspectiva em vista, a região deve ser investigada historicamente, enfatizando as relações de poderes que se fizeram presentes no decorrer de sua conformação, manifestadas pelas práticas discursivas e não-discursivas que emergiram no momento, que influenciaram a configuração de uma determinada “identidade regional”. Isso porque esta é uma criação e, como tal, tem um fim e um processo formador (ALBUQUERQUE JR, 2008; 2011).

Assim, como expõe Albuquerque Jr (2011), a região, para além de um *a priori*, uma espacialidade que possui singularidade natural e existe por ela, é relacional, fruto de uma estratégia de homogeneização que ocorre do embate de forças dos diferentes grupos que implementam suas dinâmicas, buscando a otimização das suas demandas. Por este prisma, há de se entender que na constituição da região uma característica é ressaltada excluindo todas as outras possíveis, diferenciando-se das (ou igualando-se às) demais, interna ou externamente, a partir da influência de uma ação de dominação. Dessa maneira, a região:

(...) é uma noção que nos envia a um espaço sob domínio, comandado. Ela remete, em última instância, a regio (rei). Ela nos põe diante de uma política de saber, de um recorte espacial das relações de poder. Pode-se dizer que ela é um ponto de concentração de relações que procuram traçar uma linha divisória entre elas e o vasto campo do diagrama de forças operantes num dado espaço. Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. A regionalização das relações de poder pode vir acompanhada de outros processos de regionalização, como o de produção, o das relações de trabalho e o das práticas culturais, mas estas não determinam sua emergência. A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço. Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 36).

Contudo, a região não é unicamente histórica. Ela é histórica e geográfica, qualificada como síntese que evidencia a integração de diversas dimensões no espaço, onde processos sociais se manifestam na forma do acúmulo dos recortes espaciais que são produzidos em contextos sócio-espacial específicos. Com isso, ao mesmo tempo em que a região é constituída a partir de interesses de sujeitos sociais e grupos distintos de poder, ela também constitui dinâmicas singulares na medida em que é construída de maneira relacional com o meio. Esse meio, caracterizado por Foucault (2008, p. 27) como aquilo que “(...) é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro”, não se encontra passivo nos processos e dinâmicas que transcorrem e caracterizam o social. O meio é ativo, estabelecendo-se como suporte e elemento de circulação de uma ação, produzindo um certo número de efeitos (efeitos de massa) sobre todos que habitam essa espacialidade. Assim, o “(...) meio vai ser, portanto, aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas etc. (FOUCAULT, 2008, p. 28), pois, como aponta Laval (2020), todos esses espaços não estão livres de poder e coação, sendo repletos de normatividade, que, mesmo sendo produzidos pela

relação social, moldam sua conduta. Assim, o homem se produz, produzindo seu próprio meio (LAVAL, 2020, p. 98).

Com essa compreensão complexa do conceito, não se pode fechar e nem essencializar a região, nem seus processos constituidores. Há de se identificar sua dinâmica conformadora, seus elementos caracterizadores, suas forças relacionais, mas também deve-se entender que a interação destes fatores não é eterna, podendo variar ao longo do tempo. Assim, mesmo ressaltando as ações que dão base à região, deve-se tê-la como “(...) móvel, aberta e atravessada pelas relações de poder” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 37). Neste sentido, a delimitação posta é provisória e contextual.

Com isso, o Norte Fluminense é uma “invenção”, na medida em que é construído pelas relações que o singularizam. Além disso, é histórico, devendo ser visto como produto das diferentes interações que se fazem presentes na sua delimitação. Como é inventado e delimitado historicamente, possui uma imagem que o exterioriza e representa perante os demais espaços em contexto, ao mesmo tempo em que define suas fronteiras. Assim, ao se analisar uma regionalização instituída e institucionalizada, deve-se entendê-la como a exteriorização historicamente delimitada, utilizada com um determinado fim, mas resultante de diferentes relações de poder que influenciaram suas fronteiras.

Dizer que é uma “invenção” não significa negar as bases reais de sua instituição. Diversos processos (econômicos, políticos, sociais, culturais etc.) interagem e se materializam na espacialidade, conformando seus limites e suas relações. Essas estruturas e esses fluxos compõem o singular “inventado” por essas relações de poder. Em verdade, a criação do discurso dominante se dá por essa consolidação das bases materiais, só podendo existir a partir dela. E isso faz com que dinâmicas permaneçam e se consolidem na caracterização do regional, mesmo após a mudanças das bases de dominação. Esse ponto auxilia no entendimento da centralidade que Campos possui nas dinâmicas do Norte Fluminense ainda nos dias de hoje. Mesmo com o declínio do setor sucroalcooleiro e a ascensão de outras atividades econômicas, os fluxos e fixos (SANTOS, 2006) ainda encontram neste município uma base de convergência. Estas estruturas que foram sendo constituídas ao longo do tempo e a função que foi atribuída a elas neste ínterim criaram materialidades que possibilitaram sua posição de destaque nas dinâmicas regionais.

A região e o conceito que lhe dá base são constituídos de maneira relacional; como tanto, não se pode compreendê-las sem levar em consideração que ela é conformada a partir de disputas. E estas disputas, segundo Bourdieu (1989) é fundamental para a compreensão da

“realidade”, porque isso se faz presente nas bases da delimitação conceitual da região. O autor chama atenção para a luta entre as diferentes disciplinas que compõem as Ciências Sociais para a quebra do monopólio que a Geografia detinha sobre as análises regionais e como isso foi conformando um campo simbólico de disputas.

Por isso, a análise regional deve estar acompanhada de uma constante desconstrução, tanto da realidade em questão, quanto do conceito norteador. Bourdieu (1989) enfatiza essa característica e a desenvolve afirmando que a constituição de uma região é feita por uma “di-visão”. O autor utiliza o hífen de maneira proposital para mostrar que, antes de tudo, é uma visão de mundo social que está sendo posta através das ações de regionalizar, visão essa que se sobrepõe a outras presentes, gerando sentido e consenso de sentidos, dando mais ênfase a uma determinada “identidade” que vai ser a representante do todo que compõe o espaço.

Ao fazer isso, Bourdieu (1989) estabelece uma crítica direta aos estudos regionais de base neopositivista que acreditavam em uma ciência neutra, objetiva, livre de subjetividades. O ato de classificar, categorizar, impor fronteiras que vão delimitar o início e o fim de uma região é, sobretudo, produto das lutas de

(...) forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou outro modo de classificação e que, como ela, invocam frequentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor (BOURDIEU, 1989 p. 115).

Assim, a instituição de uma regionalização, baseada em uma arbitragem objetiva, pode influenciar até mesmo a representação do real que está sendo delimitado, principalmente se os mecanismos de evocação dessa realidade forem efetivos por intermédio da dominação imposta pelo grupo delimitador que se apropria do campo científico para implementá-las.

Dessa maneira, a regionalização instituída e a região, melhor dizendo, a “di-visão” implementada, tem que ser vista como uma resultante, constituída em um dado momento, sendo derivada das relações de forças de fazer existir ou inexistir o que se faz presente, mas, ao mesmo tempo, há de se perceber que as representações (que caracterizam e justificam determinada visão) são enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam (BOURDIEU, 1989). Ao se fazer isso, como aponta Bourdieu (1989), a compreensão da “realidade” se torna algo mais alcançável, menos turva, à medida que se pode “(...) prever mais exatamente as potencialidades que ela encerra ou, mais precisamente, as possibilidades que ela

oferece às diferentes pretensões subjetivistas” (1989; p. 118). A partir do exposto por Bourdieu (1989), a região deve ser analisada tanto pela realidade que se faz representada, quanto pela influência que a representação tem sobre a realidade, levando em consideração as disputas e lutas materiais e simbólicas de um determinado período e em um determinado espaço.

De modo similar, e acrescentando mais elementos para o debate, Haesbaert (2018) propõe importantes reflexões no que tange a abordagem dos processos de regionalização e da análise regional. Para o autor, a região não pode ser entendida somente a partir das materializações das dinâmicas existentes (ou seja, como um “fato”), nem tampouco pelas abstrações constituídas para sua caracterização (se constituindo em um “artifício”), menos ainda pela possibilidade de intervenção que seu trato permite (como defendem os “planejadores” que rogam pela ação estatal), mas, sim,, ela deve ser compreendida como tudo isso, sendo um “(...) ‘artefato’, tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também enquanto ferramenta política” (HAESBAERT, 2018; p. 109).

As análises regionais, que têm por base o trato da região como um “arte-fato”, devem ser empreendidas de maneira a evitar armadilhas que possam limitar sua compreensão. Haesbaert (2018) chama atenção para o fato de que a região pensada como um “arte-fato” não pode ser concebida através de um simples recorte empírico, nem como produto de um método isento de subjetivações e, como tal, produto objetivo de uma categoria de análise. Pensar a região como um “arte-fato” requer reconhecer que sua delimitação é feita a partir de um método que é mediação, no sentido de que ele é meio para ação e, ao mesmo tempo, meio/contexto e ação. Assim sendo, trata-se uma forma de interpretar as dinâmicas, mas, também, de criá-las, não se podendo dissociar esses pontos (HAESBAERT, 2018).

Com o intuito de melhor explicitar as questões que estão presentes na conformação do conceito da região como “arte-fato”, Haesbaert (2018) sintetiza as discussões e apresenta elementos que são fundamentais para sua compreensão. Segundo o autor, a região nessa perspectiva deve ser abordada como: produto-produtora dos processos de diferenciação espacial (dos mais distintos graus e tipos); produto-produtora das articulações regionais resultantes da globalização e fragmentação (concomitantemente), sendo enfatizada tanto por suas redes de coesão, quanto pelas desarticulações de espaços intrarregionais, e por intermédio das ações dos diferentes agentes sociais que compõem o espaço (Estado, empresas, outras instituições de poder e os distintos grupos socioculturais e classes econômico-políticas) e

implementam suas lógicas padrões (ou “i-lógicas”² associadas a grupos de exclusão e precarização sócio-espacial).

A abordagem regional a partir destas questões postas realiza uma ação que se considera fundamental para o debate da região hoje: a ressignificação de elementos centrais nos estudos clássicos, abordando-os sob as perspectivas complexas e múltiplas que caracterizam os processos de arranjos espaciais contemporâneos. As diferentes concepções de região que foram sendo conformadas ao longo da história do pensamento geográfico apresentam possibilidades ricas de análises que não devem ser descartadas por completo, em função da utilização de uma base ou outra. Muito pelo contrário, as diferentes perspectivas devem sempre estar presentes, seja para balizar um raciocínio, seja para refutá-lo. Assim, este conceito, como nenhum outro, permite uma abordagem múltipla das dinâmicas que são estabelecidas, não fechando as análises em si. Gomes (2005 [1995]) chama atenção para essa característica da região e afirma que:

(...) se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território (2005 [1995]; p. 73).

Desbordando a discussão da ressignificação da região, mas fundamentado nela, Haesbaert (2018) debate a ação de regionalização que deve ser posta frente a essas questões. Para o autor, qualquer que seja a dinâmica “delimitadora” empreendida, há de se considerar os processos de diferenciação, mobilidade e fixidez, fragmentação/exclusão e coesão/(des)articulação que influenciam a conformação espacial atual e, conseqüentemente, a região. Assim, tendo como ponto de partida as distintas dimensões (econômica, política, cultural, social e ambiental) que compõem o espaço, Haesbaert (2018), de maneira propositiva, expõe elementos de análise para a constituição da regionalização. Segundo o autor, a imbricação destas dimensões, que compõem a (des)articulação regional, geram processos territoriais que devem ser analisados a partir da sua função (dando ênfase nas transformações econômicas através do espaço); do controle sobre o território (ressaltando as relações de poder); do simbolismo envolvido (cujo destaque está na relação com o pertencer); da precarização que

²Haesbaert (2018) considera como cada vez mais imprescindível a consideração dessas lógicas dos excluídos. Se faz necessário entender que a falta de um planejamento não é sinônimo de ausência de lógica na estruturação espacial. Há uma lógica na ausência da lógica racionalizada pela intervenção direta do grupo dominante.

se faz presente (destacada pela perspectiva social); e da exclusão territorial (ênfase nas questões ambientais).

Ressaltar estes pontos se faz necessário na medida em que eles são importantes para a constituição da hipótese que guia a tese. Entende-se que as características que são estruturadas pelas quais o espaço é produzido e a região é conformada só podem ser analisadas em função dos processos que a engendraram. De maneira similar, a forma criada só se revela pelo seu uso social a cada momento, que lhe atribui conteúdo ao qualificá-la como um valor de uso (MORAES, 2005). E é por intermédio dessa dinâmica, construção/destruição passam a integrar uma mesma espacialidade, qualificando-a e influenciando apropriações futuras, reificando formas herdadas, atribuindo-lhes uma funcionalidade em face à organização social vigente, em um processo cumulativo e em contínuo movimento, pelo qual se pode contar uma história, mesmo que parcial.

Por essa ação, apropriação, fixação e perenização (MORAES, 2005) são importantes para o entendimento das dinâmicas que caracterizam o regional hoje, posto que as continuidades e descontinuidades são importantes para o entendimento do que foi produzido espacialmente, pois evidencia as transformações que se sucederam sobre bases e processos tempo-espaciais desiguais. Na conformação das novas dinâmicas espaciais, as formas e conteúdo de outrora não obrigatoriamente são apagadas em função do novo, pelo contrário, elas podem persistir simultaneamente, ganhando diferente função, servindo, inclusive, aos propósitos do espaço dito moderno que se instaura.

Entende-se que novas atividades surgem e imprimem suas ações no espaço, configurando rompimento com as dinâmicas anteriores, mas se aproveitam de configurações já conformadas, caracterizando as permanências. Sendo mais específico, a atividade petrolífera e o porto são implementados na região como importantes elementos transformadores do território, mas estes se aproveitam das estruturas e dos fluxos anteriores constituídos para se consolidar. E é no balanço desses fluxos que o regional é conformado. Isso explica o papel de Campos na consolidação desses novos meios de circulação que servem as atuais atividades produtivas, centralizando processos que são importantes para seu funcionamento, mesmo não tendo em seus domínios o processo produtivo, no nosso caso o petróleo contemporaneamente.

As análises dos capítulos subsequentes acerca da conformação do Norte Fluminense têm essas questões como ponto de reflexão. Discute-se a maneira pela qual a região foi estruturada, enfatizando a ação dos diferentes atores e processos envolvidos, ressaltando as singularidades

que se apresentaram no decorrer do tempo, relacionando-as com as características do meio e com as dinâmicas que influenciaram sua configuração, possibilitando, inclusive, trazer à luz questões pertinentes acerca do entendimento de discussões atuais. De maneira concomitante, coloca-se em relevo as bases constituidoras do conceito região, entende-se que ele não possui uma essência delimitadora e explicadora da realidade, e, sim, que a forma e a função que ocupa em uma estrutura, na qual criará um significado, se dá sempre em relação às ativações e difusões das relações sócio-espaciais que permite. Portanto, não existe o conceito de região específico adequado à realidade singular; o que se tem são as ativações e utilizações diferenciais em presença de um solo epistêmico que se faz presente nas práticas de pesquisa, de instituições etc.

Com isso, a pertinência da indagação “que é a região?” vai muito além da tentativa de respondê-la. Ela se torna importante também a partir do momento em que se questiona se há relevância em buscar uma sentença fechada que dê conta dos elementos que a compõem. Ao se fazer isso, entende-se que as respostas que foram construídas ao longo da história do pensamento geográfico apresentam, por uma característica ou outra, seu valor e, como tal, devem ser ressaltadas. Mais que isso, ressalta-se assim as questões pertinentes no momento de ativação de determinados significados, e não de outros, na constituição da resposta.

Tendo esse ponto em vista, as questões que são desenvolvidas no trabalho não partem de um único e específico conceito de região, mas, sim, de elementos que se fazem presentes nas diferentes formas de abordá-lo, utilizando de suas características, contextualizando seus debates, deixando de lado questões que não são consideradas pertinentes, apropriando-se de outras, ressignificando a partir dos novos quadros que se apresentam no momento da escrita. Deste modo, para além de desenvolver análises sobre um recorte delimitado (seja por sua própria característica, revelando-a, seja pela ação do pesquisador) expõe-se a própria noção do que está sendo trabalhado e as perspectivas presentes na sua conformação. Assim, faz-se uma análise de processos conformadores da região, e não de questões na região.

Acredita-se que dessa maneira se faz possível proceder o debate regional para compreender um espaço de referência que na atualidade passa por intensas transformações: a porção norte do estado do Rio de Janeiro. O Norte Fluminense, apresentado nesse primeiro momento como uma região institucionalizada, ganha notoriedade no cenário nacional por conta de uma série de investimentos, alguns de grande porte, com relação direta com a inserção do país no mercado global. Dentre esses, destaca-se o Complexo Logístico Industrial Porto do Açu, com as bases de instalação sendo mobilizadas no decorrer da década 2000, e a exploração e

produção de petróleo e gás na Bacia de Campos por ação notória da empresa Petrobrás, iniciada a partir da década de 1980.

Em comum entre esses dois empreendimentos há a promessa, propagada pelos responsáveis por suas instalações, de “modernização” da região. O grupo dominante local construiu o discurso de que os grandes projetos seriam o remédio para a cura de tudo o que é atraso (ligado à herança canavieira), sendo a única forma capaz (de maneira quase messiânica) de alcançar o “desenvolvimento” econômico e regional do Norte Fluminense. Assim, criar qualquer empecilho para estes projetos, mesmo que de maneira involuntária, seria impedir o bem de todos e o futuro da região.

De fato, os grandes investimentos têm capacidade de modificação da dinâmica regional. Eles possuem potencial de organização e transformação dos espaços, com possibilidade de compor e decompor regiões, projetando no local e no espaço regional lógicas e interesses de grupos que vão para além do seu território (VAINER, 2007). Mas isso não quer dizer que eles não sejam influenciados, por sua vez, em retorno, pelas questões regionais. A implementação dos projetos não ocorre em espaços vazios; eles são estruturados em espacialidades que possuem dinâmicas já definidas (definindo-se por elas, inclusive), baseadas em atividades anteriormente consolidadas, que caracterizam e configuram redes e infraestruturas que conformam a região. Assim, faz-se necessário relativizar o fato destes serem tratados como uma cisão total de dinâmicas estabelecidas anteriormente e que, por seu intermédio, uma nova realidade seria posta. A tese trabalha essa perspectiva e ressalta que os projetos de grande porte são influenciados por processos presentes na região, seguindo lógicas que perpassam as diferentes escalas (do local ao global, em uma dinâmica transescalar), materializadas a partir das ações de diferentes agentes. Dessa maneira, além de considerá-los um elemento influenciador das dinâmicas regionais, eles devem ser vistos também como resultantes de um processo.

Sobre essa ação escalar, cabe ressaltar que no decorrer da tese ela não se resume à questão da espacialização das infraestruturas, ou do recorte de ação de um determinado agente, ou da limitação das dinâmicas no âmbito da região, tratada por esta perspectiva, em si, como uma escala/recorte de análise. Entende-se que os elementos que caracterizam a região não obedecem a uma lógica linear estagnada, nem atuam de maneira única, limitada em um espaço específico, e nem agem de maneira reificada, no interior de camadas ou níveis horizontais, onde não haveria combinações, disputas, conflitos e interações. Muito pelo contrário, as ações de influência sobre o objeto abordado na tese são articuladas e interacionais, constituídas a partir

de diferentes processos sócio-espaciais, estabelecidas de maneira complexa e que são, antes de tudo, fruto de relações de poder. Assim, como aponta Swyngedouw (2018), a questão da escala deve ser vista tendo por base uma perspectiva relacional, definindo-a como sendo um adensamento das relações sociais que são estabelecidas nas arenas, nas quais e pelas quais operam. Com isso, as escalas não podem ser tratadas como identidades estáticas, mas, sim, como dinâmicas, constituídas em e por intermédio de interrelações de forças, que não são lineares, atuando de maneira transescalar, influenciada por conteúdos ideológicos.

E por essa questão relacional, a escala e a região se integram. Brandão (2011) enfatiza essa perspectiva conflituosa, construída e interacional que a escala apresenta, definindo-a como uma construção (social, discursiva e material), pela qual seus elementos componentes se relacionam, com decisões e estruturas sendo estabelecidas a partir das articulações entre microprocessos e macrodecisões (que são representações dos diferentes poderes em disputa). Por esta perspectiva, é abandonada a noção de que os espaços são reificados e passivos, tidos como meros receptáculos onde se inscrevem os deslocamentos/movimentos processuais, e passa a prevalecer a noção de que o espaço é base operativa, fruto de decisões e ações de sujeitos históricos que os determinam. Assim, as escalas, assim como a região, são dinâmicas — pois estão inseridas e são constituídas em uma realidade não estagnada, onde a vida social é organizada e reproduzida — e inexatas (só podendo serem definidas e qualificadas em relação às outras, quando pode ser estabelecida uma coerência interescalar), representando o contexto material e simbólico no qual estão inseridas.

Por estas discussões, chama-se a atenção para a perspectiva transescalar dos processos que compõem a região, com o local, regional, nacional e o global convergindo e entrelaçando na constituição dos consórcios empresariais e coalizões políticas (VAINER, 2007). Nessa abordagem, a região se apresenta como central para o entendimento das questões atuais que se colocam no Norte Fluminense. Mas esta, para além de ser abordada de maneira transescalar, também deve ser vista a partir das dinâmicas que foram sendo cristalizadas ao longo do tempo. A região não é um simples recorte, como já foi tratada em um determinado momento da história do pensamento geográfico (principalmente no proceder quantitativista), nem tampouco uma fotografia que evidencia somente o que está estruturado. Ela é um acumulador de tempos, conformada de maneira relacional pelos processos que a compõe e, sem os quais, não pode ser entendida. Na medida em que é processual e histórica, assume diferentes formas, pois diferentes são os contextos influenciadores desse processo. Assim, a região pode ter distintas relações na sua conformação, ao mesmo tempo em que regionalizações são instituídas e modificadas,

fazendo necessário compreender as permanências e rupturas, as significações e ressignificações que a caracterizam e a singularizam ante os demais espaços, mas tendo em mente que a região é um recorte espacial que deve ser enfatizado no âmbito dos limites cronológicos que lhe são particulares (GRATALOUP, 2006).

E é sobre essas bases que o presente trabalho se desenvolve. Trata-se de um estudo apoiado na Geografia Regional e Geografia Histórica, que busca compreender de que forma as dinâmicas e interações dos diferentes sujeitos sociais, nas articulações e interações na busca de exercer domínio sobre outros grupos, participaram da confecção, apropriação, articulação, representação e ressignificação da região Norte Fluminense, para assim entender as singularidades da questão regional atual e sua caracterização diante dos grandes projetos que se estabelecem, verificando as permanências e as rupturas dos processos que conformam a região. Trabalha-se a conformação de um objeto de saber e de um espaço de poder: a região Norte Fluminense.

Enquanto objeto de poder, ressalta-se a invenção de uma “identidade” e a constituição de uma ancestralidade em torno dela. A criação de uma determinada “vocação” (em detrimento de outra) e a mobilização discursiva sobre ela constitui uma estratégia de prevalência de um determinado grupo dominante sobre o outro em diferentes contextos, tanto nos momentos de bonança quanto nos momentos de crise. Com isso, considera-se tanto a “identidade” quanto a “vocação” regional construções que se delineiam como forma de consolidar e legitimar a dominação de um grupo sobre o outro, não tendo nada de essencial (no sentido de se ser imanente àquela espacialidade) ou natural a prevalência de determinada característica social ou predominância de determinada atividade sobre a outra. Reconhecer essa questão é mais uma maneira de desnaturalizar as fronteiras instituídas e institucionalizadas (sem negá-las, mas problematizando suas formas) que delimitam a região, buscando compreender as dinâmicas e processos que se fizeram/fazem presentes nas suas diferentes configurações. Por essa via, ressalta-se o que o Norte Fluminense tem de singular ao ponto de poder ser definido como uma região que é constituída e apropriada tanto no discurso quanto nas práticas dos sujeitos sociais, enfatizando as relações pela qual se dá sua “invenção”.

Para além de compreender o Norte Fluminense pela singularidade de seu espaço natural, ou como um espaço delimitado pelo desenvolvimento das relações de produção ou como um recorte geográfico estabelecido pela abrangência da influência de determinadas questões comuns a outros espaços (como trabalho, serviços, fluxos, fixos etc.), busca-se analisá-lo pela confluência destas questões, o que possibilita a construção de uma “identidade espacial

singular”, oriunda da interação de elementos de variada ordem (econômica, social, política e natural), constituída de maneira processual e que vai conformar a região. Assim, parte-se de um espaço de referência (o Norte Fluminense) para analisar a constituição de uma região, entendendo-a como uma construção derivada das dinâmicas sociais, econômicas e políticas, com um fim específico (de reprodução de interesses da classe dominante canavieira, principalmente), e influenciado pelo meio (não restrito ao espaço natural) em que se insere, sendo produto e produtora das relações sócio-espaciais que a conformam. Por essa característica, a região pode ser tratada como uma “invenção”, haja vista que ela é estabelecida de maneira relacional, a partir da interação de elementos que a singularizam, nas quais são exteriorizadas particularidades do interesse daqueles que possuem o domínio e que possibilitam alcançar um fim específico.

Ao se problematizar a região desta forma, faz-se possível compreender o que é a região Norte Fluminense (com dinâmicas e processos que influenciaram/influenciam sua conformação); quais os interesses (variaram ao longo do tempo) ligados à sua caracterização e que influenciaram na configuração das diferentes regionalizações; como essas relações singularizam o regional ao ponto de ser conformada e apropriada uma “identidade”; e de que forma essa “identidade” (“invenção regional”) foi apropriada ao longo dos anos e para quais fins.

Para este entendimento, os capítulos foram organizados com o intuito de: ressaltar os processos constituidores do Norte Fluminense, sua institucionalização e variação ao longo dos anos, juntamente com a ênfase nas relações que influenciaram a consolidação de seus limites oficiais; enfatizar as diferentes ações e relações envolvidas na conformação regional, relacionando sua variação às dinâmicas que integram os diferentes “meios”, podendo, assim, ressaltar as dinâmicas que caracterizam os diferentes “meios”, as divisões postas e associadas às dinâmicas relacionais que se sucediam, a gênese e o momento de maior mobilização da “identidade regional”, mostrando os contextos e interesses na “invenção” da “identidade espacial regional”, e como foi sendo apropriada para fins específicos; compreender as singularidades atuais da região, identificando as permanências e as cisões associadas à produção espacial, relacionando os projetos de grande investimento da atualidade com as relações anteriores que marcaram a conformação da região.

No desenvolvimento destas análises, tem-se como premissas que a conformação da região Norte Fluminense deve ser vista a partir das questões atreladas à atividade canavieira que, desde o século XVI, influenciaram na configuração e na delimitação das dinâmicas que

estão na base da constituição do espaço regional; em especial, na virada do século XIX para o XX, quando houve o avançar dos processos capitalistas sobre o campo regional, marcando a consolidação do meio técnico, e gerando uma tensão entre diferentes grupos de poder que, influenciados pela modernização empreendida em bases tradicionais caracteriza uma “modernização conservadora”, na qual uma “identidade açucareira” foi mobilizada para constituição de dinâmicas de domínio. Paralelamente, entende-se que a relação da região com o município do Rio de Janeiro — que desde o início da colonização do país exerceu uma função de destaque no cenário nacional, sendo a sede governamental e o centro das decisões institucionais do país — com maior ou menor integração entre ela e a capital foi estabelecida a partir de movimentos e ações de diferentes agentes políticos, econômicos e sociais (guiados por diversos interesses), e tem, assim, influência direta na conformação das dinâmicas que caracterizam o espaço regional. Por fim, trabalha-se com a ideia de não ruptura entre os diferentes momentos de prevalência de determinadas atividades econômicas na região, entendendo que há um relação de complementariedade entre esses diferentes “ciclos”, ou seja, que ações foram estabelecidas ao longo do tempo sem mudanças abruptas, com as modernizações sendo postas, em alguns momentos, como estratégia de manutenção das bases de dominação de determinados grupos, gerando redirecionamento de fluxo, mas não cisões no processos de instituição de normas e de infraestruturas que caracterizam a produção do espaço e conformam as dinâmicas regionais.

Tendo em vista estas discussões, passarei a descrever os capítulos da tese.

Inicialmente tem-se o Capítulo 1, a Introdução, onde apresento o trabalho e as questões conceituais que influenciam a problemática de pesquisa. Em seguida o Capítulo 2, que focou na abordagem mais específica acerca do Norte Fluminense. Para tanto, empreende-se elucidação das características ambientais (clima, vegetação, hidrografia, geomorfologia etc.) e sociais (econômicas, populacionais, políticas etc.) que singularizam e permitem uma forma de classificação dessa porção territorial que se localiza ao norte do estado do Rio de Janeiro. Tendo esses elementos em vista, mostra-se como no Brasil, associado aos estudos do campo geográfico, diferentes foram as formas instituídas de se empreender uma divisão regional, tendo como referência desde interações ligadas à natureza até dinâmicas sociais e econômicas. Assim, ressaltam-se as diferentes regionalizações institucionais realizadas no Brasil e como elas as recortaram e constituíram o Norte Fluminense. Feito isso, centram-se as análises nas diferentes “di-visões” conformadas, partindo da colonização (com as capitanias hereditárias), até as questões mais atuais (como a forma de se organizar as dinâmicas regionais materializadas pelas

ações da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo da Bacia de Campos [Ompetro], ou pelas propostas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]). Nessa ação, buscase a todo momento associar as diferentes configurações do regionalizar institucionalizado às relações e interações (no âmbito mundial, nacional, estadual e regional) que influenciaram a forma como se “recortou” o espaço. Assim, buscam-se as bases de sua instituição, partindo de sua institucionalização.

Se no Capítulo 2 enfatizam-se as formas institucionalizadas da regionalização do Norte Fluminense, no Capítulo 3 ressaltam-se as diferentes relações que influenciaram a conformação da região. Nele, fixa-se a atenção nas diferentes dinâmicas que produziram o espaço regional e que, ao mesmo tempo, foram influenciadas pela sua conformação. Como se entende que essa constituição é processual e histórica, variando ao longo do tempo, empreende-se a realização de uma história regional. Sendo mais específico, propõe-se uma história da região, evidenciando as diferentes interações e relações que foram importantes na constituição de suas dinâmicas. Nessa ação de elucidação da história da região, teve-se como referência a periodização dos processos de transformações espaciais propostas por Milton Santos. Assim, explicitou-se as relações que marcaram o meio natural do Norte Fluminense (partindo da colonização europeia no século XVI, com a constituição da capitania de São Tomé, até meados do século XIX, quando a atividade canavieira promove um início de “maquinização” das dinâmicas locais), o meio técnico (que se institui a partir do século XIX e foi potencializado com o espraiamento das mecanização para além das unidades produtivas açucareiras, chegando à estruturação do espaço, interligando diferentes espacialidades que configurariam o espaço regional) e o meio técnico-científico-informacional (consolidado a partir da década de 1970, com a constituição do setor petrolífero, reforçada nos anos 2000 com a consolidação das dinâmicas portuárias constituídas pelo Clipa).

Neste capítulo 3 resalta-se também as dinâmicas ligadas à atividade canavieira como principal influenciadora da constituição regional. Por essa relação, principalmente por questões que se sucederam no decorrer do meio técnico, fez-se possível compreender características que estiveram presentes na conformação dos fixos e fluxos que constituíram o regional, e que ainda se fazem presentes nas dinâmicas da região. Neste momento, identifica-se o processo de “modernização conservadora”, propiciado pela abertura do campo às relações do capital externo, que atuou nas interações políticas, econômicas e sociais, criando uma maior tensão no âmago do grupo dominante canavieiro, requerendo estratégias para sua consolidação. Foi por essas questões que se criou e se mobilizou uma “identidade regional canavieira”, legitimadora

de ações, pautadora de demandas, construtora de espacialidades, pela qual a região foi inventada. A fim de melhor entender essa relação, empreendeu-se uma pesquisa tendo como base os debates da análise do discurso em jornais de circulação regional no período em questão (final do século XIX e início do século XX), enfatizando as formações discursivas e estratégias mobilizadas nesse embate, na busca pelo controle das relações sociais. Encerra-se este capítulo com as relações que marcaram o início da derrocada do setor canavieiro na região, enfatiza-se as ações que levaram à diminuição da influência deste grupo dominante na consolidação dos fluxos regionais e ressaltam-se os processos ligados à constituição de novas atividades (petrolífera e portuária/industrial), pelas quais se atesta a consolidação do meio técnico-científico-informacional.

Por fim, tendo em vista os debates desenvolvidos, no Capítulo 4, reflete-se sobre a forma com que a região se caracteriza na atualidade. Debate-se, tendo como base as infraestruturas constituídas, pelas quais circulações são consolidadas, as permanências e rupturas que marcam as diferentes fases da produção espacial e conformação da dinâmica regional do Norte Fluminense. Assim, pondo em relevo as materialidades e imaterialidades ligadas à constituição dos elementos fixos e dos fluxos, entendo-os, baseado em Santos (1985; 2006), como *formas* que permitem ações que modificam o meio (equipamentos, infraestruturas etc.) e definem o regional pelas relações e ações que são instauradas, constituindo *formas-conteúdos* (fluxos de mercadorias, pessoas, informações etc.) analisa-se as relações que compõem a região, identificando se as questões atuais ainda são influenciadas pelos processos que estiveram presentes no momento de sua conformação.

2 - DO CONSTITUÍDO AO INSTITUCIONALIZADO: AS REGIONALIZAÇÕES BRASILEIRAS E AS “DI-VISÕES” DO NORTE FLUMINENSE

Segundo Raffestin (1993), o ser humano, na construção de sua sociabilidade, em todas as fases de sua existência, é perpassado pela noção de limite. Toda relação social, de maneira direta ou indireta, é constituída a partir da delimitação de um campo, pelo qual ela se origina e se desfaz. Neste sentido, o limite é ideológico, justificando territorialmente as relações de poder, não sendo “(...) nem inocentes, nem naturais, muito menos arbitrários. (...) fazendo parte do jogo de reprodução social (RAFFESTIN, 1993, p. 164).

Regionalizar é impor limites. É ter o poder de criar, apropriar, estabelecer e garantir a permanência de formas espaciais (novas ou existentes). Neste sentido, regionalização é uma “di-visão” (BOURDIEU, 1989), e por isso deve ser compreendida como um instrumento utilizado por agentes e grupos com o intuito de recortar o espaço e, ao mesmo tempo, produzir categorias de interpretação que perpassam o processo de compreensão da realidade, pelo qual se estabelecem diferentes processos de classificação.

Enquanto ação, ela produz (limites, zonas de influência, infraestruturas etc.), manifestando-se como um fato, materializando processos que estão na base de sua constituição. Contudo, ao mesmo tempo em que é produtora, a região é produto: de articulações, de relações de poder, de interpretações, de bases simbólicas que influenciam sua conformação e interpretação. Com isso, ela é arte, caracterizada e constituída para determinados fins.

Ter isso em vista nas análises do regionalizar o Norte Fluminense é de suma importância para compreender sua dinâmica de formação. A região produzida em questão é produto de relação de poder e de categorias de interpretação, ou seja, as “di-visões” estabelecidas são constantemente transformadas, reestruturadas, redefinidas pelos meios práticos em que se inserem. Como tal, o processo de regionalização não pode ser visto somente como uma delimitação de fronteiras, ou como somatório de unidades político-administrativas ou de unidades fisiográficas, mas, sim, como representação de um contexto sócio-espacial, cuja natureza e significado estão atrelados às relações de produção, simbologias, formas de dominação etc., no qual se conjugam marcas pretéritas e recentes de processos transescalares que interagem com as relações de poder.

Assim, não se pode entender a conformação dos limites regionais do Norte Fluminense sem se levar em consideração: os processos de âmbito internacional (como a ocupação da então

colônia por parte dos portugueses e as divisões das terras em capitânicas hereditárias); os processos nacionais (haja vista as organizações dos blocos territoriais no decorrer do século XVII, a importância da atividade canavieira como estratégia de consolidação econômica e territorial do século XIX, as ações de cunho “nacionalista” implementadas no decorrer do século XX, principalmente por Getúlio e pelos diferentes representantes no período da ditadura militar, e também do municipalismo possibilitado pela Constituição de 1988); o processo estadual (como a unificação do estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara, ou a construção da BR 101, ou o processo de reestruturação produtiva etc., que aumentavam o isolamento ou a inclusão da região nas dinâmicas do território fluminense); e o processo local (vide a consolidação da elite canavieira no fim do século XIX e início do XX que instituiu políticas locais que buscavam o maior reconhecimento de Campos no cenário nacional, a política regionalista das elites locais do final do século XX que implementaram uma tentativa de fechamento da região [CRUZ, 2003], com o intuito de fortalecer suas bases de dominação e perpetuação enquanto grupo dominante).

Partindo dessas questões e entendendo que as fragmentações territoriais sucessivas de outrora têm relação direta com as dinâmicas que impactam no presente, busca-se neste capítulo abordar as diferentes configurações regionais instituídas no Norte Fluminense, tendo como referência aquela tida como oficial, ou seja, a delimitação utilizada pelo Estado para realizações de políticas no território. Faz-se isso partindo de uma ordem cronológica, enfatizando as transformações que foram se sucedendo ao longo do tempo (entendendo-as como não lineares) e tendo como base a atuação dos atores e as respectivas dinâmicas desenvolvidas no jogo de poder no interior da escala de atuação. Assim, ressalta-se que o regionalizar é uma construção social, discursiva e política que está relacionada à interação e à articulação das diferentes disputas, que se desdobram nas diferentes escalas, macro e micro, que tensionam e conformam os processos (BRANDÃO, 2011).

Neste sentido, entende-se que a atual configuração do Norte Fluminense deve ser analisada a partir das diferentes dinâmicas que foram sendo implementadas desde sua ocupação no período colonial³ até os dias atuais. O regionalizar, por esta perspectiva, assim como a região que é conformada e realizada por esta ação, não é natural, ou seja, não é instituído por processos neutros. Ele é constructo histórico no qual diferentes agentes interagiram/interagem,

³ Apesar de afirmar que a região Norte Fluminense tem sua gênese no período inicial da colonização, cabe dizer que se considera a influência de processos anteriores, como a influência de grupos indígenas que aqui habitavam, como importantes nessa conformação. Contudo, como o intuito nesse momento é abordar a regionalização tida como oficial, considerou-se esse recorte como o tipo ideal.

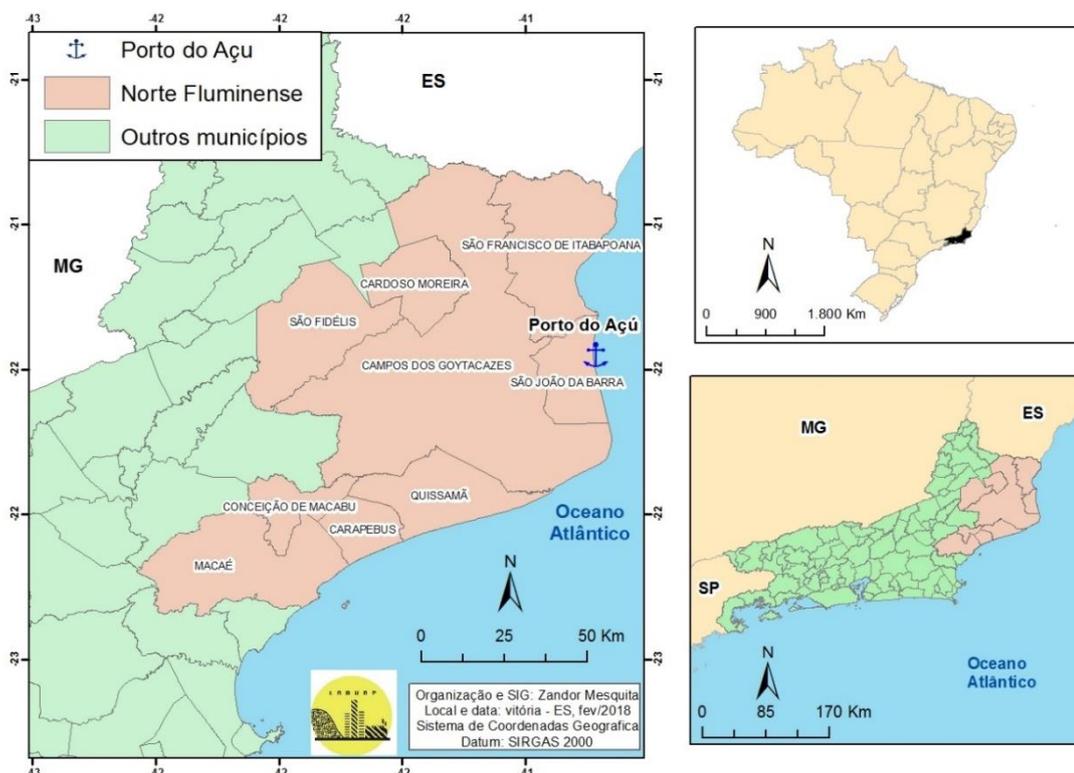
exprimindo suas marcas no processo de construção do espaço (SANTOS, 1977). Por este motivo, ressaltar essas dinâmicas que foram sendo estabelecidas e como cada processo influenciou na caracterização e constituição da regionalização é de suma importância para compreender a maneira pela qual ela está configurada hoje.

Assim, busca-se contextualizar as ações dos diferentes agentes regionalizadores que influenciaram a delimitação do Norte Fluminense, entendendo que por seu intermédio se materializou as principais questões que se faziam presentes acerca do debate regional e da região. Com isso, faz-se possível ressaltar como a atividade canavieira teve/têm papel importante na instituição e na institucionalização da região, na medida em que suas dinâmicas influenciaram as diferentes formas que foram sendo manifestadas no espaço e os processos decisórios de constituição regional. Contudo, antes de aprofundar no entendimento das dinâmicas que influenciaram a regionalização do Norte Fluminense e explicitar os diferentes processos históricos e sociais que constituíram seus limites territoriais, cabe exposição das principais características que se fazem presente hoje.

2.1 – CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DO MEIO DO NORTE FLUMINENSE

O Norte Fluminense é a segunda região do estado com menor número de municípios, nove no total, (Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, Carapebus, Conceição de Macabu, Quissamã, São João da Barra, Macaé e Campos dos Goytacazes) e ocupa uma área de 9.974km², o que equivale a quase 23% do território do estado do Rio de Janeiro. Sua densidade demográfica é de, aproximadamente, 96 hab/km², enquanto a do estado, como um todo é bem maior, 365 hab/km². A figura 2 elucida a localização do Norte Fluminense no estado, assim como os limites territoriais dos municípios componentes.

Figura 2: Mapa dos Municípios que compõem a região Norte Fluminense



2.1.1 - Algumas características socioeconômicas

Sobre a população da região, alguns pontos devem ser ressaltados. Segundo estimativas publicadas pelo IBGE Cidades, o Norte Fluminense, em 2020, conta com aproximadamente 965 mil habitantes, o que representa cerca de 5,5% do total demográfico do estado do Rio de Janeiro. O município mais populoso é Campos dos Goytacazes, com 511 mil habitantes, o que equivale a 53% do total da população da região. Este município também é o que apresenta maior área em relação à região, com 41,3% do total. Macaé é o segundo município com maior número de moradores, 262 mil, seguido por São Francisco do Itabapoana, com 42 mil habitantes. São João da Barra, município que abriga as estruturas do Porto do Açu, é o quinto mais populoso da região, com 36 mil habitantes.

No que diz respeito à evolução da dinâmica demográfica percebe-se um padrão no crescimento do número de habitantes dos municípios que compõem a região, o que por si só já é um dado significativo, já que, com o declínio do setor sucroalcooleiro no fim da década de 1980, início dos anos 1990, a inflexão demográfica esperada nos locais que tinham sua dinâmica ligada a esta atividade econômica não ocorreu. Isso é ainda mais relevante ao se analisar a população de Campos, que teve um crescimento significativo, indo de 376 mil habitantes, em

1991, para 511 mil no ano de 2020. Outro município que apresentou um crescimento considerável de sua população nesse período foi Macaé. Muito em função da atividade petrolífera que consolidou o município como um polo de atração populacional, a cidade viu seu número de habitantes mais que dobrar nesse ínterim, deixando de ter 93 mil moradores em 1991 e passando a ter 262 mil. A tabela 1a seguir, elaborada a partir dos Censos de 1991, 2000 e 2010 e apoiada nos estudos de estimativas populacionais para 2014, 2016, 2018 e 2020, ambos trabalhos do IBGE, auxilia a compreensão da evolução populacional do Norte Fluminense no período de transição que marca o fim do predomínio das dinâmicas relacionadas à atividade sucroalcooleira e a consolidação do setor petrolífero e portuário.

Tabela 1: População do Norte Fluminense de 1991 a 2020

Região e municípios	População residente (milhares de pessoas)									
	1980	Proporção população NF (1980)	1991	2000	2010	2014*	2016*	2018*	2020*	Proporção população NF (2020)
Região Norte Fluminense	527 590	100%	611 576	698 783	849 515	895	910	945	965	100%
Campos dos Goytacazes	348 542	66,1%	376 290	406 989	463 731	481	487	503	511	53,0%
Carapebus	(**)	(**)	(**)	8 666	13 359	15	15	16	17	1,8%
Cardoso Moreira	(**)	(**)	(**)	12 595	12 600	13	12	12	13	1,3%
Conceição de Macabu	13 624	2,6%	16 963	18 782	21 211	22	22	23	23	2,4%
Macaé	75 863	14,4%	93 657	132 461	206 728	230	239	251	262	27,2%
Quissamã	(**)	(**)	10 467	13 674	20 242	22	23	24	25	2,6%
São Fidélis	34 973	6,6%	34 581	36 789	37 543	38	37	38	39	4,0%
S. F. de Itabapoana	(**)	(**)	(**)	41 145	41 354	41	41	42	42	4,4%
São João da Barra	54 588	10,3%	20 847	27 682	32 747	34	34	36	36	3,7%

Fonte: IBGE- Cidades

*Estimativas

(**) Nota: Não se tem registro, em 1980, de Quissamã, Cardoso Moreira, Carapebus e São Francisco do Itabapoana devido ao fato de que a emancipação municipal só ter ocorrido em momento posterior. Em 1991 Quissamã se dissociou de Macaé e conseguiu o status de município. Em 1993, Cardoso Moreira a partir de Campos, e em 1997 São Francisco do Itabapoana partir de São João da Barra).

Chama atenção na tabela 1 a diminuição da proporção da população de Campos em relação ao total do Norte Fluminense. Em 1980 o município representava 66,1% dos habitantes da região e em 2020 passou a representar 53%. O decréscimo verificado pode ser relacionado com o processo de falência do setor sucroalcooleiro que, principalmente ao final da década de 1980 e nos anos 1990, gerou problemas à cidade, com baixa dinamização da economia ligada à produção canavieira e ao setor de comércio e serviços (ao longo da tese esses debates serão aprofundados). Contudo, esse diminuição da proporção também pode estar ligada ao processo emancipatório que ocorreu em alguns municípios da região no decorrer da década de 1990, o que gerou o desmembramento de parte do território campista. Essa situação também pode ser

vista em São João da Barra, que, após a criação de São Francisco de Itabapoana, diminuiu consideravelmente o quantitativo populacional.

Os dados do último Censo, realizado em 2010, ainda nos permitem compreender um pouco mais das características da população residente nos municípios do Norte Fluminense. A partir dessa pesquisa, pode-se afirmar que a maioria das pessoas que residem na região são mulheres (52,2%), que vivem na zona urbana (88,1%) e se autodeclararam preta/parda (51,7%)⁴. Contudo, ao se aprofundar nas especificidades de cada município se faz possível melhor caracterizar algumas dinâmicas que compõem esse espaço regional. Um ponto que salta aos olhos diz respeito à diversidade do urbano e rural que compõem a região, com municípios que chegam a ter cerca de 48% da sua população residindo em zona rural (como é São Francisco de Itabapoana⁵) e outros que chegam a ter 98% de sua população vivendo em áreas urbanas⁶ (como é Macaé).

Outra característica relevante da população do Norte Fluminense que pode ser destacada a partir das informações extraídas do Censo de 2010 diz respeito à autodeclaração da raça/cor por parte dos residentes e à relação com os municípios que tiveram maior influência da produção sucroalcooleira em sua conformação. As cidades da região com maior número de habitantes autodeclarados pardos/pretos são aquelas que tiveram sua dinâmica de constituição diretamente ligada à atividade canavieira: Quissamã (64%), com sua história ligada ao Engenho Central que deu nome ao município; Campos dos Goytacazes (62%) que abrigava as 26 unidades que produziam no período de maior sucesso da atividade na região; e Conceição de Macabu (59%), que teve sua conformação atrelada as questões ligadas à unidade produtiva de Victor Sence. Abaixo, na tabela 2, estão dispostas algumas informações que permitem uma caracterização geral da população residente nos municípios que integram o Norte Fluminense.

⁴ No Censo do IBGE trabalha-se com porcentagem separada para os autodeclarados pretos e pardos. Na disposição das informações do Norte Fluminense trabalhamos em conjunto por considerarmos que compõem o mesmo grupo.

⁵ Interessante ressaltar que esse município fica em zona litorânea, próximo a zonas de interesse ligada à produção petrolífera, e entre dois grandes projetos de infraestruturas, o Porto do Açú em São João da Barra e o Porto Central em Presidente Kenedy, constituindo quase que um “vazio” entre esses dois empreendimentos.

⁶ Ressalta-se que o olhar sobre esses dados de urbano e rural no Brasil deve ser visto a partir das relações dos agentes municipais que influenciam na caracterização dessas espacialidades. Urbano e rural são definidos por critérios instituídos pelos agentes locais que materializam dinâmicas e processos que estão presentes no âmbito dessas questões. Assim, sua definição também é um produto das relações do contexto, que buscam produzir algum sentido.

Tabela 2 – Caracterização da população residente nos municípios do Norte Fluminense segundo o Censo 2010

Região e municípios	População residente (2010)						
	Gênero (%)		Urbana/Rural (%)		Raça/Cor (%)		
	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Branco	Preta/parda	Outros
Região Norte Fluminense	48,8	52,2	88,1	21,9	47,4	51,7	0,9
Campos dos Goytacazes	48,6	52,0	90,3	9,7	36,6	62,4	1
Carapebus	50,8	49,2	78,9	21,1	48,5	50,7	0,8
Cardoso Moreira	49,7	50,3	69,5	30,5	56,8	41,4	1,8
Conceição de Macabu	49,7	50,3	86,4	13,6	39,7	59	1,3
Macaé	49,5	50,5	98,1	1,9	41,7	57,3	1
Quissamã	49,6	50,4	64,2	35,8	33,9	64,6	1,5
São Fidélis	48,9	51,1	79,1	20,9	48,4	50,9	0,7
São Francisco de Itabapoana	50,3	49,7	51,7	48,3	60,8	38,5	0,7
São João da Barra	49,5	50,5	78,5	21,5	66,1	33,3	0,6

Fonte: IBGE - Censo (2010)

No que diz respeito às dinâmicas econômicas da região, alguns pontos são relevantes para melhor delinear sua caracterização. Segundo dados de 2017, disponibilizados pelo IBGE, o município com maior Produto Interno Bruto (PIB)⁷ é o de Campos, representando cerca de 47% do total da região, seguido de Macaé (34%) e São João da Barra (10%). Este último ainda possui o maior PIB *per capita* de todo o estado, muito em função das quantias que circulam no município em função da atividade petrolífera do Norte Fluminense.

Esta atividade, por sinal, exerce grande influência sobre a constituição das maiores economias da região. Isso fica evidente ao se analisar a variação do comportamento do PIB do Norte Fluminense, no período que vai de 2010 (com a consolidação e expansão da produção de petróleo na Bacia de Campos, com a descoberta do pré-sal, expansão da Petrobrás etc.) a 2017 (momento de retração do setor, com mudança do governo, alteração da política de investimento, desestatização das empresas associadas à produção etc.). Neste período, em especial no ano de 2014, percebe-se uma queda brusca dos valores que circularam nos municípios da região, em especial de Campos e Macaé, evidenciando a intensa ligação que essas economias possuem

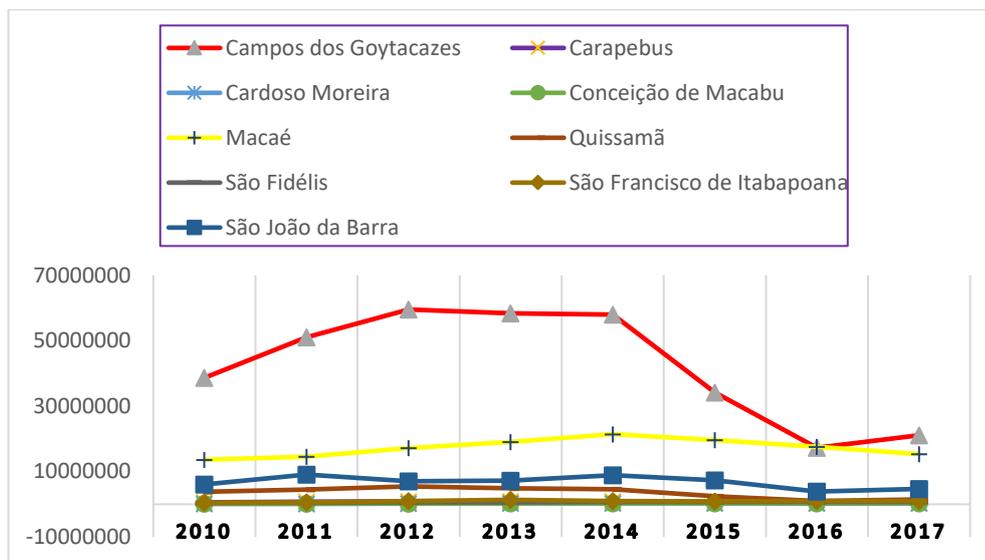
⁷ Importante ressaltar que a utilização do PIB aqui busca somente a caracterização breve de algumas dinâmicas presentes no Norte Fluminense, a fim de montar um quadro para melhor conhecimento acerca da região. Ressaltar isso se faz necessário devido ao fato de que a relação dos *royalties* com as economias dos municípios recebedores dessa renda gera uma série de distorções e particularidades que precisam ser melhores trabalhadas quando se utilizar essa variável para analisar a situação das economias locais ou tê-la como base de questionamento para desenvolvimento de pesquisa, o que não é o caso aqui.

com o setor. A tabela 3 e o gráfico 1 a seguir tratam dos valores dos PIB municipais entre o ano de 2010 – 2017, e permitem melhor visualização sobre essa questão.

Tabela 3: PIB dos municípios do Norte Fluminense (2010-2017)

Regiões de Governo e municípios	Produto Interno Bruto (R\$1.000.000)							
	2010		2011		2012		2013	
Região Norte Fluminense	63.954	100%	81.427	100%	92.157	100%	92.866	100%
Campos dos Goytacazes	38684	60,5%	51.026	62,7%	59530	64,6%	58372	62,9%
Carapebus	604	0,9%	812	1,0%	897	1,0%	855	0,9%
Cardoso Moreira	116	0,2%	136	0,2%	218	0,2%	287	0,3%
Conceição de Macabu	179	0,3%	201	0,2%	230	0,2%	262	0,3%
Macaé	13613	21,3%	14565	17,9%	17165	18,6%	19032	20,5%
Quissamã	3791	5,9%	4529	5,6%	5467	5,9%	4850	5,2%
São Fidélis	392	0,6%	477	0,6%	610	0,7%	601	0,6%
São Francisco de Itabapoana	476	0,7%	600	0,7%	1024	1,1%	1368	1,5%
São João da Barra	6099	9,5%	9081	11,2%	7016	7,6%	7239	7,8%
Regiões de Governo e municípios	2014		2015		2016		2017	
	95.973	100%	66.325	100%	42.379	100%	45.205	100%
Campos dos Goytacazes	58004	60,4%	34158	51,5%	17274	40,8%	21088	46,6%
Carapebus	911	0,9%	536	0,8%	302	0,7%	367	0,8%
Cardoso Moreira	271	0,3%	309	0,5%	330	0,8%	319	0,7%
Conceição de Macabu	272	0,3%	303	0,5%	332	0,8%	321	0,7%
Macaé	21419	22,3%	19671	29,7%	17571	41,5%	15371	34,0%
Quissamã	4574	4,8%	2412	3,6%	995	2,3%	1443	3,2%
São Fidélis	676	0,7%	716	1,1%	729	1,7%	669	1,5%
São Francisco de Itabapoana	1002	1,0%	910	1,4%	956	2,3%	939	2,1%
São João da Barra	8844	9,2%	7310	11,0%	3890	9,2%	4688	10,4%

Fonte: IBGE - Cidades (elaboração – autor)

Gráfico 1: Evolução do PIB dos municípios do Norte Fluminense (mil Reais)

Fonte: IBGE - Cidades (Elaboração próprio autor)

A relação da atividade petrolífera com a economia dos municípios da região fica ainda mais evidente ao se analisar a participação dos diferentes setores na composição do PIB, assim como sua variação ao longo do período já evidenciado. Nos momentos de maior dinâmica do setor petrolífero (2014), a atividade extrativa e industrial era a principal influenciadora na composição do PIB (vide tabela 4) das maiores economias regionais, principalmente em Campos e Macaé, com 66% e 45% de participação no PIB, respectivamente. Esses dois municípios ainda contam com uma série de estabelecimentos que integram o setor de serviço que influenciaram de maneira significativa na composição do PIB.

Tabela 4: Participação dos diferentes setores na composição do PIB dos municípios do Norte Fluminense

Municípios	PIB por setor (%)								
	2010			2014			2017		
	Agro	Ind	Serv	Agro	Ind	Serv	Agro	Ind	Serv
Campos dos Goytacazes	1	65	34	1	66	33	1	39	60
Carapebus	1	58	41	1	60	38	2	28	70
Cardoso Moreira	13	7	80	7	36	57	6	28	66
Conceição de Macabu	4	5	91	4	3	93	4	4	92
Macaé	1	48	51	1	45	54	1	31	68
Quissamã	1	68	31	1	70	29	2	49	49
São Fidélis	11	12	77	9	21	69	6	6	88
São Francisco de Itabapoana	18	12	70	22	9	69	24	12	64

São João da Barra	1	71	28	1	70	29	1	41	58
-------------------	---	----	----	---	----	----	---	----	----

Fonte: IBGE - Cidades (Elaboração próprio autor)

Agro – Agricultura; Ind – Indústria; Serv – Serviço;

Sobre o setor de serviço no Norte Fluminense, duas considerações devem ser feitas: a primeira diz respeito ao aumento de sua relevância, no ano de 2017 (principalmente se for comparado ao ano de 2014), na composição do PIB de Campos, Carapebus e Quissamã. Nestes municípios, as dinâmicas ligadas ao setor de serviço passaram a representar a maior parte dos valores que circulavam nas economias (60%; 70% e 49%, respectivamente). E as atividades que integram o terciário, a partir deste período, deixam de ser aquelas ligadas às atividades petrolíferas e passam se configurar, em sua maioria, atreladas a dinâmicas econômicas com menor capacidade de mobilização de renda.

O segundo ponto que deve ser considerado tem relação com a variedade de atividades que compõe o setor de serviços e a relativização que deve ser feita para melhor entender seu comportamento, principalmente quando se está associado a produção petrolífera. Cunha e Zanutelli (2020), ao explicitarem os elementos do circuito espacial de produção e o círculo de cooperação da indústria do petróleo, mostram que com a reestruturação produtiva há uma reorganização da organização interna das indústrias, em que a gestão e o comando se separam da unidade produtiva, com aqueles se fixando nas metrópoles e esta em cidades menores. Nesse processo, há uma ligação intensa entre os dois pontos (gestão e produção), o que gera o crescimento do setor de serviços, com o intuito de dar base à operação. Assim, esse novo quadro caracteriza uma metamorfose da atividade industrial, interligando suas ações à dinâmica dos serviços (CUNHA e ZANOTELLI, 2020). Com isso, a participação significativa do setor industrial no PIB da região tem relação direta com essa dinâmica.

Ainda sobre a relação entre o setor petrolífero e a influência que possui nos setores do PIB regional, dois pontos devem ser ressaltados: municípios menores, como Carapebus e Quissamã, que apresentaram porcentagem significativa no que tange o setor industrial, não necessariamente possuem um parque industrial dinâmico em seu território⁸. Isso não quer dizer que não sejam influenciados pelo setor petrolífero; muito pelo contrário, essa participação considerável está diretamente atrelada a ele. Contudo, há de se ressaltar que isso não significa

⁸ Cabe ressaltar que Carapebus possui uma zona industrial e logística, às margens da BR-101, constituídas por galpões de empresas que prestam serviços à Petrobrás, que participam da composição do PIB industrial do município.

alto nível de industrialização. O outro ponto que explicita a relação íntima diz respeito ao impacto da crise petrolífera no PIB dos municípios. Ao se analisar a tabela anterior, percebe-se que de 2014 a 2017 houve uma diminuição intensa dos valores que integram as economias municipais. Tal situação tem relação direta com a retração da participação do setor industrial (atrelada à cadeia do petróleo), que em Campos e Macaé sofreram uma queda de 27% e 14%, respectivamente. Os municípios menores também foram impactados pela crise, tanto que em Carapebus a participação do setor industrial no PIB saiu de 60%, em 2014, para 28% em 2017. A tabela 4 acima detalha a participação percentual de cada setor na composição do PIB dos municípios do Norte Fluminense.

A tabela 4 ainda nos permite também uma caracterização geral acerca da economia dos municípios do Norte Fluminense. Por seu intermédio se faz possível afirmar que o setor agrícola tem pouca influência nos valores que circulam na região, com exceção de São Francisco do Itabapoana (24%); em todos os outros municípios a participação deste setor não chega a 7% do PIB total. Outro ponto que salta aos olhos diz respeito à importância do setor de serviços (incluindo administração pública e educação) na economia regional. Essa realidade se faz presente em 2017 em todos os municípios, tanto nos menores, como Conceição de Macabu (92%) e São Fidélis (88%), quanto nos de maior expressão econômica.

Outro ponto que deve ser destacado na caracterização dos diferentes setores e sua relação com o PIB dos municípios que compõem a região diz respeito à influência atual que a cadeia petrolífera exerce sobre as diversas atividades que se fazem presentes no Norte Fluminense. Para além da questão das finanças municipais e dos recursos que circulam na região, a produção petrolífera impacta diretamente a dinâmica dos outros setores da economia regional (excetuando o agrícola). Esse ponto fica evidente ao se analisar o comportamento da empregabilidade da região no período que vai de 2010 até 2018 (Tabela 5). Nos primeiros anos, ainda sob a influência da expansão da produção petrolífera que marcou a década anterior, o saldo de emprego era positivo em quase todos os setores da economia regional, evidenciando o poder de “arraste” dessa atividade.

Contudo, a mudança de contexto político e social no âmbito nacional, a crise instalada na Petrobrás e o redirecionamento das ações ligadas à exploração de petróleo na Bacia de Campos levou a ações como: o desengajamento da Bacia de Campos da Petrobrás; a venda dos campos maduros; a hibernação de plataformas; a venda de blocos e campos em exploração (ZANOTELII et al.2019). Assim, somadas à maior intensidade produtiva estabelecida na Bacia de Santos, onde se encontra maiores reservas do pré-sal, a partir de 2013 o que se viu foi uma

diminuição da produção petrolífera na região e a consolidação de situação de saldo negativo no que tange a diferença entre admissão e demissão em todos os setores econômicos dos municípios que integram o Norte Fluminense, constituindo um quadro de desemprego regional.

Tabela 5: Variação do saldo de trabalho formal entre admissão e demissão dos diferentes setores econômicos dos municípios do Norte Fluminense

Setor	Saldo Admissão e Demissão por Setor no Norte Fluminense								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	11.501	16.188	6082	6183	179	-16958	-20191	-12401	4353
Indústria	1.906	2530	1585	-2116	2	-3656	-3304	-1097	1806
Construção Civil	374	2802	1204	6197	-815	-3241	-4747	-6758	-348
Serviços	8525	8502	3134	1754	470	-8110	-9339	-2809	1554
Agropecuário	-1483	572	3	122	32	-310	359	-501	2044

Fonte: IETS/OpeSociais;MTE

Essa situação de influência da atividade petrolífera sobre os diversos setores da economia, principalmente no que tange a questão do emprego, fica mais evidente quando focamos as análises nos dois principais municípios da região. Segundo dados do MTE (2020), o ano de 2016 (ápice da crise) em Campos foi marcado pela consolidação do saldo negativo da empregabilidade no setor de serviços (- 2152 empregos) e indústria (-1250 empregos). Já Macaé registrou no mesmo ano saldos negativos de -1724 empregos do setor industrial e -7453 empregos no setor de serviço. Nesse universo de desempregos de Macaé, as profissões que mais contribuíram para a consolidação desse saldo negativo do setor de serviços neste ano foram almoxarife (-296) e marinheiro de convés (-281); no setor industrial foram taifeiro (-143) e técnico em manutenção de máquinas (-124).

A atividade petrolífera também exerce influência direta na relação do Norte Fluminense com o comércio exterior. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC, 2020), as principais exportações (no que diz respeito aos valores mobilizados) dos municípios da região estão diretamente associadas à produção de petróleo (do total exportado, esta atividade corresponde a cerca de 64% dos valores movimentados). Nesse cenário, se destacam Macaé, com quase 65% de toda movimentação regional (em que 95% da venda exterior é de óleos brutos de petróleo) e São João da Barra, local de instalação do Clipa, com aproximadamente 32% da exportação regional, com a principal mercadoria de venda sendo os tubos flexíveis (também ligados à atividade petrolífera), representando mais de 63% da

movimentação do município. Os principais destinos das exportações da região são China, Estados Unidos, Holanda, Uruguai, Espanha, Noruega e Chile. A tabela 6 a seguir elucida melhor esses dados.

Tabela 6: Exportações dos municípios do Norte Fluminense em 2019

Região e municípios	Principais exportações dos municípios do Norte Fluminense (2019)					
	Total - U\$ (FOB***)	(%)	Principal Produto	Valor (FOB) - U\$	(%)	Destino
Norte Fluminense	2.271.031.966,00	100%	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	1.451.825.816,00	63,93%	China; EUA; Holanda; Uruguai; Espanha; Noruega e Chile
Campos	87.338.449,00	3,85%	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	60.655.601,00	69,45%	Uruguai e China
Carapebus	126.571,00	0,01%	Contêineres (incluindo transporte de fluidos)	126.571	100%	Reino Unido
Macaé	1.471.725.351,00	64,80%	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	1.397.170.215,00	94,93%	China; EUA; Holanda; Espanha; Noruega e Chile
S.F de Itabapoana	240.000,00	0,01%	Matérias minerais não especificadas nem compreendidas em outras posições*	240.000,00	100%	China
São João da Barra	711.600.595,00	31,33%	Tubos flexíveis de metais comuns, mesmo com acessórios	452.431.505,00	63,58%	Holanda e Dinamarca

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio - MDIC (2020)

*Compreendido nas pesquisas anteriores como "minerais de metais das terras raras".

** Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã e São Fidélis não exportaram nenhum produto em 2019

*** FOB – *Free On Board* – são valores estipulados no processo de exportação, quando o comprador se responsabiliza pela retirada da mercadoria do local indicado pelo vendedor (com este sendo responsável somente pelo embarque do produto, não por qualquer eventualidade no traslado).

Ainda sobre a relação do Norte Fluminense com o comércio exterior, dois pontos merecem ser destacados: o primeiro é que, em 2019, diferentemente dos anos anteriores, o quantitativo de importações foi maior do que o de exportações (saldo deficitário de quase U\$ 3 milhões e 300 mil). A maior parte dos valores relacionados às compras internacionais de 2019 foram ligadas à atividade petrolífera e portuária, haja vista que o principal produto adquirido integra o setor de barcos-faróis, barcos-bombas, dragas, guindastes flutuantes e outras embarcações em que a navegação é acessória da função principal; docas flutuantes; plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis. Estes foram adquiridos principalmente da China, Japão, Rússia, Holanda e Noruega, e tiveram como destino Macaé e São João da Barra (MDIC, 2020).

O segundo ponto que merece destaque diz respeito aos produtos exportados por Carapebus e São Francisco do Itabapoana. Em Carapebus funciona a Mayfly/GWR, empresa que atua na fabricação de contêineres. Esta presta serviços, principalmente para a SwireOilfield Services, empresa anglo-holandesa que atua no mercado de locação e venda de contêineres, cestas e tanques para transporte em alto mar, ligados ao setor de óleo e gás⁹. Já em São Francisco do Itabapoana, o principal produto exportado está ligado a exploração de terras raras na Praia de Buena pela Indústria Nucleares do Brasil (INB). O minério extraído dessas terras no município é popularmente conhecido como “areia monazítica”¹⁰ e é utilizado, principalmente, pelas indústrias de alta tecnologia, na fabricação de componentes de baterias de alta performance, utilizados em carros elétricos, celulares, entre outros. Atualmente, a China é o grande movimentador desse mercado de terras raras, atuando na produção e importação destes minerais.

De toda forma, cabe melhor explicitação desses números e do retrato explicitado. As informações dispostas têm uma dupla função: servem para fazer uma caracterização momentânea da região; e também mostram as principais dinâmicas que se fazem presentes na sua configuração atual. Contudo, a constituição do quadro atual e os processos que o geraram são mais complexos, devendo ser investigados com mais cuidado. A região é conformada por processos econômicos, sociais, culturais, políticos etc. que precisam ser investigados e postos em evidência, o que permitirá a análise do hoje, mas entendo que este mesmo hoje não pode ser entendido sem as questões anteriores que foram se desenvolvendo ao longo de sua constituição.

2.1.2 - O meio do Norte fluminense

Na constituição do retrato atual do Norte Fluminense há de se pôr em evidência também os elementos ambientais que caracterizam o espaço regional. Estes serão explicitados a partir de sua integração com o meio, pois, como já foi exposto, entende-se que não há o natural puro, sem a relação com o homem (e vice-versa). Isso fica evidente ao se analisar, por exemplo, as dinâmicas (inclusive econômicas) que foram sendo estruturadas no decorrer da ocupação e da formação das diferentes espacialidades da região, elas tendo relação direta com o meio (por

⁹ <http://www.robertomoraes.com.br/2012/08/fabrica-de-containers-em-carapebus.html>

¹⁰ Segundo informações do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), o principal minério extraído no local é a monazita, associada a ilmenita, zirconita e o rutilo. In: <http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbetes.aspx?verid=133#:~:text=Suas%20principais%20fontes%20%C3%A3o%3A%20bastnaesita,xenotima%3B%20apatita%3B%20e%20monazita.&text=A%20monazita%20ocorre%20associada%20a,%20zirconita%20e%20o%20rutilo.>

exemplo, a atividade canavieira e o solo propício a essa atividade, o petróleo descoberto na Bacia de Campos a partir dos anos 1970 em função das características da bacia sedimentar e as características específicas do litoral para a instalação do setor portuário). Não se pretende ser determinístico nessa afirmação, busca-se somente enfatizar a relação do meio no processo de ocupação do espaço e como ele pode influenciar a constituição de uma dinâmica regional, servindo como direcionador, facilitador ou dificultador de fluxos e fixos, sendo um elemento importante na configuração e na consolidação dos limites relacionais. Isso ainda é mais ressaltado quando se coloca em evidência uma região em que as bases de sua constituição remontam ao século XVI, com sua conformação tendo relação direta com o meio natural, que direcionava seus fluxos, sua ocupação, interferindo diretamente na vida do e no espaço.

De qualquer maneira, não se tem a intenção de trabalhar de maneira aprofundada este debate nesse momento. O intuito é explicitar o meio do Norte Fluminense, entendendo-o como relevante na constituição de formas e fluxos regionais. Ao se fazer isso, aproxima-se do debate proposto por Sauer (1998 [1925]) no que diz respeito à análise da paisagem. Para este autor, a ênfase dada à ação antrópica nas dinâmicas que homogeneízam determinadas paisagens, singularizando-as, não deve ser acompanhada da exclusão total da parte natural que a compõe, pois este natural “(...) é fundamental a qualquer estudo geográfico porque fornece os materiais a partir dos quais o homem constrói a sua cultura” (SAUER, 1998 [1925]; p. 55).

Importante ressaltar que, mesmo não tendo a região como conceito norteador, as análises da morfologia da paisagem empreendidas por Sauer (1998 [1925]) têm relação direta com o debate regional que se desenvolvia no início do século XX e têm diversos pontos concordantes com os escritos “lablachianos”. Um destes diz respeito ao meio. Negando sua determinação, mas ressaltando a influência, o autor afirma que:

Dentro dos amplos limites do meio físico da área há muitas escolhas possíveis. para o homem, como Vidal se cansou de apontar. Este é o significado da adaptação, através da qual, auxiliado por aquelas sugestões que o homem aprendeu a partir da natureza, talvez por um processo imitativo, amplamente subconsciente, atingimos o sentimento de harmonia entre o habitat humano e a paisagem com a qual ele se mistura de forma tão adequada (SAUER, 1998 [1925]; p. 59).

Assim, pode-se dizer que a explicitação das características do meio neste tópico tem uma tripla função: a primeira é a tentativa de facilitar para o leitor a compreensão do que é o Norte Fluminense na atualidade; a segunda é reforçar a ideia de que a região pode ser delimitada de diferentes maneiras, utilizando diferentes variáveis (inclusive do meio), que fazem surgir

uma infinidade de tipos de regionalizações tanto quanto for o critério para se recortar o espaço (e essas, por diversas vezes, são apropriadas no processo de institucionalização da região); e a terceira é de dar subsídios para se pensar as dinâmicas regionais e a ocupação da porção norte do estado do Rio de Janeiro, não de maneira exclusiva, mas a partir da relação com o meio.

Ainda cabem mais duas considerações acerca da explicitação que será feita do meio regional: o primeiro diz respeito ao fato de que o Norte Fluminense abordado não se restringe aos limites dispostos pela mesorregionalização do IBGE, ou seja, o recorte em questão engloba toda a porção norte do estado do Rio de Janeiro (incluído o Noroeste Fluminense); o segundo ponto se relaciona ao fato de, para não ser exaustivo e, inspirado em Sauer (1998 [1925]), o meio será abordado com ênfase na questão climática e nas interrelações que singularizam o espaço regional em evidência. Assim, buscou-se na literatura caracterizações climáticas do Norte Fluminense, além de classificações que trabalham de maneira relacional as diferentes variáveis ambientais (vegetação, clima, relevo, hidrografia, solo, geologia etc.) dessa espacialidade.

Ao se considerar a questão climática no processo de regionalização, há de se ter em mente que diversas são as classificações e recortes possíveis¹¹, variando de acordo com a metodologia proposta, que interfere diretamente na escala de análise, nos critérios de delimitação, nas dinâmicas estudadas, entre outras situações. No Brasil, a maioria das classificações climáticas elaboradas partem das questões propostas por Wladimir Koppen e Rudolph Geigger, que dividem as diferentes partes do globo tendo por base a influência de fatores estáticos (principalmente latitude e altitude) na dinâmica atmosférica.

No que tange os estudos geográficos que regionalizam o estado do Rio de Janeiro a partir da situação atmosférica, poucos são os trabalhos que tem como foco específico as fronteiras fluminenses. Normalmente, o clima do estado é classificado dentro de um contexto macro, inserido nas dinâmicas do Sudeste nacional. Uma das exceções existentes, muito utilizado ainda hoje, foi o estudo elaborado por Lisia Bernardes, em 1952. Partindo da metodologia de Koppen e Geigger, Bernardes (1952) toma a precipitação e o relevo como elementos principais elementos definidores da regionalização climática do estado. Segundo a autora, a Serra do Mar é responsável pela individualização dos diferentes comportamentos

¹¹ Para exemplificar: Flohn (1950) apresenta uma regionalização climática tendo como base a questão dos ventos e da precipitação; Terjung e Louie (1972) utiliza a relação os processos geossistêmicos de entrada e saída de energia; Rivas e Martinez (2001) usa como referência os aspectos biológicos; entre outras tantas classificações.

atmosféricos¹², singularizando a interação dos fatores e elementos, criando as diferentes regiões climáticas fluminense.

Dentro da classificação, a autora expõe a “(...) região dissecada e rebaixada do Norte Fluminense” (BERNARDES, 1952, p. 62). Esta, em sua maior parte, se caracteriza por ter um clima quente e úmido, com estação chuvosa no verão e seca no inverno. Em linhas gerais, os meses de outubro a março constituem o período de maior concentração pluviométrica, com médias aproximadas de precipitação de 100 mm ao mês, enquanto entre os meses de abril a setembro a média pluviométrica é de aproximadamente 46 mm ao mês. No que tange a temperatura, a máxima média apresenta valores próximos de 29°C e mínimas médias de 21° ao longo do ano. Contudo, a região apresenta particularidades na distribuição das chuvas e na variação de temperatura ao longo do espaço geográfico. Este fato tem relação com os efeitos da continentalidade/maritimidade e da influência da Serra do Mar, que influencia tanto a escassez de chuvas, principalmente nas áreas mais interioranas (nas porções a jusante dos vales dos rios Paraíba, Pomba e Muriaé) nos municípios de São Fidélis, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Porciúncula, quanto na amplitude térmica, com essas regiões apresentando uma maior variação entre a máxima e a mínima temperatura.

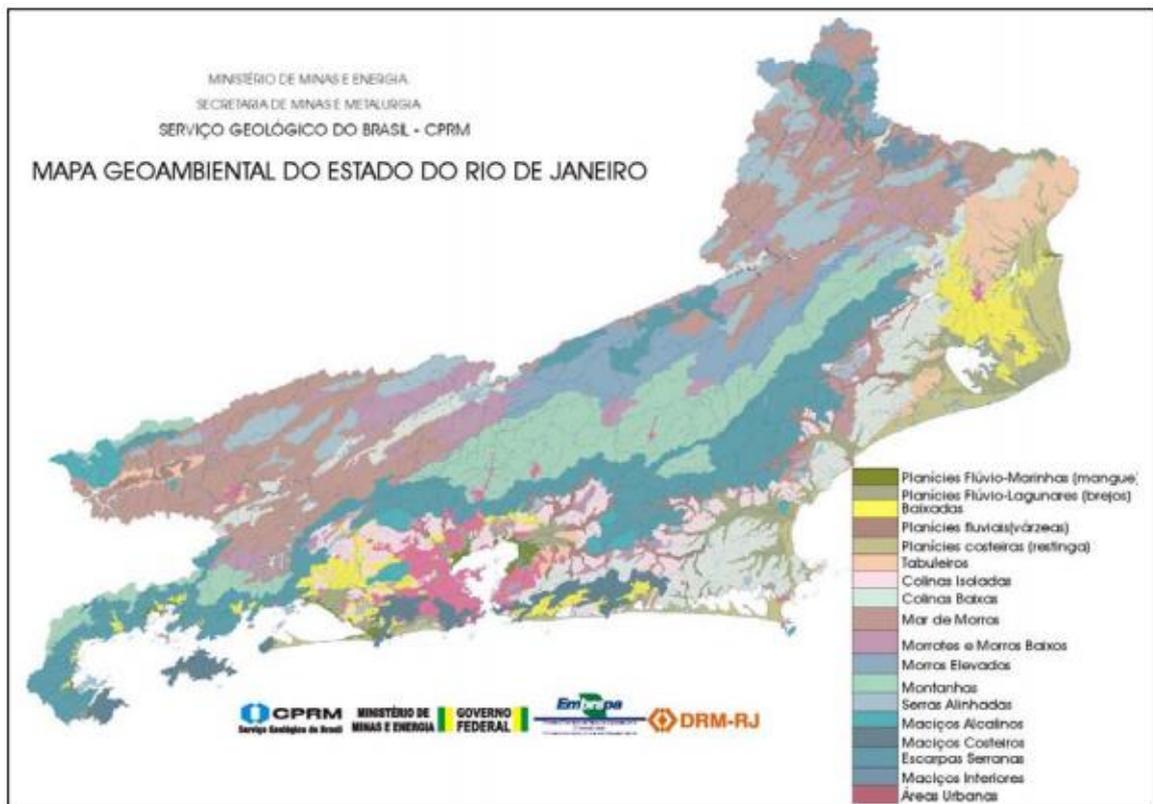
Dentro desse quadro, tem-se condições benéficas para o plantio de culturas que necessitam de alta umidade para sua consolidação. O Norte Fluminense, principalmente as partes da planície aluvionar que acompanham o baixo Paraíba do Sul, possui situação atmosférica ideal para constituição de pluviosidade, tanta por conta das precipitações convectivas (temperaturas elevadas e possibilidade de evaporação e evapotranspiração), quanto pelas precipitações orográficas (com a elevação da Serra do Mar tendo papel determinante na sua constituição). Assim, as sazonalidades caracterizadas pela incidência solar mais direta configuram processos importantes para a alta pluviosidade regional (principalmente no trecho dos baixos cursos hidrográficos).

Outra forma, complementar e integrada com o que foi descrito, de caracterizar o meio do Norte Fluminense pode ser vista pelo prisma do domínio geoambiental (ou geocossistêmico). Disposta no Diagnóstico Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (estudo publicado em 2005, tendo como elaboradores pesquisadores do Ministério de Minas e Energia, do Inea, do Serviço Geológico do Brasil/CPRM e da EMBRAPA Solos), essa forma de

¹² Segundo Bernardes (1952), a Serra do Mar influencia todo o clima no estado, influenciando o regime de chuvas (intensidade, distribuição e escassez) e no comportamento da temperatura e amplitude térmica da atmosfera.

regionalizar o espaço fluminense caracterizou as diferentes regiões como um produto derivado da combinação dos diversos elementos geobiofísicos que se encontram em constante interação, em que os limites entre uma unidade e outra seria dado pela variação da intensidade das trocas de energia e/ou matéria (DANTAS et al., 2000). Assim, a região seria caracterizada pela homogeneidade e constância de interrelações entre variados elementos do quadro ambiental. Tendo esse estudo como base, o território fluminense foi dividido em seis Domínios Geoambientais, a saber: Região Serrana, Planalto da Região Serrana, Depressão do Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, **Faixa Litorânea**, **Depressão do Norte-Noroeste Fluminense e Planalto do Alto do Itabapoana**. A porção norte do estado do Rio de Janeiro encontra-se nestes três últimos domínios. A figura 3 a seguir, elaborada por Dantas et al. (2000) permite melhor visualização das singularidades dos diferentes Domínios Geoambientais que estão presentes no estado do Rio de Janeiro.

Figura 3: Mapa Geoambiental do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: DANTAS et al. (2000)

O trecho da Faixa Litorânea que compõe o Norte Fluminense tem por característica a presença, mais ao sul, de extensas áreas inundáveis (vales dos rios São João, Macaé, Macabu e

Imbé) que são acompanhadas por colinas isoladas formadas pela sedimentação fluvial e pela existência de maciços isolados da Serra do Mar, como o Maciço de Macaé, Maciço de Conceição de Macabu e Maciço do Itaoca (Campos). Mais ao norte destaca-se a existência de uma extensa planície deltaica (Baixada Campista) com diversidade de ambientes deposicionais, principalmente flúvio-lagunares, que estão separadas da costa por um cordão arenoso que se estende da Lagoa Feia até à localidade de Farol de São Tomé. No que tange o solo, as zonas mais próximas ao litoral apresentam alto teor de sais e enxofres (Gleissolos Salinos e/ou Tiomóficos) e as partes da baixada flúvio-deltaica do Paraíba do Sul predominam solos drenados e férteis (Neossolos e Cambissolos Flúvicos). As porções litorâneas do extremo norte, na divisa com o Espírito Santo, são caracterizadas pelos tabuleiros constituídos por sedimentos terciários do Grupo Barreiras, formando terrenos planos ou suave ondulados e solos profundo (Latosolos e Argissolos Amarelos), bem drenados, mas com fertilidade baixa, devido à relação com o mar e à suscetibilidade à erosão. Nesse domínio encontram-se as instalações ligadas ao setor de exploração de petróleo e o Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (Clipa), ou seja, infraestruturas do presente. Mas o **trecho da Faixa Litorânea** também teve relevância no passado, constituindo as primeiras rotas comerciais de escoamento da exploração dos recursos regionais, por onde escoavam madeiras, gêneros alimentícios, gado e a cana-de-açúcar.

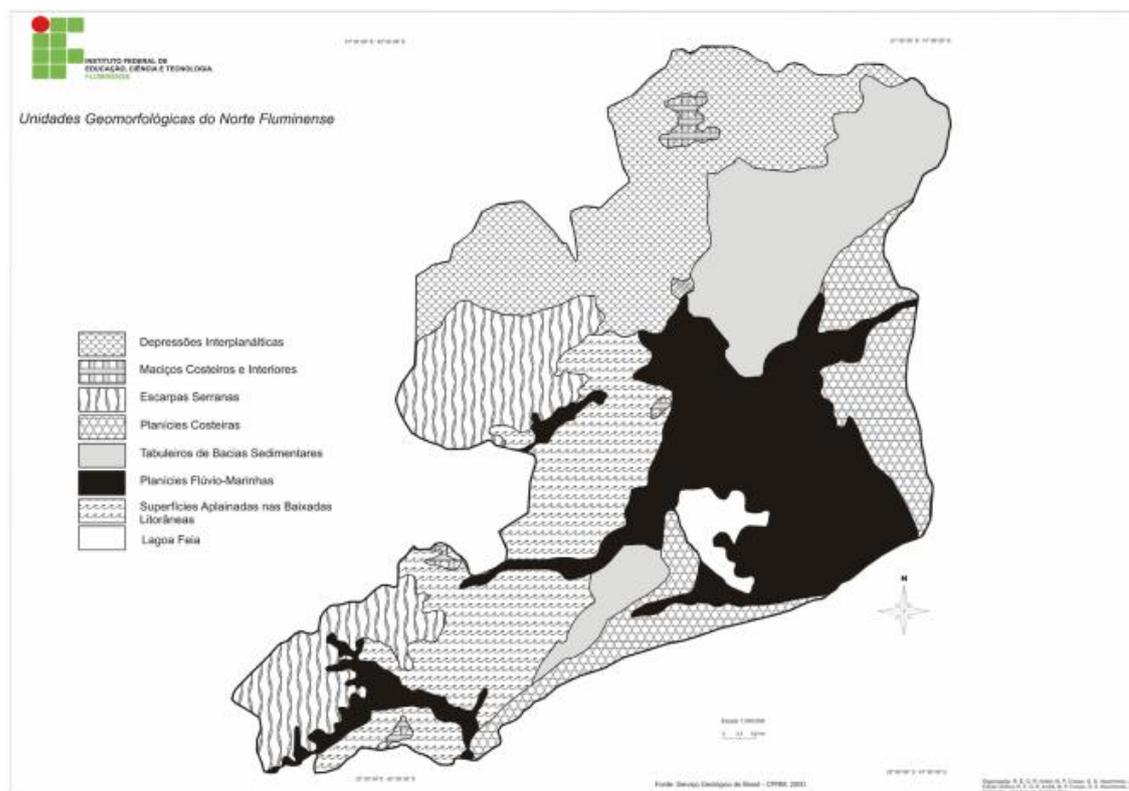
A Depressão do Norte-Noroeste Fluminense é caracterizada pela existência de uma vasta depressão entre planaltos, alternadas com alinhamentos serranos escalonados, delimitada ao sul pela Serra do Mar, a norte pelo Caparaó, ao oeste pela zona da mata mineira e a leste pela Baixada Campista e pelos tabuleiros do Grupo Barreiras. Em linhas gerais, apresenta relevo colinoso e maciços montanhosos, onde encontram-se encaixados as bacias do rio Pomba, Muriaé e Itabapoana. Contudo, também possui planícies fluviais embutidas nos fundos dos vales dos cursos d'água das diferentes bacias, com boa fertilidade natural do solo (Gleissolos e Planossolos eutróficos), com a exceção de algumas zonas dos baixos cursos do rio Paraíba do Sul (em São Fidélis), Pomba (em Santo Antônio de Pádua) e Muriaé (em Italva), onde há o predomínio de Neossolos flúvicos salinos cuja origem está relacionada ao intemperismo do substrato rochoso. No restante da extensa área de colinas, morrotes e morros baixos os solos predominantes são Argissolos Vermelho-Amarelos e Vermelhos eutróficos, não tão férteis quanto das zonas de vale. Nesse alinhamento de morrotes, como a Serra de Portela (em Cambuci e Itaocara) ou pequenos alinhamentos serranos, como a Serra do Catete (em Santo Antônio de Pádua) foram condicionados por extensas zonas de cisalhamento e são caracterizados pela produção de mármore e rochas ornamentais. Nas porções mais interioranas

da **Depressão do Norte-Noroeste Fluminense**, a mata atlântica é a predominante na região, mas a vegetação se caracteriza pela intensa degradação, principalmente por conta das lavouras de café e zona de pecuária. Nas partes mais a jusante do rio Paraíba do Sul, na planície deltaica, os impactos ambientais (extinção de corpos hídricos, supressão da vegetação nativa etc.) ocorrem no primeiro momento pela pecuária, com intensificação ligada à atividade sucroalcooleira. Tal situação é bem melindrosa, haja vista o assoreamento das nascentes dos principais tributários dos rios Pomba, Muriaé e Itabapoana, com prejuízos para toda a bacia.

O Planalto do Alto Itabapoana, também denominado por Dantas et al.(2000) de Planalto de Varre-Sai, abarca boa parte do extremo noroeste fluminense, possuindo íntima relação com a zona planáltica do sul capixaba. Esta área encontra-se em um planalto de setecentos metros de altitude, com precipitações de umidade mais intensa e com uma cobertura vegetal um pouco mais preservada (se comparada à depressão Norte-Noroeste). O relevo é predominantemente colinoso, com áreas de morro bem escarpado e vertentes íngremes. Nas zonas mais próximas dos abastecedores do rio Itabapoana, existem vertentes mais baixas, suaves e acessíveis, principalmente próximo a Ourânia (distrito de Natividade, divisa com Guaçuí-Es), Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana (nos distritos de Rosal e Calheiro). Pela proximidade com o sul capixaba e a zona da mata mineira, o solo fértil é utilizado no plantio de café, sendo a principal região produtora do estado do Rio de Janeiro.

Ter em vista essa caracterização do meio é importantíssimo para melhor compreender, por exemplo, o processo inicial de colonização da região e como a ocupação tem relação direta com o meio. As primeiras tentativas de criar estruturas de povoamento ocorreram na Faixa Litorânea, próximo à transição para o Planalto do Itabapoana. Assim, a fixação no local era dificultada por conta da característica do solo e qualquer locomoção para zonas interioranas, acompanhando os leitos fluviais, teria como impedimento a predominância do relevo colinoso e escarpado. A intensificação da colonização se deu quando conseguiu-se constituir dinâmica de instalação na Depressão Norte e Noroeste Fluminense, onde as condições do meio eram mais favoráveis para empreender sucesso nas tentativas de consolidação dos núcleos populacionais. Para melhor elucidação da caracterização do relevo que integra os domínios supracitados, exponho a figura 4, elaborada por Crespo et al. (2010), na qual são divididas as diferentes unidades geomorfológicas da região Norte Fluminense, ponto de partida do processo de colonização.

Figura 4: Unidades Geomorfológicas do Norte Fluminense



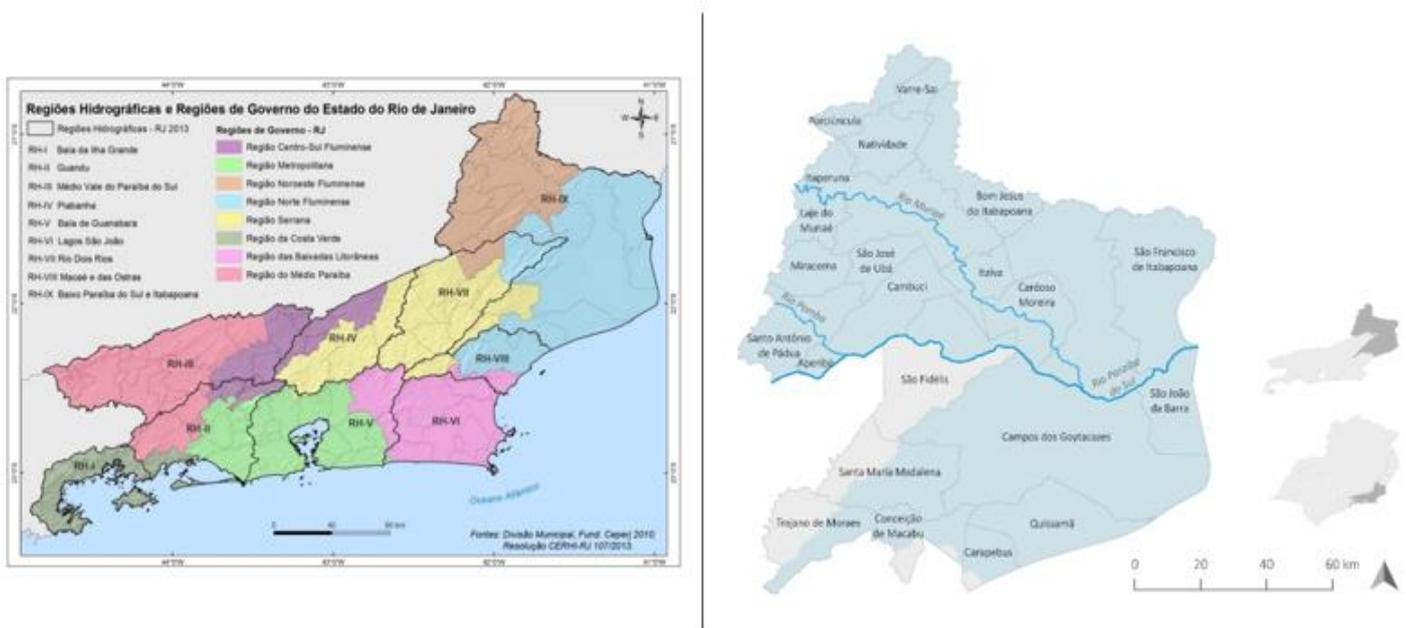
Fonte: CRESPO et al. (2010)

Dentre todos esses atributos que compõem o meio que engloba o homem e a natureza integrados do Norte Fluminense, um merece atenção especial: os recursos hídricos. Isso se dá pelo fato de que, desde o século XVI, os leitos fluviais e as lagoas da região terem influenciado diretamente o processo de ocupação, direcionando fluxos, facilitando ou impedindo a fixação no território, orientando a circulação intra e interregional, sendo importantíssimos para sua conformação. Diversos são os trabalhos realizados que dividem espacialmente o território fluminense tendo como referencial a questão da água (exemplo: a regionalização por Balanço Hídrico da Agência Nacional das Águas – ANA; os estudos do Comitê de Bacias Hidrográficas da Secretaria do Estadual do Meio Ambiente; o monitoramento da qualidade da água feito pelo Instituto Estadual do Ambiente - Inea; etc.), mas baseamos-nos na caracterização no Diagnóstico do Plano Estadual dos Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, que dividiu o estado em “regiões hidrográficas”(RH)¹³, elaborado pelo Instituto Estadual do Ambiente, no ano de 2014 – INEA (2014).

¹³ Cabe destacar que essa divisão em regiões hidrográficas está incluída em um estudo nacional, instituída pela resolução nº 32/2003 do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos (CNRH). Neste contexto, o estado do Rio de

Seguindo esse estudo, o estado do Rio de Janeiro é dividido em nove Regiões Hidrográficas (RH) (RH-I Baía da Ilha Grande, RH-II Guandu, RH-III Médio Paraíba do Sul, RH-IV Piabanha, RH-V Baía de Guanabara, RH-VI Lagos São João, RH-VII Rio Dois Rios, **RH- VIII Macaé e Rio das Ostras e RH- IX Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana**), com essas duas últimas compondo quase a totalidade do Norte Fluminense (com a exceção de São Fidélis que se encontra na RH VII). A figura 5, elaborada pelo Inea e pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Agevap), no ano de 2017, explicita a forma com que essa regionalização delimita os diferentes espaços do estado fluminense, ao mesmo tempo em que permite a visualização dessa divisão estabelecida na porção norte do estado.

Figura 5: Regiões Hidrográficas e a divisão da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul



Fonte: INEA (2014) e AGEVAP (2017)

A região hidrográfica de Macaé e Rio das Ostras são compostas pelas bacias da Lagoa do Imboassica e pela bacia do Rio Macaé. A primeira possui cerca de 50km², ocupando parte do município de Macaé e de Rio das Ostras, contendo somente o curso d'água do rio Imboassica como significativo. A segunda bacia compreende cerca de 1.765 km², sendo limitada ao norte pela bacia do Rio Macabu, ao sul pela bacia do Rio São João, a leste pelo Oceano Atlântico e a oeste (Serra do Mar) pela bacia do Rio Macacu. Inclusive, é na fronteira oeste (principalmente

Janeiro compõe a região Hidrográfica do Atlântico Sudeste, que é caracterizada por ter suas bacias de rios desaguando no oceano Atlântico.

nos municípios de Macaé, Nova Friburgo e Casimiro de Abreu) que se encontram as nascentes dos rios que compõem essa região hidrográfica. O principal leito fluvial dessa RH é o Rio Macaé, com seu curso possuindo cerca de 136 km de distância, que vai do Pico do Tinguá (1560 m de altitude) até a Praia da Barra, em Macaé, tendo sete afluentes na sua margem direita e nove na margem esquerda.

A região hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana é caracterizada pelo quantitativo elevado de cursos d'água e pela existência de inúmeras bacias hidrográficas¹⁴. De acordo com levantamento realizado pela Secretária Estadual do Meio Ambiente, por intermédio do Projeto Planágua, no ano de 2001, a região em questão conta com cerca de trinta e nove lagoas e lagunas (além daquelas que se encontram nos tabuleiros do baixo Itabapoana e que não foram catalogadas) e mais de cem cursos d'água, entre rios (principais e afluentes), riachos e canais. Dentre estes, como o próprio nome da RH expõe, os principais são o Paraíba do Sul e o Itabapoana.

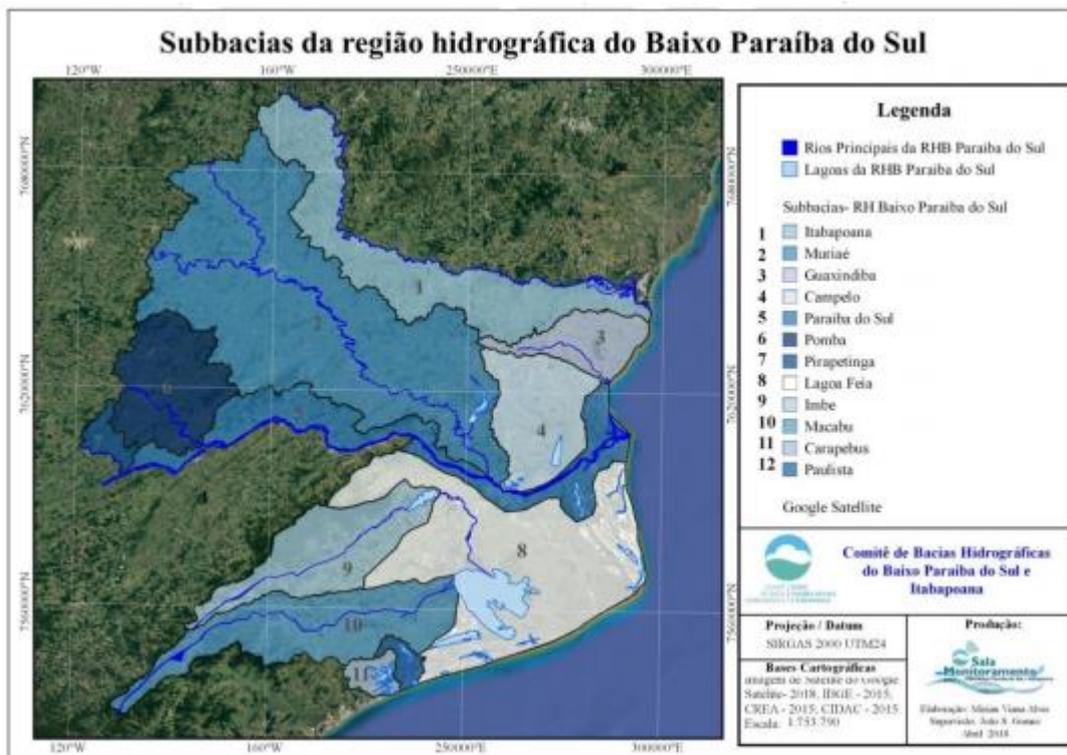
O Rio Paraíba do Sul possui cerca de 1.137 km de extensão, com a nascente na Serra da Bocaina (no estado de São Paulo) e a foz em São João da Barra, mais especificamente na Praia de Atafona. Sua bacia, com uma área total de 57.000 km², corresponde a 6% da superfície da região Sudeste, e no decorrer do seu curso abastece cerca de 12 milhões de pessoas. Quando corta o Norte Fluminense, seus principais afluentes são o Rio Pomba (com 265 km de extensão e nascente na zona da mata mineira, em território fluminense passa pelos municípios de Aperibé e Santo Antônio de Pádua) e o Rio Muriaé (também tendo sua nascente na zona da mata mineira, possui 188 km de extensão e em terras fluminenses passa pelas cidades de Laje do Muriaé, Itaperuna, Italva e Cardoso Moreira).

O Rio Itabapoana tem sua cabeceira na Serra de Caparaó (MG), onde começa com o nome de Rio Preto, denominação que muda para Itabapoana depois de receber o Rio Verde, na divisa do estado de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. A partir desse encontro, se estende por 250 km, servindo de limite natural entre os dois últimos estados citados. A sua bacia hidrográfica recebe cargas d'água de pequenos rios que se encontram nos municípios de

¹⁴ Compõem a região hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana as seguintes bacias hidrográficas: Bacia do Muriaé, Bacia do Pomba, Bacia do Pirapetinga, Bacia do Córrego do Novato e Adjacentes, Bacia do Rio do Colégio, Pequenas Bacias da Margem Direita e Esquerda do Baixo Paraíba do Sul, Bacia do Jacaré, Bacia do Campelo, Bacia do Cacimbas, Bacia do Muritiba, Bacia do Coutinho, Bacia do Grussaí, Bacia do Iquipari, Bacia do Açu, Bacia do Pau Fincado, Bacia do Nicolau, Bacia do Preto, Bacia do Preto Ururaí, Bacia do Pernambuco, Bacia do Imbé, Bacia do Córrego do Imbé, Bacia do Prata, Bacia do Macabu, Bacia do São Miguel, Bacia do Arrozal, Bacia da Ribeira, Bacia do Carapebus, Bacia do Itabapoana, Bacia do Guaxindiba, Bacia do Buena, Bacia do Baixa do Arroz, Bacia do Guriri.

Porciúncula e Varre-Sai, mas o seu curso está quase que totalmente presente, no lado fluminense, em Bom Jesus do Itabapoana, Campos e São Francisco do Itabapoana, onde possui sua foz. A figura 6 a seguir, elaborada por Alves e Siqueira (2018) no texto que expõe as características morfométricas da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, indica a diversidade de leitos fluviais existentes na porção norte do estado do Rio de Janeiro e sua complementariedade, ao ponto de integrarem uma só região hidrográfica.

Figura 6: Mapa das Sub-bacias da região hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul



Fonte: ALVES e SIQUEIRA (2018)

O reconhecimento da existência desses diferentes leitos fluviais é relevante na medida em que por eles fluxos foram estabelecidos, conectando as diferentes espacialidades que compõem a região. Assim, por seu intermédio, dinâmicas econômicas, sociais e políticas foram configuradas, permitindo a ocupação do território. De toda forma, buscou-se neste tópico compreender melhor a maneira pela qual os elementos do meio se fizeram presentes nas dinâmicas de constituição da região. Tentou-se caracterizar esse meio que representa o Norte Fluminense a fim de elucidar as diferentes influências que ele teve na conformação dos processos que configuram o espaço regional. Contudo, há de se ressaltar que, ao mesmo tempo, os atributos do meio também podem ser utilizados para a delimitação de uma regionalização,

influenciando então nos processos e nas formas consolidadas dos recortes espaciais. No final do século XIX, início do século XX, os principais estudos de regionalização (tanto os oficiais, quanto os acadêmicos) usaram como base o aspecto dominante do meio para sua constituição. Assim, cabe um melhor entendimento sobre essa questão, para depois se aprofundar nas diferentes regionalizações do Norte Fluminense.

2.2 –O MEIO E O “REGIONALIZAR”

A caracterização do meio do Norte Fluminense abre a possibilidade de desenvolver outro debate relevante: a relação do quadro natural com a regionalização. Durante muito tempo, predominava a ideia de que os estudos relacionados à divisão espacial teriam que ser feitos com base nas análises dos padrões, grupos, tipologias e unidades dos elementos naturais. Por esta perspectiva, as fronteiras eram estabelecidas a partir da homogeneidade e intensidade das interações dos componentes que integram os recortes delimitados, com a região sendo definida pela singularidade destes intercâmbios, diferenciando-se dos demais espaços (pelo menos daqueles próximos) por isso. Essa forma de instituir o regional se fez presente (e ainda se faz, em certa medida) tanto nos debates geográficos, quanto nas ações de se pensar o território nacional pelo aparato governamental, tendo reflexo nas proposições oficiais de regionalização.

Essa preconização do ambiental como base dos estudos regionais fica evidente já nas primeiras propostas e estudos surgidos no Brasil, desenvolvidos no final do século XIX, no decorrer da República Velha. Até esse período, em função da resistência por parte do Governo Imperial nos trabalhos que pensavam as diferentes regiões nacionais por suas singularidades, havia uma tentativa de estabelecer um discurso de coesão nacional, buscando manter o controle sobre o território de tamanho continental. Desta forma, qualquer argumento que favorecesse uma cisão com o poder central, ou que enaltecesse as particularidades de uma determinada região, fugindo da sua ligação com o poder imperial, não era visto com bons olhos (a maioria dos levantes populares do período tinham a experiência de uma ‘identidade regional’ como um dos pontos de revolta). Essa tensão entre as elites locais e o poder imperial foi refletida nos debates das políticas regionais estabelecidas no período. Havia, neste momento, uma tentativa de uma integração das diferentes regiões do país, com estabelecimento de diversos planos nacionais (Plano Rebelo – 1838; Plano Moraes – 1869); Plano Queiroz I – 1874 e II – 1882; Plano Rebouças – 1874; Plano Bicalho – 1881; Plano Bulhões – 1882; Plano Geral Viário – 1886), mas estas iniciativas eram tolhidas pela classe agrária dominante local, que via sua base de poder ameaçada (PORTUGAL e SILVA, 2020). Com isso, as ações para consolidação de

integração das dinâmicas regionais no século XIX eram limitadas pela relação de poder político e econômico estabelecido no período.

Contudo, no final do século XIX e início do século XX, entre 1889 e 1930, com o republicanismo instaurado no país, uma nova questão é posta no contexto: a transformação do Brasil em uma República Federativa. A partir da influência dos processos políticos estadunidenses e de seu federalismo, associado a pressões internas (principalmente dos grupos oligárquicos que buscaram espaços na política nacional), ao invés de se buscar o controle por intermédio da coesão de um único bloco territorial, pensou-se o país como a união de diversas diferenças. Por parte do governo republicano instaurado, essa iniciativa traria a possibilidade de reforçar a ocupação física de grandes porções territoriais e a apropriação material desses espaços. Para isso, foi-se propagado um ideário de nação, no qual as particularidades poderiam ser exaltadas, mas elas ficariam em segundo plano em razão da integração para o desenvolvimento. Era a região como base de constituição da nação.

Com essa mudança, diversas políticas regionais para estruturação interna foram implementadas, principalmente nos estados do Sul e Sudeste (com maior intensidade naqueles que dominavam politicamente a República Velha), a fim de intensificar a circulação nacional, constituindo um mercado consumidor (SILVA e PORTUGAL, 2020). As ações eram centradas na efetivação da influência dos estados e municípios sobre o território em prol de uma fixação de um todo nacional. Contudo, mesmo com essas fronteiras bem delimitadas e ressaltadas, o que se viu foi o crescimento de poder dos blocos regionais estabelecidos, enfatizando seus particularismos, organizando-se e mobilizando com base nos discursos das singularidades regionais, tendo os aspectos naturais, culturais e econômicos como base de apoio para fazer frente as novas dinâmicas do pacto federativo, dando forma a “(...) uma república federativa de cunho regionalista” (MATOS, 2019; p. 6).

De todo modo, neste contexto de possibilidade de ênfase dos poderes regionais, abriu-se a possibilidade de pensar o Brasil pelas suas particularidades (pelo menos no plano do discurso), com infinitas características que cada região poderia oferecer, com o espaço regional deixando de ser algo reprimido para ser requerido. Neste contexto, diversos estudos que buscavam pensar as formas de regionalizar o Brasil foram desenvolvidos. A maioria deles tinha como objeto principal de análise a região natural, caracterizando-a a partir de uma relativa homogeneidade dos elementos ambientais que a compõe (relevo, clima, vegetação etc.). A escolha do ambiental para construção dessa “identidade” nacional regionalizada decorre de uma tentativa de não dar subsídios aos grupos locais para aumentarem seu poder, haja vista que os

elementos ambientais não seriam específicos de uma regionalidade, mas, sim, uma parte integrante da riqueza nacional.

Contudo, mesmo fixando seu olhar no aspecto natural, há de se ter em mente que as regiões que foram pensadas neste contexto eram inúmeras, acompanhando a diversidade de debates empreendidos, dentro e fora da ciência geográfica, acerca do espaço natural e do espaço regional. Isso quer dizer que, ao contrário do que se possa imaginar, a região natural não pode ser vista como uma simples associação de recortes de espacialidades a partir de um único e exclusivo critério ambiental, mas, sim, a partir da complexidade interacional (com a questão humana, inclusive) que a distingue.

Essa forma de abordar a região e as propostas de regionalização que derivam dela tem como base de desenvolvimento os trabalhos elaborados pela Escola Francesa, que, neste período, pensava a região como um espaço onde as características naturais e socioculturais se interpenetravam e interagiam, sendo resultantes de uma evolução histórica, que particularizavam determinado espaço e conferiam-lhe características de homogeneidade que o diferenciava de qualquer outro espaço contíguo. Neste contexto monografias regionais são escritas, tendo como bases metodológicas a descrição de vários elementos integrados (tanto naturais quanto sociais), o entendimento de sua integração, cabendo ao pesquisador o desenvolvimento da síntese dessa dinâmica. É a partir dessa síntese que será ressaltada a personalidade dessa região, pois ela revelará aquilo que há de diferente, ou seja, deixará em evidência a maneira pela qual se manifestou a composição dos diferentes elementos do meio, que dão unidade, pela complementariedade e pela solidariedade das atividades, a porções do território (GOMES, 2005 [1995]).

Assim, o desenvolvimento do trabalho não estaria baseado em estabelecer critérios para a delimitação da região e nem identificar de maneira inicial os traços distintivos do espaço analisado, mas, sim, indagar a própria região sobre sua “identidade”, sendo necessária a realização de um trabalho de campo. Por esta perspectiva, ressalta Gomes (2005 [1995]), a região é uma unidade concreta, física, existindo como um quadro de referência para a população, que nela estabelece suas relações, independentemente do pesquisador para existir enquanto realidade, mas dependendo dele para revelá-la.

O principal expoente dessa forma de análise, dessa forma de se pensar a região e a maneira de regionalizar o espaço geográfico foi Paul Vidal de La Blache. Apesar de ser

influenciado pela ideia de região presente na Geologia e com ligações com a Geografia Física¹⁵ (GOMES, 2005 [1995]), Vidal de La Blache (1954) aborda de maneira significativa a questão humana da região, dando grandes contribuições para o desenvolvimento do conceito. Seus escritos se colocam em oposição às ideias do determinismo ambiental, indo contra principalmente o aspecto fatalista e mecanicista da relação homem- natureza, enfatizando uma postura relativista desse processo.

De acordo com Vidal de La Blache (1954), a interação dos aspectos naturais e humanos são importantes no entendimento da região, principalmente pela singularidade que deriva desse processo. Para o autor, se fazia importante analisar as diferentes partes da superfície terrestre, as características próprias das sociedades existentes que se fixavam nessas porções e como as unidades elementares que derivavam dessa relação se articulavam com o todo. Assim, focando na interação entre homem e natureza, procurou extrair as diversas particularidades que compõem a região.

Tendo essas questões como ponto de análise, Lacoste (2001 [1976]) desenvolve críticas no que tange o conceito de região “lablachiana”. Para este autor, Vidal de La Blache enfatiza em demasia a relação homem-natureza, desconsiderando o homem e suas relações sociais e de produção. Indo além, para Lacoste (2001 [1976]) esse ser social que compõe a região é, sobretudo, residente no campo, sendo influenciado pelas paisagens ancestrais que seus antepassados modelaram e organizaram. Assim, os espaços urbanos e industriais, que são dinâmicos, com intensas e rápidas transformações, não podem ser abarcados por essa metodologia de análise regional proposta por Vidal de La Blache.

Sobre as críticas, concorda-se com Lencioni (2014) quando afirma que elas são exageradas. Para esta autora, Vidal de La Blache enfatiza o aspecto rural nas suas análises por conta de essa ser a realidade vivida pela maioria dos homens do século XIX. Indo além, chama a atenção para o fato de que no campo a relação entre homem e natureza é mais destacada que na cidade, logo, este ponto, que é a base para a constituição da unidade geográfica naquele período, tende a ser ressaltado, juntamente com os estudos agrários. Mas, de todos os aspectos abordados nas críticas que são feitas acerca das discussões que propõe, o que considero mais injusto está atrelado ao fato de não considerarem seus escritos como um todo, focando em

¹⁵ Sobre a relação de Vidal de La Blache e a Geografia Física, torna-se interessante a leitura da dissertação de Lira (2012), em que a autora trabalha a relação do autor com os estudos do Mediterrâneo e explicita a influência das diferentes disciplinas ligadas às Ciências Naturais na composição dos seus conceitos, principalmente o de circulação.

determinados elementos retirando-os do contexto. Sanguin (1993) elabora uma longa biografia sobre Vidal de La Blache e ressalta as diferentes formas com que este autor aborda as discussões acerca do processo de regionalização. Ozouf-Marignier e Robic (2007) chamam a atenção para a existência de dois “Vidais” distintos, que tratam a questão da região: o tradicionalista, defensor do local; e o modernista, ordenador do território, devendo esses serem analisados a partir de três campos de práticas que conferem sentido aos escritos¹⁶ de Vidal (o acadêmico, o das ciências sociais e o da política).

Haesbaert (2018), ao desenvolver os debates acerca da região presente em Vidal de La Blache, chama atenção para a versatilidade conceitual contida neste autor e ressalta a existência de três concepções distintas em seus escritos: a primeira prioriza as unidades fisiográficas (onde os elementos de determinação podem variar de uma região para outra, seja clima, seja geologia, seja vegetação) e pretere as divisões político-administrativas como base para a regionalização; a segunda começa a dar mais ênfase na ação humana como definidora da região, principalmente a partir da sua relação com o meio; a terceira inclui os debates, de forma implícita, da questão econômica, trazendo para a regionalização a concepção de função e modalidade. A partir dessas concepções percebe-se que Vidal de La Blache levanta questões que ainda se fazem presentes na discussão de região, com sua relevância indo muito além do pioneirismo de propor o debate. Contudo, todas essas ideias, como aponta Lencioni (2014) não foram muito propagadas pelos seus discípulos e seguidores, que enfatizaram pontos que foram duramente criticados posteriormente.

De toda maneira, a questão da singularidade e da integração dos espaços se faziam presentes nos debates que eram desenvolvidos sobre região no final do século XIX e início do século XX, caracterizando a Geografia Regional, influenciando, inclusive, os debates do regionalizar o território brasileiro. Contudo, o desenvolvimento dos debates acerca da regionalização do país, apesar de ter ligação com essas questões propostas pela Escola Francesa, se deu em um contexto particular, pois foram elaboradas em um quadro político conturbado onde a ênfase na individualização das diferentes porções regionais que constitui o país ser algo combatido a fim de não dar base aos movimentos separatistas que surgiam no período. Assim, os estudos que analisavam as diferentes regiões nacionais, sob influência do debate da singularização dessas espacialidades, foram elaborados enfatizando o aspecto natural como

¹⁶Ozouf-Marignier e Robic (2007) ressalta que Vidal de La Blache escreve dezenas de artigos que têm a divisão regional ou os recortes espaciais como base, com fundamentações que podem variar de acordo com a influência e o contexto de escrita, mas que melhor delineiam seu entendimento acerca da região.

parte de um todo. Dessa maneira, o Governo Republicano recém instituído buscava ressaltar as riquezas do Brasil, mas como um bem do país, reforçando um discurso de homogeneidade nacional.

Guimarães (1942), ao tratar da divisão regional do Brasil na primeira metade do século XX chama atenção para a diversidade de abordagem que a região natural pode assumir. Segundo este autor, o conceito/noção em questão passou por uma longa evolução no decorrer da consolidação da ciência geográfica, podendo ser dividido em duas formas de abordagem. A primeira trata a região como um contraponto do “arbitrário” e “artificial”, excluindo a questão humana e preconizando os aspectos ambientais na delimitação das fronteiras político-administrativa. Por esta abordagem, o espaço natural equivaleria a tudo aquilo que pertenceria ao mundo “objetivo”, ou seja, como sinônimo de “não-humano”. Esta região em questão poderia apresentar ainda subdivisões. Utilizando os debates de Ricchieri, Guimarães (1942) explicita que as regiões delimitadas a partir do quadro natural poderiam ser definidas como elementares se enfatizarem um único atributo do meio no processo de demarcação, ou, também, como complexa, se tiverem como base de caracterização a interação de diferentes componentes do meio natural. A segunda maneira de pensar o espaço natural no processo de regionalizar é abordada a partir da interação homem e natureza, tendo essa interrelação como base de constituição da singularidade regional, posto que é por influência desta relação que as dinâmicas são criadas e se processam.

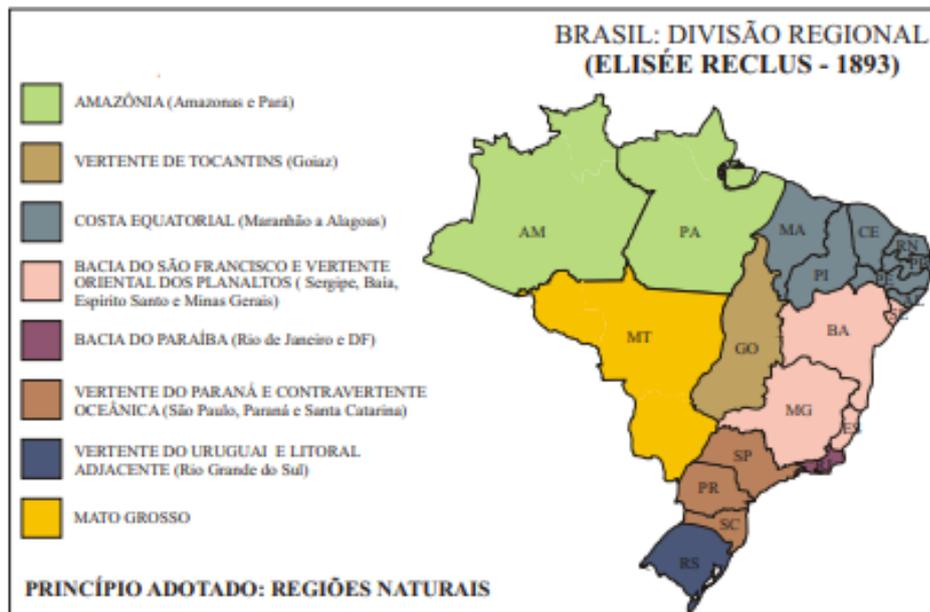
Tendo esses debates em vista, do período de formação da primeira constituição republicana nacional até a primeira proposta oficial de divisão regional elaborada pelo IBGE (1942), diversos foram os trabalhos elaborados que pensaram a regionalização do Brasil. Estes tinham a região natural e suas múltiplas discussões como referência (muitos, inclusive, foram apropriados por órgãos governamentais para pensar ações regionais). A seguir, com o intuito de ilustrar esta situação, baseado em Guimarães (1942), apresentam-se os principais trabalhos que foram desenvolvidos com o intuito de pensar a delimitação das diferenças regionais nacionais do período, enfatizando o recorte espacial gerado, suas características e os elementos utilizados na sua delimitação.

- Divisão Regional de Élisée Reclus – 1893

Em sua obra “Estados Unidos do Brasil” de 1893, Reclus estabelece a primeira¹⁷ regionalização que tem a região natural como base. A divisão que propõe preconiza a interação entre os diversos elementos do quadro ambiental, sem respeitar os limites político-administrativos dos estados. Assim, as explicações das grandes regiões, nas quais em sua denominação já se percebe a preponderância do meio, com a utilização de termos como “vertente” e “bacia”, focam nas dinâmicas ambientais existentes que caracterizam a região natural. Mesmo destacando esses pontos na explicação, na representação cartográfica opta-se por manter esses limites administrativos dos estados na delimitação das interações entre as regiões (principalmente para atender o objetivo de ensino). De acordo com Reclus, as regiões do Brasil (figura 7) são: Amazônia (AM e PA); Vertente do Tocantins (GO); Costa Equatorial (Estados nordestinos do MA e AL); Bacia do São Francisco e Vertente Oriental dos Planaltos (SE, BA, ES e MG); Bacia do Paraíba (RJ e DF); Vertente do Paraná e Contravertente Oceânica (SP, PR e SC); Vertente do Uruguai e Litoral Adjacente (RS); Mato Grosso. Interessante ressaltar que nessa divisão de Reclus (1893), o Norte Fluminense, assim como a capital federal do período, se insere na macrorregião do Paraíba do Sul, onde a principal dinâmica caracterizadora é a ação hidrográfica que a bacia em questão delimita.

¹⁷ Guimarães (1942) aponta os estudos de divisões regionais de Philipp von Martius (1843) e André Rebouças (1889) como anteriores a este. Contudo, não irei abordá-los aqui por não preconizarem a região natural (o primeiro foca principalmente a questão histórica e o segundo as zonas agrícolas).

Figura 7: Regionalização nacional de Elisée Reclus (1893)



Fonte: MORAES e ARRAIS (2002)

- Divisão Regional de Manuel Said Ali Ida– 1905

Professor Manuel Said Ali Ida, filólogo brasileiro, no seu texto “Compêndio de Geografia Elementar”, baseando-se na questão econômica, mas conciliando com a posição cartográfica e as condições geográficas, principalmente vegetação, relevo e clima, estabelece uma divisão regional na qual propõe a existência de um número menor de regiões (se comparado a Reclus). Pode-se dizer que a proposta de Ali Ida (Figura 8) é bem vanguardista, aproximando-se das grandes regiões nacionais que se tem atualmente (mudando apenas os nomes, e trazendo a Bahia para o sudeste nacional). Por seus estudos, o país teria as seguintes regiões: Brasil Setentrional ou Amazônico (AC, AM e PA); Brasil Norte-Oriental (Estados litorâneos desde o MA até AL); Brasil Oriental (SE, BA, ES, RJ, DF, MG e SP); Brasil Meridional (PR, SC e RS); Brasil Central ou Ocidental (GO e MT). Na regionalização proposta por Ali em 1905, o Norte Fluminense estaria integrado às dinâmicas econômicas do Sudeste e à posição litorânea que favoreceria o processo de exportação.

Figura 8: Divisão regional de Said Ali Ida (1905)



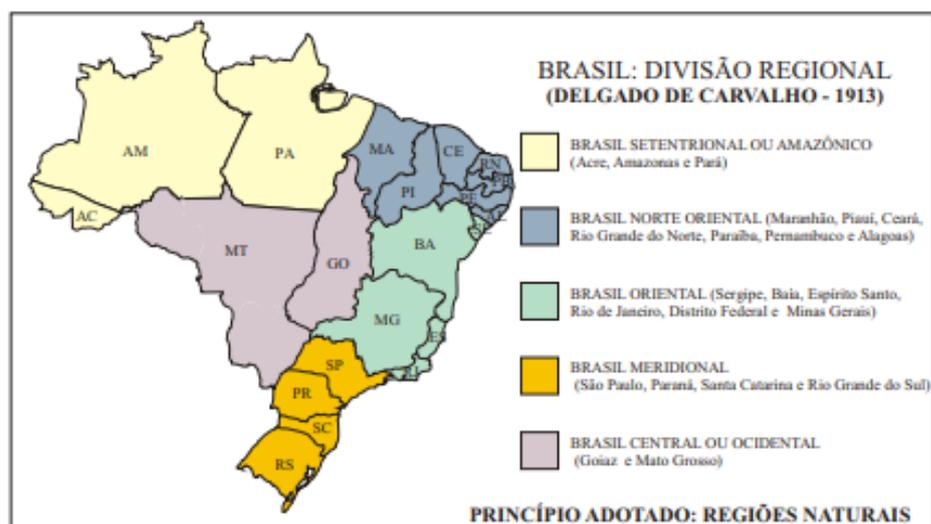
Fonte: MORAES e ARRAIS (2002)

- Divisão Regional de Delgado de Carvalho – 1913

Uma das principais regionalizações elaboradas nesse período foi a de Delgado de Carvalho, exposta em seu livro “Geografia do Brasil” de 1913. Guimarães (1942) atribui relevância a suas análises por dois motivos principais: o primeiro diz respeito ao fato de ser uma obra que deu diversas contribuições ao ensino de Geografia no território nacional, haja vista as diversas contribuições que deu no que tange a caracterização do espaço regional e como ele interagia e compunha o país; o segundo se vincula à aplicação do método regional francês na sua delimitação. Delgado de Carvalho se apropria dos debates propostos por Reclus e Ali, enfatiza a questão natural (principalmente os aspectos morfológicos, climáticos e hidrológicos), mas se aprofunda nas singularidades da região na medida em que não parte do todo para sua caracterização, e sim dos processos internos que se inter-relacionam, enfatizando a questão social.

Dessa maneira, mesmo tendo o quadro natural como norteador da divisão regional, o aspecto cultural também é trabalhado, principalmente para entender as singularidades dos espaços e a forma com que foram constituindo as dinâmicas, inclusive econômicas, de sua caracterização. Por seus estudos, o Brasil foi constituído pelas seguintes regiões (figura 9): Brasil Setentrional ou Amazônico (AC, AM e PA); Brasil Norte-Oriental (MA, PI, CE, RN, PB, PE e AL); Brasil Oriental (SE, BA, ES, RJ, DF e MG); Brasil Meridional (SP, PR, SC e RS); Brasil Central ou Ocidental (GO e MT).

Figura 9: Delgado de Carvalho (1913)



Fonte: MORAES e ARRAIS (2002)

Após os estudos regionais de Delgado de Carvalho, diversas outras análises acerca das diferentes regiões surgiram neste período, seja tendo seus escritos por base, relacionando a interação do espaço natural com o espaço cultural, dando continuidade e complementando seus debates (como as abordagens propostas por Pierre Denis [1927], Betim Paes Leme [1937] e Moacir Souza [1939]), seja seguindo outro caminho, intensificando a utilização da questão do meio como ponto principal na divisão do espaço regional (como os trabalhos de Padre Geraldo Pauwels [1926] e Roy Nash [1926]). Mas o fato é que a abordagem que enfatiza a interação da natureza e da cultura começa a ter cada vez mais relevância nos estudos sobre a regionalização do Brasil, tanto nos debates da ciência geográfica (com a predominância das monografias regionais), quanto no pensar politicamente o território, ainda mais com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930.

2.2.1 - O período pós anos 1930

Neste novo contexto político, houve o retorno da ação centralizadora por parte do governo federal e sua intervenção direta na construção de uma identidade nacional. Baseado nela, uma série de medidas foram tomadas¹⁸, na intenção de estruturação de um discurso ufanista, com a ideia de que o interesse do país sobrepujava as necessidades e os interesses

¹⁸ Como exemplo podemos citar a criação do Programa Voz do Brasil, que tinha como missão publicizar as ações e feitos do país; o fortalecimento e intensificação da relação do governo com as forças armadas; a criação de estatais etc.

regionais. Assim, não era o particular que se faria presente na constituição do todo, mas, sim, que esse particular existiria e se ressaltaria somente pela necessidade do todo. Isso minava as relações de dominação das oligarquias regionais, provocando mudanças na sua base de controle.

A partir deste novo quadro, uma série de políticas regionais que buscavam a integração do território nacional tendo como referência as demandas do governo federal foram implementadas. Associada a esta questão, intensifica-se uma política de modernização do território nacional, baseada no processo de industrialização de determinadas regiões do país (por esse processo se instituiria uma ruptura com a base econômica e de dominação política das elites agrárias). Para tanto, viu-se a necessidade de organização e estruturação das dinâmicas das diferentes regiões do país, pois a noção que imperava era a de que o progresso derivaria da ordem, que seria estabelecida de dentro para fora.

No conhecimento desse interno, um olhar mais atento para singularidades do país foi posto, haja vista que essa ação auxiliaria no reconhecimento de riquezas e intensificaria a exploração dos recursos próprios, possibilitando a integração das diversas regiões do Brasil, que no início do século XX encontravam-se mais integradas com outros países do que entre si. Assim, a criação de um aparato institucional voltado a compreender todas as particularidades e potencialidades presentes no território nacional estava mais que justificada. E é nesse contexto que se cria um aparato institucional voltado para estudos que tiveram como foco a caracterização regional. Mas essa foi feita, como aponta Nogueira (2013), de forma a não dar subsídios para a exacerbação do sentimento regionalista separatista, seja quando a caracterização centrou nos aspectos naturais, seja nos momentos em que a relação cultural foi analisada. Assim, os estudos regionais do Brasil foram desenvolvidos pelo filtro da concepção autoritária da política federal (NOGUEIRA, 2013). Ter isso em mente é importante para entender o foco dado a determinados critérios de caracterização, a ênfase em algumas regiões, entre outros pontos.

De todo modo, um ponto deve ser ressaltado acerca dos estudos regionais do início do século XX, em especial após 1930, no Brasil: a aproximação com os debates geográficos empreendidos pelos autores franceses no que tange o conceito de região. Tanto assim o foi que diversos elementos da metodologia das monografias regionais “lablachianas” se fazem presentes nas propostas de regionalização que surgiram neste momento, como a ênfase nas partes para se compreender o todo, como o foco nas interações e dinâmicas para caracterização

da espacialidade ou quando a base de caracterização for os processos ambientais, ou ainda quando a análise levar em consideração o aspecto cultural¹⁹.

O fato é que, neste período, o pensar as regiões do Brasil passou a ser uma ação institucional e de poder, com um aparato governamental e órgãos oficiais sendo criados para este fim. Ligados a esse processo surgem o Instituto Nacional de Estatística (1934), o Conselho Nacional de Estatística (1936), o Conselho Nacional de Geografia (1937), além do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938)²⁰. Concomitantemente, um aparato regulatório também foi organizado, com leis específicas promulgadas (como o Decreto de Lei nº 311 de 1938²¹, que dispõe sobre a divisão territorial do Brasil) com o intuito de estruturar os caminhos e dinâmicas pertinentes da regionalização do território nacional. A região passa a ser enfatizada como um fim (um instrumento), explicitando a relação de poder nas diversas formas no regionalizar: na maneira de conceber o recorte, no aparato delimitador, nas intenções da divisão etc.

Com esta questão em vista, começam a ser trabalhadas as primeiras regionalizações oficiais do país. Contudo, cabe destacar, mesmo que em âmbito das pesquisas geográficas deste período a questão do cultural e a interação com o meio ambiental serem tratadas como importantes na caracterização da região, as primeiras divisões do território nacional apropriadas e publicizadas pelo aparato governamental focaram nos elementos naturais. Guimarães (1942) aponta que esse fato teve relação direta com o aspecto prático de agrupar ambientes homogêneos que possibilitaria maior conhecimento sobre as riquezas/recursos do país, permitindo assim ações de intervenção e utilização.

Assim, na década de 1930 algumas regionalizações foram trabalhadas e publicadas por órgãos governamentais, como a elaborada pelo Conselho Nacional de Estatística, associada ao Ministério da Agricultura, e publicada no Anuário Estatístico Nacional, em 1938, que dividia o

¹⁹ O espaço cultural aqui tem relação direta com aquilo que é produzido pelo homem. Dentre estes trabalhos, Magnago (1995, p. 68) destaca o zoneamento de Hugo Hamann (1939), tendo por base a fisionomia econômica brasileira; o zoneamento dos tipos regionais de alimentos do Brasil, feito por Josué de Castro (1937); e até mesmo as divisões espaciais feitas por órgãos estatais, como o zoneamento geoeconômico, realizado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças (1939).

²⁰ O IBGE surge pelo Decreto de Lei nº 218 de 26 de janeiro de 1938, reorganizando os órgãos estatais de pesquisa. Ele é criado a partir do Instituto Nacional de Estatística (INE) e passa a ter o Conselho Nacional de Geografia — CNG, novo nome do CBG; e o Conselho Nacional de Estatística — CNE como órgãos colegiados, integrados, mas autônomos (LINHA DO TEMPO IBGE, 2017)

²¹<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>

Brasil em cinco grandes regiões²². Contudo, a que foi tratada como a primeira regionalização oficial do IBGE²³ foi publicada em 1942. Essa teve como principal articulador Guimarães (1942) e explicita o caráter empirista e pragmático das propostas governamentais (deixando evidente seus interesses) do momento no que tange o pensar a divisão territorial do país. Baseado nas interrelações das condições ambientais, principalmente do clima, da vegetação e do relevo, os órgãos responsáveis pelas regionalizações institucionais gerariam um fator dominante pelo qual caracterizariam o quadro ambiental homogêneo que configuraria a região. Por esta perspectiva, o Brasil, respeitando os limites político-administrativos, foi dividido em cinco grandes regiões: Norte (Território do AC, AM e PA); Nordeste (Occidental [MA e PI] e Oriental [CE, RN, PB, PE e AL]); Leste (Setentrional [SE e BA] e Meridional [MG, ES, RJ – Distrito Federal]); Sul (SP, PR, SC e RS); e Centro-Oeste (GO e MT). A figura 10 a seguir permite melhor visualização dessa regionalização do IBGE.

Figura 10: Regionalização do IBGE (1942)



Fonte: GUIMARÃES (1942)

²² As regiões delimitadas foram: Norte (AC, AM, PA, MA e PI); Nordeste (CE, RN, PB, PE e AL); Este (SE, BA e ES); Sul (RJ, DF, SP, PR, SC e RS); e Centro-Oeste (MG, GO e MT).

²³ Circular nº 1 de 31 de janeiro de 1942, pela Secretaria da Presidência da República.

No decorrer da década de 1940 e 1950 diversas modificações²⁴ foram feitas na divisão regional oficial brasileira. Contudo, todas partiram da concepção de regionalização trabalhada por Guimarães (1942). Até mesmo quando o pensar a região estava mais estruturado, com maior conhecimento (muito em função dos recursos investidos pelo governo federal, que permitiu pesquisas *in loco*) acerca das particularidades das diferentes porções espaciais do país, o que permitia uma melhor caracterização regional, as modificações introduzidas seguiam a metodologia e preceitos trabalhados na divisão estabelecida em 1942. Magnago (1995) evidencia essa situação ao explicitar a atualização da regionalização exposta pelo IBGE em 1950. Segundo a autora, partindo das cinco regiões, outras subdivisões, tendo como base a homogeneidade do meio, foram concebidas. A primeira subdividiu as regiões anteriores em outras trinta; destas, outras setenta e nove sub-regiões foram pensadas; estas, por sua vez, deram base ao reconhecimento de outras duzentas e vinte e oito zonas fisiográficas.

De toda forma, o fato foi que a primeira metade do século XX se caracterizou pela constituição da regionalização oficial do Brasil, o que propiciou o entendimento da forma com que o estado pensava as particularidades das diferentes porções regionais que compunham o todo nacional e como os diferentes processos influenciaram na sua conformação. Enfatizar isso é entender que a regionalização instituída não é neutra quanto aos debates que predominavam no contexto geográfico, ou seja, o produto final (as diferentes regiões formalizadas pelo aparato governamental) deriva não só das relações políticas que se faziam presentes no Brasil no período, mas também foram influenciadas pelos diferentes debates que transcorriam no campo da ciência geográfica acerca do conceito de região. Isso enfatiza a região como uma categoria de *práxis* e como uma categoria de análise (RIBEIRO, 2015).

Essas discussões que constituíram esse processo regional não se limitavam somente aos debates do campo geográfico. A construção da identidade nacional brasileira por intermédio das particularidades que se faziam presentes no território também recebeu contribuições de outros campos científicos: na primeira metade do século XX, obras como *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda, e *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, auxiliaram na conformação de um ser sociológico nacional, que seria marcado pelas particularidades dos diferentes processos econômicos vivenciados desde a colonização no território, mas que teriam como traço marcante a miscigenação. A literatura também contribuiu

²⁴Magnago (1995) cita como exemplo a alteração feita em 1943 com a criação de novas unidades político-administrativas (Fernando de Noronha foi incluída na Região Nordeste; Guaporé, Rio Branco e Amapá inseridos na Região Norte; Iguaçu acoplada a Região Sul; e Ponta Porã incluído na Região Centro-Oeste) e também a modificação de 1946, com a extinção dos Territórios Federais de Iguaçu e Ponta Porã.

na consolidação do “ser” brasileiro, com publicações de José de Alencar, Machado de Assis, entre outros, que ressaltavam as riquezas que se faziam presente no país. Assim, percebe-se tanto a ação prática do regionalizar, como a ação discursiva integrada à “invenção” das diferentes regiões.

De toda maneira, a ciência geográfica é ressaltada nesse movimento na medida em que ela é a responsável pela institucionalização do regionalizar. Ela, a partir de 1930, enquanto disciplina, vivencia um momento de estruturação, com a consolidação do seu campo, abrindo-se cursos (Colégio Pedro II, Universidade de São Paulo - USP, Universidade do Brasil, que viria a ser a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) e associações científicas (como a Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB) no país, que favoreceram a intensificação dos debates pertinentes à questão regional. Essa situação (contexto político associado à disseminação dos debates geográficos), como aponta Moraes (2000, p.5), traz uma singularidade específica na estruturação dos estudos geográficos, com uma distinção clara entre o “(...) pensamento geográfico e geografia (...), dois caminhos de pesquisas articulados e comunicantes, porém com balizamentos historiográficos distintos”. Assim sendo, nesse período, a instituição geográfica, pensada aqui como a disciplina acadêmica, e as ações geográficas, associada ao caráter institucional governamental, buscaram caminhos com bases conceituais distintas acerca do que seria a região.

No que tange o pensamento geográfico nacional, este começa a se estruturar sob influência direta dos autores franceses²⁵. Na década de 1930, pesquisadores como Pierre Monbeig, Philipe Arbos, Francis Ruellan e Pierre Deffontaines auxiliam na criação e estruturação da ciência geográfica nacional, com forte entrada nas instituições de ensino geográfica. Dessa maneira, os estudos regionais, a ação do homem, as questões econômicas e o elemento histórico (dentre outras questões) começam a ser levados em consideração nos trabalhos geográficos nacionais, o que fica refletido nas propostas de regionalização e no pensar as diferentes porções espaciais do país, como já apontado anteriormente.

Entretanto, a partir da década de 1940, novos atores intensificam a influência nos debates geográficos. O estreitamento de relações diplomáticas entre o governo brasileiro e norte-americano (muito em função do contexto histórico e político²⁶) reflete diretamente na

²⁵ Lira (2012) ressalta que essa ligação foi fruto de uma política diplomática de viés cultural dos franceses que buscavam, desde o século XIX, estreitar seus laços com a América Latina, no âmbito das missões científicas.

²⁶ O interesse em buscar aliados na América Latina e evitar a aproximação de Getúlio aos governos nazistas e fascistas.

ciência geográfica, com a vinda de geógrafos americanos para o país e, principalmente, com a ida de pesquisadores brasileiros (incentivados e financiados pelo governo) para os Estados Unidos com o intuito de se qualificarem e desenvolverem trabalhos acerca das mazelas do país. Dentre os geógrafos que participaram deste intercâmbio, destacam-se Jorge Zarur, Orlando Valverde, José Veríssimo da Costa Pereira, Lúcio de Castro Soares, Lindalvo Bezerra e o próprio Fábio de Macedo Soares Guimarães, todos pertencentes ao quadro institucional dos órgãos geográficos brasileiros. Com esta relação posta, uma nova perspectiva se fez presente no pensamento geográfico nacional, na qual se enfatiza o aspecto empirista e pragmático na análise das dinâmicas regionais, com a região sendo caracterizada pela questão utilitária. Assim, os escritos da Nova Geografia, em que a região é um constructo intelectual, delimitada a partir das definições prévias de suas variáveis integrantes, e estipulada com um propósito específico, predominam no ambiente de debate das instituições geográficas nacionais.

E foi esse ponto que, nas décadas de 1940 e 1950, configurou a bifurcação entre as ideias geográficas e a institucionalização da Geografia do Brasil (MORAES, 2000). De um lado estavam os geógrafos das instituições geográficas (universidades, centros de ensino etc.) que abordavam a região tendo como base, principalmente, sob a influência da Geografia Regional “lablachianas”; e do outro faziam parte os pesquisadores (também geógrafos) que compunham os quadros técnicos do aparato institucional governamental (CNG, CNE, IBGE etc.) que pensavam a região a partir de um contexto histórico e político bem específico, desenvolvendo ações que buscavam atenderas demandas daquele momento. Assim, fica claro que a regionalização de 1942, para além de ter uma finalidade, foi um produto alterado gradualmente na medida em que as relações institucionais iam sendo modificadas.

É importante ressaltar que essa “bifurcação” não criava uma relação necessária de exclusão entre essas duas perspectivas. Isso quer dizer que o debate regional desenvolvido em âmbito oficial era influenciado pelas análises da instituição geográfica acadêmica nacional, com o contrário também sendo verdadeiro. Havia uma constante interação entre essas formas de se pensar a região e isso ficou mais explícito com o avançar dos anos e com as mudanças políticas e sociais que ocorriam no Brasil, que possibilitavam alterações na relação entre as instituições geográficas acadêmica e governamental. Um reflexo deste novo contexto foi o fortalecimento dos debates da Nova Geografia, entre os anos 1950 e 1960, acerca do conceito de região tanto nos órgãos geográficos estatais ou governamentais como o IBGE, quanto nas unidades de ensino. Por esta concepção, a região passou a ser tratada como algo vivo e complexo e, por isso, mutável, caracterizada tanto pelo seu quadro ambiental, quanto pelo seu elemento cultural, e

que de maneira conjunta devem ser levados em consideração no momento de se planejar as intervenções sobre o espaço. Neste momento, houve uma aproximação entre a Geografia e a economia (e até uma certa disputa), com a região sendo pensada como um instrumento de intervenção, enfatizada pela sua função, forma, homogeneidade, polarização, ou seja, dinâmicas associadas à ação antrópica.

E essa forma de se pensar a região tem relação direta com o contexto que foi desenvolvido. A primeira metade do século XX é marcada por intensas transformações. O aparato tecnológico se adensa, a produção em massa se consolida e desenvolve, a relação do homem com o meio sofre profundas transformações. O que antes era remota possibilidade, nesse período começa a se tornar realidade: a capacidade interventora da técnica avança a tal ponto que, gradativamente, o meio natural deixa de ter centralidade nas análises. Os processos antrópicos, a maneira com que desenvolvem sua produção e a apropriação que fazem da superfície terrestre começam a ganhar cada vez mais centralidade nos estudos geográficos (LENCIONI,2014).

Concomitantemente a essas transformações técnicas ocorridas (e muito em função delas), a geopolítica mundial é reestruturada. A Europa perde a centralidade que possuía em momentos anteriores, novos polos de poder são fortalecidos, redes produtivas são realinhadas. Os Estados Unidos despontam como uma potência, tendo inclusive destaque nas produções acadêmicas. A Primeira e a Segunda Guerra Mundial geram transformações profundas em toda sociedade. O caráter destrutivo atrelado a esses eventos demandou a consolidação de um método científico capaz de fazer inferências sobre o porvir, muito em função dos esforços de reconstrução que esse evento demandou. Indo além, com a necessidade de reestruturação, a noção de desenvolvimento industrial toma conta dos debates, sendo um objetivo a ser alcançado. Eis que o neopositivismo encontra terreno fértil para se consolidar e é isso o que acontece, principalmente entre a década de 1950 e 1960²⁷, com a consolidação da Nova Geografia.

A predominância dessa nova vertente geográfica é fruto de transformações que transcorrem no âmago da Geografia. Distintas correntes filosóficas ganham notoriedade na orientação dos procedimentos científicos. Destas, o positivismo lógico (que se difere do positivismo empírico) se consolida, tendo como base o discurso da união das ciências,

²⁷Há de se ressaltar que a renovação geográfica derivada desse processo não significou o banimento ou a estagnação das antigas abordagens teórico-empíricas. O que ocorreu foi uma hegemonia relativa dessas análises, sendo pensamento dominante a partir da segunda metade do século XX, sobretudo entre os anglo-saxões.

intentando ultrapassar a divisão entre natureza e humanidade, tendo como um dos principais pontos de atenção a fixação no *modus operandi*, ou seja, dando ao proceder metodológico e às formas de agir perante o objeto uma centralidade. Assim, questões como linguagem objetiva, neutralidade axiológica, evidências empíricas palpáveis, fixação nos fenômenos verificáveis e outras bases do proceder científico que se relacionavam as análises das ciências naturais, passam a ser requeridos na constituição das pesquisas do campo geográfico.

A partir dessa perspectiva, a região é tratada como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares. Assim, seu conceito abarca um conjunto de unidades de áreas que apresentam uniformidade interna e grau de diferenciação em face a outros conjuntos. De maneira geral, há uma similaridade com a maneira que a região é abordada pelos estudos corológicos. Contudo, neste momento o conceito é enfatizado por ser uma criação intelectual, operacionalizada a partir de propósitos específicos, funcionando mais como uma ferramenta do que como uma forma de analisar a superfície terrestre.

Neste processo, as regiões são definidas estatisticamente, sua análise partirá da ação do pesquisador (travestido da máxima objetividade possível, acreditando estar possuído pela neutralidade axiológica) que a delimitará de acordo com o propósito de sua pesquisa, com critérios que serão selecionados a partir da necessidade das análises. Por esta via, dois enfoques, não excludentes mutuamente, podem ser desenvolvidos no que tange os estudos regionais: o primeiro está relacionado à quantidade de variáveis que podem ser utilizadas e o segundo à funcionalidade e ao comportamento dos elementos que comporão o recorte definido como região. Derivando dessa primeira abordagem, as regiões podem ser consideradas simples (quando levam em consideração um único critério para seu estabelecimento) e/ou complexas (se utilizarem vários critérios na sua delimitação). A partir da segunda forma de trabalhar a região explicitada, o recorte definido como regional é caracterizado por sua homogeneidade (com o grau de similaridade atrelado à escolha das variáveis delimitadoras, podendo gerar níveis hierárquicos e diferenciação espacial a partir do comportamento delas) ou por sua funcionalidade (definidas a partir das múltiplas relações que circulam em e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado). Essa forma de se determinar o espaço regional se fez muito presente no Brasil a partir da segunda metade do século XX. O Estado passa a implementar políticas públicas a partir desses preceitos e debates instituídos no campo geográfico. Mas isso não ocorre de maneira aleatória; provém, ao contrário, de relações

institucionais, científicas e oficiais que o país mantém com os órgãos de pesquisas estadunidenses, com intercâmbio de pesquisadores e com influência na delimitação das regiões.

Diversos foram os autores que desenvolveram seus escritos tendo essas perspectivas, ou parte delas, como elementos centrais nas suas análises, com destaque para David Griggs. Para este autor, as regiões são essencialmente classes de áreas; assim, o ato de regionalizar é análogo ao ato de classificar, entendendo-o como agrupamento de objetos, que leva em consideração similaridades em suas propriedades ou dão ênfase a relações que lhe são características. Segundo Griggs (1973), existem dois métodos para se definir regionalização: o sintético, na qual indivíduos semelhantes são agrupados em classes; e o analítico, onde uma área é recortada previamente em regiões de análise.

Dando centralidade à questão da classificação/regionalização, Griggs (1973) elenca uma série de observações que devem ser levadas em consideração na realização desse processo. Para ele, toda classificação/regionalização deve: ter um fim específico; entender que diferentes tipos de objetos podem se adequar a uma mesma classificação; compreender que as classificações não são absolutas, podendo ser alteradas de acordo com o pesquisador; levar em consideração as propriedades dos objetos; utilizar um método de delimitação exaustivo e excludente; manter o mesmo padrão na pesquisa inteira; estabelecer um princípio norteador, que orientará a divisão, significativo; e considerar de maneira correta as propriedades que compõem os critérios de classificação (GRIGGS, 1973). Essas questões foram apropriadas pela ditadura militar (1964-1985) e sua política desenvolvimentista. Assim, o conhecimento do território sob essas bases e o entendimento da região a partir dessas questões se fez presente nos debates regionais a nível nacional.

Tendo em vista as questões postas pode-se afirmar que, gradativamente, a região, enquanto um conceito, vai perdendo importância, ou como ressalta Haesbaert (2018), ela vai morrendo. Contudo, *pari passu* em que essa abordagem contribuiu para a “morte” da região no âmbito do debate geográfico, a questão regional ganha importância na ciência econômica²⁸. Neste contexto, o desenvolvimento de uma abordagem regional que não leva em consideração a historicidade e se baseia em lógicas econômicas e mensuráveis estatisticamente se fazia presente nos estudos de Von Thunen (no final do século XVIII e início do XIX), Alfred Weber (no século XIX), Christaller e Losch (na primeira metade do século XX). Em comum, estes autores desenvolviam uma abordagem da região, mesmo que em alguns casos não utilizando

²⁸ Na década de 1950 há inclusive o estabelecimento da Ciência Regional, fundada por Walter Isard, nos EUA.

esses conceitos propriamente ditos, tratando o espaço como um substrato neutro, onde se repousavam as atividades econômicas, no qual o sistema social implementaria dinâmicas que podem ser caracterizadas e entendidas por intermédio de leis de caráter universal, sem levar em conta a importância dos fatores regionais (BREITBACH, 1988).

Esta relação entre região e economia ganha contornos diferentes dessa abordagem regional clássica a partir da década de 1960. Esta perspectiva tem como base o entendimento das dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento regional, buscando teorizações para a questão do desenvolvimento desigual do espaço e se esforçando para implementar e operacionalizar ações que visam alterar a realidade vigente. Por esta via, o planejamento ganha destaque e as soluções atreladas ao desenvolvimentismo sobressaem. Segundo Duarte (1980), neste momento a regionalização era entendida como um instrumento de ação e a região era tida como um sinônimo de espaço econômico, considerado como uma unidade. Assim, ao se desenvolver as sucessivas análises regionais parciais, extraindo sínteses desses processos, definia-se os modelos de operacionalização que serviriam de base para as ações planejadoras.

Dois autores que se destacaram pelo desenvolvimento dos estudos regionais nesse período foram François Perroux e Jacques Boudeville. Para o primeiro autor, partindo de sua análise de polo de crescimento, a expansão econômica não se dá de maneira equilibrada e homogênea, gerando diferenciação no espaço. Assim, ele busca entender as razões pelas quais essa situação decorre, enfatizando as especificidades regionais que determinam as desigualdades do crescimento econômico, dando centralidade à influência que uma empresa motriz gera sobre o conjunto de atividades, os fluxos e as relações que estabelece (PERROUX, 1967). A ação dessa empresa motriz gera uma região motriz a partir do alcance de sua polarização, possibilitando, inclusive, subpolarizações atreladas a ela, caracterizando então uma região. A partir dos seus escritos, tem-se estabelecida a existência de dois tipos de regiões: a funcional (também conhecida como nodal ou polarizada), que expressa a relação entre áreas tendo como base os fluxos; e a homogênea (uniforme), conceituada a partir da identificação de semelhança (econômica, principalmente) entre áreas, ligadas a polos de influência, podendo haver tantas regiões quantos forem os critérios de caracterização.

Já os escritos de Boudeville (1973) tratam a região de maneira similar a Perroux, mas consideram a existência de três espécies distintas: a homogênea, a polarizada e a plana (ou de programa). A primeira consiste em um espaço contínuo, onde cada parte integrante apresenta características semelhantes umas às outras, podendo servir como um instrumento estático de análise. As regiões que mais podem se adequar a essa tipologia é a de base agrícola, devido a

sua continuidade e a sua similaridade interna. A segunda é marcada pela singularidade na sua composição e pela integração devido à complementaridade que pode existir entre si, principalmente entre o polo motriz e as subpolarizações derivadas. Desta maneira, as noções de interdependência, de intercâmbio e de desigualdade se fazem presentes nessa região, podendo ser relacionadas ao meio urbano que possui atividades que estão em constante fluxo e necessitam de outros ramos para se manter. A terceira apresenta um aspecto singular em comparação às outras duas, por ser fruto de ações pensadas para sua constituição.

Em meio a esse contexto, principalmente no decorrer da década de 1960 e 1970, quando a região é ressaltada como um instrumento de ação interventora do Estado na organização espacial, com ligações direta com as questões econômicas, a Geografia Ativa começa a ganhar destaque, tanto nos órgãos institucionais de regionalização, quanto no âmbito da Geografia acadêmica. Seguindo os debates desenvolvidos no âmbito desta vertente de estudo, não se pode entender o debate regional sem se ter em mente que a polarização e as redes são centrais para a organização espacial. Para George e Kayser (1980), autores que podem ser considerados expoentes na abordagem da Geografia Ativa, as regiões são organismos vivos e complexos, resultantes de uma associação de fatores ativos e passivos, com variação de intensidade, sendo, assim, mutáveis, que estão inseridos em um quadro natural e possuem três características essenciais: fortes laços entre seus habitantes, uma organização em torno de um centro relativamente autônomo e um integração funcional em uma economia global. Tendo essas características como elementos basilares, discute-se a região pela perspectiva do desenvolvimento desigual, buscando meios para minimizar essa questão. Neste sentido, os estudos regionais, de maneira mais intensa, assumem posição de objeto para intervenção do homem sobre o espaço, cabendo à Geografia, muito mais que à Economia, o protagonismo nesse processo.

Nessa função de organização do espaço a ação do Estado ganha notoriedade. O homem, por via institucional, se entende como um ser capaz de moldar as dinâmicas espaciais. Assim, caberia ao Estado o desenvolvimento de estudos e ações que busquem a superação das desigualdades regionais cristalizadas na superfície em função da intensificação do processo de urbanização e industrialização. E é por essa diferença das espacialidades que se têm a constituição da região. Segundo George e Kayser (1980), regiões são constituídas a partir de dinâmicas desiguais do espaço, cujo processo de formação se vincula ao modo de produção vigente. Por esta relação, os autores identificam dois processos de criação da região: a liberal e a voluntária. A primeira é histórica e natural, fruto de articulações antrópicas nessas esferas e,

como tal, é espontânea. A segunda é programada, oriunda de um plano para seu estabelecimento. Contudo, mesmo sendo oriunda de uma ação estatal intensa, isso só não basta para seu sucesso, pois, se assim fosse, nos países de economia planificada não haveria a desigualdade regional.

Apesar dessa forma de abordagem do regional não partir da região, e sim instituí-la como uma forma de mobilizar dinâmicas de estruturação espacial, isso não quer dizer que os processos existentes na espacialidade e que compõem o espaço regional sejam desconsiderados. As características existentes, de maneira direta ou indireta, geram modificações e são consideradas no momento da constituição dos planos regionais. Isso fica claro ao se pensar o exemplo de Campos no contexto sobre os estudos regionais e os grandes projetos de investimentos como parte das políticas desenvolvimentista que tiveram como base esses preceitos acerca da região, no decorrer da década de 1970. Em meio às discussões de modernização do território nacional e com a instituição de planos estruturados regionais, o que foi “pensado” para a região não foi exatamente aquilo que foi aplicado. No contexto de estruturação do parque petrolífero fluminense (nacional) e os projetos de desenvolvimento do setor no país, as dinâmicas territoriais e regionais postas foram fortemente influenciadas pelos processos políticos e econômicos locais, com a elite açucareira constituindo um discurso regional, “fechando” a região pela atividade canavieira, buscando financiamento para o fortalecimento deste setor, preterindo as questões vinculadas ao setor energético, que se readequou às novas dinâmicas postas. Assim, a região-plano (ou programa) é uma virtualidade, mas não se pode pensar sua materialização sem ter o real como referência.

Diante dessas mudanças no contexto geográfico, político, econômico e cultural acerca do conceito de região, as propostas de regionalização do país deixaram de focar no aspecto natural (sem excluí-lo da análise) e passaram a preconizar os processos socioeconômicos como principais caracterizadores dos diferentes espaços que compõem o todo nacional. Exemplo dessa questão foi o estudo de Pedro Geiger, de 1967, que a partir da interação do quadro natural com o social, mas tendo por base as dinâmicas antrópicas (principalmente questões históricas e econômicas), dividiu o Brasil em três Regiões Goeconômicas, a saber: Amazônia, Nordeste e o Centro-Sul. Essas macrorregiões, por sua vez, seriam subdivididas em regiões menores, tendo como base elementos como recursos naturais, movimentos da população, objetivos da produção, estrutura social e relações comerciais interregionais.

No âmbito dos órgãos governamentais que trabalham o espaço regional no país, a modificação também ficou explícita. Tanto é verdade isto que, na década de 1970, com o

Decreto de Lei nº 67.674²⁹ uma nova regionalização do território nacional foi instituída. Essa não teve como base de divisão o quadro natural (apesar de considerá-las na sua caracterização), mas, sim, dinâmicas sociais, como a produção (industrial e agrícola), a distribuição espacial da população, a infraestrutura dos transportes, a atividade terciária, entre outros pontos. Assim, com esse novo debate posto, o Brasil foi dividido em cinco macrorregiões (figura 11): Norte (AM, AC, PA, Território do Amapá, Território de Roraima e Território de Rondônia); Nordeste (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA); Sudeste (MG, ES, RJ, SP e GB); Centro-Oeste (MT, GO e DF); e Sul (PR, SC e RS). Tendo como referência essas macrorregiões, trezentos e sessenta e uma microrregiões foram pensadas, caracterizando-se pela individualização derivada da combinação dos elementos geográficos que a compõem – regiões homogêneas (o que reforça a influência dos debates da Geografia Ativa neste contexto).

Figura 11: Regionalização do Brasil (1970)



Fonte: LIMA et al. (2002)

Atualmente, outras questões são levadas em consideração na definição da divisão regional oficial, mas isso não quer dizer que os elementos naturais não sejam utilizados. Estes

²⁹<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67647-23-novembro-1970-409148-publicacaooriginal-1-pe.html>

são levados em consideração principalmente na execução de ações de planejamento e organização do território. Assim, pensa-se as diferentes regiões a partir das variáveis que serão importantes na estruturação do espaço e implementação das políticas de modificação, existindo tantas regiões quanto forem as variáveis possíveis de utilização. Essa ação regionalizadora remete aos debates da Nova Geografia da década de 1950, só que atualizada no conceber (principalmente pela questão interacional geossistêmica como norte) e no agir (com modernos aparatos que possibilitam um recorte mais preciso). Sobretudo, ela aponta para a peculiaridade do debate regional que é a coexistência de diversas formas de concepção e caracterização da região que não necessariamente está vinculado ao aparato governamental que institucionaliza o recorte, mas que se apropria desses novos debates em mudanças das regionalizações institucionais.

Tal situação fica clara quando se toma como exemplo o estado do Rio de Janeiro. Ligado ao processo de crescimento econômico que ocorreu no início do século XXI — centrado principalmente nas porções mais ao norte dos limites fluminense, muito em função da exploração petrolífera e dos Grandes Projetos de Intervenção que começaram a se estruturar — propostas de regionalização surgiram. Estas repensavam o modo de compreender as dinâmicas regionais, buscando implementar incentivos e políticas públicas que possibilitem uma maior intervenção nas diferentes espacialidades que integram o estado. Para tanto, maiores informações e estudos acerca das singularidades regionais eram requeridos, viabilizando ações específicas de transformação territorial. Estes partiram, por vezes, tendo como base elementos e interações naturais que se fazem presentes no território fluminense, fazendo, assim, uma regionalização estruturada pelo quadro natural (mesmo quando levam em consideração a questão antrópica). Como exemplo desses trabalhos de regionalização pode-se citar o mapa de vulnerabilidade da população dos municípios do estado do Rio de Janeiro frente às mudanças climáticas da FIOCRUZ, de 2014³⁰, ou o monitoramento da qualidade do ar do estado do Rio de Janeiro, feito pelo Inea em 2012³¹, ou o relatório das bacias hidrográficas e rios fluminenses, da Secretaria do Estado do Meio Ambiente, de 2001³².

De qualquer forma, as discussões empreendidas nesta seção possibilitaram melhor entendimento acerca das questões ligadas à delimitação espacial. O ato de regionalizar, os debates sobre a divisão territorial, constituindo assim regiões, mesmo quando feito tendo os

³⁰http://www.fiocruz.br/ioc/media/20150722_Relatorio_Final_RJ.pdf

³¹http://200.20.53.26:8080/cs/idcplg?IdcService=GET_FILE&fldFile=fFileGUID:F370B6DC00B2E536C8BC1F05A1F97A26&fldBrowsingMode=contribution

³²http://www.ciflorestas.com.br/arquivos/doc_bacias_ambiental_18875.pdf

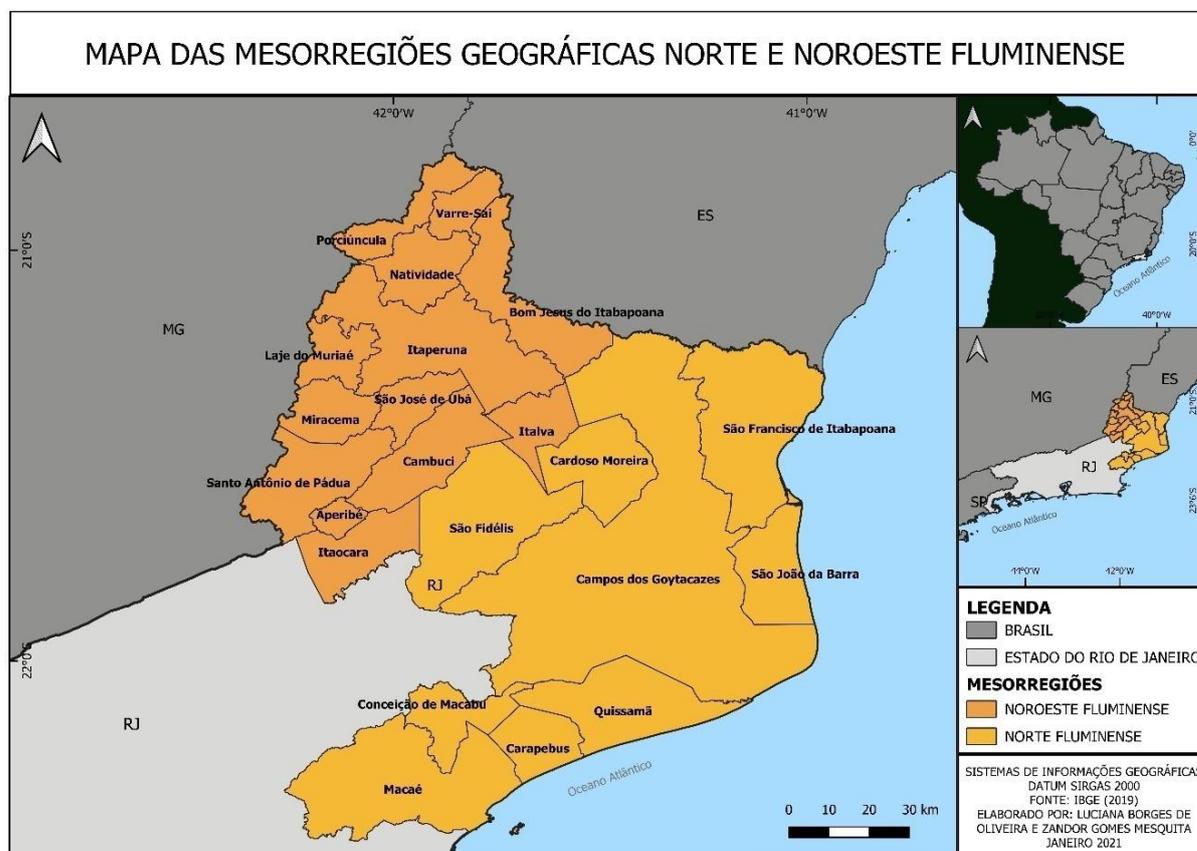
elementos naturais como base, são perpassados por processos históricos, culturais, sociais e políticos que devem ser ressaltados. As formas espaciais constituídas nunca são puras e nem são naturais, mesmo quando o ambiental é o que norteia. Elas derivam de uma série de ações e relações que criam esse produto, ao mesmo tempo em que influenciam as dinâmicas que representam.

No tópico a seguir, as questões naturais, políticas, sociais, econômicas e simbólicas que compõem o processo de divisão das espacialidades serão enfatizadas. Para tanto, buscar-se-á as bases de constituição das delimitações que foram sendo empreendidas ao longo do tempo no Norte Fluminense, desde o período colonial até os dias atuais, ressaltando as dinâmicas que influenciaram sua configuração e as maneiras com que foram significadas, apropriadas e ressignificadas. Ou seja, o foco estará na “arte” criadora do espaço regional, a fim de se compreender as diferentes “di-visões” institucionalizadas que foram sendo construídas, colocando-as em relação constante com o “fato” constituidor, possibilitando assim refletir, no próximo capítulo, sobre os processos de formação sócio-espacial que são base para a existência da região.

2.3 – OS DIFERENTES “NORTE FLUMINENSE” INSTITUÍDOS: DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS À ORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO DA BACIA DE CAMPOS (Ompetro)

Como já foi debatido, a ação institucional do regionalizar no Brasil é recente, data do século XX, momento em que houve uma mobilização do aparato governamental com o intuito de conhecer as particularidades que integram o território nacional e estabelecer um agrupamento de tais características a partir de sua homogeneidade. No que tange especificamente a região Norte Fluminense, a sua constituição “oficial” foi promulgada na década de 1970 pelo IBGE, quando foram realizadas pesquisas acerca da produção agrícola brasileira. Atualmente, a porção norte do estado do Rio de Janeiro apresenta a seguinte “di-visão” política institucionalizada, constituída dos seguintes municípios (figura 12).

Figura 12: Mapa da atual divisão política e institucional da porção norte do estado do Rio de Janeiro (IBGE)



Contudo, há de se entender esse regionalizar instituído a partir de longo processo de ações de delimitações territoriais, que datam desde o período colonial, constituídos a partir das diferentes dinâmicas regionais que, ao mesmo tempo, integram uma espacialidade comum, ao mesmo tempo em que as distinguem dos demais territórios. Desde o contexto da colonização do Brasil, pode-se dizer que foi constituído um regionalizar que particularizou o Norte Fluminense e que esta ação, influenciada por diferentes dinâmicas, afetou diretamente os processos conformadores de sua espacialidade. Com esta perspectiva em vista, cabe melhor explicitação sobre as diferentes regionalizações que foram implementadas no decorrer de sua constituição, ressaltando as variações dos limites territoriais que foram sendo “impostas” e as principais relações que influenciaram na sua composição.

2.3.1 – Das capitânicas hereditárias até a década de 1970

No que tange os aspectos sociais, econômicos e de relações de poder que foram conformadas ao longo dos anos, Campos é quase sinônimo de Norte Fluminense. Tal situação deriva, principalmente, da polarização histórica exercida por essa cidade (extrapolando

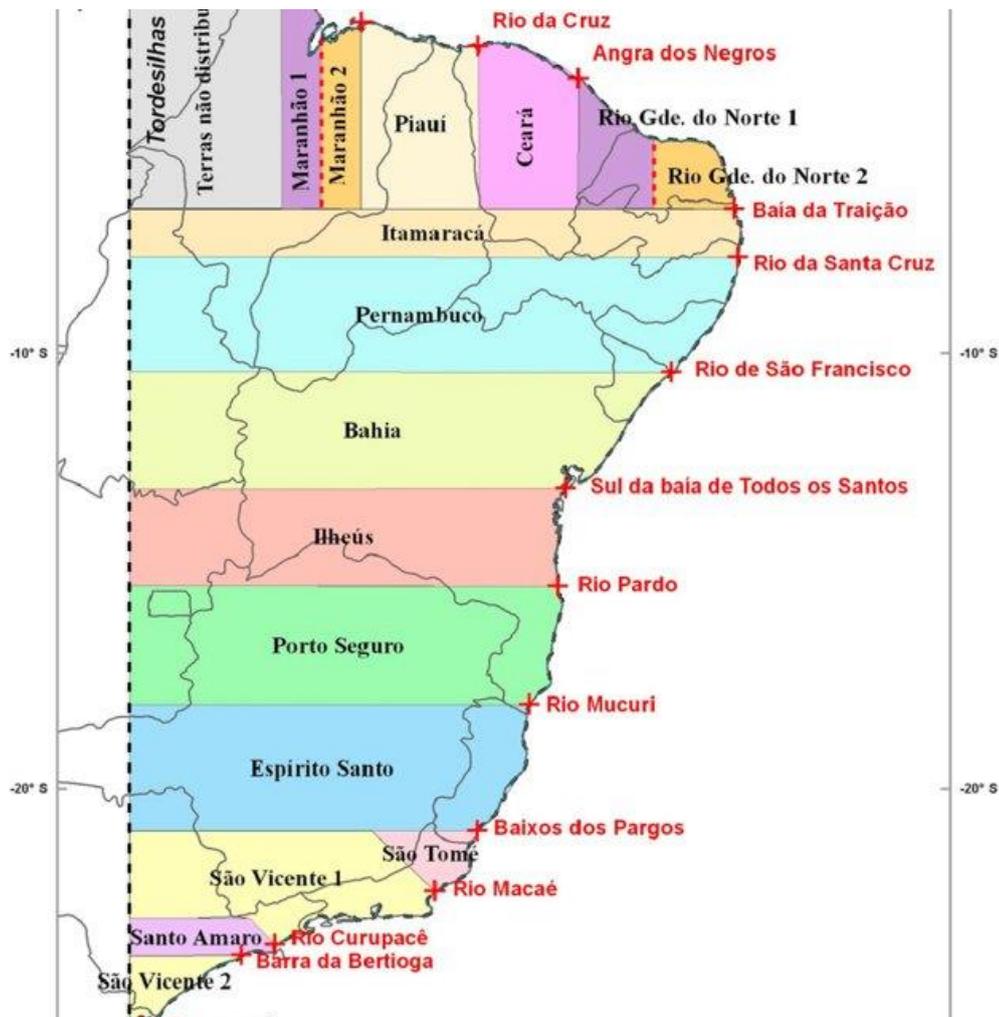
inclusive os limites fluminense, influenciando porções territoriais do Espírito Santo e de Minas Gerais) que, a partir do século XVIII, com a atividade canavieira, prospera e ganha notoriedade no cenário estadual e nacional. Contudo, as bases dessa configuração foram implementadas em momento anterior, já no período da criação das capitanias hereditárias.

Os municípios que hoje compõem a região Norte e Noroeste Fluminense provém da capitania de São Tomé, doada por Dom João III a Pero de Góis da Silveira. Tendo por base a carta de doação, a referida capitania teria 30 léguas de litoral, sendo limitada ao norte pelo Baixo dos Pargos e ao sul pelo Rio Macaé (que se encontrava a 13 léguas ao norte de Cabo Frio) (PARANHOS, 1999; CINTRA, 2013). Há uma discussão na historiografia regional acerca da existência desse acidente geográfico que marcaria, ao norte, o limite da capitania. Segundo Raminelli (2018), no período da colonização, Pero de Góis e Vasco Fernandes Coutinho (donatário da capitania do Espírito Santo) firmam acordo em que o limite divisional seria o Rio Tapemery (conhecido hoje como Rio Itapemirim).

Tradicionalmente, entende-se e representa-se a divisão das capitanias hereditárias como linhas que partem de pontos específicos da costa brasileira, cortando horizontalmente o território, seguindo paralelas até encontrar o limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. Seguindo esse pressuposto, o limite oeste da capitania de São Tomé iria até essa linha imaginária traçada, fazendo fronteira com as terras sob domínio espanhol. Contudo, em recente trabalho, Cintra (2013) questiona a configuração dessas delimitações, mostrando que as representações tradicionais que predominam hoje sobre a divisão do território brasileiro no período do início da colonização não representam de maneira fiel a maneira com que as capitanias hereditárias eram distribuídas.

Baseando-se em produtos cartográficos do período, relacionando com informações históricas contidas em documentos redigidos na época (principalmente nas cartas de doação e cartas forais trocadas entre os donatários e a coroa portuguesa), onde eram ressaltadas as características das capitanias divididas, suas configurações e os limites territoriais de cada porção de terra, Cintra (2013) cria um mapa mais fidedigno da representação da distribuição das capitanias hereditárias do Brasil no século XVI (figura 13).

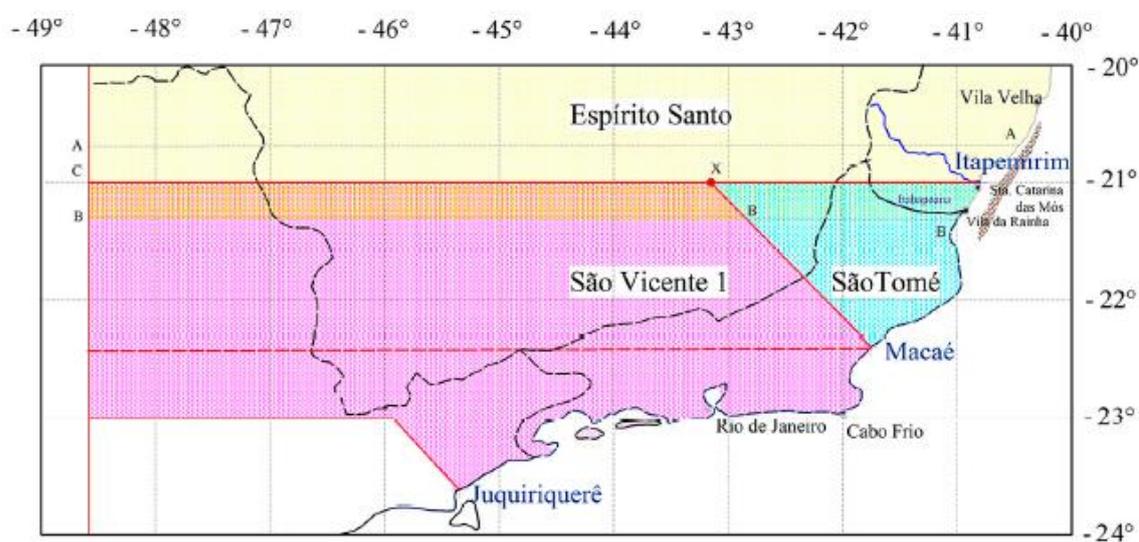
Figura 13: Mapa atualizado, segundo Cintra (2013) das capitânicas hereditárias



Fonte: CINTRA (2013)

Das atualizações mostradas por Cintra (2013), chama-se a atenção para os limites territoriais da capitania de São Tomé (figura 14). Diferentemente da visão que predominava anteriormente, as terras da capitania não seguiam rumo ao oeste tendo como fronteira o Tratado de Tordesilhas. Inicialmente, sua configuração se limitava a porções territoriais que hoje são conhecidas como Sul do Espírito Santo, Zona da Mata de Minas Gerais e Norte e Noroeste Fluminense. Assim, integrando um mesmo território, de uma maneira ou de outra, laços foram estabelecidos entre esses locais, permitindo a constituição de dinâmicas sociais, políticas e econômicas entre elas, estabelecendo a gênese de um processo regional. Com o passar do tempo, essas dinâmicas são reforçadas, com a implementação de uma rede de fluxos (no primeiro momento, tendo como base de circulação os rios, mas, posteriormente, a estruturação de um modal ferroviário e rodoviário), que possibilitou uma consolidação e ressignificação das interações que conformam essa espacialidade.

Figura 14: Divisão capitânicas hereditárias (1536) – capitania de São Tomé



Fonte: CINTRA (2017)

Contudo, mesmo com a semelhança da forma territorial entre a capitania de São Tomé e o atual Norte Fluminense, não se pode dizer que a manutenção de suas demarcações deriva de uma estabilidade das relações nessa região. O contrário é verdadeiro. Desde sua instituição, no período colonial, diversos foram os recortes elaborados para demarcar as zonas limítrofes dessa porção territorial, cada qual contribuindo e refletindo as relações de poder que conformavam o regionalizar. Assim, a explicitação dessas “fronteiras” se faz interessante, pois permite melhor entendimento sobre os recortes estabelecidos na espacialidade que viria a ser o Norte Fluminense. Contudo, há de se ressaltar que a importância dessa ação não está na busca pela exatidão dos limites postos. Entende-se que no processo de formação territorial do Brasil, principalmente no período colonial, as projeções de fronteiras estabelecidas não condiziam com a realidade vivida. Entretanto, a exposição desses diferentes “regionalizar” em forma de mapas, auxilia na explicitação das disputas que se sucediam nessa espacialidade, com ações de diferentes grupos que buscavam obter o domínio dessas terras. E esse ponto que se pretende ressaltar neste tópico.

De qualquer maneira, não se tem o intuito nesse tópico de aprofundar no debate dessas relações que delimitam a fronteiras, mesmo que estas sejam uma “projeção irreal” das dinâmicas presentes em sua constituição. Enfatizo somente as diferentes regionalizações que se sucederam, indicando as principais questões que se fizeram presentes na sua instituição,

ressaltando suas características e mostrando como alguns desses processos deixaram marcas nas redes que constituem o espaço regional atual.

Como já indicado, o Norte Fluminense começa a ser constituído a partir da criação da capitania de São Tomé e sua doação ao donatário Pero de Góes, em 1536. Este recebeu, juntamente com as terras, diversas responsabilidades, como a necessidade de criar condições propícias à colonização, incentivando o desenvolvimento de atividades econômicas e promovendo a ocupação. Contudo, diversos foram os problemas enfrentados pelo donatário no cumprimento de sua função, desde dificuldades financeiras para a otimização dos processos que intensificariam a ocupação, até dificuldades com a consolidação de uma atividade produtiva muito em função da característica do meio. Somam-se a essas dificuldades os constantes conflitos que os colonos mantinham com os povos nativos, que limitavam qualquer chance de ocupação.

Com esse quadro posto, Pero de Góis abre mão da capitania de São Tomé, cedendo essa função ao seu neto, Gil de Góis. Sobre a questão do parentesco, é interessante ressaltar uma situação: Lamego (1945) afirma que Gil de Góis era filho de Pero de Góis. Como Lamego é a base para os trabalhos da história regional, essa relação familiar entre os dois colonizadores foi propagada. Contudo, há um problema nessa questão ao se considerar a baixa expectativa de vida naquele período e o intervalo entre a saída de um donatário e a posse de outro, pois Pero abandona a região pouco tempo depois de sua chegada e morre em 1554; por sua vez, as ações colonizadoras de Gil de Góis na capitania de São Tomé datam de 1617 e sua desistência do direito sobre as terras ocorre em 1628 (ou seja, por essas datas, no mínimo, Gil de Góis teria começado a ação colonizadora com 63 anos e teria renunciado à capitania com 74 anos).

De toda forma, Gil de Góis, ao receber as terras da capitania de São Tomé, constituiu as bases para a estruturação de um novo povoamento e fixou as estruturas da vila em outro local da donataria doada. Este buscou terras mais ao norte, próximo às margens do Rio Itapemirim, onde hoje encontra-se o município de Maratáizes. Sobre essa localização, cabe ressaltar que não há nenhum indício tangível da localização dessa vila; o que se tem são descrições documentais nas quais historiadores se baseiam para indicar a localização.

Entretanto, mesmo com esse esforço, o novo donatário não consegue lidar com todas as dificuldades que cercavam a tentativa de colonização da região e, em 1617, abre mão da capitania, que passa a fazer parte da capitania do Rio de Janeiro (PARANHOS, 2010). Essa ação modifica o regionalizar do Norte Fluminense, deixando de existir a capitania de São Tomé,

sendo esta assimilada pela recém-criada capitania do Rio de Janeiro (que por sua vez se desmembrou da capitania de São Vicente). A figura 15a seguir permite a visualização da maneira com que fica regionalizada essa porção da colônia.

Figura 15: Regionalização do Brasil em 1619



Fonte: <https://www.panmythica.com/2008/04/mapas-historicos-do-brasil.html>

Passados quase 10 anos de “abandono”, com o retorno da capitania de São Tomé a coroa portuguesa, o governador da capitania do Rio de Janeiro, Martim Correia de Sá, em 1627, auxilia o processo de doação das terras renegadas aos “Sete Capitães”, com a intenção dos mesmos promoverem a pacificação e ocupação deste território. Na ocasião, o governador concede sesmarias a seus familiares Gonçalo Correia de Sá, Manuel Correia de Sá, Duarte Correia de Vasqueanas, Miguel Aires Maldonado e também a João de Castilho Pinto, Miguel Riscado e Antonio Pinto Pereira, que iam da foz do Rio Macaé até o Cabo de São Tomé. Faria (2003) chama atenção para o fato de que as terras localizadas na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, conhecidas como Sesmaria de Guarulhos, não foram concedidas a esses novos donos, mas, sim, a padres capuchinhos franceses que as utilizariam para aldeamentos indígenas.

A doação dessas terras a esses sete indivíduos não foi aleatória. Segundo Raminelli (2018) estes capitães, moradores do Rio de Janeiro, donos de engenhos no Recôncavo da Guanabara, faziam jus ao título por terem servido à coroa em mais de 20 anos de guerra, sendo responsáveis diretos pela expulsão dos franceses do Rio de Janeiro e pela vitória no conflito contra os Tamoios e Tupinambás na comarca Cabo Frio. Estes, associados a indígenas que auxiliaram a relação com outros nativos e na constituição de caminhos para adentrar a região, conseguem estruturar um processo de ocupação, consolidando a pecuária como base econômica.

Entretanto, ainda no século XVII, em 1648, uma nova regionalização foi implementada, alterando as fronteiras da região. A nova divisão ocorre por conta das expedições bandeirantes que partiram de São Paulo em direção a porções centrais do território colonial, possibilitando estruturação de povoamento nas áreas mais interioranas da colônia. Com a tomada dessas partes mais centrais, a capitania de Itanhaém (que viria a ser Minas Gerais) foi constituída, demarcando assim os limites a oeste da região, estabelecendo fronteiras mais próximas às que se tem na atualidade. A figura 16 auxilia na visualização dos novos contornos e limites estabelecidos.

Figura 16: Regionalização do Brasil em 1648



Ainda no século XVII, novas formas de regionalizar a espacialidade que atualmente integra a região foram implementadas, só que um contexto diferenciado, com outros elementos sendo os principais impulsionadores das modificações: se em um passado recente a reconfiguração derivava do abandono das terras e das dificuldades de sua ocupação, com as estruturas constituídas pelos “Sete Capitães” e a tomada do território que eles promoveram, as terras localizadas ao norte da capitania do Rio de Janeiro passaram a ser alvo de cobiça, com relações políticas sendo mobilizadas a fim de se aproveitar dos benefícios que a região estava proporcionando. Neste momento, começam a se estabelecer os primeiros núcleos populacionais e se inicia o desenvolvimento de atividades econômicas, com a Vila de São Salvador/Campos – 1677 (ligada principalmente à pecuária implementada a fim de atender a demanda do mercado da capital) e a Vila São João da Paraíba/São João da Barra – 1677 (por conta da gênese de uma atividade portuária) conformando as primeiras aglomerações e instituindo dinâmicas autônomas, desvinculando-se da Comarca de Cabo Frio (até o século XVII as terras que ficavam ao norte da Baía de Guanabara, seguindo pelo litoral até o limite sul da capitania do Espírito Santo, pertenciam a essa Comarca)³³.

A partir desse contexto, a família Correia de Sá se articula, usa sua influência junto à corte portuguesa e promove a criação da capitania Paraíba do Sul. Para tanto, usam como argumento que os herdeiros dos “Setes Capitães” estavam deixando as terras ocupadas abandonadas e que ao tomarem posse intensificariam o crescimento de sua estruturação. Ao obter êxito, Martin Correia de Sá (o primeiro Visconde de Asseca) consegue poder de autoridade para governar os moradores, os sesmeiros e ordens religiosas que ocupavam as terras, com direito de recolher dízimos, controlar a produção e os fluxos. Tem-se então constituído, como aponta Raminelli (2018), as bases dos conflitos territoriais do Norte Fluminense, com embates e alianças entre os descendentes dos “Sete Capitães”, os beneditinos e os jesuítas contra a família Correia de Sá. Todas essas disputas influenciam a conformação da regionalização exposta na figura 17.

³³ Importante ressaltar que mesmo estando atrelado a dinâmicas políticas de Cabo Frio, Campos sempre teve mais notoriedade, no sentido econômico, social e político. Mesmo sendo um ponto dispersor de população e ter vários municípios gerados a partir de seu território, Cabo Frio e sua área de entorno tiveram economia pouco dinâmica, funcionando mais como ponto de passagem entre a Guanabara e a planície campista (NATAL e BARBOSA, 2001).

Figura 17: Regionalização do Brasil em 1674



Fonte: <https://www.panmythica.com/2008/04/mapas-historicos-do-brasil.html>

Nesse momento com disputas políticas para o controle do território, com reflexo direto na ação regionalizadora do espaço, cabe chamar atenção para uma questão institucional que reforçou os embates de jurisdição entre os diferentes grupos de interesse: a existência da capitania hereditária (donatária ou senhoriais) e a capitania da Coroa. Na primeira forma, a coroa cedia aos senhorios/donatários o direito de exercer o controle político, econômico e administrativo das terras que acabara de conquistar e, em troca, esses ficariam responsáveis por promover a ocupação, a defesa e o desenvolvimento econômico. Assim, ela descentralizava as suas ações, abria mão do controle territorial das terras, em função de sua ocupação e geração de riquezas. Na capitania da Coroa havia uma possibilidade maior de centralização de funções administrativa sobre o território, com intervenção direta em diversas questões, demonstrando uma direção mais ativa da coroa no processo de colonização (SERRÃO, 2016). Na colonização

brasileira, a constituição das capitânias hereditárias foi mais constante no século XVI enquanto as capitânias da Coroa começam a predominar no século XVII.

Tal questão teve reflexo direto na dinâmica de regionalização do Norte Fluminense. A capitania da Paraíba do Sul foi constituída sob a forma de uma capitania da Coroa. Assim, o donatário tinha direitos e deveres no processo de ocupação das terras, mas a monarquia também tinha a possibilidade de intervenção no território. Nesse contexto, a criação da Vila de São Salvador/Campos teve uma singularidade, pois possuía relativa autonomia em relação aos seu donatário (os herdeiros dos Asseca), haja vista que detinha uma estrutura administrativa ligada à coroa. Entretanto, essa questão não configurava uma liberdade em relação ao detentor da donatária, pois este ainda possuía capacidade de intervenção sobre as dinâmicas que se sucediam em suas terras. O que se teve foi um conflito de jurisdição (RAMINELLI, 2018), que só intensificou as tensões e os conflitos que ocorriam pelo controle político e institucional da porção territorial que se localizava ao norte do Rio de Janeiro.

No mesmo ritmo do crescimento das tensões, a estruturação da região ocorria. Mas isso não representou alteração dos limites territoriais que caracterizavam o Norte Fluminense. Isso só mudou em 1753³⁴, quando a coroa portuguesa³⁵ resolve dar fim à confusão ligada ao domínio dos Asseca sobre essa parte do Rio de Janeiro. Para tanto, nesta data, representantes da monarquia e dos Correia de Sá assinam a escritura do contrato de “premiação” da capitania da Paraíba do Sul, em que fica registrado o fim da donatária e o retorno das terras para a coroa (RAMINELLI, 2018). Essas, por sua vez, ficam sob o controle político-administrativo da Ouvidoria Geral do Espírito Santo e gerida pela Comarca de Vitória, que já possuía o controle de ações administrativas e territoriais na capitania da Paraíba do Sul desde 1732, mas que se consolida em 1753, com a retomada empreendida pela coroa portuguesa (LEMOS, 2018; ATALLAH, 2018). Com essas novas relações postas, o regionalizar do Norte Fluminense foi alterado, tendo a seguinte configuração territorial (Figura 18).

³⁴ Segundo Lamego (1945), a compra da donatária ocorre em 1752, com a coroa portuguesa pagando 20.000 cruzados pela capitania da Paraíba do Sul.

³⁵ Serrão (2016) aponta que essa ação da coroa está inserida em um contexto de tentativa de centralização política e racionalização da administração das colônias ultramarinas por parte da monarquia portuguesa que, entre 1753 e 1770, promoveu o controle administrativo direto de suas terras.

Figura 18: Regionalização do Brasil em 1753



Fonte: <https://www.panmythica.com/2008/04/mapas-historicos-do-brasil.html>

No século XVIII, houve uma intensificação das dinâmicas regionais. A produção açucareira e os engenhos, gradativamente, começam a ser instalados nas terras mais a norte da capital. Isso mostra que mesmo estando sob o domínio da Comarca de Vitória, os laços entre a região e o Rio de Janeiro se mantêm. Neste contexto de crescimento, a Vila de São Salvador/Campos intensificou sua centralidade na dinâmica regional, com a predominância da atividade canavieira (em detrimento da pecuária) e também por ser um importante entreposto dos fluxos, principalmente por vias hidroviárias, que eram estabelecidos no período. Couto Reis, em seus Manuscritos de 1785, descreveu a cidade como a metrópole mais rica e populosa do Rio de Janeiro (COUTO REIS, 1997 *apud* FARIA, 2003).

Esse quadro se intensificou na virada do século XVIII para o século XIX. A abertura do campo regional para os processos capitalistas, a estruturação da produção de açúcar e a modernização do setor sucroalcooleiro criaram condições para que a região obtivesse destaque

no cenário nacional. Gradativamente, o Norte Fluminense, com maior ênfase para a Vila de São Salvador/Campos começou a exercer maior influência no cenário político, econômico e social. Isso ficou explícito em diversas situações, como, por exemplo, na obtenção de recursos, junto ao Governo Imperial, para obras de infraestrutura que buscavam otimizar a dinâmica econômica regional (vide Plano Saturnino de Brito, Projeto Bellegarde³⁶, Canal Campos-Macaé, as ferrovias etc.) consolidando fixos e reforçando os fluxos que caracterizariam a região.

Essas transformações ocorreram em paralelo às mudanças na forma de se conceber o regionalizar no Brasil. Com o Governo Imperial, a partir da implementação da Constituição Política do Império do Brasil de 1824, o modelo de divisão territorial baseado em capitânias cede lugar à constituição das províncias, que por sua vez era subdividida em municípios (SILVA e LIMA, 2011). Com essa nova maneira de se instituir a divisão territorial, consolidou-se uma alteração no pensar regional, redesenhando-se as zonas limítrofes. Neste contexto de reordenamento, houve um movimento por parte da elite canavieira regional para o retorno da vinculação do Norte Fluminense às ações político administrativas ligadas ao Rio de Janeiro, desvinculando-se da Comarca de Vitória. Obtendo êxito nessa empreitada, um novo regionalizar foi constituído, com características que se fazem presentes até hoje (pelo menos quando se analisa o Sudeste atual) (figura 19).

³⁶ Sobre o Projeto Bellegarde, Faria (2003) ressalta seu pioneirismo, expondo que se trata de uma proposta de integração e estruturação de uma rede urbana já no ano de 1837, que buscava dar maior fluidez e conexão entre os territórios ao norte da Baía de Guanabara, tendo Campos como ponto de irradiação (FARIA, 2003).

Figura 19: Regionalização do Brasil em 1832

Fonte: <https://www.panmythica.com/2008/04/mapas-historicos-do-brasil.html>

Contudo, mesmo ressaltando que os limites territoriais atuais foram estruturados no século XIX, até por conta das novas formas de se pensar a divisão administrativa nacional, há de se ter em mente que as dinâmicas intrarregionais se intensificaram neste período, gerando diversas modificações espaciais regionais, muito em função do crescimento da atividade canavieira. No âmbito das modificações administrativas do Governo Imperial, as primeiras vilas do Norte Fluminense foram emancipadas³⁷ à condição de municípios (da Vila de São Salvador nasce, em 1835, Campos dos Goytacazes e da Vila de São João do Paraíba surge, em 1850, São João da Barra). Ao mesmo tempo, outros municípios foram surgindo na região (Macaé, em 1814, constituída, no primeiro momento, como uma colônia de pescadores; e São Fidélis, 1855,

³⁷ Para maiores informações sobre a diferença administrativa dos entes administrativos no período imperial ver: PAULA, M.H e ALMEIDA, M.A.R.de. Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologia das representações do espaço do sudeste goiano no século XIX. In: Revista (com)textos linguísticos, vol. 10, nº 17. Vitória-Es, 2016.

por conta da ação do aldeamento dos padres capuchinhos nas partes a montante do Paraíba do Sul).

Neste ritmo de estruturação administrativa e modificações dos limites municipais, vinculado ao dinamismo econômico possibilitado pelo crescimento da atividade canavieira, outros municípios da região foram surgindo, como Santo Antônio de Pádua (1883), Itaperuna (1889), Itaocara (1890) e Cambuci (1893). Todos eles foram integrados ao Norte Fluminense, com dinâmicas comuns ligadas à produção sucroalcooleira, mas apresentando características da formação sócio-espacial distintas³⁸.

Mas não só transformações na escala regional influenciaram a caracterização do Norte Fluminense. Mudanças em âmbito estadual/nacional afetaram diretamente a conformação das dinâmicas da região. A primeira metade do século XX é marcada por transformações em todo o estado do Rio de Janeiro que influenciam sobremaneira a sua atual configuração. A então capital federal viveu um contexto de mudanças políticas e sociais, com a ascensão de novos grupos ao poder. Estes grupos implementaram ações que estruturaram um processo de industrialização e urbanização do país, ao mesmo tempo em que aumentaram o protagonismo do Estado no desenvolvimento dessas atividades. Nesse contexto, o território fluminense, principalmente a região metropolitana, usufruiu de rendas oriundas de gastos públicos da administração direta³⁹, que se manteve em destaque mesmo após a transferência da capital para Brasília; dos benefícios relacionados à instalação de empresas estatais em seu território; do fato de sediar a Bolsa de Valores e de ser o principal centro financeiro do país; e de ter o núcleo de comando de grupos econômicos nacionais e internacionais no momento em que o Brasil se modernizava (SILVA e VERSIANI, 2018).

Todos esses pontos fizeram com que se intensificassem as diferenças regionais existentes entre as diversas regiões do estado do Rio de Janeiro. Mais especificamente, esse ponto aumentou a discrepância (já existente, principalmente pela não coesão dos processos históricos conformadores da espacialidade regional) entre as porções que se localizavam ao

³⁸ Marinho (2017) chama atenção para o fato de que, mesmo constituindo um mesmo bloco regional, particularidades específicas caracterizam a constituição do Noroeste Fluminense, como a influência e costumes da etnia indígena Puri na sua consolidação e a dinâmica dos fazendeiros que implementaram atividades para suprir as demandas de Campos, mas logo diversificaram suas ações em busca de autonomia, para deixar de ser a zona excluída do Norte Fluminense.

³⁹ Há de se considerar que, no contexto em questão, os valores que circularam não foram maiores na capital federal em função do direcionamento do governo varguistas e dos benefícios disponibilizados para o processo de industrialização de São Paulo. Contudo, mesmo com a capital recebendo menos que outra parte do país, os investimentos feitos na cidade do Rio de Janeiro serviram para intensificar a disparidade intrarregional no território fluminense.

norte da Baía de Guanabara, com aquelas que ficavam ao sul, fazendo com que tivéssemos estruturado dois “Rios de Janeiro”. De um lado, o Norte Fluminense ligado à produção agrícola (café e cana), buscando cada vez mais, neste período, reforçar as ações para a consolidação e o maior desenvolvimento dessas atividades. No outro, a região Metropolitana e o Sul Fluminense, ligados pelas rodovias e pela intensificação contínua de um fluxo relacionada à modernização industrial, que se instaurava e intensificava seus laços.

E este ponto também merece destaque na configuração regional do Rio de Janeiro: o papel das rodovias. Implementadas neste contexto de modernização tecnológica do país e visando intensificar a fluidez das duas maiores zonas industriais do Brasil (Rio e São Paulo) o Programa Federal de Estradas e Rodagens, na década de 1950, propiciou um adensamento da estruturação territorial dessas áreas. Assim, tendo como eixo organizador as rodovias federais, que representariam a extensão das metrópoles, foi-se constituindo espacialidades sob a influência das dinâmicas urbanas e industriais desenvolvidas nas duas capitais, conformando espaços de metropolização que se beneficiavam do baixo tempo de deslocamento (mais ou menos duas horas dos pontos centrais até os limites diretos de influência) entre as centralidades metropolitanas instituídas. definindo assim espaços de metropolização que se limitavam (DAVIDOVICH, 2000). Sobre esse ponto, ao trabalhar a questão da reestruturação produtiva e a regionalização da economia do território fluminense, Oliveira (2003) expõe que:

As rodovias em direção ao norte e noroeste do estado não se constituíram em eixos viários importantes, principalmente porque o acesso à cidade do Rio de Janeiro era interrompido pela Baía de Guanabara. A limitação da expansão industrial no lado leste da Baía de Guanabara certamente se deve, em boa parte, a isto. A BR-101 (rodovia que cruza o estado de norte a sul) tinha seu trajeto entrecortado pela Baía de Guanabara, sendo que, antes da construção da ponte Rio-Niterói, a ligação era realizada por estradas que contornam toda a Baía, aumentando em cerca de 100 km a ligação da parte norte da rodovia à cidade do Rio de Janeiro (2003, p. 44).

Dessa maneira, até a construção da BR 101 na década de 1950 e a constituição dos eixos integradores, como a Ponte Rio-Niterói na década de 1970, ao ser considerada a circulação somente pelo eixo rodoviário, pode-se dizer que a porção norte do estado era considerado um espaço de exclusão desses novos processos modernizadores ligados ao capital industrial. Contudo, há de se relativizar essa exclusão. Não fazer parte dessa dinâmica industrial recém instaurada não significa, necessariamente, dizer que o Norte Fluminense não estava integrado ao comando decisório político, econômico e social do estado e do país. Isso fica mais claro ao se debater a influência da elite canavieira na região e como sua força de ação derivava das

relações políticas e econômicas constituídas no cenário nacional (no capítulo três, serão explicitadas as dinâmicas conformadoras do Norte Fluminense [do século XVI até os dias atuais] e nele explicitarei como sua constituição tem relação direta com as questões nacionais). Contudo, desde já, pode-se dizer que houve, sim, um processo de modernização neste momento, mas que este processo seguiu moldes diferenciados dos implementados na capital federal e estava voltado à intensificação das estruturas de dominação já consolidadas. Trata-se, no caso, da consolidação da “modernização conservadora” do Norte Fluminense.

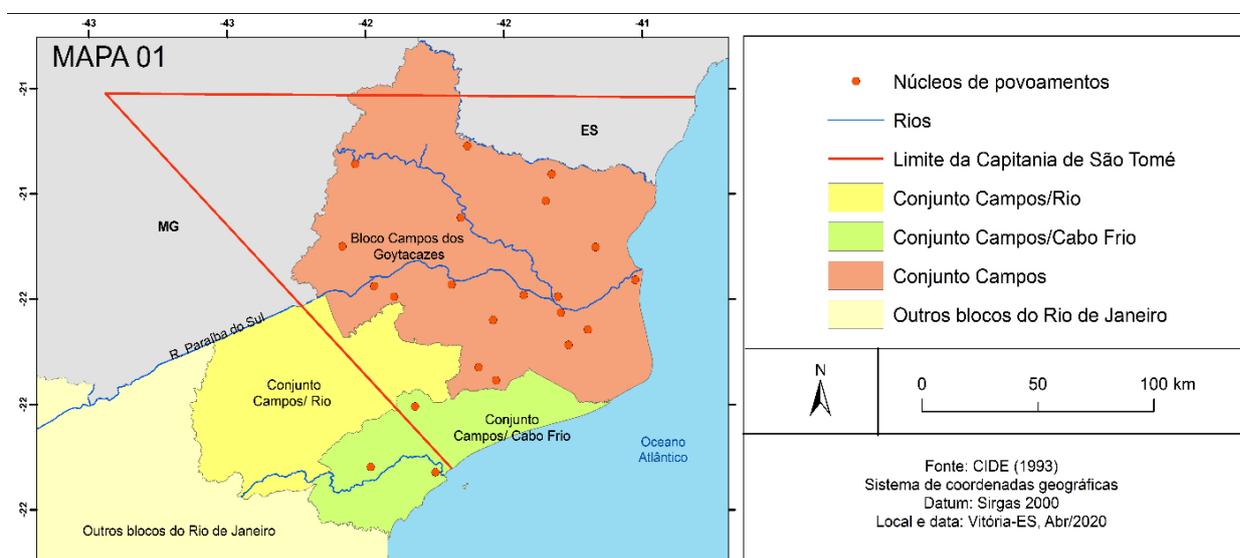
De todo modo, nesse momento, o que se viu foi uma relativa estabilização da constituição do regionalizar o Norte Fluminense, um reforço de sua relação de diferenciação com a capital fluminense e um reforço de dinâmicas que influenciaram a centralidade de Campos nos processos regionais. Tanto que, ao analisar essas ações postas em prática pelo grupo dominante de Campos neste período, Cruz (2003) identifica uma tentativa de “fechamento” da região. Para o autor, na busca da manutenção das bases de sua dominação, a elite canavieira, apoiando-se em uma coesão identitária, institui e propaga um discurso regionalista que busca uma singularização da região em relação ao estado. Assim, entende-se que, neste contexto de modernização industrial do território fluminense, vê-se a implementação de uma dinâmica, partindo do espaço regional, de invocação da atividade histórica que lhe conformou, com o objetivo claro de cortar laços com as novas atividades, fortalecendo aquela pela qual são constituídas as bases de dominação regional. Tal ponto deixa evidente a centralidade exercida por Campos na configuração territorial da região.

A conformação dessa centralidade regional de Campos, no que diz respeito à constituição das formas e dos fluxos que caracterizam a região e as espacialidade ligadas a ela, também pode ser vista a partir da análise da formação da malha municipal fluminense, principalmente da porção territorial localizada ao norte da capital. A constituição dos aglomerados populacionais que viriam a ser os municípios da região, tiveram influência direta de dinâmicas ligadas a Campos, seja por conta de relações econômicas, territoriais, sociais ou políticas.

Natal e Barbosa (2001), mesmo não tendo como objetivo analisar a centralidade de Campos, ao elaborarem um trabalho acerca da configuração da malha territorial fluminense, auxiliam-nos a entender esse processo. Partindo das definições de bloco territoriais matriz (ou

de origem) e conjuntos territoriais de interseção⁴⁰, os autores discorrem sobre os processos emancipatórios dos diversos municípios do estado, relacionando-os com os processos nacionais que se faziam presentes no momento de sua emancipação. Segundo os autores, a configuração atual do território fluminense deriva das transformações de cinco blocos territoriais de origem (Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Resende e Angra dos Reis) e cinco conjuntos territoriais de interseção, localizados entre os blocos de origem (Conjunto Campos/Cabo Frio, Conjunto Campos/Rio de Janeiro, Conjunto Rio de Janeiro/Cabo Frio, Conjunto Angra/Rio de Janeiro e Conjunto Resende/Rio de Janeiro). O Norte Fluminense tem suas bases de formação ligadas ao bloco de origem de Campos dos Goytacazes e os conjuntos territoriais de interseção de Campos/Rio de Janeiro e Campos/Cabo Frio. A figura 20 abaixo permite melhor visualização dessa divisão. Nela também estão dispostos a linha divisória inicial da capitania de São Tomé, os primeiros núcleos populacionais da região e os leitos fluviais que favoreciam a circulação intrarregional.

Figura 20: Mapa dos Blocos de origem e de interseção que deram origem aos municípios do Norte Fluminense



Estes blocos de origem e conjuntos de interseção foram tendo seus limites alterados ao longo dos anos, passando por períodos de intensa transformação, denominados por Natal e

⁴⁰Natal e Barbosa (2001) explicam que a expressão *blocos territoriais* é baseada nas definições da Fundação CIDE (Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro), que é utilizada para se referir aos primeiros municípios do Rio de Janeiro que foram elevados à condição de vilas e até cidades, tendo sob sua jurisdição amplas extensões do espaço fluminense; e a definição de conjunto de interseção está relacionada a espaços de transição influenciados por mais de um bloco de origem.

Barbosa (2001, p. 99) de “fase de reconfiguração territorial”, e momentos de manutenção das fronteiras estabelecidas, a qual os autores denominam de “períodos de inércia”. Na primeira fase, as modificações intrarregionais e a reorganização das divisas ocorriam principalmente pelas ações emancipatórias, com a “elevação” de vilas (sedes de distrito) à condição de municípios, caracterizando transformações internas dos limites territoriais, mas sem afetar o regionalizar dos blocos. Já os “períodos de inércia” têm relação direta com a manutenção da configuração das divisões internas do estado, sem alteração das delimitações estabelecidas, caracterizando assim “(...) uma inércia que se refere à geografia política intermunicipal e intraestadual” (NATAL e BARBOSA, 2011, p. 100).

Tendo esses diferentes momentos como base de classificação, desde o período das capitânicas hereditárias até os anos 2000, Natal e Barbosa (2011) identificam no estado do Rio de Janeiro seis momentos de reconfiguração territorial, com transformações internas do regionalizar fluminense; e três períodos de inércia, com relativa estabilidade das divisões estabelecidas. Segundo os autores, as fases de reconfiguração foram: 1º - Início da Colonização no Brasil [1565 a 1679]; 2º - Vice-Reino do Brasil [1789 a 1820]; 3º - Brasil-Império [1826 a 1883]; 4º - Brasil Republicano [1889 a 1893]; 5º - Industrialização, Estado Novo e Democracia Populista [1936 a 1964]; 6º - Redemocratização e Constituição de 1988 [1986 – 2001]. Já os momentos de inércia territorial são: 1º - Expansão da Colonização e Transferência da Capital para o Rio de Janeiro 1680 a 1788; 2º - “Modernização” Econômica, Política do "Café com Leite" e Crise da República Velha 1894 a 1935; 3º - ditadura militar e Abertura Política 1965 a 1985). O quadro 1 explicita essa dinâmica no Norte Fluminense.

Quadro 1: Fases de reconfiguração e inércia territorial no Norte Fluminense

Fases da reconfiguração territorial	Vilas/Municípios	Ano de Instalação	Município de Origem	Bloco ou conjunto de interseção de origem
1º - Início da Colonização no Brasil (1565 a 1679)	Campos dos Goytacazes	1677	Cabo Frio	Cabo Frio
	São João da Barra	1677	Cabo Frio	Cabo Frio
1º - Fase de Inércia Territorial - Expansão da Colonização e Transferência da Capital para o Rio de Janeiro (1680 a 1788)				
2º - Vice-Reino do Brasil (1789 a 1820)	Macaé	1814	Cabo Frio e Campos	Cabo Frio/Campos
3º - Brasil-Império (1826 a 1883)	São Fidélis	1855	Campos	Campos
	Santo Antônio de Pádua	1882	São Fidélis	Campos
4º - Brasil Republicano (1889 a 1893)	Itaperuna	1889	Campos	Campos
	Itaocara*	1890	São Fidélis	Campos

	Cambuci	1893	São Fidélis e Itaperuna	Campos
2º - Fase de Inércia Territorial - "Modernização" Econômica, Política do "Café com Leite" e Crise da República Velha 1894 a 1935				
5º - Industrialização, Estado Novo e Democracia Populista (1936 a 1964)	Miracema	1936	Santo Antônio de Pádua	Campos
	Bom Jesus do Itabapoana	1939	Itaperuna	Campos
	Natividade	1947	Itaperuna	Campos
	Porciúncula	1947	Itaperuna	Campos
	Conceição de Macabu	1953	Macaé	Cabo Frio/Campos
	Laje do Muriaé	1963	Itaperuna	Campos
3º - Fase de Inércia Territorial ditadura militar e Abertura Política 1965 a 1986				
6º - Redemocratização e Constituição de 1988 (1986 a 2001)	Italva	1986	Campos	Campos
	Quissamã	1990	Macaé	Campos
	Cardoso Moreira	1993	Campos	Campos
	Varre-Sai**	1993	Natividade	Campos
	Rio das Ostras	1993	Casimiro de Abreu	Cabo Frio/Campos
	Aperibé**	1993	Santo Antônio de Pádua	Campos
	São Francisco do Itabapoana	1997	São João da Barra	Cabo Frio
	Carapebus	1997	Macaé	Cabo Frio/Campos
São José de Ubá**	1997	Cambuci	Campos	

Fonte: NATAL e BARBOSA (2001) – Modificado pelo autor (2020)

Notas: *Itaocara surge do bloco de Campos, mas nos primeiros Censos do IBGE integra a região Serrana e, posteriormente, a região Noroeste Fluminense

**As referidas cidades já surgem integrando o Noroeste Fluminense que é instituído a partir de 1987

Para melhor análise do quadro 1, algumas considerações devem ser feitas a fim de evitar o risco de se fazer considerações equivocadas acerca da dinâmica interna do regionalizar do Norte Fluminense. O primeiro diz respeito à utilização da definição de vila/município para demarcar os nomes das cidades que foram surgindo. Algumas destas têm sua gênese já no período colonial, momento de certa confusão no que tange a organização normativa desses lugares. Nos primeiros dois séculos de colonização, as aglomerações urbanas recebiam diferentes denominações, variando de acordo com o estatuto político, administrativo, jurisdição, importância estratégica, militar, forma de instituição etc., sendo chamadas principalmente de *vilas* ou de *ciudades*. Segundo Abreu (2010), a diferença básica entre as duas era a de que a primeira era conformada a partir de ação direta dos donatários, enquanto a segunda era constituída pela intervenção real. De qualquer maneira, na região não surgiu nenhuma cidade, mas, sim, vilas que, como já visto, após a Constituição Imperial de 1824, tiveram a possibilidade de emancipação, levando à formação de municípios.

Outro ponto que deve ser ressaltado diz respeito às datas de fundação. Optou-se por demarcar como gênese os momentos de instituição dos primeiros aglomerados urbanos, o que se deu a partir dos atos normativos, pelos quais foi constituída relativa autonomia territorial. Dessa maneira, considera-se a efetivação da ocupação e a criação das vilas como marco inicial da conformação municipal. A intenção ao explicitar essa questão é evitar confusões ligadas aos decretos constituidores dos aglomerados e emancipações municipais como gênese da constituição das cidades (para exemplificar essa questão: São Fidélis tem a sua instituição ligada à Lei Provincial nº 503 de 1850 e emancipação à categoria de município em 1870, mas considera-se 1855 como momento de sua gênese devido à constituição do aparato administrativo e da efetivação da colonização nesta data).

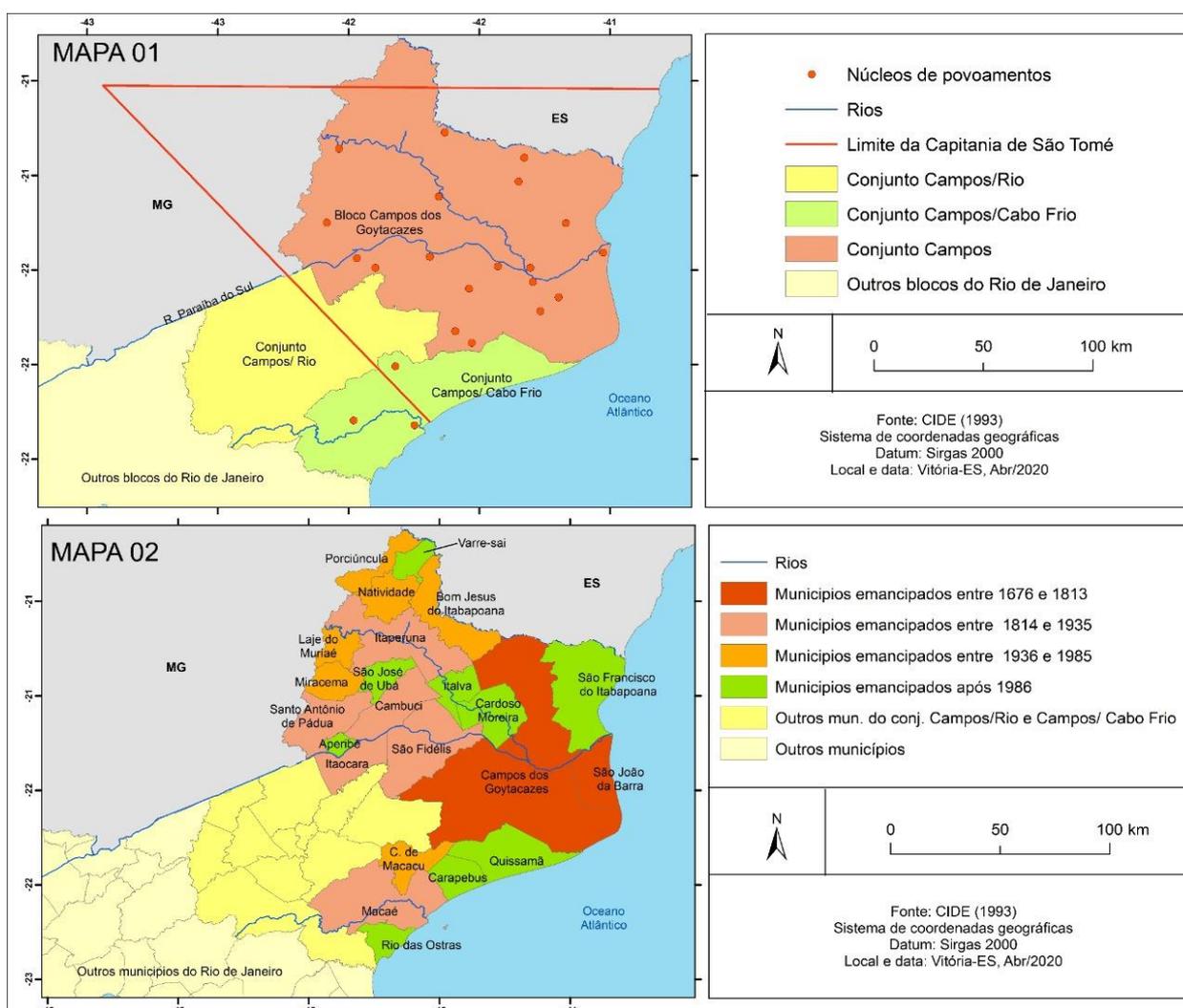
Com estas questões em mente, faz-se possível uma melhor interpretação das informações dispostas. De início, um ponto que fica explícito ao se evidenciar a formação dos diferentes municípios do Norte Fluminense diz respeito à relação deles com o bloco territorial de Campos. De maneira direta ou indireta, a conformação da base territorial desses aglomerados tem sua gênese ligada à influência das dinâmicas ocorridas na planície goitacá. Com isso, os processos constituidores desses municípios e as ações que realizam, que constituem a base para a configuração regional, têm que ser vistos a partir da relação que possuem com Campos, dando indícios de sua centralidade na dinâmica caracterizadora do regionalizar.

A centralidade de Campos na configuração regional também pode ser percebida em outros elementos do quadro 1. A intensidade ou o marasmo das transformações intrarregionais estavam diretamente associadas às dinâmicas internas da planície goitacá. Isso fica explícito quando se verifica que os momentos de inércia territorial, ou seja, os períodos de estabilidade das modificações políticos territoriais do Norte Fluminense, coincidem com os momentos de maior pujança da atividade canavieira e, conseqüentemente, maior poder de influência de Campos nos processos decisórios da região.

Decerto, há de se levar em consideração os processos ocorridos em escala nacional para a intensa transformação territorial do regionalizar do Norte Fluminense, como a Constituição Imperial de 1824, que favoreceu algumas emancipações; ou o momento de formação do Brasil República, que, no final do século XIX, provocou um crescimento intenso no número de municípios; ou a Constituição da década de 1930, no período Vargas, que deu maior autonomia política e maior possibilidade de estruturação dos entes municipais; ou a Constituição de 1988, que causou um aumento no quantitativo dos municípios por todo o país em razão dos maiores poderes dados às elites locais e uma maior flexibilização do processo emancipatório. Mesmo

com todas essas questões, percebe-se a influência de Campos nas modificações territoriais regionais, principalmente nos momentos de inércia, que se davam em contextos em que a planície aparecia com protagonismo não só no cenário regional, mas também nacional, com grande influência política, implementando dinâmicas e projetos favoráveis à consolidação da atividade sucroalcooleira. A figura 21 a seguir, composta pela caracterização dos blocos territoriais e a evolução das transformações territoriais do Norte Fluminense, da colonização até os dias atuais, permite melhor visualização e compreensão dessa influência de Campos nas dinâmicas intrarregionais.

Figura 21: Mapa 01 dos blocos territoriais do Norte Fluminense e Mapa 02 da evolução da malha municipal do Norte Fluminense



Das transformações territoriais regionais, chama-se a atenção para aquelas ocorridas após a década de 1960. Estas, além de serem influenciadas por dinâmicas já mencionadas,

também se destacam por conta da constituição do aparato institucional de regionalização mais estruturado no país neste período. Como já visto, esse contexto foi o de consolidação do IBGE, em consonância com a política nacional desenvolvimentista implementada pela ditadura militar, que buscava um maior conhecimento sobre o território. Para tanto, regionalizar e planejar se tornaram questões de ordem. Não havia como modernizar o país sem antes conhecê-lo e isso só seria alcançado com planejamento obtido a partir do reconhecimento das diferentes porções territoriais.

Assim, novos preceitos foram postos em debate e entendeu-se, a partir da influência dos debates derivado da Geografia Ativa (com o Estado utilizando-se dos estudos geográficos e do trato da região, ligado a processos econômicos, como forma de instrumentação e organização do espaço), o regionalizar como ferramenta que auxiliaria a consolidação do desenvolvimento. Para tanto, o IBGE instituiu um processo de regionalização baseado na singularização da espacialidade, estabelecidas a partir das ações e necessidades específicas da espacialidade delimitada e dos agentes delimitadores (as instituições de políticas públicas e ações sobre o território), mas partindo de uma realidade processual já estabelecida. Assim, a região derivada dessa dinâmica, como ressalta Haesbaert (1988), parte de dinâmicas internas preexistentes, mas seria marcada por uma individualização constituída por questões que são externas a ela, que irá refletir diretamente nas suas transformações.

Na prática, o IBGE, neste momento, empreende a regionalização de todo território nacional levando em consideração as características que ressaltam as diferentes regiões do país (com ênfase nos elementos naturais) e as definem a partir da função exercida na dinâmica regional que está inserida, abrindo possibilidade para sua hierarquização e classificação. Assim, são institucionalizadas as regiões homogêneas (cujo laço relacional provém de suas características comuns) e as regiões funcionais (que se ligam pelos fenômenos de interação e pelas atividades produtivas que possuem. Sobre essa regionalização, Magnago (1995) afirma que o primeiro tipo explicitado seria empregado para fins estatísticos enquanto a outra forma citada, tendo como referência estudos de centralidade e áreas de influência dos núcleos urbanos, visava descentralizar as atividades. A autora complementa dizendo que “(...) uma terceira divisão ainda era pretendida, através de uma combinação das duas primeiras (esta visaria a fornecer informações básicas às políticas de desenvolvimento econômico) (MAGNAGO, 1995; p. 76).

De toda forma, partindo dessa divisão, o estado do Rio de Janeiro (inserido na região Centro-Sul), assim como foi debatido anteriormente, só que agora de maneira

institucionalizada, seria dividido em dois grandes blocos: a parte metropolitana e ao sul, conectada com São Paulo pelas rodovias, sendo destacadas pela predominância das formas urbanas e industriais; e a porção ao norte, compondo o Sudeste Oriental, cuja principal característica é a prevalência da economia agrária tradicional (GEIGER, 1969).

Nessa regionalização estabelecida, o Norte Fluminense seria caracterizado pela similaridade dos seus elementos do meio, marcados pelas dinâmicas integradas dos leitos fluviais de grande porte (principalmente o Rio Paraíba do Sul), que constituíam vastas planícies de sedimentação, com solos férteis, possibilitando assim o desenvolvimento de atividades agrícolas (notadamente a canavieira), delimitando sua funcionalidade, e influenciando seu processo de ocupação. Assim, a região homogênea estabelecida foi fundada sobre o conjunto dos rios, solos, clima, vegetação e demais elementos do meio natural que interferiram diretamente na formação sócio-espacial do local, constituindo vínculos, fluxos e dinâmicas comuns.

2.3.2 - Regionalizações de 1970 a 2017

Na década de 1970 novas questões foram debatidas pelo IBGE na ação do regionalizar. Naquele momento, a Teoria Geral dos Sistemas e o Modelo Centro-Periferia entram em pauta e reconfiguram a forma de se empreender as regionalizações (MAGNAGO, 1995). Debatiam-se as interações econômicas empreendidas no espaço como uma forma de caracterizá-lo, associando-as a técnicas quantitativas que permitiam uma conexão e um nivelamento entre eles. Tem-se então as regiões funcionais urbanas, definidas como um sistema hierarquizado de divisões territoriais que serviria de base para políticas regionalizadas de desenvolvimento e racionalização de implementação de serviços de infraestrutura urbana (MAGNAGO, 1995). Esse modelo foi importante para o Norte Fluminense, pois dele deriva a caracterização de mesorregiões homogêneas⁴¹, na qual a região aparece especificamente delimitada, em moldes similares a que se tem hoje.

Partindo dessas questões que influenciaram o regionalizar, em 1970 o IBGE (Cf. Quadro 2 e mapas da figura 22) realizou o Censo Demográfico e delimitou a mesorregião Norte Fluminense a partir da integração territorial de três microrregiões: a Microrregião Açucareira de Campos (composta por Campos, Conceição de Macabu, Macaé, São Fidélis e São João da

⁴¹ A mesorregiões homogêneas podem ser definidas como unidades territoriais estabelecidas a partir da agregação de microrregiões que foram instituídas a fim de aprimorar a divulgação de dados (MAGNAGO, 1995). Desta ação, foram trabalhadas 87 unidades espaciais, dentre as quais o Norte Fluminense.

Barra); a Microrregião de Itaperuna (formada por Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Laje do Muriaé, Natividade do Carangola e Porciúncula); e a Microrregião de Miracema (integrada por Cambuci, Miracema e Santo Antônio de Pádua). Esta diferenciação interna estabelecida torna explícita a não coesão identitária em torno da questão açucareira para toda porção territorial do norte do estado do Rio de Janeiro. Esse ponto era realidade para alguns municípios, principalmente Campos, que mantinha a centralidade das diferentes dinâmicas regionais, subjugando as demais atividades que se desenvolviam.

A década de 1980 foi importante para diversas mudanças que ocorreram na configuração regional do Norte Fluminense. O Censo realizado naquela década manteve as configurações do empreendido no período anterior; contudo, consolidavam-se no IBGE novas discussões acerca da dinâmica de regionalizar. Intensificavam-se na Geografia os debates ligados à vertente crítica, na qual a região deixa de ser vista por processos específicos internos que marcam sua homogeneidade e singularização e começam a ser analisados também a partir de uma totalidade, na qual seu delimitar é estabelecido como um espaço do capital (HAESBAERT, 1988).

Dentre os textos nacionais desenvolvidos nesse período, que explicitam os debates acerca da região no âmbito geográfico, ao mesmo tempo em que influenciam o regionalizar instituído pelos órgãos governamentais do país, destaca-se os de Capdeville Duarte (1980) e Francisco Oliveira (1977). Para Duarte (1980), a região não pode ser tratada como uma ferramenta pura e simples de classificação ou diferenciação de áreas em um espaço total, mas, sim, deve ser vista a partir da dimensão espacial de suas especificidades sociais inseridas em uma totalidade espaço-social. Desta maneira, a região se apresenta através de uma análise importante tanto da totalidade espacial, quanto da organização do espaço enquanto uma totalidade.

Partindo desse entendimento, a regionalização pode ser vista como um método para a identificação dos espaços onde se constituem regiões a partir de dinâmicas constituídas. Assim, não se instituem regiões, mas, sim, entendem-se processos que caracterizam uma região. Esta forma de análise se aproxima da caracterização de base de uma região segundo os vidalinos: a sua autoevidência, cabendo ao pesquisador desvelá-la.

Oliveira (1977), ao conceituar a região, ressalta sua relação com o capital. Para este autor, regiões e espaços são conformados de maneira distintas a partir das relações de produção que são implementadas e que se articulam com outros espaços. Por esta questão, a região é um espaço onde a reprodução do capital se processa de maneira singular, abrindo margem para

geração de uma forma específica de luta de classes, onde a questão econômica e política se entrelaçam, caracterizando a espacialidade como um produto social.

Nesse processo, Oliveira (1977) chama a atenção para a possibilidade de homogeneização do espaço. Por conseguinte, isso tenderia a gerar um fim do regional, pois as escalas intermediárias seriam eliminadas por conta da não necessidade de sua existência para a propagação das ações do capital. A otimização dos processos gerados pela consolidação do sistema capitalista teria o potencial de fazer equivaler os diferentes espaços derivados dessa dinâmica. Tais questões encontram-se com possibilidade de maior efetivação nos países onde o capitalismo encontra-se em estágio mais avançado.

Porém, com essa questão posta não se quer dizer que Oliveira (1977) decreta o fim da região. Há uma indicação que pode levar a essa questão. Mas, ao se analisar a obra como um todo, vê-se que o autor, além de trabalhar a região, põe também os processos que a compõem em evidência, enfatizando o aspecto regional, mostrando como seu estabelecimento está na base da consolidação das ações do grande capital. Assim, apesar da tendência à homogeneização, há a resistência e ela é inerente à dinâmica. Indo além, esse processo ainda encontra raízes históricas que podem ser intensificadas se os interesses da classe dominante regional forem antagônicos aos interesses do capital externo a ela. Se forem concordantes, a região pode ser integrada ao todo, mas, também, se for do interesse das classes dominantes globais, a resistência pode ser apropriada e ressignificada em seu benefício.

De todo jeito, partindo dessas discussões, a região é tratada como parte de uma totalidade, concebida historicamente por processos não harmônicos: as injustiças e as desigualdades sociais, que estão no âmago do sistema capitalista de produção (LENCIONI, 2014). Ou seja, ao mesmo tempo em que é integrante da totalidade, ela é um reflexo do modo de produção, caracterizando-se em relação às suas questões. Assim, a região é considerada uma entidade concreta, sendo um produto das múltiplas relações que se estabelecem na sociedade, ao mesmo tempo em que é a efetivação de mecanismos multideterminados que geram regionalização sobre uma superfície, previamente ocupada, que possui uma natureza já transformada, heranças históricas, questões culturais e relações sociais (CORREA, 2000 [1986]).

De toda forma, esse pensar a região influencia o pensar a regionalização a partir da década de 1980. Segundo Magnago (1995), o ponto da mudança partia da compreensão do desenvolvimento desigual capitalista e seu afetar diferenciado no território, do reconhecimento

do papel das condições naturais na orientação das formas de ocupação e produção agrária e da identificação de processos de metropolização e industrialização como elementos estruturadores do espaço. Assim, as mesorregiões não seriam mais configuradas a partir da agregação de áreas homogêneas, mas, sim, ter-se-ia como base a noção de totalidade, com espaços integrados e excluídos dos processos capitalistas, com as Unidades da Federação como universo de análise. Ou seja, as meso - e microrregiões seriam estabelecidas a partir das dinâmicas que teriam como referencial os limites territoriais do estado e a relação das diferentes espacialidades com as dinâmicas de produção capitalista. Com as mudanças, a denominação “homogênea” cede lugar a “geográficas”, surgindo as meso - e microrregiões geográficas⁴².

Partindo dessas discussões, em 1987, foi institucionalizada a existência da região Noroeste Fluminense. No primeiro momento, ela aparece na ação do governo estadual que, em busca de implementação de políticas territoriais, promulga a Lei nº 1227, que implementa o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1988-1991)⁴³. Esta lei oficializou a divisão do território fluminense em oito regiões de governo, a saber: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Baía da Ilha Grande⁴⁴. No decorrer da década de 1990 e anos 2000, essa regionalização implementada pelo governo estadual pouco alterou a configuração da região Norte Fluminense e Noroeste Fluminense, tendo somente incluído Itaocara como componente desta última, deixando de fazer parte da região serrana.

O Censo do IBGE da década de 1990 implementou as discussões acerca das mesorregiões geográficas, formalizou a criação do Noroeste Fluminense e instituiu uma nova configuração das microrregiões geográficas. Neste contexto, a mesorregião geográfica do Noroeste Fluminense era subdividida em: microrregião de Itaperuna (composta por Itaperuna, Italva, Bom Jesus do Itabapoana, Laje do Muriaé, Natividade e Porciúncula) e microrregião de Santo Antônio de Pádua (formada por Santo Antônio de Pádua, Cambuci, Itaocara e Miracema). Já a mesorregião geográfica do Norte Fluminense passou a ser subdividida da seguinte maneira: microrregião de Campos dos Goytacazes (formada por Campos, São Fidélis e São João da

⁴² O IBGE definiu mesorregião geográfica como uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresentasse formas do espaço geográfico definidas pelas dimensões sociais e naturais, que agiriam como condicionante à rede de comunicação e de lugares, e teriam articulação espacial. Já as microrregiões geográficas foram definidas como partes das mesorregiões, ressaltadas por suas especificidades quanto à estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativa mineral e pesqueira, com quadro natural peculiar e relações sociais e econômicas particulares.

⁴³ <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90541/lei-1227-87>

⁴⁴ Atualmente essa região é denominada de Costa Verde.

Barra) e microrregião de Macaé (na qual faziam parte Macaé, Conceição de Macabu e Quissamã).

Dessas reconfigurações estabelecidas, a partir das mudanças do regionalizar empreendidas pelo IBGE neste período, chama-se a atenção para dois pontos que estão relacionados à decadência do setor canavieiro que se consolida na década de 1990: o primeiro diz respeito à mudança da nomenclatura da microrregião. Mesmo ainda tendo Campos como polo principal, deixa-se de existir o nome microrregião açucareira, ou seja, as dinâmicas desse setor que davam base à coesão dessa porção territorial perdem força, abrindo espaços para outras questões. E essa situação se relaciona com o segundo ponto, que se faz necessário enfatizar: a ascensão de Macaé como uma microrregião geográfica. Na década de 1990, a atividade petrolífera começa a consolidar suas bases de ação na região e suas dinâmicas tornam-se proeminentes, estabelecendo uma nova centralidade. Isso muda alguns fluxos e estabelece novos processos interregionais, que influenciam a reconfiguração regional.

Juntamente com a consolidação da atividade petrolífera na região e, de certa maneira, associada a ela, outras duas dinâmicas influenciaram o processo de reconfiguração interregional do Norte Fluminense no decorrer da década de 1990: a onda emancipatória municipalista instaurada após a Constituição de 1988 e a implementação da política de distribuição dos royalties a partir da “Lei do Petróleo” de 1997. Sem ter a intenção, neste momento, de aprofundar o debate acerca dos impactos destas duas questões sobre a região (farei isso no subcapítulo 3.4, focando principalmente o segundo ponto, ao abordar a relação da atividade petrolífera com a consolidação do meio técnico e a constituição do meio técnico-científico-informacional na região, a partir da influência nas dinâmicas conformadoras) cabe mencionar que estas situações afetaram a questão institucional do regionalizar o Norte Fluminense no período.

Sobre o primeiro ponto, a partir da maior facilidade de instituir entes municipais, propiciada pela Constituição de 1988, lideranças políticas locais, na busca de reafirmar sua dominação e obter nova forma autônoma de arrecadação, mobilizaram suas bases e promoveram, nos anos seguintes, processos emancipatórios por todo o país. Inserido neste contexto, sete novos municípios são criados no Noroeste (Varre-Sai, Aperibé e São José de Ubá) e Norte Fluminense (Cardoso Moreira, Rio das Ostras, Carapebus e São Francisco do Itabapoana). Tem-se então modificações da configuração interna regional, possibilitada por movimentos de âmbito nacional, mas facilitada pela decadência da atividade canavieira. Por essas ações, municípios foram criados e vinculados a outros recortes regionais, principalmente

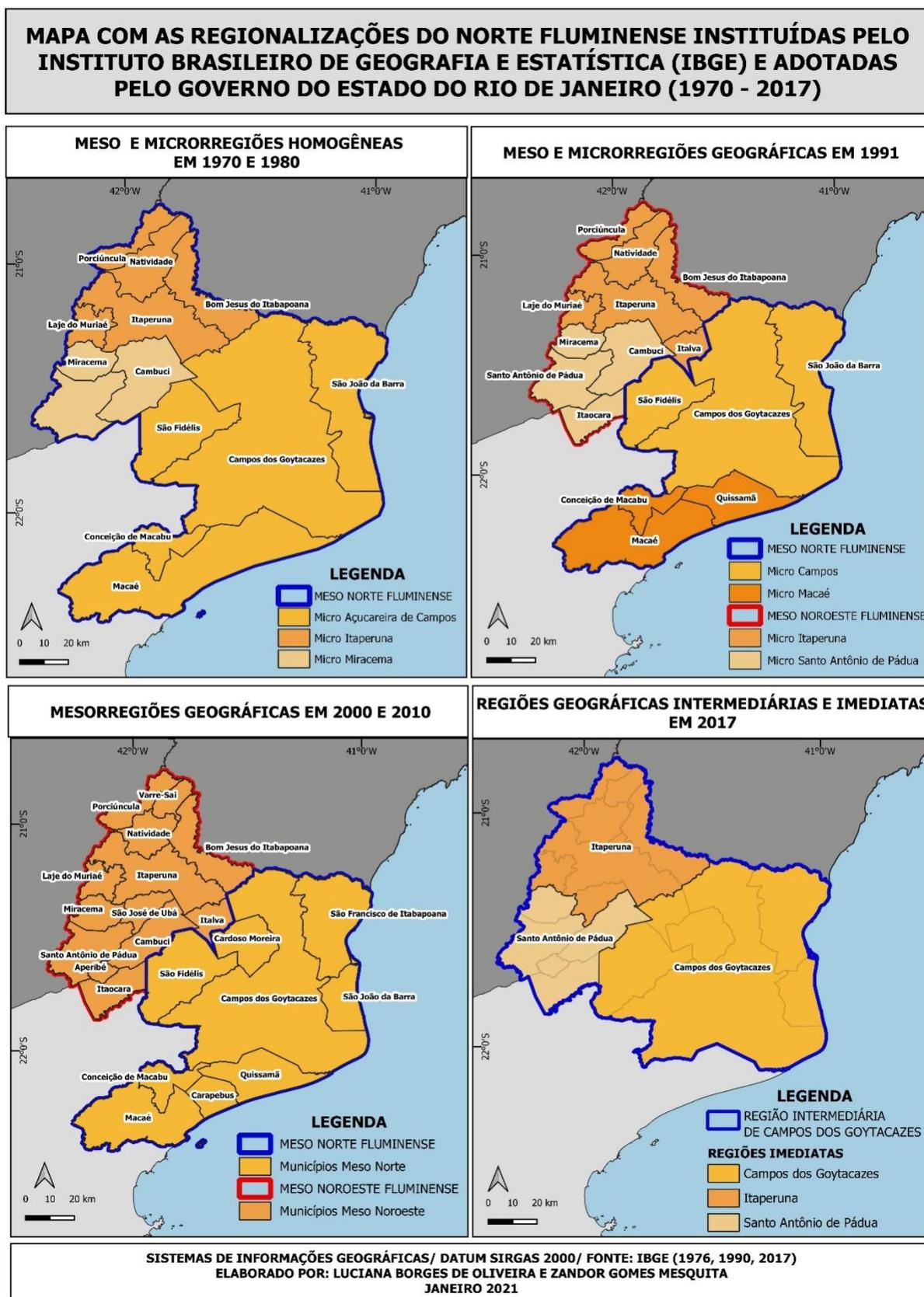
a partir dos anos 2000. O quadro 2 e a figura 22 a seguir resumem a trajetória e configuração das diferentes regionalizações constituídas na porção norte do estado do Rio de Janeiro, instituída e institucionalizada pelo IBGE e apropriada pelo governo estadual.

Quadro 2: A regionalização do Norte Fluminense instituída pelo IBGE e adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro 1970 - 2017

Censo	Formas de regionalização	Mesorregião	Microrregião	Municípios
1970	Micro e Mesorregião Homogênea	Norte Fluminense	Açucareira de Campos	Campos, Conceição de Macabu, Macaé, São Fidélis e São João da Barra
			Itaperuna	Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Laje do Muriaé, Natividade do Carangola e Porciúncula
			Miracema	Cambuci, Miracema e Santo Antônio de Pádua
1980	Repete-se as subdivisões implementadas no Censo anterior			
1991	Micro e Mesorregião Geográficas	Norte Fluminense	Campos	Campos, São Fidélis e São João da Barra
			Macaé	Macaé, Conceição de Macabu e Quissamã
		Noroeste Fluminense	Itaperuna	Itaperuna, Italva, Bom Jesus do Itabapoana, Laje do Muriaé, Natividade e Porciúncula
			Santo Antônio de Pádua	Santo Antônio de Pádua, Cambuci, Itaocara e Miracema
2000 e 2010	Mantém-se os parâmetros das formas estabelecidas no Censo de 1991		No Censo de 2000, no Norte Fluminense são incluídos os municípios de Cardoso Moreira, Carapebus e Rio das Ostras. No Noroeste, no mesmo ano surgem Varre-Sai, Aperibé e São José de Ubá	
2017	Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas	Região Intermediária de Campos dos Goytacazes	Região Imediata de Itaperuna	Porciúncula, Natividade, Laje do Muriaé, Varre-Sai, São José de Ubá, Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana
			Região Imediata de Santo Antônio de Pádua	Miracema, Cambuci, Santo Antônio de Pádua, Aperibé e Itaocara
			Região Imediata de Campos dos Goytacazes	Italva, São Fidélis, Cardoso Moreira, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra e Campos dos Goytacazes

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2018) - Divisão Regional do Brasil; Elaboração: próprio autor

Figura 22: Mapa com as diferentes regionalizações do Norte Fluminense instituída pelo IBGE e adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro 1970 – 2017



No que tange o surgimento de novos municípios neste íterim e sua ligação com os *royalties*, a “Lei do Petróleo” permitia que os grupos dominantes políticos desses locais tivessem acesso a uma fonte de renda considerável, oriunda da arrecadação da atividade petrolífera. Assim, espacialidades que antes eram distritos se mobilizaram pela autonomia e conseguiram o controle de arrecadações que o fizeram ter rendas *per capita* maiores que outros municípios do país. Contudo, essa não foi a única forma com que a atividade petrolífera alterou as questões de divisão regional do Norte Fluminense. Gradativamente ela foi substituindo o setor sucroalcooleiro nas questões que norteiam a reconfiguração espacial (ou de sua permanência), ganhando relevância nas diferentes maneiras de regionalizar. Em outras palavras: a questão açucareira deixa de ser o elemento principal do processo de regionalização e a atividade petrolífera passa a se destacar na implementação das divisões. Isso fica explicitado quando Macaé torna-se, ao lado de Campos, central nas dinâmicas regionais.

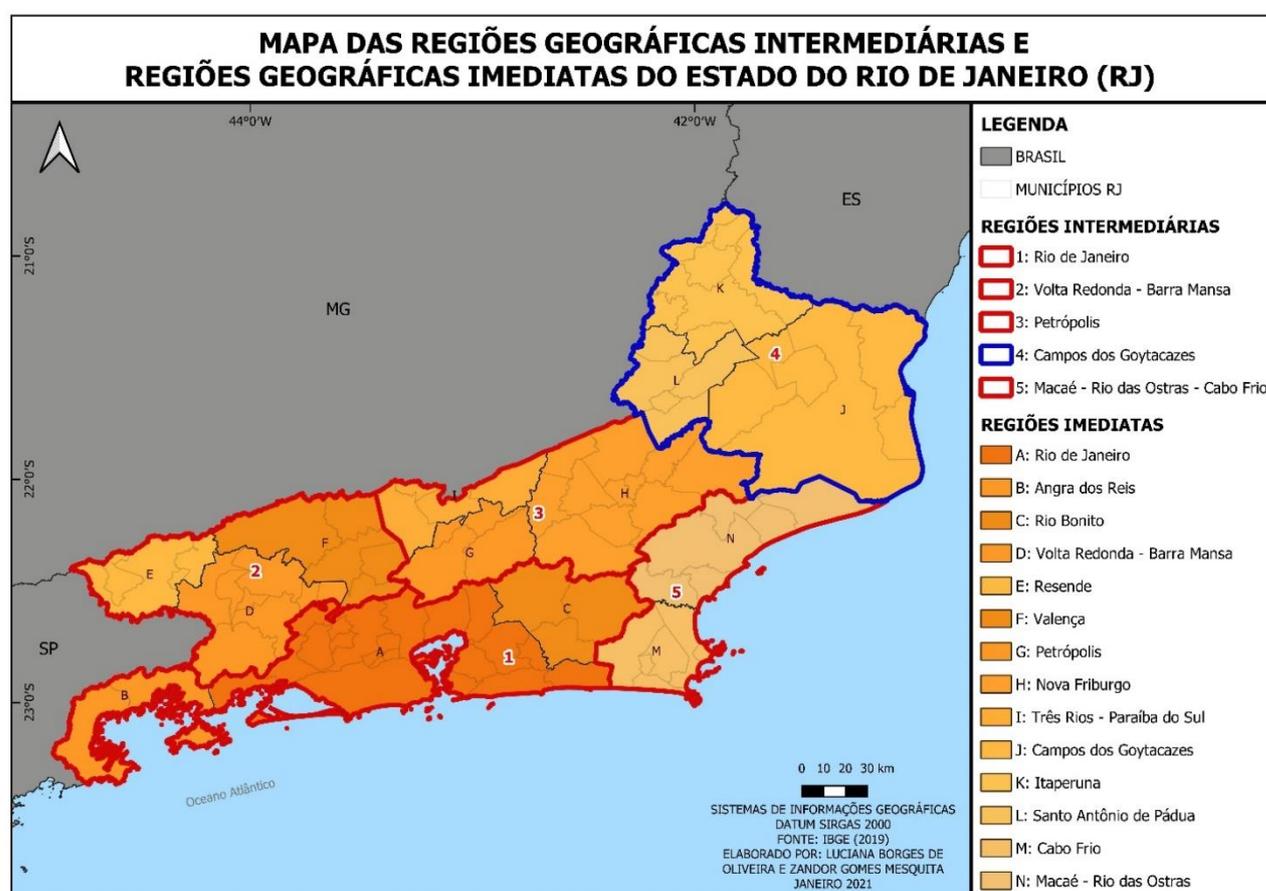
Esses processos que caracterizam os recortes regionais foram consolidados no decorrer dos anos do início do século XXI, tanto que a nova regionalização proposta pelo IBGE em 2017 (que tinha o intuito de ser implementada no Censo de 2020, mas que sofreu atraso na sua execução, em função da pandemia da Covid-19 e pela falta de disponibilização de recursos por parte do governo federal) delimitou as regiões a partir de duas escalas de análise: Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas (figura 23). Segundo o IBGE (2017), essa forma de empreender a regionalização mantém a divisão político-administrativa do território em municípios, Unidades da Federação e Grandes Regiões, e acrescenta a possibilidade da construção do conhecimento geográfico a partir de dinâmicas e processos de transformações ocorrido nos últimos 30 anos, operacionalizando elementos como rede urbana e fluxos de gestão.

Assim, as diferentes Regiões Geográficas Imediatas seriam caracterizadas a partir das redes urbanas estabelecidas, com a existência de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas, com oferecimento de serviços essenciais (saúde, educação, aparato público, entre outros). Já as Regiões Geográficas Intermediárias se configurariam, enquanto escala de análise, entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas, sendo o território de articulação das funções urbanas de maior complexidade (como serviços médicos especializados ou grandes universidades).

Por esta forma de empreender a divisão territorial, a porção norte do estado do Rio de Janeiro teria duas Regiões Geográficas Intermediárias (Campos dos Goytacazes e Macaé-Rio das Ostras-Cabo Frio). A Região Geográfica Intermediária de Campos dos Goytacazes, que

manteria relação direta com as seguintes Regiões Geográficas Imediatas: Campos (composta por seis municípios); Itaperuna (formada por sete municípios); e Santo Antônio de Pádua (composta por cinco municípios). Já a Região Geográfica Intermediária de Macaé-Rio das Ostras-Cabo Frio seria conformada a partir dos fluxos das seguintes regiões Geográficas Imediatas: Cabo Frio (composta por seis municípios) e Macaé – Rio das Ostras (formada por seis municípios).

Figura 23: Proposta de regionalização - Regiões Geográficas Intermediária e Imediatas do Estado do Rio de Janeiro - 2017



Além de agir na configuração da regionalização já posta, a consolidação da indústria de exploração/produção do petróleo constitui uma série de novas dinâmicas que geraram diferentes demandas locais e rearranjos institucionais regionais, que estabeleceram novos vínculos e fluxos. Neste contexto, a ação de regionalizar, para além de ser posta como forma de pensar ações de modificações de espaço delimitados, é instituída como movimentação política reivindicatória que busca aumentar sua influência sobre determinadas demandas. Assim, regiões administrativas, ligadas por algo em comum (que no caso é a produção petrolífera),

constituem laços mais intensos na intenção de obter benefícios mútuos, criando um regionalizar alternativo. Como exemplo dessa questão tem-se a criação, em 2001, da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo da Bacia de Campos - Ompetro⁴⁵. Tendo como plano discursivo o desenvolvimento do Norte Fluminense e de regiões impactadas pela atividade petrolífera, Armação de Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casemiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra criaram essa forma de regionalizar. Sua função seria implementar projetos e ações que levariam a diversificação das atividades na região, buscando uma diminuição da dependência do setor. Sem ter aqui a intenção de analisar a efetividade das ações, cabe ressaltar a representatividade desta organização. São as lideranças políticas municipais do Norte Fluminense se articulando em torno de outra questão que não a atividade sucroalcooleira.

Essa regionalização se vincula ao fato de não ser tratada pelos órgãos regionalizadores (notadamente, o IBGE) para constituição de políticas públicas de transformação regional. Mas isso não quer dizer que não seja reconhecida pelo órgão. Tanto é que umas das formas de dividir a região pensada, influenciadas pela atividade petrolífera, foi implementada pelo IBGE e pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) a partir do Censo de 1991 (e repetidas nas pesquisas do ano 2000 e 2010), em meio às discussões relacionadas à distribuição dos pagamentos de *royalties* derivado do funcionamento da indústria petrolífera que transcorreu no final da década de 1980 e início de 1990.

No momento de redefinição das ações mitigadoras que deveriam ser implementadas devido às externalidades negativas associadas à produção, a ANP reconheceu níveis diferentes de impactos, com intensidades distintas, e, como tal, a alocação dos recursos deveria seguir essa variação. Assim, por intermédio da Lei nº 7.525 de 1986⁴⁶ foi instituída a “área geoeconômica”, cabendo ao IBGE a caracterização deste recorte. Este organizou os municípios inclusos nesta área em três categorias⁴⁷: aqueles pertencentes à zona de produção principal (Armação de Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Carapebus, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra); os que faziam parte da zona de produção secundária

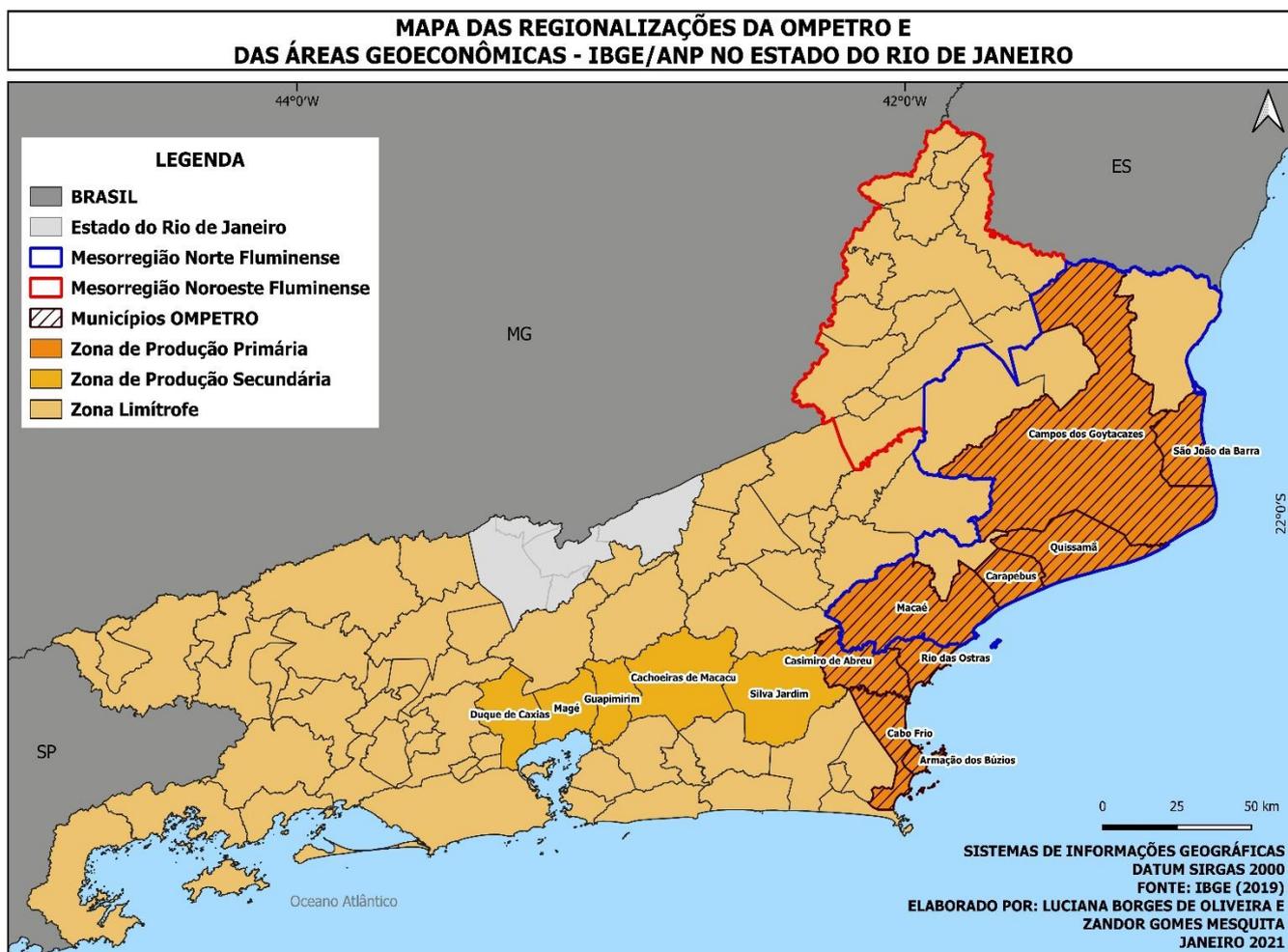
⁴⁵ Em 2006 Arraial do Cabo e Niterói se integraram à organização.

⁴⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17525.htm

⁴⁷ O critério de categorização tinha relação com o impacto direto da atividade petrolífera sobre o território municipal. A zona principal era delimitada pela existência de três ou mais instalações relacionadas ao setor (essas recebiam 60% dos royalties, na razão direta com sua população); a zona de produção secundária se caracteriza por ser atravessada por infraestruturas diretamente ligas ao escoamento da produção (essas recebem 10% dos royalties, divididos em razão de suas populações); a zona limítrofe é constituída por municípios contíguos tanto aos que integram a zona de produção principal quanto àqueles que são cortados por infraestruturas da zona secundária (esses recebem 30% do valor, divididos em razão do quantitativo populacional) (ANP, 2001).

(Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé e Silva Jardim); e os que compõem a zona limítrofe (os trinta e sete municípios do estado do Rio de Janeiro restantes, com exceção de Sapucaia, Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul e Três Rios). A figura 24 a seguir explicita essas “di-visões” por todo o estado do Rio de Janeiro.

Figura 24: Regionalização OMPETRO (2001) e Áreas Geoeconômicas IBGE/ANP (2001)



Interessante ressaltar como a Ompetro se constitui a partir das relações que são estabelecidas pelos municípios que integram a zona de produção primária da produção e exploração de petróleo. De toda forma, o aumento da influência das dinâmicas ligadas à atividade petrolífera nas discussões do regionalizar não nos deve levar a crer que a questão açucareira seja inexistente na configuração regional, ou que outras formas de articulação se imponham por intermédio de uma cisão total com as dinâmicas consolidadas de outrora. As novas organizações territoriais, mesmo tendo uma atividade articuladora distinta, partem de

uma base processual historicamente instituída que, no caso específico da região Norte Fluminense, está vinculada à cana de açúcar. Assim, mesmo rompendo em determinadas questões, ainda há permanências que exercem influência sobre essas dinâmicas, representadas, por exemplo, no destaque de Campos na constituição da Ompetro e na sua articulação.

Mediante as questões abordadas neste capítulo, pode-se afirmar que as diferentes formas de se regionalizar o Norte Fluminense, mesmo as implementadas pelos órgãos oficiais governamentais, travestidas de uma pretensa isenção e sob as bases de uma roupagem puramente científica que possibilitaria o planejamento e levaria ao desenvolvimento regional, foram influenciadas por diferentes dinâmicas, distintos agentes e grupos políticos, atuantes nas mais diversas escalas (local, regional e nacional), que impunham seu regionalizar como forma de ampliar e legitimar sua dominação. Importante ressaltar que ao se dizer isso não se põe em dúvida as ações e idoneidade dos agentes responsáveis pelo regionalizar, vinculando-os aos interesses do grupo dominante. No processo de entendimento dos fluxos pelos quais o regional é configurado, estes buscam compreender as questões locais e percebem a maior intensidade das relações de interesse daqueles que dominam as dinâmicas do espaço. Faz-se presente as demandas daqueles que produzem a região.

Levando estes pontos em consideração, afirma-se que o Norte Fluminense surgiu e se manteve por uma “di-visão” imposta pelos agentes dominantes do setor canavieiro, que se aproveitavam da dinâmica socioeconômica, material, política e simbólica posta para produzir a região que melhor atendesse as suas demandas. A espacialidade constituída e a materialidade produzida, refletida nas estruturas instaladas e na configuração dos fluxos, influenciaram e foram influenciadas pelas diferentes relações de imposição dos limites que se sucederam ao longo do tempo, denotando as forças atuantes na luta política. Nesse processo, estratégias eram desenvolvidas, como forma de perpetuar as dinâmicas (internas e externas) que conformavam a região. No capítulo três, procurar-se-á discutir essas ações e relações que foram postas em prática e pelas quais a dinâmica e as estruturas que conformam o Norte Fluminense emergiram e se materializaram.

3 – ENTRE A ARTE E O FATO, A ANÁLISE E A PRÁTICA: A CONSTITUIÇÃO DAS DINÂMICAS CONFORMADORAS DO NORTE FLUMINENSE E O MEIO

Nos estudos clássicos da Geografia, com reflexos diretos no regionalizar institucional do Brasil, a região aparece como um dado prévio, naturalizado, com seus limites postos sem uma razão de ser, a não ser pela inevitabilidade que lhe é inerente. Assim, todo e qualquer fato histórico ocorreria na região, mas não existiria história da região, com eventos se desenrolando no interior das zonas limítrofes regionais, mas sem serem considerados na sua conformação.

Na tese, o caminho percorrido para se pensar a região/regionalização, apesar de se apropriar de algumas dessas questões debatidas, segue outras direções. Trabalha-se a região/regionalização a partir dos interesses sociais que foram incorporados no seu processo de conformação. Assim, entende-se a organização político-administrativa do Norte Fluminense a partir da sobreposição e justaposição de ações de diversos grupos transescalares de poder (produtos e produtores do espaço geográfico) que estabelecem redes, a partir de sua sociabilidade, que contribuíram e continuam contribuindo para sua constante (re)configuração (HAESBAERT, 2018). Ao empreender estudo tendo esses pontos em vista, a região deixa de ser somente uma categoria de análise do pesquisador (um recorte preestabelecido sobre o qual as investigações se desenvolvem), e se configura, principalmente, como uma categoria de prática (RIBEIRO, 2015), na medida em que se foca as análises no entendimento das bases que são mobilizadas pelos grupos sociais nas diferentes dinâmicas cotidianas.

Enquanto categoria de prática (RIBEIRO, 2015), torna-se necessário compreender as diferentes *práxis* desenvolvidas para a sua permanência. Essas *práxis* se manifestam de maneira intensa tanto na configuração das dinâmicas espaciais que caracterizam o espaço regional, quanto nas práticas discursivas que são mobilizadas para a legitimação do recorte espacial que é denominado de região. Neste último, são utilizados elementos passíveis de serem mensurados (variáveis econômicas, sociais, culturais, políticas, paisagísticas etc.) que possibilitam ressaltar o caráter singular ante os demais recortes, criando um discurso de necessidade de manutenção de coesão interna, haja vista que é por essa particularização e por essa homogeneidade estabelecida que uma espacialidade será diferenciada de outra. Ficam então explicitados os elementos da “região-personagem”, exposta por Lacoste (2001[1976]), que enfatiza a arbitrariedade na delimitação daquilo que conforma os limites regionais e critica a naturalização da escolha das variáveis (até mesmo nos estudos geográficos, principalmente pelos “lablachianos” e suas monografias regionais), explicitando que essas são só mais uma forma de

singularizar as relações que constituem a região. Dessa maneira, até mesmo a utilização dessas variáveis para a delimitação das ações já pode ser considerada um elemento de interpretação dessa práxis, na medida em que são explicitadas na justificação do recorte por um verniz de objetividade científica, mas que são repletos de intencionalidades e relações de poder.

Ao analisar a região tendo essas questões em vista, empreende-se sua “desnaturalização” (ALBUQUERQUE JR, 2011), na medida em que se evidencia as relações (sociais, econômicas, culturais, de poder etc.) que influenciaram as práticas e as análises (inclusive, normativas, tidas aqui para além das leis e regras institucionais, mas, sim, como práticas conscientes e inconscientes que são coercitivas dos agentes sociais) postas pelos agentes sociais, em seu próprio interesse, que conformaram as estruturas e que desenvolveram as dinâmicas que caracterizam o espaço regional. A região está ligada às relações de poder e sua espacialização, e seu recorte, sua análise e seu esquadramento produzem saber (ALBUQUERQUE JR, 2011). Assim, por seu intermédio desvelam-se as diferentes estratégias de legitimação de domínio postas, já que sua instituição produz efeitos de sentido tendo como base as singularidades do quadro natural, buscando acumular capitais materiais e simbólicos em uma operação de reconhecimento e naturalização de privilégios em nome de uma ancestralidade quase que divina.

Nesse movimento de produção de sentidos, a dinâmica regional constituída se relaciona com o discurso legitimador dos grupos dominantes, em que são ressaltados determinados elementos e especificidades, preterindo outros, com o intuito de atender aos interesses daqueles que detêm o poder. Assim, a região faz da parte da prática e do discurso, e na propagação deste último constitui-se uma suposta “identidade regional” que seria intrínseca à espacialidade que uniria todos os grupos, na medida em que ela particularizaria e diferenciaria o local das demais territorialidades.

As análises acerca da “identidade regional” constituída no Norte Fluminense podem percorrer diferentes caminhos de abordagem. Na tese, coadunando com Haesbaert (1988), entendo-a como algo discursivo, mas que produz materialidade, conformada e apropriada pela classe dominante para um determinado fim. Neste sentido, a “identidade regional” é composta por conjunto de valores e representações relativas às práticas sociais (políticas, econômicas e culturais), que são transmitidas coletivamente, onde o interesse do grupo dominantes se sobressai, mas são transformadas em algo comum à toda coletividade que habita a espacialidade (o meio e a norma). Com isso, o antagônico, aquilo que não integra a homogeneidade tende a

ser “apagado” (ou subordinado), a não ser pela necessidade de se ressaltar as tensões e reforçar a legitimação do seu domínio.

Afirmar isso não é desconsiderar questões dos grupos dominados na influência da conformação regional, mas, sim, chamar atenção para as estratégias empreendidas pelos dominantes para se apropriar dos interesses diversos e fazer valer sua demanda na constituição das dinâmicas regionais⁴⁸. Ao mesmo tempo, não se busca analisar a “identidade regional” tendo como referência a questão cultural. O intuito é ressaltar a maneira pela qual as relações entre os diferentes grupos econômicos e de poder conformam e reivindicam uma “identidade regional”, baseando-se também no espaço cultural, a fim de estruturar dinâmicas à sua maneira, legitimando-as em razão da defesa de uma tradição ou de uma raiz fundante.

Essa mobilização das “tradições” para legitimação da “invenção” (HOBBSAWM, 1997) de uma “identidade espacial” chama atenção para outra questão fundamental no entendimento das dinâmicas que conformam a região: o tempo. Ele é utilizado como justificativa para manutenção da posição de dominação, mostrando que a singularização do recorte e todas as relações presentes (sociais, econômicas, culturais e políticas), deriva de algo historicamente construído e, por isso, deve ser mantida. Na constituição do Norte Fluminense a estratégia da utilização do tempo, e de uma certa visão da história, para legitimação de suas demandas foi aplicada pelas classes dominantes canavieiras. Tendo como pano de fundo uma pretensa coesão identitária em torno de uma atividade econômica que deu notoriedade a essa porção territorial, desenvolveu-se um discurso que permitiu a dominação do setor sucroalcooleiro sobre os demais, pondo em evidência sempre suas demandas e necessidades, organizando as dinâmicas sócio-espaciais a partir de seus interesses, omitindo e silenciando os outros interesses contraditórios existentes. Essa estratégia — no decorrer deste capítulo abordarei isso — foi mais enfática em dois momentos específicos, com contextos diferenciados: na virada do século XIX para o século XX, momento de “modernização” das atividades do campo e de bonança do setor sucroalcooleiro regional; e na segunda metade do século XX, principalmente após a década de 1970, quando houve uma intensificação do declínio da atividade e uma ênfase nas raízes comuns foi propagada como forma de salvar a região. De

⁴⁸ Para melhor explicitar esse debate pode-se fazer um paralelo com os estudos da paisagem cultural exposto por Cosgrove (1998[1989]). Este autor, baseado nas relações econômicas, simbólicas e de poder que se estabelecem no espaço social, chama atenção para a constituição de diferentes tipos de paisagens culturais: dominante, alternativa e residual. Essas são conformadas a partir da interação entre as diferentes sociabilidades que compõem o espaço e são ressaltadas a partir das características que as singularizam. As dinâmicas conformadoras vão ter como base, principalmente, as relações de poder e econômicas, que vão se apropriar e se manifestar no espaço cultural e simbólico e singularizar a paisagem.

fato, os processos e dinâmicas são históricos, com a configuração atual tendo vinculação com questões pretéritas. Contudo, isso não dá base para uma naturalização da conformação regional, muito pelo contrário. Isso enfatiza que diferentes foram as tensões e grupos que interagiram em uma espacialidade, cada qual interferindo/contribuindo à sua maneira para a conformação de relações específicas e pela qual a região se constitui. Assim, a análise dessas contribuições e a forma que essas relações foram sendo estruturadas no decorrer dos diferentes “tempos” são de suma importância para entender o regional.

Milton Santos, em seu texto “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método” chama atenção para a consideração do tempo nas análises dos processos espaciais e afirma que a Geografia incorre no erro de se interessar mais pela forma do que por sua formação, focando nas coisas já cristalizadas e não nas dinâmicas sociais que criam e transformam as formas. Para o autor, isso deveria ser repensado, pois “(...) o espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1977, p. 81) e, como tal, acompanha os movimentos da história, alterando as significações de acordo com as mudanças contextuais das relações.

Contudo, este tempo não pode ser tido como algo monolítico, estabelecido de um único processo, constituído e caracterizado pela simples sucessão dos anos. O tempo em questão está relacionado com o sistema sucessivo de acontecer social, que marcam períodos diferentes, mas que também caracterizam lugares distintos, ações singulares e agentes diversos, mesmo que estes coexistam em tempo histórico. Assim, no espaço geográfico, as temporalidades não são iguais para os atores sociais (homens, empresas e instituições), mas elas acontecem de maneira simultânea, em um mesmo contexto (SANTOS, 2006).

Sendo o tempo constituído por diferentes temporalidades que se sucedem, mas que acontecem de maneira simultânea, como fazer para empiricizá-lo? Santos (2006) aponta que este é o grande desafio da Geografia quando estuda o passado, principalmente pela dificuldade de torná-lo material. Abreu (2010) aponta que as formas materiais se apresentam como caminhos para se constituir essa empiricização, mas que esta deve ser vista de maneira concomitante à forma geográfica, pois estas se apresentam de maneira relacional e se materializam a partir de normas sociais, jurídicas e culturais que dão base e impactam distintamente cada região.

Mas ainda persiste a questão: como abordar essa relação tempo e espaço na Geografia que põe em relevo o passado? Santos (2006, p.30) responde que “(...) o enfoque das técnicas pode tornar-se fundamental quando se trata de enfrentar essa questão”. Na medida em que cada

objeto é criado e utilizado de maneira própria nos variados contextos, sendo, inclusive, influenciado por eles, materialidades vão se constituindo. Essas refletem no tempo e no espaço relações específicas, de diferentes escalas, conformando materialidades que podem ser apropriadas pela Geografia para historicizar as dinâmicas espaciais.

Por esta ação da técnica, sua relação com a sociabilidade que a anima, e por sua interação com a espacialidade, o debate de Santos (2006) encontra similaridades com as questões de Foucault (2008) no que diz respeito ao meio. Isso porque o meio se faz presente de maneira ativa, como um campo de intervenção, pois influencia a sociabilidade e as características de determinada espacialidade, ao mesmo tempo em que se constitui pelas ações individuais dos sujeitos que integram a dimensão sócio-espacial. Segundo Foucault (2008), essa dinâmica de tensão entre diferentes grupos de poder e a ação sobre o meio aparece como relevante na medida em que

O meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias - o que acontecia no caso da soberania -, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados a materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles (FOUCAULT, 2008, p. 28).

Dessa maneira, pode-se pensar o meio em Foucault (2008) ligando-o diretamente à técnica da sociedade que a anima (SANTOS, 2006). Isso decorre do fato de que a técnica é social, mas não puramente, sendo caracterizada por ser um híbrido, constituída a partir da interrelação de três elementos: da relação dos sistemas técnicos com o meio num momento histórico, conformando uma segunda natureza tecnicizada; das motivações de uso dessa segunda natureza, com motivações que variam do local para o extralocal; e do grau de insensibilidade dos sistemas técnicos utilizados em relação ao meio que o acolhe.

Por esta perspectiva, pode-se pensar a periodização da história do meio geográfico em Santos (2006) como uma periodização do meio, dividindo-a em: meio natural (pré-técnico), meio técnico, o meio técnico-científico-informacional. Sobre essa proposição de periodização, Santos (2006b, p. 6) expõe que

(...) é necessário frisar que essa periodização, arbitrária como sempre, obediente, como sempre, às finalidades do tema e do autor, é suscetível de uma subperiodização. As situações eram dificilmente comparáveis até época recente, já que a unidade de evolução do fenômeno técnico é igualmente recente. Mas, em cada área, as diferenças de evolução permitem um tratamento específico do respectivo tempo histórico (2006b, p.6).

Mediante essas questões, entende-se que a região se apresenta como uma resultante dessas diferentes temporalidades e apropriações do espaço, sendo produzida e reproduzida como um produto histórico. Dessa maneira, a análise da região precisa ser feita a partir de uma abordagem contextual, uma vez que as estruturas atuais apresentam características e formas atreladas aos processos instituídos e conformados em outros momentos. A tese busca seguir esse preceito e contribuir para o entendimento das diferentes questões e processos que influenciam/influenciaram na conformação da região, ao entender que a atual configuração do Norte Fluminense deve ser analisada a partir das diferentes dinâmicas que foram sendo implementadas desde sua ocupação no período colonial até os dias atuais. Dessa maneira, a tese coaduna com Santos (1977) e com os diferentes autores já abordados, ao entender que a região não é algo natural, mas, sim, fruto de um constructo histórico no qual diferentes agentes interagiram/interagem, exprimindo suas marcas no processo de construção do espaço. Na sua constituição, o passado é resgatado na legitimação das formas de dominação posta.

Assim, por este motivo, ressaltar essas dinâmicas e relações que foram sendo estabelecidas e como cada processo interferiu na caracterização e constituição da região é de suma importância para compreender a maneira pela qual as dinâmicas estão configuradas hoje. Por isso, tendo como fio condutor de abordagem da temporalidade as características da “periodicidade dos meios” de Santos (2006), neste capítulo, explicitarei as principais relações que influenciaram a conformação do Norte Fluminense, partindo desde o período da colonização até os dias atuais.

3.1 - O MEIO NATURAL DO NORTE FLUMINENSE: A OCUPAÇÃO DA PLANÍCIE ENTRE OS SÉCULO XVI E XIX

Na explicação do que caracteriza o meio natural, Milton Santos, apoiando-se nos debates propostos por Berger (1964), afirma que as técnicas utilizadas neste período possuem uma simbiose com a natureza, com “(...) o possibilismo da criação mergulhado no determinismo do funcionamento” (SANTOS, 2006; p. 157-158). Compreender este momento do Norte Fluminense tendo como ponto de base essa explicitação do meio natural é interessante na medida em que chama atenção para dois pontos importantes: o primeiro está no entendimento

de que, mesmo nos anos iniciais da colonização, com o ritmo do espaço natural sobressaindo na conformação do meio geográfico, a técnica (que segundo Santos [2006] era rudimentar se comparada a momentos posteriores, por isso, pré-técnica) se fazia presente, não com intensa capacidade de transformação, mas estava ali, exercendo influência, afetando processos, direcionando dinâmicas, muito em função das questões locais que a animavam. Antes de continuar o debate, há de se chamar atenção para a divergência que se faz sobre essa concepção de Santos (2006) acerca da relação antagônica que produz entre natureza e progresso, como se o último só fosse possível a partir de um distanciamento do primeiro. A concepção de que o desenvolvimento só é atingido por intermédio da apropriação da natureza como um recurso não pode ser propagada sem ser relativizada, assim como a noção de que os indígenas não eram detentores de técnicas, ou melhor de técnicas arcaicas ao ponto de considerá-las “pré-técnicas”. Como aponta Porto-Gonçalves (2018 [1989]), essas situações estão na base da instituição de uma relação de poder, com a legitimação do domínio de um grupo sobre outro, onde a “natureza” foi transformada em recurso ou associada ao “selvagem”, pois assim justificaria a exploração ou dominação das sociedades tidas como “tecnicizadas”.

Mesmo com essas considerações, a utilização da periodização do meio natural (que não chamarei de “pré-técnico” no decorrer da tese) também se faz interessante por conta da possibilidade de ressaltar a relação dos primeiros colonizadores com o meio e as dinâmicas que foram sendo implementadas nos primeiros anos de ocupação da região. Com isso, ressalta-se o segundo ponto, que enfatiza a prevalência das ações em meio a uma certa predominância dos aspectos do meio natural e o fato de que não se pode desconsiderá-las ao se analisar as práticas que foram sendo estruturadas no decorrer da constituição do espaço regional. A região que se consolida nos períodos posteriores tem sua conformação associada a dinâmicas que são estabelecidas pelas possibilidades de estruturação que o meio determina/permite de maneira relativa. Os fluxos que são estruturados, a maneira com que os fixos estão distribuídos, a sociabilidade estabelecida, tudo isto têm sua gênese ligada a essa relação com o meio.

Estas considerações ressaltam a importância do trato do meio natural ou simplesmente meio que inclui o artifício e o espaço natural para a constituição das dinâmicas regionais, tanto quando ele é abordado pela sua apropriação nos debates institucionais para o regionalizar (no âmbito da Ciência Geográfica e na esfera governamental), quanto nos momentos em que se é ressaltada a sua influência na conformação dos processos que caracterizam a existência da região. Este ponto explicita as duas dimensões, expostas por Castro (2002), que compõem a relação entre a sociedade e a natureza: a concreta, que se manifesta nas diferentes maneiras de

apropriação e mobilização dos recursos naturais; e simbólica, elaborada continuamente com os signos do espaço natural que são mobilizados e modificados pelo imaginário social. Assim, como afirma a autora, “(...) paralelamente à prática social que organiza o espaço, desenvolve-se um imaginário fundado nesta prática que tem no discurso – científico, político e literário - uma forma de expressão e de visibilidade” (CASTRO, 2002, p. 1).

Milton Santos, em seu livro “A Zona do Cacau”, de 1957, chama atenção para essa relação do quadro natural (sua caracterização) e sua interação com o espaço social e econômico na constituição das dinâmicas regionais. Nesse texto, o autor trabalha a síntese dos diferentes processos ambientais e sociais que influenciaram os municípios cacauzeiros da Bahia, explicitando-os e mostrando como a interação dessas questões caracterizou a região (entendida aqui como um recorte espacial de grandeza superior à zona) e o regionalizar dessa espacialidade. Colocando de lado as críticas que podem ser feitas à obra, principalmente pela abordagem regional se fixar nos aspectos ambientais e na ênfase na elaboração de sínteses como forma de recortar os espaços (comum na década de 1950 e 1960), no texto ele aponta como as relações entre o meio ambiental e as dinâmicas sociais são históricas, constituídas por diferentes processos que transcorreram no decorrer dos anos, deixando permanências que influenciam o hoje. Com o Norte Fluminense não é diferente, por isso a relevância de se compreender as questões que se sucederam e caracterizaram o período do meio natural e cultural, social e humano da região.

Para tanto, principalmente por fazer uma análise regional de maneira similar, mas anterior e aplicada à região em estudo⁴⁹, à que Milton Santos fez na Bahia, a obra de Alberto Ribeiro Lamego intitulada “O Homem e o Brejo” (1945) é de suma importância. Este texto integra uma série de estudos realizados pelo autor, nos quais ele analisa as singularidades sócio-geográficas da ocupação de parte do estado do Rio de Janeiro, enfatizando a interação do quadro ambiental com o meio social, mostrando como por essa relação o espaço geográfico pode ser compreendido. Esse ponto foi a base da análise empreendida pelo autor, tanto que os títulos das suas obras ressaltam essa questão, principalmente nos escritos que buscaram regionalizar parte do território fluminense. Além da obra citada, Lamego também escreveu: “O Homem e a Restinga”, “O Homem e a Guanabara” e “O Homem e a Serra”, identificando, então, muito

⁴⁹ A similaridade entre os textos está diretamente relacionada à influência dos estudos franceses nos textos geográficos nacionais que foram elaborados no início do século XX.

apoiado na metodologia das monografias regionais com inspiração “lablachiana”, quatro regiões, se pensarmos as porções mais ao norte da então capital federal.

Em “O Homem e o Brejo”, Lamego (1945) trabalha a quase totalidade⁵⁰ da região. Partindo de uma história ambiental, o autor analisa as singularidades do meio natural regional, mostrando como as características do meio natural (principalmente os fenômenos geológicos, as forças gliptogenéticas⁵¹ e os aspectos fisiográficos) se relacionam e influenciam os diferentes momentos da ocupação humana, enfatizando como esse quadro “(...) tem função primordial na evolução econômica e subsequente cultural” (LAMEGO, 1945; p. 29) das dinâmicas regionais. Ao fazer isso, Lamego expõe diferentes processos que influenciaram a ocupação e consolidação de uma dinâmica regional, permitindo um melhor entendimento acerca das singularidades que se fizeram presentes na conformação do Norte Fluminense nesse período.

E, como já foi abordado, o quadro natural da região apresenta traços bem marcantes, que se refletem diretamente na sua ocupação. O regime de pluviosidade é bem demarcado no tempo e no espaço, com chuvas concentradas no verão e com maior intensidade nas áreas barlavento da vertente da Serra do Mar, com maiores índices de precipitação ao longo da planície, com relativa escassez em porções mais próximas ao litoral. Essa umidade oriunda das precipitações auxilia no abastecimento dos diversos corpos hídricos da região, lagoas, lagunas, rios, canais fluviais, dentre outras diversas formas. Essa riqueza de recursos hídricos influencia diretamente na caracterização geomorfológica do relevo, que por sua vez está associada diretamente às singularidades geológicas dessa planície aluvionar formada, principalmente, pela interação das bacias hidrográficas e do litoral, em um constante processo de deposição ligado à retrogradação e à progradação marítima.

O fato é que essa interação do meio estruturou a maior planície fluminense, constituindo uma espacialidade com maior possibilidade de ocupação entre o mar e as serras cristalinas (muito íngremes) que se via ao chegar pelo litoral do estado. Essa área plana marcada por processos de deposição sedimentar era abastecida e conformada, principalmente, pelas ações de quatro bacias hidrográficas, cujos rios principais se denominam: Muriaé (na porção mais continental), Paraíba do Sul, Itabapoana e Itapemirim. Estes interligam as partes mais

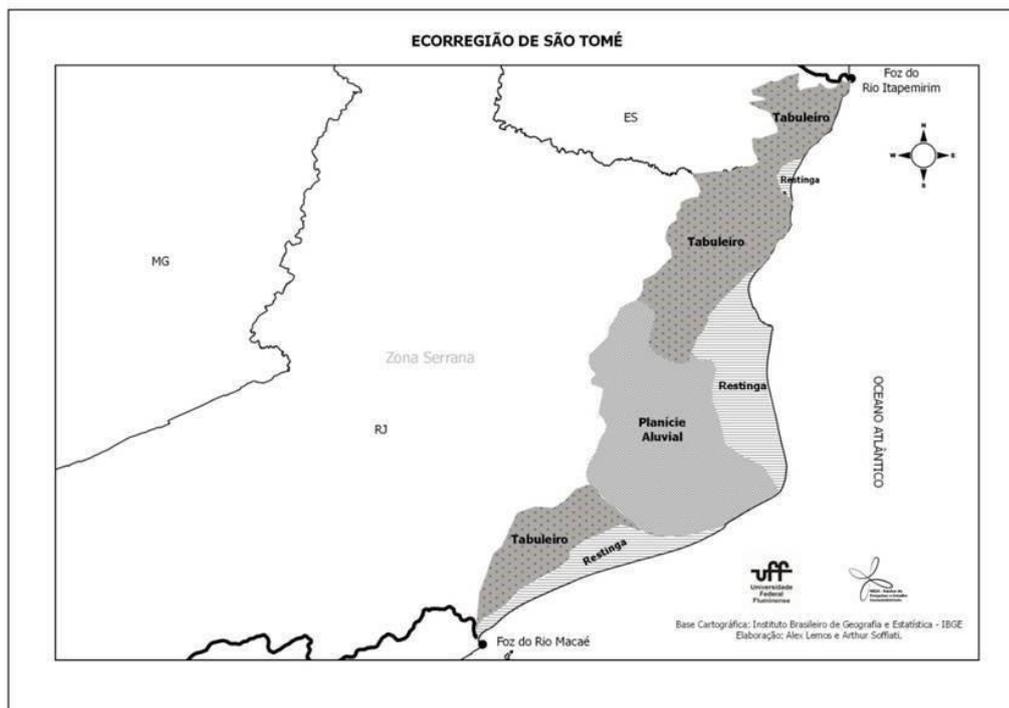
⁵⁰ Uma pequena porção litorânea é analisada em “O Homem e a Restinga”.

⁵¹ Gliptogenética tem relação com a gliptogênese, ou seja, com a formação, por agentes intempéricos e erosivos, de um novo relevo terrestre que se segue à destruição do anterior.

continentais à zona litorânea e sua interação com o todo possibilitou uma diversidade de quadros naturais, o que influenciou diretamente as dinâmicas de ocupação da região.

Essa diversidade de quadros foi resumida por Lamego (1945) ao dividir o Norte Fluminense, tendo como referencial a prevalência do elemento modelador e conformador (litoral ou rio) e a relação com a ocupação, em duas grandes faixas “(...) justapostas, contemporâneas, mas singularmente contrastantes: os aluviões e as restingas” (LAMEGO, 1945, p. 111). A primeira área corresponde às porções mais continentais, associada à ação dos corpos hídricos, caracterizando-se por ter solo fértil, vegetação densa e maior possibilidade de recursos para fixação de um núcleo populacional; a segunda faixa, mais próxima ao litoral, apresenta a predominância do solo pobre e estéril, com vegetação seca e espinhosa, apresentando pouca possibilidade de exploração.

Soffiati (2009) auxilia a visualização dessas duas zonas distintas explicitadas por Lamego (1945) ao empreender análise sobre a porção territorial na qual ocorreu a primeira tentativa de instalar a economia europeia nas terras mais ao norte da capitania de São Tomé. Este trecho é denominado pelo autor de “Ecorregião de São Tomé” (figura 25), correspondendo à área que se estende do Rio Itapemirim ao Rio Macaé, estabelecida entre a zona montanhosa e o mar, que apresenta tabuleiros, aluviões e restingas, cujas feições influenciaram na ocupação do litoral.

Figura 25: Ecorregião de São Tomé

Fonte: SOFFIATI (2009)

É sob influência desse quadro natural que Pero de Góis inicia o processo de colonização e a implementação dos primeiros núcleos de povoamento europeu no Norte Fluminense. A área escolhida para a estruturação do mesmo, segundo Lamego (1945), foi na zona de restinga localizada às margens do Rio Itabapoana (onde hoje se encontra o município de São Francisco do Itabapoana). A escolha deste local não é aleatória, deriva diretamente das condições que o meio proporcionava. O curso hídrico, Rio Itabapoana, em questão serviu de via para se chegar às partes mais interioranas; nas suas margens se fez possível obter recursos para fixação de povoamento, como obtenção de madeira e rochas⁵² para construção e estruturação do local; além disso a zona de tabuleiro próxima constituía zona estratégica de proteção, já que permitia a visualização da chegada de visitantes que se aproximavam pelo mar e, se fosse o caso, possibilitava ambientes de refúgio quando a ameaça era iminente.

Entretanto, mesmo com essas características do quadro natural proporcionando a fixação da população, a ocupação não foi exitosa. Nem quando Gil de Góis buscou estabelecer

⁵² Importante ressaltar que a presença dos sedimentos maiores, típicos de rios com quedas d'água não seriam encontradas se rumassem mais ao norte, adentrando o território pelo rio Paraíba do Sul, por exemplo. Isso porque a planície quaternária deposicional do Paraíba do Sul é marcada por ser ambiente de sedimentos de baixa granulometria.

povoamento em terras mais ao norte, em local onde o meio apresentava melhores condições de estruturação, às margens do Rio Itapemirim (onde hoje encontra-se o município de Maratáizes no Espírito Santo), a colonização não foi bem-sucedida. Isso decorre, principalmente, de duas situações. A primeira tem relação com os nativos e os constantes conflitos que ainda ocorriam e a segunda com o quadro natural. Mesmo com singularidades ambientais que auxiliavam a estruturação de um processo de ocupação, o solo das áreas onde foram postas as primeiras experiências de constituição de núcleos de povoamento não apresentavam as melhores condições para o cultivo de culturas que abasteceriam a população e gerariam excedentes para trocas com o intuito de manter a capitania.

As trocas eram comuns no período da colonização, ocorrendo no interior da capitania e entre capitanias. Quando havia circulação entre capitanias, estas ocorriam por navegação de cabotagem, consolidando fluxos pelo litoral. Inclusive, a conexão com a metrópole era feita a partir de caminhos percorridos que ligavam a capitania de São Tomé ao Rio de Janeiro. Por esse processo, necessidades de recursos eram supridas. Contudo, o litoral do Norte Fluminense apresenta características bem específicas que dificultam a constituição de uma rota para circulação, o que afetou diretamente as dinâmicas nesse período.

Alencastro (2000), em seu livro “O trato dos viventes”, ao falar sobre a circulação no Brasil colonial e da dinâmica do tráfico indígena e negreiro que foi instituído pelos colonizadores europeus, ressalta a dificuldade de deslocamento por navegação que se tinha no litoral brasileiro, em especial o fluminense, principalmente para se alcançar porções mais ao norte da colônia. Segundo o autor, esse processo decorria de duas características, interligadas, principais: a primeira diz respeito à interação das correntes marítimas (das Malvinas e do Brasil) que, nas proximidades do Cabo de São Tomé até Santa Catarina, trazidas do Norte e do Sudeste, “(...) criavam uma zona de turbulência que estorvava a marinha a vela. Sobretudo, na ‘monção de março’, chamada no Sul de ‘monção de sudoeste’” (ALENCASTRO, 2000, p.60). O mesmo autor ainda chama atenção para a maneira pela qual essa característica do meio compôs o discurso de Salvador Correia de Sá na tentativa de mudança das relações políticas que se sucediam na colônia. Este último, governador da capitania do Rio de Janeiro, dizia que em razão das monções, a viagem Rio – Lisboa levava de a sete meses se fosse feita de maneira direta. Contudo, como tinha que passar por Salvador, Capital da Colônia, o tempo de viagem dobrava, argumentando assim que a capitania fluminense deveria ser independente do governo geral baiano (ALENCASTRO, 2000).

A segunda característica ressaltada por Alencastro (2000) se liga ao regime de ventos. De acordo com o autor, a direção do vento L-SO, dificultava o deslocamento daqueles que se encontravam na capitania de São Tomé e queriam seguir para os trechos mais a norte da colônia, sendo, inclusive, mais fácil se deslocar até Angola do que à Bahia. Figueiredo Jr et al. (2014) identifica essa dificuldade de navegação ao caracterizar os processos que influenciam a circulação atmosférica e o sentido dos ventos no Norte Fluminense. Para os autores, na região, há a predominância de ventos fracos, proveniente do quadrante nordeste (quando há entrada de frente fria a direção de entrada muda para sul, sudeste e sudoeste), controlado pelo Anticiclone Subtropical do Atlântico Sul (ASAS) (ou anticiclone polar quando prevalece a massas de ar frio), que criam ambiente complexo para navegação. Assim, como aponta Alencastro (2000, p. 61), na atualidade,

(...) os ventos e as marés enviesadas da costa fluminense só preocupam duas comunidades estranhas um à outra: os pescadores pobres de Macaé e os esportistas ricos de BocChallenge (corrida de veleiros de volta ao mundo em navegação solidária). Mas, no passado, esses fenômenos atmosféricos e marítimos emaranhava, o trânsito do centro da Colônia, constituindo um entrave considerável ao tráfico de escravos índios pela costa do Atlântico Sul (ALENCASTRO, 2000, p. 61).

Contudo, as correntes e os ventos não são as únicas questões que dificultaram a navegação e instituição de rotas de circulação no litoral do Norte Fluminense. Isso porque todas essas interações influenciam diretamente na modelagem da morfologia da plataforma continental. Ou seja, além da região apresentar um regime de ventos e marés que dificultava a constituição de rotas de navegação para as principais capitais da colônia, ainda possuía um “fundo do mar” que apresentava riscos às embarcações.

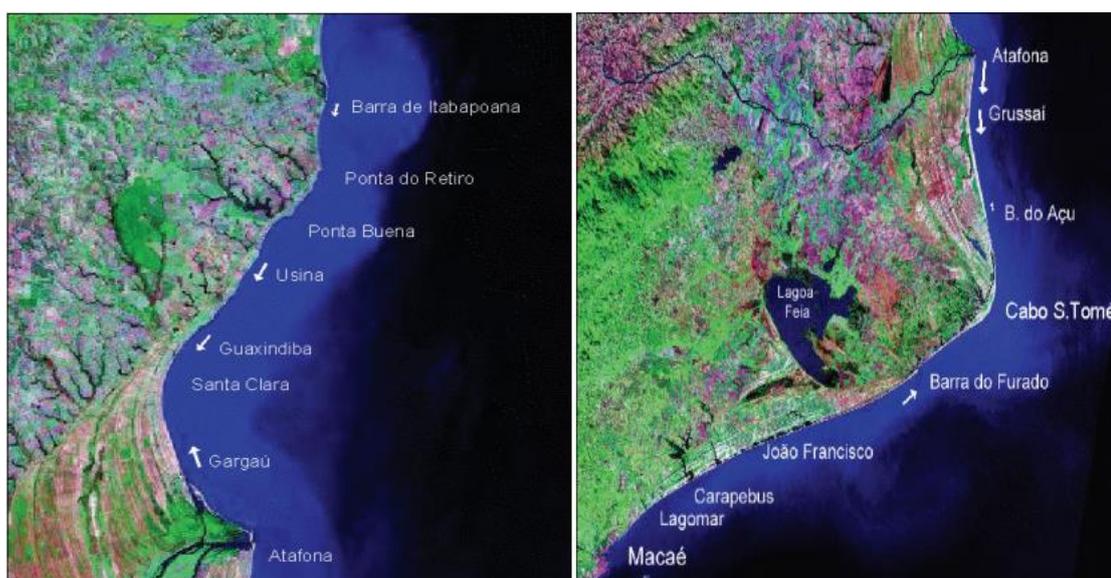
Muehe, Lima e Lins-de-Barros (2006) explicitam essa peculiaridade ao analisar o litoral fluminense e dividi-lo, em função da morfologia do litoral e da relação costeira que estabelece com as principais bacias hidrográficas, em dois macrocompartimentos: da Bacia de Campos (litoral oriental) e dos Cordões Litorâneos (litoral sul)⁵³. O macrocompartimento da Bacia de Campos pode ser subdividido em quatro compartimentos: do Rio Itabapoana (que segue da foz do rio Itabapoana à foz do rio Paraíba do Sul), da Planície Costeira do Rio Paraíba do Sul (que se prolonga da foz do rio Paraíba do Sul à foz do rio Macaé), do Rio Macaé/Embaçamento do

⁵³Muehe, Lima e Lins-de-Barros (2006) subdividem este macrocompartimento em outros cinco compartimentos: Região dos Lagos (de Arraial do Cabo a Niterói), Baía de Guanabara (entorno da baía de Guanabara e praias oceânicas), Jacarepaguá (de Ipanema à Pedra de Guaratiba), Baía de Sepetiba (da Pedra de Guaratiba à ilha da Marambaia e orla da Baía de Sepetiba) e Baía da Ilha Grande (da ilha da Marambaia à ponta da Trindade).

Rio São João (de Macaé ao cabo Búzios) e do Embaiamento Cabo de Búzios-Cabo Frio (do cabo Búzios ao cabo de Cabo Frio). Para compreender a situação do litoral da capitania de São Tomé no século XVI, cabe explicitação das dinâmicas que caracterizam o Compartimento do Rio Itabapoana e da Planície Costeira do Rio Paraíba do Sul.

De maneira geral, esses dois compartimentos são caracterizados pela intensa deposição sedimentar associada à ação dos corpos hídricos que compõem a zona continental das bacias hidrográficas, o que possibilita a constituição de bancos de areia significativos pela extensão do litoral. Silva (1987) identifica duas dinâmicas distintas de consolidação da deposição sedimentar sobre esses compartimentos: o primeiro ocorre entre a praia de Manguinhos (litoral de São Francisco de Itabapoana) e o Cabo de São Tomé, com litoral se formando de maneira progradante com sucessivas cristas de praias marcando o avanço do continente sobre o mar; e o segundo se faz presente entre o Cabo de São Tomé e Macaé, com litoral retrogradante consolidado a partir da transgressão de cordões arenosos que se deslocam em direção ao continente. A partir dessas questões, tem-se configurado uma dinâmica de deposição sedimentar que, associada ao comportamento de ventos e ondas de nordeste (NE) das zonas mais próximas ao continente, criam uma zona de convergência do transporte litorâneo no Norte Fluminense. A figura 26, elaborada por Muehe, Lima e Lins-de-Barros (2006) permitem melhor visualização desse processo.

Figura 26: Dinâmicas de deposição sedimentar no litoral do Norte Fluminense



Fonte: MUEHE, LIMA E LINS-DE-BARROS (2006)

Essa dinâmica de deposição sedimentar, oriunda do continente e intensificada pelos leitos fluviais de grande porte e pelo regime pluvial significativo, interage com a Corrente do Brasil (predominante na região da Bacia de Campos) e torna o litoral do Norte Fluminense um ambiente caracterizado pelas ondas aprisionadas à costa, pelas ondas internas, pelas correntes de talude, correntes de contorno e correntes de inércia (FIGUEREIDO JR et al., 2014).

Segundo Bastos e Silva (2000) a morfologia da plataforma continental é um dos fatores condicionantes das características da costa, na medida em que influenciam o padrão da propagação de ondas que, por sua vez, estruturam as diferenças das feições praias. Assim, o gradiente, a largura, a morfologia e o tipo de fundo da plataforma continental condicionam o comportamento das dinâmicas litorâneas (BASTOS e SILVA, 2000). No Norte Fluminense, a configuração da plataforma continental também auxilia o acúmulo da deposição sedimentar ao longo da costa. Ela apresenta largura máxima de 120 km em sua porção sul, entre Cabo Frio e Macaé. Na porção norte, há um estreitamento da plataforma, tornando-se também rasa, atingindo largura média de 42 km, com profundidade de aproximadamente 60 m em sua quebra ao largo da foz do Rio Itabapoana (FIGUEIREDO JR et al., 2014). Em função dessas especificidades, Bastos e Silva (2000) apontam que nas proximidades do Cabo de São Tomé há tendência de formações de banco submarinos que se estendem ortogonalmente à costa por cerca de vinte e um quilômetros. Estes recebem o nome de Banco de São Tomé. Além do banco, em áreas mais ao norte do Cabo há uma mudança da linha de costa (passa a ser NNW-SSE) e um alargamento da plataforma continental interna que passa a ter até trinta metros de profundidade o que favorece a dinâmica deposicional. Já ao sul, entre o Cabo de São Tomé e a foz do Rio Paraíba do Sul, por ter uma morfologia relativamente plana com baixo gradiente há a possibilidade de constituição de outros cabos que também se relacionam com a ação deposicional (BASTOS e SILVA, 2000).

Ou seja, todas essas características elucidam a dificuldade de empreender navegação no litoral do Norte Fluminense, com a presença de complexa dinâmica atmosférica e litorânea, associada ao regime deposicional sedimentar intenso em função dos leitos fluviais de grande porte associada a grande carga hídrica pluvial ligada ao regime climático, vinculada à geomorfologia específica do fundo litorâneo. Tudo isso justifica a fala (exposta no site da Marinha) do Capitão Tenente Francisco José de Freitas, primeiro diretor da “Directoria de Pharóes” que pediu urgência na construção do Farol de São Tomé, no ano de 1850, pois nessas

águas havia “(...) um sorvedouro perene de tantas embarcações, não obstante a conhecida posição dos mesmos, assinaladas por antigas e modernas cartas da costa (MARINHA, 2020)⁵⁴.

Essas pesquisas acerca do litoral do Norte Fluminense, que foram desenvolvidas no final da segunda metade do século XX, corroboram com as afirmações de Lamego (1945) que apontava para uma grande dificuldade no acesso e circulação pelo litoral da capitania de São Tomé devido às condições nada favoráveis, o que influenciou diretamente para o insucesso inicial da colonização. Em suas palavras:

Costumam historiadores atribuir à vitoriosa evolução de Pernambuco e de São Vicente, que contrasta com a derrocada inicial das outras todas, ao valor dos respectivos donatários e a sua capacidade organizadora. A injustiça contra Pero de Góis é clamorosa, e, além do mais, esquecida uma das causas principais de seu fracasso. Foi esta a geologia brasileira. As formações litorâneas dessa região impedem a existência de bons portos naturais, o que não acontece com aquelas outras capitanias, ponto forçado de estadia para as grandes frotas do Reino, que, a par dos recursos bélicos, lhe reavivam continuamente os núcleos de material humano e lhes reforça, ao mesmo tempo o contacto com a metrópole (LAMEGO, 1945; p. 78).

E complementa seu argumento afirmando que:

As formações geológicas de Campos impedem a existência de bons portos de mar e mesmo de simples ancoradouros ao sul do Paraíba. Por isso é que a terra é desconhecida (...). Enquanto ao norte e ao sul a colonização se vai espalhando ao abrigo dos portos de mar, a grande planura excepcionalmente indicada para a cultura do açúcar permanece invisível (LAMEGO, 1945; p. 80)

Se pelo litoral o fluxo era difícil, por terra as condições também não se mostraram favoráveis. As primeiras rotas traçadas para alcançar as porções mais ao norte da capitania de São Vicente, em direção à capitania de São Tomé, foram estruturadas em terrenos próximos ao litoral, atravessando as zonas de restingas e a planície aluvionar (figura 25– Ecorregião de São Tomé). Isso se deu com o intuito de aproveitar o relevo plano, o que favorecia a visualização dos possíveis problemas que poderiam ocorrer, evitando assim o desconhecido vinculado às partes mais interioranas, com vegetação mais densa. Contudo, a constituição de caminhos por essa área era difícil, principalmente por conta do solo arenoso e lamoso, inconsolidado, que representava obstáculos para trânsito de pessoas e recursos. Além disso, por ser uma área de deposição sedimentar de grandes corpos hídricos e por ter precipitações constantes e torrenciais

⁵⁴ https://www.marinha.mil.br/camr/?q=sao_tome

(em determinado período do ano), o local se caracterizava por processos constantes de inundação, com as rotas sendo alagadas rotineiramente, impossibilitando o fluxo.

Mas o isolamento da capitania de São Tomé e as dificuldades encontradas no início da colonização não foram proporcionados somente pelas características do quadro natural. O insucesso na tentativa de organização de vias que conectavam a região a outros pontos, a não consolidação da estruturação de caminhos para chegar às partes mais continentais e a não fixação dos núcleos populacionais na parte litorânea ocorreram muito em função da ação dos indígenas que se faziam presentes no local. Essa ação, de maneira geral, era conflitiva com a ocupação europeia. As terras ao norte da capitania de São Vicente e ao sul da capitania do Espírito Santo foram caracterizadas pelos viajantes, cronistas e naturalistas que se aventuravam no Brasil⁵⁵, como sendo área de índios bravios e guerreiros que não estabeleciam boa relação com aqueles que vinham de fora. Isso fez com que o acesso a capitania de São Tomé pela parte continental seja uma tarefa complicada, pois além de vencer os desafios do terreno, também teriam que ficar atentos aos ataques indígenas.

Isso enfatiza o fato de que a ocupação europeia não se deu em território vazio, mas, sim, em local povoado por diferentes povos indígenas que interagiam de maneira específica, tanto entre eles (de maneira pacífica ou até com oposição entre diferentes etnias), quanto com as porções territoriais que viriam a ser colonizadas. Estes (e as relações instituídas por eles), influenciaram de maneira direta as dinâmicas instituídas no transcorrer do período do meio natural, seja de maneira complementar - como aponta Marinho (2017) ao destacar os caminhos e rotas estabelecidas pelos índios que foram apropriadas para escoamento produtivo dos núcleos populacionais que se estruturaram; seja como empecilho — como explicita Lamego (1945) ao tratar das tentativas de fixação de povoamento na capitania recém fundada. Até o século XIX (início do meio técnico) não se pode pensar nas dinâmicas regionais sem também se considerar a ação indígena.

Soma-se a estes dois fatos (quadro natural e relação com os nativos), outro ponto que auxiliou na exclusão da capitania de São Tomé das dinâmicas de ocupação nos primeiros anos da colonização: o não interesse por parte da política que se desenvolvia na metrópole portuguesa no que diz respeito à tomada deste território. Soffiati (2009), tendo como base as cartas escritas por Pero de Góis direcionadas à coroa portuguesa, ressalta a ação política que o donatário

⁵⁵ Dentre os viajantes, cronistas e naturalistas que percorreram a região do Norte Fluminense entre o século XVII e XIX destaca-se: Couto Reis (1785), Augusto de Saint Hilaire (1818), Maximiliano de Wied-Neuwied (1815) e Charles Ribeyrolles (1850).

implementava em busca de apoio para empreender e desenvolver a colonização em Vila da Rainha (nome do primeiro núcleo de povoamento estabelecido na capitania). Pedia recursos, investimentos, envio de pessoas, ou seja, solicitava auxílio para constituir povoamento. Contudo, o abandono e o não interesse por essa porção territorial era evidente e pode ser ilustrado pelo acordo feito entre o donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Coutinho, e Pero de Góis, pelo qual o primeiro abriu mão da porção territorial mais ao sul⁵⁶ de sua donataria, permitindo que a mesma fosse incorporada à capitania de São Tomé, consolidando a margem direita do Rio Itapemirim como o novo marco fronteiro.

De toda forma, entre o século XVI e XVIII, por conta de todos esses fatores, a não inclusão da região nos processos externos da colônia foi a característica principal de sua ocupação. A peculiaridade do quadro ambiental, as relações econômicas, sociais e políticas que foram sendo constituídas, auxiliaram a consolidação de um isolamento da porção territorial (no que tange a dinâmica colonial) do Norte Fluminense nesse período, marcando as dinâmicas do regionalizar. Essa não inserção da recém-criada capitania de São Tomé nas ações de interesse de ocupação da colônia por parte da Coroa Portuguesa também foi evidenciada pelo IBGE em seu Atlas das Representações Literárias das Regiões Brasileiras (2007). Partindo da interação dos processos conformadores do espaço regional, relacionando-o com as construções simbólicas feitas sobre a espacialidade em diferentes obras literárias, o Atlas denomina o Norte Fluminense como parte integrante dos “Sertões Brasileiros⁵⁷”.

O “Sertão” abordado no texto se baseia na noção construída pelos colonizadores dos primeiros séculos, que o relacionava a grandes extensões territoriais pouco percorridas ou exploradas pelos europeus (IBGE, 2007). Assim, tudo aquilo que era desconhecido e que por isso, carregado de simbolismo e mistério, ligado aos indígenas e àquilo que não se pode alcançar, mesmo que com vegetação densa e repleto de vida, era enquadrado nessa definição.

No caso específico do Norte Fluminense, a porção territorial inóspita integrava o “Sertão do Leste”, pois encontrava-se associada às elevações cristalinas que margeiam as proximidades do Atlântico (ou seja, a leste do país). Ou seja, o quadro ambiental marcado pela presença da

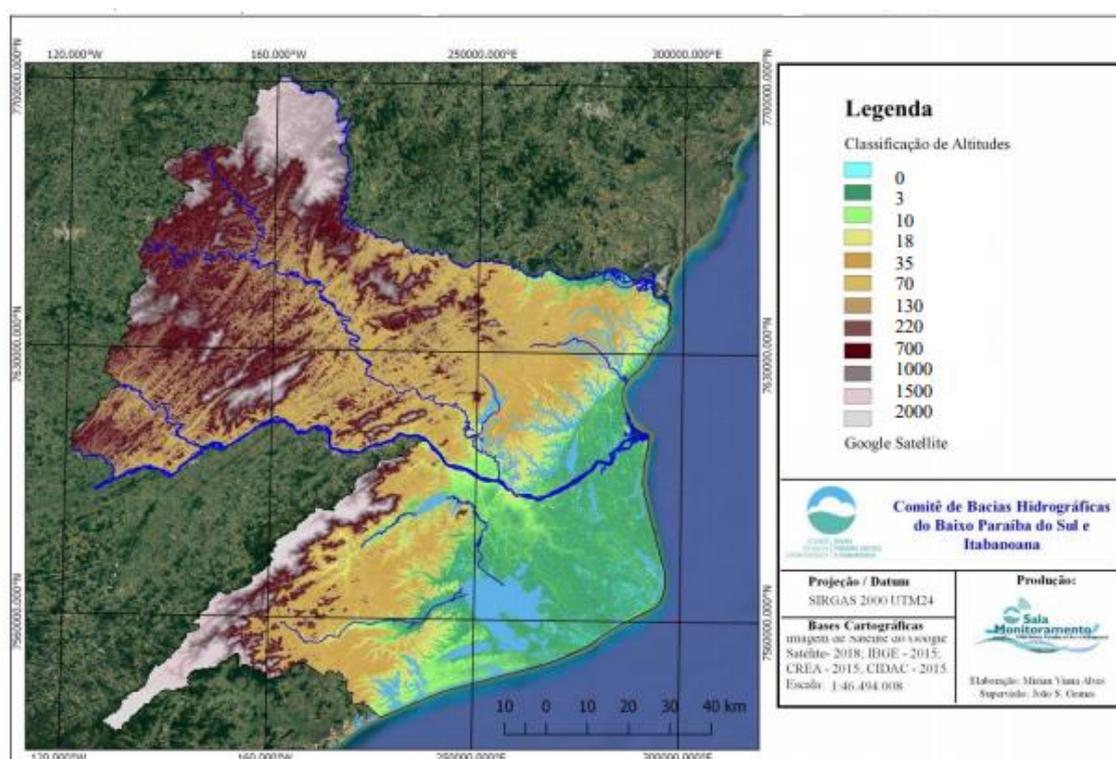
⁵⁶Soffiati (2009) relata uma dificuldade na localização do acidente natural, o Baixo dos Pargos, que estava exposta na carta de doação e que estabelecia o limite entre as duas capitanias (São Tomé e Espírito Santo). Assim, em comum acordo, Vasco Coutinho permite que o rio Itapemirim seja posto como a nova zona fronteira, cedendo parte de suas terras a Pero de Góis.

⁵⁷ Por diversas vezes, nas suas diferentes obras, Alberto Lamego utiliza a definição “sertão” para abordar o território interiorano inóspito dos campos dos Goitacá, no qual o europeu não conseguia chegar. A nomenclatura do Sertão do Leste foi utilizada nos documentos e obras do século XVII e XVIII para se referir às porções mais interioranas da planície.

“Serra do Mar” marcava os “vazios” da região (já que, apesar de ser do “Leste”, dificultava o acesso dos colonizadores as porções mais a oeste [Figura 27], mesmo se esses seguissem a montante dos grandes leitos fluviais). De todo modo, há de se relativizar essa noção de “vazio” tratada pelo IBGE (2007) em seu texto, pois o que havia eram locais onde a colonização europeia não vingava, e isso ocorria muito em função de maior intensidade das dinâmicas indígenas que se aproveitavam das características do local para estabelecer domínio territorial.

Mesmo com essa divergência, a utilização dessa noção de “Sertão” no texto se faz importante para compreender as dinâmicas e a direção dos fluxos de expansão da ocupação europeia no decorrer da colonização, que tempos depois influenciou diretamente na caracterização do Norte Fluminense. A figura 27 auxilia a visualização dessas elevações e das planícies e, associada à figura 28, permite a compreensão da composição desse “Sertão”.

Figura 27: Mapa da altitude da região hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

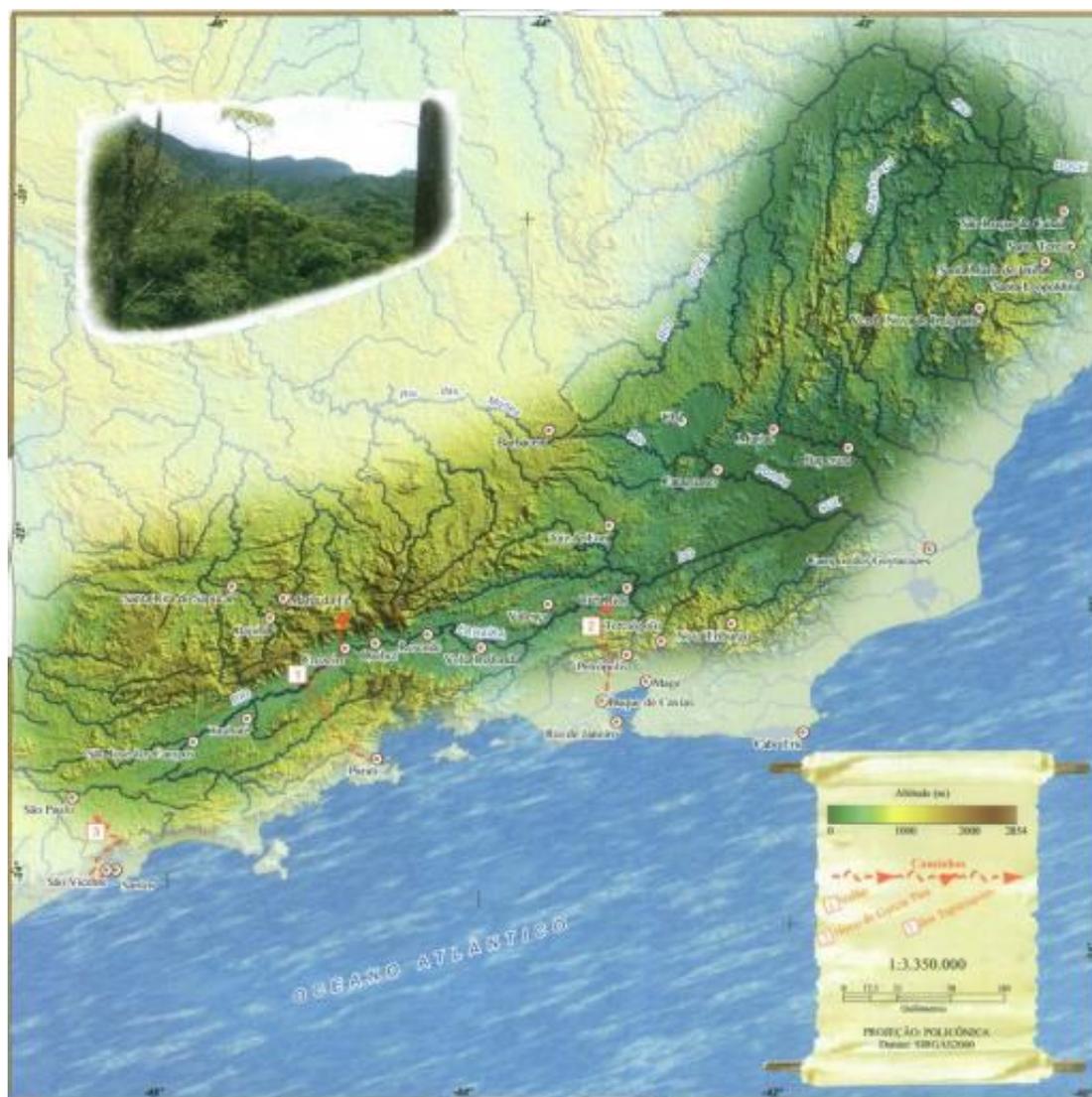


Fonte: ALVES e SIQUEIRA (2018)

Malheiros (2008) chama atenção para o fato de que a construção desse simbolismo entorno do “Sertão do Leste”, como sendo território hostil, repleto de perigo e adversidades, tem relação direta com ações da coroa portuguesa, decorrendo de duas questões principais: a primeira diz respeito à maior estruturação dada aos caminhos que ligavam o litoral ao interior

pela capitania de São Vicente (onde hoje é a cidade de Santos). Os colonizadores aproveitavam-se das trilhas percorridas pelos Tupiniquins para transpor as elevações da Serra do Mar e chegarem até as porções mais interioranas da Colônia, tornando esse caminho o oficial para escoar os produtos que eram explorados nessas novas terras (IBGE, 2007). O segundo ponto tem relação direta com a descoberta do ouro nas Minas Gerais. Buscando evitar estruturação de rotas clandestinas, pelas quais haveria um escoamento das riquezas sem o controle da metrópole, a coroa portuguesa, além de instituir um decreto proibindo a criação desses novos caminhos, incentivou no imaginário essa ideia de território hostil (MALHEIROS, 2008). Por essa situação, o Vale do Paraíba, o Vale do Rio Doce, a Zona da Mata Mineira e o Norte Fluminense se conectavam pelo relativo isolamento dos núcleos coloniais, constituindo o grande “Sertão do Leste”. A figura 28 a seguir permite visualização dessa zona ao deixar mais nítida a espacialidade que compõe esta área.

Figura 28: Caracterização da área do “Sertão do Leste”



Fonte: IBGE (2007) <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=280931>

Contudo, no decorrer do século XVII houve uma maior ocupação pelos colonos do deste “Sertão do Leste”, principalmente nas áreas do Vale do Paraíba e de parte da Zona da Mata Mineira, muito em função das expedições bandeirantes e da estruturação de ligações entre a parte mais interiorana da capitania de São Vicente com capitânicas relevantes do Nordeste. Nesse processo o Norte Fluminense continuava “isolado” de outras regiões, na perspectiva dos colonos. Mas esse isolamento relativo não era sinônimo de não transformação. No decorrer do século XVII, processos internos começaram a ser estruturados, principalmente entre as diferentes espacialidades que constituíam esse “vazio” colonial do Norte Fluminense. Com isso, uma dinâmica intrarregional se constitui e se intensifica, muito em função do aumento do interesse por essas terras nessas áreas, com ações políticas da colônia para sua ocupação. Mas

essa maior intensidade das dinâmicas estruturadoras não foi comandada pela capitania do Rio de Janeiro, como poderia se esperar. Pelo contrário, essa capitania, no primeiro momento da ocupação colonial, dificultava a implementação de ações que pudessem expandir a ação colonizadora da capitania de São Tomé, na medida em que centralizou a atenção e os recursos desde os anos iniciais da ocupação europeia, alocando recursos voltados para outras estratégias territoriais. Assim tanto o foi que nela foi implementada a estrutura decisória e administrativa da metrópole se inserindo, assim, na administração de uma partição da colônia, o Rio ficou responsável pela “Repartição Sul do Estado do Brasil” (ABREU, 2010)⁵⁸.

No decorrer do século XVI e XVII a capitania de São Tomé/Paraíba do Sul não passava de uma subsidiária da capitania de São Vicente/Rio de Janeiro, situação que se manteve até a virada do século XVII para o XVIII (ABREU, 2010). Assim, o relativo isolamento colonial dessa espacialidade estava diretamente atrelado às relações políticas, sociais e econômicas que transcorriam na capital. Dessa maneira, até mesmo a intensificação de sua ocupação tem que ser vista a partir dessa relação. Caio Prado Junior, no seu livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, de 1942, chama atenção para relação de subserviência estabelecida entre as capitanias. Segundo o autor, a porção territorial que viria a ser o Norte Fluminense só começa a ser realmente explorada a fim de atender à necessidade demandada da principal capitania que era a de São Vicente/Rio de Janeiro (PRADO JR, 2011 [1942]).

Neste período, a capitania de São Vicente/Rio de Janeiro expandia o plantio da cana e nela foram construídos diversos engenhos de onde partiam sacas de açúcar em direção aos portos portugueses. Com isso, determinadas porções de terras foram utilizadas para tal plantio, mas havia a necessidade de ocupação de novas áreas, tanto para expansão do plantio, quanto para organização de atividades que visavam atender à demanda interna de alimentos, leite, carne e couro, em crescimento devido à consolidação da produção canavieira. Para este fim, a pecuária foi se desenvolvendo e forneceu as bases para a expansão e ocupação que se configuraria no Norte Fluminense (ABREU, 2010; PRADO JR, 2011 [1942]).

Em 1627, o Governador-Geral, Martim Corrêa de Sá, doou algumas glebas da capitania de São Tomé aos “Sete Capitães”. Estes exploraram a região e empreenderam ocupação não mais pelo litoral, mas, sim, por territórios mais interioranos, acompanhando os abundantes

⁵⁸ Em 1572, após a morte de Mem de Sá, a metrópole portuguesa dividiu a colônia brasileira em duas partes: o norte, com sede em Salvador, e o do sul, com sede no Rio de Janeiro. O intuito dessa ação era organizar a administração da colônia, fortalecer a ocupação do Rio de Janeiro e de São Vicente (ameaçados por franceses e espanhóis) e estimular a penetração para o sul e o interior. Passados 6 anos, a Coroa Portuguesa entendeu que a divisão não cumpriu seus objetivos e unificou a administração da Colônia.

cursos hídricos. Como estratégia de abertura de novos caminhos e consolidação de atividade econômica que favoreceria a ocupação colonial, a pecuária foi preconizada. Lamego (1945) chama atenção para as possibilidades de expansão da ocupação colonial no território em função da ação dos “Sete Capitães”, mas enfatiza que as transformações só começaram a ocorrer graças à maior atenção dada ao território pela coroa portuguesa, o que auxiliou os exploradores nas constantes empreitadas contra os nativos, permitindo-lhes adentrar o continente em buscados altos cursos dos rios.

De toda forma, por essas dinâmicas, inicia-se a ocupação colonial da capitania de São Tomé baseada na pecuária como principal atividade. A partir dela os colonos foram se instalando, caminhos foram abertos, porções territoriais foram ocupadas. Pode-se dizer que neste momento começa a se estruturar a gênese da circulação regional que irá caracterizar o Norte Fluminense, o que permitiu uma gradual centralidade do aglomerado que recebeu o nome da Vila de São Salvador/Campos, que se encontrava às margens do Rio Paraíba do Sul, ponto de encontro das bacias hidrográficas que adentram as partes mais continentais da planície, e também o surgimento da Vila de São João Batista da Barra/São João da Barra, que se encontrava na foz do referido rio e por onde, no século XVII, tentou-se constituir uma rota de conexão com o Rio de Janeiro.

A região vai sendo colonizada pela planície aluvionar do Norte Fluminense, com terras férteis, solos encharcados, pluviosidade considerável, modificando assim, de certa maneira, a relação do colono com o quadro natural, que passou a apresentar mais possibilidades para efetivação da ocupação, principalmente se comparado ao contexto da tentativa anterior de Pero de Góes. A figura 29 disponibilizada no acervo digital da Biblioteca Nacional, elaborada por autor desconhecido, mostra a ocupação espacial de parte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo por volta do século XVIII. Ela é importante para auxiliar a visualização da relevância da pecuária na estruturação das bases de circulação e povoamento da planície dos Goitacá.

Figura 29: Mapa de parte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo no século XVIII



Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/cart525958.jpg>

No século XVII, diversas outras relações influenciaram diretamente a estruturação das dinâmicas que estiveram na base de consolidação do Norte Fluminense, devendo ser ressaltadas. A tomada de partes mais interioranas da capitania de São Tomé ocorreu também pela ação de grupos religiosos. Raminelli (2018) aponta que a doação de terras a títulos de sesmarias, no decorrer do século XVII, não foi exclusiva o para os “Sete Capitães”, já que membros do clero, principalmente Jesuítas e Beneditinos, receberam a permissão de explorar e ocupar a região.

E a ação colonizadora empreendida pelas ordens religiosas eram dadas na forma de aldeamentos. Estas, segundo Malheiros (2008), foram formas típicas implementadas no Brasil Colônia e Império que serviram, para além da ocupação, como estratégia de controle territorial e da população nativa, bem como da utilização do conhecimento e da força de trabalho destes nativos para intensificar a colonização. Assim, por sua ação promoveu-se um processo de obtenção e manutenção do território, mas também criou-se um canal que interligava dois mundos, pelo qual constituíram-se relações que influenciaram a caracterização da região.

Ter isso em mente é de suma importância para caracterizar as dinâmicas regionais do Norte Fluminense. Para exemplificar essa questão, cabe citar que, entre os séculos XVII e XIX, quatro foram os principais aldeamentos indígenas instalados na região: Santo Antônio de Guarulhos – 1659 (hoje integra o município de Campos), São Fidelis Sigmaringa – 1779 (a partir dele São Fidélis foi formada), São José de Leonissa da Aldeia da Pedra – 1808 (de onde provém Itaocara) e o de Santo Antônio de Pádua – 1833 (base para formação do município com o mesmo nome) (MALHEIRO, 2008; FRIDMAN, 2011). Lamego (1958) ainda chama atenção para o aldeamento jesuítico do século XVIII denominado Santana, a partir do qual se deu a formação inicial do município de Macaé.

O primeiro aldeamento citado, implementado por religiosos franceses na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, foi importante para a ocupação das áreas que conectavam a planície aluvionar do referido leito fluvial com as partes mais litorâneas, constituindo caminhos que interligavam a recém-criada Vila de São Salvador à Vila de São João Batista da Barra. Já o aldeamento de São Fidélis de Sigmaringa, constituído por religiosos capuchinhos italianos, e os aldeamentos de São José de Leonissa da Aldeia da Pedra e de Santo Antônio de Pádua estão diretamente ligados, como aponta Malheiros (2008), ao processo de ocupação interiorana promovido pela coroa portuguesa e implementado por essas ordens religiosas, que ocorrem no século XIX, em um contexto de crescimento da capitania da Paraíba do Sul, com a expansão do plantio, pela necessidade de ocupação de novas terras e com o intuito de controle territorial e dos povos nativos que habitavam as partes a montante dos leitos fluviais. Assim, as sesmarias foram concedidas pela coroa portuguesa a esses grupos religiosos que seguiram em direção às partes altas das bacias hidrográficas. Estes, sob o discurso legitimador de promover a civilização e espiritualidade dos indígenas, tinham a possibilidade de extrair os recursos que esse sertão inexplorado oferecia, contando ainda com o auxílio dos colonizadores (MALHEIROS, 2008). De toda forma, por intermédio dessas ações, uma dinâmica de

circulação foi constituída, caminhos foram criados, estruturas consolidadas, permitindo a conexão entre diferentes porções territoriais que viriam a conformar o Norte Fluminense.

Mas, voltando ao século XVII, nota-se que novas relações foram constituídas influenciando o arranjo dessa porção territorial. Após o processo de ocupação empreendido pelos “Sete Capitães” e pelas ordens religiosas (principalmente beneditinos e jesuítas), diferentes grupos voltaram seu olhar para as possibilidades de exploração dessas terras, até então vistas como inóspitas, e agiram para obter seu controle. E a ação para a tomada das terras explicita as relações de poder que se faziam presentes no Brasil colonial deste período. Neste contexto, os religiosos e a nobreza prestadora de serviço à coroa gozavam de maiores benefícios, e foi por sua articulação que as terras foram tomadas. Antes de partir para Angola, em 1648, o General Salvador Correa de Sá e Benavides (O Visconde de Asseca⁵⁹), na busca de aumentar seu poder e explorar as riquezas locais, em comunhão com as ordens religiosas, alegando não cumprimento das funções a qual foram incumbidos os capitães e seus herdeiros quando receberam as sesmarias que formavam a capitania (com a pouca construção de currais e rarefação populacional) promoveu a redistribuição das terras que viria a ser o Norte Fluminense. Neste ato, o General Salvador Correa de Sá e Benevides, então Governador da capitania do Rio de Janeiro, dividiu as terras em 12 quinhões, dos quais: 3 ficaram sob sua responsabilidade; 3 seriam controlados pela Companhia de Jesus; 1 para Pedro de Souza Pereira (provedor da Fazenda do Rio de Janeiro e genro do Capitão Manoel Correa); meio quinhão para os Frades de São Bento; e 4 quinhões e meio para os herdeiros dos Sete Capitães (LAMEGO, 1958; SOARES, 2016).

Essa redistribuição de poder sobre as terras complexificou ainda mais as relações na planície, com esses quatro grupos em constante interação e conflito, principalmente contra os moradores já estabelecidos e os posseiros que buscavam fixar moradia nessa área que, até então, não recebia atenção da Coroa Portuguesa. Soares (2016) exemplifica alguns dos embates ocorridos nesse período que valem ser ressaltados, dos quais explicito dois: o primeiro ocorreu entre 1652 e 1654, e foi caracterizado pelo embate dos antigos moradores com os novos titulares das terras, onde um grupo de setenta residentes, fixados à margem direita do rio Paraíba do Sul, tentaram fundar uma vila em uma área que, por força do acordo de redistribuição, passou a pertencer aos beneditinos. Estes últimos, associados aos Asseca e aproveitando-se de suas redes

⁵⁹ O título de Visconde recebido por Salvador Correia de Sá originou dos seus feitos na conquista portuguesa em Angola. A relação entre a coroa e a família Asseca (incluídos os herdeiros) era intensa, o que afetou diretamente processos ligados à constituição de Campos, tanto que não houve intervenção direta na sua autonomia, mesmo com os mandos e desmandos dos Asseca na planície, o que gerou litígios, levantes populares entre outros fatos.

de influência, agiram nas instâncias decisórias da Metrópole Portuguesa e impediram a efetivação da fundação da vila. O segundo exemplo que mostra a complexificação das relações na planície no século XVII denota as ações dos novos donos das terras contra os posseiros oriundos, principalmente, da Bahia e do Espírito Santo. Em 1673, percebendo uma intensificação do fluxo de pessoas para as porções ao norte da capitania do Rio de Janeiro, as ordens religiosas, juntamente com os fazendeiros ligados ao Visconde de Asseca, peticionaram e conseguiram junto à Coroa autorização para expulsar⁶⁰ estes indivíduos de suas terras (SOARES, 2016).

O fato foi que as novas relações políticas, econômicas e sociais instituídas na planície no século XVII trouxeram transformações no que tange a sua constituição. Tanto que a capitania da Paraíba do Sul surge das influências que Salvador Correa possuía junto à Coroa Portuguesa, assim como a elevação dos povoados existentes na região a categorias de vilas, com o surgimento, em 1677, das Vilas de São Salvador e da Vila de São João Batista da Barra. Todavia, essa estruturação veio acompanhada da intensificação dos conflitos internos, muito em função da ação dos herdeiros Asseca e seus apoiadores (como exemplo, pode-se citar aumento de impostos sobre a produção e controle dos cargos políticos e decisórios das vilas) que buscavam aumentar seu poder e monopolizar os recursos. Esse quadro gerou grande insatisfação nas lideranças regionais constituídas, que organizaram levantes populares e que buscavam autonomia em relação aos desmandos que vinham da futura capital do país. Estes buscaram por todas as vias (desde batalhas diretas⁶¹ até negociações políticas empreendidas diretamente com a Coroa Portuguesa) desfazer o vínculo que possuíam com a capitania do Rio de Janeiro e “libertar” a planície de sua influência. Essa situação de conflito⁶² ligado ao domínio Asseca durou quase cem anos, diminuindo de intensidade com o fim do controle dessa família sobre a capitania.

Essas relações entre a economia, a política, a sociedade com o quadro do meio natural no século XVII, que foram sendo reconfiguradas no início do século XVIII, influenciaram diretamente a conformação das características do Norte Fluminense. Contudo, de todas as

⁶⁰ Segundo Soares (2016) os posseiros expulsos por ação dos novos donos de poder foram classificados no Conselho Ultramarino como vagabundos, desertores e foragidos da justiça, sendo alvos de ações violentas, lideradas por dois beneditinos ligados a Salvador Correa e apoiados por tropas vindas da Vila de Cabo Frio, que destruiu casas montadas e prendeu lideranças locais.

⁶¹ Deste processo surgem figuras históricas famosas na região, exaltadas por liberar o Norte Fluminense das amarras impostas pelos Asseca, com a mais famosa sendo Benta Pereira (fazendeira que organizou planos de ataques contra os herdeiros políticos que vinham da capitania do Rio de Janeiro e exploravam a população local).

⁶² Lamego em sua obra “O Homem e o Brejo”, 1945, traz detalhes sobre diversos eventos que ocorreram naquela época.

transformações que ocorreram, destacam-se duas marcas importantes da dinâmica regional que derivaram diretamente dos diferentes processos que se sucederam nos primeiros séculos de colonização dessa espacialidade: a concentração de terras e o reforço dos fluxos regionais internos em função do relativo isolamento perante outras espacialidades da colônia.

Abreu (2010), ao analisar o processo de concessão das sesmarias do Brasil, demonstra que, diferentemente do modelo de distribuição das terras em Portugal pós-mouros (que incentivou uma divisão proporcional entre os habitantes), em domínios coloniais, a Coroa Portuguesa subverteu os preceitos e acabou por configurar um processo de concentração de terras. Isso ocorreu devido ao fato de que a distribuição das propriedades foi feita somente para aqueles que possuíam recursos, principalmente tendo posse de escravos e devendo comprovar essa situação. A Coroa considerava que somente estes seriam capazes de explorar seus recursos, cuidar da terra e desenvolver uma atividade produtiva. Assim, as autoridades incentivaram a ocupação e buscaram a estruturação da região por intermédio de investimentos daqueles que detinham o poderio econômico. Em contrapartida, estes receberiam o poder político sobre o território colonizado. Por este contexto, associado ao gradativo crescimento da atividade canavieira no decorrer do século XVIII, tem-se consolidada a figura dos “Barões do Açúcar”⁶³ do Norte Fluminense, que detinham grandes propriedades de terra e por isso exerciam seus desmandos e baseavam seu poder.

Machado (2018), ao tratar da produção canavieira do Recôncavo da Guanabara do século XVIII, chama atenção para essa relação de terra e poder que foi constituída nesse período, e que foi mais intensa na porção territorial que viria a ser o Norte Fluminense. Segundo a autora, esses proprietários de terra e unidades produtivas (em sua maioria, portugueses ou de descendência portuguesa) que saíram das localidades mais próximas da sede da capitania do Rio de Janeiro e rumaram em direção ao norte, em direção à capitania da Paraíba do Sul não tinham o único e exclusivo interesse em obter lucros comerciais (a maioria das riquezas desse contexto advinham do capital mercantil), mas, sim, prestígio social que a posse da terra e do engenho proporcionava. Nas palavras da autora, “(...) em uma economia pré-industrial, a riqueza não era o único critério de acesso à elite. Mas, mais do que isso, tratava-se da manutenção de um *ethos* senhorial, referido na noção de casa” (MACHADO, 2018, p. 174).

⁶³ Abreu (2010) mostra que essa situação foi comum no Nordeste e não se resumiu à atividade canavieira. Por influência deste mecanismo o baronato foi constituído, estabelecendo a gênese da concentração de terras.

De maneira geral, no final do século XVIII, quatro eram os principais detentores dos latifúndios na Planície Goitacá, com as relações de poder instituídas a partir dos laços que detinham com esses “Barões”: Joaquim Vicente dos Reis, comerciante português que aumentou seu poder e influência a partir da aquisição das terras da Companhia de Jesus, formando a Fazenda do Colégio; a ordem Beneditina, com as terras do Mosteiro de São Bento (fundado em 1635), que, mesmo com as mudanças políticas em Portugal, manteve suas posses na planície, tendo relação direta com a conformação da atividade canavieira na Baixada Campista e estruturando suas ações pela Vila de São Salvador/Campos, a partir da íntima relação com esses fazendeiros; José Carneiro da Silva, o primeiro Barão de Araruama, com influência na política imperial, teve a posse da Fazenda Quiçamã (Quissamã); a quarta grande propriedade da virada do século XVIII para o XIX era a Fazenda do Visconde, cujo dono era o herdeiro Asseca, Salvador Correa de Sá. Entretanto, este não usufruiu das relações de poder ligadas às terras, não permanecendo na região (por conta dos conflitos tratados anteriormente). Lamego (1945) aponta que os Asseca até tentaram manter a influência no local, mandando Luiz Alvares de Freitas Belo, juntamente com Joaquim Silvério dos Reis (o traidor da inconfidência) para administrar parte de suas propriedades. Mas estes dois foram expulsos e a fazenda vendida, dando base a novas unidades e relações de poder (Gregório Francisco de Miranda [Barão de Abadia], José Martins Pinheiro [Barão da Lagoa Dourada] estruturaram sua produção e influência a partir da aquisição de partes dessa fazenda).

Essas novas relações postas modificaram as características e as dinâmicas da região, alterando principalmente as questões do isolamento vivido nos primeiros séculos de colonização. As relações (naturais, sociais e políticas) que ocorriam e caracterizavam essa espacialidade — como a circulação pelo litoral e pelo continente ser dificultada por conta das peculiaridades ambientais; a interação com os nativos, que impossibilitava uma expansão das áreas apropriadas para plantio e pastoreio; a vinculação com as instâncias administrativas superiores como incerta; com intervenção direta de Salvador, Rio de Janeiro, Portugal sobre as questões locais, com o conflito de jurisdição sendo uma realidade (RAMINELLI, 2018), entre outras diversas situações — já começam a deixar de existir. Desta maneira, todo esse contexto que configurou uma dificuldade de conexão da porção territorial demarcada pelos limites da capitania de São Tomé com outros locais, caracterizando um isolamento regional de suas dinâmicas, começa a ser alterado, abrindo a possibilidade de instituição de novos fluxos.

Essa não fluidez dos fluxos com outros espaços regionais favoreceu um fortalecimento da circulação interna à região, reforçando os vínculos intrarregionais e constituindo uma

relativa autonomia daquele espaço. Mediante o começo da mudança de cenário, no fim do século XVIII, com o aumento do interesse dos recursos que derivaram da região, com o estreitamento, sobre outras bases, das relações (simbólicas, políticas e sociais) com a capitania do Rio de Janeiro (que em 1763 vira capital da Colônia) e com o aumento da organização espacial ligado a maior capacidade produtiva, esse isolamento estabeleceu as bases de uma regionalidade interna, possibilitando um crescimento apoiado nas relações externas, mas com fluxos locais já delimitados.

Contudo, essas transformações e o aumento da importância da região no cenário nacional ocorrem em um contexto político-administrativo peculiar. Nesse período, mesmo tendo suas dinâmicas ligadas e estruturadas a partir de relações que estabeleceu com a capitania do Rio de Janeiro, a capitania da Paraíba do Sul, desde o ano de 1732, por intermédio da promulgação da Provisão Régia de 15 de Janeiro, e fortalecido pelo ato régio de 1741 que criou a Comarca da Vila de Nossa Senhora de Vitória, tinha vinculação político-administrativa junto à Ouvidoria Geral do Espírito Santo (LEMOS, 2018; ATALLAH, 2018).

Por conta desta situação, ainda no período de domínio dos Asseca, as questões burocráticas e de controle territorial da Vila de São Salvador/Campos e a Vila de São João da Barra/São João da Barra eram vinculadas aos processos da capitania do Espírito Santo⁶⁴. Com a aquisição da capitania da Paraíba do Sul empreendida pela coroa portuguesa, processos burocráticos, políticos e administrativos ainda estavam vinculadas à Ouvidoria do Espírito Santo. Contudo, as questões ligadas ao controle de território das duas vilas (São Salvador e São João da Barra), principalmente recolhimento de taxas, após a elevação do Rio de Janeiro à posição de Capital da Colônia, passam a ser responsabilidade do seu tribunal (LEMOS, 2018). Desta maneira, o Norte Fluminense mantém sua ligação político-administrativa com o Espírito Santo ao mesmo tempo em que reforça seus laços com o Rio de Janeiro.

De toda forma, todo o contexto estruturado, aliado à autonomia decisória conquistada a partir do fim do domínio político dos Asseca, o Norte Fluminense começou a vivenciar um momento de transição, com aumento do crescimento econômico regional. Assim, se, como afirma Santos e Silveira (2006), no decorrer do meio natural a organização territorial é marcada

⁶⁴Atallah (2018) chama atenção para dois episódios que explicitam a administração dessa espacialidade pela Comarca de Vitória. O primeiro, data do ano de 1744 quando o primeiro ouvidor da Comarca de Vitória, Pascoal Ferreira de Veras, entra em litígio com os jesuítas e nativos que se encontravam nas proximidades da Fazenda Santana (onde hoje é Macaé) e recebe o auxílio da coroa portuguesa para imprimir ação violenta contra eles. O segundo está relacionado à ação do segundo ouvidor da Comarca, Mateus Nunes, na repressão dos revoltosos da capitania da Paraíba do Sul que agiram contra o domínio Asseca.

pelo ritmo do tempo lento, com as conexões e diferenciações se dando em função das questões impostas pela natureza, com o humano se adequando a ela, a partir da virada do século XVIII para o XIX, com a consolidação das atividades econômicas internas, somadas à constituição do fluxos regionais (em função da pecuária, mas com vínculo direto com a atividade canavieira que gradativamente vai se estabelecendo na planície) isso vai sendo alterado, dando espaço para a consolidação do meio técnico.

Decerto as alterações não foram abruptas. A conexão com outras regiões ainda era difícil. Internamente, os leitos fluviais possibilitavam a circulação regional, mas o escoamento externo era limitado pela dificuldade de navegação da costa e pelas condições da parte continental que interligava a região à capital; no litoral o relevo não consolidado, arenoso ou lamoso, não era favorável para constituição de rotas e nas partes interioranas os terrenos alagadiços interferiam na estruturação de boas rotas. No que tange a produção, gradativamente a pecuária vai cedendo espaço para a atividade canavieira. Mas esta ainda era limitada espacialmente, ficando fixada nas margens dos leitos fluviais e nas partes mais próximas ao litoral, já que as porções alagadiças da planície aluvionar não possibilitavam a utilização do solo. Os altos cursos dos rios, ainda no século XVIII e início do século XIX, tornavam-nos territórios desconhecidos, com todas as dinâmicas regionais do Norte Fluminense sendo constituídas na parte da planície, rumando em direção a foz, ou em direção a capital. O “Sertão” ainda persistia, tanto que diversos relatos de viajantes europeus que empreendiam viagens exploratórias para essas porções do Brasil nesse período confeccionavam mapas e descreviam as características da região limitando-as até os rios principais, com as partes mais a oeste sendo considerado território vazio. Lamego (1945) explicita em parte essa questão ao dizer que:

Mas ninguém se move. Nem um campista sobe os rios para a zona montanhosa. Todos se concentram na planície, no massapê, na terra que produz açúcar como nenhuma outra. E com tal continuidade na crescente produção açucareira, também cresce a população agricolamente sedentarizada na terra fértil (LAMEGO, 1945; p. 103).

Contudo, mesmo com essa questão, pode-se dizer que neste momento a mudança começou a se estruturar, com os processos que marcaram a transição do meio natural para o técnico fixando suas bases, mas ainda sem se consolidar. Neste contexto, a partir da segunda metade do século XVIII, aproveitando-se inclusive das estruturas implementadas pela pecuária, a atividade canavieira cresceu significativamente. Retrato desta situação foi o aumento do quantitativo das unidades produtivas engenhocas/banguês que, mesmo com as dificuldades

impostas pelo quadro ambiental, saem de cinquenta e cinco, em 1769, e chegam a trezentos e vinte e oito, em 1799 (PRADO JR, 2011 [1942]). Segundo Lamego (1945), o açúcar produzido na região e todos os excedentes não consumidos internamente eram exportados para a Bahia ou Rio de Janeiro, através do porto de São João da Barra, escoados pelo Rio Paraíba do Sul, em embarcações construídas em seus estaleiros. Era a atividade canavieira intensificando a estruturação regional por intermédio de suas dinâmicas. São então constituídas as bases da produção que, como aponta Santos e Silveira (2006), seriam o motor das transformações do todo e que instituem as relações e vinculações entre áreas, o que caracteriza um dos sucessivos meios técnicos. E, por seu intermédio, são também constituídas as bases das dinâmicas regionais, configurando os fluxos de expansão e os espaços de estruturação pelos quais se conformaria o Norte Fluminense.

Assim, em razão do fortalecimento da atividade canavieira e dos diversos investimentos que foram feitos a fim de melhorar organização espacial colonial e intensificar os fluxos, como a abertura de canais e ações de drenagem que buscavam favorecer a consolidação de rotas, o espaço natural foi modificado com maior intensidade. Com a consolidação do plantio canavieiro nos aluviões que compõem o Norte Fluminense, o quadro ambiental que até então era um dos elementos da base discursiva para a exclusão da região, agora começa a ser sinônimo de fertilidade, de uma riqueza a ser explorada, requerendo investimentos para tanto. Dessa maneira, o Norte Fluminense ganhou destaque, no primeiro momento, em âmbito regional, mas também no cenário nacional, em função da consolidação do meio técnico que viria a ocorrer.

3.2 – O MEIO TÉCNICO, A CONSTRUÇÃO DE UMA “IDENTIDADE REGIONAL” E A “MODERNIZAÇÃO” DA REGIÃO A PARTIR DO SÉCULO XIX ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX

A partir do século XIX a região consolidava suas bases, principalmente em função da criação de novas infraestruturas ligadas à consolidação do meio técnico. Nesse período, diversas transformações ocorrem por conta da mecanização de processos ligados à circulação, à produção, à estruturação do espaço urbano etc. As novas dinâmicas surgem atreladas à abertura do campo regional aos processos capitalistas, o que influencia as mudanças das relações sócio-espaciais que marcavam o Norte Fluminense. Assim, diferentes grupos de poder surgem, fortalecendo tensões para a dominação das dinâmicas regionais. Influenciados por essa relação, constituiu-se um processo de “modernização” e a consolidação de uma “identidade regional”. Com isso, esse período da virada do século XIX para o século XX é de suma importância para entender a relação da região com a atividade sucroalcooleira.

Segundo Santos (2006), o meio técnico é caracterizado pela emergência do espaço mecanizado. Nesse espaço maquínico constituído, as lógicas do espaço natural se transformam e são transformadas, ao mesmo tempo em que conformam o meio e o homem com elas. O espaço construído artificial assume novas formas, materializando-se de diferentes maneiras, criando híbridos conflitivos. Nesse contexto de aumento de maquinização, os processos, o tempo de transformação e as forças de interação são modificados, com as relações deixando de ser apenas locais. Com isso, os objetos técnicos que caracterizam a existência desse período não são puramente culturais, ou seja, constituídos pelas diferentes relações com o meio que o animam; eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo, com lógicas instrumentais que não se restringem ao local, e com possibilidade de transformação que atinge a lógica natural (SANTOS, 2006).

O meio técnico é caracterizado pela sobreposição e justaposição de diversos momentos ligados ao sistema técnico em um processo de evolução que é permanente, com as técnicas não aparecendo ou funcionando isoladamente, já que elas são consolidadas em conjunto, sendo integradas funcionalmente, mantendo-se hegemônicas por um certo tempo, momento em que constituirá a base material da vida da sociedade, até que outro sistema de técnicas tome o seu lugar, marcando a sua evolução (SANTOS, 2006). Sua constituição não é homogênea, variando nas diferentes espacialidades e nos diferentes tempos, em função da extensão e da qualidade da substituição dos objetos naturais por objetos técnicos que, por sua vez, estão ligadas não mais às lógicas locais (ou mesma nacionais), mas, sim, às razões que não se limitam às questões locais e regionais. Assim, pelas interações e relações ligadas ao meio técnico diferentes meios geográficos são conformados, “(...) todos incompletamente realizados, todos incompletamente difundidos” (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 31).

Analisando a constituição do meio técnico no território nacional, Santos e Silveira (2006) identificam três momentos distintos de sua conformação: o primeiro é ressaltado pela estruturação desigual das espacialidades, com algumas vivenciando a mecanização e outras mantendo-se excluídas desse processo. É o meio geográfico nacional sendo marcado pelos arquipélagos de mecanização incompleta. O segundo momento tem por característica a inserção desse sistema técnico na circulação e uma maior proliferação da mecanização no processo produtivo, só que ainda restrito às dinâmicas internas das diferentes ilhas que compõem um arquipélago. No terceiro momento, a estruturação dos fluxos é consolidada para além dos arquipélagos, conectando as diferentes manchas por ferrovias e rodovias, criando as bases para

a integração⁶⁵ do território nacional (SANTOS e SILVEIRA, 2006). Quando se analisa a conformação do Norte Fluminense, consegue-se identificar os processos e relações que estiveram ligados a cada um desses momentos de constituição do meio técnico, assim como a influência dessas diferentes fases na configuração do meio geográfico. Desta maneira, faz-se interessante compreender as dinâmicas que caracterizam o espaço regional a partir da evolução da conformação desse sistema de objetos técnicos.

A consolidação e evolução do meio técnico no Norte Fluminense esteve diretamente ligada ao desenvolvimento da atividade canavieira. Decerto a pecuária teve papel fundamental na constituição das bases desse período, possibilitando ocupação de áreas mais interioranas, influenciando as relações políticas/econômicas/sociais locais, criando condições para acesso de zonas remotas, estabelecendo conexões regionais pelas quais fluxos passaram, entre diversas outras situações já debatidas. Contudo, foi incrementando a produção de açúcar e derivados da cana que a região estruturou os objetos e sistemas técnicos que caracterizam os diferentes meios técnicos.

No final do século XVIII, modificações políticas/sociais locais e regionais configuram contexto importante para o desenvolvimento da atividade sucroalcooleira na região. Internamente, as tensões políticas diminuem sua intensidade, com as relações sendo pacificadas após a perda influência dos Asseca. Em âmbito regional, a constituição do Rio de Janeiro como Capital da Colônia em 1763 e depois se consolidando como a sede do Império, a partir de 1808, modificou as relações estabelecidas com o Norte Fluminense. Com o aumento do ritmo de crescimento da recente capital⁶⁶, ligado à diversificação de suas atividades, obtendo rendimentos principalmente pela atividade mercantil (MACHADO, 2018), a produção sucroalcooleira deste local foi “empurrada” para zonas mais afastadas, fortalecendo-se, principalmente, nas porções mais ao norte, que supriu parte das demandas internas do produto e que assumiu parte da produção que se destinava à exportação. Além disso, a transmigração da corte promoveu modificações nos arranjos espaciais, com o incentivo à interiorização do povoamento e pela constituição de bases administrativas burocráticas, pelas quais se deu a

⁶⁵ Cabe destacar, assim como fazem Santos e Silveira (2006), que essa integração não é sinônimo de homogeneização do espaço, sendo o contrário verdadeiro. Com a constituição de conexões, as diferenças espaciais são intensificadas, reforçando as disparidades regionais que caracterizam o território nacional.

⁶⁶ Machado (2018) aponta que a diminuição do quantitativo das unidades produtivas do Recôncavo da Guanabara começa a ocorrer já no início do século XVIII. Segundo a autora, nesse momento, isso ocorre em função de duas situações: a ação do Tribunal de Inquisição do Santo Ofício contra cristão novos, confiscando as terras e prendendo aqueles que, sobretudo, praticavam o judaísmo (a maioria desses residiam no entorno do Recôncavo da Guanabara); e também devido ao endividamento dos proprietários de terras da região que não conseguiam obter grandes lucros da produção e se endividavam na busca de manter suas atividades.

emancipação de Vilas que foram elevadas à categoria de municípios, como aconteceu com Campos (1835) e São João da Barra (1850) (FRIDMAN, 2011).

No decorrer do século XVIII e XIX, um fato foi de fundamental importância para a consolidação das dinâmicas que influenciaram a constituição da espacialidade que viria a ser o Norte Fluminense: a intensificação do comércio que resultou na chegada da população escravizada. Os negros foram responsáveis pelo crescimento populacional e ocupação da região; foram fundamentais na consolidação de uma rede de serviços por serem detentores do conhecimento e da prática de diversas atividades (que não se restringiam à atividade canavieira); a preponderância do agir em outras atividades não significa que não influenciaram a produção sucroalcooleira, o contrário é verdadeiro, pois foram de suma importância para a proliferação das unidades produtivas e a constituição do Norte Fluminense como uma região canavieira; a população negra também exerceu influência direta na conformação da cultura regional, com singularidades que se fazem presentes até hoje; além de serem relevantes nas dinâmicas de poder e relações sociais que caracterizaram a região no período.

Sobre estes dois últimos pontos, algumas considerações devem ser feitas. Parte da bibliografia que analisa a situação da população escravizada no século XVIII e XIX ressalta sua participação nas relações sociais do período como se fossem “coisas”, um bem que representaria maior ou menor poder daqueles que os possuíam. Por essa abordagem, o negro seria um ser passivo, ressaltado como um objeto econômico e de poder (uma mercadoria), que atribuiria status para todos aqueles que pudessem gozar de suas ações. Por esta perspectiva, como aponta Faria (1998), o escravizado teria passado por uma dominação completa, sem subterfúgios. Contudo, mesmo com a predominância dessa relação de dominação, há de se considerar que a população escravizada foi um agente ativo de sua história, configurando dinâmicas e processos que marcaram as questões sociais destes contextos.

Essas ações ativas da população negra escravizada eram evidenciadas tanto nas questões culturais que foram constituídas, na medida em que foi“(…) possível a construção de uma identidade entre escravos, e que, dentro do cativeiro, foi viável (re)criar sistemas culturais de nítidas filiações africanas”(FARIA, 1988, p. 291), como também se fazia presente no âmago da própria relação de dominação, haja vista que era constituído um agir do negro nesse processo, seja lutando contra a situação, seja reconfigurando as relações. Lara (1988, p.163) explicita essa participação ativa ao afirmar que os negros escravizados

Tiveram seu preço, foram trocados, substituídos, comprados ou vendidos. Mas tratava-se, sem dúvida alguma, de um comércio de homens e mulheres. Neste comércio de escravos, havia três ‘partes contratantes’: o comprador, o vendedor e o próprio escravo. Não podemos enxergá-lo apenas como “coisa” (como fazem tantos estudiosos da escravidão) e nem apenas como “pessoa”. Não basta simplesmente negar ou substituir a afirmação categórica da “reificação” do escravo pela sua “humanidade”. Ao contrário. Queremos deixar marcado que, assim como esteve presente no discurso oficial metropolitano, a contradição entre “coisa” e “pessoa” se manifesta na prática das relações entre senhores e seus cativos. Mais ainda: tais atributos e os limites desta contradição, deste ser coisa não o sendo, estavam determinados pelas relações (pelos embates, resistências e acomodamentos) entre senhores e escravos, cotidianamente (1988, p. 163).

Assim, diversas são as singularidades presentes da influência dos negros na constituição das relações culturais, sociais e econômicas do período. Contudo, como o objetivo da tese e trabalhar os processos que estão no bojo da conformação do Norte Fluminense, fixarei as análises na forma com que a população negra influenciou na constituição das dinâmicas regionais. E, ao se abordar essas questões, é fundamental enfatizar a ação dos mesmo como detentores de saberes e práticas que possibilitaram a constituição de atividades na região.

Segundo Lara (1988), entre os séculos XVIII e XIX, em Campos, a população escravizada era responsável por maior parte dos trabalhos executados, agindo como sapateiros, tecelões, carpinteiros, seleiros, alfaiates, pedreiros, costureiras, barbeiros, paneiros e até mesmo cirurgiões, podendo, inclusive, chegar à posição de oficiais, conforme explicitado em Cartas e Exames de Aprovação analisados pela autora. A ação dos negros nessas atividades e a consolidação de ofertas desses serviços possibilitou uma maior concentração populacional na região, favorecendo a constituição de aglomerações, principalmente próximo às vilas, e a conformação de uma dinâmica regional. Por essa situação, pode-se dizer que o “urbano” se configura em função da presença dessas atividades nos locais de maior ocupação.

Contudo, mesmo agindo nessas outras atividades, Lara (1988) ressalta que era na produção agrícola que a maior parte da população escravizada agia. Suas ações não se restringiam às atividades que necessitavam somente de força. O negro escravizado detinha o conhecimento de toda parte da produção, desde o plantio, até os cuidados com a manutenção das unidades de beneficiamento, passando pelas singularidades da colheita da cana e de outras culturas associadas. Assim, como expõe a autora, na construção de um engenho, tudo era feito pelos escravizados, desde o emprego da força, pois “(...) transportavam as madeiras, rocavam o mato, erguiam a construção” até o entendimento das lógicas e mecanismos de funcionamento das unidades, tanto que existiam “(...) os mestres carpinteiros de engenho e moendas” (LARA, 1988, p. 185).

Dessa maneira, pode-se dizer que o negro era responsável pela produção e por todas outras dinâmicas que davam suporte ao funcionamento dos engenhos, produzindo nas manufaturas (dentro e fora da unidade açucareira), enxadas, foices, carros para o transporte de cana, bois, mantimentos, roupas e medicamentos, barcos, madeiras, machados e serras, tijolos, fôrmas de barro, telhas etc. (LARA, 1988), ou seja, tudo aquilo que era necessário para a consolidação da ocupação e da constituição da dinâmica econômica no Norte Fluminense.

Para além da questão de se ser detentor de conhecimentos e executor de atividades que foram importantes para a conformação da região, outro ponto explicita a relevância da população escravizada para a consolidação do Norte Fluminense: o quantitativo expressivo na ocupação. De certo que sua chegada não foi voluntária, sendo retirados de seus locais de origem e obrigados a viver nessa espacialidade. Contudo, a intensidade desse processo no decorrer do século XVIII e XIX foi importante para existência da região. Sem a população escravizada, provavelmente não haveria a região Norte Fluminense.

Soares (2006), ao analisar as singularidades das relações empreendidas pela população escrava, a prática de alforria e a reinserção social dos libertos na Planície Goitacá entre os anos de 1750 e 1830, elabora um quadro demográfico da região nesse período, ressaltando a relevância da população escravizada para sua ocupação. Segundo o autor, a partir de 1715, com o fortalecimento da rota que ligava o porto do Rio de Janeiro a Angola, processou-se uma intensificação do “comércio das almas”, o que influenciou diretamente a expansão da ocupação do Norte Fluminense e o desenvolvimento da atividade sucroalcooleira. Para Soares (2006), a consolidação do circuito atlântico que ligava o Rio de Janeiro a Angola só foi possível graças à abertura do porto de Luanda aos comerciantes da colônia brasileira. Alencastro (2000) também explicita essa questão da intensificação do comércio da população escravizada entre essas duas zonas de dominadas pela metrópole portuguesa, mas enfatiza que a consolidação do vínculo entre Rio e Angola também foi influenciada pela característica do meio, que favorecia a navegação entre esses dois locais, permitindo maior movimentação entre eles.

Com essa rota estabelecida, associada a outros processos que trabalharemos no decorrer desse capítulo ligados à dinâmica açucareira, o Norte Fluminense vivenciou um aumento expressivo do seu quantitativo populacional na virada do século XVIII para o século XIX. A tabela 7 a seguir, elaborada a partir das informações analisadas por Soares (2006), permite ter melhor ciência da elevação do quantitativo populacional. Por sua análise se faz possível perceber a relevância da população escravizada na ocupação do Norte Fluminense, representando a maior proporção dos viventes na região.

Tabela 7: Estimativas populacionais de Campos dos Goytacazes no final do século XVIII e início do XIX

Condição	Ano				
	1789	1790	1799	1821	1836
População total	21.905	21.894	33.505	36.514	51.718
População Escravizada	12.288	12.216	19.058	19.234	30.595
(%) População Escravizada	56,1	55,8	56,9	52,7	59,1
População Livre	9.617	9.678	14.447	17.280	21.123
(%) População Livre	43,9	44,2	43,1	47,3	40,9

Fonte: SOARES (2006); Elaborada pelo autor

Chama-se a atenção também o fato do crescimento mais acelerado da população da região (tanto escravizados quanto livres a partir do século XIX, e ressalta-se que esse ponto tem relação direta com as questões ligadas a consolidação da atividade canavieira. Entretanto, o contexto interno e regional não foram os únicos responsáveis pelo aumento da produção sucroalcooleira no Norte Fluminense. No exterior, algumas mudanças conjunturais aumentaram a demanda do produto, fazendo com que a Coroa Portuguesa e, mais tarde, o Governo Imperial incentivassem sua produção. Foi nesse período que ocorreu a Revolução Haitiana (1791-1804), que afetou diretamente a produção de açúcar que se desenvolvia no local e atendia boa parte do mercado europeu; a virada do século XVIII para o XIX também foi marcada pelo movimento revolucionário francês e pelas guerras napoleônicas, que interfeririam diretamente na produção de açúcar das suas colônias tropicais, além de ter interferido no fluxo da comercialização mundial, com a imposição dos bloqueios e contra bloqueios; outra mudança importante que afetou diretamente a cadeia produtiva sucroalcooleira e, conseqüentemente, a região, se vinculou a Revolução Industrial, que propiciou um aumento da urbanização e do crescimento demográfico, gerando aglomerações e novos mercados para o açúcar (RODRIGUES e ROSS, 2020). Assim, dinâmicas locais, regionais, nacional e global se inter cruzam e interagem, influenciando os processos que estruturam o regional do Norte Fluminense. Nessas relações, o contato da espacialidade com outros locais e a possibilidade de maior ação do externo se caracteriza como relevante para compreensão dessas questões.

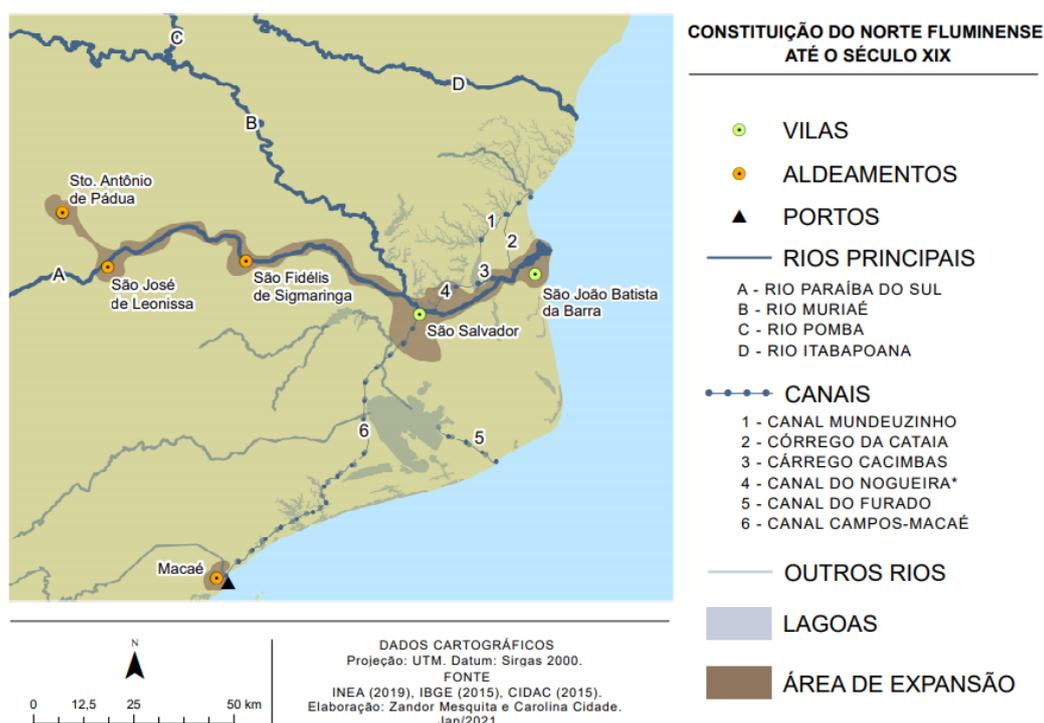
3.2.1 - A Circulação

A constituição dos meios de circulação neste período evidencia bem a conexão direta com as relações de poder que se desenvolviam na Colônia. Segundo Fridman (2006), a

implementação de caminhos no período colonial era feita tendo como incentivo o recebimento de sesmarias, isenção de serviços militares, imunidade judicial e privilégios fiscais. Dessa maneira, a região era delimitada em função das necessidades que surgiam dessa relação, intensificando o laço constituído.

O final do século XVIII e o início do século XIX no Norte Fluminense foram marcados pelo avançar do meio técnico. O aumento da produção, ligado às inovações do sistema técnico, criou a necessidade de expansão das áreas de plantio. A planície aluvionar do baixo Paraíba do Sul já não era suficiente para suprir a demanda, havendo a necessidade de seguir a montante do leito fluvial principal, ultrapassando os limites impostos pela Serra do Mar, alcançando a face sotavento dessa elevação, chegando às partes altas da bacia hidrográfica. Assim, uma interiorização ocorre e os espaços que antes eram considerados inóspitos e inalcançáveis começam a ser ocupados. Para tanto, como já foi destacado, os aldeamentos promovidos pelas ordens religiosas com vínculo com o Governo Imperial foram importantes. Com esse processo, associado à consolidação do meio técnico, um fluxo começou a ser intensificado entre as zonas mais interioranas e o espaço de maior ocupação da porção norte do Rio de Janeiro. A figura 31 permite melhor entendimento acerca dessa dinâmica, expondo um mapa com a localização das vilas até meados do século XIX e as principais vias de circulação no período: os leitos fluviais.

Figura 30: Mapa do processo de ocupação do Norte Fluminense no século XIX



Modificações também foram feitas nas dinâmicas que ocorriam a jusante do Rio Paraíba do Sul, principalmente na busca pela intensificação do escoamento da produção. Se para o interior a circulação era incipiente, para o litoral o fluxo era mais intenso. Isto ocorria também, dentre outros fatores, pelo aproveitamento dos canais naturais e dos complexos lagunares (formados a partir da dinâmica de progradação e retrogradação marítima que marcam a constituição desta planície sedimentar quaternária) que caracterizam a planície alagadiça do Norte Fluminense. Por estes, a circulação era estabelecida e rotas eram traçadas tentando ligar pontos extremos da capitania à Vila de São Salvador. No decorrer do século XIX, ações foram tomadas para intensificar essa movimentação. Lamego (1945) aponta que, neste período, logo após a introdução do vapor na unidade produtiva, como veremos mais abaixo, o novo aparato técnico também foi posto na circulação, com a proliferação de embarcações que seguiam em direção ao Atlântico (rumo aos portos do Rio de Janeiro e, em seguida, para Europa) pelas águas do Paraíba, intensificando o fluxo inter-regional.

De toda maneira, o fato é que no decorrer do século XIX a atividade açucareira ganha ainda mais notoriedade⁶⁷, adquirindo cada vez mais importância na estruturação regional. Neste período, eram constantes as reivindicações para aberturas e reformas de estradas e pontes, mostrando o aumento da influência por parte da elite canavieira junto ao governo provincial, ao ponto de um corpo técnico formado por engenheiros ser designado para estudar a região (CHRYSOSTOMO, 2009). Assim, tem-se explícita a convergência de fatores econômicos, políticos e sociais que, combinados, favoreceram a liberação de recursos públicos para a realização de obras, produzindo o espaço regional de acordo com suas demandas.

Grande parte dos recursos, nos três primeiros séculos de ocupação, eram destinados para a criação de infraestruturas que favorecessem a circulação e transporte pelos rios, canais e lagoas. As águas da planície, ao mesmo tempo em que constituíam um desafio para a consolidação dos meios de circulação, sendo “(...) um empecilho à colonização” (LAMEGO, 1945, p. 114), por conta dos terrenos pantanosos, dos alagamentos associadas à sazonalidade das bacias hidrográficas, entre outros pontos, também auxiliaram na riqueza da região, ajudando a fertilidade dos terrenos e a interligação entre as diversas vilas que se constituíam.

⁶⁷ Paranhos (1999), citando Oscar (1985) afirma que a cidade, em 1836, teve uma exportação de 16 mil caixas de açúcar, o que rendeu 1.600:000\$000 para época.

Entretanto, as dificuldades de escoamento por essa via cresciam no mesmo ritmo do crescimento da produção. Isso porque — à parte os problemas (já debatidos no capítulo dois) de navegar até a capital pelo litoral, tendo como ponto de partida São João da Barra — o trânsito de embarcações pelo leito fluvial estava cada vez mais difícil, devido à formação dos bancos de areias por todo o caminho (afinal, é um rio com alto aporte sedimentar) e pelo crescente volume de produtos escoados, o que demandava embarcações maiores. Soma-se a esse quadro uma dificuldade na circulação por vias terrestres entre a região e o Rio de Janeiro, com a melhor conexão sendo uma estrada⁶⁸ que possuía 396 quilômetros de extensão e 5 metros de largura média, que percorria os municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito, Araruama, Barra de São João, Macaé, até chegar a Campos (CHRYSOSTOMO, 2008). Por ela passavam diferentes gêneros agrícolas (não só cana), mas seu trajeto apresentava dificuldade, pois cruzava rios, terrenos alagadiços, atoleiros, solos arenosos, que ficavam intransitáveis nos momentos de chuvas (ANDRÉ, 2015).

Com o avançar do meio técnico na região, assim como no território nacional, conformam-se circuitos inferiores, cada qual dominando uma dada extensão do território, com os meios limitados que dispunham. Nestes, hierarquias internas foram geradas, consolidando-se pela intensificação das dinâmicas integradoras regionais e uma maior conexão com outros locais para além do arquipélago estruturado. Assim, uma rede começa a ser estruturada, mas a sua caracterização ocorria muito mais a partir do vínculo que os núcleos populacionais tinham com o exterior do que com a forma que se integrava nos arquipélagos nacionais (SANTOS e SILVEIRA, 2006).

Deste modo, não se pode pensar na estruturação da região Norte Fluminense, sem pensar no papel dos leitos fluviais, canais e lagoas, como vias de articulação entre os diferentes povoamentos. Indo além, pode-se inclusive, como faz Chrysostomo (2009), associar a centralidade de Campos nos processos regionais do Norte Fluminense à localização estratégica próxima ao encontro do Rio Paraíba do Sul com seus afluentes (Figura 30), possibilitando uma maior articulação na distribuição das mercadorias, sendo um ponto importante de conexão das vilas de Cantagalo, Muriaé, Carangola e Itabapoana, dos mercados de Minas e Espírito Santo, com a Capital Imperial.

⁶⁸ Essa estrada não está representada na figura 31 por não se saber sua localização exata. Sabe-se dos municípios que cruzava, mas não o local por onde ela passava. De toda forma, ela também pode ser considerada um fixo pelo qual fluxos eram estruturados, interligando e caracterizando o Norte Fluminense no século XIX.

Chamar atenção para a posição privilegiada de Campos no que tange a questão fluvial não é relacionar isso, de maneira determinística, à centralidade que exerce regionalmente. Longe disso, o domínio da estruturação desses meios de circulação sobre os rios em questão se deu sob a influência dos processos econômicos, políticos e sociais que se consolidavam na região. Há uma relação dialética constituída, que foi se reforçando ao longo do século XIX. Neste período, a predominância das demandas açucareiras cresciam e consolidavam a instituição das rotas de escoamento das mercadorias. Quantias significativas eram destinadas por parte do Governo Imperial com o intuito de facilitar a circulação na região. Tal situação ocorreu também em função da atuação dos políticos locais, ligados ao grupo dominante açucareiro, que pautavam as discussões na Assembleia Legislativa Fluminense. Assim, alianças⁶⁹ eram feitas em busca de ações que visavam transpor os desafios que o meio impunha.

3.2.2 - Tipologias do modo de produção canavieira no Norte Fluminense

Com essas modificações em interação com a atividade canavieira a região ganhou importância. Gradativamente, novos espaços começam a ser apropriados pelo processo produtivo, principalmente aqueles desbravados pela pecuária e pelos novos aldeamentos religiosos, que no momento de consolidação da atividade canavieira foram empurrados para o interior, ocupando os “Sertões” dos altos cursos das bacias hidrográficas. Assim, os fluxos regionais se intensificam, em função da constituição de estruturas internas que buscavam um melhor escoamento da produção e dos recursos explorados. A mecanização começa a chegar ao campo e, na primeira metade do século XIX, houve um processo de transformação do aparato técnico dos sistemas produtivos, com a introdução da máquina a vapor. Assim, as engenhocas/banguês cedem lugar aos engenhos movidos a vapor, que aos poucos foram se tornando a unidade produtiva predominante. Sobre essa expansão, Lamego (1945) aponta que o primeiro engenho movido a vapor foi instalado em 1827 e, poucos anos depois, em 1834 o número aumenta com mais três unidades fumegando pela planície. Nos anos posteriores, o quantitativo só faz crescer, no mesmo ritmo que as engenhocas/banguês foram desaparecendo (tabela 8). Com isso, tem início a “Idade da Máquina”, com moendas de ferro substituindo os rolos de madeira das engenhocas, dando imponência aos donos das unidades produtivas (LAMEGO, 1945).

⁶⁹ Sobre essas alianças, Penha (2014) chama a atenção para a união estabelecida entre o Barão de Araruama com o Partido Conservador, em 1837, com o intuito de construir um grande Canal na região, que ligaria Campos a Macaé, possibilitando o transporte das mercadorias que eram produzidas na região.

Tabela 8: Quantidade de unidades produtivas da atividade canavieira entre 1827 e 1881

Ano	Engenhocas	Engenhos a vapor
1827	700 (*)	1
1852	307	56
1861	267	68
1872	207	113
1881	120	252 ⁷⁰

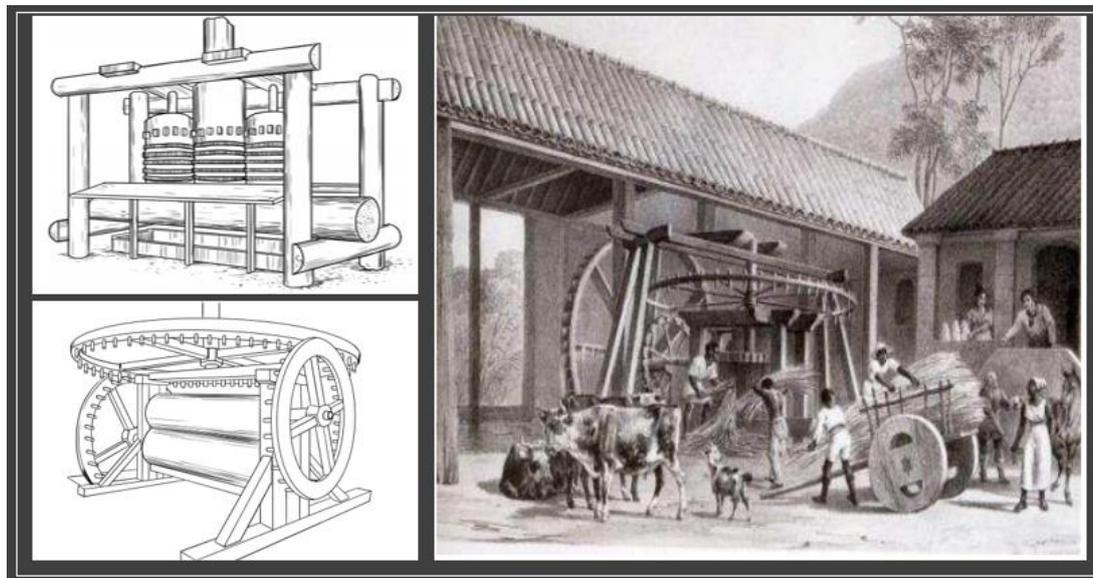
Fonte: LAMEGO (1945, p. 136) (*) Aproximativamente

Com o passar do tempo novos sistemas técnicos foram incorporados no processo produtivo da atividade canavieira. Essas inovações marcaram o avançar do meio técnico ao mesmo tempo em que foram importantes em dinâmicas que influenciaram a conformação do espaço regional no fim do século XIX e início do XX, assim como marcaram as relações sociais do período. Com isso, antes de continuar a análise do estabelecimento do meio técnico e o processo de modernização das unidades produtivas ligadas à atividade canavieira, cabe aqui uma breve explicitação sobre as diferentes tipologias das estruturas de produção, enfatizando sua singularidade no que tange a modificação de técnicas baseadas na mecanização do aparato fabril e pela caracterização das etapas do sistema produtivo (quadro 3).

Entre o século XVI e XIX, prevaleceu em todo Brasil as unidades que eram denominadas *engenhocas* (ou banguês, dependendo da região do país em que se encontrava). Elas podem ser definidas como unidades complexas, autossuficientes, caracterizadas pelo uso da tração animal ou da força hidráulica no processo de produção, utilizando sua energia para a movimentação das moendas de rolo de madeira (figura 31), pelas quais se extraía o sumo da cana, e de onde o açúcar seria produzido (RODRIGUES e ROSS, 2020).

⁷⁰ Cabe ressaltar que o *Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola* da cidade e município de Campos (1881-1882) traz números divergentes destes apontados por Lamego (1945). Para exemplificar, segundo este levantamento, no ano de 1881 existiam 377 engenhos na região, sendo que 125 eram movidos a vapor. De toda forma, as duas bases de consulta apontam a tendência de crescimento e mecanização das unidades produtivas do período.

Figura 31: Ilustração das Engenhocas do Século XVI – XIX e das moendas de rolos para extração do caldo da cana



Fontes: Moendas - FERNANDES, 1971 *apud* RODRIGUES; ROSS, 2020, p.46-52 e <https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/imagensengenhos.html>

De maneira geral, engenhocas e banguês são termos utilizados para definir a mesma unidade produtiva. Nos textos que tratam desses aparatos de São Paulo e do Nordeste, normalmente verifica-se a utilização da denominação banguê. Já quando se aborda essas estruturas no Rio de Janeiro, há a prevalência da denominação engenhocas ou antigos engenhos. Freyre (2003 [1933]), ao explicitar os elementos básicos da sociabilidade das fazendas canavieira nordestinas do período colonial, baseadas no tripé do espaço da família, espaço da fé e espaço da produção, caracteriza o funcionamento dos banguês e explicita como a configuração e relação dessas unidades com o meio vai além da simples distribuição espacial. Segundo o autor,

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *paterfamilias*, culto dos mortos etc); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos (2003 [1933], p. 18).

Assim, no Nordeste, os detentores dessas unidades eram considerados a nobreza da Colônia, donos de terras e títulos nobiliárquicos, extraindo das unidades seu poder. Contudo, no Norte Fluminense, até o avançar do meio técnico no século XIX, ou seja, no momento de predominância das antigas engenhocas (tabela 8), a relação de poder estabelecido a partir da posse dessa unidade produtiva não se constituía uma relação necessária. Como apontam Lara (1988), Faria (1998) e Soares (2006), em meados do século XVIII, início do XIX, a produção açucareira era feita por pequenos agricultores que partiam, em sua maioria, do Recôncavo da Guanabara em direção ao Norte Fluminense em busca de terras. Alguns destes obtiveram êxito e conseguiram estabelecer plantio de subsistência em pequenas propriedades que adquiriram, constituíram assim engenhocas arcaicas para produção que, por vezes, serviam de espaço de moradia para muitos destes pequenos proprietários (FARIA, 1998). Outros se fixavam nas terras a partir de relações de subserviência que estabeleciam com grandes fazendeiros que permitiam a construção de engenhocas ao longo de suas propriedades, estabelecendo assim uma relação de meeiro.

O quadro 3 busca resumir as diferentes características ligadas ao processo produtivo canavieiro que comentaremos em seguida, com o intuito de aprofundar nessas relações instituídas no decorrer da implementação do meio técnico. Nos subcapítulos seguintes adentrar-se-á nos aspectos das relações de forças e nos processos políticos e econômicos constitutivos dos modos de produção do açúcar a partir do século XIX.

Quadro 3: Breve caracterização das diferentes tipologias da produção canavieira do Norte Fluminense entre o século XVI e o século XX

Unidade produtiva	Período de predomínio	Característica de Produção	Elite Dominante
Engenhoca/Banguês	Século XVI ao XIX	- Uso da força animal ou hidráulica - Espaço de moradia atrelado ao produtivo	- Fazendeiros, proprietários de terra - Nobreza colonial;
Engenho/Engenho a vapor	Século XIX	- Início da maquinização, com utilização de energia a vapor e prensas mecanizadas;	- Detentores de terras e unidades produtivas – “Barões do Açúcar”; - Fazendeiros com títulos nobiliárquicos;
Engenho Central	Final do século XIX e primeiros anos do século XX	- Separação da unidade de beneficiamento e zonas de plantio; - Mecanização do processo produtivo com maquinários importados;	- “Senhores do Engenho”, detentores da unidade de beneficiamento, que logo desapareceram em função das

			mudanças das relações sociais e de produção;
Usinas	Últimos anos do século XIX e século XX	- Toda produção na mão do dono da terra; - Modernização de todas as etapas do processo produtivo (da circulação – produção – escoamento);	-“Usineiros”, donos da terra e das unidades de produção;

Fonte: Diversas; Elaboração do próprio autor

Com a consolidação do meio técnico no decorrer do século XIX, os grandes proprietários de terra, utilizando-se das mudanças do processo produtivo, promoveram uma reorganização dos grupos econômicos e sociais do período tendo como base as transformações ligadas a “modernização” da produção. Conforme aponta Machado (2018), os grandes proprietários de terra e detentores de recursos, principalmente na Planície Goitacá, implementaram medidas de distinção social e imposição hierárquica em relação aos produtores de açúcar que baseavam suas atividades nas engenhocas⁷¹, como, por exemplo, envio de cartas à Família Real solicitando a não cessão de títulos aos donos das unidades rudimentares. Eram os “Barões do Açúcar” usando sua influência para fazer valer sua relação de domínio ante os demais (quaro 3). E essa titulação não trazia somente status social, mas também benefícios econômicos, como a proibição da execução de suas propriedades agrícolas por dívidas; os débitos existentes somente seriam quitados somente nos rendimentos da safra de açúcar (MACHADO, 2018). Estabeleceu-se então nesse período, no Norte Fluminense, a estrutura social com características similares à Casa Grande e Senzala nordestina descrita por Freyre (2003 [1933]). Assim, na região, as grandes fazendas passaram a ser entidades quase autônomas de sociabilidades, funcionando como um espaço atomizado de relações de poder, pelo qual sua influência nas espacialidades externas era estruturada a partir das questões que se desenvolviam internamente.

De toda forma, na virada do século XVIII para o XIX, com esses processos, como aponta Lamego (1945, p. 135), as unidades produtivas que caracterizavam a região foram alteradas, pois “(...) toda a floresta de chaminés vai ser aos poucos derrubada”. Ou seja, o avançar do meio técnico, com a introdução da máquina a vapor no processo de beneficiamento da cana, não modificou somente as características das estruturas ligadas à produção, como também alterou dinâmicas políticas, econômicas, sociais e espaciais do seu entorno. A mudança da técnica

⁷¹ Machado (2018) aponta que essa ação foi apoiada pelos dos próprios comerciantes, a fim de evitar calotes dos pequenos proprietários que porventura requereriam um título nobiliárquico.

auxiliou na intensificação da concentração de terras e de poder, na medida em que sua execução foi quase exclusiva dos grandes proprietários de terra (demandando recursos que nem todos possuíam), além de gerar *status* só para os que conseguem se inserir na “modernização”. Contudo, as modificações não findaram com essa transformação. Ainda no século XIX, novos sistemas técnicos foram introduzidos no processo produtivo, gerando transformações sociais, econômicas, culturais e no meio. A primeira dessas mudanças foi marcada pela criação do Engenho Central.

3.2.2.1 - O Engenho Central

No final do século XIX, em função, principalmente, da maior abertura do campo ao capital externo, com o avançar do sistema técnico em outros momentos da produção e na circulação da mercadoria, por conta da concorrência com outras culturas agrícolas que passaram a dividir a atenção e obtenção dos recursos com a cana (principalmente o café), um novo modelo produtivo foi pensado. Este era o Engenho Central, que foi caracterizado por funcionar nos moldes de cooperativas, havendo uma separação entre unidade de beneficiamento (produção) e plantação. Nesse modelo, a unidade industrial mecanizada centralizava a recepção de matéria-prima dos lavradores e grandes proprietários de terras (tendo por isso o nome de Central) promovendo uma divisão do trabalho e uma divisão social: de um lado os proprietários agrícolas (cultivador de cana) e de outro o produtor de açúcar (RODRIGUES e ROSS, 2020).

A introdução dessa nova forma de produzir representou mudanças mais intensas no campo nacional e regional. Isso porque, ao mesmo tempo em que a criação dos Engenhos Centrais evidenciou a relevância do grupo dominante açucareiro do Norte Fluminense no contexto nacional, também criou as bases para tensões e modificações no interior da elite dominante do setor, abrindo a possibilidade para surgimento de novos atores nessas relações de poder. Com as transformações oriundas desse modelo produtivo, não só a terra passa a ser relevante na interação e constituição de dominação entre os diferentes grupos da região, mas também a possibilidade de promover a mecanização, o controle da técnica, o acesso ao financiamento e a vinculação com o capital externo passam a fazer parte da configuração das relações de poder. Assim, a “modernização” empreendida e incentivada por aqueles que detinham o poder gerou modificações das bases que sustentavam sua dominação, alterando assim as dinâmicas que conformam o regional, cabendo assim um melhor entendimento sobre o assunto.

Essas questões ocorrem graças à singularidade na forma de produzir posta em prática com os Engenhos Centrais. Seu modelo de produção, com o discurso de promover a otimização do processo produtivo, separou o beneficiamento do cultivo, intensificando a cisão de dois grupos distintos que integravam o setor: aqueles que eram os donos da terra e aqueles que eram os donos das máquinas. Só por essa situação interesses que até então convergiam em torno de uma ação comum passam a ser divergentes, cada qual agindo para seu melhor interesse. Paralelamente, e diretamente associada à criação dos Engenhos Centrais, uma série de medidas foram criadas, por parte do Governo Imperial, com o intuito de regular e auxiliar a “modernização” e a implementação dessa nova dinâmica produtiva. Assim, para conseguir ter acesso aos benefícios propiciados por essa transformação, vários pré-requisitos tinham que ser cumpridos, sendo que estes, muitas vezes, não estavam acessíveis a todos, afetando diretamente as relações no campo neste período. Essa situação, no Norte Fluminense, gerou uma série de intervenções do Governo Imperial, principalmente pelo não cumprimento das regras por parte do dono das unidades produtivas, o que gerava conflitos entre eles e os donos de terras. Assim, a experiência do modelo do Engenho Central não perdurou.

Em paralelo à implementação do modelo de Engenho Central, ainda no final do século XIX, uma nova forma de produzir, baseada na mecanização do processo produtivo, na modernização da fonte de energia utilizada e, principalmente, na união entre produção agrícola e beneficiamento da matéria-prima, foi criada. Era a moderna usina, que se assemelhava aos moldes dos antigos engenhos a vapor (no que diz respeito ao dono das terras ser o dono da unidade de beneficiamento e de outros aparatos ligados à produção), com a diferenciação que acrescentava ao processo produtivo os avanços técnicos inseridos nas diferentes etapas da produção (desde o plantio até a extração dos insumos e distribuição), otimizando a obtenção dos seus recursos, fortalecendo também o seu poder e sua escala de influência. Entrava em cena a figura dos “Usineiros”, que mantiveram as relações de mando tradicionais, baseada nas questões da terra, mas impuseram novas formas de domínio.

3.2.2.2 - A usina de cana-de-açúcar

O aparecimento dessa nova forma de produzir suscita diversas características que afetam diretamente a dinâmica regional do Norte Fluminense. Além dela demonstrar novamente a influência da região no cenário nacional (a primeira usina inaugurada no país encontrava-se em seus domínios — a Usina do Limão, em 1879 [LAMEGO, 1945]) — ela promove a reconfiguração das relações entre os agentes que compõem o campo no espaço regional,

possibilitando uma maior entrada nas etapas do processo produtivo de uma classe burguesa agrária, promovendo uma inserção mais intensa do capital externo em dinâmicas da produção (com influência no beneficiamento, plantio, circulação das mercadorias e matéria-prima etc.) e, com isso, modernizando o setor, ao mesmo tempo em que fortalece traços tradicionais de dominação cultural, econômica, simbólica e política deste grupo sobre as questões regionais. A definição de Eisenberg (1977, p. 124) para usina evidencia as relações singulares que foram estabelecidas com essa unidade produtiva, afirmando que ela “(...) era uma reencarnação moderna do engenho tradicional, em escala mais complexa e muito maior”.

Para além da usurpação das antigas formas de dominação por parte dos “Barões do Açúcar”, para quem a terra era a fonte principal de poder, com a consolidação das modernas unidades de produção, os “Usineiros” estruturaram novas estratégias para consolidação de sua influência nas relações sociais. O controle sobre os diferentes grupos não ficou restrito somente às dinâmicas internas das unidades produtivas; ele expandiu e ocorreu nas diversas outras etapas da produção, agindo sobre a circulação, sobre a determinação do preço, sobre a maior concentração de terras etc. Esse processo não ficou restrito ao Norte Fluminense, ocorrendo de maneira concomitante no Nordeste do país, conforme explicita Moreira (2018) ao analisar que, nesta região, aqueles que conseguiram se modernizar e transformar sua unidade em usina subalternizaram não só os trabalhadores do campo, mas também os demais produtores e fornecedores que ficaram alheios a estas mudanças. No caso campista, alguns dos “Barões do Açúcar”, antigos proprietários de engenho, com a passagem para o engenho central, faliram, outros perderam seu poder de influência, outros se adaptaram e aumentaram seu poder de dominação, transformando-se em “Usineiros” e novos atores surgiram.

Tendo essas discussões em vista, faz-se possível debater os processos e dinâmicas que influenciaram as relações sócio-espaciais da região. Assim, no próximo subcapítulo procuraremos aprofundar a “invenção da região Norte fluminense”, a “modernização conservadora”, os conflitos entre os diferentes grupos na cena política e a “identidade regional” a partir dessa base das atividades de exploração canavieira descrita sumariamente mais acima.

3.2.3 – A “identidade regional” do Norte Fluminense e as bases da “invenção” da região

Sobre a ampliação das bases de dominação por parte do grupo canavieiro, cabe ressaltar algumas situações que elucidam essa questão. A partir do contexto de transformação da região,

há de se entender as intervenções, como a construção do Canal Campos-Macaé⁷², que influenciaram os fluxos regionais e que estruturaram toda essa espacialidade para além de puras e simples medidas pragmáticas econômicas, pois elas foram carregadas de significância, estando diretamente ligadas às relações políticas, sociais e culturais da época. Como aponta Bourdieu (1989, p. 112), as práticas de constituição do espaço regional explicitam não somente a ação objetiva de recortar ou estruturar uma espacialidade, como também o “(...) atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos” com interesse de determinar uma representação mental e manipular simbolicamente a ideia que se tem sobre o local. Assim, a implementação dessas modificações territoriais buscava construir uma simbologia para a região ligada ao novo, galgando e, até certo ponto, adquirindo, relevância no cenário nacional, intentando dissociar-se da imagem do atraso e da exclusão que marcava sua ocupação.

Essa questão permite enfatizar a discussão que permeia a tese: a ideia de que a região não pode ser vista como uma divisão natural do espaço, ou um recorte do espaço econômico. A região é uma construção, constituída historicamente, derivada de dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que produzem uma delimitação, ao mesmo tempo em que são influenciados por essa produção (ALBUQUERQUE JR, 2011). Enquanto uma construção, a região assume aspectos relacionais, sendo conformada pela interação entre os diferentes grupos, constituindo materialidade, principalmente, pelas dinâmicas dos detentores do poder. Com isso, em si, sua configuração remonta a rupturas e continuidades que são frutos de dinâmicas entre distintas sociabilidades que se relacionaram no transcorrer do tempo, mas que são homogêneas pela naturalização da regionalização daqueles que são considerados “vencedores”. Assim, sua espacialização pode ser considerada uma “invenção”, com sua conformação baseando-se no heterogêneo (dada a existência dos diferentes elementos), mas com sua exteriorização ligada a interesses das classes dominantes. Por este processo, uma “identidade regional” é produzida e apropriada para determinados fins, com o Estado sendo chamado a colaborar na sedimentação de suas fronteiras, na consolidação dessa simbologia (CASTRO, 2002).

⁷² A própria construção do Canal é carregada de simbolismo que reflete as dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais da época. André (2015) ressalta essa discussão ao se referir à complexidade que uma obra desta magnitude e naquele período representou. E essa complexidade era reconhecida, enfatizada e apropriada pelo grupo dominante no contexto de sua implementação, tanto que o Barão de Araruama (ator político ligado com grande influência na época) equiparava o Cana Campos-Macaé aos grandes templos da Babilônia, ou aos canais egípcios, chineses, franceses etc., dizendo que o Canal seria o símbolo de prosperidade e orgulho nacional.

No que tange o Norte Fluminense, o passado canavieiro foi legitimado como sendo o fundador de seus limites. Foi a classe dominante ligada ao açúcar que saiu vencedora na dinâmica de apropriação das vantagens simbólicas associada à posse da “identidade regional” legítima (oficialmente afirmada e reconhecida), centralizando os processos de conformação da região, baseando suas ações em uma tradição comum a todos (BOURDIEU, 1989). E isso começa a ser construído de maneira mais intensa na virada do século XVIII para o XIX e no seu transcorrer, quando os “Barões do Açúcar”, aproveitando-se da consolidação do setor e da geração de excedente que ocorria, buscaram fortalecer suas bases de dominação em âmbito regional, reforçando seus poderes político, econômico, social e cultural. Para tanto, uma ancestralidade canavieira foi ressaltada, partindo do preceito de que era essa atividade que homogeneizava a espacialidade e a tornava relevante (cabe lembrar que nesse período o Nordeste nacional tinha seu sucesso econômico e sua força política baseada nas benesses do açúcar) perante outras regiões, devendo assim, ter centralidade nos processos decisórios. Com isso, a cana monopolizava os discursos e ações que tinham como finalidade a constituição de estruturas que visavam melhorias regionais, assim como estavam presentes nas reivindicações que eram feitas nos debates nacionais.

Ao longo do século XIX e no decorrer do século XX essa “identidade regional” foi mobilizada, a fim de atender os objetivos do grupo dominante canavieiro. Isso ocorreu tanto em contextos de bonança (quando buscava-se galgar maior influência no cenário nacional), quanto em períodos de crise, em que se requeria auxílio e apoio em nome da relevância da atividade para a região. Tendo como base a interação dos atores regionais e o processo de transformação da região, identificaram-se três fases distintas da apropriação/propagação dessa “identidade regional”: a primeira marca sua gênese, nos primeiros anos do século XIX e vai até 1888, quando se tem a constituição desta “identidade” e ela é apropriada pelos “Barões do Açúcar” que, apoiados nela, pautaram demandas, alteraram a importância regional no cenário nacional, obtendo recursos para otimização da produção, modificando as estruturas políticas administrativas internas, delimitando novamente as fronteiras regionais, expandindo a ocupação de novas espacialidades etc. O ponto de transição que marca o fim deste período e o início da segunda fase foi a abolição da escravatura, em 1888. Isso ocorre pela representatividade que esse fato tem sobre as relações (políticas, econômicas e sociais) e nas disputas internas no grupo dominante canavieiro da Planície Goitacá. Nos anos finais do século XIX, o campo regional (e o nacional) vivencia um processo de abertura ao capital externo, com atuação de diferentes agentes nas dinâmicas produtivas, que é responsável pela “modernização” de setores dessa

atividade. Essa situação abre uma disputa entre os distintos grupos que integram a elite canavieira em torno da mobilização do discurso da “identidade regional”, cada qual buscando implementar suas demandas na região. Assim, a “identidade” era associada a questões exitosas, sendo utilizada para ressaltar uma dinâmica vencedora, pela qual recursos foram gerados e o desenvolvimento aconteceu. Isso perdura até a década de 1970, quando começou a se conformar uma crise intensa na atividade canavieira regional. A partir desse momento tem-se configurado a terceira fase da constituição da “identidade regional”, com os discursos sendo mobilizados não mais para requerer benefícios em razão de toda riqueza que a atividade gerava, mas, sim, a fim de obter recursos para manter ativa essa produção (sua sobrevivência). Em nome disso, estreita-se os laços regionais em torno de uma tradição histórica comum, reforça-se que por sua atuação uma glória foi alcançada e empreende-se ações que busquem sua reestruturação. Nesse ínterim, novos agentes se inserem nas relações regionais e novas dinâmicas foram constituídas no contexto nacional, dificultando a efetivação desse “plano”.

De qualquer forma, ressaltada essas questões, cabe dar continuidade à análise dos processos que influenciaram a conformação da região no decorrer do meio técnico, pois assim consegue-se trabalhar as dinâmicas que caracterizam as diferentes fases da constituição da “identidade regional”. E isso fica claro logo nas primeiras décadas do século XIX. Com a expansão da atividade canavieira, houve um aumento dos excedentes oriundos do aumento da produção do açúcar, ao mesmo tempo em que se teve uma consolidação político-administrativa interna (refletida na emancipação da vila), do crescimento do espaço urbano campista e da participação mais ativa da elite local no cenário político nacional. Assim, as dinâmicas que transcorrem e caracterizam a espacialidade foram intensificadas, consolidando a região. Em nome dela, um discurso mobilizador se estabeleceu, reforçando as relações que promovem a coesão e a dominação interna, ao mesmo tempo em que se exterioriza uma diferenciação entre as demais unidades, buscando o seu ressalto. Lamego (1945) exemplifica a consolidação desse discurso ao apontar que o Norte Fluminense, nos primeiros anos do século XIX, era a espacialidade com maior atividade econômica do Brasil, só perdendo em importância para Salvador (antiga capital da colônia) e para o Rio de Janeiro, nova capital do Império.

No cerne dessas transformações, e como reflexo direto delas, para além da questão simbólica, as novas relações políticas e administrativas instituídas também criam benefícios práticos para o crescimento da atividade canavieira na região e, com isso, para o aumento da influência da elite dominante do setor. Neste contexto, transforma-se o cenário político administrativo, com as classes dominantes açucareiras conseguindo efetivar suas demandas,

estruturando as dinâmicas regionais à sua maneira (sob o discurso de que era a vontade da região). Tanto que, em 1832, a ainda Vila de São Salvador, após noventa anos de relação, consegue sua desvinculação da Comarca de Vitória e se dissocia da Província do Espírito Santo, e vincula sua estrutura burocrática, econômica, política e administrativa diretamente à província do Rio de Janeiro. Com isso, obtém novo *status*, no que tange as relações simbólicas nacionais, haja vista que oficializa a sua relação direta com a recém promovida Capital do Império.

Sobre esse processo, Lemos (2018), ao analisar as dinâmicas existentes entre os atores políticos da Vila de São Salvador e o Espírito Santo entre os anos de 1820 e 1832, consegue explicitar alguns desses interesses que o grupo dominante canavieiro buscava ao efetivar essa cisão:

- **O primeiro** era oficializar as dinâmicas já instituídas, principalmente comerciais, pois, mesmo fazendo parte da Comarca de Vitória, a Vila de São Salvador quase não possuía relações econômicas com ela.

- **O segundo** ponto estava em findar a usurpação das riquezas que ocorria, já que a geração de excedentes na planície era muito maior do que no Espírito Santo. Lemos (2018, p. 214) exemplifica essa situação a partir da reprodução de uma carta elaborada pelo Senado da Câmara — termo que era utilizado para designar a Câmara Municipal na época — em que dizia que Vitória, “(...) tal qual uma ‘sedenta sanguessuga’, secava-lhe os cobres a cada trimestre por meio dos impostos e sobras de rendas, não deixando “um vintém em utilidade sua” (CAMPOS, Correio Constitucional [1831]).

- **O terceiro** estava em aumentar a influência política da Vila de São Salvador nos pleitos nacionais, tendo em vista que a submissão a Comarca de Vitória reduzia sua participação nas votações. Lemos (2018) mostra que isso traria modificações práticas do potencial eleitoral da Vila de São Salvador, pois ao se vincular com o Rio de Janeiro conseguiria participar com 71 votos nos pleitos decisórios nacionais (no universo de 598); contudo, estando ligado à Comarca de Vitória, a Vila não teria nem 14 votos (com problemas ainda de jurisdição ligados a esses votos).

Com todas essas situações postas, e após diversas tentativas, articulações e mobilizações a reorganização político-administrativa foi efetuada, removendo um obstáculo para a expansão da influência do grupo dominante canavieiro. Lemos (2018) expõe diversas cartas, abaixo-assinados e pedidos partindo dos “homens bons” da Vila de São Salvador enviadas ao Governo Imperial a fim de oficializar essa cisão. Este autor mostra também que o processo foi difícil,

com a atuação de diversos políticos locais (em especial, o deputado José Bernardino), que argumentavam na Câmara que a união não era efetiva. Por fim, depois de quase seis anos de debate, a Assembleia oficializou a separação e a vinculação ao Rio de Janeiro. Dessa maneira, como aponta Lemos (2018, p. 236).

Ao ser desmembrada do Espírito Santo e anexada ao Rio de Janeiro, a vila de São Salvador acreditou ter removido um grande obstáculo à sua prosperidade. A partir de então, na condição de vila mais rica e populosa do interior de sua província, com o segundo maior colégio eleitoral, os “homens bons” construiriam o capital político que, por sua vez, concorreria para a acumulação de riqueza e mais reprodução de seu poder (2018, p. 236).

Três anos depois de sua desvinculação, pelo Decreto Estadual nº 6, de 28 de março de 1835, como reflexo dessas dinâmicas, a Vila de São Salvador foi elevada à categoria de cidade. Chrysostomo (2017) enfatiza que a elevação da Vila de São Salvador à categoria de cidade foi representativa também pela questão política fluminense, pois isso ocorreu em 1835, logo após a Província do Rio de Janeiro adquirir sua autonomia jurídica administrativa (dissociando-se da Capital do Império que a cidade do Rio de Janeiro se tornou), sendo Campos uma das quatro primeiras a gozar dessa situação. Campos dos Goytacazes surgiu pelo crescimento dos processos ligados ao açúcar. Seu poder de influência expandiu na mesma proporção que sua “identidade regional”, pois essa era reforçada em nome de uma homogeneidade interna e diferenciação de demais espacialidades. Essa dinâmica foi tão intensa que, vinte anos após a emancipação da vila, consolida-se um movimento regional que visava a constituição de uma província. Era o Estado sendo chamado pelo grupo dominante a reconhecer as dinâmicas que davam base a conformação da região, consolidando assim sua influência sobre essas relações.

A ideia de constituição da província foi motivada pela busca de maior força sobre as decisões políticas que se davam em âmbito do Império. Na verdade, ela se apresenta como uma alternativa à frustração dos planos vivenciados pela elite açucareira regional de expandir seus domínios sobre outras espacialidades. Com a consolidação da cidade do Rio de Janeiro como sede do Império e sua instituição como município neutro (ou seja, sem vinculação a uma província), em 1834, uma lacuna foi gerada. A Província do Rio de Janeiro estava sem sua capital. Motivada pelo sucesso político da desvinculação junto a Comarca de Vitória e da Província do Espírito Santo, e aproveitando-se das relações que produziu nessa empreitada, a Vila de São Salvador se articula para conseguir essa posição. Afinal de contas, como aponta Chrysostomo (2017), nesse período as dinâmicas econômicas das vilas da porção norte do Rio

de Janeiro representavam cerca de 30% da arrecadação de toda a província. Contudo, esse movimento não obteve êxito, com a capital sendo transferida para a Vila Real de Praia Grande que, em 1835, foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Nitheroy.

O insucesso dessa empreitada não representa a diminuição da influência do grupo dominante canavieiro sobre as relações políticas, econômicas e sociais da Província do Rio de Janeiro. O contrário é verdadeiro, com a gradativa expansão da atividade e das bases de exaltação do espaço regional tendo como referência uma tradição ligada à raiz açucareira. E isso provocou transformações das relações da região com outras locais. No âmago desse discurso identitário, o Norte Fluminense era grande demais para ter menos influência que Nitheroy, além de ter singularidades internas que em nada se assemelhava ao restante da Província do Rio de Janeiro.

Com isso a ideia de uma nova província ganhava força, com Campos sendo sua capital. Tal situação buscava um aumento da influência política e simbólica da região nas diferentes relações que transcorriam em âmbito nacional. Assim, no decorrer da década de 1840 ações foram pensadas para a consolidação desse projeto, culminando na tentativa de sua efetivação em 1855. Nesse ano foi levado ao Marquês de Paraná, o Presidente do Conselho de Ministros do Império, o plano de criação da Província de Campos dos Goytacazes (SOFFIATI, 2012). A ideia era anexar a seu território a Comarca de Itapemirim (onde seus representantes políticos locais já haviam manifestado apoio à intenção, materializando sua vontade por intermédio de uma carta enviada à câmara campista), que pertencia à Província do Espírito Santo (que era contra esse processo), e algumas porções territoriais da Província de Minas Gerais, que se conectavam à região pelos afluentes do Rio Paraíba do Sul (principalmente os locais que se encontravam às margens do Rio Pomba e Muriaé). A nova província teria ainda intensificado seus laços com Macaé, zona de escoamento da produção local e balneário de férias dos “Barões do Açúcar”, e estreitaria suas dinâmicas com Santa Maria Madalena, São Fidélis, São João da Barra e Barra de São João, que se constituíram como zonas de fornecimento de manufaturas para a capital, que seria Campos dos Goytacazes (CHRYSOSTOMO, 2011). A figura 32 auxilia a visualização da configuração que essa província teria.

Figura 32: Delimitação territorial de Campos dos Goytacazes segundo a proposta de formação da nova província (1855)



Fonte: CHRYSOSTOMO (2011)

Como fica explícito, a nova província se constituiria a partir das dinâmicas e dos fluxos que foram instituídos no decorrer da colonização dessa porção territorial, assemelhando-se aos limites que configuravam a capitania de São Tomé. A conexão entre as diferentes espacialidades que comporia a província se daria pelos leitos fluviais e pelos caminhos de terras instituídos seguindo a montante das bacias, estruturados pela interiorização e ocupação do “Sertão” promovidas pelos deslocamentos da pecuária, pelos aldeamentos e expansão da atividade canavieira.

E a ideia obteve relativa aceitação em âmbito nacional. Segundo Chrysostomo (2008), jornais do ano de 1855⁷³ e representantes políticos da época demonstraram publicamente serem favoráveis à criação da província, como o próprio representante do Império, o Marquês de

⁷³Em especial, Chrysostomo (2008) expõe extensa reportagem do Jornal “A Pátria” (de circulação regional, principalmente na Capital do Império), que, no dia 5 de agosto de 1855, escreve sobre a potencialidade política e econômica de Campos, expondo a centralidade da cidade na região, mostrando que a criação da província traria benefícios tanto para o local quanto para o país.

Paraná, e o Presidente da Câmara de Deputados, Dr. Antônio Francisco de Almeida Barbosa. Contudo, o plano não foi efetivado e duas são as explicações encontradas na bibliografia para essa situação. A primeira, apontada por Chrysostomo (2008), afirma que a não constituição da Província de Campos dos Goytacazes se deu em função da epidemia da *Cholera morbus*, que afetou intensamente a região no período de mobilização para sua implementação, vitimando milhares de pessoas, interferindo na consolidação do discurso da região como uma cidade próspera. Segundo a autora, mesmo com as medidas tomadas pelos representantes políticos municipais de São João da Barra e Campos (como a não aceitação de entrada de imigrantes pelo porto de São João da Barra, a criação de enfermarias próximos aos locais de desembarque pelo Rio Paraíba e a restrição de enterros em igrejas e no Cemitério da Misericórdia, que ficavam próximas ao núcleo urbano de Campos), a doença se espalhou e matou mais de mil e duzentas pessoas em apenas dois meses, e a cólera permaneceu ainda por alguns anos na região de maneira endêmica. Assim, as ações tomadas no período pelos poderes constituídos visavam resolver o problema, deixando o projeto de lado.

Entretanto, Lemos (2018b) argumenta que a não efetivação do Projeto de Campos como capital de uma nova província não se consolidou por conta de uma mudança de estratégia implementada pelo grupo dominante açucareiro. Para o autor, estes perceberam que ser capital dessa nova província não renderia mais influência política do que estreitar seus laços com a Capital do Império. Assim, ao invés de focar as energias e concentrar a mobilização na instituição de um novo aparato administrativo burocrático, valia mais fortalecer o vínculo com a elite política do país, pleiteando, inclusive, a posição de Capital da Província do Rio de Janeiro. Soffiati (2012) também segue por esse raciocínio no que tange a não efetivação da Província de Campos e, reproduzindo um discurso de José Alexandre Teixeira de Mello (campista, médico, escritor e jornalista que viveu nesse período), explicita que a estratégia da elite agrária regional era aumentar seu poder pela tomada da liderança da província fluminense. Em seu discurso constava que “(...) É voto (...) do autor destas páginas, não que a convertam em província: seria uma das mais insignificantes e de 2ª ou 3ª ordem do Império; mas que façam de Campos a Capital da Província do Rio de Janeiro” (MELLO, 1886 *apud* SOFFIATI, 2012, p.16-17).

De toda forma, pode-se dizer que nas primeiras décadas do século XIX, a partir de todos esses processos mencionados, tem-se constituída a gênese da “identidade regional” canavieira do Norte Fluminense. Esta, constantemente reforçada e mobilizada em função dos interesses do grupo dominante açucareiro, foi ativada nas articulações empreendidas para estruturação do

espaço local que consolidaram os fluxos intra- e interregionais. Foi sob a égide desta relação que, entre os anos de 1835 e 1848, o grupo dominante canavieiro requereu (e conseguiu) junto ao governo nacional a constituição de fixos que favoreceriam a expansão do setor, tais como: abertura de um canal ao norte do Rio Paraíba do Sul, interligando o leito fluvial à comunidade de Brejo Grande, possibilitando assim o escoamento de produtos oriundos do “Sertão do Nogueira” (localidade que se conecta ao atual município de São Francisco do Itabapoana); construção de uma muralha às margens do Rio Paraíba a fim de evitar problemas causado pelas cheias no aglomerado urbano principal da Vila/Cidade; construção de uma estrada de comunicação que ligava a região a Cantagalo, seguindo os caminhos traçados pelo Rio Pomba, possibilitando assim acesso às partes mais interioranas da Província de Minas (ação essa iniciada em 1848); construção de pontes e pontilhões em inúmeros ribeirões que compunham a planície aluvionar, além de estruturação de um cais na margem do Rio Paraíba, em São João da Barra (CHRYSOSTOMO, 2008).

E esse aumento de poder e de influência do grupo dominante canavieiro na política nacional também foi muito importante para a consolidação e propagação do meio técnico no Norte Fluminense, principalmente no que tange a otimização da produção. Foi tendo apoio nessas relações e articulações políticas e econômicas, principalmente por intermédio de empréstimos e subvenções solicitados e adquiridos junto ao Governo Imperial, que a elite açucareira local modernizou as unidades produtivas e mecanizou o beneficiamento da cana, introduzindo maquinários franceses, ingleses e americanos nas diversas etapas da extração do açúcar e álcool. Lamego (1945), ao falar dessa evolução no século XIX e da multiplicação da mecanização na produção, explicita a modernização e o início da entrada do capital externo na planície Goitacá. Segundo o autor:

Em 1847, uma primeira aparelhagem francesa é ensaiada com pouco êxito no Queimado. E é só em 1856 que o tendal de secar e a fôrma dos pães de açúcar começam a ser substituídos pela turbina. Em 1860, monta-se a primeira caldeira multitubular no engenho do Cupim e, simultaneamente, aparece o "banguê americano" para a evaporação. Em 1872, inaugura-se a defecação a vapor com caldeiras a serpentina ou a fundo duplo. Em 1877 emprega-se o gás sulfuroso. Em 1881, já todos os bons engenhos têm aparelhagem mista, composta de defecação a vapor, evaporação em bateria americana, cozimento em caldeiras de ‘Wetzel’ ou de ‘Boor’ e esgotagem na turbina. Em 1875, não existia nenhum vácuo nos engenhos de Campos. Dez anos depois, em 1885, há 31, ao mesmo tempo em que 52 caldeiras a vapor já fornecem 2.800 H.P. Estamos no período áureo dos engenhos, mas justamente por êsse tempo seu declínio vai começar com a ereção das usinas (LAMEGO, 1945, p. 137).

Mas não foi só para a expansão e modernização da atividade produtiva canavieira que as relações políticas foram mobilizadas. A classe dominante sucroalcooleira também demonstrava sua influência para resolução de crises, requisitando ações a fim de resguardar a atividade que gerava excedentes para o país. Tal situação pode ser bem explicitada ao se analisar a crise da produção canavieira nacional vivenciada na segunda metade do século XIX. Se o início deste século ficou marcado pela aceitação do açúcar brasileiro no mercado internacional (principalmente na Inglaterra), na sua metade final houve uma mudança no contexto, com uma crise interna causada pela diminuição da demanda internacional pelo produto. As razões para a configuração desse quadro foram diversas, dentre as quais ressalta-se: a estruturação e proliferação de unidades produtivas em solo inglês, associadas à imposição tarifária posta por esse governo, gerando diminuição de preço do açúcar (e conseqüentemente, do lucro) oriundo do Brasil (esse mercado foi praticamente tornado inacessível nos anos de 1870, quando a Inglaterra começa a utilizar açúcar derivado da beterraba produzido em suas colônias); a modernização da produção nas colônias dos Estados Unidos, que também afetou a produção do açúcar no Brasil, pois este país se consolidou como um importante importador do açúcar nacional, em substituição à Inglaterra, quando houve a mecanização da produção em Cuba, que tomou boa parte do mercado que antes era abastecido pela produção brasileira; associado a esta questão, a crise pela qual passara a economia norte-americana no final do século XIX também teve reflexo direto na economia nacional, gerando depreciação⁷⁴ da moeda no mercado internacional e, conseqüentemente, no poder de compra ligado à comercialização do açúcar (EISENBERG, 1977). No entanto, há de se ressaltar que mesmo com a diminuição da exportação e o papel secundário que a atividade canavieira nacional assumiu no mercado internacional, a tendência de expansão da produção, ligada à mecanização do setor e a consolidação do meio técnico, se manteve.

3.2.4 – A “modernização conservadora” e a consolidação da “identidade regional” canavieira do Norte Fluminense

No Norte Fluminense, assim como no restante do país, tendo esse contexto como referência, ações foram implementadas (a partir da influência do grupo dominante açucareiro na política nacional) a fim de minimizar os impactos negativos da perda de mercado

⁷⁴Eisenberg (1977) afirma que em 1846, 1\$000 (mil réis) equivalia a 27 pennies (centavos), com os problemas da economia em 1890 esses mesmos 1\$000 (mil réis) passaram a equivaler 7,4 pennies (centavos). Importante ressaltar que Eisenberg (1977) não traz as taxas de câmbio no seu texto. As bases da informação dos números e das conversões monetárias foram extraídas do site <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Moedas-brasileiras-cronologia.shtml>

internacional e com o intuito de otimizar o setor. O processo de mecanização das unidades produtivas por intermédio de aquisição de maquinários oriundos, principalmente, da França e Inglaterra foi intensificado. Contudo, a principal medida tomada para auxiliar o setor sucroalcooleiro foi a constituição do modelo dos Engenhos Centrais. Este, mesmo surgindo a partir de relações que não se restringiam às dinâmicas internas da Planície Goitacá, evidencia a influência da elite canavieira da região nas questões nacionais⁷⁵, pois a primeira unidade no país que foi inaugurada nestes moldes foi o Engenho Central de Quissamã (figura 33), em 1877, seguida do Engenho Central de Barcelos, em 1878. Segundo Lamego (1945), o advento dessas unidades produtivas dá notoriedade⁷⁶ à aristocracia rural do Norte Fluminense, que, enriquecida pelo açúcar, tinha na terra sua fonte de riqueza e poder.

Figura 33: Engenho Central de Quissamã – início e final do Século XX



Fonte: Facebook - quissamamemoriavivaoficial (2020)

⁷⁵ Marinho (2018) enfatiza essa importância do grupo dominante açucareiro no cenário nacional expondo as quantias investidas pelo Governo Imperial para a otimização do setor. Segundo o autor, mesmo a economia cafeeira ganhando relevância no Segundo Império, tal setor não atingiu o grau de sofisticação tecnológica e de especialização do trabalho que havia no açúcar. A título de exemplo, uma grande fazenda de café do Vale do Paraíba Fluminense, em 1880, teve apenas 15:493\$000 de seus 179:275\$000 – 8,67% – subvencionados pelo Governo em instrumentos de trabalho e em equipamentos para a produção; por outro lado, Joaquim Antônio Lobato de Vasconcellos foi financiado em 500:000\$000 pelo Estado Imperial para erguer no município de Campos um Engenho Central (MARINHO, 2018).

⁷⁶ Para exemplificar a relevância da produção no contexto nacional o autor cita as visitas feitas pelo Imperador e pelos Príncipes Imperiais a Campos, que vieram inaugurar obras e unidades produtivas dessa elite açucareira (LAMEGO, 1945).

Tal situação fica clara quando se faz uma análise do Decreto Legislativo nº 2687⁷⁷ de 6 de novembro de 1875, no qual estão dispostas as regras para aqueles que tivessem interesse em modernizar sua produção com a criação dos Engenhos Centrais. Segundo essa regulamentação, o Governo Imperial garantiria aos fazendeiros/produtores “(...) juros e amortização de suas letras hypothecarias, e bem assim para garantir juros de 7 % às companhias que se propuzerem a estabelecer engenhos centraes para fabricar assucar de canna” (BRASIL, 1875). O mesmo Decreto, em seu artigo 2º, ainda previa um capital mínimo de 30 mil contos de réis (30.000:000\$) para a possibilidade de aquisição desses benefícios e instituía prazos mais facilitados para o pagamento dos financiamentos adquiridos àqueles que investissem maior parte do valor no “(...) emprego de aparelhos e processo modernos os mais aperfeiçoados” (BRASIL, 1875).

A atuação do Governo Imperial na subvenção da produção açucareira e a normativa que se estabeleceu como fruto das relações de poder que se constituíram no período auxiliou na intensificação da mecanização da atividade produtiva que, associada à fixação de um rendimento mínimo para o recebimento dos benefícios, concentrou o controle do processo nas mãos de uma pequena elite, excluindo boa parte dos pequenos e médios lavradores de cana da possibilidade de acessar esses valores. Essa dinâmica de subvenção, tempos mais tarde (já na República Velha), associada à maior abertura do campo nacional ao capital, deu base a um processo de financeirização da produção canavieira, estreitando os laços entre bancos e detentores das unidades produtivas, consolidando a entrada do capital externo às dinâmicas nacionais. Isso decorre do fato de que a regulamentação da promoção dos Engenhos Centrais não fazia distinção da origem do capital a ser empregado. Com isso, tem-se estruturadas as condições para o maior fluxo da acumulação primitiva no campo nacional (MOREIRA, 2005 [1989]) e do Norte Fluminense, provocando alteração nas relações entre os agentes hegemônicos.

Entretanto, essa alteração das relações entre os diferentes grupos que integram a elite dominante canavieira regional não significou uma derrocada do setor. Pelo contrário, a produção sucroalcooleira ainda era relevante no cenário econômico nacional, mantendo seu poder de influência nos diferentes campos decisórios do país. Tanto que, mesmo obtendo êxito na articulação das relações para a abertura do campo às dinâmicas do capital, o modelo de Engenho Central não perdurou por muito tempo. A divisão territorial do trabalho estabelecida

⁷⁷<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2687-6-novembro-1875-549775-publicacaooriginal-65293-pl.html>

com ele, mesmo sendo um projeto das elites agrárias tradicionais, logo foi repensada em função do fortalecimento da classe de investidores capitalistas (MOREIRA, 2018). A tensão entre estes agentes era intensa, com alguns integrantes do grupo que até então se fazia dominante (os “Barões do Açúcar”) buscando novas formas de reafirmar sua proeminência (atrapalhando, inclusive, o fornecimento de cana para as unidades de beneficiamento — os Engenhos Centrais), e, do outro lado, os possuidores das estruturas produtivas.

O Governo Imperial ainda tentou reforçar as bases do modelo de Engenho Central, promulgando o Decreto nº 8357⁷⁸ de 24 de novembro de 1881 (que atualizava o regulamento dos benefícios cedidos e especificava o montante que seria disponibilizado àqueles que aderissem a esta forma de produzir) e o Decreto nº 10100⁷⁹ de 1 de dezembro de 1888 (o qual renovava as regras para a obtenção dos recursos vinculados à criação dos Engenhos Centrais). Mas de nada adiantou, pois o grupo dominante açucareiro que modernizou suas unidades de produção com a subvenção do Governo Imperial, com o discurso de não fornecimento da matéria-prima e ociosidade do maquinário, infringia a legislação vigente que o interditava de ser ao mesmo tempo produtor e beneficiador da cana, e criou um ambiente de necessidade de uma nova forma de produzir, que pudesse unir a unidade produtiva e o plantio. Surgem então, ainda no final do século XIX, as modernas usinas de cana de açúcar e a figura do “Usineiro”.

Essas transformações nas relações do campo do Norte Fluminense demonstram a constituição do processo de “modernização conservadora”, com a introdução de maquinários e sistemas produtivos que atestam um avançar de sistemas técnicos, criando as bases para a constituição da terceira fase do meio técnico (SANTOS e SILVEIRA, 2006), ao mesmo tempo em que reforçam traços das relações tradicionais que norteiam as interações. Com este processo posto, os grandes proprietários agrários que estruturaram suas relações no período colonial passam a dividir espaço com uma classe capitalista agrária ascendente, mas alguns, não se adaptando à nova dinâmica, perdem força. Porém a maioria deles continuou proeminente e poderosa, principalmente durante o Império e a República Velha.

Ruy Moreira, em seu livro “Mudar para manter exatamente igual” (2018), em que analisa os diferentes ciclos espaciais de acumulação do país, assim como a formação do espaço agrário nacional, ao explicitar o processo de modernização da atividade canavieira do Nordeste,

⁷⁸<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8357-24-dezembro-1881-546639-publicacaooriginal-60979-pe.html>

⁷⁹<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10100-1-dezembro-1888-542980-norma-pe.html>

e como ele se deu em paralelo ao reforço das relações de dominação da elite agrária regional, auxilia o entendimento das dinâmicas que ocorreram no Norte Fluminense a partir desse novo quadro constituído. Para o autor, o surgimento desse complexo unitário de terra e indústria que foi denominada de “usina” evidencia a “modernização” das elites regionais do campo, que demandaram alteração no processo de produção com o intuito de manter sua relação de dominação ante os demais grupos. E essa estratégia obteve êxito, na medida em que a consolidação dessa unidade produtiva (legitimada e consolidada pelo Estado) transformou as interações do campo, mas possibilitou o reforço dos laços de controle sobre os grupos dominados (MOREIRA, 2018). Da mesma maneira, Neves (1997) ressalta que:

A transformação técnica dos engenhos centrais em usinas fez-se acompanhar de um controle mais amplo do usineiro sobre os agricultores que ofereciam matéria-prima. Ampliando as áreas de terra voltadas para a atividade agrícola e explorando-as através de colonos e arrendatários, os usineiros podiam prescindir de boa parte da matéria-prima oferecida pelos agricultores (NEVES, 1997, p. 66).

Assim, o que se tem caracterizado no final do século XIX e início do século XX, com a “modernização conservadora” da atividade sucroalcooleira foi o crescimento da tensão entre os diferentes atores que compõem essa classe dominante, o que afetou diretamente a dinâmica regional. Essa complexidade da relação entre os atores do grupo dominante sucroalcooleiro regional ficou nítida ao se evidenciar os donos das usinas de cana de açúcar do Norte Fluminense neste período. Dentre as diversas unidades produtivas que surgiram no meio desse processo, cujos fundadores compunham a elite canavieira deste momento, tem-se, por exemplo diversos tipos:

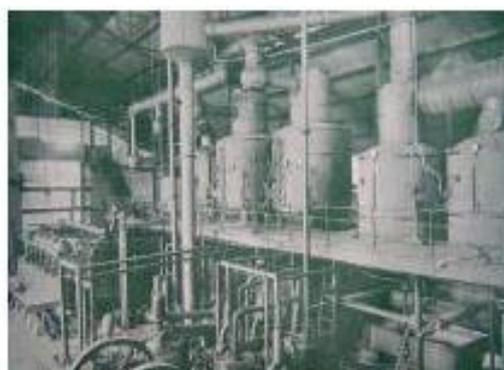
-Donos que pertenciam a grupos tradicionais com posses de títulos nobiliárquicos em função das relações constituídas no período colonial (como no caso da Usina de Santa Cruz —fundada em 1884 pelo Barão de Miranda);

-Profissionais liberais burgueses (como no caso da usina de Outeiro – fundada no final do século XIX pelo Advogado Rodrigues Peixoto; e da Usina São José – fundada em 1883 por uma união de indivíduos dessa classe ascendente [Dr. João Ribeiro de Azeredo, Comendador Inácio Ribeiro de Azeredo Veiga, Tenente Vicente Ribeiro da Silva Vasconcelos, Dr. Júlio de Miranda e Silva, Dr. José Pinheiro de Andrade, Manoel Ribeiro de Azeredo Areias e Vicente Gomes de Souza]) que buscavam nas relações do açúcar maior poder de influência nas questões regionais;

-E grupos associados ao capital externo, como no caso da Usina do Queimado (Figura 34), fundada em 1880 pela firma inglesa Reid Noble e Cia e da Usina do Cupim que passa a ser controlada, em 1919, pela firma francesa Societé Sucrière Brésilienne;

-No início do século XX, tiveram ainda casos de unidades produtivas que saíram das mãos de “Barões do Açúcar” tradicionais e passaram para a mão de “Usineiros”, representados por firmas⁸⁰, como no caso da Usina Santo Antonio, fundada em 1884 pelo Comendador Antonio Manoel da Costa, após aquisição das terras da Fazenda Beco Grande, que passou a ser administrada pela firma Brandão & Cia, do Coronel Germano Ribeiro Castro e, também, da Usina Sapucaia, fundada em 1884 pelo Visconde de Santa Rita, e posteriormente adquirida pela firma Cotrim & Peixoto.

Figura 34: Usina do Queimado – início do século XX e Hoje



Fonte: INEPAC – Caminhos do Açúcar (2004)

⁸⁰ A criação de firmas era um pré-requisito do governo para que as modernas unidades produtivas, a usinas do início do século XX, recebessem auxílio e subvenções.

Faria (2008), ao analisar as mudanças urbanas que se sucederam em Campos no decorrer do século XIX, também chama atenção para as tensões no interior do grupo dominante canavieiro que surgiram com o processo de “modernização”. A autora exemplifica essa transformação citando as histórias do Barão da Lagoa Dourada e do Visconde de Carapebus. O primeiro, cujo nome era José Martins Pinheiro, foi um dos mais influentes personagens da região no período de consolidação da atividade açucareira do século XIX, sendo responsável por diversas obras estruturais, como a construção da primeira linha de bonde atração animal e a criação da estrada de ferro Campos-Carangola, além de ser proprietário de um dos mais bonitos solares urbanos do município, onde hoje funciona o Liceu de Humanidades de Campos. Contudo, em meio a esse processo de modernização, com a complexificação das relações do campo no espaço regional, ele se endividou⁸¹, perdendo influência política e econômica, até que se suicidou no ano de 1876. O Visconde de Carapebus, coronel Joaquim Pinto Neto da Cruz, dono do antigo engenho situado na Fazenda do Beco Grande, já no momento de criação dos Engenhos Centrais, não conseguiu manter sua relevância nas relações econômicas locais, vendo-se obrigado a vender suas terras para o Comendador Antônio Manoel Rodrigues da Costa. Este, em 1895, fundou a Usina Santo Antonio que, na segunda década do século XX, passou a ser controlada pela firma Brandão & Cia.

Esses exemplos do Norte Fluminense reafirmam a análise de Moreira (2005 [1989]) no que tange a transformação do espaço *plantacionista* canavieiro do final do século XIX e início do XX e sua relação com o processo de acumulação primitiva que avançou no campo nacional. Com a metamorfose da dinâmica produtiva, tem-se uma “modernização” da economia agro-açucareira que intensificou o reordenamento dos aparatos de beneficiamento, plantio e circulação da matéria-prima e da produção. Mas esse novo criado manteve relações tradicionais, principalmente no que diz respeito à concentração de terras. Sobre essa transformação, Moreira afirma (2005 [1989], p. 29):

Apropriando-se das terras e monopolizando a moagem, a usina implanta verdadeiros impérios. Promovendo completa reestruturação regional, reverte a tendência à fragmentação da propriedade que acompanha a crise da agro-indústria, transforma a maioria dos antigos senhores de engenho em meros fornecedores de cana, expande a

⁸¹ Em função dessa crise vivida pela aristocracia açucareira fluminense, diversos proprietários de terra buscaram no Estado e nos bancos uma forma de manter sua relevância econômica, consolidando a entrada do capital financeiro no campo. Por intermédio de empréstimos, as fazendas eram dadas como garantia das dívidas; assim foi se estreitando a relação e a entrada de um outro tipo de capitalistas no campo e a ascensão de novos grupos de poder relacionados à produção canavieira, fazendo certos “barões” perderem suas terras.

área de cultivo da cana mesmo sobre parcelas de policultura, cria e proletariza parcela do campesinato (2005 [1989], p. 29).

De maneira similar e concomitante, esse processo ocorre no Norte Fluminense. Os “Usineiros” (não mais os proprietários dos Engenhos Centrais) aproveitaram-se das condições técnicas superiores às dos engenhos que ainda resistiam e do domínio dos fluxos e fixos constituídos para maior circulação da produção, para expandir suas formas de dominação neste período. Com esse contexto houve uma transformação das relações constituídas no âmago do grupo dominante açucareiro, com estabelecimento de novas tensões e buscas pelo poder a partir das novas formas de produção introduzidas.

Nesse período, no Norte Fluminense, o que se viu foi uma intensificação do processo de urbanização associado a diversas obras que tinham como intuito otimizar a dinâmica açucareira. Tal situação possibilitava a atração de outras indústrias e expansão do setor de serviços, que se estruturava para dar suporte e se aproveitar dos excedentes gerados pela atividade canavieira. Ligadas a essa diversificação e complexificação das relações regionais, uma classe burguesa começou se consolidar na região, composta principalmente por comerciantes, profissionais liberais e intelectuais. Estes, gradativamente, como já afirmado, se inseriram nas dinâmicas produtivas e começaram a influenciar as diferentes relações que caracterizaram o local.

A tensão criada por esses diferentes grupos que intensificavam sua maior influência nas relações de poder na planície goitacá foi refletida na vida política fluminense. Nesse período, as eleições em âmbito municipal, estadual e até mesmo nacional tinham embates que derivavam desse processo de constituição das novas elites. Assim, era comum a contraposição de ideias entre monarquistas e republicanos, escravagistas e abolicionistas, conservadores e liberais, cada qual agindo em seu benefício, com um lado tentando desenvolver estratégias de manutenção do *status quo* e o outro buscando aumentar sua atuação nesse cenário.

Além da contraposição de ideias, na busca de uma maior influência política, alianças foram feitas e redes de poder foram estruturadas, complexificando ainda mais a atuação desses grupos. Assim, nesse período viu-se a união entre liberais e conservadores, a divisão interna entre republicanos (históricos, moderados e modernos), a associação entre fazendeiros e profissionais liberais, entre republicanos e monarquistas (RODRIGUES, 2014). E essas articulações políticas também exemplificam o processo de “modernização conservadora” que ocorreu no campo neste período. Não só as relações econômicas foram complexificadas, com

o velho se aproveitando do novo para se perpetuar (ou o novo se aproveitando das antigas relações para se constituir), isso também foi uma verdade nas relações políticas, sociais, culturais etc.

No Norte Fluminense isso ficou evidente com as articulações que ocorreram na região para as eleições de 1897 e 1901. Após a Proclamação da República, os estados ganharam força política em relação às questões que se desenvolviam em âmbito nacional. Com isso, aqueles que detivessem o controle político teriam maiores possibilidades de obter facilidades, financiamentos e isenções fiscais. Tendo isto em vista, os “Usineiros”, que compunham a classe dominante, ou seja, o grupo ligado à produção açucareira que se “modernizou”, empreendeu esforços para ter o maior número de representantes possíveis nesse campo de decisão. Com isso, no pleito de 1897 e 1901, os representantes da moderna elite canavieira criaram a Liga Opositorista de Campos (este nome tem relação com a divergência que eles possuíam com os políticos tradicionais da região).

Por si, a criação deste grupo político já representa o debate da “modernização conservadora” e a tensão entre esses diferentes grupos que compõem a elite canavieira, citado anteriormente. Contudo, quando se analisa os expoentes destes e os seus opositores, essa singularidade fica ainda mais evidente. A Liga Opositorista de Campos foi fundada a partir da união do grupo político miracemista (cujo principal representante era o Barão de Miracema, antigo monarquista que se “converteu” ao republicanismo, sendo considerado um dos políticos republicanos históricos de maior influência na região) com o grupo liberal portelista (onde Francisco Portela⁸² se destacava com maior expoente). Era o novo se conformando nas bases tradicionais. A ação dessa articulação buscava fazer frente ao movimento autonomista⁸³ que estava no poder no Estado, cujas bases de sustentação política se vinculava aos imperialistas e escravagistas, agindo contra a moderna classe de “Usineiros” do Norte Fluminense, que reivindicava maior participação no jogo político. Este grupo tradicional tinha como principal expoente Paulino José Soares de Sousa, o Conselheiro Paulino (1834-1901), advogado, membro do mundo político imperial, um dos chefes do Partido Conservador, senador pela

⁸² Francisco Portela (1833 – 1913), piauiense, mudou-se para o Rio de Janeiro, então Capital do Império, para estudar medicina. Após se formar, rumou para Campos, onde passou a clinicar e se inseriu no universo da política. Defendia causas republicanas e abolicionistas, principalmente no seu jornal, fundado em 1878, chamado *A República*. Na política, foi governador da Província do Rio de Janeiro entre 1889 e 1891, deputado federal entre 1909 e 1912 e senador entre 1912 e 1913, quando faleceu (CPEDOC – FGV, S.A).

⁸³O movimento autonomista nasceu em oposição às articulações políticas (de natureza liberal e republicana) que transcorriam no Norte Fluminense. Seus fundadores possuíam influência no âmbito nacional e agiram contra a transformação de Campos em Capital da Província do Rio de Janeiro.

Província do Rio de Janeiro entre os anos de 1882 e 1889, votando, inclusive, contra a Lei Áurea.

De toda forma, e evidenciando a complexificação entre as disputas de poder refletidas na relação do arcaico e do novo no âmago da classe dominante canavieira, nos primeiros anos do século XX esse antagonismo entre imperialistas e republicanos se desfez, com maior integração entre esses grupos num quadro onde o “moderno” prevaleceria. Nesse contexto, os “Usineiros” conseguiram maior inserção no cenário político nacional, tanto que ajudaram Nilo Peçanha ([1867-1924], advogado, republicano, que cresceu politicamente ligado às ações de Francisco Portela a alcançar o cargo de Presidente do Brasil (1906-1910)⁸⁴.

Para além da identificação das relações e dos atores que compõem a elite canavieira dominante da região, a explicitação dessas questões se faz importante para compreender as interações que se fizeram presentes na consolidação da “identidade regional” do Norte Fluminense, já que, como aponta Bourdieu (1989), é por meio dessa individualização e da exposição de determinada característica, enfatizando-a enquanto peculiar, que se faz possível estabelecer uma imposição de predominância econômica, política e cultural de um grupo sobre os outros, legitimando seu posicionamento privilegiado. Assim, as relações são construídas e instituídas por intermédios de ações concretas e simbólicas que justificam e naturalizam sua caracterização.

Desta maneira, entende-se que se no fim do século XIX e início do século XX são conformadas as principais relações que solidificaram a “invenção” desta região. Assim, para a compreensão das rupturas e permanências que caracterizam o Norte Fluminense atual faz-se necessário compreender as dinâmicas e interações de poder que se sucederam nesse período, haja vista que foi nele que se instituiu “a moderna” atividade canavieira que estrutura o espaço, estabelece os fixos e reforça os fluxos que caracterizam essa espacialidade. Para tanto, foi feita uma pesquisa em jornais com o intuito de melhor compreender a ação desses grupos e atores que buscavam o poder nesse período e a forma como eles se tensionavam entre si.

⁸⁴ Nilo Peçanha foi eleito para ser vice-presidente do país nesse quadriênio. Contudo, o presidente eleito, o mineiro Afonso Pena, morreu em 1909, fazendo com que Nilo assumisse o cargo.

3.2.4.1 – Análise dos embates entre os diferentes grupos que compõem a elite canavieira e a “invenção da região” Norte Fluminense nos jornais a *Gazeta do Povo* e o *Monitor Campista* no final do século XIX e Início do XX

Mediante o que analisamos, entende-se que a tensão política e econômica existente no período, fruto das disputas entre os diferentes grupos que compõem a classe dominante açucareira, é condição *sine qua non* para a consolidação da “identidade regional” do Norte Fluminense. A ocupação de espaços relacionais (políticos e sociais), antes preenchidos e dominados pelos “Barões do Açúcar”, por parte dessa “nova” elite demandou diversificação de estratégias de atuação dos diferentes agentes nas suas relações de força. Veículos importantes de interação entre esses diferentes grupos, e que também tiveram influência direta na propagação das bases pelas quais a “invenção da região” foi dada, auxiliando sua naturalização e legitimação das suas dinâmicas, foram os jornais da época.

Com essas questões em vista, empreendeu-se uma investigação sobre dois jornais de Campos, o *Monitor Campista* e a *Gazeta do Povo*. Para tanto, a busca por informações relevantes que auxiliassem o entendimento da tensão entre os diferentes grupos que influenciaram a construção da “identidade regional” do Norte Fluminense teve como ponto de apoio as discussões propostas pela Análise do Discurso (mais especificamente, as contribuições debatidas pela vertente francesa⁸⁵). A Análise do Discurso entende que a linguagem não é transparente e concentra seus esforços na maneira como o texto significa. Ao fazer isso, considera que ele possui materialidade simbólica, constituída por meio de dinâmicas contextuais, sem as quais sua interpretação não pode ser feita. Ao mesmo tempo, sua compreensão possibilita a interpretação da relação do homem, enquanto um ser social, com as concretudes que derivam dos processos de interação.

Isso decorre do fato de que, em si, a palavra discurso já está relacionada à ideia de percurso, de estratégias, de práticas e teorias que conformam as relações de verdade. Enquanto prática e movimento, sua manifestação é dada a partir de interações que possibilitam sentido ao que está sendo proferido. Assim, seu entendimento tem que ser feito a partir das relações simbólicas e de poder, pois o discurso produz efeito e se materializa, interagindo no contexto social e histórico em que as palavras foram produzidas que, por sua vez, mudam de sentido de acordo com a posição daqueles que a empregam (ORLANDI, 2009).

⁸⁵ A vertente francesa da Análise do Discurso preconiza o quadro das instituições em que o discurso é produzido, trazendo à luz os embates históricos, sociais, políticos etc. que influenciaram e se fizeram presentes no momento de cristalização no discurso, trabalhando a linguagem não somente a partir de suas estruturas internas, mas também como se manifesta através de uma competência socioideológica (MAINGUENEAU, 2015).

Nesse ponto de compreensão de produção de sentidos, o conceito de formação discursiva apresenta relativa centralidade, pois, além de focar neste debate, ele também permite elucidar a relação de poder e força que se fazem presentes na constituição dos sentidos, além de perceber as regularidades que caracterizam o funcionamento do discurso. Segundo Orlandi (2009), formação discursiva é aquilo que determina o que pode e deve ser dito, tendo como ponto de partida uma posição específica em uma conjuntura sócio-histórica dada. Assim, o sentido do discurso é dado por um processo dialético de inclusão/exclusão, com as formações discursivas excluindo ou assimilando as características de acordo com as relações e o meio que lhe conformam que, por sua vez, se faz perceber através da discursividade que é manifestada.

Mediante esse debate, acredita-se que buscar nos jornais as materializações dos diversos discursos mobilizados, colocá-los em xeque e analisá-los permite a compreensão dos processos e as condições específicas por que a produção da linguagem se deu, desvelando as relações estabelecidas pela língua com os sujeitos que a falam, além das situações em que se produz o dizer. O fato de uma determinada notícia ter destaque e não outra já evidencia essas relações de poder e simbólicas. Como aponta Cyrre (2013), sob essa perspectiva, a análise do texto/discurso de jornal é uma atividade complexa que ressalta a exterioridade que compõe a notícia, revelando uma articulação de nível simbólico que se faz presente no momento de sua publicação. Assim, estudar este material significa “(...) compreender não só como o texto produz sentido, mas para qual sociedade historicamente determinada produz sentido” (CYRRE, 2013; p. 42).

Assim, por intermédio desse método buscou-se elucidar as estratégias de legitimação de um determinado discurso sobre os demais e como este processo foi importante para a conformação da “identidade regional”, dando um elemento de coesão e justificação para a mesma.

A escolha de dois periódicos (*Monitor Campista* e *Gazeta do Povo*) para as análises se deu pela representação das formações discursivas que foram materializadas nos seus escritos. O primeiro, no momento de sua criação, esteve diretamente ligado à pauta das elites canavieiras tradicionais, monarquistas, imperialistas e escravagistas, cujas bases de prominência advinham das relações de dominação estruturadas no decorrer da colonização, extraindo da terra e das interações simbólicas constituídas a sua fonte de poder. O segundo representou a parcela “moderna” da elite regional que engloba os comerciantes, profissionais liberais, republicanos e burguesia ascendente.

Contudo, há de se ressaltar que essa caracterização geral dos periódicos é um tipo ideal (no sentido weberiano) estabelecido a partir das análises feitas e com o intuito de auxiliar na compreensão das relações que se sucediam na região neste período. Essa construção foi necessária devido à complexidade das questões que compunham o campo regional, pois havia “Barões de Açúcar” escravocratas se transformando em “Usineiros”/republicanos e se mantendo no poder, ao mesmo tempo em que “modernos” produtores canavieiros intensificavam os laços com os setores tradicionais de dominação, influenciados, como já foi abordado, pela abertura do campo ao grande capital (externo e interno); pelo avanço do meio técnico nas diversas etapas do processo produtivo, constituindo a base da agroindústria canavieira; pela intensificação das dinâmicas regionais, com a otimização de fluxos por intermédio de estruturação de diversos fixos.

Monnerat (2013), ao analisar a atuação dos jornais oitocentistas no processo abolicionista, chama a atenção para as características destes periódicos que tem relação direta com a função que a elite açucareira do Norte Fluminense lhe atribuía: os impressos criados neste contexto nasciam com um objetivo específico de intervenção em um dado debate político (por isso, inclusive, a efemeridade deles é um traço marcante dessas publicações). Com isso, por meio dessas publicações se faz possível compreender questões históricas e políticas que se apresentavam naquele momento histórico.

Na região, diversos foram os periódicos impressos criados com o intuito de legitimar a ação de um grupo. Com isso, vários não tiveram vida longa, desaparecendo na medida em que os discursos e interesses que justificavam sua criação fossem alcançados (MONNERAT, 2013). Outros, no entanto, permaneciam, muito em função de se associar diretamente às elites que viam suas questões ganharem relevância, fruto de sua influência política, econômica ou social. Assim, as análises destes jornais, além de possibilitar o entendimento de singularidades importantes que estavam presentes em discussões relevantes do período, também permitem compreender as estratégias empreendidas para a legitimação dos seus discursos, ou seja, elucidam a maneira pela qual o debate foi abordado e as peculiaridades que favoreceram a perpetuação de sua influência sobre a opinião pública, mas em benefício das categorias sociais que lhe davam suporte.

Dentre aqueles periódicos que tiveram representatividade e permaneceram por vários anos em circulação, no decorrer do século XIX e início do século XX, na região Norte Fluminense, destacam-se os dois jornais citados, *Monitor Campista* e a *Gazeta do Povo*. O

primeiro, fundado em 1834⁸⁶ (FEYDIT, 1979 [1900]), em sua gênese, trazia em si o ideário dos “Barões do Açúcar”, ou seja, a tradicional elite canavieira que constituiu sua base de dominação em processos que remetem às antigas relações coloniais. Como exemplo dessa vinculação, no período que antecedeu à abolição da escravatura, era comum textos contra o movimento e que buscavam, ao mesmo tempo, dar base para a manutenção da escravidão, além de prestar serviços para os escravocratas, como aquele de possibilitar a denúncia de escravos fugidos da região. Nos seus primeiros anos de circulação o Monitor Campista, dado seu alcance regional, também era utilizado como um instrumento de propagação do ideário deste grupo para além da planície, tanto que era comum textos exaltando feitos da corte no período regencial ou durante o processo de Proclamação da Independência, buscando vincular suas ações com os detentores do domínio da ordem vigente.

Em contraposição ao Monitor, a Gazeta do Povo, fundada em 1886 por João Barreto (ALVES, 2013), dava voz aos republicanos liberais que habitavam a região. Suas pautas, no primeiro momento, giravam em torno do embate contra os “Barões do Açúcar”, criticando, num primeiro momento, as estruturas tradicionais da produção sucroalcooleira, a utilização da mão-de-obra escrava na produção, as ações do governo imperial que auxiliavam as formas tradicionais de manutenção de poder etc., e depois, com a chegada dos republicanos ao poder, seus textos buscavam legitimar as questões políticas caras a estes que comporiam as relações de poder no decorrer da República Velha.

Assim, a complexidade das relações sociais que foi marca desse período refletiu diretamente nas formações discursivas expostas nos jornais, principalmente pela “modernização conservadora” empreendida, onde o novo e o tradicional se entrecruzam, se desfazem, se apropriam e se transformam reciprocamente, singularizando sua configuração. Isso fica explícito nos discursos expostos no Monitor Campista. Se no primeiro momento ele surge para atender a demanda dos tradicionais “Barões do Açúcar”, com o decorrer dos anos, os “convertidos” em “Usineiros” (no sentido de se terem enquadrado ao processo de abertura do campo e à mecanização da produção) passaram a ganhar espaço no escritos deste periódico, inserindo em suas discussões, por exemplo a pauta republicana e liberal, com o “liberal” Francisco Portela sendo seu redator, inclusive, defendendo o fim da escravidão, ao mesmo tempo em que exalta a produção nas propriedades rurais, afirmando que tudo que há de moderno

⁸⁶ O jornal foi fundado por José Gomes da Fonseca Parahyba, em 4 de janeiro de 1834, com o nome de “Campista”. Em 1936 foi adquirido pelos Diários Associados, expressando o desejo do seu então presidente, Assis Chateaubriand, de possuir os três mais antigos jornais em circulação no Brasil.

e bom do país vem de lá. A reportagem “A ruína do Rio de Janeiro”, publicada em 1º de fevereiro de 1888 (três meses antes do marco da abolição), é um exemplo dessa situação. Nela se critica as decisões dos políticos conservadores e se aponta, ao mesmo tempo, que o caminho para o crescimento da Província do Rio de Janeiro passa pelas fazendas (figura 35).

Figura 35: Capa do Monitor Campista de 1/02/1888 e parte da reportagem principal



Fonte: Monitor Campista (1888)

Dessa forma, a formação discursiva que deu base aos debates iniciais empreendidos no Monitor Campista não perdurou por todo momento de sua existência. No final do século XIX e início do século XX, com a complexificação das relações sociais e econômicas da região, houve uma transformação dos textos publicados. Contudo, mesmo com as modificações, a pauta continuava centrada no açúcar e na atividade sucroalcooleira, o que permite a compreensão dessas tensões e disputas ocorridas no interior da classe dominante, com a ascensão do “Usineiro”, que “modernizou” suas pautas, mas manteve suas bases tradicionais de relação (como a utilização das terras e das plantações como forma de legitimação do poder). A partir dessas questões que o recorte temporal foi delimitado, fixando análise nas publicações de 1888 (momento em que se intensifica a cisão no interior da elite canavieira) até 1911 (momento em que a transformação se consolida, com maior interação entre os grupos e menor tensão interna, ao ponto de a Gazeta do Povo ter encerrado suas publicações).

O acesso aos jornais foi possibilitado graças ao trabalho do historiador Rodrigo Rosselini Rodrigues que, na elaboração de sua tese sobre a educação primária de Campos, foi até o Arquivo Público Municipal e digitalizou todas as edições, entre os anos 1888 e 1939, dos jornais Monitor Campista, Gazeta do Povo e Folha do Commercio disponíveis, compartilhando a consulta a esse material. Com essa base de dados em mãos, e após uma primeira análise do material, estabeleceu-se o seguinte proceder: buscar reportagens cujo título fosse diretamente ligado à atividade canavieira, seja no processo de plantio, beneficiamento ou circulação. Para tanto, palavras-chave foram delimitadas como “assucar”, “engenho”, “engenhoca”, “usina”, “cana”, “máquina a vapor”, “linhas férreas”, “Rio Parahyba do Sul”, “Canal Campos-Macaé”, “fazendas”, “Engenho Central” e “Barão”. Nesse momento inicial de análise, percebeu-se que havia um padrão nas notícias, com repetições no que tange a ideia explicitada. Com isso, viu-se que não havia necessidade de investigar as edições diárias dos jornais podendo, para otimizar o trabalho, estabelecer intervalos de dias para dar conta de todo o período de análise proposto. Assim, focou-se nas edições que saíam nos finais de semana (por serem mais completas, no que diz respeito ao quantitativo de assuntos abordados), mas, para não perder as discussões, a cada semana um dia diferente também era analisado (exemplo: na primeira semana, focava-se na publicação de segunda, na outra semana, a da terça, e assim sucessivamente). Cabe destacar que, por vezes, algumas edições não estavam em bom estado ou até mesmo não tinham o dia pretendido no acervo; contudo, pela quantidade significativa de material, acredita-se que isso não atrapalhou o processo de obtenção de informações.

Outro ponto relevante que integrou a metodologia, sendo adicionada no decorrer das análises, diz respeito à atenção especial dada aos “editoriais” publicados nos dois jornais. As aspas nesse caso se fazem pertinentes devido ao fato de não se saber se essa nomenclatura se adequa aos jornais oitocentistas. De toda forma, principalmente nos finais de semanas (mas também ocorrendo em outros dias da semana de maneira esporádica) os jornais em questão possuíam uma coluna, publicada na primeira página, na qual os principais responsáveis pela organização dos periódicos produziam textos opinativos sobre questões de maior relevância para a região. Nestes escritos, a formação discursiva se sobressaía, explicitando as relações que influenciavam a publicação, a quem comunicava, quem era excluído, as bases de legitimação mobilizadas etc. No jornal Gazeta do Povo essa coluna recebia o nome de “Nota do Dia” e era assinado por “K”, pseudônimo de João Barreto. Já no Monitor Campista, esse “editorial” recebia o nome de “Pela Rama” (nome sugestivo, diretamente ligada a cana), e tinha como redator “Max”, apelido de Átila de Alvarenga, proprietário do jornal. Com isso, fez-se possível

focar no entendimento da abordagem de fatos comuns, vendo as diferentes interpretações que eram dadas e as significações atribuídas, além de também conseguir perceber como em um mesmo dia, fatos tidos como relevantes para um jornal eram abordados no outro.

Com isso estruturado, iniciou-se o processo de análise de discurso dos jornais Monitor Campista e Gazeta do Povo a fim de se entender a maneira pela qual o discurso se operacionalizava em práticas e como isso refletiu nas dinâmicas que se estabeleceram no Norte Fluminense.

Uma análise inicial do jornal, fixando o olhar somente na disposição das notícias, na forma com que estão dispostas, nos títulos das reportagens da primeira página e nos assuntos em destaque, que se repetem ao longo das semanas, sem precisar focar no texto em si, já deixa clara a orientação de cada periódico citado. Como já foi dito, a Gazeta do Povo tinha como foco principal a legitimação das ações dos políticos ligados ao grupo republicano que ganhava força em todo o país, tanto que o jornal tinha como subtítulo “O diário republicano” (Figura 36). Se isso não fosse o bastante, nos exemplares analisados, eram comuns notícias ligadas aos políticos republicanos. Essas variavam desde a exposição da agenda de visitas à região, com exaltações e agradecimentos pelo “cuidado que se tem por essa terra”, até mesmo a presença de biografias com a trajetória política e o posicionamento em questões importantes para o “futuro do Estado”.

Figura 36: Capa principal do jornal Gazeta do Povo (4 de janeiro de 1900)



Fonte: Gazeta do Povo (1900)

Por outro lado, ao se empreender uma análise mais geral sobre o Monitor Campista, fica clara sua relação direta com o grupo ligado à atividade sucroalcooleira. De maneira similar, no jornal do período há biografias de fazendeiros considerados ilustres e de significativa importância para a região, relatando ações sociais que empreenderam, além de expor a opinião deles sobre assuntos gerais ligados às questões políticas do Brasil, mas que poderiam interferir diretamente nos seus interesses. Integra também o jornal os preços ligados ao mercado de açúcar, além de aparecerem, rotineiramente, reportagens sobre técnicas produtivas ligadas à

obtenção do açúcar em todo o mundo, para isso não se restringindo ao país (apesar de serem mais comuns informações ligadas principalmente à dinâmica que se empreende no Rio de Janeiro).

Dessa maneira, não há dificuldade em relacionar a qual grupo cada periódico dá voz e as estratégias que utilizaram para legitimarem suas ações. Por intermédio dos jornais houve uma divulgação/exaltação dos seus representantes e do ideário que lhe deu base e, ao tratar das questões que consideraram relevantes para seu desenvolvimento, rotineiramente, além de tornar essas “necessidades” públicas, criou-se uma naturalização dessa demanda, justificando os atos empreendidos em seu benefício. Assim, ao mesmo tempo em que impuseram uma necessidade, racionalizaram ações, tornando pública questões que na verdade eram de âmbito privado. Essa dinâmica se fez presente ao longo de todo recorte estabelecido como foco da análise, tanto no final do século XIX, quanto na primeira década do século XX.

Entretanto, as estratégias de embate entre esses diferentes grupos e a maneira pela qual essa tensão se manifestava nesses jornais merece uma atenção especial. Mesmo com a contrariedade evidente, a oposição feita pela Gazeta do Povo à elite sucroalcooleira não se dava de maneira direta já que, mesmo se a maioria dos republicanos da região fossem profissionais liberais, havia fazendeiros e produtores de açúcar vinculados a esse partido. Tanto que uma das figuras mais exaltada nas edições do jornal, o Barão de Miracema, era de família com posses derivadas da produção sucroalcooleira e escravocrata. Contudo, nas reportagens que saíam sobre ele eram exaltadas suas ações enquanto médico, dizendo que essa profissão o tornaria apto a exercer cargo político e representar o interesse da região. Como exemplo, no dia 17 de abril de 1900, ao falar da ida de Barão de Miracema ao congresso, assumindo um cargo político, o jornal enfatiza que enquanto “(...) médico, percorre todas as camadas sociais, vê o conforto a par com a miséria e as lantejoulas que mascaram muitas vicissitudes”.

Assim, havia uma oposição entre esses diferentes grupos, mas não embate direto, haja vista a complexificação constituída com a abertura do campo aos processos capitalistas, misturando processo de “modernização” com as bases tradicionais de relações, pelas quais a dinâmica social transcorria. Isso mostra a estratégia utilizada pela Gazeta do Povo para se opor à elite canavieira do período: o silêncio sobre a produção sucroalcooleira e sobre as questões que eram pertinentes a esse grupo. E isso é muito importante de ser ressaltado. Segundo Orlandi (2007), silêncio não é o vazio, muito pelo contrário, ele é a ausência pensada; assim, ele significa. A escolha de tratar um assunto e não outro, o apagamento pensado de uma pauta ou de um ponto que é relevante para o contexto produz tanto efeito discursivo quanto as

significações presentes no texto. No caso específico deste jornal, as estratégias silenciadoras se manifestam de diversas formas.

A primeira forma que chama atenção estava vinculada ao não trato por parte da Gazeta do Povo das questões econômicas pertinentes à atividade sucroalcooleira. Isso fica explícito, por exemplo, quando a coluna “Commercio” (figura 37), publicada quase que diariamente nas edições de 1900 a 1911, focava nas taxas bancárias e nos valores atrelados ao café, não contendo nenhuma informação acerca da produção canavieira. Para ser mais exato, nos anos iniciais os valores do açúcar não foram nem citados, só aparecendo a partir de 1903, ainda assim de maneira esporádica.

Figura 37: Coluna “Commercio” da Gazeta do Povo – 11/03/1900



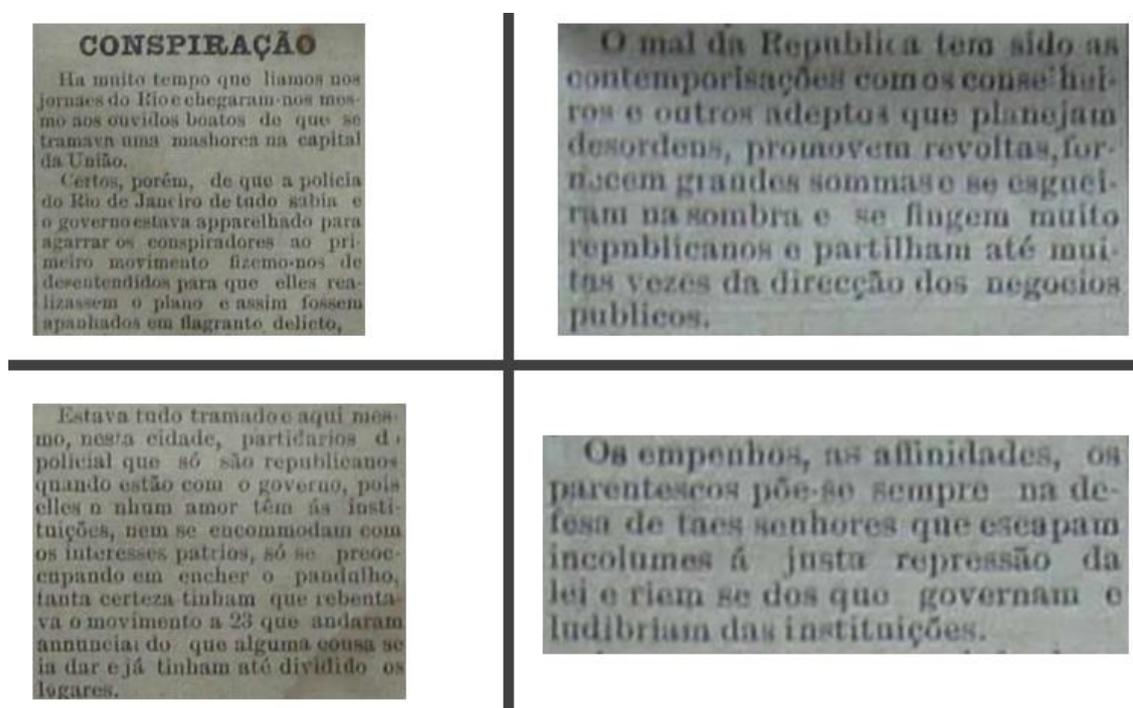
Fonte: Gazeta do Povo (1900)

Contudo, não é só pela ausência que se faz presente o silêncio. A maneira com que se aborda determinada questão também pode gerar a não presença de determinada voz. E isso ficou bem ressaltado nas notícias contidas na Gazeta do Povo nos anos iniciais do século XX, caracterizando outra forma utilizada pelo jornal para silenciar e tensionar com as demandas dos canaveicultores. Raras eram as reportagens que tinham como ponto central o açúcar, mas, quando essas apareciam, era comum a ênfase em situações negativas. Assim, notícias que tratavam de um roubo do açúcar⁸⁷ apareciam, com o jornal dando indícios, inclusive, que o ato pode ter sido cometido por um fazendeiro rival; confusões e agressões que ocorreram no interior

⁸⁷ “O Roubo do Assucar”, reportagem de 7 e 11 de março de 1900.

de uma usina eram relatadas⁸⁸; ou até mesmo, planos frustrados para um golpe que buscava o retorno da monarquia eram expostos, ligando-os a alguns fazendeiros de cana da região, dizendo, inclusive, que fingiam ser republicanos para ter influência na vida política da cidade e que só não eram punidos por conta das tradicionais relações que ainda persistiam no período republicano, o que seria um erro que deveria ser revisto. Tudo isso demonstra a complexidade das interações deste contexto. O nome desta última reportagem foi “Conspiração” e saiu na primeira página do dia 14 de março de 1900. A figura 38 a seguir traz trechos desse texto, com o intuito de melhor exemplificar essas questões do antagonismo entre esses grupos.

Figura 38: Trechos da reportagem “Conspiração”, publicada na Gazeta do povo em 14/03 de 1900



Fonte: Gazeta do Povo (1900)

Mas, não é só pelo trato de aspectos negativos que o silêncio discursivo pode ser implementado. Até mesmo quando se dá relevância a questões pertinentes ao grupo que se pretende silenciar, debatendo pontos de seu interesse, isso pode ser feito. A forma com que se desenvolvem as discussões, dando ênfase a um ponto e não a outro, pode ressaltar ou não um tipo de discurso. Isso fica claro quando a Gazeta do Povo fez reportagem sobre a chuva intensa que assolava a região nos meses finais de 1900⁸⁹, chamando atenção, somente em um único

⁸⁸ “Conflicto: a pau e a faca”, reportagem do dia 31 de janeiro de 1902.

⁸⁹ Nota do Dia, de 9 de outubro de 1900.

parágrafo, ao fato de que essa situação poderia afetar a produtividade da cana, o que traria reflexos diretos à debilitada economia açucareira, mas logo depois reforçou a ideia de que isso afetou principalmente o comércio, dedicando os oito parágrafos restantes para tratar disso; ou como quando abordou a crise do preço do açúcar de 1902, com o texto enfatizando o problema dos transportes, mencionando que essa situação nada tem a ver com a abolição da escravatura (argumento utilizado pelos tradicionais “Barões do Açúcar”) e afirmando que soluções deveriam ser postas em prática para poder incentivar a produção das lavouras do município (e mesmo quando fez essa afirmação, evitou dar centralidade ao setor canavieiro)⁹⁰.

No trato das problemáticas surgentes e as articulações para obter soluções, interessante ressaltar que a Gazeta do Povo enfatizava muito mais a ação dos políticos republicanos que agiam, segundo eles, em prol das demandas da região do que abordava propriamente a visão dos canaveicultores no trato da crise. Assim, um assunto de interesse direto daqueles ligados à atividade canavieira era abordado de maneira secundária em função da exaltação da atuação de uma determinada figura política republicana. Essa questão ficou clara na série de reportagens que o jornal fez no ano de 1902⁹¹, publicada na coluna “Nota do Dia”, com o nome de “Crise do Assucar”, na qual abordou problemas enfrentados pelo setor sucroalcooleiro, mas dando foco e tecendo elogios à ação de Nilo Peçanha para o enfrentamento do problema e dizendo ainda que a situação só estava precária graças à atuação equivocada dos tradicionais produtores de açúcar.

Essa maneira de abordar as questões açucareiras se fez presente em todas as edições do Gazeta do Povo no decorrer da primeira década dos anos 1900. Contudo, a partir de 1911 houve uma mudança na forma de se abordar os assuntos relacionados à esta produção. A partir desse período, intensificou-se o discurso da necessidade de modernização do setor, estabelecendo comparações entre a produção local com a produção mundial. O açúcar então passou a ser pauta e foi abordado de maneira direta, relacionado a estudos internacionais, à agricultura intensiva, à criação de novos maquinários de moagem, a ações governamentais para aumento da produção. Esta mudança na forma de se abordar o tema estava associada ao fim dos modelos dos Engenhos Centrais e à consolidação da derrocada dos “Barões do Açúcar”, à implementação do processo produtivo ligado à moderna usina e à consolidação do processo de “modernização conservadora” do campo regional. A resistência por parte dos “Barões de Açúcar” já não era

⁹⁰ Nota do Dia, 09 de abril de 1902. Há de se ressaltar que em 26 de abril de 1902 esse assunto ganha destaque novamente, mas com o autor dando ênfase à produção do café e não do açúcar.

⁹¹ Durante o primeiro semestre de 1902, várias reportagens eram publicadas na coluna Nota do Dia com o título: “A Crise do Assucar”.

tão intensa. A antiga elite açucareira foi perdendo espaço para os novos “Usineiros” que, por sua vez, não eram resistentes às dinâmicas de circulação do capital que passara a compor o espaço agrário regional. Com isso, a Gazeta do Povo, autointitulada “Diário Republicano”, que dava voz aos burgueses e liberais, passou a perder espaço: sua voz passou a ser similar à voz dos “Usineiros”, havendo uma simbiose de formação discursiva.

No outro lado do embate discursivo encontra-se o jornal Monitor Campista. É notório o quanto a questão do açúcar se faz presente nas páginas do jornal, seja pelas informações econômicas de interesse deste setor (como a cotação no mercado), seja por reportagens que abordaram as fazendas produtoras, seja pela exaltação de alguma figura relacionada à elite deste setor. E essa característica foi uma constante nos discursos produzidos pelo jornal em todas as edições analisadas, do ano de 1888 até 1911, com notícias de interesse direto do grupo sucroalcooleiro (como no caso do debate empreendido com o intuito de fazer o açúcar regional chegar a novos mercados, como o Chile, por exemplo, intensificando o sucesso da atividade⁹²); ou de forma indireta, como uma estratégia de legitimação discursiva, relacionando debates gerais às questões pertinentes da elite canavieira. Foi o caso da reportagem que falava do carnaval na planície em 1902 e de toda a alegria que ele gerava, deixando todos os trabalhadores descansados e aptos a desenvolverem seus trabalhos de forma mais feliz nas unidades produtivas de açúcar⁹³.

Assim, a questão açucareira era central nos seus textos. Entretanto, a forma como ela foi abordada evidencia as transformações que foram ocorrendo no âmago desse grupo dominante, muito em função da maior inserção das dinâmicas do capital no seu processo produtivo. Assim, as mudanças ligadas à “modernização conservadora” foram refletidas nas formações discursivas materializadas nos textos, trazendo à luz as diversas tensões que marcaram essa transição.

Como já ressaltado, na sua gênese, era claro seu posicionamento a favor da elite canavieira tradicional, que acumulou riquezas no decorrer do século XIX e buscou aumentar sua influência no cenário nacional, usando o periódico como uma forma de publicizar suas pautas e demandas. Nesse momento, pautas como defesa da escravidão, exaltação do Império, ênfase dos valores tradicionais do patriarcado e ataque aos grupos que discordavam de algum ponto de seu interesse, como os republicanos, eram comuns em seus textos. Contudo, com a

⁹² “O Assucar no Chile”, 27 de fevereiro de 1902. A reportagem abordava a exportação do açúcar para outros mercados como uma forma de sair da crise que estava ocorrendo nesse período.

⁹³ “Pela Rama”, 13 de fevereiro de 1902.

modificação das relações do campo, isso foi sendo gradativamente alterado. Mas as mudanças não ocorreram de um dia para outro, tanto que, esporadicamente, ainda se via manifestações publicadas (com maior intensidade nos anos finais do século XIX e menor intensidade no decorrer do século XX, quando a pauta republicana e liberal encontrava vazão nos seus escritos) contrária aos novos interesses instituídos (dos “Usineiros”). Exemplo dessa situação foi a reportagem publicada em 22 de fevereiro de 1901 com críticas aos republicanos, dizendo que eles só agiam em favor da cidade quando Alberto Torres (presidente da Província do Rio de Janeiro entre os anos de 1897 e 1900, e, na data em questão, Ministro do Supremo) anunciava que faria uma visita à cidade.

Essa menor intensidade de divergência entre o grupo dominante que via no Monitor Campista um propagador de suas ideias com os republicanos/liberais foi reforçada com os acordos políticos tecidos entre os apoiadores de Nilo Peçanha (também conhecidos como nilistas) e o grupo que era a base de mobilização do Barão de Miracema (os miracemistas), nos primeiros anos de 1900. Essa união dos diferentes grupos da classe dominante açucareira demonstra a complexidade das relações explicitadas com o fortalecimento da figura do “Usineiro”, que implementava mudança nas dinâmicas instituídas, mas apoiava-se em no tradicional, expandindo sua influência e domínio a partir de relações já constituídas.

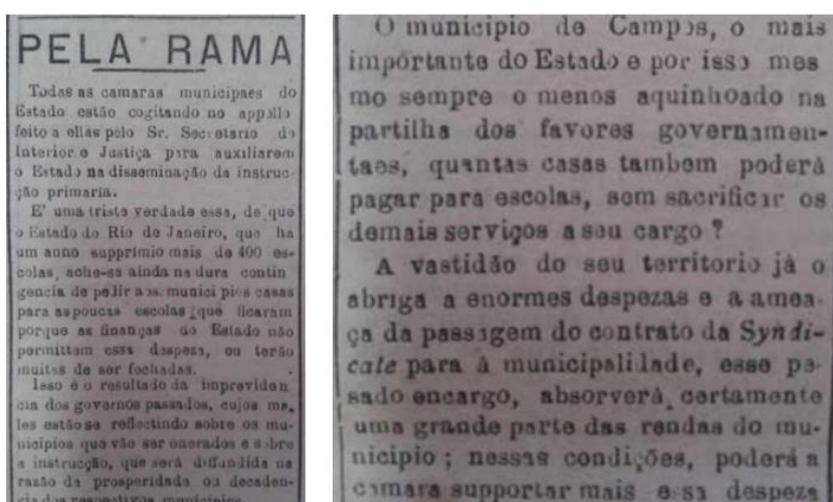
O traço do tradicional e do moderno interagindo no Monitor Campista se fez presente em diversos momentos, como quando o jornal abria espaço para os donos de terra da região publicarem textos reivindicando melhorias e criticando os políticos republicanos. As manifestações eram feitas em forma de grandes reportagens (como no caso do texto de primeira página publicado em 7 de março de 1902 com o nome de “O álcool na indústria”, em que um lavrador discute a produção do álcool nos engenhos de São Paulo), ou na coluna “Pela Rama”, quando “Max” publicava textos do “cidadão do campo” e debatia-os (como o feito na edição de 11 de fevereiro de 1902) ou até mesmo em seção exclusiva para explicitarem textos opinativos dos donos de terra (como era feito na coluna “A Pedido: Ao Público”, com críticas feitas, tanto ligadas a situações diretas das dinâmicas do açúcar, como também vinculadas a questões do cotidiano campista, como no caso do Matadouro Municipal⁹⁴).

Outra forma utilizada pelo grupo dominante açucareiro para dar relevo às questões relacionadas a sua demanda, tentando assim legitimar suas ações pela região, estava relacionada à exaltação feita ao município de Campos frente a questões que se apresentavam no cenário

⁹⁴Essa coluna não era uma constante no jornal.

nacional, enfatizando, principalmente, a sua pujança econômica. Exemplo disso se via em reportagens que tratavam de situações corriqueiras, mas com o autor fazendo questão de ressaltar a posição privilegiada da cidade e que isso estava vinculado à atividade canaveieira. Os escritos de “Max”, na coluna “Pela rama” de 10 de março de 1901 exemplificavam essa situação. Nela o autor fala do aumento do recolhimento de impostos para investimento em instrução, mas aproveita para dizer que uma maior atenção deveria ser dada à cidade por parte do governo estadual e federal, haja vista sua relevância para o país. Abaixo, a figura 39, com parte dos escritos de “Max”:

Figura 39: Parte do texto da coluna “Pela Rama” de 10/03/1901



Fonte: Monitor Campista (1901)

Essa requisição constante de uma maior atenção por parte do Estado foi um ponto comum presente nas reportagens do Monitor Campista. Diversos foram os momentos em que foi cobrada, mesmo que de maneira indireta, uma maior atenção das autoridades à atividade tida como base para o desenvolvimento regional⁹⁵. Assim, nos artigos do jornal era comum a propagação da ideia de que sem a atividade toda a região pereceria. Tendo essa questão em vista, as publicações no periódico serviam como uma maneira de reivindicar benefícios para os canaveicultores, propagando o discurso de que os agentes públicos deveriam implementar medidas para o crescimento do setor (seja uma política de subvenção de preço, seja a diminuição de impostos para favorecer a produção, seja um investimento mais intenso na

⁹⁵ “A Crise Assucareira”, 11 de setembro de 1901.

conformação da rede de escoamento das mercadorias), pois isso significaria uma possibilidade de sucesso da região, na medida em que ela depende da atividade sucroalcooleira.

A partir dessa ideia de dependência da atividade econômica ligada à cana, era comum no Monitor Campista a utilização do imaginário da crise como forma de reivindicar maiores ações em prol da classe que dominava a produção canavieira da região. Essa estratégia foi utilizada por diversas vezes no decorrer dos primeiros anos do século XX, com o intuito de chamar a atenção do governo republicano. De maneira mais intensa, no ano de 1902⁹⁶, reportagens foram publicadas com o nome de “A Crise do Assucar” em todo mês de março, abril e maio, período que antecedia a colheita da cana. Estas reportagens traziam debates sobre a situação da expansão da produção açucareira no mundo que gerou uma crise sobre o setor canavieiro nacional (ainda no contexto que influenciou a criação do Engenho Central, exposto anteriormente) e eram explicitadas possíveis soluções para essa crise. Dentre estas, da mesma maneira que faziam os “Barões do Açúcar”, no fim do século XIX, a requisição era centrada na ação do estado (como a abertura de vias para conectar a unidade de produção e o local de escoamento; redução de tarifas; implementação da subvenção; disponibilização de créditos; etc.). A figura 40, traz a reportagem de 11 de abril de 1902, do Monitor Campista, que expôs as reivindicações que foram debatidas na “Conferência Assucareira”, como forma de sair da crise.

⁹⁶ A título de exemplo: “O Congresso açucareiro”, reportagem de 22 de março de 1902 que fala sobre uma reunião que debatia medidas para solução da crise no setor; “A crise do Assúcar”, reportagem debatida em todo mês de abril que tratava sobre as ações que poderiam ser empreendidas pelo governo republicano;

Figura 40: Capa do Monitor Campista de 11 de abril de 1902 e trecho da reportagem sobre a “Conferência Assucareira”



a) Desenvolver as vias de comunicação entre as fábricas e o capital ou os portos de embarque e as estações das estradas de ferro, pela construção de estradas de rodagem.

b) Reduzir as tarifas das estradas de ferro federais e das que gozam de garantias de juros.

c) Liberdade de cabotagem às embarcações estrangeiras a redução dos direitos que pesam sobre a pequena cabotagem.

d) Prêmios sobre o aumento do consumo escolarino de canna e aumento de extração.

e) Incidência dos impostos sobre os lucros líquidos da indústria.

f) Alargamento do consumo interior, não só pelas medidas que advirão da abolição dos impostos internacionais, barateamento de fretes, etc., mas também pela dedução de taxas de importação proibitivas sobre as transformações industriais do açúcar e seus derivados alcoólicos.

g) Expansão do aproveitamento de álcool como fonte de luz, calor e força.

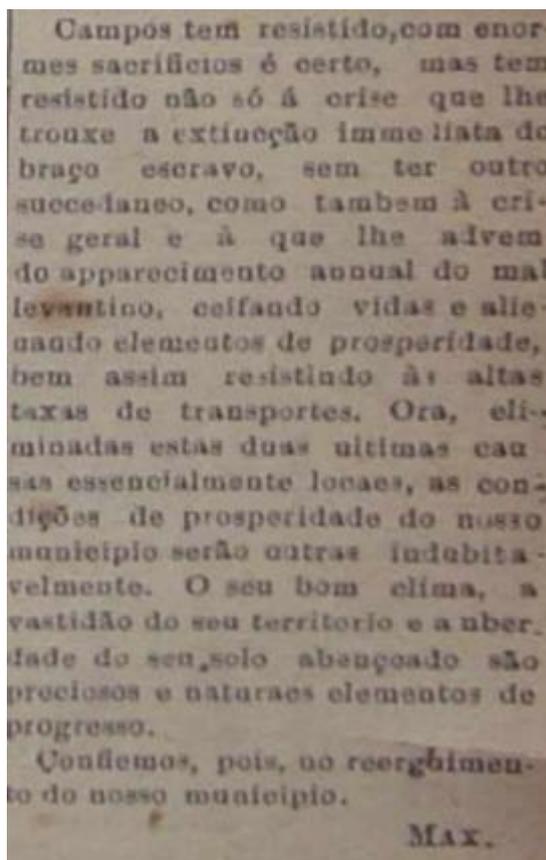
h) Supressão dos numerosos intermediários, que diminuem os benefícios de venda do produto, pela criação de sindicatos agrícolas.

i) Organização de crédito agrícola sob a base da cooperativismo e mutualidade.

Fonte: Monitor Campista (1902)

Contudo, ao mesmo tempo em que os “Usineiros” reivindicavam ação direta do governo republicano no que tange a questões produtivas, solicitavam também uma maior liberdade para a dinâmica do setor, como liberdade de cabotagem para embarcações estrangeiras (naquele momento taxas eram pagas por empresas externas); supressão dos intermediários da comercialização do açúcar e abolição de impostos, requisitando quase a possibilidade de implementação de uma livre comercialização do setor. Davam luz a essa pauta, ao mesmo tempo em que solicitavam subvenções e auxílios para o desenvolvimento do plantio. Assim, tem-se a demonstração do novo e o tradicional quase que em simbiose, com reivindicações que buscam a maior participação do estado (reforçando assim sua relação de dominação, já que regionalmente era essa classe que compunha os quadros políticos) ao mesmo tempo em que tentavam maior liberalização de suas dinâmicas. Em reportagem do dia 22 de dezembro de 1906, Max, em sua coluna “Pela Rama”, ao tratar da prosperidade campista e as crises que assolaram a região, escreve algo que é representativo no que tange as bases da “identidade regional” conformadas neste período, com objetivo de “modernização para manter exatamente como está” instituída pelos “Usineiros”. Nas palavras de Max (Figura 41):

Figura 41: Trecho da coluna “Pela Rama” de 22 de dezembro de 1906



Fonte: Monitor Campista (1906)

De maneira diferente, a Gazeta do Povo abordou a crise de 1902. Neste período, quase nenhuma reportagem fazia menção às questões trazidas no Monitor Campista. Quando o jornal relatou problemas das unidades produtivas, fê-lo expondo relatos de brigas, como na reportagem que teve o título “Conflicto; a Pau e a Faca, em 31 de janeiro de 1902”, que retratava uma confusão generalizada na Usina Sapucaia. Em outros momentos, de maneira indireta, a crise canavieira foi abordada, mas tendo como referência o discurso da necessidade de “modernização” da produção agrícola regional, pois o mundo tinha se modernizado, cabendo ao produtor regional se adaptar e acompanhar as mudanças, criando, assim, uma relação entre o atraso e a produção local. De todo modo, os problemas da crise açucareira não ganharam muito destaque nas edições do periódico, tendo somente duas reportagens relacionadas a ela, a primeira falando da modernização e a segunda quando falou das ações do governo republicano para a superação da crise (a estratégia do setor canavieiro obteve sucesso), enaltecendo muito mais as figuras políticas envolvidas nas ações do que propriamente a produção sucroalcooleira.

É interessante ressaltar que a divergência entre essas duas formações discursivas, no que tange a questão açucareira ou as ações comerciais, ficavam resumidas ao silêncio, com apagamentos acerca de questões pertinentes a um ou outro grupo, ou às críticas indiretas. Poucas foram as críticas diretas publicadas em um jornal ou outro. No período analisado, a única reportagem encontrada na Gazeta do Povo que fazia uma crítica mais enfática à classe açucareira (mas que não foi tão direta) foi a de 24 de maio de 1902, na coluna “Nota do Dia”, quando “K” enfatizava a necessidade de diversificação da produção local, terminando o texto dizendo que “A canna de assucar já teve sua época, o que não quer dizer, de forma alguma, que deve ser banida completamente do quadro de nossos trabalhos agrícola”.

Mas isso não quer dizer que não havia embate direto entre essas duas elites. Muito pelo contrário, isso ocorria constantemente, até de maneira agressiva, em diversas reportagens dos jornais, onde um respondia acusações feitas pelo outro na abordagem de diferentes assuntos relacionados à região. A discussão mais enfática se deu em 1902, quando os dois jornais publicavam uma série de textos, principalmente nas colunas “editoriais”, acerca da construção do Matadouro Municipal. Neste episódio, a Gazeta do Povo exaltava a ação dos políticos republicanistas no trato dessa questão e criticava o jornal o Monitor Campista, principalmente a figura de “Max”, pelas críticas tecidas. Já este último registrou uma série de acusações contra a atuação dos governantes que estavam à frente da construção do matadouro e escreveu textos intensos contra o Gazeta do Povo, ao qual, na edição do dia 11 de abril de 1902, acusou de receber valores públicos de maneira indevida. Nas palavras de “Max”, o referido jornal “(...) continuou a receber 7:398\$ e tudo isso sem concorrência pública, conforme determina a lei expressamente e o regimento interno da Camara em seu artigo 67”.

De toda forma, o fato de não se ter um embate direto no que tange o açúcar é interessante, pois evidencia as mobilizações discursivas elaboradas pelas disputas entre esses grupos. E essa situação fica mais evidente quando ocorreu uma abordagem conjunta. Foi o caso do “Congresso Assucareiro” que aconteceu em Campos em 1911. Tanto o Monitor Campista, quanto a Gazeta do Povo chamaram a atenção para esta reunião que transcorreu no município, cujo intuito era debater estratégias para a modernização do setor, seja no trato da cana, seja nas maneiras de beneficiá-las, buscando fazer frente à concorrência do açúcar das Antilhas que ganhava força no mercado externo. Contudo, esses dois jornais trataram do encontro de maneira bem distinta. Enquanto o Monitor enfatizava os produtores da região, as famílias que se dedicavam à produção açucareira há anos e que exaltava a vocação da região para a atividade, o Gazeta do Povo destacava a presença de políticos republicanos de todo país na cidade,

mostrando a importância dessas figuras, chamando a atenção para o espaço de debate criado pelos políticos locais e evidenciando as ações empreendidas pelos mesmos (com a baixa de impostos para a produção). Para não dizer que o grupo “usineiro” não foi mencionado, a Gazeta do Povo falou um pouco sobre o dono da Usina do Limão, que era conhecido pela sua boa relação com os republicanos.

A partir destas questões fica evidente as estratégias discursivas elaboradas por esses grupos que tinham o intuito de buscar uma maior influência sobre o poder decisório local e regional. Para além disso, explicita-se a existência dessas tensões no âmago do grupo dominante canavieiro. De maneira geral, trata-se essa elite de maneira homogênea (muito em função da efetividade da mobilização discursiva criada por eles que, além de legitimar suas ações, inventaram uma tradição regional), sem se considerar os embates internos ocorridos. Mas estes foram de suma importância para a constituição das dinâmicas que conformaram a região. As questões que transcorreram no final do século XIX e início do século XX balizaram os processos pelos quais o Norte Fluminense foi consolidado e que ainda hoje influenciam suas relações.

De toda forma, com o passar do tempo, essas contradições diminuíram, muito em função da predominância da elite usineira canavieira que se estabeleceu (moldada pelo contexto do campo que é conformado, com a proliferação do beneficiamento da cana nas modernas usinas e o fortalecimento das lógicas produtivas condizente às dinâmicas do capital internacional). Gradativamente, a formação discursiva da Gazeta do Povo vai sendo apropriada pelas questões debatidas no Monitor Campista. Esse novo/velho grupo que surge dos embates busca manter Campos com destaque na região e no país, construindo e reforçando uma “identidade” local que apresenta e representa suas singularidades, justificando sua relevância. Para tanto, a atividade canavieira continua sendo o foco e um novo plano é estruturado: ressaltar o município pelos aspectos modernos instituídos pela transformação do processo produtivo. Dessa maneira, mesmo com moldes diferenciados, mantinha-se a posição proeminente política, econômica e social ante toda a região.

3.2.4.2 – A “modernização conservadora”, a “identidade regional” e as transformações espaciais: a centralidade do açúcar e de Campos no final do século XIX e início do século XX no processo de “invenção da região”

Todas essas relações e interações entre diferentes atores constatadas nas análises dos jornais influenciaram a conformação dos fluxos regionais e a “invenção da região”. Se no início do século XIX, com o começo da mecanização, tem-se formada as bases para a construção de

uma “identidade regional” ligada à atividade sucroalcooleira, no final daquele século e início do século XX houve uma intensificação desse processo e sua consolidação. Foi com a “modernização conservadora”, ligada à abertura do campo regional às relações do capital, gerando a figura do “Usineiro”, que se expandiu o ideário sucroalcooleiro como homogeneizador da espacialidade local. Com isso posto, diversos foram os momentos em que essa relação foi mobilizada a fim de estruturação das dinâmicas regionais. Deste modo, como afirma Moreira (2005 [1989], p. 29), para o Nordeste, mas que também corresponderia a nossa análise da região campista “(...) a chegada da usina opera, assim, completa remodelação na organização espacial”.

Santos e Silveira (2006) corroboram essa ideia ao afirmarem que com a instalação das usinas açucareiras o território foi modificado, principalmente pelas técnicas das máquinas circunscritas à produção, sendo, posteriormente, incluídas nas dinâmicas espaciais. Com essa situação, o meio técnico que foi sendo estruturado a partir das unidades produtivas foi expandindo sua área de ação, chegando às outras etapas do processo produtivo. E com essas transformações Campos ressalta sua centralidade nas dinâmicas do Norte Fluminense, reforçada pela construção do entendimento de que é uma cidade detentora de capital econômico, político e social e, como tal, merecedora de benesses e de investimentos por parte da esfera estadual e federal. Por esta situação, naturaliza a dominação e centraliza a captação de recursos, fazendo emergir suas demandas como se fossem de toda a região.

E esse processo vai ser intensificado por conta do contexto específico constituído no início do século XX. Como já foi dito, o fim do Império influenciou diretamente as dinâmicas políticas e sociais do país, com a diminuição da centralidade decisória de poder e tomada de decisões. Com a República, as oligarquias regionais buscaram estratégias de expansão e legitimação das suas relações já postas, abrindo margem para o discurso regionalista e de naturalização das “vocações locais”. Isso se deu, ao mesmo tempo em que o governo federal buscava implementar ações para centralizar as relações de poder do país, com a união pela diferença. Assim, a singularização da espacialidade pelas dinâmicas naturais e o pelo discurso de “identidade” encontraram solo fértil para consolidação, principalmente, como abordou-se no capítulo 3, no momento de fixação do regionalizar oficial.

Com estas questões, havia articulação entre as diferentes instâncias de poder para homogeneizar as distintas espacialidades entorno de uma questão comum. Nesse esforço, reforçou-se a centralidade na captação de recursos da elite consolidada, que, no caso do Norte Fluminense, era a açucareira. Assim, as relações de dominação regional foram intensificadas,

possibilitando também o aumento do poder de influência da elite regional sobre todo estado e país. O grupo dominante açucareiro campista, nesse contexto, tenta construir uma imagem de modernidade, relacionando o setor sucroalcooleiro ao ideário de progresso e avanço civilizacional, criando mais uma justificativa para seu domínio. A partir dessa relação de poder instituída reivindica-se uma série de melhorias em nome do crescimento regional, entendendo que seu projeto modernizador é uma demanda mais do que local e, como tal, deveria ser atendida.

Esse projeto modernizador campista tinha como ponto principal de ação o espaço urbano. Isto decorre do fato, como aponta Alves (2013), de que as elites dominantes do período relacionavam a remodelação e embelezamento da cidade como um meio de fazer parte do mundo civilizado. Desta maneira, uma série de obras e serviços para a constituição e melhoramento do urbano de Campos foi implementada, como a instituição de iluminação das ruas com gás (1872) e sua expansão em 1893, a criação de uma rede de transporte de bonde movida à tração animal (1875), a instalação do sistema de esgoto em mais de 200 edifícios (1887), a implementação da linha telefônica (1893), além da criação de aparatos ligados à questão cultural (FARIA, 2001, 2003, 2008). Alves (2013) auxilia o entendimento desse processo enumerando os diversos serviços que apontavam para essa modernidade campista. Segundo a autora, no final do século XIX e início do XX o município possuía 32 estabelecimentos de ensino, uma biblioteca com cerca de 6000 volumes, 4 livrarias, 2 teatros, 3 lojas maçônicas, 3 associações musicais, além da Sociedade União Artística Beneficente, serviço de iluminação a gás, por meio da "Campos Gaz Company"; foi servida de energia elétrica, sendo a primeira cidade da América Latina a usufruir de tal benefício; e tinha estruturado uma rede de bondes elétricos pela "Cia Brasileira de Tramways Luz e Força".

Para além da questão estrutural, a modificação efetuada na paisagem do município, seguindo ações que ocorriam em outras partes do país, institui e se apropria de diversos símbolos que tendem a remeter a constituição do moderno. Tendo como modelo a sociedade europeia e os princípios lá predominantes, fachadas são reestruturadas, prédios foram construídos, ruas alargadas, tudo isso para romper com a ideia da cidade colonial e reforçar o imaginário de um município moderno, detentor natural de privilégios, centralizador de dinâmicas e representante maior regional.

Sobre as reformas, cabe ressaltar ainda que, mesmo com uma maior influência dos burgueses republicanos ligados a atividades comerciais nesse processo de reestruturação urbana do município, foi notória a participação da moderna elite canavieira nesse processo. Na verdade,

havia uma convergência de interesse entre esses grupos, pois intentavam ressaltar a posição de destaque de Campos, além de reforçar o domínio regional perante outras cidades, aumentando a exploração da população menos favorecida. Deste modo, pode-se dizer que nesse ponto a “modernização” empreendida no final do século XIX e início do século XX também expôs sua característica de conservação das bases vigentes, haja vista que as estruturas criadas e a forma com que ela foi posta atendeu diretamente o grupo dominante regional.

Neste contexto de transformação, os principais espaços onde foram implementadas ação de estruturação eram as áreas onde o grupo dominante residia ou tinha seu comércio, (principalmente nas redondezas do centro e nas zonas de proximidade do Rio Paraíba do Sul), deixando de lado as periferias que estavam em processo de intenso crescimento. Era clara a ideia de atender e dar melhores bases para os grupos dominantes, tanto que as principais melhorias criadas foram: a expansão da linha férrea (Campos-São Sebastião; Campos-Carangola; Campos-São Fidélis; Campos-São João da Barra), com melhor organização do setor a partir da criação da Leopoldina Railways (1888), da construção da estação Leopoldina (no bairro do Saco, em 1906) e da construção da ponte ferroviária sobre o Rio Paraíba do Sul (1906), com todas essas obras facilitando a produção canavieira (no capítulo 5 será melhor explicitado a constituição dessa infraestrutura), dando centralidade ao município no processo de distribuição das mercadorias e serviços.

Outro ponto que expõe o aspecto da intensificação da dominação das elites campistas por intermédio do projeto modernizador, tanto no cenário regional, quanto das classes menos privilegiadas está diretamente associado aos planos higienistas e sanitaristas que foram implementados nesse período. Estes foram postos principalmente nas capitais do país e em cidades de relativa importância nacional. Ao se ler os jornais da época, havia a propagação de um clamor regional por essas obras, empreendendo duas estratégias discursivas para justificar sua implementação: a primeira se relacionava diretamente à questão da modernização, dizendo que só assim a região conseguiria se tornar moderna e a segunda estava atrelada à naturalização da necessidade dessa infraestrutura, pois as condições do momento geravam doenças e problemas para toda a população. Essas questões estavam presentes tanto no Monitor Campista quanto na Gazeta do Povo, com a diferença de que no primeiro citado ele aparecia em forma de cobrança dos políticos, principalmente no momento que antecede a chegada de Nilo Peçanha ao poder, e no segundo jornal era abordado em forma de promessa, com as lideranças republicanas se reunindo para saber o melhor jeito de implementá-las.

De qualquer forma, foi notório que as modificações urbanas higienista e sanitaria⁹⁷ em Campos atenderam ao interesse das classes dominantes e serviram de base para a intensificação da dominação das elites. Por seu intermédio, antigas estruturas no centro da cidade que serviam de residência para as famílias mais pobres foram derrubadas, ruas foram alargadas e extensas avenidas foram construídas. Como exemplo, pode-se citar o pacote de obras pensados em 1911 e implementado em 1916, batizado de “Melhoramentos de Campos” que foi viabilizado a partir de um recolhimento de sobretaxa de 2,5% sobre a saca do açúcar, com o intuito de criar estruturas para facilitar o fluxo de escoamento das mercadorias, mas que também serviu, de maneira simbólica, para expressar a dominação da moderna elite açucareira sobre a região, com modificações na paisagem que tentavam ligar Campos às formas urbanas mais modernas (com inspiração europeia), demonstrando a pujança econômica do município. A figura 42 mostra o obelisco no período de sua inauguração e como se encontra na atualidade, às margens do Rio Paraíba do Sul, fazendo referência a essas transformações.

Figura 42: Obelisco em alusão as obras de melhoramento de Campos no ano de 1916



Fonte: RODRIGUES (2014) e Próprio Autor

⁹⁷ Faria (2005) chama a atenção para as racionalidades contidas no Plano de urbanização empreendidos por Saturnino de Brito no município, entre os anos de 1902-1903. Alves (2013) ressalta outros planos como o de Benedito Pereira Nunes, em 1906. De qualquer forma, há de se ressaltar as constantes obras realizadas na cidade neste período.

Assim, as modificações estruturais que constituíram o espaço regional do Norte Fluminense neste período, tanto quando implementadas pelo Estado (por intermédio da influência das elites) quanto pela ação direta da elite, denotam formas que reforçaram a dominação por parte da produção canavieira. As modificações constituíram as bases dos novos meios de circulação, criando infraestruturas que favoreceram os fluxos regionais, reforçando as dinâmicas regionais e fortalecendo a assimetria das relações de poder. Assim, os laços que compõem a “invenção” do Norte Fluminense foram intensificados, tendo a atividade sucroalcooleira como mobilizadora.

Em paralelo, o expediente discursivo posto em prática no período expressava as formas de ação da elite na organização regional. Implementava-se o discurso da necessidade de reforma, tendo como base a instauração de uma ordem, ou o alcance de um ideal urbano-moderno para a cidade, abrindo possibilidades assim para a justificação e a naturalização das suas questões como demanda de todos. Assim, por essa estratégia discursiva a “moderna elite canavieira” construiu suas materialidades, fortaleceu sua influência política, aumentou seus domínios sobre a questão econômica, disciplinou a população mais pobre expulsando-as do centro da cidade e fortaleceu a dominação em nome do fortalecimento do município no contexto regional e maior visibilidade no cenário político nacional.

Com todas essas transformações, no início do século XX, o Norte Fluminense teve suas bases de constituição consolidadas. O avançar do meio técnico estruturou novas espacialidades, com a tomada de novas áreas para plantio e a constituição de fluxos mais intensos voltados para o interior (principalmente pelos leitos fluviais e ferrovias). Ao mesmo tempo, a ligação com o Rio de Janeiro foi intensificada, em um primeiro momento pelo Canal Campos-Macaé, e depois pelas vias férreas e melhoramentos de estradas (debateremos melhor isso no Capítulo 4). A partir desse quadro, uma rede urbana começou a ser constituída, com integração da porção norte do estado com as dinâmicas do capital, tendo a estruturação do meio técnico, da circulação mecanizada e dos indícios de industrialização (SANTOS e SILVEIRA, 2006) como elementos influenciadores, ao mesmo tempo em que são reflexos desses processos. A figura 43 auxilia a visualização desses fluxos e fixos instituídos, que foram consolidados com o fortalecimento da “invenção da região”.

Figura 43: Mapa com a consolidação do Norte Fluminense no final do século XIX e início do XX



A consolidação do meio técnico e a prevalência da atividade canavieira no processo de produção espacial reforça os fluxos estabelecidos em momentos anteriores. As dinâmicas regionais do início do século XIX foram intensificadas, tanto em direção ao interior quanto ao litoral. Neste primeiro sentido, a consolidação da malha ferroviária favorece o estabelecimento de núcleos populacionais no antigo “Sertão” e, também, com fundação de vilas nas proximidades dos leitos fluviais que eram utilizados como estruturas de circulação. O Norte Fluminense consolidou fluxos mais intensos para porções mais continentais que, por sua vez, também passaram por expansão em função da atividade canavieira e pecuária, gerando maior organização desses locais.

Ao mesmo tempo em que as dinâmicas para o interior se intensificam em função das demandas do setor sucroalcooleiro, também ocorre uma maior intervenção nas áreas que ligam a planície aluvionar ao litoral devido as necessidades desse setor. O Norte Fluminense, por ser zona deposicional, é traço característico da região o terreno alagadiço que, na sazonalidade de maior precipitação, formam lagoas, lamaçais, tornando difícil o plantio, o deslocamento etc. A

fim de criar novas áreas de produção, em meados do século XX, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) empreende uma série de obras de drenagem, como a construção de canais artificiais, que aliviariam essa situação, tornando o terreno mais propício a cultura canavieira (na figura 43 pode-se ver essas intervenções). Ou seja, o espaço geográfico foi novamente estruturado e modificado para atender à demanda do grupo dominante canavieiro, e os canais que surgiram, dessa vez, não serviriam diretamente a otimização do fluxo (apesar de criar condições favoráveis para isso), e sim para a composição de fixos e ocupação de novas áreas. A intervenção foi tão significativa que as modificações no espaço constituíram uma estrutura que foi considerada a segunda maior rede⁹⁸ de canais e diques do mundo (CRUZ, 2003).

De toda forma, no decorrer do século XX, com a consolidação da abertura do campo brasileiro ao grande capital e a estruturação do Norte Fluminense, com relação direta com a moderna elite canavieira, vê-se um aumento da centralidade do município nos processos regionais. Entretanto, essas transformações não significaram a expansão da influência do Norte Fluminense no cenário nacional. Apesar da manutenção da influência política e da capacidade de mobilizar recursos governamentais a seu favor, gradativamente, por diferentes motivos (como o fortalecimento do projeto de industrialização em outros lugares do estado do Rio de Janeiro; a concorrência da produção açucareira com São Paulo; a ascensão de novas atividades na região; entre outros), as bases de dominação foram sendo minadas, recharacterizando as dinâmicas regionais. Com a industrialização e a consolidação da “Região Concentrada”, ligando Rio de Janeiro a São Paulo, dando base à constituição do meio técnico e científico, houve uma alteração nas relações de poder que foram base para a construção da “identidade regional canavieira”. Isso ocorre, principalmente, a partir de 1930. No tópico a seguir, far-se-á considerações acerca das mudanças que ocorreram e como influenciou as dinâmicas de conformação do Norte Fluminense.

⁹⁸ Cruz (2003) aponta que no ano de 1974, a rede tinha 290 canais, totalizando cerca de 1.500km, concentrados em Campos.

3.3 – “O INÍCIO DO FIM?”: O DESENVOLVER DO MEIO TÉCNICO, A GÊNESE DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL, A CRISE DO SETOR SUCROALCOOLEIRO E A DIMINUIÇÃO DA INFLUÊNCIA DO GRUPO DOMINANTE CANAVIEIRO NA CONSTITUIÇÃO DA “IDENTIDADE REGIONAL” – 1930 A 1990

Ao mesmo tempo em que o avanço do meio técnico sobre as unidades produtivas intensificou a capacidade de beneficiamento das estruturas de produção, houve também sua extrapolação para além da usina, chegando a diferentes espaços, fortalecendo as dinâmicas que integraram o regional. Contudo, a mesma possibilidade de intensificação dos fluxos que conformaram a produção de açúcar foi a que criou as bases para as interações que comporiam a derrocada do setor no Norte Fluminense. A partir de 1930, com a consolidação do meio técnico da circulação mecanizada, houve um espraiamento para além dos arquipélagos de mecanização incompleta, conectando diferentes partes do território nacional, estabelecendo uma rede brasileira de cidades (SANTOS e SILVEIRA, 2006).

Essa rede (manifestada pelo aparelhamento dos portos e pela construção das estradas de ferro) abre espaço para maior entrada do capital industrial no país, constituindo uma hierarquia nacional a partir da inserção dessas dinâmicas nos processos regionais, permitindo às cidades beneficiárias o aumento do comando destes espaços (SANTOS e SILVEIRA, 2006). Assim, os arquipélagos que não se integravam diretamente a este tipo de industrialização, ou seja, aqueles que se modernizavam, mas mantinham as velhas estruturas sociais pelas quais suas ações se faziam dominantes, no primeiro momento gozavam de benefícios, mas uma hora ou outra tenderiam à derrocada. Foi o caso do setor sucroalcooleiro do Norte Fluminense. Já em 1945, Alberto Lamego, previa essa situação. Em suas palavras:

Porque, afinal, a indústria açucareira não é apenas um grande fator econômico do Brasil, mas está indelevelmente enraizada à própria formação nacional. E em Campos sempre foi exclusiva e tradicionalmente brasileira. Custou muito sangue aos nossos antepassados, e não é admissível que, onde a luta para criá-la engoliu seguidas gerações, todo êsse resultado gigantesco atingido pelo campista em sua caminhada civilizadora, justamente quando vitoriosa, venha a ser gozado por forasteiros, simples sugadores de todo o seu heróico sacrifício histórico (LAMEGO, 1945, p.172).

Com o meio técnico de circulação mecanizada, houve uma maior entrada das dinâmicas do capital nas relações que compõem a ação de influência regional. À parte a questão da

exaltação da figura dos atores ligados à atividade canavieira⁹⁹ feita por Lamego (1945), o que é intenso em sua obra (muito em função de ser membro deste grupo e também pelo contexto: no início do século XX, houve uma construção da “identidade” nacional também nos trabalhos acadêmicos, com a constituição do pensamento social brasileiro e dos escritos que ressaltavam a interação do heterogêneo – miscigenação – como marca principal da nação), mas que não a desqualifica, esse trecho escrito pelo autor chama atenção para a situação que vai marcar a atividade canavieira no Norte Fluminense no decorrer do século XX: o fim da influência da classe dominante açucareira nas relações que conformam a região em função da maior abertura das dinâmicas produtivas ao capital extravertido à região.

Mas essa situação não ocorreu de um dia para o outro. As mudanças que influenciarão a derrocada do setor começaram a se consolidar a partir de 1930 e foram ganhando força a partir da segunda metade do século XX. Da mesma maneira, esse processo não foi linear, com diversas modificações ao longo deste íterim que possibilitaram, inclusive, a expansão do setor. Entretanto, principalmente pós 1990, o que se tem é a falência da atividade sucroalcooleira do Norte Fluminense. Com estas questões em vista, faz-se interessante compreender as diferentes relações que foram sendo constituídas nesse período e a influência das mesmas para a configuração da dinâmica que conforma a região. Para tanto, fixa-se as análises, principalmente, nas legislações que foram promulgadas entre 1930 e 1990, nas instituições criadas para auxiliar a atividade canavieira, assim como nos processos que derivaram de sua implementação. O foco na legislação se dá pelo fato de entender que estas são materializações da relação do Estado com o grupo dominante que o influencia, permitindo, com isso, compreender as transformações da dinâmica local, a forma como a região foi estruturada e a maneira pela qual o discurso da “identidade regional” foi mobilizado a fim de atender as demandas da elite que detém o poder.

Mas antes de abordar essa relação pela legislação, cabe um adendo: neste momento, com a abertura do campo aos processos capitalistas e a modernização do setor, novos agentes sociais integram essa relação. Assim, para além dos tensionamentos citados no subtópico anterior, outras categorias passam a integrar essa dinâmica. Francisco (2009) estabelece uma classificação deles tendo como referência o lugar que ocupam nas várias etapas da produção. Segundo a autora, a partir de 1930, diversos atores que compõem a relação de produção da atividade canavieira podem ser caracterizados como: usineiros – estes são os donos das usinas

⁹⁹ Seus escritos, inclusive, cumpriram a função dos trabalhos acadêmicos geográficos do início do século XX que exaltavam a particularidade de uma espacialidade por suas questões naturais e pelas relações econômicas que conformavam o território. A identidade regional canavieira do Norte Fluminense tem nos textos de Lamego parte de sua legitimação.

e de grandes porções de terra, sendo o topo da hierarquia socialmente produzida; produtores rurais de cana-de-açúcar – que podem ser considerados integrantes de uma escala abaixo deste primeiro na hierarquia do “mundo do açúcar”, sendo chamados de fornecedores e se subdividindo em duas subcategorias (plantadores de cana e lavradores de cana); trabalhadores da indústria sucroalcooleira – que são aqueles que atuam no processo produtivo, sendo subdivididos em administradores da usina, técnicos da usina, operadores de maquinários e funcionários de apoio; trabalhadores da agricultura canavieira – que são os trabalhadores da lavoura.

Tendo essa complexificação em vista e a partir deste prisma de análise, entende-se que as ações e regras instituídas pelo Estado são resultantes das mudanças da relação de poder que o compõe. Essas, expressa, dentre outras formas, na legislação que evidencia e orienta a prática social dos grupos/espacos influenciados por estas atividades. Desse modo, a análise das leis possibilita uma melhor compreensão desta dinâmica. Contudo, há de se ter em mente que, por estar diretamente associada à ação de jogos de poder, sua efetividade vai depender da correlação de força que a sustenta. Mas isso não a desqualifica enquanto uma base de informação ou forma de apreensão de relações que influenciam a conformação de determinada dinâmica. Cabe somente um esforço metodológico de

(...) evitar o reducionismo intelectual de pensar a legislação como causa determinante ou onipotente de mudanças; ou a superestimação do aspecto jurídico de determinadas relações e práticas sociais. Na análise da intervenção do Estado na economia açucareira é necessário ao pesquisador trazer à tona relações e problemas que ultrapassem este domínio, desvendar onde, fatores e atores, por um olhar rápido, pareceriam não estar (NEVES, 1997, p. 14).

A partir de 1930 tem-se consolidada uma maior ação intervencionista estatal na economia açucareira. Diversos autores¹⁰⁰ associam essa situação à crise de 1929 e às grandes guerras, que afetaram a exportação dos produtos que saíam do Brasil em direção ao mercado externo. Contudo, há de se relativizar essa questão. De fato, as crises para além da fronteira do país diminuíram a aquisição dos produtos nacionais no mercado; no caso do açúcar nacional, especificamente, essa diminuição ainda foi agravada pelo acirramento concorrencial da produção modernizada em Cuba e em porções asiáticas, que fizeram com que o produto

¹⁰⁰ DÉ CARLI (1942): A evolução do problema canavieiro fluminense; SZMRECSÁNYI e MOREIRA (1991): O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial; CLEIN, BIDARRA e ALCANTARA (2019): A agroindústria canavieira e as políticas governamentais: da subvenção à desregulamentação; entre outras obras.

deixasse de representar, em 1821/1830, 32% do valor total das exportações, passando a equivaler a 1,4% em 1921/1930 (RAMOS, 2007). Entretanto, faz-se necessário associar a maior intervenção estatal na atividade canieira também a questões internas, como o aumento da organização entre os diferentes atores da cadeia produtiva¹⁰¹ que, pós reestruturação promovida pela abolição da escravatura, redirecionaram suas ações. No Norte Fluminense, um indicativo dessa organização é ilustrado pela Conferência do Açúcar (1913), realizada em Campos, já citada anteriormente (exposta nas notícias do Monitor Campista e Gazeta do Povo), que instituiu a cobrança de uma taxa de 2,5% da produção para implementação de obras estruturais pela região. Este encontro marcou o início da intensificação dessas reivindicações por parte desse grupo produtor, que culminou em uma maior intervenção a partir dos anos 1930. A maior ação interventora trouxe reflexos diretos para a produção do Norte Fluminense e isso fica evidente ao se analisar a produção de açúcar no estado do Rio de Janeiro¹⁰² entre 1925 e 1935, quando houve um crescimento contínuo da mesma, com pequenos momentos de queda, principalmente ligados a pragas e problemas de escassez hídrica na região de Campos (DE CÁRLI, 1942). A tabela 9 detalha esta situação ao revelar a quantidade de açúcar produzido por safra neste período.

Tabela 9: Produção açucareira do estado do Rio de Janeiro 1925/1935

Anos das Safra	Açúcar (toneladas)
1925/26	51.674
1926/27	88.068
1927/28	70.643
1928/29	48.446
1929/30	126.121
1930/31	80.717
1931/32	102.035
1932/33	89.172
1933/34	106.035
1934/35	109.736

Fonte: Anuário Açucareiro de 1935 (modificado pelo autor)

¹⁰¹ Paes (2000) sobre essa organização entre os atores chama a atenção para a criação, em 1920, da União dos Lavradores (mais tarde denominada de União Agrícola de Campos); do Sindicato Agrícola de Campos (1922); do Instituto de defesa do Açúcar (1926); da Comissão de Vendas (1927); da Conferência Nacional de Cooperativas (1927); entre outras organizações.

¹⁰² É importante ressaltar que os anuários do açúcar produzidos neste período tinham como referência o estado da produção. Assim, o quantitativo por safra terá como base aquilo que se produziu no Rio de Janeiro. Entretanto, pode-se fazer uma relação direta com o Norte Fluminense, principal (quase única) zona produtora neste período.

Assim, com a organização de novos atores sociais na atividade canavieira, somado aos problemas de conjuntura no cenário internacional (podemos dar como exemplo a safra de 1928/29, com queda intensa da produção de açúcar, ligada à “crise de 1929”, que afetou a demanda interna do produto, já que mercados consumidores locais, principalmente ligados ao café, perderam poder de compra), associado à mudança política pela qual o Brasil passava, com a ascensão de Vargas e, posteriormente, à Ditadura do Estado Novo, tem-se estruturado um maior processo intervencionista na atividade canavieira.

Este novo contexto promove mudanças na dinâmica interna da produção. O Nordeste, que no final do século XIX e início do século XX, se destacava como a zona de maior produção e exportação do país, foi afetado diretamente, muito em função do processo de abertura do campo ao grande capital e a modernização das etapas da produção. A tabela 10 aponta como o Nordeste, com essa mudança de contexto, a partir dos anos 1930, começa a perder participação no mercado, ao passo que o Centro Sul (composto principalmente por São Paulo e Campos, vê seu percentual na produção total no país aumentar, muito em função de conseguir atender ao crescente mercado interno gerado pelo recente processo de urbanização e pela proximidade da capital federal).

Tabela 10: Produção brasileira de açúcar de usina por macrorregiões – 1929/1934

Ano das safras	Norte/Nordeste		Centro-sul	
	1000 sacos	%	1000 sacos	%
1929/30	7.431	69	3.373	31
1930/31	5.605	68	2.651	32
1931/32	5.650	62	3.507	38
1932/33	5.313	61	3.432	39
1933/34	5.121	56,5	3.938	43,5

Fonte: SZMRECSÁNYI, (1979) (modificado pelo autor)

É interessante ressaltar que uma das medidas postas pelo Estado, que acabou influenciando no início do declínio da produção nordestina, partiu da pressão dos próprios “Usineiros” desta região que, na busca da saída da crise de exportação, reivindicaram ação estatal para controle da oferta do açúcar. Essa busca por maior intervenção estatal nas dinâmicas do setor canavieiro em um contexto em que era gradativo o aumento da influência de São Paulo e do Norte Fluminense no campo de disputas nacionais, promovendo a regulação e criando órgão para isso, acabou por minar as bases de influência que o grupo dominante nordestino

exercia. Destarte, com esta demanda posta, foi promulgado o Decreto nº 20.761¹⁰³ de 1931 que criou a Comissão de Defesa da Comissão Açucareira, que, dentre outras medidas, estabeleceu fontes de financiamento, além de cotas produtivas, buscando a não desvalorização do preço da mercadoria. Castro (1995) aponta que, a partir deste decreto, diversos outros foram promulgados, institucionalizando o regime de economia dirigida na atividade sucroalcooleira, fazendo com que uma série de leis fossem geradas para regular a produção¹⁰⁴.

De toda forma, algumas ações estatais se destacaram nesse período, sendo a principal a criação do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA). Implementado pelo Decreto nº 22.789¹⁰⁵ de 1º de junho de 1933 e operacionalizado pelo Decreto nº 22.981¹⁰⁶ de 25 de julho de 1933, o órgão governamental tinha como objetivo agir em benefício da atividade sucroalcooleira nacional, instituindo mecanismos de auxílio a toda cadeia produtiva, intervindo no plantio, na produção e na distribuição do açúcar e álcool brasileiro. No artigo 4º do referido decreto estão as ações que seriam implementadas pelo IAA, dentre as quais destaca-se: assegurar o equilíbrio interno entre as safras (por intermédio de cotas produtivas regionais); organizar as estatísticas internas do beneficiamento e plantio (buscando assim instituir um preço comum); e incentivar a produção de álcool anidro (trazendo diversificação a cadeia produtiva). O artigo 13º complementa a atuação, expondo que cabe ao instituto, dentre outras ações: auxiliar os sindicatos e cooperativas (agindo na relação entre os diferentes atores envolvidos; garantir os ressarcimentos de prejuízo aos produtores).

Estas ações apontam que, para além de uma simples instituição estatal, o IAA se transformou em uma arena de tensões, com diferentes grupos, em distintas escalas (nacional/regional/local), em constante “confronto” na busca do atendimento de suas demandas. Assim, as ações implementadas variavam de acordo com o jogo de força existente entre os usineiros do Nordeste e do Centro Sul; entre os usineiros das diferentes regiões do Centro Sul (principalmente paulistas e campistas); entre os fornecedores e usineiros; entre usineiros e lavradores, pendendo para um lado ou outro de acordo com as articulações e o contexto político.

¹⁰³<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20761-7-dezembro-1931-519440-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁰⁴ As leis eram tão numerosas, que chegou ao ponto de ser solicitado pelos atuantes no setor, ao fim do I Encontro Nacional de Produtores de Açúcar, ocorrido em Campos, no ano de 1977, a elaboração de uma única legislação que atualizaria e organizaria as ações estatais. O que não foi feito

¹⁰⁵<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22789-1-junho-1933-503228-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁰⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22981.htm

Ao analisar esses pontos de divergência e essa arena de embates, Neves (1997) chama a atenção para um fato que pendeu a favor dos atores ligados à atividade canavieira da região fluminense. Com o Golpe de 1937 do Estado Novo, este grupo ganhou importância na composição da força política e social que estava à frente do governo. A nomeação de Amaral Peixoto como interventor federal do estado do Rio de Janeiro favoreceu aos produtores do Norte Fluminense, por conta da reorganização do cenário político e da ação do interventor que articulou e buscou consenso entre os diferentes atores integrantes do processo produtivo canavieiro, fazendo com que as lideranças municipais, principalmente os fazendeiros e produtores, se associassem a ele. Tal contexto gerou diversos benefícios aos produtores de cana, obtendo assim “(...) uma série de recursos financeiros¹⁰⁷ e políticos fundamentais à implantação de mecanismos de acumulação, mas que também se traduziram em prosperidade generalizada para quase todos os demais produtores” (NEVES, 1997, p. 90).

No decorrer dos anos 1940, aproveitando-se deste cenário favorável à atividade sucroalcooleira, diversas instituições representantes de classes ligadas ao setor canavieiro foram criadas. Nesse contexto, por intermédio do Decreto nº 3.855¹⁰⁸ de 1941, foi criado o Estatuto da Lavoura Canavieira. Este, segundo Shikida e Bacha (1998), representou para a agroindústria canavieira o equivalente a Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT) dos operários urbanos, na medida em que regulou a relação entre fornecedores e donos de usinas. Para Paes (2000), o estatuto também foi importante por ter institucionalizado o fornecedor de cana, dando a ele acesso ao fundo agrícola e aos recursos subvencionados do IAA, fortalecendo e estruturando os sindicatos atrelados a eles (pois seria por seu intermédio que se teria a possibilidade de obtenção de recursos). Todas essas questões possibilitaram uma maior influência da atividade canavieira nos processos e dinâmicas de conformação do Norte Fluminense com o aumento do capital político, na possibilidade de canalização de recurso, no poder de influência de criação de infraestrutura em seu benefício.

Esse aumento de influência no poder decisório nacional foi importante para o grupo canavieiro neste período. Isso principalmente pelo antagonismo que gerou frente à elite canavieira paulista que buscava, no fim da década de 1940, a eliminação da intervenção estatal no setor sucroalcooleiro. Assim, associado à força política nordestina, medidas foram implementadas para frear a tentativa de livre mercado impostas pelos paulistas, que começavam

¹⁰⁷ Como exemplo desses recursos obtidos, Neves (1997) cita os empréstimos com juros subsidiados, possibilitados pelos decretos de números 366/38; 720/39; 74/40; 217/41; 442/42

¹⁰⁸http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Lei/Lei3855.htm

a melhor estruturar e modernizar sua cadeia produtiva (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991). Exemplo da ação bem-sucedida por parte dos agentes ligados a região Norte Fluminense, foram os Decretos nº 4.733¹⁰⁹ e 4.772¹¹⁰ de 1942, nº 9.827¹¹¹ de 1946 e nº 25.174¹¹² de 1948, todos voltados para o aumento da ação estatal na atividade canavieira, visando seu estímulo. Essas ações geraram resultados, o que pode ser visto na quantidade da cana moída entre 1945 e 1949, disposta na tabela 11:

Tabela 11: Moagem de cana no estado do Rio de Janeiro e Brasil entre 1945-1949

Ano das Safras	Rio de Janeiro (Cana - toneladas)	Brasil (Cana - toneladas)
1945/46	3.222.146	25.179.000
1946/47	3.121.106	28.069.000
1947/48	3.412.795	28.990.000
1948/49	3.562.257	30.893.000
1949/50	3.853.929	30.929.000

Fonte: Anuário açucareiro – 1949/50; (modificado pelo autor)

A década de 1950 foi marcada pela expansão e reestruturação da indústria açucareira do Brasil. Esta situação decorre tanto do aumento da demanda do mercado interno, que vivencia um intenso processo de urbanização e industrialização, quanto das modificações na produção, com a inserção de novas tecnologias em várias etapas da cadeia produtiva, assim como modernização dos métodos empregados, aumentando a produtividade do setor.

Neste contexto, diversas transformações ocorrem nas dinâmicas que compõem a cadeia produtiva canavieira. A primeira delas foi a volta do processo de exportação, fazendo com que o país retornasse ao grupo de maiores exportadores de açúcar, posição não atingida havia décadas (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991). Mas uma das principais mudanças na estrutura produtiva açucareira nacional foi a intensificação da derrocada do Nordeste e o maior destaque para a produção do Centro-Sul. Com as novas dinâmicas implementadas, a produção nordestina de açúcar passou a equivaler a 30% do total produzido no Brasil, enquanto o Centro-Sul foi

¹⁰⁹http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEL%204.733-1942?OpenDocument

¹¹⁰<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4772-1-outubro-1942-414881-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹¹¹<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9827-10-setembro-1946-457462-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹¹²<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-25174-a-3-julho-1948-457883-publicacaooriginal-1-pe.html>

responsável por 61% (SZMRECSÁNYI, 1979). Acompanhando de perto este reordenamento e buscando minimizar a concentração industrial nas usinas de São Paulo, os atores integrantes do setor sucroalcooleiro atuantes no Norte Fluminense intensificam suas ações em busca de intervenções estatais em seu benefício. E foram exitosos nessa empreitada, pois conseguiram estímulos para expansão da produção tanto no IAA quanto na esfera estadual, tanto que a colheita da cana na safra 1949/1950 da Planície Goitacá vai de 3.853.929 toneladas para 5.296.069 toneladas na safra 1965/1966 (tabela 12), segundo o Anuário Canavieiro.

Sobre as transformações neste período, Neves (1997) aponta que elas somente foram possíveis graças à intensificação da influência do setor sucroalcooleiro no cotidiano da região, pois o aumento da produtividade, e o conseqüente maior acúmulo de capital, propiciou uma maior participação desses agentes nos projetos do Estado (ocupando secretarias e órgão do governo), na composição do quadro político (com diversos deputados [estaduais e federais], ligados à cadeia do setor e tendo como objetivo defender seus interesses); permitiu a expansão de recursos institucionais que favoreceram a legitimidade dos modos de dominação e controle ideológico sobre pequenos lavradores e trabalhadores de fazenda; ampliou a capacidade de definição de rumos das instâncias estatais e locais; fortaleceu os serviços que eram prestados que traziam benefício ao setor, entre outros pontos. O fato foi que este momento de bonança favoreceu a criação de aparatos e o reforço das infraestruturas de produção ligadas ao setor sucroalcooleiro, aumentando a legitimidade de suas ações e a centralidade de suas demandas na conformação das dinâmicas regionais do Norte Fluminense, colocando o município de Campos em evidência.

A década de 1960 foi paradoxal para a atividade canavieira na região. Isso porque ao mesmo tempo em que houve um aumento considerável (se comparado à década anterior) da produção e da área de plantio Norte Fluminense, houve também a introdução de novas dinâmicas regionais que, tempos mais tarde, auxiliou sua derrocada. Na segunda metade de 1960, como apontam dados do Relatório do Departamento Técnico da Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar (Coperflu), exposto na Revista Safra de 1982, a quantidade média de cana colhida nos últimos 5 anos dos anos 1960 foi de 4.652.339 toneladas, enquanto na segunda metade da década anterior a média foi de 2.854.446 toneladas de cana colhida. A tabela 12 mostra a evolução do quantitativo de cana colhida (em toneladas) e a quantidade de açúcar produzido (em sacos de 50 kg) entre as safras de 1965 e 1970, no Norte Fluminense.

Tabela 12: Quantitativo de cana colhida (em toneladas) e quantidade de açúcar produzido (em sacos de 50 kg) entre as safras de 1965-1970 no Norte Fluminense

Ano das Safras	Cana (t)	Total – Brasil	Açúcar (sacos de 50 kg)	Total – Brasil
1965/66	5.296.069	75.853.000	9.568.814	75.982.000
1966/67	4.536.155	75.788.000	8.783.106	68.599.000
1967/68	4.986.998	77.087.000	9.837.824	70.261.000
1968/69	3.964.465	76.610.000	7.624.968	68.530.000
1969/70	4.478.009	75.247.000	9.278.586	72.216.000

Fonte: Relatório do Departamento Técnico da Coperflu - Revista da Safra (1982); Anuário do Açúcar (modificado pelo autor);

Esse aumento da produção regional ocorre em um período de expansão da atividade produtiva canavieira nacional. Isso ocorre em função da Revolução Cubana, fazendo com que os Estados Unidos percam sua principal zona de obtenção do produto e tornando-se um mercado atrativo para o Brasil. Neste contexto, diversas medidas foram tomadas pelo IAA para incentivar a produção e exportação dos produtos derivados da cana. Entretanto, esse aumento não se deu de maneira direta, pois a produção do açúcar do Norte Fluminense, neste período, era voltada principalmente para o mercado interno, com as exportações ficando a cargo de São Paulo. Assim, como houve um aumento da exportação, abriu-se a possibilidade de maior dinamismo do fornecimento interno.

Contudo, este crescimento influenciado pela conjuntura externa e pela ação direta do IAA planta as bases para a consolidação da hegemonia da produção paulista no cenário nacional. Neste contexto, o sistema de cotas imposto pelo IAA foi modificado, por intermédio do Decreto nº 4.870¹¹³ de 1965, possibilitando uma maior produção de São Paulo, que tinha como foco a exportação. Todavia, a regulamentação não abriu a possibilidade para o aumento da cota interna, restringindo o aumento de ganho do Norte Fluminense, gerando um desequilíbrio da concorrência regional produtiva. Era um indício do início da perda de poder e de mobilização política por parte da classe dominante canavieira regional.

Paralelamente a essa situação, e influenciados pelo discurso do nacional-desenvolvimentismo que proliferava na década de 1960, aumenta-se a pressão sobre a modernização da atividade canavieira. Neste contexto, intensificou-se a necessidade da otimização das dinâmicas produtivas regionais, em função da concorrência com o mercado paulista, mas também por conta de critérios estabelecidos pelo governo federal para auxiliar o

¹¹³<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4870-1-dezembro-1965-368377-norma-pl.html>

setor. Assim, requeria-se a modernização das dinâmicas regionais, com a atração de atividades industriais, associadas à diversificação da produção agrícola.

Como resultado deste contexto, outros órgãos, que não aqueles ligados ao açúcar e voltados para o desenvolvimento de outras áreas, passaram a atuar com maior intensidade na região. É o caso da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (Fundenor) e da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin) que possibilitam uma maior ação dos agentes políticos dos outros municípios que compõem o Norte Fluminense. Entretanto, e até mesmo como resposta a essa situação, como resposta a essa mobilização de diferentes forças, o grupo dominante canavieiro empreende ações a fim de manter suas relações de domínio sobre as relações regionais. Assim, requer investimentos junto ao Governo Federal e Estadual para expandir as terras cultivadas e a produção.

Essas ações buscando o fortalecimento dessa relação de dominação passam a agir em outras instâncias que não só na produção canavieira. Cruz (2003) aponta que a elite local empreendeu esforços para se apropriar do discurso de diversificação das atividades regionais, ressignificando-o e controlando-o, implementando as ações requeridas de maneira com que suas demandas não fossem afetadas, ou até mesmo de modo que as intervenções se transformassem em seu benefício próprio em momento posterior. Assim, por exemplo, estruturam a região com diversas instituições de formação e qualificação profissional¹¹⁴, todas com sedes em Campos, mas tendo o Norte Fluminense inserido em seus nomes (Ex: Fundação do Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional), favorecendo assim a instituição do moderno, mas sem perder o seu controle (CRUZ, 2003).

Tais ações visando a minimização das tensões existentes no cenário regional só puderam ser implementadas graças à articulação estruturada entre agentes do setor sucroalcooleiro, imprensa local, políticos locais e regionais, governos municipal, estadual e federal, que “fecharam” a região (OLIVEIRA, 1981) e, baseando-se em uma pretensa coesão regional, legitimaram suas ações. Assim, o que se tinha era uma elite regional que, autorizada a falar em nome da região devido à dominação estruturada, criou pactos, renegociou posições, reivindicou regalias, tendo como argumento as dinâmicas que influenciaram sua condição periférica, mas o que buscavam, na prática, eram elementos que possibilitassem a reprodução das condições de dominação (OLIVEIRA, 1981). Era a “identidade regional canavieira” sendo mobilizada

¹¹⁴ Dentre essas se destaca o SENAI, o SENAC, o SENAR, o Colégio agrícola estadual (a Escola Técnica Agrícola Antônio Sarlo) e a transformação da Escola de Artífices em Escola Técnica Federal.

novamente para atender o interesse do grupo dominante, tomando ações práticas na busca do maior controle interno, mas também se articulando contra o “inimigo externo” (principalmente os paulistas que ameaçavam a produção regional). Assim, novamente, a ancestralidade produtiva, a vocação regional, a “invenção da região”, é feita com o intuito de atender a demanda do grupo dominante canavieiro. Na busca de maior benefício, uma formação discursiva homogeneizadora é propagada, ressaltando a necessidade de se fechar internamente contra as questões de fora.

E, de fato, o “fim” não veio neste momento, muito em função dessas articulações e da sobrevida oriunda da crise do petróleo mundial. Desde os anos 1950, o país iniciou um processo de substituição da sua malha ferroviária, cedendo espaço ao modal rodoviário, incentivando a produção em larga escala de veículos automotores movidos a gasolina, que era obtida por importação. Com a crise do petróleo na década de 1970, o Brasil se viu obrigado, se quisesse continuar a política de desenvolvimento, a buscar alternativas à dependência do combustível importado. Eis que o governo injeta recursos e implementa uma série de medidas para a consolidação da utilização do álcool como combustível. Dentre as quais, por intermédio do Decreto nº 76.593 de 1975¹¹⁵, institui o Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Esta, já em seu primeiro artigo deixa claro seu objetivo que é de atender à necessidade interna e externa do setor e da política de combustíveis automotivos.

Mas sua implementação não pode ser naturalizada. Deve ser vista como uma escolha, dentre alternativas possíveis, fruto de articulação de grupos que buscavam a satisfação do seu interesse e demandas. Assim, a opção pelo Proálcool e a caracterização que lhe foi posta derivou de uma série de articulações dos agentes atuantes na indústria canavieira que legitimou esta como a saída mais viável para a crise pela qual o país passara. Estes, mostrando a força que possuíam, conseguiram unir o útil ao agradável, colocando-se como uma solução viável aos problemas energéticos que de fato assolavam o país, ao mesmo tempo em que solucionavam a superprodução que começara a atingir os produtores nacionais (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991).

Mas não foi a única forma pela qual demonstraram a permanência de sua influência neste período. Entre a década de 1960 e 1970 diversas foram as medidas tomadas pelo governo federal para dar base ao funcionamento e auxiliar a modernização e expansão da indústria

¹¹⁵<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76593-14-novembro-1975-425253-publicacaooriginal-1-pe.html>

canavieira. Dentre estas destacam-se a criação do Fundo Especial de Exportação (FEE), pelo já citado Decreto 4.870 de 1965; o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (entre 1963 e 1964); e o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planassucar), que afetou diretamente o Norte Fluminense com a instalação da primeira unidade do programa (CRUZ, 2003).

Neste mesmo contexto, no início da década de 1970 foi feita uma série de estudos que buscavam maior desenvolvimento do Norte Fluminense, tendo como plano discursivo a questão da diversificação das atividades produtivas. Este, denominado Diagnóstico do Norte Fluminense, deu vida ao chamado Projeto Norte Fluminense. Contudo, mesmo tendo como finalidade a modernização das atividades produtivas existentes na região, a elite sucroalcooleira se apropriou deste estudo e por seu intermédio colocou em evidência suas necessidades, atraindo recursos e condições para a modernização da cadeia produtiva. A influência da elite canavieira neste momento fez com que o Projeto Norte Fluminense se transformasse no Programa Especial de Desenvolvimento do Norte Fluminense (PRODENOR), em 1974 (CRUZ, 2003).

De toda forma, com as ações implementadas a elite canavieira demonstrou sua predominância. Com o Proálcool, o Estado voltou suas atenções à atividade canavieira, estimulando seu crescimento, agindo em seu benefício por intermédio de empréstimos, subvenções, auxílio no processo de mecanização, criação de infraestrutura diretamente relacionada a sua demanda etc. O discurso por detrás dessas ações era aumentar a produtividade da atividade canavieira por intermédio da modernização das dinâmicas e esta viria atrelada a maior integração entre indústria e agricultura. Para tanto, o programa passou a estimular o processo de fusão, incorporação e realocização, já instituído em 1971, por intermédio do Decreto nº 1186¹¹⁶, que geraria unidades produtivas mais modernas e, de quebra, eliminaria as indústrias mais improdutivas. E isso foi efetivo, pois em 1964 havia 28 usinas, em 1972 o quantitativo era 24 e em 1975 passou a funcionar 17 usinas (NEVES, 1997). Dentre os novos proprietários notam-se alguns oriundos de outras regiões, que assumem unidades produtivas locais, destacando-se daqueles que atuavam no Nordeste, a exemplo do Grupo J. Pessoa (adquiriu a Usina Santa Cruz e Sapucaia) e do Grupo Othon (assumiu o controle da Usina Barcelos e Cupim). Os novos grupos procuraram estabelecer alianças locais de modo a ampliar aquelas oligarquias existentes no mundo canavieiro, com novos grupos dotados de certa

¹¹⁶http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De1186.htm

influência política. Mas, ao mesmo tempo, implementaram uma forma de administração baseadas em modelos “modernos” de gestão, pois eram grandes corporações que, inclusive, possuíam investimento em outros ramos da economia.

Assim, entre 1972 e 1985, ao mesmo tempo em que diversas usinas são fechadas, a atividade canavieira fluminense tem um aumento médio de produção de 32%, se comparado ao período anterior (NEVES, 1997). Contudo, isso não significa que as coisas estejam indo bem. Mesmo com a capacidade produtiva do parque industrial regional alcançando níveis exorbitantes, graças ao maquinário novo e aos processos ligados à produção, o setor entrou em crise. Isso ocorreu, dentre outros motivos, pela não ampliação da produtividade das lavouras. As relações da “modernização conservadora” constituídas no início do século deixaram resquícios para a produtividade do final do século XX. No processo de manutenção de relações tradicionais no campo (mantendo as grandes propriedades latifundiárias, pois era da terra que se tinha o poder, em situação de renda elevada e baixa remuneração) concomitante construção de avançadas unidades produtivas, a capacidade agrícola do Norte Fluminense não conseguia concorrer com São Paulo. Os complexos agroindustriais constituídos em território paulista foram tomando conta do mercado nacional, com produtos de maior qualidade, advindo de canaviais mais produtivos. A tabela 13 abaixo demonstra essa situação.

Tabela 13: A produção de cana e açúcar no Norte Fluminense, São Paulo e Brasil entre 1973 e 1993

Safrá	Norte Fluminense				São Paulo				Brasil	
	Cana (t)	Brasil	Açúcar*	Brasil	Cana (t)	Brasil	Açúcar*	Brasil	Cana (t)	Açúcar*
1973/74	5.652.335	5,91%	610	9,13%	39.472.166	41,28%	ND	ND	95.623.685	6.683
1974/75	7.304.670	7,98%	512	7,62%	35.600.000	38,90%	ND	ND	91.524.559	6.721
1975/76	6.428.110	6,23%	649	11,02%	45.906.112	44,49%	ND	ND	103.173.449	5.888
1976/77	9.044.398	7,53%	464	6,44%	51.782.000	43,12%	ND	ND	120.081.700	7.208
1977/78	8.755.956	6,78%	706	8,50%	58.286.000	45,13%	ND	ND	129.144.950	8.307
1978/79	9.383.380	6,76%	682	9,29%	63.570.000	45,77%	ND	ND	138.895.318	7.342
1979/80	9.526.699	6,41%	607	9,13%	73.041.362	49,14%	ND	ND	148.650.563	6.646
1980/81	9.466.720	6,07%	433	5,25%	73.578.124	47,19%	3.968	48,07%	155.924.109	8.254
1981/82	10.784.380	5,78%	473	5,96%	92.228.391	49,41%	3.915	49,34%	186.646.607	7.935

1982/83	10.004.951	4,63%	437	4,81%	115.000.000	53,23%	4.342	47,79%	216.036.958	9.086
1984/85	9.561.157	4,30%	433	4,91%	117.209.246	52,72%	4.106	46,56%	222.317.847	8.818
1985/86	10.946.510	4,43%	434	5,40%	125.872.013	50,92%	3.607	44,90%	247.199.474	8.033
1986/87	10.356.107	4,33%	446	5,47%	116.280.842	48,62%	3.617	44,34%	239.178.319	8.157
1987/88	8.922.430	3,32%	408	4,98%	130.421.930	48,53%	3.838	46,89%	268.741.069	8.185
1988/89	11.358.011	4,40%	458	5,68%	135.399.355	52,40%	4.001	49,58%	258.412.865	8.070
1989/90	9.914.518	3,92%	400	5,54%	126.024.835	49,88%	3.032	42,03%	252.642.623	7.214
1990/91	5.574.696	2,12%	281	3,82%	137.835.000	52,47%	3.471	47,13%	262.674.150	7.365
1991/92	8.144.996	3,12%	416	4,88%	137.281.000	52,62%	4.510	52,87%	260.887.893	8.530
1992/93	7.072.537	2,61%	316	3,41%	136.592.000	50,31%	4.938	53,30%	271.474.875	9.264
2019	2.457.158	0,33%	4	0,01%	425.617.093	56,53%	18.515	62,54%	752.895.389	29.606

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal); UNICADATA; Anuário Açucareiro IAA; Elaboração: Próprio autor

* Açúcar em mil toneladas

E essa situação de domínio da produção sucroalcooleira paulista a partir da década de 1970 até os dias atuais é ainda mais significativa ao se ressaltar que até 1946 o Rio de Janeiro (de maneira quase que exclusiva, o Norte Fluminense) e São Paulo disputavam a terceira colocação de “estado canavieiro”, atrás de Pernambuco e Sergipe (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991). Na segunda metade do século XX, com ações de modernização das diversas etapas do processo produtivo, associadas à estruturação do seu território, com constituição de diversos fixos de escoamento (em especial as linhas férreas ligadas ao café), somadas à interrupção da navegação de cabotagem do Nordeste para o Centro-Sul, a indústria canavieira paulista ganhou notoriedade na produção nacional, tornando-se o principal polo açucareiro do país.

De maneira inversa, como mostra a tabela 13, se apresenta o Norte Fluminense. Os investimentos feitos não geraram aumento significativo do quantitativo de cana, o que afetou toda a produção. Como exemplo, a safra de 1973/74 colheu cerca de 5 mil toneladas de cana, a de 1980/81 – 9 mil toneladas de cana, em contrapartida, São Paulo sai de uma produção total de 39 mil toneladas e alcança a marca, em 1980/81 de 73 mil toneladas de cana colhida. Ao mesmo tempo, a quantidade de açúcar produzido em São Paulo aumentava com o passar dos anos, enquanto no Norte Fluminense configurou-se uma estabilização da produção, com tendência de forte queda a partir de 1980. Tal configuração pode indicar uma situação que se

constituiu desde o início do século XX: a relativa modernização da atividade canavieira na região. Em território paulista o avançar do meio técnico transformou as diversas etapas produtivas da produção açucareira, com ações que foram desde o início da produção (com investimentos em insumos agrícolas; estudos acerca do tipo de cana que melhor se adapta às condições locais; beneficiamento das sementes etc.), passando pelo beneficiamento (com modernização das estruturas produtivas), até as formas de escoamento da mercadoria. Já no Norte Fluminense a modernização ficou concentrada nas unidades produtivas. As relações tradicionais ainda permaneciam nas questões ligadas à terra, pois era por ela que a dominação era estabelecida. O meio técnico avançou de maneira incompleta pela atividade canavieira regional, não fazendo a transição para o meio técnico-científico-informacional.

Com todo esse contexto, as unidades produtivas do Norte Fluminense que tinham um maior grau de inserção no meio técnico, tinham capacidade produtiva, mas não tinham material para beneficiar. Assim, pode-se dizer que o processo de modernização e reestruturação do padrão produtivo das usinas sucroalcooleiras da região ocorreu desacompanhado de um aumento e transformação da capacidade de produção, cultivo e qualidade da matéria-prima essencial, na mesma proporção: a cana-de-açúcar (NEVES, 1997). Pereira Pinto (1995) exemplifica essa situação ao relatar que, na década de 1980, seu pai precisava trazer cana de locais distantes, inclusive do Espírito Santo, para poder fazer suas unidades produtivas funcionarem (Usina Santa Maria e Santa Izabel), o que encarecia a produção. O resultado é que em um determinado momento, havia uma intensa capacidade de beneficiamento da cana-de-açúcar, mas a quantidade plantada era insuficiente para a geração de um montante de açúcar necessário para tornar o processo sustentável, economicamente falando. Por conta dessa situação, entre os anos 1970 e os anos 2000, ocorreu um processo de falência de diversas unidades produtivas, conforme explicita a tabela 14.

Tabela 14: Unidades produtivas açucareiras em funcionamento no Norte Fluminense (1970-2020)

Unidade	Município	1970-1980	1981 – 1990	1991 - 2000	2001 - 2010	2010-2020
Mineiros	Campos dos Goytacazes	X				
Poço Gordo	Campos dos Goytacazes	X				
Santo Antônio	Campos dos Goytacazes	X				
Novo Horizonte	Campos dos Goytacazes	X				

Santa Maria	Bom Jesus do Itabapoana	X	X			
Outeiro	Cardoso Moreira	X	X			
Queimado	Campos dos Goytacazes	X	X			
Santo Amaro	Campos dos Goytacazes	X	X			
Victor Sence	Conceição de Macabu	X	X			
Cambaíba	Campos dos Goytacazes	X	X			
São João	Campos dos Goytacazes	X	X			
Carapebus	Carapebus	X	X	X		
Quissamã	Quissamã	X	X	X		
Cupim	Campos dos Goytacazes	X	X	X		
Barcelos	São João da Barra	X	X	X	X	
Paraíso	Campos dos Goytacazes	X	X	X	X	
Pureza	São Fidélis	X	X	X	X	
Santa Cruz	Campos dos Goytacazes	X	X	X	X	
Coagro	Campos dos Goytacazes	X	X	X	X	X
Sapucaia	Campos dos Goytacazes	X	X	X		X*
Canabrava	Campos dos Goytacazes				X**	
Quantidade em funcionamento		20	16	9	7	1

Fonte: Diversas; **Elaboração:** Próprio autor

(*) Em 2014 a Usina Sapucaia reabriu (havia fechado em 2010), após aquisição da Coagro.

(**): Em 2009 foi inaugurada a Usina Canabrava, com atuação e investimento do Estado e fundos financeiros. Contudo, em 2018 decretou falência.

Com o avançar do meio técnico-científico-informacional e a imposição das novas lógicas de acumulação no Norte Fluminense, as dinâmicas regionais vão sendo realinhadas. Nesse contexto, como aponta Brandão (1996), na busca da manutenção de suas bases de dominação, grupos de poder intensificam suas ações, propagando particularismos e mobilizando seus discursos, reforçando “identidades”, tentando instrumentalizar as transformações em seu benefício, mas sempre atribuindo essa demanda ao interesse de todos. Para este fim, a coesão é mais uma vez simbolicamente mobilizada, com a elite local ressaltando a “identidade regional” “(...) em prol dos interesses legítimos da região. Os donos do poder local instrumentalizam-se contra os valores universais e reacendem toda sorte de particularismos” (BRANDÃO, 1996, p. 23).

Mediante essa situação, algumas tentativas foram postas em prática para tentar salvar o setor. Ainda na década de 1980, repetiu-se a estratégia da mobilização da “identidade regional” como forma de conseguir recursos para manutenção da produção. Assim, foi propagado o discurso de que era uma necessidade da região intervenções em prol dessa atividade. E, da mesma maneira que foi feito na virada do século XIX e início do XX, utiliza-se de jornal de circulação regional para legitimar o discurso de que o interesse da elite canavieira era o interesse de toda região. Dessa vez, o grupo dominante local funda um novo jornal, chamado Folha da Manhã. Este foi utilizado como meio de propagação do ideário e dos interesses do setor sucroalcooleiro, transformando a demanda interna em necessidade regional, necessária a perpetuação de seu domínio.

Esse processo de construção de um ideário mobilizador e legitimador, ligado à estruturação de um objeto técnico e a sua viabilidade de materialização no espaço, Santos (2006) denomina de psicofera. Segundo o autor, o meio geográfico atual, constituído por objetos técnicos e científicos (que ele chama de tecnosfera) influencia a significação que diferentes pessoas dão a determinados objetos, condicionando novos comportamentos humanos, instituindo necessidade no que tange a utilização de determinados recursos. Nessa dinâmica, o espaço é produzido, ao mesmo tempo em que é criado, no sentido de significado por relações e nessa ação, onde a “(...) tecnosfera e psicofera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contrarracionalidade, no próprio conteúdo do território” (SANTOS, 2006, p. 172). Assim, como aponta Cruz (2003), a mobilização da psicofera em torno da questão açucareira nesse período serviu como tentativa de revitalização da legitimidade da região do açúcar diante das transformações, da inserção de novos agentes e das novas fontes de recursos que surgiam.

Mas isso só consegue prorrogar o declínio, não altera a situação que só piora no transcorrer da década de 1980. E isso gera transformações nas dinâmicas regionais. Em 1987 o Noroeste Fluminense torna-se reconhecido pelo IBGE como uma região autônoma, dissociada do Norte Fluminense. Em 1989 Campos perde parte do seu território com a emancipação de Cardoso Moreira. Mas, para além dessas questões de territorialidade, os atores da atividade canavieira começam a dividir a atenção com diversos agentes, pulverizados na porção norte do estado do Rio de Janeiro, que intensificam a implementação de sua pauta reivindicatória. Assim, não só a atividade canavieira que mobiliza ações na estruturação do espaço. Para piorar esse quadro, a constituição de 1988 concede mais poderes às municipalidades, que se tornam agentes

na busca de captação de receita, dentre as quais, os *royalties* (que ganham protagonismo com o crescimento da atividade petrolífera na região).

Já não bastasse a dificuldade em concorrer com a produção paulista e a indústria do petróleo que se consolidava, outro fator intensifica o declínio: a mudança sócio-política do país. O Brasil passa por uma grave crise financeira e, ao mesmo tempo, inicia um processo de redemocratização. Isso faz com que algumas articulações políticas que davam base às dinâmicas anteriores deixem de atuar com a mesma intensidade. Dessa forma, agentes ligados à indústria canavieira perdem sua capacidade de articular decisões a seu favor, em âmbito nacional (o que já estava afetado por conta da crise econômica que o país passara). Tanto que neste período houve uma redução significativa dos investimentos públicos feitos no programa que sustentava a atividade canavieira. Para além desta questão, o país preconiza a exploração/produção petrolífera e a importação de combustível, diminuindo ainda mais a demanda pela indústria sucroalcooleira.

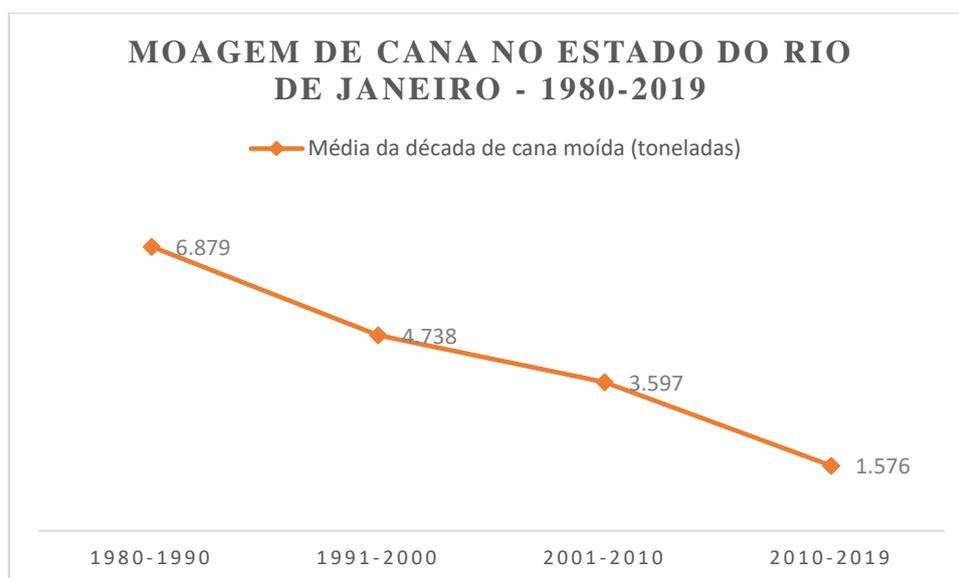
Na década de 1990, a crise da atividade canavieira na região se intensifica. Assim, a imagem negativa atrelada à atividade sucroalcooleira, relacionada ao “atraso” (por conta de todas as relações que se mantiveram com a “modernização conservadora”) e a decadência se fortalece e consolida neste período. Com isso, a “identidade regional canavieira” enfrenta problemas que não conseguia resolver, pois perdera a capacidade de mobilização de outrora e, assim o poder de legitimar ações em seu benefício. Indo além, o controle das tensões e a busca de algo comum já não tinha mais vazão nesse discurso. Não bastasse a diminuição de recurso para o auxílio do processo produtivo do setor, foram postas em prática políticas neoliberais que buscavam a redução da ação estatal no que tange os processos produtivos. Com isso, por intermédio do Decreto nº 8.029 de 1990¹¹⁷, o IAA foi extinto, afirmando a desregulamentação do setor. Com ele, órgãos de classes, associações, sindicatos, cooperativas se desarticulam. Isso intensificou o processo de falência nesta década.

Mediante esse contexto, o que se viu no Norte Fluminense foi uma diminuição intensa na produção. Mesmo em um cenário de aumento da produtividade na produção nacional, fruto das inovações tecnológicas ligada ao meio-técnico-científico-informacional que adentrou no campo (que não viu no campo do Norte Fluminense bases para sua constituição, e sim em outras atividades que começam a se desenvolver no mesmo contexto), a região não consegue reestruturar sua cadeia produtiva, diminuindo drasticamente suas ações. O gráfico 2 a seguir

¹¹⁷http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8029cons.htm

explicita essa questão ao abordar a quantidade média /por década de cana moída pelas unidades produtivas do estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1980 e 2019.

Gráfico 2: Moagem média de Cana-de-açúcar no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1980 e 2019)



Fonte: unicadata.com.br (elaboração: próprio autor)

Todo esse quadro exposto explicita as mudanças das dinâmicas que conformam e caracterizam a região (no sentido conceitual, não só classificatório) Norte Fluminense. O grupo dominante canavieiro, detentor das ações que influenciam sua delimitação e legitimavam os processos de configuração entra em decadência e perde sua capacidade de controle/coesão, cedendo espaço de ação para outras atividades. Com essa situação, atrelar-se a essas dinâmicas deixa de ser algo requerido para ser algo a ser expurgado. Ou seja, a “identidade regional” ligada à atividade canavieira que mobilizava recursos, auxiliava no poder de decisão, compunha o jogo político, entre outras questões, entra em decadência e passa a ser associada ao retrógrado, ao arcaico, a tudo aquilo que se quer “esquecer” (o que é impossível, dada sua ligação intensa com a conformação da região). De toda maneira, a formação discursiva canavieira não encontra bases de perpetuação.

Esta situação gerou um movimento intenso por parte do outro lado da tensão, melhor dizendo, deu voz aos grupos que até então eram abafados. Com isso, novas demandas começaram a ser postas como “necessidades regionais”, e um processo de diversificação de atividades ganhou força. Algumas eram, inclusive, associadas, de maneira direta ou indireta à

produção sucroalcooleira. Todavia, pelo contexto, ganhava notoriedade aquela que se dissociava da atividade canavieira. E assim, um processo de intenso cisão com o passado açucareiro foi instaurado, buscando o corte de qualquer laço com o setor, relacionando qualquer referência a esta atividade como algo do passado, abrindo espaço para o “novo”.

E esse novo contexto fica explícito nas questões políticas do final da década de 1980. Neste período, atores dissociados da relação canavieira (e até mesmo com discurso direto contra esse grupo dominante) conseguem alcançar cargos eletivos, inserir pautas e se fazerem presentes nos debates políticos local, regional, estadual e nacional. É o caso de Anthony Garotinho, filiado ao PT, radialista (com apresentação diária em rádio regional), que produzia em seu programa falas com críticas intensas aos “Usineiros”, afirmando que estes eram responsáveis pelo atraso do Norte Fluminense em relação as outras regiões modernas do país.

Nesse contexto, nas eleições municipais de 1982, apoiado no discurso contrário a dominação sucroalcooleira, Garotinho lança sua candidatura a vereador. Contudo, mesmo tendo votação significativa, não obtém sucesso no pleito, pois o partido não alcança o coeficiente de votos necessários para assegurar uma vaga¹¹⁸. De toda maneira, gradativamente, a voz contrária a elite canavieira começara a ecoar. Tanto que em 1986, após se filiar ao PDT a convite de Leonel Brizola que acabara de se eleger governador e buscava fortalecer suas bases no interior, Garotinho se elegeu deputado estadual com expressiva votação regional (RODRIGUES, 2016).

Para além de conseguir vaga na Assembleia Estadual, Garotinho passa a representar um movimento de mudança política na região, que agrega outros partidos e abre espaço para novas lideranças. Por esta união surge a “Frente Campos” que, nas eleições municipais de 1988 passa a ser denominada “Muda Campos”. Compõem esse movimento diversos partidos políticos (dentre eles, o Partido Comunista Brasileiro), sindicatos, profissionais liberais, lideranças da área cultural, movimentos sociais de esquerda, setores da classe média e até grupos ligados a atividade rural que estavam descontentes com a dominação do grupo canavieiro (FRANCO, 2006). Contudo, a diferença feita por Garotinho foi que seu discurso conseguiu agregar a população mais pobre, desempregados ou subempregados que se multiplicavam com a decadência do setor sucroalcooleiro e que buscavam melhores perspectivas.

¹¹⁸ Segundo Pantoja e Pessanha (2005), a eleição legislativa de 1982 foi marcada pela predominância dos político do PMDB (que asseguraram 11 vagas) e do PDS (com 8 cadeiras). PTB e PDT elegeram um vereador cada. Apesar de obter 1.405 votos, Anthony Garotinho não alcançar 3000 votos necessários para conseguir entrar na câmara.

Assim, a partir dessa movimentação, o “Muda Campos” concorreu ao pleito municipal de 1988 tendo Anthony Garotinho com candidato a prefeito, propagando o seguinte slogan: “Um Governo Popular, Moderno e Democrático”. Os outros concorrentes que participavam da eleição tinham ligação direta com o grupo dominante canavieiro, sendo os principais: Jorge Renato Pereira Pinto, “Usineiro” tradicional, ligado às unidades produtivas de Santa Maria e Santa Isabel, localizadas próximas à divisa com o Espírito Santo (recebeu, inclusive, apoio do prefeito vigente, Zezé Barbosa); Rockefeller de Lima, tradicional político campista que estava vinculado à União Democrática Ruralista (UDR); Amaro Gimenes, diretor administrativo da Usina Paraíso. Com todo esse quadro de mudança e a popularidade de Garotinho em alta, o movimento “Muda Campos” obtém êxito e o ano de 1988 passa a ser um marco da ruptura da política oligárquica na medida em que um representante fora da elite canavieira conseguiu a vaga do executivo municipal. Entretanto, há de se levar em consideração que a vitória de Garotinho se dá em contexto de não existência de segundo turno e divisão interna do grupo político sucroalcooleiro. Nesse processo Garotinho se elege prefeito com quase 63 mil votos, com Rockefeller de Lima (PFL) em segundo com aproximadamente 52 mil votos e Jorge Renato Pereira Pinto (PMDB) em terceiro com 22 mil votos (PANTOJA e PESSANHA, 2005). Estes dois últimos candidatos estava diretamente ligados aos usineiros e a união em um eventual segundo turno poderia dar a vitória a esse grupo.

Mesmo com essa questão, o fato é que o discurso contrário ao grupo canavieiro vence o pleito e consegue o domínio do executivo municipal. Têm-se então a possibilidade de consolidação da “ruptura”, no que tange a questão política, entre a cana e os novos caminhos possibilitados pela modernização da região. No primeiro momento essa transformação até se manifesta, com Garotinho renovando os quadros dos secretários municipais com políticos integrados ao “Muda Campos”. Entretanto, com o passar do anos, a continuidade da ação da elite canavieira vai se fixando, com demandas sendo postas e defendidas pela prefeitura, tornando o pleito desse grupo como se fosse uma necessidade regional. Exemplo dessa questão foi o movimento “Grito do Interior”, no ano de 1991, liderado por Garotinho, mas com forte apoio das elites sucroalcooleira, no qual, aproveitando-se de um contexto de turbulência política da capital com fusão com o Estado da Guanabara e apoiando-se no discurso regionalista de resgate dos valores da economia tradicional, implementava demandas do interior na política estadual.

Na ação desse movimento, Garotinho articulava as lideranças municipais da região e organizava manifestações no centro de Rio de Janeiro, buscando maior visibilidade para o

interior fluminense. Relatos do período apontam que o “Grito do Interior” realizou manifestações intensa na Avenida Rio Branco, lotando o centro da capital com as demandas dos municípios do Norte e recém-criado Noroeste Fluminense. Para além das singularidades do movimento que representam uma ação regionalista, dois pontos devem ser ressaltados, que coadunam com dois pontos basilares da tese: a primeira diz respeito a continuidade das questões regionais, mesmo após a cisão política empreendida em Campos. De certo que essa movimentação, também auxiliou no processo de cisão e surgimento de outras bases, como a vinda da Universidade Estadual do Norte Fluminense para a Planície Goitacá¹¹⁹. Entretanto, mesmo assim se viu as demandas do grupo canavieiros se fazendo presentes nos processos políticos. A segunda tem relação com a centralidade de Campos no processo e nas articulações regionais, implementando demandas locais como se fosse do interesse da região. Novamente, a região sendo produtora de dinâmicas sócio-espaciais que caracterizam o regional.

Mesmo com essa continuidade explicitada, uma cisão foi configurada na medida em que após 1988, até os dias de hoje, todos os candidatos apoiados por Garotinho venceram as eleições municipais em Campos dos Goytacazes. A única exceção a essa regra aconteceu no pleito de 2016, quando Rafael Diniz, neto de Zezé Barbosa (antigo prefeito vinculado à elite sucroalcooleira), com um discurso baseado na necessidade de mudança situação política (que agora era o domínio da ação política de Garotinho no município) saiu vencedor e afirmou que promoveria a “modernização” de Campos, resgatando a “vocação” do município para a atividade canavieira. Contudo, esse prefeito não conseguiu ser efetivo em suas ações, alcançou altos níveis de rejeição e, na eleição de 2020, foi derrotado pela candidatura do filho de Garotinho, Wladimir Garotinho. De singularidade dessa eleição mostrando ponto de continuidade entre a ação política de Garotinho e a elite canavieira destaca-se que o herdeiro político do Garotinho concorreu tendo como vice-prefeito Frederico Paes, engenheiro agrônomo, com ligação direta com a produção canavieira, exercendo, cargo de gestão em uma das unidades produtivas do município - a Coagro. Além disso, enquanto deputado estadual, Wladimir buscou nos últimos anos implementar projeto de lei que mudava classificação de Campos para região de clima semi-árido, para assim conseguir incentivos e subsídios e incentivar a produção sucroalcooleira regional.

¹¹⁹ Ricardo Vasconcelos chama atenção para as articulações políticas que ligam o “Grito do Interior” com a vinda da UENF para Campos em seu blog. Para maiores informações acessar: <http://ricandrevasconcelos.blogspot.com/2017/04/uenf-hora-de-um-novo-grito.html>

Com a evolução que constatamos do quadro político-econômico, cabe ressaltar que as cisões, mesmo que intensas, nunca são completas. Não se termina um “ciclo” sem vestígios ou influência do anterior. O antecessor não deixa de existir. As permanências estão em todas as partes, coexistindo com as rupturas. Em se tratando da atividade sucroalcooleira, isso é mais intenso ainda. Não se apaga séculos de ações, de conformações e configurações, em décadas. A região Norte Fluminense, a região açucareira, foi estruturada a partir de dinâmicas que foram se transformando, se adaptando, se readaptando, se adequando aos novos contextos, e por isso, se tornaram dominantes. Mas, mesmo se os grupos ligados ao setor deixaram de ser predominantes e as atividades econômicas canavieiras terem sido praticamente reduzidas à zero, disto não se conclui que foram abolidos do território e da vida política regional. Eles permanecem.

E as permanências estão explicitadas de diversas maneiras, nos fluxos e fixos (SANTOS, 2006) que caracterizam e compõem as dinâmicas atuais da região; nas formas, funções, estruturas e processos (SANTOS, 1985) que compõem as urbanidades regionais; nas questões simbólicas que integram as diferentes “di-visões” (BOURDIEU, 1989) que a delimitam a partir da relação com o outro; no jogo de poder e interesse de classes que a mantém (OLIVEIRA, 1981). Ou seja, as materialidades e imaterialidades que influenciam e conformam a região não podem ser vistas dissociadas das questões que a estruturaram. Ao afirmar isso, não se tem o interesse de levantar uma bandeira regionalista na defesa do grupo canavieiro. Não, se busca aqui dizer que o açúcar compõe a “identidade regional” do Norte Fluminense e, como tal, deve ser reavivado. Ela foi sim, mobilizada em diversos momentos por parte de um grupo específico como estratégia de manutenção de força e perpetuação de domínio. Com isso, ao se pôr em evidência essas questões não necessariamente significam romantizar a atividade, e sim, tem-se em mente que qualquer análise das questões regionais deve ser feita tendo esses pontos como referência, não como algo que não existe mais, e sim como algo que ainda se faz presente de maneira implícita e explícita.

Assim, entende-se que a compreensão das características das atuais dinâmicas que conformam a região deve levar em conta processos que, mesmo não mais dominantes, influenciaram e ainda influenciam em sua composição. Por esta via, pode-se perceber as singularidades de uma relação ser estruturada de um jeito e não de outro, ou então, como foram configuradas as cisões, ou por qual motivo estão fixadas as permanências.

Chamar a atenção para as relações pretéritas estruturantes que influenciam a dinâmica regional e pelas quais a região foi conformada, não significa deixar de considerar as questões

que hoje monopolizam os processos conformadores. No caso da região, há de se pôr em questão a implementação da atividade petrolífera e a maneira pela qual ela influenciou as dinâmicas regionais. No tópico subsequente buscar-se-á abordar algumas particularidades desta relação (produção/exploração petrolífera com o Norte Fluminense), enfatizando as rupturas geradas, assim como as permanências sócio-políticas-territoriais que foram consolidadas e apropriadas para sua estruturação.

3.4 – A CONFORMAÇÃO DO NORTE FLUMINENSE E A CONSOLIDAÇÃO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL: A PRODUÇÃO PETROLÍFERA NA BACIA DE CAMPOS E O PORTO DO AÇU CONSTITUINDO NOVAS (!) BASES DA DINÂMICA REGIONAL

Com as transformações que foram ocorrendo na produção sucroalcooleira a partir da segunda metade do século XX, o Norte Fluminense passou por um processo de reestruturação. Mas essa reestruturação não é sinônimo de uma total modificação de suas relações. O avanço do meio técnico sobre a produção sucroalcooleira não se dá de maneira plena, entrando em divergência e em contradição com as tradicionais relações de poder constituídas no campo regional. A atividade canavieira, que até então era o símbolo de bonança e que destacou a região no cenário nacional, entra em crise e passa a ser relacionada ao retrocesso e estagnação econômica. Com isso, a partir da década de 1980, o meio técnico-científico-informacional não encontra bases de propagação na região através dessa atividade, diferentemente do que acontece em São Paulo. Como Cruz (2003) aponta, até mesmo no período de predominância da atividade canavieira, essa simbologia do “atraso” existiu e foi apropriada pelo grupo dominante canavieiro com o intuito de conseguir investimentos para a dinamização do setor e, conseqüentemente, para a região. Dessa maneira, pode-se dizer que neste contexto a atividade canavieira é tratada, de maneira paradoxal, ao mesmo tempo, como uma força propulsora e um elemento retrógrado que influenciaram no não desenvolvimento do Norte Fluminense.

Contudo, afirmar que a atividade sucroalcooleira não foi a principal força propulsora da conformação do meio técnico-científico-informacional na região não significa dizer que o Norte Fluminense não vivenciou essa fase. Isto porque, a partir da década de 1970, outra atividade passa a influenciar a constituição de novos comportamentos e conteúdos no território regional, intensificando a possibilidade de circulação da produção, do dinheiro, das pessoas, dos insumos, das ideias e das ordens (SANTOS e SILVEIRA, 2006). Nesse período, o setor petrolífero, aproveitando-se das estruturas e dinâmicas ligadas à economia açucareira, conforma suas bases de exploração na Bacia de Campos. Com isso, o Norte Fluminense que

começara a ser visto como uma “região-problema” (PIQUET, GIVISIEZ e OLIVEIRA, 2006) volta ao cenário nacional como a expressão do futuro.

Mas não só a atividade petrolífera denota a constituição do meio técnico-científico-informacional na região. No final do século XX, o Norte Fluminense volta a se destacar no cenário nacional com investimentos que integrariam o país as relações globais. A partir dos anos 2000, diversas obras de infraestrutura foram anunciadas na região, ligadas principalmente à questão portuária, com o intuito de conectar o Brasil às dinâmicas da globalização. Estes portos seriam a manifestação do meio técnico-científico-informacional no território, tanto por inserir os processos regionais aos fluxos de conexão com o espaço externo, quanto por ter em sua estrutura aparatos produtivos modernos que constituiriam um processo de industrialização regional. Dos diversos empreendimentos anunciados, um se materializou: o Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú.

Mediante essas questões, o tópico subsequente pretende abordar o processo de constituição das novas atividades que influenciaram a conformação do meio técnico-científico-informacional na região a partir dos anos 1970. Faz-se isso buscando enfatizar as transformações que estas geraram no espaço e nos processos regionais, mas explicita-se também como dinâmicas instituídas pela economia sucroalcooleira foram ressignificadas e apropriadas por essas novas atividades. Assim, considera-se que o setor petrolífero e a questão portuária foram constituídas sobre uma regionalidade já estruturada, aproveitando-se dos fluxos e fixos conformados, mas criando outros. Com isso, permanências fizeram com que não houvesse uma cisão entre as dinâmicas do açúcar com as novas atividades, caracterizando assim as relações que constituem a região Norte Fluminense.

3.4.1 – A produção petrolífera na Bacia de Campos: as novas relações apropriando-se e reforçando antigas dinâmicas de configuração regional

Ao afirmar que a atividade petrolífera foi estruturada na região, tem-se a intenção de abordá-la de maneira processual. Mesmo estando ciente das características peculiares geológicas que possibilitam a exploração desse recurso nesta porção específica do território nacional, há de se relativizar a questão da “descoberta” do petróleo. Da conformação do setor até o ponto de possibilitar a exploração em larga escala desta fonte de energia, diversas foram

as ações envolvidas, diferentes foram os agentes que agiram, várias foram as dinâmicas implementadas¹²⁰. Ressaltar essas questões se faz pertinente para entender a gênese da região.

No momento inicial, a exploração de petróleo no Brasil se deu em terra, tanto que o marco da extração¹²¹ e o registro do primeiro campo com exploração comercial do petróleo se deram em terras baianas, na localidade de Lobato, em 1939 e o segundo fato ocorrendo no município de Candeias, em 1941. Conforme aponta Pessanha (2017), mesmo tendo essas datas como marcos históricos da gênese do setor petrolífero nacional, a produção só foi se desenvolver quase meio século depois, devido à falta de investimentos, equipamentos e especialistas no setor.

Contudo, há de se ressaltar que no período¹²² (entre 1934 e 1953) foram estabelecidas as bases dos princípios que invocam a soberania nacional na exploração da atividade mineral no país, com as Constituições de 1934¹²³ e 1937 implementando ações que visavam o protagonismo do Estado brasileiro na utilização dos recursos oriundos do subsolo do país (BARRETO, 2019; PESSANHA, 2017; MORAIS, 2013). Como reflexo desta política foi criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) que tomou a frente das atividades atreladas ao setor petrolífero. Entretanto, o órgão não empreendeu grande êxito no avanço da consolidação das infraestruturas da exploração petrolífera, ficando com as multinacionais as principais movimentações no setor. Essa situação perdura até a década de 1950, quando o governo federal intensifica seu controle sobre as dinâmicas relacionadas ao petróleo. Este novo contexto é representado pela campanha “O petróleo é nosso”¹²⁴, pela qual há a consolidação do processo de nacionalização da exploração e se estabeleceu o monopólio estatal sobre toda cadeia produtiva, culminando na criação da Petrobras, em 1953.

¹²⁰ Cabe inclusive ressaltar, como aponta Silva (2012), que havia a possibilidade de instalação da base de operação da Petrobras no município de Vitória – ES, o que não foi concretizado por conta de situações políticas da década de 1970.

¹²¹ Mesmo tendo início nesse período, já em 1864 havia referência sobre a exploração de petróleo no Brasil, tanto que há um Decreto (3.353-A de 30 de junho) que estabelece concessão de 90 anos a T.D. Sargent em terras que hoje compõem o estado da Bahia (BARRETO, 2019; MORAIS, 2013).

¹²² O princípio da soberania nacional no setor começa a se manifestar claramente com a Constituição de 1934, contudo já na década de 1920 se via no legislativo nacional projetos de leis que tinham como base a questão do petróleo e a organização deste setor (MORAIS, 2013).

¹²³ Barreto (2019) aponta que a Constituição de 1934 teve importância capital na nacionalização da exploração, pois foi por seu intermédio que houve a impossibilidade de instalação das “setes irmãs”, empresas petrolíferas multinacionais que controlavam o setor, em território nacional.

¹²⁴ Cabe ressaltar que essa campanha ocorreu, implementada pelo governo varguista, em um contexto de cisão de duas posições contrárias sobre a exploração de petróleo no Brasil. De um lado havia aqueles que argumentavam que o melhor para o país era deixar essa dinâmica nas mãos do capital externo (estes receberam a alcunha de “entreguistas”) e do outro estavam aqueles que entendiam que essa riqueza nacional deveria ser gerenciada e monopolizada pelo governo federal (estes eram autoproclamados “nacionalistas”). Foi tendo esta tensão como pano de fundo que a Petrobras foi criada por força do Decreto de Lei nº 2004 de 1953.

Cabe ressaltar que a constituição de uma empresa estatal com monopólio de exploração de recursos energéticos não é uma exclusividade do Brasil neste contexto, sendo uma realidade em quase todos os outros países do continente americano. Na América do Sul, o país foi um dos últimos a criar uma empresa nacional responsável pelo setor, com outros países empreendendo essa ação até duas décadas antes, buscando o mesmo fim¹²⁵ (PEREIRA, 2019; BARRETO, 2019).

De toda forma, a Petrobras assume o comando da estruturação da cadeia produtiva do petróleo no país, herdando do CNP as bases voltadas para a exploração do setor. Contudo, a estatal ainda esbarrava em uma série de limitações, como ausência de tecnologia, falta de mão-de-obra e de pesquisas especializadas que dessem conta das peculiaridades que se faziam presentes para o desenvolvimento do setor. A não superação dessas barreiras ocorria, entre outros fatores, muito em função do contexto em que a empresa empreendia suas ações. Com o baixo preço do petróleo no mercado mundial, ainda era preconizado o processo de importação. Contudo, com a gradativa intensificação da demanda interna e, principalmente, após crise de oferta de petróleo no mercado mundial, durante a década de 1970, a situação muda de maneira drástica.

Com este novo cenário, um montante crescente de recursos é investido em pesquisas e perfuração de poços no Brasil e um órgão, criado em 1963, ganha destaque; o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras (Cenpes). Em parceria com centros de pesquisas do país e com empresas estrangeiras, este órgão supriu umas das principais demandas para a estruturação do setor, que era o déficit de recursos humanos capacitados e oferecimento de serviços especializados (MORAIS, 2013). Assim, forma-se uma rede de fornecedores, fabricantes de materiais e equipamentos, companhias de construção civil e montagem industrial, firmas de projetos e engenharias, de logística e de infraestrutura que possibilitam o desenvolvimento do setor (PIQUET, 2004). Neste contexto, começa a ser estabelecida as bases da exploração *offshore* de petróleo no país, com o litoral nordestino sendo o primeiro ponto de exploração (PESSANHA, 2017). Contudo, foi no Norte Fluminense que a atividade vai encontrar condições para seu desenvolvimento.

¹²⁵ Barreto (2019) chama atenção para o fato de que esse processo de nacionalização da exploração do petróleo e a diminuição da intensidade da atuação dos cartéis no setor ocorreu em todo o mundo e só foi possível graças a um contexto específico: uma maior preponderância do setor estatal sobre diversas atividades econômicas e o surgimento de pequenas empresas que estabeleciam contratos menos lesivos aos países produtores.

A relação da região com a produção de petróleo é antiga, datando dos primeiros anos do século XX. Em sua tese, Pessanha (2017) ressalta que já no ano de 1922 (ou seja, período anterior ao marco inicial supracitado) o coronel gaúcho Olavo Alves Saldanha, associado ao grupo de Henrique Laje (de Niterói), intenta explorar esse recurso mineral, realizando sondagens em sua fazenda (Boa Vista), que se localizava na Baixada Campista, em zona próxima a praia campista de Farol de São Tomé. Relata ainda o autor que as prospecções não obtiveram êxito devido a problemas técnicos e de desentendimento entre os empreendedores, que encerraram a busca em 1923. O fato é que estes podem ser considerados “visionários”, pois 50 anos depois o Norte Fluminense passa a ser a base da exploração do petróleo no Brasil (com a diferença do desenvolvimento dessa atividade ser no mar, não em terra).

A partir da dificuldade de se encontrar significativas jazidas de petróleo, capazes de elevar a produção em porções emersas do território, a Petrobrás decide por voltar seu olhar para a zona litorânea. Tal ação, entre outras questões, foi influenciada pelo reconhecimento da similaridade geológica existente entre as costas marítimas do Brasil e da África Ocidental, na qual havia registros de abundantes jazidas (principalmente na Nigéria). Assim, no início de 1966, começa a prospecção do litoral brasileiro (MORAIS, 2013).

Já nos primeiros anos a mudança de rumo mostra-se acertada por conta de registros de descobertas de petróleo no litoral nordestino¹²⁶. Com o êxito, intensifica-se os investimentos no setor, a fim de aperfeiçoar os processos e as técnicas que possibilitariam a expansão da prospecção e exploração. Neste contexto, o Cenpes direciona suas pesquisas no desenvolvimento de quadros técnicos, tecnologias e aparatos de exploração adequadas às condições locais, o que vai possibilitar uma ampliação da área de investigação e na criação de zonas de potencial interesse. É então que as ações tomam novos rumos, mais especificamente, tomam caminhos mais ao sul do litoral nordestino, em busca de novas jazidas.

No Espírito Santo não encontram quantidades significativas de recursos minerais. Mas é quando se chega ao Norte Fluminense que se tem estruturado o marco da exploração de petróleo no país. A partir das descobertas que ocorrem na porção norte do estado do Rio de Janeiro há uma mudança intensa da relação do país com a produção petrolífera. Os campos que

¹²⁶Segundo Morais (2013), a primeira descoberta de petróleo no litoral ocorreu em 1968, em Sergipe, no Campos de Guaricema. Neste mesmo estado ainda foram implementando os Campos de Dourados (1969), Camorim (1970), Caioba (1971) e Mero (1974). No Rio Grande do Norte foi descoberto o Campo de Ubarana, (1973). Em Alagoas foi descoberto o Campo de Robalo (1971). No Ceará foi explorado o Campo de Xaréu (1976); Curimã e Espada (1978) e Atum (1979).

vão sendo descobertos na região se apresentam com maior possibilidade de exploração, centralizando as atenções e investimentos ante as demais zonas. Assim, a região volta a ser foco de uma atividade de suma importância para o país e, de certa forma, para o mundo, na medida em que os processos aqui implementados na extração do petróleo *offshore*, toda tecnologia e pesquisas criadas para este fim, serviram de referência para outras zonas produtoras. Ficam então caracterizadas as questões que consolidam o meio técnico-científico-informacional no Norte Fluminense.

Sobre a evolução tecnológica que se sucedeu no setor, Moraes (2013) ressalta, tendo como bases as diferentes técnicas e a otimização dos processos que elas possibilitavam, quatro fases distintas da evolução da produção *offshore* na Bacia de Campos: a primeira estendeu-se de 1968 a 1973 e se caracterizou por uma dependência tecnológica em relação aos Estados Unidos, principalmente no que tange a identificação e a interpretação dos dados sísmicos que derivavam das ações de reconhecimento das questões geológicas litorâneas nacional; a segunda fase começou em 1974 e foi até 1983, marcada pelo início do êxito na exploração do petróleo, com as tecnologias implementadas (navios sondas, plataformas flutuantes e análises sísmicas em 3D) possibilitando uma extração significativa de recursos; a terceira fase (1984 a 1989) teve como característica a descoberta das reservas gigantes, por intermédio da perfuração de posicionamento dinâmico e do desafio que a exploração das mesmas geraram (o de extrair o petróleo em águas cada vez mais profundas em um menor tempo); a quarta fase foi de 1989 até o início dos anos 2000 e teve como marco a implementação de inovações que superaram e otimizaram a produção local, dentre os quais se destacou o processamento de dados sísmicos em alta resolução, processamento de dados a bordo dos navios sondas para tornar efetivo os processos, o posicionamento por GPS das posições de extração e a exploração dos poços horizontais. O autor não explicitou esse debate, mas podemos indicar ainda a existência de uma quinta fase na criação de tecnologias e constituição de novos sistemas técnicos, associados, principalmente, a aparatos que possibilitaram a exploração de petróleo na camada Pré-Sal.

Essa evolução dos processos ligados à exploração do petróleo atesta a constituição do meio técnico-científico-informacional na região. Neste novo contexto, as técnicas interagem de maneira intensa com a ciência, constituindo a tecnociência. Esta, por sua vez, consolida-se a tendo como referência a lógica do mercado global, influenciando as relações internas, conformando estruturas, estabelecendo padrões, a fim de atender suas demandas. “Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política” (SANTOS, 2006, p. 160). Com isso, as dinâmicas que constituem o

espaço regional, com a consolidação do meio técnico-científico-informacional em função da introdução da exploração petrolífera, passaram a ter o elemento externo ainda mais presentes na conformação de suas relações.

De toda forma, a conformação da exploração petrolífera no Norte Fluminense transcorre de forma gradativa, tanto em função das inovações que eram implementadas pelos setores de pesquisa, quanto diretamente associadas às situações geopolíticas externas, mas também pelas questões internas que influenciavam as tomadas de decisões por parte do governo federal. As bases da exploração do recurso mineralógico do Brasil se deram em contexto de intensificação das ações nacionalistas para o controle das riquezas internas ao ponto de se estabelecer o monopólio de seu usufruto. A continuidade e organização do setor ocorreu de maneira mais intensa em momentos em que esse discurso prevalecia, tanto que a maioria das reservas descobertas na Bacia de Campos se deram em momento de vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a partir da segunda metade dos anos 1970 e até os anos 1980, que intensificava a alocação de recursos para exploração e fazia com que a Petrobras despontasse no cenário mundial (PESSANHA, 2017).

Contudo, um contexto diferenciado faz com que os aspectos nacionalistas cujo ator principal era o investimento estatal se desfaça. Internamente tem-se o momento político conturbado de implementação de aparatos democráticos necessários, porém frágeis, no período posterior a derrubada do governo instituído pelo golpe militar de 1964. Concomitante, e muito em função desse contexto de crise e incertezas no campo político, tem-se a estagnação econômica que se estabeleceu no decorrer dos anos de 1980, a “década perdida”. Em âmbito externo, viu-se a propagação da agenda neoliberal fortalecida pelo Consenso de Washington, que se apresentava como uma solução para a crise econômica instaurada na América Latina, desde que alguns preceitos básicos fossem seguidos, com o principal sendo a diminuição da presença do Estado na economia, por intermédio de privatizações das estatais. Seguindo essa cartilha, os governos de Sarney (1985-1989), Collor (1990-1992), Itamar (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) implementam uma série de ações para a diminuição da atuação direta estatal em nome de uma invocada “otimização” dos setores econômicos quando sob a égide da propriedade privada. Nesse processo, várias estatais foram privatizadas¹²⁷, inclusive parte das estruturas ligadas à Petrobrás, com venda de subsidiárias

¹²⁷O link a seguir traz a lista das principais ações desestatizantes empreendidas no Brasil entre os anos de 1990 a 2015. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Privatizacao-Federais-PND>

como a Petromisa (Petrobrás e Mineração S/A, que atuava na extração de minerais), a Petroflex (que atua na comercialização de combustíveis) e de infraestruturas de suporte a produção, como a cessão de 30% da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP a Repsol. Ou seja, mesmo com a manutenção da Petrobrás enquanto um ente estatal, o setor petrolífero não saiu ileso dessa situação de abertura do mercado ao capital internacional promovida por esses governos.

Em 1995, por intermédio da Emenda Constitucional¹²⁸ nº 9, a exclusividade do Governo Federal na exploração e produção de petróleo no país foi suspenso e diversas empresas estrangeiras começam a atuar nos mais diferentes processos relacionados a exploração deste recurso. Nesse quadro, o monopólio sobre essa riqueza continuava com a União que cedeu por meio de contratos de concessão (distribuídos por leilões e outros procedimentos) a exploração do petróleo as empresas privadas. Pessanha (2017) aponta que a referida emenda implementada por Fernando Henrique Cardoso foi aprovada quase que simultaneamente à descoberta, em 1996, de mais uma gigante reserva de petróleo (Campo de Roncador) que possibilitaria um aumento da rentabilidade e do volume da produção na Bacia de Campos, o que gera então discussões acerca dos reais interesses que estavam por detrás desta modificação na regulação do petróleo.

De toda forma, o processo de abertura do setor petrolífero nacional foi iniciado e encontrou efetiva instauração em 1997 com a promulgação da Lei nº 9478, que ficou conhecida posteriormente como “Lei do Petróleo”. A nova legislação permitiu ao governo federal licitar os direitos de exploração e produção do petróleo através de contratos de concessão. Ela também “abriu”¹²⁹ o capital da Petrobras para aquisição por parte dos fundos de investimentos na bolsa de valores, mas a União, muito em função da mobilização social, manteve o controle majoritário das ações da empresa. Por intermédio desta lei foi estruturada a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o órgão regulador do setor, que teria a incumbência de agir sobre os diversos ramos atrelados a cadeia petrolífera, desde a exploração e a produção, passando pelo transporte, até o refino.

¹²⁸ A Emenda Constitucional nº 9, de 1995 altera o art. 177 da Constituição Federal, abrindo a possibilidade da União contratar empresas estatais ou privadas, brasileiras ou estrangeiras, para atuarem no setor. A emenda ainda estrutura a gênese do órgão regulador que atuaria no ramo petrolífero nacional.

¹²⁹ Pode-se entender essa abertura como a gênese da estratégia “cupim” posta em prática na atualidade, quando se permitiu um desmantelamento das estruturas da Petrobras e sua sujeição à justiça americana (por estar na bolsa de Nova York, ter acionistas americanos), o que resultou na lava-jato associada ao FBI e Departamento de Justiça, além da sujeição aos interesses financeiros dos acionários. Zanutelli et al. (2019) aponta diversas situações que explicitam essa estratégia como a venda de campos com possibilidades de geração de renda, entre outros.

Piquet (2004) enfatiza que a “Lei do Petróleo” afeta diretamente o quadro do Norte Fluminense, isto porque com sua promulgação deslocam-se para a região novas petroleiras (as *majors* internacionais) que passam a operar, ao lado da Petrobrás, diretamente na produção *offshore* de petróleo e gás (P&G). Assim, começam a se estabelecer na região um quantitativo significativo de empresas do setor, criando diversas atividades novas, alterando a dinâmica local, criando um “*cluster* petrolífero”¹³⁰ (PIQUET, 2004).

E essa nova relação que vai sendo consolidada, já na década de 1990, começa a exercer influência nas dinâmicas que conformam o Norte Fluminense. Neto e Ajara (2006) explicitam essas alterações ao analisarem as características do mercado de trabalho na região entre os anos de 1991 e 2000. Segundo os autores, nesse período, houve um acréscimo de 19.410 vagas no quantitativo total de empregos formais no Norte Fluminense, passando de 79.230 para 98.640.

No que diz respeito às características dos empregos formais que se consolidaram na região entre 1991 e 2000, Neto e Ajara (2006), tendo como base informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apontam que as maiores concentrações de trabalhadores e a maior expansão do quadro de vagas estavam nos empregos vagas para cuja faixa salarial variava entre 1,01 até 3 salários-mínimos. Segundo os autores, em 1990 havia 33.869 postos de trabalho nessa faixa de recebimento, representando 42,75% do total regional. Em 2000, estavam registrados 52.113 empregados nessa faixa salarial, o que equivalia a 52,83% do total de empregos da região (NETO e AJARA, 2006).

Contudo, esse crescimento intenso na oferta de emprego formal não foi uma realidade em toda a região. O município que mais sentiu os efeitos da instalação das unidades produtivas ligadas à produção petrolífera nesse período foi Macaé, que apresentou uma variação positiva da oferta de trabalho formal com a abertura 14.216 novos empregos, entre os anos de 1991 e 2000. Para exemplificar essa heterogeneidade nos efeitos positivos diretos do emprego formal relacionado à constituição da infraestrutura da produção petrolífera, entre os anos de 1995 e 1999, Macaé apresentou um índice de aumento de 125,39% das vagas de emprego formal, enquanto Campos apresentou um índice de 1,56% (NETO e AJARA, 2006).

De toda forma, a partir dos anos 2000, em especial, depois de 2002 (com a mudança do cenário político e a chegada do PT à presidência), há um redirecionamento das políticas de investimento da Petrobrás, vinculada à intensificação da ação do Governo Federal para a

¹³⁰ *Cluster* petrolífero pode ser definido como uma concentração geográfica de firmas, interrelacionadas por ação em uma atividade específica, e espacialmente concentradas.

expansão da produção e das infraestruturas petrolíferas. Nesse contexto, houve aumento do quantitativo produzido, das rendas geradas, do quadro de empregos, ou seja, diversas transformações ocorreram, afetando as dinâmicas do Norte Fluminense.

Como exemplo, a tabela 15 abaixo, mostra o número de estabelecimentos industriais e o quantitativo de trabalhadores de carteira assinada, por classe, no ano de 2003 e 2010, nos municípios do Norte Fluminense, explicitando o aumento do número de unidades e de emprego na indústria extrativa mineral, indústria de transformação e construção civil. Tal modificação neste período tem relação direta com a consolidação do setor petrolífero, que gerou transformação principalmente nos municípios de Campos (centro urbano mais importante e herdeiro da atividade açucareira) e Macaé (local de concentração das infraestruturas ligadas à exploração do petróleo e gás).

Tabela 15: Empregos e estabelecimentos dos principais setores industriais do Norte Fluminense em 2003 e 2010

Região de Governo e municípios	Extrativa Mineral				Indústria de Transformação				Construção civil			
	Estabelecimentos		Empregos		Estabelecimentos		Empregos		Estabelecimentos		Empregos	
	2003	2010	2003	2010	2003	2010	2003	2010	2003	2010	2003	2010
Região N.F.	69	107	12 635	27 074	715	898	13 558	23 887	481	739	24 802	41 226
Campos	11	25	153	219	449	544	7 231	8 396	264	480	15 355	23 322
Carapebus	-	-	-	-	2	3	2	6	3	2	81	166
Cardoso Moreira	3	3	4	25	3	5	38	29	2	4	87	189
C. de Macabu	1	1	2	3	10	16	95	99	1	4	243	450
Macaé	50	74	12 445	26 786	169	228	5 240	14 254	182	197	7 465	14 440
Quissamã	-	1	-	2	3	19	9	199	9	9	156	399
São Fidélis	2	3	-	39	41	43	132	343	10	11	363	1 024
S. F. de Itabapoá	-	-	26	-	12	13	339	138	5	9	708	587
S.J. da Barra	2	-	5	-	26	27	472	423	5	23	344	649

Fonte: Fundação CEPERJ (2011) – (Modificado pelo autor)

A modificação das dinâmicas conformadoras do quadro regional, neste contexto, ocorreu por conta da expansão e redirecionamento das atividades, mas também pelo fato da indústria petrolífera, apesar de ser classificada como extrativa mineral, trazer consigo uma pluralidade de empresas sem as quais não há possibilidade de funcionamento do setor ou da cadeia ou do ramo. A complexidade tecnológica atrelada à produção do petróleo exige um sistema industrial que precisa estar integrado, criando uma cadeia produtiva que vai desde a jazida até a produção final do petróleo e seus derivados. Tal situação faz com que,

convencionalmente, as indústrias do petróleo sejam divididas em três segmentos¹³¹: *upstream* (montante), *midstream* (meio) e *downstream* (jusante). O primeiro compreende as atividades de exploração e produção do petróleo, podendo ser em terra (*onshore*) ou no mar (*offshore*). O segundo abarca a logística de transporte e armazenamento de petróleo e gás natural. O terceiro diz respeito às atividades de refino do petróleo bruto, processamento do gás natural em plantas de petróleo, transporte e comercialização/distribuição de derivados.

Com a possibilidade de empresas privadas explorarem o petróleo, houve um aumento das empresas internacionais que se instalaram no município de Macaé-RJ, atuando de diferentes formas, nos distintos segmentos (*upstream*, *midstream* e *downstream*). Estas, por sua vez, necessitavam de diversos outros serviços que vão desde tarefas complexas, como pesquisas sísmicas, perfuração etc., que são operados, normalmente, por transnacionais de atuação global; até serviços básicos de fornecimento de insumos para trabalhadores que atuam no setor, que são operados por empresas locais. Nessa parte da cadeia produtiva do petróleo no Brasil há de se ressaltar e, por conseguinte, se diferenciar das petroleiras, a atuação das para-petroleiras. Segundo Pessanha (2017), estas ganham maior destaque no setor a partir do processo de ampliação da tecnologia, da reestruturação produtiva que se consolidava e pela descoberta de novas reservas. As para-petroleiras podem ser definidas como empresas fornecedoras de bens (equipamentos e materiais), tecnologia e serviços demandados pelas petroleiras na exploração/produção do petróleo (PESSANHA, 2017). E isso influenciou diretamente a constituição da situação verificada na tabela 15.

3.4.2 - *Royalties* e território

Outro ponto que a “Lei do Petróleo” modificou e que interferiu diretamente nas dinâmicas da conformação regional do Norte Fluminense diz respeito a organização da distribuição dos *royalties*¹³². Estes, associados às participações especiais, são compensações financeiras disponibilizadas aos entes federados sob a forma de renda pagas à sociedade por meio do controle da ANP, que calcula seus valores de acordo com as alíquotas dispostas na legislação vigente e tendo como referência o preço, a quantidade, as especificidades da produção e a localização do campo (ZANOTELLI et al., 2019).

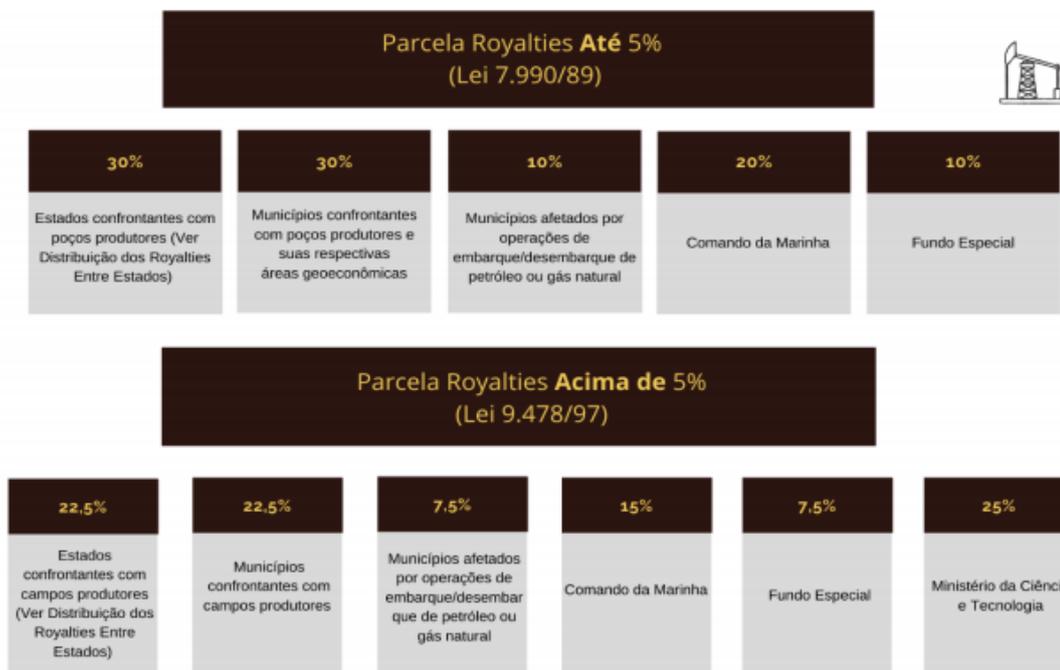
¹³¹ <http://dicionariodopetroleo.com.br/dictionary/>

¹³² Derivada do latim *regalis* (pertinente à realeza: majestoso, nobre, real), que, por sua vez, se origina de *rex, regis* (rei), o termo inglês *royalties* está associado a uma prerrogativa de direito de recebimento de uma compensação pelo uso de jurisdição e utilização de um local. Nesta situação específica da exploração do petróleo, é uma compensação financeira devida ao Estado, proprietário constitucional das jazidas (ANP, 2001).

Este mecanismo de compensação financeira devida aos cessionários da atividade, advindo, nesse caso, do processo de exploração de determinado recurso no território, estabelecido pela Lei 2004 de 1953 sofreu diversas alterações ao longo dos anos. O Guia dos *royalties* do petróleo e do gás natural, elaborado pela Agência Nacional do Petróleo, em 2001, estabelece de forma sucinta um histórico dos marcos legislativos acerca de seu estabelecimento. Segundo esse guia, o ponto inicial é posto com a Lei n.º 2.004/1953, da criação da Petrobrás, que determinava o pagamento de 4% aos estados e de 1% aos municípios sobre o valor da produção terrestre de petróleo e gás natural em seus territórios. Posteriormente, com a produção no mar, a Lei n.º 7.453/1985 determinou que este tipo de atividade também estivesse sujeita ao pagamento de *royalties*, mantendo o percentual de 5%, sendo distribuída da seguinte forma: 1,5% aos estados confrontantes com poços produtores; 1,5% aos municípios confrontantes com poços produtores e àqueles pertencentes às áreas geoeconômicas dos municípios confrontantes; 1% ao Ministério da Marinha e 1% para constituir o Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os estados e municípios da Federação. Um ano após, em 1986, a Lei n.º 7.525, estabeleceu normas complementares, quando foram introduzidos os conceitos de região geoeconômica e da extensão dos limites territoriais dos estados e municípios litorâneos na plataforma continental. O Decreto 93.189/1986, regulamentou o traçado de linhas de projeção dos limites territoriais dos estados, territórios e municípios a ser utilizado pelo IBGE para a definição de poços confrontantes. Em 1989, a Lei n.º 7.990, introduziu nova alteração na distribuição dos *royalties*, aumentando a arrecadação dos municípios onde se localizam as instalações de embarque e desembarque. Essa tendência foi mantida com a “Lei do Petróleo”. Após a promulgação da Lei 9.487 de 1997 têm se posto uma nova forma de repartição que, associada à criação das participações especiais¹³³, influenciou as questões concernentes a dinâmica integradora da região. Com implementação da referida lei houve uma elevação da alíquota de cálculo dos *royalties* de 5% para 10%. A figura 44 a seguir, elaborada pelo Centro de Pesquisas do Ministério Público do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ) e disposta em seu relatório acerca das rendas petrolíferas entre os municípios fluminenses auxilia a compreensão da divisão dos *royalties* e sua diferenciação com as leis citadas.

¹³³ Instituída pelo Decreto 2.705, de 3 de agosto de 1998, que tratava de dar critérios para cálculos e cobranças das participações governamentais. Esse é composto pelas Participações Especiais (valores referentes a parcelas trimestrais pagas às gestões públicas no Brasil por conta da produção de petróleo em poços com grandes volumes, extraídas a partir de alíquotas progressivas, de 10% a 40%) e os *royalties*.

Figura 44: Distribuição das porcentagens ligadas aos recebimentos dos *Royalties* Lei nº 7.990/1989 e Lei nº 9.478/1997



Fonte: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/relatorio_rendas_petroliferas_mun_20200107.pdf

Assim, em uma situação de intensificação da exploração e produção, por conta da intensificação da ação da Petrobrás, com a expansão de suas estruturas e dinâmicas, gerou-se renda significativa para os entes recebedores. Ao mesmo tempo, modificou-se o preço de referência para o cálculo dos *royalties*, deixando de ser o fixo estabelecido nas refinarias e passando a ser aquele estipulado pela cotação do petróleo no mercado internacional. Esta situação em um contexto de aumento da produção nacional, de alta no preço do petróleo e de variação favorável para essas transações em dólar (uma vez que este é a moeda base para a comercialização) gerou um significativo crescimento das receitas provindas dos *royalties* para alguns municípios do Norte Fluminense, em especial, Campos. Só para se ter um exemplo, em 1997 o total arrecadado foi de R\$ 190 milhões, já em 2004 esse valor pulou para R\$ 5,04 bilhões. Pacheco (2005) chama atenção para o caso específico do Estado do Rio de Janeiro que nesse ínterim (1997-2004) recebeu R\$ 1,041 bilhão, cerca de 64,35% do total distribuído entre as 11 Unidades da Federação contempladas, além dos 40% do total das participações especiais no país que foram de R\$ 5,272 bilhões. A tabela 16 a seguir mostra os valores correntes arrecadados pelos municípios do Norte Fluminense oriundo dos *royalties* e das participações especiais, entre o ano de 1999 (período de consolidação do recebimento) e 2014 (ano de grande

arrecadação, aliado ao *boom* das *commodities* no mercado internacional) a fim de fazer uma comparação e elucidação da evolução do montante recebido pelos entes federados.

Tabela 16: Evolução dos *Royalties* e Participações Espaciais dos municípios do Norte Fluminense no período de 1999 a 2014 – Em Reais

Ano								
Município	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Campos dos Goytacazes	57.049.478	157.870.442	200.261.211	348.260.944	475.182.177	549.607.310	678.425.571	852.565.850
Carapebus	6.290.171	10.692.436	13.383.153	20.370.812	24.245.167	23.889.909	27.959.213	33.076.809
Cardoso Moreira	714.556	1.390.523	1.752.659	2.538.908	3.313.866	2.811.793	3.303.743	3.663.628
Conceição de Macabu	850.661	1.655.384	2.062.639	2.885.456	3.765.757	3.195.219	3.754.253	4.163.214
Macaé	37.219.526	90.351.754	113.194.863	194.061.125	256.136.554	293.831.875	346.291.967	408.416.988
Quissamã	15.900.697	32.271.214	33.598.003	48.529.278	63.064.726	66.083.508	72.982.583	91.565.639
São Fidélis	1.020.794	1.986.461	2.474.368	3.462.626	4.518.908	3.834.263	4.505.104	4.995.857
São Francisco do Itabapoana	986.767	1.920.246	2.435.114	3.578.242	4.669.539	3.962.072	4.655.274	5.162.385
São João da Barra	5.361.638	12.263.029	15.546.845	5.125.955	30.695.016	38.452.755	44.611.137	54.963.765
Ano								
Município	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Campos dos Goytacazes	780.099.183	1.168.642.499	993.167.279	1.016.021.871	1.235.611.249	1.354.233.313	1.303.272.971	1.208.366.996
Carapebus	28.447.909	35.326.724	22.745.005	29.294.670	34.803.829	38.640.170	37.575.541	41.378.128
Cardoso Moreira	2.937.316	4.173.677	3.309.247	3.900.930	4.781.644	5.828.120	5.885.221	6.294.870
Conceição de Macabu	3.337.859	4.742.815	3.760.509	4.432.875	5.586.364	6.888.216	6.955.523	7.439.065
Macaé	353.801.517	501.680.924	387.541.067	410.516.330	482.234.671	538.654.219	516.455.723	542.656.871
Quissamã	124.388.669	146.649.730	90.969.685	90.508.817	94.410.013	106.949.297	94.737.917	95.103.720
São Fidélis	4.005.431	5.691.378	4.512.611	5.319.450	6.520.424	7.947.436	8.025.302	8.583.914
São Francisco do Itabapoana	4.138.946	5.881.090	4.663.031	5.496.765	6.737.771	8.212.338	8.292.812	8.870.044
São João da Barra	45.948.760	161.427.752	168.329.125	203.028.163	251.514.604	233.262.154	228.789.216	237.085.764

Fonte: InfoRoyalties¹³⁴ (2020) (Modificado pelo autor)

Com o intuito de corroborar com o entendimento dos números da tabela 16, elaborou-se a tabela 17, na qual se dispõe a evolução dos valores recebidos pelos municípios do Norte Fluminense e sua proporcionalidade (na forma de porcentagem), tendo como relação a totalidade nacional, estadual e regional. Ou seja, fez-se uma organização dos dados a fim de visualizar a participação de cada cidade nos diferentes contextos espaciais e a transformação dessas quantias ao longo do período de 1999 a 2014.

¹³⁴<https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>

Macaé	5	7	23	5	6	23	5	6	23	5	7	25
Quissamã	1	1	4	1	1	5	1	1	4	1	1	4
São Fidélis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. F. do Itabapoana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São João da Barra	3	3	12	2	3	10	2	3	10	2	3	11

Fonte: InfoRoyalties¹³⁵ (2020) (Modificado pelo autor)

A disposição desses dados explicita a relevância do Norte Fluminense no que tange as dinâmicas produtivas petrolíferas. No intervalo analisado verifica-se que a região recebeu, em média, aproximadamente 30% de todos os valores compensatórios referentes à produção do setor no país e cerca de 1/3 do valor do estado do Rio de Janeiro, com Campos e Macaé sendo os municípios com a maior fatia desse valor (com média de 52% e 28%, respectivamente, da quantia total que a região recebe). A partir de 2007, São João da Barra aumenta seu recebimento dos *royalties* e participação especial (saltando de 3% para 11%, em 2014, em relação aos valores que circulam no Norte Fluminense) em contrapartida houve uma redução nos valores pagos a Macaé (que foi de 30% do total regional arrecadado, em 1999, a 25% em 2014). Outra redução percebida diz respeito à participação de recebimentos do Norte Fluminense em relação ao quantitativo total recebido em todo Estado do Rio de Janeiro. A partir de 2011, mesmo com a elevação dos valores que entraram nos caixas dos municípios da região, ao se comparar com a realidade de todos os municípios

De todo modo, ressalta-se que as alterações da distribuição dos *royalties* implementadas pela “Lei do Petróleo” tornam os municípios do Norte Fluminense, aqueles com relação direta (com maior ou menor intensidade) à produção da Bacia de Campos, conhecidos também como petrorrentistas¹³⁶, os detentores das maiores receitas *per capita* do país (TERRA, 2004). Com o intuito de melhor apreender as modificações geradas por este novo contexto, Pessanha (2015; 2017) estabelece uma diferenciação que auxilia a compreensão das singularidades que esses processos geram sobre a região. Para o autor, após a promulgação da lei tem-se consolidada a existência de municípios influenciados por dois ramos ligados a produção e exploração do recurso: de um lado a Economia do Petróleo e do outro a Economia dos *Royalties*.

¹³⁵<https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>

¹³⁶Pessanha (2017) expõe que esta caracterização foi estabelecida no início dos anos 2000 por pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Gestão de Cidades da UCAM-Campos, após desenvolver estudos sobre as receitas derivadas dos *royalties* do petróleo e seus impactos nos orçamentos dos municípios que gozavam dessa receita, mesmo sem ter relação direta nenhuma com o setor petrolífero.

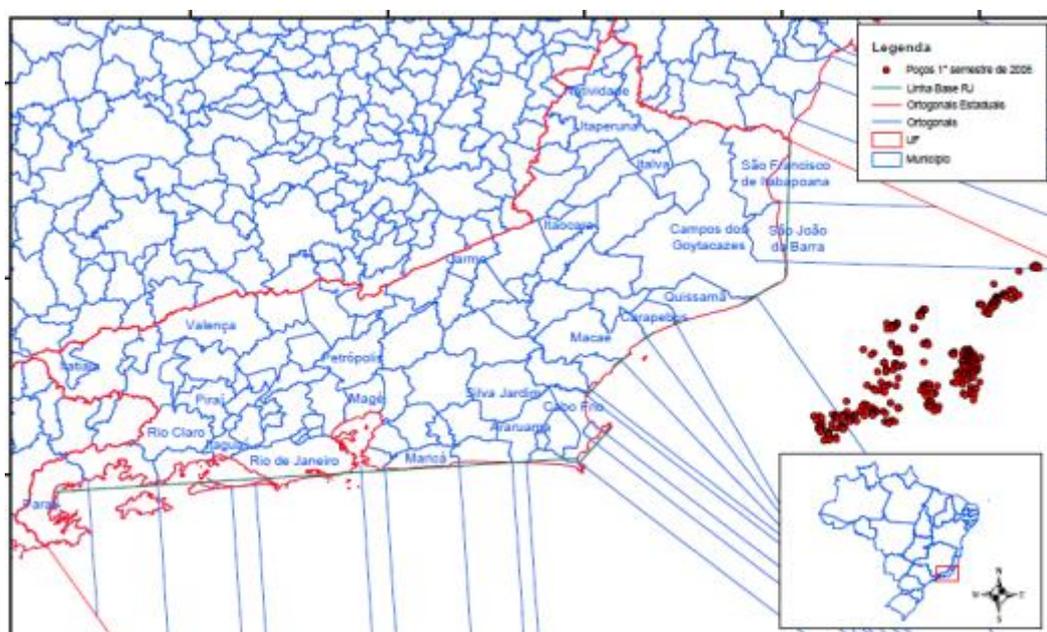
Segundo Pessanha (2015; 2017), a Economia do Petróleo está atrelada diretamente às instalações e infraestruturas que servem às dinâmicas do processo de extração do petróleo e seu apoio. Por esta definição, compõem este grupo as instalações portuárias, os estaleiros de montagem de sondas, plataformas, embarcações de apoio e movimentação de cargas, instalação de unidades industriais de produção de peças e equipamentos para a indústria do petróleo, em todos os segmentos e serviços relacionados a essa demanda. Uma característica importante ressaltada pelo autor acerca da Economia do Petróleo diz respeito aos altos investimentos em capital fixo no território ou em equipamentos e serviços que lhes são peculiares, gerando assim um intenso poder centrípeto no entorno de si, formando uma cadeia, tanto acima quanto abaixo das atividades que exerce. Por essa mobilização vultosa de capital e pela capacidade de modificação estrutural devido à atração de atividades ligadas à produção e aos serviços, a Economia do Petróleo exerce enorme poder de alterar a dinâmica regional, tanto econômica, quanto social com influência direta e indireta (PESSANHA, 2015, 2017).

No que tange a Economia dos *Royalties*, sua existência deriva das receitas diretas associadas à produção que a Economia do Petróleo gera. Assim, é uma relação necessária, biunívoca, de dependência da segunda em relação à primeira, sem que o inverso seja verdadeiro (PESSANHA, 2017, p. 398). A Economia dos *Royalties* deve ser vista como uma renda derivada do processo de exploração/produção do petróleo, sendo criada e paga, inclusive, tendo como referencial essa dinâmica, cujas bases de fixação derivam de processos políticos e regionais. Na medida em que é um tipo de renda que é administrada por governos, que alocam os recursos de acordo com as questões que lhe são peculiares, nem sempre cumprem a função pela qual a renda foi criada.

Dessa maneira, pode-se dizer que os *royalties* hierarquizam o poder do controlador dessas receitas, não necessariamente gerando as transformações e mitigando o ônus ligado à produção petrolífera, como fora pensada no momento da gênese da lei dos *royalties*. Entender essa característica política/relacional derivada da constituição da Economia dos *Royalties* se faz importante e pode ser um dos caminhos, por exemplo, para compreender o motivo que faz Campos, município com pequeno litoral, ter uma arrecadação desta natureza tão alta, maior até que Macaé, local de instalação de muitas empresas ligadas à cadeia do petróleo. A divisão dos *royalties* e composição dessa “Economia”, bem ressaltada por Pessanha (2015; 2017) tem caráter político, manifestado pela definição dos critérios de recebimento. Assim, deve-se ter em mente que estes são influenciados pelas relações e pelo poder de mobilização dos agentes de poder que interferem e caracterizam as dinâmicas regionais.

A composição dessa divisão deriva da implementação da mesma Lei n° 7.525 de 1986 que estipulava as regiões geoeconômicas, deixando a cargo também do IBGE a projeção dos limites territoriais confrontantes dos estados e municípios, explicitando sua delimitação para além do continente. Para tanto, o IBGE cria o critério das linhas ortogonais, pelas quais a distribuição seria estabelecida (figura 45). Nesse processo, além da caracterização desses limites, há a constituição de um discurso “naturalizador/legitimador” que influencia a conformação dessa técnica de delimitação, como se essa fosse a única forma possível de divisão.

Figura 45: Mapa com a distribuição das ortogonais do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: https://www.tce.rj.gov.br/documents/10192/15101404/m_Rafael_March_-_Royalties_Apresentacao_TCE-RJ.pdf

Com isso, há de se ressaltar que tal escolha de divisão deriva diretamente das relações sociais, políticas e econômicas presentes no contexto de constituição e, como nesse momento, mesmo com a crise econômica do setor canavieiro, era esse grupo dominante que detinha influências de ação em diversas instâncias, pode-se dizer que há uma continuidade caracterizada, constituindo uma centralidade em Campos, corroborando a ideia de que não há ruptura entre esses ciclos. Essa afirmação poderia ser considerada uma hipótese interessante para verificação em futuros trabalhos, nos quais seriam ressaltados os agentes envolvidos no processo de delimitação do critério das ortogonais. Não é o objetivo da tese, mas como uma informação que pode ser interessante ressalta-se que o chefe do IBGE em 1986, momento de

elaboração dos critérios das ortogonais, era o cientista social Edson de Oliveira Nunes, natural de Bom Jesus de Itabapoana, neto de proprietários rurais da região.

Explicitar essas relações e enfatizá-las por serem instituídas de maneira processual, influenciando e sendo influenciado por dinâmicas regionais, ao mesmo tempo em que é influenciado por elas, faz-se interessante para compreender como a modificação de qualquer um dos atores integrantes dessa interação transforma os processos e impactam diretamente o cotidiano regional. Tal situação fica nítida quando se analisa as modificações e as tentativas de alterações dos marcos regulatórios entre os anos de 2010¹³⁷ e 2013, em especial a Lei nº 12.734¹³⁸, aprovada no Congresso Nacional em 2012, no momento do início de exploração do Pré-Sal e em contexto de mudança do cenário político que engendrou disputas territoriais pelo controle das rendas do petróleo em nível nacional. Essas disputas ainda ocorrem, tanto que em 2013 a referida lei teve seu efeito suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A ação de suspensão contou com a mobilização dos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo que alegaram inconstitucionalidade desse novo marco regulatório que alteraria os regimes de partilha de produção e cessão onerosa.

Bretas et al. (2019) explicitam que, no momento de sua criação, o marco regulatório aprovado em 2012 tinha como objetivo declarado aumentar a participação e centralizar as ações do Governo Federal no que diz respeito aos futuro empreendimentos, assim como das receitas que seriam geradas. Zanotelli et al. (2021) resumem todas as alterações dos *royalties*, do regime de partilha de produção e da cessão onerosa que foram implementadas e propostas a partir dessa mudança, apresentadas no quadro 4 a seguir:

Quadro 4: Repartição territorial dos *royalties* e participações especiais segundo a legislação em vigor e a legislação contestada e paralisada há sete anos no Supremo Tribunal Federal

	Atual repartição (concessão) <i>royalties</i> – alíquota 5 %	Atual repartição (concessão) <i>royalties</i> – alíquota excedente a 5 % até 10 %	Atual participação especial (concessão) – até 40 % de alíquota	Nova repartição <i>royalties</i> (concessão) aprovada, mas suspensa – alíquota 5 % (*)	Nova repartição <i>royalties</i> (concessão) aprovada, mas suspensa – alíquota excedente a 5 % até 10 % (*)	Nova repartição (concessão) aprovada, mas suspensa – participação especial (*)	Nova repartição <i>royalties</i> do regime de partilha pré-sal, aprovada, mas suspensa – alíquota de 15 % (*)
Entes federados							
Estados confrontantes	30 %	22,5 %	40 %	20 %	20 %	34 % (d)	22 %

¹³⁷ Bretas et al. (2019) ressalta a implementação de três leis que modificaram a dinâmica da distribuição dos *royalties* em 2010: a lei nº 12.276 (que tratava da cessão onerosa), a lei nº 12.304 (que criava a empresa Pré-Sal Petróleo – PPSA) e a lei nº 12.351 (que versava sobre a partilha de produção e Fundo Social).

¹³⁸http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12734.htm

Municípios confrontantes	30 %	22,5 %	10 %	17 % (a)	17 % (a)	5 % (a)	5 %
Municípios com instalações de embarque e desembarque	10 %	7,5 %	0	3 %	3 %	-	2 %
União (fundo social na nova repartição)	20 %	40 %	50 %	20 %	20 %	42 %	22 %
Demais Estados, DF e municípios	10 %	7,5 %	-	-	-	-	-
Demais estados e DF (fundo especial)	-	-	-	20 % (b)	20 % (b)	9,5 % (c)	24,5 %
Demais municípios brasileiros (fundo especial)	-	-	-	20 % (b)	20 % (b)	9,5 % (c)	24,5 %

(*) 75 % para educação e 25 % para saúde(a) redução gradual até 2019 para 4 % (b) majorado gradualmente até 2019 para 27 % (c) majorado gradualmente até 2019 para 15 % (d) deverá ser reduzido gradualmente até 24 %

Fonte: Zanotelli et al. (2021) – obra no prelo;

Toda essa tentativa de alteração da legislação explicitou as relações de poder e diferentes disputas que integram os valores ligados à Economia dos *Royalties*. Ou seja, o critério “técnico” utilizado na década de 1980 que legitimou o maior montante para Campos não tem nada de “natural”, foi construído a partir das relações que compõem o meio do momento. Da mesma forma, na atualidade, a busca por parte de outros estados e municipalidades pela distribuição mais equitativa entre os entes federados a nível nacional, não pode ser vista como “natural”. A introdução de novos regimes de concessão para exploração e produção do petróleo, a partilha e a cessão onerosa advém de articulações políticas, econômicas e sociais que foram pautadas a partir de mudanças da situação posta, da mesma maneira que a tentativa de resistência dos estados e municípios produtores ou confrontantes com a área de produção no mar, como é caso da região Norte Fluminense deve ser analisada tendo em vista essas relações.

De toda forma, a constituição da dinâmica petrolífera na região a partir da década de 1970 introduziu um elemento novo nas relações de conformação dos processos regionais que caracterizaram o Norte Fluminense. O setor petrolífero se consolidou e gerou uma série de impactos que, mesmo nos momentos iniciais, modificou as antigas relações constituídas sob influência da atividade canvieira. Gradativamente as demandas relacionadas à indústria petrolífera ganham destaque no cenário regional, preterindo as questões do setor sucroalcooleiro, que aprofunda sua recessão iniciada na década de 1980 e intensificada nas duas décadas seguintes. Novos atores surgem, outros se transformam, e consolidam o meio técnico-

científico-informacional a partir da exploração da riqueza mineral armazenada na região. Com isso se consolida uma atividade relacionada às inovações tecnológicas do mundo, que internacionalizava a economia regional na perspectiva da exploração e produção petrolífera, começava a ameaçar as bases regionais tradicionais pelas quais se dava a dominação da elite canavieira. A “identidade regional” pela qual a região foi inventada não coadunava com aquilo que estava emergindo. O Norte Fluminense deixa de ser reconhecido como açucareiro para ser a capital do petróleo nacional.

Com essas questões em vista, a partir da Lei nº 9478 de 1997 (a “Lei do Petróleo”) e o crescimento da produção petrolífera no período de sua implementação, novas regionalizações se estruturam. Com o aumento significativo da arrecadação de *royalties* e participações especiais e com a instalação das diversas empresas que atuam, direta ou indiretamente, na produção/exploração do petróleo, as dinâmicas regionais se transformam. Por este contexto são caracterizados os municípios petrorrentistas, a consolidação das economias do petróleo e da economia dos *royalties*, a constituição das zonas de produção principal, zona de produção secundária e zona limítrofe e até mesmo uma nova forma de regionalizar, derivada da ação da Ompetro (Cf. debatido no subcapítulo 2.3.2) que, mesmo não sendo estabelecida de maneira oficial pelos órgãos institucionais responsáveis pelo regionalizar, influencia as dinâmicas do regionalizar o Norte Fluminense no final do século XX e início do XXI).

Com essas discussões pode-se afirmar que a indústria petrolífera afetou os diferentes municípios que compõem a região de formas distintas, tanto em função de questões que são intrínsecas a ela (como por exemplo, a produção direta no município receptor de suas bases e o grande poder de arrasto que ela mobiliza, gerando uma força centrífuga, concentrando serviços e atividades), como também pelas situações que derivam da sua existência (como a questão dos *royalties* e do surgimento dos municípios petrorrentistas que viram suas receitas multiplicarem, convivendo com outros com menor arrecadação, modificando dinâmicas regionais). Contudo, ao mesmo tempo entende-se que as dinâmicas do setor foram influenciadas no local pelas características herdadas e pelos processos que se sucediam na região, que atuavam como um facilitador das questões demandadas pelo setor petrolífero, ou como um entrave à constituição de suas necessidades. Ao se colocar esses pontos em relevo há a possibilidade de entender como Campos, mesmo não sendo a sede das atividades ligadas ao petróleo (apoio à exploração, atividades em terra de parapetroleiras etc.), ganha tanto destaque por ser o município que recebeu, por muito tempo, a maior renda provinda da atividade de produção/exploração

petrolífera. E, por outro lado, pode-se compreender como Macaé se comporta frente as questões relativas à estruturação do setor.

3.4.3 - Um breve balanço das mudanças socioeconômicas e territoriais da indústria do petróleo

As mudanças do setor petrolífero também foram influenciadas por dinâmicas que se sucediam no mercado externo desde há muito tempo; porém, a partir de 2014, o que explicitou de maneira clara a sua dependência do mercado internacional foi uma queda brusca do preço do barril de petróleo (de U\$110 dólares no referido ano, para U\$ 30 dólares, em 2016) — mudanças que já haviam ocorrido no passado mas que não tiveram, talvez, tanta repercussão sobre o Norte Fluminense dessa vez por causa da dependência que se criou nessa região em relação a essa atividade, reiterando a dependência passada da cana — em função do aumento da oferta destas *commodities*. Esse quadro de intensa produção petrolífera no mundo se deu, dentre outros fatores, em razão da ascensão dos Estados Unidos como relevante produtor mundial; pela intensificação da produção iraquiana e a diminuição dos embargos impostos ao Irã; pela não quotização da produção oriunda da Arábia Saudita; e até mesmo pela constituição do Pré-Sal nacional.

Com a inserção maior da região nas questões que configuram o meio técnico-científico-informacional, sua situação fica cada vez atrelada ao contexto externo, dependendo dele para funcionamento. É certo que no período sucroalcooleiro já se via influência do contexto externo nas dinâmicas regionais (como no caso da Revolução Cubana, que propiciou um aumento da produção). Contudo, nesta atual fase, a integração é intensa, com transformações instantâneas, potencializadas pela configuração de submissão do país em relação à geopolítica internacional. Assim, principalmente com as mudanças nacionais empreendidas após 2014, o “tsunami” externo não é mais uma “marolinha” interna, e, sim, um “tsunami” ainda maior, com efeitos mais devastadores. É a integração transescalar dos processos regionais sendo manifestada.

O impacto recente da crise política e econômica do petróleo nas dinâmicas regionais fica explícito ao se evidenciar a variação do quantitativo dos estabelecimentos industriais, comerciais varejistas e da construção civil do Norte Fluminense e a diminuição do número de emprego nesses setores da economia regional entre os anos de 2014 a 2018 (tabela 18). Essa situação também fica evidente ao se considerar a diminuição abrupta dos valores arrecadados pelos municípios da região referentes aos *royalties* e a participação especial atrelados à

produção petrolífera. Como exemplo, se em 2014, Campos recebeu R\$ 1.208.366.996 reais, em 2019 esse valor chegou a R\$ 454.385.721.

Tabela 18: Estabelecimentos e pessoal ocupado na indústria extrativa, de transformação, construção e comércio varejista na Região Norte fluminense 2014, 2015 e 2018

Número de empresas – unidades												
Município	2014				2015				2018			
	Ind. Ext.	Ind. Trans.	Construção	Comércio varejista	Ind. Ext.	Ind. Trans.	Construção	Comércio varejista	Ind. Ext.	Ind. Trans.	Construção	Comércio varejista
Carapebus	0	4	1	61	1	10	4	66	0	8	2	65
Campos	25	606	819	3630	29	590	830	3609	29	535	691	3172
C. Moreira	3	11	8	99	4	9	7	99	6	9	8	82
C. de Macabu	3	24	14	187	3	30	16	187	1	26	14	161
Macaé	66	267	313	1737	61	253	291	1698	55	267	234	1460
Quissamã	1	25	24	131	1	24	23	120	2	21	16	109
S. F. de Itabapoana	1	26	25	339	0	29	24	336	2	27	22	310
S. Fidélis	7	53	11	285	8	45	13	276	9	39	16	237
S. J. da Barra	0	36	44	268	0	42	41	279	1	32	24	224
Pessoal ocupado total – pessoas												
	2014				2015				2018			
Carapebus	0	17	ND	295	ND	40	16	338	0	43	ND	273
Campos	ND	9526	9296	23563	ND	8272	7925	22222	ND	5562	4083	20055
C. Moreira	67	81	67	383	47	56	47	404	47	56	21	387
C. de Macabu	89	153	17	699	26	198	34	706	ND	112	21	697
Macaé	9870	6285	3930	11206	7717	5525	3422	10935	5619	4808	3239	9538
Quissamã	ND	246	97	613	ND	180	68	532	ND	178	71	446
S. F. de Itabapoana	ND	138	148	1195	0	133	84	1180	ND	108	50	1148
S. Fidélis	59	448	ND	1305	68	438	19	1392	30	334	58	1172
S. J. da Barra	0	350	1989	1076	0	549	1617	1154	ND	464	1513	947
Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas - Elaboração (próprio autor)												
Ind. Ext. = Indústria Extrativa; Ind. Trans. = Indústria de Transformação;												
Obs 1: - Os dados com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter ND.												
Obs2: Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)												

O fato é que a reestruturação da indústria petrolífera no Norte Fluminense gerou impactos significativos sobre as dinâmicas da região desde os anos 1980 que se aceleraram a partir da segunda década do século XXI com as crises sucessivas, econômicas, políticas e de desengajamento gradual da Petrobras da região recentemente. Isso torna a região suscetível aos movimentos tanto internacionais como regionais e estaduais que podem reduzir drasticamente

as receitas oriundas do petróleo, bem como aos efeitos positivos da cadeia sobre as atividades econômicas.

Cruz e Terra (2015) chamam atenção para isto ao debater os “(...) vetores ao mesmo tempo, de re-e-des-estruturantes do espaço regional do Norte Fluminense”. Segundo os autores, a implementação das grandes intervenções territoriais derivadas da indústria do petróleo acarretou uma série de transformações na região, dentre as quais, destacam-se: I) a concentração da terra rural e terra urbana; II) a interferência nos processos urbanos-regionais; III) a centralização do mercado de trabalho; IV) os impactos ambientais; V) influência sobre a estrutura político-administrativa.

Com o intuito de melhor compreender as transformações, diversos foram os trabalhos elaborados pelas instituições de pesquisas regionais e nacionais que buscaram refletir sobre a ação da indústria petrolífera e sua relação com a região. Cabe ressaltar, inclusive, que até a presença das diversas instituições de ensino nesta porção do estado está atrelada à consolidação dessa atividade. De todo modo, para melhor ilustrar essa questão, elencarei alguns destes trabalhos associando as categorias supracitadas, elaboradas por Cruz e Terra (2015). Ressaltando que não há o intuito de se esgotá-los e nem se faz aqui hierarquização de importância dos trabalhos produzidos, busca-se somente uma melhor exemplificação do debate empreendido.

A **concentração da terra rural e terra urbana** diz respeito aos diferentes processos intensificados pela instalação da atividade petrolífera. Sua existência influencia o aumento da periferização precária nos principais centros atratores, a elevação do preço da terra e da moradia, a intensificação da especulação imobiliária em terras de interesse do empreendimento ou em zonas específicas, tanto urbanas quanto rurais, criando uma nova forma de rentismo. Honorato (2008)¹³⁹ investiga estas questões e mostra como o aumento da renda provinda da atividade petrolífera intensificou a segregação urbana nos principais municípios do Norte Fluminense relacionados ao setor, enfatizando que há a necessidade da ação estatal para reverter a questão perversa da dialética que se impõe entre a geração de renda e retorno social para a região. No mesmo sentido, Ramos (2016)¹⁴⁰ explicita, tendo Campos como referência, que as modificações geradas pelo advento dos *royalties* intensificaram a periferização dos excluídos,

¹³⁹ Honorato (2008) Riqueza e exclusão: o impacto dos royalties do petróleo na expansão da miséria na Região Norte Fluminense.

¹⁴⁰ Ramos (2016): Crescimento econômico e desenvolvimento sócio-espacial em Campos dos Goytacazes.

deixando-os à parte, de maneira intencional, das benesses atreladas ao desenvolvimento deste setor.

No que tange os **processos urbanos e regionais** e suas transformações no período posterior à implementação da atividade petrolífera, tem-se estabelecido um novo eixo de dinâmicas em direção a Macaé, muito em função das indústrias produtoras que lá se instalaram. Ao mesmo tempo, Campos reforça sua condição central na hierarquia regional com a estruturação de uma rede de serviço que auxilia a consolidação desta atividade. Essas situações aumentam o abismo populacional/econômico entre os municípios desta porção do Estado, gerando um processo de exclusão em função da intensidade da relação que se tem com a atividade petrolífera. Dois polos regionais são instituídos, com intenso poder de atração, mas com singularidades intrínsecas. Cruz e Neto (2014)¹⁴¹ abordam essa diferenciação, tendo como referência o PIB, o emprego formal, a qualidade desses empregos e o salário médio mensal entre esses dois municípios e concluem que, apesar de diferentes, ambos os polos possuem vulnerabilidade elevada em relação às flutuações deste setor. Piquet (2012)¹⁴² também investiga essa diferenciação e, tendo os processos regionais como pano de fundo, discorre sobre o impacto da indústria do petróleo nos municípios do Norte Fluminense. É interessante frisar que estes autores citados apontam que não se pode entender as dinâmicas de conformação da região atual, sem buscar suas raízes nos processos anteriores.

Outro ponto intensamente afetado com a implementação da indústria petrolífera no Norte Fluminense foi a questão **do mercado de trabalho**. Diversas vagas foram criadas, tanto de baixa qualificação (ligadas ao processo de construção das infraestruturas), quanto de alta e média qualificação (associadas à operação da produção do setor), principalmente em Campos e Macaé. Com o intuito de melhor apreender as singularidades dessa questão, Ribeiro e Nogueira (2011)¹⁴³ desenvolvem um estudo em que debatem até que ponto o aumento das receitas orçamentárias, gerada pelos *royalties*, impacta positivamente na geração de emprego local, verificando se assim a atividade petrolífera pode ser considerada um elemento de desenvolvimento endógeno. No fim do estudo, os autores não conseguiram constatar qualquer relação significativa entre a incrementação da receita e a geração de empregos diretos que possam levar a um crescimento autônomo. A conclusão similar chegou Piquet, Tavares e

¹⁴¹ Cruz e Neto (2014): Assimetrias e desigualdades nos impactos do Complexo Petrolífero do Norte Fluminense: os casos de Campos dos Goytacazes e Macaé

¹⁴² Piquet (2012): O lugar do regional na indústria do petróleo

¹⁴³ Ribeiro e Nogueira (2011): Avaliação da Correlação entre Emprego e Receitas Orçamentárias de Royalties nos Municípios Produtores de Petróleo da Região Norte Fluminense

Pessoa (2017)¹⁴⁴ ao discutirem sobre o emprego no setor petrolífero e a dinâmica econômica na região. Para esses autores, há um processo de decadência da produção petrolífera estabelecida no Norte Fluminense, o que já pode ser sentido pela diminuição do saldo de empregos. Mas isso pode ser revertido a médio e longo prazo com políticas que aproveitem das estruturas criadas pela atividade indústria do petróleo.

No que diz respeito a **questões ambientais**, a estruturação da atividade petrolífera causou grande impacto. E estas transformam a região durante suas diferentes fases, desde a implantação, até o momento de operação. E estes não ficam restritos somente à atuação direta da produção, mas, sim, a toda cadeia que dá suporte ao seu funcionamento. Para melhor contribuir sobre o entendimento destas questões, Ramos (2009)¹⁴⁵ indica, com base em documentos de análise de impacto ambiental, uma série de variáveis que por seu intermédio faz possível compreender melhor estas transformações e que, ao agir sobre elas, gera a possibilidade de prevenção ou mitigação dos seus danos por ação social coletiva. De maneira diferenciada, mas tendo o mesmo foco, Marsico (2008)¹⁴⁶ desenvolve um estudo acerca do entendimento da população local sobre os impactos ambientais gerados pela atividade industrial petrolífera. Para a autora, a atividade petrolífera afeta o espaço ambiental tanto na execução de suas dinâmicas de produção e exploração, quanto nas atividades que estão indiretamente ligadas a ela, dada a sua capacidade transformadora regional.

A **organização política e administrativa dos municípios** sofreu também transformações com a atividade petrolífera. Com os *royalties* e as riquezas atreladas à produção/exploração de petróleo, o Norte Fluminense passa a abrigar alguns dos municípios mais ricos do país. Tal situação muda a configuração dos processos locais e intensifica as disparidades com aqueles que não gozam diretamente dessas benesses. Indo além, no jogo político regional, a indústria petrolífera era o “novo”, e estar associado a ela era símbolo de mudança e rompimento com as amarras tradicionais que as oligarquias do campo representavam. Assim, novos quadros políticos se apresentam, tentam dissociar sua imagem daquelas das elites tradicionais, mas mantendo laços estreitos com elas (como foi o caso das ações empreendidas por Garotinho). Sobre a questão administrativa e política ligada aos

¹⁴⁴ Piquet, Tavares e Pessoa (2017): Emprego no setor petrolífero: dinâmica econômica e trabalho no Norte Fluminense

¹⁴⁵ Ramos (2009): Indicadores de impactos da indústria de Petróleo: estudo de caso da região polarizada pelo município de Macaé

¹⁴⁶ Marsico (2008): Petróleo e gás na Bacia de Campos (RJ): percepção dos impactos ambientais pela população

royalties, alguns trabalhos foram desenvolvidos. Bretas et al. (2019)¹⁴⁷ escrevem um deles e expõem um panorama de enriquecimento intenso dos municípios da região e o risco que eles vivem nesse momento de diminuição da arrecadação em razão do declínio da Bacia de Campos em função do crescimento produtivo da Bacia de Santos. Outra obra que aborda os aspectos políticos ligado aos *royalties* é elaborada por Lemos (2009)¹⁴⁸, em que o autor observa os jogos de interesses, as disputas e os respectivos discursos moldados para argumentar a atual distribuição da partilha desta renda e como a articulação entorno destas questões influencia a dinâmica regional.

Os impactos da estruturação da atividade petrolífera não se esgotam nessas áreas expostas por Cruz e Terra (2015) e outros autores citados. Outros setores também foram influenciados por esta produção, sendo caracterizados a partir das suas dinâmicas. **É o caso da educação** e da saúde. Para atender as demandas da cadeia produtiva do petróleo e de todas as atividades atreladas a ela, uma série de cursos foram estruturados. Campos se tornou um polo de instituições acadêmicas, que tinham como intuito desenvolver estudos para e pelo setor. Assim, pesquisas foram desenvolvidas com a finalidade de melhor atender as questões pertinentes do ramo petrolífero, mas também, outras foram organizadas para entender a maneira pela qual essa atividade gerou impactos sobre a região. Neste sentido, Givisiez e Oliveira (2011)¹⁴⁹ elaboram um estudo que avalia os impactos nos indicadores de educação dos municípios da região do norte do estado do Rio e como essa questão está relacionada aos recursos provindos do setor petrolífero, chegando à conclusão que as vantagens orçamentárias acabam por não gerar efeitos positivos sobre os indicadores da educação. Apesar de não gerar efeitos positivos, não quer dizer que não impacta. E isso é ressaltado por Tavares (2016)¹⁵⁰ quando elabora uma dissertação sobre os movimentos pendulares de estudantes na região Norte Fluminense, caracterizando os fluxos entre os municípios e afirmando, em sua conclusão, a centralidade de Campos nesse processo.

No que tange **a questão da saúde**, o incremento orçamentário provindo dos recursos da atividade petrolífera gerou transformações, mas que não necessariamente significaram melhorias ou benefícios para a região. Por esta influência, alguns municípios possuem maior possibilidade de investimento no setor, mas isso não necessariamente acarreta uma melhoria na

¹⁴⁷ Bretas, Laureano, Quintanilha e Nazareth (2020): Dependência das rendas petrolíferas nos municípios do Rio de Janeiro.

¹⁴⁸ Lemos (2009) Os royalties do petróleo, as disputas entre escalas territoriais de poder político no Brasil e a construção de uma região

¹⁴⁹ Givisiez e Oliveira (2011): Royalties do petróleo e educação: análise da eficiência da alocação

¹⁵⁰ Tavares (2016): Movimentos pendulares de estudantes na região Norte Fluminense

qualidade do serviço. Em sua tese, Barros (2015)¹⁵¹ explicita essa questão ao analisar a dinâmica econômica associada à distribuição de *royalties* no financiamento e nas condições de vida e saúde dos municípios situados na região Norte Fluminense. A autora aponta que a inserção maior na economia dos *royalties* faz com que um município tenha maior disponibilidade de receita para o gasto na saúde e que isso gera uma maior capacidade instalada e do acesso a procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade. Contudo, isto não necessariamente quer dizer que haja uma maior qualidade de vida e acesso às condições de saúde por parte do conjunto da população.

Ao se abordar estas questões fica explícito que o desenvolvimento da atividade petrolífera, em todas as suas fases, desde o momento dos estudos, passando pela criação de estruturação, início das operações, chegando até a “Lei do Petróleo” que intensificou a arrecadação de alguns dos municípios componentes do Norte Fluminense, gerou impactos em diversos setores, alterando dinâmicas que influenciam o espaço regional. Contudo, não se pode dizer que a indústria petrolífera e todos os processos ligados a ela modificaram estruturalmente as questões de base que conformam a região. Afirmar este ponto é ter em mente que a cadeia produtiva petrolífera se instaura em um espaço repleto de dinâmicas anteriores, que exerceram influência na sua estruturação e que também influenciaram na sua conformação.

Assim, há uma questão dialética estabelecida, em que a atividade petrolífera influencia e, ao mesmo tempo, é influenciada pelas questões que já estão estruturadas na região. E isso é potencializado em se tratando da atividade canavieira que se fazia predominante até a sua implementação. O setor sucroalcooleiro, que deu notoriedade a esta porção do estado do Rio de Janeiro, que exerceu influência política nacional, que estruturou o espaço e conformou as dinâmicas regionais, mesmo em decadência, não deixou de exercer suas ações nesses processos. Na verdade, mesmo após anos de declínio, ainda se percebe suas marcas, seja na paisagem, seja nas questões político-administrativas, seja nos processos urbano-regionais, entre outros. Desse modo, afirma-se que a consolidação da atividade petrolífera não marcou uma cisão com a atividade sucroalcooleira estabelecida até então, mas, sim, foi sob influência desta última que a primeira foi estruturada, marcando um processo de continuidade de relações econômicas, sendo mais um elemento que influenciou e ainda influencia a “invenção da região”.

¹⁵¹ Barros (2015): Financiamento, condições de vida e saúde: rendas petrolíferas e desigualdades entre municípios da região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro

3.4.4 – Mudanças à vista? O Complexo Logístico Industrial Porto do Açu e a consolidação do meio técnico-científico-informacional no Norte Fluminense

A partir do que discorremos anteriormente, o Norte Fluminense passou por novas relações que afetam diretamente sua configuração. A região, suporte e condição das relações globais, com a constituição do meio técnico-científico-informacional, se consolida e vê aumentar a exigência pela fluidez, vendo a possibilidade de criação de infraestruturas para sua melhor inserção no mercado internacional (SANTOS, 2006); assim, começam a se fixar as bases de implementação do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu, em São João da Barra. As relações internas, a articulação entre diferentes agentes em diferentes escalas de ação (no âmbito federal, estadual, regional e local) e as dinâmicas regionais constituídas permitem melhor explicitação acerca das singularidades desse empreendimento. Realizaremos a seguir uma abordagem sobre esses processos ligados à sua implementação.

A materialização do projeto tem como marco inicial (o início das obras) o ano de 2007; contudo, como aponta Pessanha et al. (2014), as articulações locais/regionais que auxiliaram a sua constituição datam do final da década de 1990 e início dos anos 2000, período em que ações começam a ser implementadas com o intuito de facilitar sua estruturação. Segundo esses autores, no primeiro semestre de 1999, a Secretaria Estadual de Energia, Indústria Naval e Petróleo encomenda estudo técnico de engenharia verificando a viabilidade de construção de um terminal portuário oceânico no Açu com o objetivo de auxiliar a atividade *offshore* da Bacia de Campos. Com esse estudo em vista, o governo estadual promulga o decreto de lei nº 25.455 de 28 de junho de 1999¹⁵² em que declara como utilidade pública e, com isso, propício de desapropriação, diferentes imóveis na área do 5º distrito de São João da Barra, deixando claro que o faz não por questão de improdutividade ou por ser área sem dono (tanto que no corpo do texto discrimina as unidades e seus respectivos proprietários, além de explicitar, em seu parágrafo único, que inclui no processo todas as construções, plantações, acessões e benfeitorias das áreas), e, sim, que pretende, conforme disposto no artigo 2º, construir e implantar, com participação da iniciativa privada, um terminal marítimo e uma retroárea de apoio.

Interessante ressaltar que a instituição desse decreto se apoiou na lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941¹⁵³, que versa sobre as desapropriações estabelecidas por utilidade pública, implementada em contexto no qual o Estado agia como agente central do desenvolvimento e criação de infraestrutura nacional (tanto que aparelhou o aparato institucional da atividade

¹⁵²<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/230243/decreto-25455-99>

¹⁵³<https://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104450/lei-de-desapropriacao-decreto-lei-3365-41>

portuária neste período). Decerto a realidade de implementação do decreto estadual que possibilitou a desapropriação no Açu é bem diferente da que se tinha na década de 1940, principalmente no que tange a ação do governo federal, que no fim da década de 1990 se encontrava influenciado pelas políticas neoliberais, com o Estado deixando de ser um ator central na estruturação deste setor, e agindo como um regulador das iniciativas do privado. Pessanha (2017) aponta, inclusive, que o início das obras do Clipa não ocorreu no raiar dos anos 2000, por conta dessa não centralidade de ação do Governo Federal que, em função da política de privatização que Fernando Henrique Cardoso e Philippe Reitschull promoveram na Petrobrás e na gerência da Bacia de Campos e em outros setores da economia, criou várias Unidades de Negócios (UN), descentralizando as ações estatais no setor energético. De toda forma, o que há de se ressaltar é que nestes dois momentos distintos (1941 com a desapropriação em função da implementação de infraestrutura portuária; e 1999 com a reedição dessa lei em âmbito estadual), a questão portuária foi abordada como interesse geral da população, ao ponto de ser listada como atividade que justificaria o processo de desapropriação, já que propiciava o crescimento econômico nacional.

Do estudo promovido, um projeto foi proposto, Pessanha et al.(2014) o descreve, ressaltando seus aspectos: a previsão da construção de um calado de 11 metros para o porto, com o intuito de atender à atividade petrolífera, mas com possibilidade de atender as demandas de outros setores; a estruturação de um terminal que permitiria o atracamento simultâneo de 3 navios com a utilização de monoboias; a ocupação de uma área com aproximadamente 25 milhões de metros quadrados, onde seriam construídos um heliporto, armazéns, centro de serviços, hotel e condomínio industrial, além da disponibilização de terrenos para serem alugados para outras unidades fabris a custo de R\$ 1,00 o metro quadrado. Tudo isso seria construído com custo estimado de U\$ 100 milhões de dólares, que deveriam ser investido pelo governo estadual (33%), pela Petrobrás (16%) e empresas privadas, como a Odebrecht, Queiroz Galvão, Global e Coimex que ficariam responsáveis por 51% e a construção do porto.

Todos esses detalhes expostos por Pessanha et al.(2014) foram apresentados pelo então secretário estadual de Energia, Indústria Naval e Petróleo, Wagner Victor, em encontro promovido na sede da Associação Comercial Industrial de Campos (Acic), em setembro do ano 2000. Neste mesmo evento, o secretário ainda anunciou que a prefeitura de São João da Barra, a fim de viabilizar e incentivar o início das obras, havia concedido isenções¹⁵⁴ parciais de ISS

¹⁵⁴Pessanha et al. (2014) enfatiza que, mesmo o secretário informando essa situação na palestra, as isenções só foram efetivamente concedidas em dezembro de 2003, por intermédio da Lei municipal nº 32.

e IPTU. Contudo, o planejamento proposto neste momento não saiu de papel, muito em função do redirecionamento das ações governamentais no que tange o modo de proceder e agir no desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Ao mesmo tempo, há de se destacar toda mobilização que foi gerada neste período e a influência que as articulações políticas para a viabilização do projeto tiveram nas dinâmicas regionais. Para citar como exemplo, a recém-criada Ompetro se organizou¹⁵⁵ e convocou uma reunião para aprovar, por unanimidade, a implementação de ações que facilitassem a concretização do projeto (PESSANHA et al., 2014). O fato é que a própria proposta do porto já gerava um capital político importante que estava sendo utilizado para influenciar o resultado das eleições que ocorreriam no mês posterior ao evento supracitado. E por que isso era importante nesse momento? Porque esse pleito permitiria o controle das municipalidades que teriam acesso às rendas oriundas da “Lei do Petróleo” de 1997. Assim, ter relações estreitas com o executivo municipal nesse momento era influenciar a “Economia dos *Royalties*”, e por conseguinte, gerenciar receitas significativas, maiores até que de alguns grandes centros urbanos. E a estratégia foi efetivada com sucesso, tanto que alguns candidatos do então governador do estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (responsável direto pelo projeto), saíram vitoriosos da eleição, como Octavio Carneiro em Quissamã e Arnaldo Viana em Campos.

Com todas as articulações geradas em torno do projeto, uma nova base discursiva é estabelecida no Norte Fluminense, na qual não só a produção petrolífera se apresentava como a possível geradora de transformação para a região, mas também o porto, propiciando a cisão (pelo menos no âmbito discursivo) com o arcaico atrelado à falência do setor sucroalcooleiro. A partir do projeto, tem-se a constituição da ideia de que a atividade portuária, em consonância com a produção petrolífera, poderia levar a região ao desenvolvimento. E a construção desse ideário foi essencial para a sua concretização, alguns anos depois. É mais uma vez a psicofera sendo mobilizada por uma formação discursiva a fim de facilitar a estruturação da tecnosfera.

Em postagem do dia 13 de junho de 2020, no seu blog¹⁵⁶, o Professor Roberto Moraes ressalta alguns detalhes do processo de instalação do Porto do Açú. Para tanto, utiliza uma foto da matéria de capa e página inteira do extinto jornal “A Cidade”, de Campos, do dia 14 de

¹⁵⁵Pessanha et al. (2014) aponta que essa organização se deu com o intuito de fazer frente a possibilidade de construção do porto no litoral sul do Espírito Santo, assim, houve uma articulação regional para atrair os investimentos.

¹⁵⁶<https://www.robertomoraes.com.br/2020/06/revendo-alguns-detalhes-da-genese-e-do.html>

março de 1999 (Figura 46). Nela foi retratada algumas questões que estavam sendo divulgadas na época acerca da possibilidade do projeto. Utiliza-se desse exemplo para ressaltar algo que foi comum nas mídias (tanto escrita, quanto audiovisual) daquele período: a mobilização para a fixação da ideia de que o empreendimento traria benefícios para a região. Assim, tem-se caracterizada uma dupla ação discursiva, com movimentos voltados para aproveitar dos efeitos positivos ligados a construção do porto e a constituição de um discurso que seria diretamente vinculado a esses efeitos, indicando que por seu intermédio o desenvolvimento seria possível.

Figura 46: Notícia do jornal “A Cidade” do período que antecedeu o anúncio do Clipa



Fonte: <https://www.robertomoraes.com.br/2020/06/revendo-alguns-detalhes-da-genese-e-do.html>

Essa dinâmica estabelecida entre os responsáveis pelo projeto e a mídia local foi de suma importância para a sua construção, anos mais tarde. Por essa relação, uma legitimação foi estabelecida e o ideário do moderno e sua ligação com a salvação da região foi fixada. Por esse discurso, qualquer um que gerasse resistência seria um inimigo do progresso regional. Assim, ao mesmo tempo em que uma estrutura produtiva desenvolve suas bases de instalação, organiza suas dinâmicas e impõe suas lógicas, uma ação no reino das ideias é constituída, fornecendo uma espécie de base de uma “racionalidade” fundada em um imaginário para sua consolidação. Dessa maneira, pode-se dizer que o projeto do porto, por si só, não seria capaz de mobilizar as dinâmicas a seu favor como ocorreu. Isso só foi possível graças à relação com os meios de comunicação que se tornaram divulgadores oficiais de seus ideários e propagadores de seus anseios, constituindo uma psicofera para consolidação da tecnosfera (SANTOS, 2006).

De toda forma, no fim do ano 2000 houve um arrefecimento do projeto, mas as bases da psicofera já estavam fixadas. Esta se desenvolveu com maior intensidade a partir do ano de 2004. Nesse período, consolidam-se algumas mudanças que são fundamentais para a

materialização do projeto: em âmbito mundial, o Brasil se destaca como exportador de bens primários, vivenciando as singularidades econômicas ligadas ao “boom das commodities”; internamente o país redireciona suas políticas institucionais, criando e/ou expandido aparatos estatais que agiriam diretamente em ações estruturantes no território e intensificando a exploração de suas riquezas — no caso específico portuário, como já abordado, foi criada a Agência Nacional de Transporte Aquaviário [Antaq] e a Secretaria Especial dos Portos [SEP] —; na esfera estadual, o grupo político com base em Campos sai vencedor de mais um pleito eleitoral, reforçando as ligações de poder com a capital fluminense, auxiliando também a intensificação dos processos ligados à reestruturação produtiva; nas dinâmicas regionais, a expansão da Petrobrás gera um aumento da renda circulante atrelada à Economia dos *Royalties* e do Petróleo, o que favorece o estreitamento dos laços políticos das municipalidades ligadas a este setor, a fim de consolidar e manter as formas de acesso a essa fonte de recursos. Foi a partir dessas e de outras questões que o projeto do porto volta a ser uma realidade passível de ser materializada. E isso ocorre neste período muito em função da ação direta de Eike Batista.

Em livro publicado no ano de 2014, com o nome de “Ascensão e Queda do Império X”, Sergio Leo, ao empreender análise sobre a trajetória de Eike Batista, aborda algumas informações relevantes que explicitam as ações empreendidas por Batista para a efetivação do projeto do porto no Norte Fluminense. O autor mostra como o empresário possuía relações estreitas com os agentes políticos atuantes no setor energético do Brasil e que esses laços foram intensificados no decorrer do primeiro mandato do Presidente Lula (LEO, 2014). Neste período, Eike se torna um importante ator do ramo de infraestrutura do país, com acesso a diferentes projetos em todo território nacional. E é com esse cenário que Wagner Victor, agora representante no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), ligado ao governo de Rosinha Garotinho, apresenta o projeto do porto ao empresário controlador do Grupo EBX. Eike Batista aceita entrar no projeto e então todos os estudos são repassados a ele. Pessanha et al. (2014) chama atenção para o fato de que o governo do estado do Rio de Janeiro já tinha gastado quase R\$ 1 milhão em consultorias e serviços para a elaboração do projeto e que foram entregues gratuitamente ao empresário.

Assim, a partir de 2004 as ações para estruturação da tecnosfera ligadas à materialização do projeto são postas em prática. Neste ano o empresário adquire as duas fazendas, Saco Dantas e Caruara, que na gênese do processo haviam sido consideradas passíveis de desapropriação. Com isso, tem-se estabelecida uma área significativa, contígua, voltada para o litoral, onde se pretendia construir o porto e todos os empreendimentos industriais planejados. Para o início das

obras, Eike aproveita-se da sua boa inserção entre os políticos e empresários e faz uma série de captação de recursos, tanto no Brasil quanto no exterior. Leo (2014) aponta que nos momentos iniciais do projeto, o empresário anunciava ter 30 memorandos de entendimento assinados com companhias estrangeiras, que manifestaram interesse em ter relação com o empreendimento.

Contudo, alguns percalços surgiram nas fases iniciais de implementação do projeto. Com a troca no comando do governo do estado (sai o casal Garotinho e entra Sergio Cabral), houve um rearranjo nas dinâmicas institucionais ligadas ao projeto. Em 2007, na transição, Carlos Minc assume a Secretaria de Meio Ambiente do estado do Rio de Janeiro e impõe algumas proibições (em função de mobilização popular) aos planos de Eike, não cedendo, por exemplo, permissão para a construção de uma termelétrica movida a carvão e gás nas terras da Fazenda Caruara, exigindo que nela fosse implementada uma área de conservação ambiental (em 2012 ela é transformada em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural¹⁵⁷), como forma de compensação pelos impactos gerados na estruturação do terminal portuário.

Mas esta situação não significa que houve uma falta de apoio por parte do novo grupo político que assumiu o governo. O contrário é verdadeiro, tanto que a partir de 2007, com o lançamento da pedra fundamental do porto, minimizando o percalço anterior, Sergio Cabral, por meio de ações implementadas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin), institui uma série de desapropriações de terrenos ocupados por pequenos agricultores a fim de repassar essas terras ao Grupo EBX com a perspectiva de criar o Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), deixando disponível para a empresa mais de 70km² de área. Somado com as outras aquisições do empresário, todo empreendimento ocuparia cerca de ¼ de todo território do município de São João da Barra (que possui uma área total de 457,8 quilômetros quadrados). De toda forma, com essas dinâmicas tem-se constituída a retroárea que seria apropriada pelo Clipa e pela qual seriam materializadas as bases do projeto de porto Midas (Maritime Industrial Development Areas). Contudo, Eike e o governo do estado do Rio de Janeiro fazem isso, como afirma o Professor Roberto Moraes, a partir da organização de um grave e criminoso¹⁵⁸ esquema de desapropriação de terras de pequenos agricultores.

Nesse processo de desapropriação, uma medida foi implementada como forma de minimizar os problemas das famílias retiradas de suas terras: a construção da Vila da Terra. Esta foi instituído pela LLX, em ação conjunta com a Codin e a Prefeitura de São João da Barra

¹⁵⁷ <https://portodoacu.com.br/rppn-caruara/>

¹⁵⁸ <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/02/28/sergio-cabral-confessa-propina-de-eike-batista-para-construir-porto-do-acu-rj>

como parte das medidas mitigadoras associadas ao empreendimento. De maneira geral, essa construção se configurava como um programa de reassentamento destinado àqueles (inicialmente 90 famílias) que foram atingidos pelas obras do Porto do Açú. Ainda como parte das ações mitigadoras, a empresa foi obrigada a estruturar o local dos novos sítios e prestar auxílio em questões produtivas. Para a efetivação desta ação, a LLX contratou duas empresas: a EBTE Engenharia¹⁵⁹ (que construiu o loteamento que ficava nas terras da antiga Fazenda Palacete) e a Synergia Socioambiental¹⁶⁰ (que ficaria responsável por desenvolver o programa de assistência a produção agrícola). Em vídeos corporativos do período, com o fim de fortalecer a psicofera atrelada ao empreendimento, a Vila da Terra era apresentada como produtiva, com casas mobiliadas, área comum de lazer e toda estrutura urbana e produtiva que qualquer indivíduo possa querer. Contudo, a realidade de hoje (e até mesmo no momento de sua implantação) é que são obras inacabadas e atingida por diversos problemas¹⁶¹ como a regulamentação da escritura e propriedade da terra¹⁶², com diversas propriedades, inclusive, sendo vendidas ou alugadas.

De todo modo, mesmo com todos os problemas apontados no momento da desapropriação e a luta contra as expropriações, organizada principalmente pela Associação dos Proprietários Rurais de Imóveis de São João da Barra (ASPRIM)¹⁶³, as ações de Eike Batista e de seus parceiros políticos e econômicos foram efetivas, com a retirada da maioria das famílias de suas propriedades. Boa parte desse êxito se deve à mobilização da psicofera, que propagou a ideia de que a implementação do porto só traria benefícios para a região, levando o Norte Fluminense ao desenvolvimento. Essa noção fica muito clara nas falas de “Dona Ana” e do “Seu Antonio”, em vídeo¹⁶⁴ produzido pela Uniflu/Fafic chamado “Narradores do Açú”, em

¹⁵⁹ A EBTE foi comprada pelo grupo EBX no ano de 2009, está diretamente associada aos problemas do empresário revelados na “Operação Lava-Jato” e em escândalo ligado a obras na Marina da glória, no Rio de Janeiro. Notícia disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/justica-federal-cancela-concessao-da-marina-da-gloria-para-eike-batista/>

¹⁶⁰ Essa empresa teve problemas judiciais com os residentes em áreas que sofreriam impactos diretos da exploração mineral, promovida pela VALE, BHP e Samarco. Estes moradores diziam que os estudos de impactos elaborados pela Synergia Socioambiental não condiziam com a real necessidade do local, retirando responsabilidades das empresas de exploração em detrimento aos atingidos. A reportagem explicita um pouco mais os problemas. <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/os-atingidos-tambem-querem-seguranca-juridica-afirma-defensor-publico>

¹⁶¹ <http://www.robetomoraes.com.br/2012/07/vida-na-vila-da-terra.html>

¹⁶² <https://blogdopedlowski.com/2013/12/02/em-audiencia-diretor-da-llx-reconhece-que-a-situacao-dos-moradores-da-vila-da-terra-ainda-nao-foi-resolvida/>

¹⁶³ A ASPRIM, com a liderança da Dona Noêmia Magalhães, recentemente conseguiu reverter algumas decisões que foram feitas a favor da PRUMO e agiram para tentar retomar pequena parte das terras que lhe foram “roubadas” com o processo de desapropriação. Ver: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/especiais-bairros/desapropriacoes-em-pe-de-guerra-10857593>

¹⁶⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=RA9h2AKG1Sc>

que esses agricultores relatavam suas rotinas em contexto da desapropriação de suas terras e argumentavam que não eram contra o desenvolvimento, mas, sim, querem ser respeitados, não serem “expulsos de suas terras como bicho”.

A apropriação desse ideário desenvolvimentista para justificação e mobilização da psicosfera não é aleatória. Ela encontra propagação na predominância das relações arcaicas presentes da região, fruto das relações promovidas pelo setor sucroalcooleiro, que no decorrer da consolidação do meio técnico-científico-informacional não era sinônimo de riqueza, e, sim, de miséria. No período de construção das obras eram constantes as reportagens em todos os tipos de mídia (jornal, TV, rádio, sites etc.) que exaltavam as benesses relacionadas ao empreendimento, afirmando que por sua ação, uma nova realidade seria constituída a partir da constituição de infraestrutura industrial que desvincularia a região das dinâmicas agrícolas, associadas ao atraso. Essa noção propagada constantemente, associada a realidade regional de precariedade, tendo, por exemplo, os municípios de São Francisco do Itabapoana e Cardoso Moreira com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) nos anos 2000, segundo dados da Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD - 2000), encontrou bases ideais para sua fixação. Inclusive, cabe destacar que essa precariedade foi um dos motivos que levou Eike a se interessar pelo projeto na região, haja vista o preço da terra (a mais baixa, se comparado a outras porções litorâneas) e pelo fato, como expôs no Programa Show Business de 30 de janeiro de 2017¹⁶⁵, apresentado por João Dória, do Norte Fluminense ser o “Nordeste” do estado do Rio de Janeiro, devido à pobreza ser um traço característico.

Assim, tem-se consolidado o avançar da psicosfera entorno da tecnosfera ligada ao Clipa. Em trabalho recente onde empreendeu uma análise de conteúdo das notícias nas mídias impressas de circulação regional, Maia (2016) consegue elucidar a intensidade da mobilização dos agentes ligados ao porto na instituição do ideário desenvolvimentista em prol do projeto. A autora estabeleceu como fonte de dados os jornais Folha da Manhã, O Diário e Jornal Quotidiano (esse exclusivo de circulação local do município de São João da Barra), em um recorte temporal de 2006 a 2015, como base para explicitar as características propagadas nesse período. No texto, a autora enfatiza o fato de que o tema mais recorrente na agenda da mídia impressa regional do contexto era o “Desenvolvimento, crescimento econômico e investimentos” e enfatiza que os principais agentes debatedores das reportagens eram empresários e políticos da região, reduzindo espaço de interpretação de especialistas e

¹⁶⁵<https://www.youtube.com/watch?v=UbZmXRvzW9A>

estudiosos do assunto (MAIA, 2016). Abaixo, a fim de explicitar essa questão, monta-se um quadro (Figura 47) com notícias que eram comuns de serem elaboradas no período em questão.

Figura 47: Notícias dos jornais de circulação regional acerca do Clipa



Fonte: MAIA (2016); reportagens dos dias 26/06/2006, 26/10/2007, 12/03/2008 e 08/01/2013;

Essa psicofera constituída por Eike e outros agentes relacionados ao empreendimento não serviam apenas para o convencimento da população. O ideário propagado tinha também como finalidade a atração de investimentos para o Clipa, fazendo-o ser viável financeiramente. E, no primeiro momento, obtiveram êxito nessas ações, muito em função da conjunção de fatores que se alinhavam a favor da materialização do porto. No plano internacional, o preço do minério de ferro encontrava-se elevado, tornando viável a construção de uma estrutura de escoamento desta mercadoria (na gênese do projeto, a exportação do minério de ferro extraído pela Anglo-American no município de Conceição de Mato Dentro - MG era um dos principais argumentos de “necessidade” para a efetivação do porto); as questões nacionais também corroboravam para sua criação, haja vista que o desenvolvimento das obras ocorreram no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com investimento por parte do governo federal no setor de infraestrutura e logística; soma-se a essa questão a descoberta do Pré-Sal e a intensificação das ações governamentais no setor petrolífero, o que tem reverberação direta na dinâmica portuária e nas relações do território fluminense; em âmbito local, “facilidades” eram cedidas para os agentes responsáveis pelo empreendimento a fim de que sua

construção fosse possível, como a aprovação (em tempo recorde) do Plano Diretor de São João da Barra que definiu como e onde seriam as zonas de expansão industrial do município, alinhando-se com os anseios das empresas responsáveis pelo porto, concedendo-lhes e garantindo-lhes maior possibilidade de ação sobre o território (PESSANHA et al., 2014). A ingerência da empresa sobre o território era tamanha que a eleição do município, em 2013, foi enfatizada em mídia nacional como “o pleito¹⁶⁶ da cidade do Eike¹⁶⁷”.

O empresário que colocou em prática o projeto conseguia utilizar bem dessas questões para atrair investimentos para o Clipa. Suas projeções megalomaniacas constituíram um ideário que mobilizou intenções por parte de empresas nacionais e internacionais, de utilização da estrutura logística do porto. Se no início das obras havia 30 memorandos de intenção de participação do projeto, esse número, em 2010, passou para 60¹⁶⁸, o que mostrava uma perspectiva de solidez e, acima de tudo, ressaltava a consolidação da psicofera em torno do empreendimento.

Entretanto, não tardou para as bases desse ideário se desmantelarem, principalmente no que tange a efetivação da intenção das empresas em utilizar as estruturas do porto para suas dinâmicas. A partir de 2010 o que se viu foi uma série de desistências dos memorandos de intenção, com destaque para a siderúrgica chinesa Wuhan, cuja manifestação de pretensão de investimento envolveu os mais altos cargos do executivo dos dois países, com visita diplomática envolvida no ato da assinatura da intenção.

Concomitantemente às desistências e influenciando diretamente essa questão, vê-se uma mudança no contexto que favorecia o sucesso do empreendimento. Mesmo que mantivesse sob controle os arranjos políticos e regionais, o contexto internacional e nacional sofreu mudanças. No final da década de 2000 houve um aumento significativo da produção de minério no Brasil e mundo¹⁶⁹ (o que auxiliou a criação das expectativas relacionados ao Clipa), que veio acompanhada, nos anos seguintes, de uma queda do preço do produto no mercado¹⁷⁰, desajustando as bases de atuação de Eike. O *boom* das *commodities* que trouxe tantas riquezas para o país já não se fazia tão presente em meados da década de 2010¹⁷¹. Soma-se a isso o fato

¹⁶⁶ Esse pleito foi importante por marcar a cisão dos grupos políticos de Garotinho e Cabral no cenário fluminense, mostrando suas mobilizações e suas filiações em torno de arrebatar o apoio desses investimentos, ao mesmo tempo em que buscaram capitalizar processos relacionados a sua existência.

¹⁶⁷<https://veja.abril.com.br/brasil/a-disputa-pela-prefeitura-na-cidade-de-eike-batista/>

¹⁶⁸<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,porto-do-acu-sai-do-papel-e-atrai-investimentos,539749>

¹⁶⁹<http://portaldamineracao.com.br/en/producao-de-minerio-de-ferro-deve-alcancar-2-bit-em-2012-onu>

¹⁷⁰<https://veja.abril.com.br/economia/minerio-de-ferro-tem-menor-preco-desde-novembro2011/>

¹⁷¹<https://www.infomoney.com.br/colunistas/terracco-economico/fim-do-superciclo-das-commodities-e-as-contas-publicas/>

de diversas ações equivocadas do empresário, como o investimento no setor energético do país, por intermédio de sua empresa petrolífera OGX, em poços que se mostraram não rentáveis, trazendo prejuízo para suas empresas.

Com todo esse cenário, que acarretou atrasos nas obras, decretação de falência e problemas judiciais (que tempos mais tarde ficou explícito na ação ilícita que gerou pedido de prisão do empresário), Eike, no segundo semestre de 2013, vende 53% de suas ações da LLX para o fundo financeiro americano EIG Global Energy Partners. Este assume o controle do Clipa, se compromete a manter¹⁷² a estrutura pensada no projeto inicial do porto. Contudo, impõe novos rumos ao projeto com ações voltadas, principalmente, para dar base a indústria petrolífera, se constituindo, anos depois, um importante ponto de apoio as dinâmicas *offshore*. No fim do ano de 2013 o fundo que assumiu a controladoria do empreendimento muda o seu nome para *Prumo* e implementa uma série de modificações, excluindo, principalmente, os planejamentos megalomânicos de Eike (como a criação da “Cidade X”, divulgada pelo empresário em palestras e eventos para arrecadar investimentos).

Mas há de se ressaltar que as readequações feitas pelos controladores do empreendimento não permitem dizer que o projeto hibernou, perdendo capacidade de atração de empresas, ou que não possui mais capacidade de influenciar a dinâmica regional. O quadro 5, elaborado a partir dos relatórios financeiros da PRUMO e pelas notícias que são divulgadas no noticiário nacional/regional, explicita o dinamismo atual do empreendimento com as empresas que já possuem infraestrutura montada na área do Clipa, seu ramo de atuação e a área ocupada. A figura 48 apresentada logo depois permite a compreensão da distribuição desses empreendimentos na área do porto.

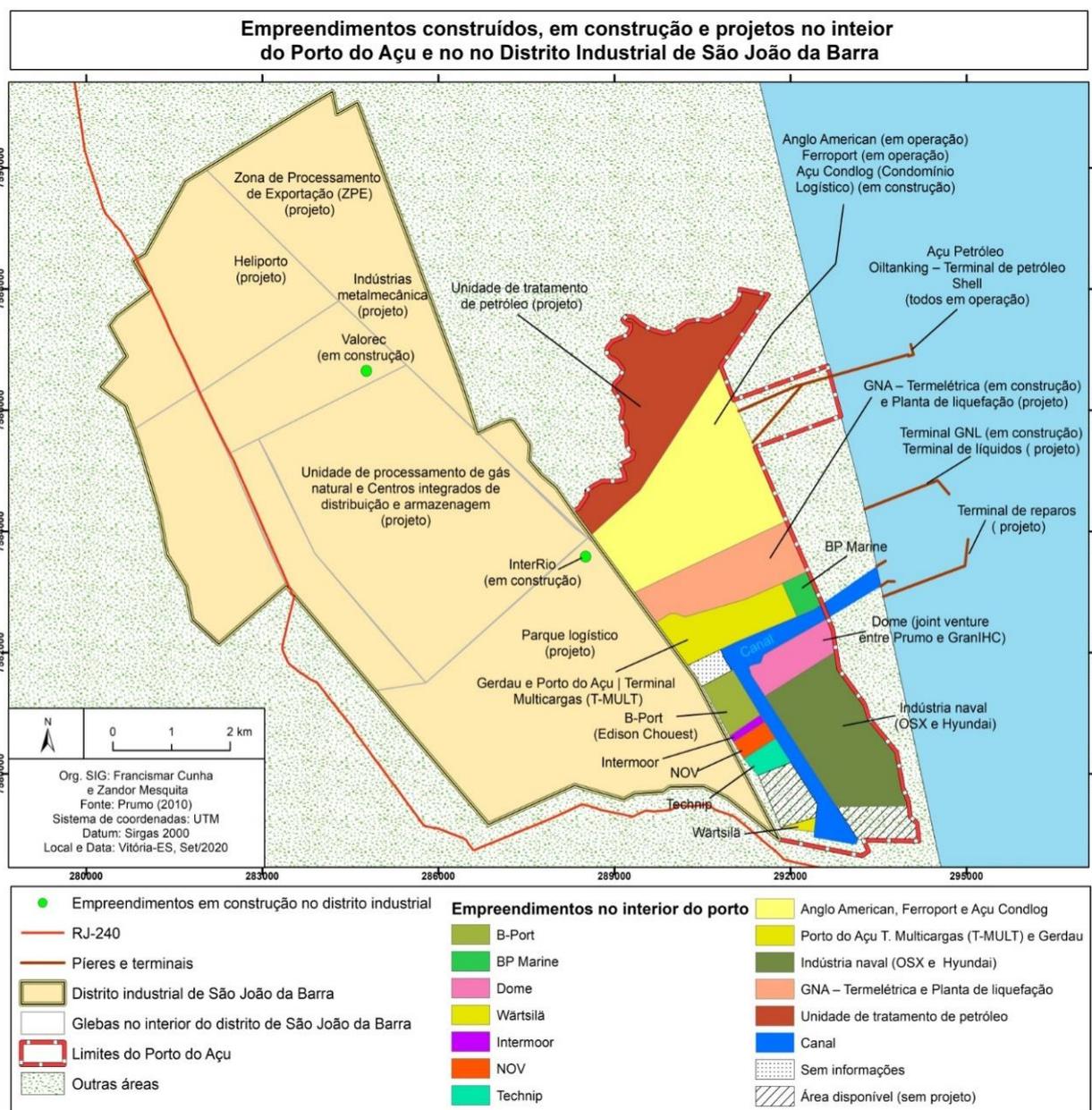
¹⁷²<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-02/grupo-americano-garante-manutencao-de-compromissos-assumidos-por-eike>

Quadro 5: Empresas que atuam no Clipa em 2021

Empresa	Ramo	Área arrendada	Informações extras
Techinip	Dutos flexíveis	289.800mil m ² (22 milhões por ano)	- Aluguel de área e infraestrutura - Ganhou novo contrato com a Petrobrás em 2015
Anglo American (Ferroport)	Minério		- Plano de expansão; - Volume garantido 26,5 milhões de toneladas; - 1,2 bilhões de dólares o capital total investido pela Anglo American no Porto, sendo que na primeira fase se comprometeu a pagar 525 milhões de dólares
OilTanking / T-OIL (Açu Petróleo)	Petróleo		- Volume garantido 200 mil barris por dia; Plano de expansão (7 a 10 milhões); - Capacidade licenciada = 1,2 milhões de barris por dia; - Possui contrato com a Equinor, Galp, Petrobras e Shell;
BP (BP Marine)	Combustível marítimo	215.079m ²	- Ligada a NFX (empresa formada pela Prumo e BP)
Porto Antuérpia	Terminal multicargas	90 km ² de área industrial e molhada	- Diz ter como atrativo: armazenagem; ferrovias (em projeto) e 2 rodovias não congestionadas; - 10 milhões de dólares pelo aluguel de áreas no complexo portuário, recebendo 1,176% do capital social do Porto do Açu + 1 assento no conselho de administração (acordo pode ser expandido com mais 10 milhões, recebendo 2,352% de participação)
DOMÉ – (GranIHC)	Serviços integrados para O&G	47 mil m ² - ou 30 mil m ² (passam as duas afirmações) (460 m de Cais e 17m ² edificados)	- Hibernação de unidade <i>offshore</i> ; - Construção e integração de módulos e Skids; - Manutenção e reparos navais;
Edison Chouest	Apoio <i>Offshore</i>	597.400m ²	- Inicia com área de 255.200 m ² , mas com acordo prévio para possibilidade de expansão – 600 mil m ² de área); - Mais de 250 operações todo mês em 9 berços operacionais; - Possui 6 berços contratados pela Petrobrás, 1 pela Chevron e 1 pela Equinor;
NOV	Tubos flexíveis e apoio <i>offshore</i>	121.905m ²	
InterMoor	Ancoragem para plataforma e FPSO's	52.302m ²	- Previsão de 3,6 milhões por ano de gasto com o aluguel
Wartsilla	Geradores e propulsores azimutais	22.193m ²	- Planta de montagem (não operava)
OceanPact	Hub de atendimento e emergência portuárias	29.300m ²	- Alugava uma área da Dome; - Vai alugar área que era da Wartsilla;
Equinor			- Contrato ship to ship no T-Oil; - Mesmo estilo da Shell e Petrogal;

Fonte: Diversas; **Elaboração:** Próprio Autor

Figura 48: Mapa da área ocupada e dos empreendimentos construídos no interior do Clipa - 2021



Fonte: Diversas; **Elaboração:** FERREIRA (2021)

Dois pontos podem ser destacados após a análise das informações contidas no quadro 5 e na figura 48. O primeiro diz respeito à predominância das empresas multinacionais ligadas à atividade *offshore* na locação das áreas do Clipa, o que evidencia a estratégia da Prumo de voltar suas ações para a dinâmica do setor petrolífero e na consolidação de infraestruturas voltadas para o setor energético. Tal ação tende a intensificar com a consolidação do *hub* de gás em seus domínios que, além da geração de energia a partir de termelétrica movidas a Gás Natural Liquefeito (GNL) (retomando e readequando o projeto barrado pela ação da Secretaria Estadual

de Meio Ambiente no momento de solicitação das licenças), também permitirá acesso e controle de parte das principais redes de dutos de fluxo de gás natural do Brasil, principalmente após a construção da Gascav (que será melhor abordado no capítulo posterior).

O segundo ponto diz respeito à relação da área efetiva utilizada para o funcionamento do porto e a área desapropriada que foi cedida à empresa e que não está sendo utilizada. Como já foi abordado, no processo de constituição do Distrito Industrial de São João da Barra, uma grande parcela do município, cerca de 1/4 do seu território, ficou sob o controle da Prumo que agiria na atração de empresas e indústrias para essas áreas, criando empregos e dinamizando a economia regional. Contudo, passados 14 anos do início da construção de sua infraestrutura, e após o redirecionamento dos planos da empresa, o processo de desapropriação e a quantidade enorme de área cedida a Prumo não se justifica. Para exemplificar essa situação, segundo relatório elaborado no ano de 2017 pela Brasil Plural S.A, ligada ao Banco Múltiplo, a controladora do Clipa possuía, aproximadamente, 13,9 km² de área locada para empresas, estando ainda disponível para locação, mas sem uso efetivo, 51 km² (sem contar aqui a área da Reserva de Proteção Particular Natural – RPPN Caruara). Ou seja, o projeto do porto teve redirecionamento, as ações e possibilidades de dinamização da economia regional foram alterados, mas os benefícios adquiridos no momento inicial das promessas de transformação se mantiveram.

Com esse quadro posto, o que não mudou foi a atuação contra os desapropriados que continuam sem suas terras e constantemente sofrem com a intervenção e pressões dos agentes ligados à consolidação do projeto (vide casos de retiradas dos bois¹⁷³). O Clipa continua tendo controle de boa parte do território de São João da Barra, agindo de acordo com suas demandas, estruturando-o a partir das necessidades que são postas pelos agentes que buscam suas estruturas para desenvolvimento de suas dinâmicas.

De todo modo, no início do século XXI houve uma maior consolidação do meio técnico-científico-informacional na região, com a efetivação da dinâmica portuária industrial do Clipa, que se desenvolve *pari passu* às questões da atividade petrolífera e suas relações instituídas *offshore*. As ações oriundas desses setores integram o Norte Fluminense de maneira mais intensa ao espaço externo, constituindo novos fluxos, internacionalizando dinâmicas, inserindo a região nos processos de globalização. Mas isso não quer dizer que, como ressalta Santos (2006), a particularidade regional foi sucumbida pela homogeneização ligada às questões

¹⁷³ <https://blogdopedlowski.com/2018/05/22/o-porto-do-acu-e-seu-jogo-de-vacas-marcadas/>

globais, pelo contrário. Segundo o autor, estas singularidades “(...) são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam” (SANTOS, 2006, p. 165).

Assim, não se pode dizer que as atividades que marcaram o avançar do meio técnico-científico-informacional promoveram cisões completas nas dinâmicas que caracterizam o Norte Fluminense. Sua constituição se deu em espacialidade histórica e socialmente produzidas, com fixos estabelecidos e fluxos estruturados aproveitando-se deles para sua consolidação. É por sua interação que a região se materializa como uma categoria de prática e de análise. Assim, um melhor entendimento sobre a organização desses fixos e fluxos que conformam a região se faz interessante, ressaltando como eles evidenciam permanências, ou foram ressignificados por cisões que se sucederam na região. O capítulo seguinte se aprofunda nessa discussão.

4 – EVOLUÇÃO DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO E DOS EQUIPAMENTOS DO NORTE FLUMINENSE

A partir das discussões realizadas anteriormente, fica evidente a importância da abordagem relacional para compreensão da conformação da região. Entende-se, assim como Raffestin (1993) ao trabalhar a constituição dos limites territoriais, que o regional não existe de maneira autônoma, e, sim, se configura através de um conjunto de relações, pelas quais torna inteligível a realidade. Assim, explicitar o complexo relacional que compõe uma problemática permite a elucidação das diferentes manifestações espaciais que o singulariza, já que essas relações constituídas produzem materialidade, pelas quais dinâmicas são instituídas (RAFFESTIN, 1993).

Isso decorre do fato de que as formas obedecem a um dado ordenamento sócio-político do grupo que as constrói, executando uma determinada função, ligada a uma sociabilidade vigente que, ao mesmo tempo, regula o espaço e os recursos nele contidos (MORAES, 2005). Contudo, essas relações não são imutáveis. Ao longo do tempo elas podem assumir características distintas em função da variação das interações entre os diferentes grupos que compõem as relações. Por essa questão, como aponta Santos (2006, p. 141), “(...) o espaço está sempre mudando em sua fisionomia, em sua fisiologia, em suas estruturas, em suas aparências e em suas relações”. Assim, a constituição de uma materialidade espacial é, ao mesmo tempo, relacional e processual.

Como tal, a espacialização produzida é, concomitantemente, universal (na medida em que se estrutura a partir de processos que não são exclusivos) e singular (conformando-se por interações específicas, tanto em relação ao meio natural, quanto em relação ao meio construído que lhe abriga), constituindo uma formação sócio-espacial localizada temporal e espacialmente, não podendo ser vista a parte seu contexto ou processos conformadores. Assim, as materialidades derivadas desse processo, pelas quais dinâmicas são instituídas, singularizam essa espacialidade, propiciando uma homogeneidade interna, ao mesmo tempo em que se diferencia ante as demais. Dessa maneira, a região é configurada. Isso porque, como aponta Santos (1977; 2006), as questões regionais¹⁷⁴ são resultantes do agir social, econômico e

¹⁷⁴ Cabe ressaltar dois pontos ao debater a região em Milton Santos: em primeiro lugar, não existe uma obra específica em que o autor se debruce sobre aspectos específicos do conceito. Em verdade, há uma obra organizada pelo professor Luiz Cruz Lima, da Universidade Estadual do Ceará intitulada *Conhecimento e reconhecimento: uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo*, publicada em 2003, em que são transcritas aulas dadas por Milton Santos na instituição e uma delas se chama *Região: globalização e identidade*. Contudo, mesmo não tendo uma obra específica, a análise regional está presente em diversos textos do autor, só que de maneira pulverizada. Em segundo lugar, deve-se ter em mente que houve uma transformação do pensamento de Milton Santos acerca

político que interagem continuamente entre eles e com o meio que lhe recebe, motivados por relações externas e internas, que são alteradas no decorrer do tempo, mas que compõem e estruturam uma espacialidade singular, pela qual se pode evidenciar esses processos.

Isto posto, as características constituídas pelas quais o espaço é produzido e a região é conformada só podem ser analisadas em função dos processos que a engendraram; da mesma maneira, a forma criada só se revela pelo seu uso social a cada momento, que lhe atribui conteúdo ao qualificá-la como um valor de uso (MORAES, 2005). Por intermédio dessa dinâmica, construções e destruições passam a integrar uma mesma espacialidade, qualificando-a e influenciando apropriações futuras, reificando formas herdadas, atribuindo-lhes uma funcionalidade em face à organização social vigente, em um processo cumulativo e em contínuo movimento, pelo qual se pode contar uma história, mesmo que parcial.

Desta maneira, apropriação, fixação e perenização (MORAES, 2005) são importantes para o entendimento das dinâmicas que caracterizam o regional hoje. Por esta perspectiva, as continuidades e descontinuidades são importantes para o entendimento do que foi produzido espacialmente, pois evidencia as transformações que se sucederam sobre bases e processos tempo-espaciais desiguais. Na conformação das novas dinâmicas espaciais, as formas e conteúdo de outrora não obrigatoriamente são apagadas em função do novo, pelo contrário, elas podem persistir simultaneamente, ganhando diferente função, servindo, inclusive, aos propósitos do espaço dito moderno que se instaura.

Partindo dessas discussões, dos debates empreendidos ao longo da tese e levando em consideração a existência da região como um “arte-fato” (produto-produtora de diferenciação espacial, de articulações regionais e do comportamento dos agentes sociais que a conformam, variando constantemente ao longo da variação dos meios) busca-se, neste capítulo, a compreensão das dinâmicas que caracterizam a região na atualidade, assim como o melhor entendimento sobre a situação de Campos na composição das relações atuais do Norte Fluminense. Mais especificamente, investiga-se a maneira pela qual a cidade ainda mantém relativa centralidade nos processos que constituem o espaço regional na contemporaneidade, mesmo não sendo a base espacial pela qual novas atividades produzem materialidade (a atividade petrolífera tem sua estrutura consolidada em Macaé e o Clipa em São João da Barra).

da região. Ao se pegar um dos seus primeiros livros, a *Zona Cacaueira*, de 1957, a região era tratada como um simples recorte espacial que abrangeria mais processo que a área. Já a partir da década de 1970, há uma complexificação de sua análise, influenciada pelos escritos de La Blache e pela questão marxista de tratar a espacialidade como fruto de processos históricos relacionados com a questão do capital.

Assim, o intuito é analisar como o regional é conformado por processos anteriores e atuais, consolidado por rupturas e continuidades que articulam os diferentes níveis do Norte Fluminense.

Para tanto, empreende-se análise sobre os fluxos e fixos que compõem e caracterizam a região na atualidade. Assim, busca-se compreender a maneira pela qual diferentes espacialidades foram sendo conformadas pelas distintas estruturas criadas (e vice-versa), ao longo do tempo, de maneira processual, enfatizando as diferentes relações que influenciaram sua composição e dinâmica. Ou seja, põe-se em evidência as infraestruturas que caracterizam o Norte Fluminense na atualidade, mostrando como elas se comportam e conformam a região hoje (em contexto nacional e local), ao mesmo tempo em que se explicita a maneira com que elas foram criadas, relacionando-as com os interesses ligados à sua constituição. A partir disso, pretende-se ressaltar a maneira como, mesmo após o declínio do setor sucroalcooleiro e a ascensão de outras atividades econômicas, os fluxos e fixos ainda encontram em Campos uma base de convergência. Acredita-se que estas estruturas que foram sendo constituídas ao longo do tempo e a função que lhes foi atribuída criaram materialidade que possibilitaram sua posição de destaque nas dinâmicas regionais.

Como fica explícito na tabela 19 e na figura 49, Campos dos Goytacazes através da história continuou sendo o espaço central do Norte Fluminense com a consolidação da atividade petrolífera e com o início de estruturação do projeto portuário/industrial, a partir de dinâmicas que foram sendo constituídas em períodos anteriores, que tiveram sua gênese no meio natural e artificial (com a ocupação da planície aluvionar do Rio Paraíba do Sul e o aproveitamento dos recursos hídricos para criação de rotas que interconectavam os diferentes espaços apropriados), passando pela mecanização do meio técnico (onde estradas de ferro e estradas de rodagem foram seguindo essas lógicas alterando a paisagem e reforçando o vínculo regional pela maior possibilidade de deslocamento entre os diferentes pontos), até a produção e circulação de energia e os fluxos materiais e imateriais que caracterizam o meio técnico-científico-informacional.

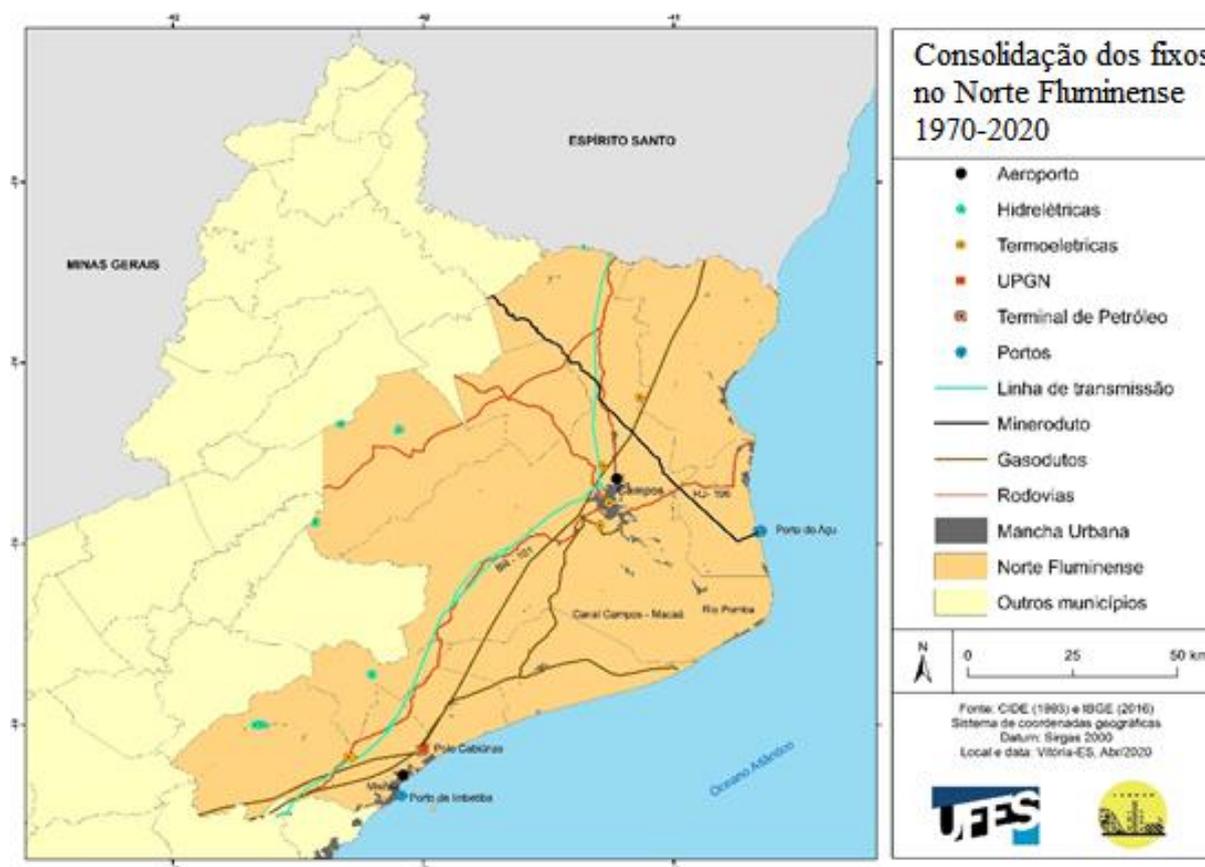
A tabela 19 e a figura 49 resumem o que vai ser analisado em seguida: infraestruturas de circulação, equipamentos aeroportuários e portuários, energia, telecomunicações, acesso à telefonia e à internet, agências bancárias e serviços comerciais.

Tabela 19: Distribuição das infraestruturas que constituem as dinâmicas regionais, por município, no Norte Fluminense (2020)

Município	Rodovia	Gasoduto	Mineroduto	Porto	Aeroporto/ Heliporto	Termelétrica	Hidrelétrica	Linha de transmissão de energia	Antenas de telefone	Empresas banda larga	Agência bancária
Campos dos Goytacazes	4	Sim	Sim	Não	2	1	Sim	Sim	194	6	34
Carapebus	1	Sim	Não	Não	0	0	Não	Não	5	1	1
Cardoso Moreira	1	Não	Sim	Não	0	0	Não	Não	4	4	1
Conceição de Macabu	1	Não	Não	Não	0	0	Não	Não	5	2	3
Macaé	1	Sim	Não	Sim	1	2	Não	Sim	141	7	25
Quissamã	2	Sim	Não	Não	0	0	Não	Sim	12	1	4
São Fidélis	2	Não	Não	Não	0	0	Não	Não	7	2	4
São Francisco de Itabapoana	1	Não	Não	Não	0	0	Não	Sim	18	1	4
São João da Barra	1	Não	Sim	Sim	0	0	Não	Sim	28	3	4

Fonte: Diversas; Elaboração: próprio autor

Figura 49: Mapa com a distribuição das infraestruturas que influenciam as dinâmicas de conformação do Norte Fluminense na atualidade



Como fica evidente na figura 49, por Campos passam os principais fluxos que permitem a interconexão regional e, associado a isto, no município estão materializadas a maior

quantidade de fixos que permitem a circulação. Entretanto, a convergência de infraestruturas, em si, não determina a centralidade de um espaço ou a localização de uma indústria (LENCIONI, 2007). As dinâmicas caracterizadoras regionais estão ligadas tanto às diversas relações (políticas, sociais, econômicas e culturais) que são constituídas na contemporaneidade, quanto aos processos (naturais e antrópicos) anteriores que homogeneizaram uma dada espacialidade, diferenciando-as das demais. Como afirma Santos (1977, p. 85), “(...) os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção”.

Assim, novas atividades surgem e imprimem suas ações no espaço, configurando rompimento com as dinâmicas anteriores, mas se aproveitam de configurações já conformadas, caracterizando as permanências. Sendo mais específico, a atividade petrolífera e o porto são implementados na região como importantes elementos transformadores do território, mas estes se aproveitam das estruturas e dos fluxos anteriores constituídos para se consolidar. E é no balanço desses fluxos que o regional é conformado. Isso explica o papel de Campos na consolidação desses novos meios de circulação que servem as atuais atividades produtivas, centralizando processos que são importantes para seu funcionamento, mesmo não tendo em seus domínios o processo produtivo, no nosso caso o petróleo contemporaneamente.

Santos e Silveira (2006) expõem que os últimos anos do século XX são marcados pelas mudanças territoriais em função dos acréscimos técnicos, que renovam sua materialidade e influenciam nas dinâmicas econômicas e sociais em cursos. Esses objetos técnicos, criados para atender a demanda de quem os concebe e o implanta, mesmo que suscetíveis a ressignificações, produzem materialidade no território, tanto pelas infraestruturas que são produzidas para sua implementação, quanto pelos fluxos que são constituídos na sua realização (SANTOS, 2006). Nesse processo, meios de circulação materiais e imateriais são constituídos, sendo parte integrante da conformação regional.

4.1 – OS FIXOS E A ESTRUTURAÇÃO REGIONAL: HIDROVIAS, FERROVIAS E RODOVIAS

A gênese da conformação regional do Norte Fluminense e seus fixos de circulação, conforme já debatido no capítulo três, está ligada a atividade canavieira. Foi tendo-a como base que Pero de Góis fez a história da estratégia de povoamento da capitania de São Tomé que se desenvolveu com a produção canavieira como vimos. Mas não foi só por conta da produção de açúcar que a porção norte da Província do Rio de Janeiro se destacou no passado. Como aponta

Prado Junior (1942), essa região, no decorrer dos séculos XVII e XVIII era muito importante para o fornecimento de açúcar, insumos alimentícios e produção de gado para a futura Capital Imperial. Neste período, Campos agia como empório comercial, exportando para o Rio de Janeiro produtos provenientes de Minas, Espírito Santo, São Fidélis, Santa Maria Madalena e parte de Cantagalo (CHRYSTOMO, 2009). Assim, redes que interligavam essas diferentes partes da colônia foram estruturadas, tendo Campos como um importante ponto de conexão com o Rio de Janeiro.

O fato foi que em meados do século XIX os meios de circulação fluviais instituídos no Norte Fluminense, tendo Campos como ponto nevrálgico, contavam com seis canais, treze rios e duas lagoas navegáveis (CHRYSTOMO, 2009). Contudo, seus altos custos de manutenção, que assoreavam e limitavam a circulação, as incertezas provocadas pelas intempéries atmosféricas, entre outras questões, foram limitando a circulação por vias fluviais. Além disso, com o advento da máquina a vapor, a maquinização do espaço e a inauguração do meio técnico, que posteriormente foi caracterizado pela introdução das estradas de ferro na região, fizeram com que o governo imperial deslocasse ações para a instituição da malha ferroviária. Gradativamente, foi instaurado o fim das hidrovias¹⁷⁵, mas suas marcas permanecem na paisagem e no espaço constituído.

E a instituição da malha ferroviária do Norte Fluminense, como já foi abordado, deve ser vista a partir das diferentes relações sociais, econômicas, políticas e de poder que caracterizava a região naquele período. A tensão entre os diferentes grupos que compunham a elite canavieira no final do século XIX e início do século XX, e o processo de “modernização conservadora” instituída no campo regional, com a inserção do capital externo (principalmente inglês) no processo produtivo refletiu diretamente a constituição da infraestrutura ferroviária. Se a estruturação da malha hidroviária se deu a partir da influência dos “Barões do Açúcar” que buscavam delimitar caminhos e rotas a serem seguidas, levando em consideração seus domínios territoriais, as estradas de ferro foram constituídas a partir da ação direta dos “modernos usineiros” do fim do século XIX e início do século XX, que buscavam aumentar sua base de dominação a partir da consolidação dessas estruturas.

Esta situação fica explícita ao se caracterizar as figuras que estavam diretamente envolvidas na gênese da malha ferroviária do Norte Fluminense: EF de São Sebastião – Tomaz

¹⁷⁵ O fim relatado nesse momento não quer dizer que não houve circulação por essa via. Como aponta Faria (2008), até os anos 1920 e 1930 ainda havia movimentação de mercadorias feitas por pequenas embarcações nos canais e rios já estruturados. Assim, o que tivemos nesse momento foi o fim do predomínio desse meio de circulação.

Coelho (magistrado, político, canavieiro, ligado ao grupo miracemista); EF Macahé-Campos – Andrew Taylor (engenheiro civil), José Antonio dos Santos Cortiço (comerciante) e Antonio Joaquim Coelho (proprietário de terra); EF Carangola – José Martins Pinheiro (fazendeiro, conhecido como Barão da Lagoa Dourada¹⁷⁶), Francisco Portella (médico, que viria a ser governador do Rio de Janeiro) e Chrysanto Sá de Miranda (médico); e EF Campos-São Fidélis - Antonio José Fausto Garrida (engenheiro) e Augusto Barrandon (engenheiro). Estes aproveitaram-se do fato de naquele período ser permitida e incentivada¹⁷⁷ por parte do Governo Imperial (e posteriormente, o Governo Republicano) a estruturação ferroviária por particulares, que ganharam terras, títulos nobiliárquicos, lucros da facilitação da circulação e juros pagos pelos representantes do Império pela construção. Ao mesmo tempo, com a abertura do campo regional ao capital externo, principalmente inglês e francês, financiavam as estradas de ferro e cobravam juros altos ao governo, constituindo a estruturação territorial a partir de seus interesses. Mas o fato era que a região estava passando por transformações, muito em função da entrada do capital estrangeiro que se embrenhava pelos canaviais e se aproveitava das dinâmicas da atividade canavieira para gerar excedentes. Isso ocorreu com a introdução de maquinários, na circulação e na forma de se produzir. O moderno, mesmo que sobre uma base conservadora, produziu novos espaços. Entretanto, estes não cindiram com as dinâmicas já instituídas. Os fluxos e o processo que caracterizavam a região nos períodos anteriores ainda se faziam presentes e, mesmo que de maneira indireta, influenciavam a estruturação dos objetos técnicos que marcavam o novo meio constituído. Era, como já foi abordado, a mudança para a permanência das relações. Isso fica explícito com a permanência do grupo dominante açucareiro impondo suas lógicas e demandas na estruturação regional e com o traçado das estradas férreas quase similar as rotas hidroviárias. A figura 50 a seguir, uma carta que expõe o traçado da malha ferroviária da região em 1891, comandada pela Companhia Leopoldina, permite a visualização dessa integração entre os leitos fluviais e os caminhos do trem.

¹⁷⁶ De todos os nomes citados, é o que mais se aproxima dos tradicionais “Barões do Açúcar” que mandavam na planície no início do século XIX. Por conta das mudanças do campo canavieiro que ocorriam no período e por ter entrado em falência neste contexto, cometeu suicídio em 1876.

¹⁷⁷ Sobre esses incentivos, Silva (2011) ressalta o Decreto Imperial nº 641 de 26 de junho de 1852 onde foram dispostos os incentivos, dentre eles a garantia de juros de cinco por cento [ao ano?] sobre o capital empregado na construção.

Figura 50: Linhas Férreas da Companhia Leopoldina no Norte Fluminense no fim do século XIX (1889)



Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Carta_das_Linhas_F%C3%A9rreas_da_Companhia_Leopoldina.pdf

A primeira ferrovia construída, a Estrada de Ferro São Sebastião-Campos, em 1873, quatorze anos após a criação da primeira ferrovia do Brasil, como aponta Souza (2014), buscava ligar parte da baixada campista e a Fazenda do Beco ao ponto de escoamento de mercadorias no Paraíba do Sul e, posteriormente, a Estação do Saco, mostrando que o intuito primeiro da mesma era fazer circular o açúcar do município. Em 1875, foi implementada a segunda ferrovia na região, a Estrada de Ferro Macahé-Campos, que fazia um traçado similar ao canal com mesmo nome construído no mesmo século, servindo ao mesmo propósito, levar as mercadorias que chegavam a Campos, principalmente o açúcar, ao Porto de Imbetiba, que teria como destino a província do Rio de Janeiro. A terceira ferrovia estruturada ligava Campos às vilas que foram sendo constituídas a montante do Rio Paraíba do Sul, interligando a planície às terras do “Sertão” que a Serra do Mar constituía. Esta, quando ultrapassada, possibilitaria a ligação da planície à parte de Minas Gerais, onde hoje há os municípios de Pirapetinga, Estrela Dalva etc. Esta tinha o nome de Estrada de Ferro de Campos – São Fidélis e começou a ser construída em 1872, mas só foi finalizada em 1890, com a ação direta dos responsáveis pela EF Macahé-Campos.

A quarta ferrovia implementada na região deve ser destacada. Pensada inicialmente para interligar Carangola-MG a Gargaú, fazendo escoar as mercadorias pela foz do Paraíba, a Estrada de Ferro Carangola facilita a circulação de mercadorias dos diversos núcleos populacionais a montante do Muriaé para Campos, possibilitando o maior acesso às riquezas de Minas Gerais. Em 1887 a linha foi inaugurada, mas atendia somente as localidades situadas na margem esquerda do rio Paraíba do Sul. Tal situação mudou no início do século XX, com a construção da ponte de ferro sobre o rio e a constituição do ramal Leopoldina, na Estação do Saco, interligando todas essas estradas de ferro.

Essas últimas obras foram empreendidas pela “The Leopoldina Railway Company Ltd”, com sede em Londres, que assumiu a direção da Companhia de Ferro Leopoldina, que períodos antes tinha adquirido a concessão de todas as ferrovias citadas anteriormente. Segundo Silva (2011), a Leopoldina Railway passou a gerenciar estas e mais vinte e duas ferrovias por todo Brasil. Era o capital estrangeiro aproveitando-se das estruturas canavieiras da região e, ao mesmo tempo, reforçando dinâmicas regionais já instauradas. Lamago (1945, p.182) deixa isso claro ao apontar que “(...) os trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina só no município medem mais de 300 quilômetros e mais de 400 quilômetros são as linhas agrícolas das usinas. São, pois, 700 quilômetros de caminhos de ferro na região açucareira”. Ou seja, a centralidade de Campos baseado no açúcar se mantinha.

De fato, a estruturação desses fixos baseados nas ferrovias auxiliou a reprodução do capital e favoreceram sua maior penetração na produção açucareira. Após a conclusão do trecho que conectava Macaé a Niterói (e, posteriormente, ao Rio de Janeiro), tem-se posto uma via de escoamento que não necessitava mais do meio aquático para fazer chegar as mercadorias até a capital do Governo Republicano. O Norte Fluminense estava cada vez mais integrado ao centro comercial do Brasil.

No decorrer da primeira metade do século XX, a conexão se intensifica entre as diferentes espacialidades que compõem a região, muito em função das dinâmicas políticas, econômicas e sociais ligadas à atividade sucroalcooleira. Isso gera transformações internas. Essas não mais baseadas na estruturação de conexões férreas, mas, sim, pelas rodovias. O sistema rodoviário, mesmo que de forma incipiente, vai sendo estruturado. Automóveis começam a circular e linhas de ônibus irradiam, a partir de Campos, para todos os lugares da

planície fluminense. A cargo do Estado¹⁷⁸, máquinas modernas vão construindo e conservando quatrocentos e quarenta e quatro quilômetros de rodovias, interligando diferentes partes da região (LAMEGO, 1945).

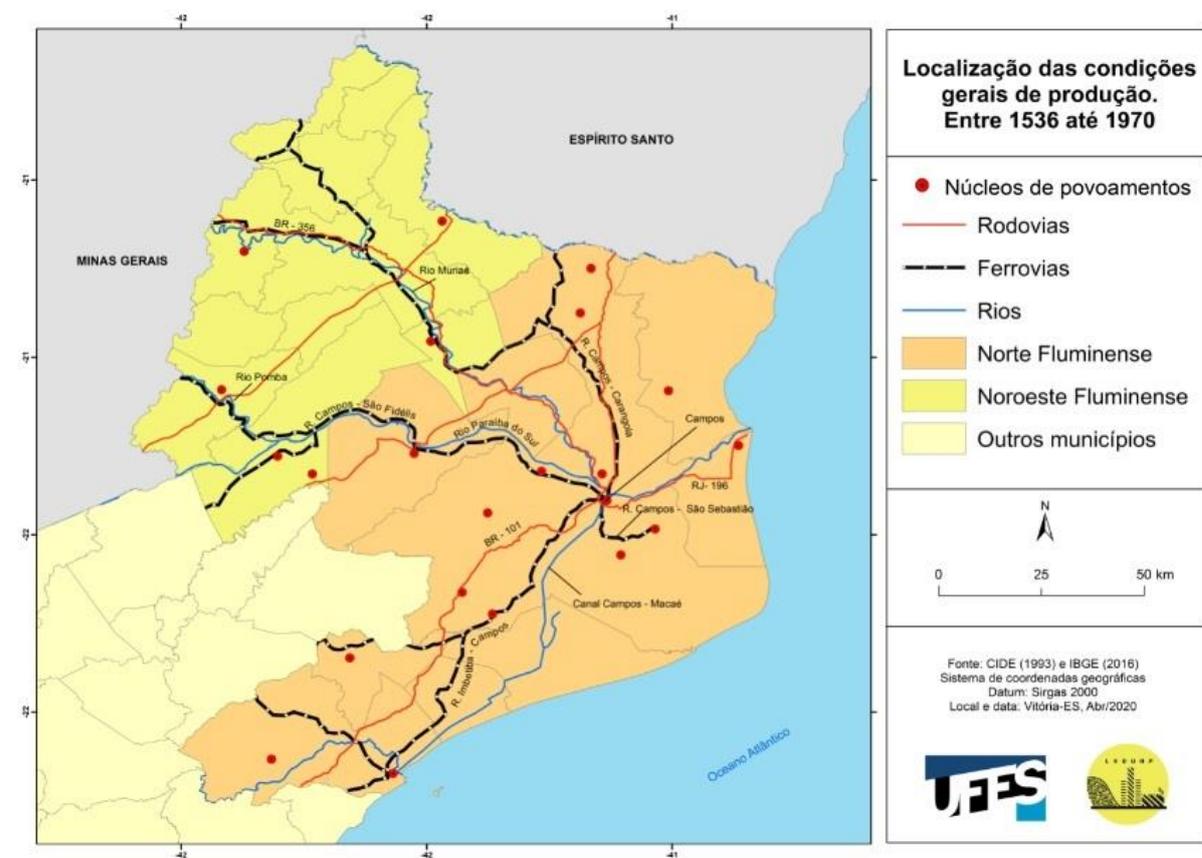
Na segunda metade do século XX, as rodovias já não se portavam mais como complementares aos fluxos que ocorriam pelas outras infraestruturas, assumindo a posição como principal modal de fluxo das mercadorias por todo Brasil. Gradativamente, as estradas de ferro vão sendo deixadas de lado, perdendo a centralidade nos investimentos feitos por parte do Estado. Estes preconizam as rodovias como uma estratégia de estímulo ao desenvolvimento industrial nacional.

Assim, sem o estímulo estatal e por problemas de ordem estrutural na constituição da malha ferroviária regional (como a questão das bitolas diferenciadas, o que impedia uma melhor integração entre os ramais) as empresas responsáveis pela administração e manutenção das ferrovias no Norte Fluminense entraram em colapso. Já não era rentável a circulação das mercadorias pelos trilhos do trem; isso só voltaria a ser viável com aporte financeiro oriundo do Estado para a modernização e otimização do fluxo. Como essa demanda não foi efetivada, muito em função das questões postas pelo Proálcool e pela viabilização de uma frota nacional movida a etanol provindo da cana, a malha ferroviária regional ficou sucateada.

De toda forma, ao longo da segunda metade século XX, as rodovias se consolidam como as principais vias de circulação e escoamento das mercadorias no Norte Fluminense. Contudo, a estruturação desse novo modal não representa o rompimento total com as dinâmicas instituídas nos períodos anteriores, tanto que as estradas são construídas tendo como base as rotas e os fluxos constituídos ainda por via fluvial (reforçada depois pelas linhas férreas). A figura 51 abaixo, que explicita as estruturas ferroviárias, hidroviárias e rodoviárias constituídas no Norte Fluminense até 1970, pelas quais dinâmicas foram produzidas e a região conformada, permite visualização dessas similaridades entre os caminhos estruturados.

¹⁷⁸ Segundo Lamego (1945), dos 444 quilômetros de rodovias, 332 quilômetros eram de responsabilidade da prefeitura de Campos e 112 quilômetros do estado fluminense, cuja capital era Niterói.

Figura 51: Localização das principais vias de comunicação estruturadas na região entre 1536-1970



Outro ponto que reforça a permanência dos fluxos constituídos anteriormente, mesmo com a introdução dessas novas infraestruturas, é revelada pela intensidade da mobilidade que se desenvolve por esses fixos. Em recente pesquisa elaborada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)¹⁷⁹, através do qual foram aplicados questionários aos utilizadores das rodovias, entre outras questões, foram analisadas, tendo como base a metodologia de origem e destino, os principais fluxos instituídos nas estradas do país. Com base nessa pesquisa, ao analisar o estado do Rio de Janeiro, além da região metropolitana, somente Campos foi ressaltada como uma zona de importância para geração de viagem veicular, demonstrando as permanências dos fluxos de outrora. Atualmente, as principais rodovias que auxiliam no fluxo do Norte Fluminense são: BR 101, BR 356, RJ 196 e RJ 158¹⁸⁰. Assim, as rotas instituídas otimizaram a circulação que era desenvolvida nos períodos anteriores, sem uma

¹⁷⁹ Para maiores informações, consultar <https://www.infraestrutura.gov.br/pesquisa-nacional-de-tr%C3%A1fego.html>

¹⁸⁰ Essas rodovias se fazem presentes em todos os municípios do Norte Fluminense, com exceção de Conceição de Macabu, que se encontra próximo à BR 101, sendo interligado a ela pela RJ-182, cujo outro extremo é a região Serrana do Rio de Janeiro.

cisão significativa, reforçando as dinâmicas que põem Campos como relativa centralidade, exercendo influência na caracterização da região.

A partir da década de 1970, as estruturas rodoviárias que interligam a região internamente e as outras porções regionais foram preconizadas. Destas, destaca-se a BR 101, pois é uma das principais rodovias federais do Brasil, cortando longitudinalmente o país, indo do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, possuindo cerca de 4650 quilômetros de extensão. O trecho que passa pelo Norte Fluminense foi construído na década de 1950, interligando Niterói (capital do Estado no período) a Campos dos Goytacazes. Atualmente este trecho encontra-se sob concessão da Arteris Fluminense, que empreendeu um projeto de duplicação, com o intuito de otimizar o fluxo e atender a demanda dos Grandes Projetos de Investimentos (VAINER, 2007) que foram implementados em São João da Barra (Clipa) e Macaé (PETROBRÁS), mas tendo Campos como base de apoio operacional.

Outra via de circulação de interesse dos Grandes Projetos de Investimento que se estruturam no Norte Fluminense é a BR 356. Com 488 quilômetros de extensão, a rodovia corta latitudinalmente o Sudeste, interligando porções do estado de Minas Gerais ao litoral do Rio de Janeiro. A BR 356 foi constituída margeando o Rio Muriaé, interligando os municípios que hoje integram o Noroeste Fluminense a Campos. Cabe ressaltar que este município serve como divisor dessa rodovia, pois ao se adentrar a zona urbana percebe-se que se perde sua caracterização, que volta a ser constituída no trecho que interliga Campos a São João da Barra.

No que tange as rodovias estaduais, elas se destacam por integrarem as diferentes porções territoriais do Norte Fluminense às vias federais supracitadas. Sua constituição têm relação direta com a atividade cafeeira e sucroalcooleira, sendo estruturadas a fim de interligar os diferentes núcleos urbanos que foram surgindo às margens dos leitos fluviais, fazendo circular as mercadorias produzidas e suprindo a demanda de insumos. Atualmente, com o declínio dessas atividades econômicas, outros produtos são escoados por essas vias, que continuam a ter grande importância no abastecimento dos municípios do Norte Fluminense. A RJ-196 interliga Quissamã à baixada campista, tendo como ponto extremos a BR 101 e o litoral de São Francisco de Itabapoana. No período áureo do açúcar, este município pertencia a São João da Barra, que possuía um importante porto para o escoamento da mercadoria. A RJ-158 foi constituída às margens do Rio Paraíba do Sul, possibilitando a conexão de Campos, por intermédio dos seus entroncamentos, com porções do estado de Minas e também com municípios do Noroeste e Centro Norte do Rio de Janeiro, como Santo Antônio de Pádua, Carmo, Itaocara, Cantagalo etc. Estes, em momentos anteriores, se destacavam pela produção

de café. Interessante destacar que estas vias secundárias que alimentam a RJ-158 acompanham os afluentes do Rio Paraíba do Sul, sendo constituídas nos limites de sua bacia hidrográfica. Atualmente por essa rodovia circula boa parte da produção hortifrutigranjeira que atende o mercado do Norte Fluminense. De toda forma, as rodovias se consolidam como os principais fixos pelos quais as dinâmicas regionais ocorrem. Diariamente, por essas estruturas passam pessoas, circulam mercadorias, bens e serviços, conformando relações que, de maneira direta e indireta, auxiliam a constituição da região.

Neste contexto de prevalência do modal rodoviário na circulação regional do Norte Fluminense, as estruturas férreas e as dinâmicas ligadas ao setor ferroviário deixam de ser ressaltadas pelo seu aspecto prático/econômico, de interconexão entre diferentes espacialidades, e passam a operar em uma esfera simbólica. Por vezes, a questão utilitária do setor ferroviário é até ativado (como no caso da queda da Ponte General Dutra [que integra a BR 101], que gerou um problema de mobilidade, dificultando o deslocamento dos moradores residentes no subdistrito de Guarus ao centro do município de Campos, onde uma das soluções implementadas foi a utilização de dois quilômetros da EF Carangola trecho que passa pela Ponte de Ferro], que interligou o subdistrito à Estação do Saco¹⁸¹), mas é a exceção, havendo predominância de sua mobilização tanto por uma exaltação ao passado, quanto por plano discursivo de possibilidade futura.

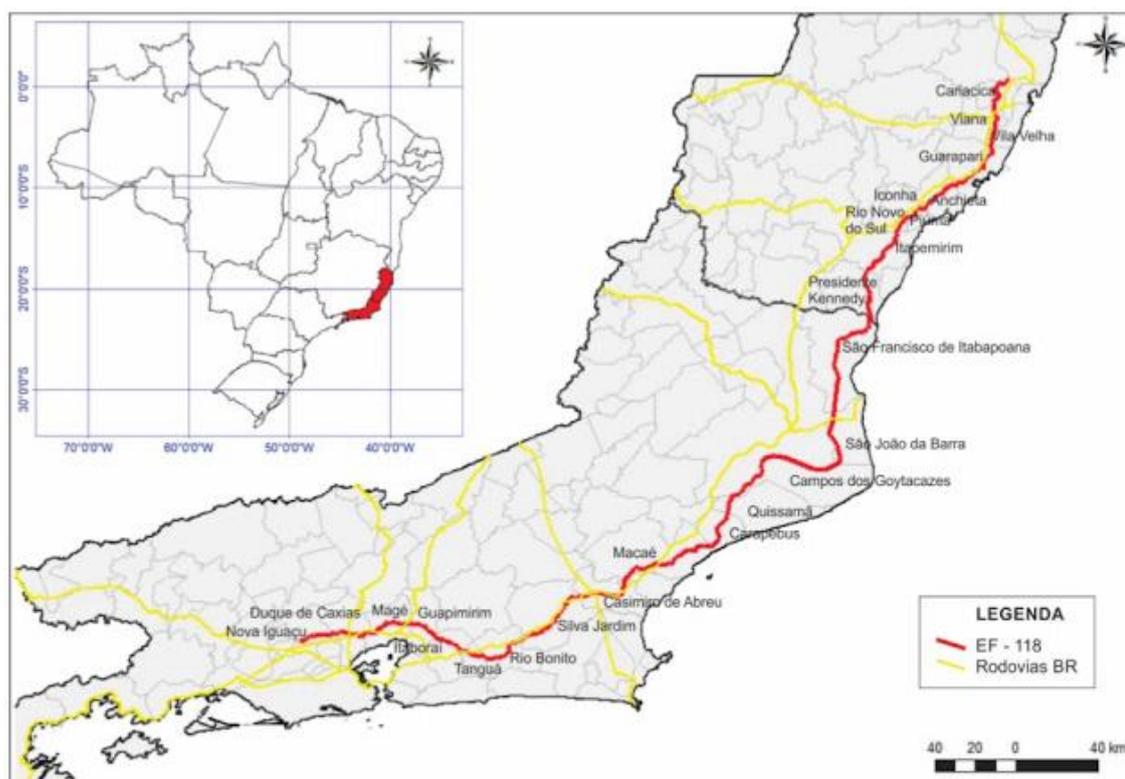
Nessa ligação com os tempos de outrora, as estruturas resistentes que se mantêm na paisagem são enfatizadas pelo seu valor memorial e patrimonial, sendo ressignificada e utilizada como pontos de interesse turístico (é o caso, por exemplo, do projeto que tem a intenção de explorar a E.F Campos-São Fidélis apoiando-se no seu potencial histórico e nas suas belezas naturais, haja vista que a rota segue a montante na Bacia do Rio Paraíba do Sul¹⁸² com o predomínio de lindas paisagens, principalmente no seu momento de interação com a Serra do Mar). Na apropriação e mobilização do discurso no qual as linhas férreas levariam ao futuro, tem-se a elaboração de diversos projetos nos quais corredores logísticos seriam constituídos, apropriando-se das estruturas ferroviárias já existentes, que possibilitariam a conexão da região com diversas outras partes do território nacional, ao mesmo tempo em que reforçaria os fluxos regionais. Esses projetos são elaborados por governos e estão ligadas às dinâmicas econômicas estabelecidas pelo setor petrolífero e pelo setor portuários, mas integram mais o plano discursivo de atração dessas atividades para região do que são efetivos, tanto que

¹⁸¹https://www.estacoesferroviarias.com.br/trens_rj/campos-guarus.htm

¹⁸²https://www.serranews.rj.com.br/2016/12/linha-ferrea-entre-campos-e-sao-fidelis_21.html

nenhum saiu do papel (como exemplo uma proposta de instituição de um corredor logístico que implementaria a EF-118 — ferrovia litorânea ligando o ramal de São Paulo e região metropolitana do Rio de Janeiro ao Norte Fluminense e ao Espírito Santo [Figura 52]).

Figura 52: Projeto de ferrovia EF-118



Fonte: <http://www.robertomoraes.com.br/2017/11/ferrovia-vitoria-rio-sua-viabilidade.html>

Pelo projeto, a EF-118 seria constituída no traçado da Ferrovia Rio-Vitória, antiga Leopoldina, possuindo uma extensão de aproximadamente 577,8 Km, atravessando 25 municípios, onde seriam construídos 6 túneis, 43 viadutos ferroviários, 130 pontes, 128 viadutos rodoviários, 117 passagens inferiores e 60 passarelas e teria um custo de R\$ 7,8 bilhões de reais. Sua estrutura articulária não só o Norte Fluminense, como também a região Sudeste, criando uma conexão otimizada entre as infraestruturas de circulação do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. A confecção desse projeto está diretamente ligada aos Grandes Projetos de Investimentos constituídos na região e a tentativa de atração de novos recursos, mas sua efetivação não tem data nem previsão. De toda forma, por esses fixos, fluxos foram estabelecidos e ainda se desenvolvem, constituindo assim a região.

4.2 – EIXOS LOGÍSTICOS: AEROPORTOS, PORTOS E DUTOS

A constituição do modal aéreo no Norte Fluminense tem em Campos dos Goytacazes e em Macaé suas bases. Em Campos, a gênese ocorreu no início do século XX, com o Rio Paraíba do Sul servindo de base operacional aeroportuária, sendo a zona de pouso e decolagem dos hidroaviões que vinham ao município fazer apresentações ao público, como voos sobre a cidade¹⁸³. De maneira geral, no decorrer do século XX, esta via de circulação não se estruturou para o escoamento das mercadorias, mas isso não quer dizer que não esteja associada às dinâmicas econômicas regionais. Em verdade, até hoje esse modal não é utilizado de maneira intensa para o fluxo de mercadoria, não representando nem 1% do total das mercadorias que circulam no país (BRASIL, 2018)¹⁸⁴. Sua instituição serviu para atender os anseios da elite burguesa açucareira que buscava a modernidade para a região, e usavam a questão aérea como forma de lazer e sociabilidade (tanto que instituíram o “Aeroclube de Campos” nos anos de 1941) ou para chegar mais rápido ao Rio de Janeiro e Vitória (TAVARES, 2007). O fato era que a proeminência de Campos no cenário regional e nacional pode ser associada à constituição deste meio de circulação já neste período.

A construção do primeiro aeroporto de Campos também demonstra a relação íntima entre a produção canavieira e a estruturação do modal aéreo. Este foi inaugurado em 1951 e o local escolhido para a implementação da área de embarque e desembarque, assim como a pista de pouso e das atividades de apoio a aviação em Campos encontrava-se na Fazenda Bonsucesso, de propriedade do “Usineiro” Bartolomeu Lisandro de Albernaz¹⁸⁵, que vendeu as terras para a prefeitura. Mas as relações com a atividade sucroalcooleira não são tão intensas. O adensamento da circulação por essa via foi estabelecido tendo como principal influência a atividade petrolífera, tanto em Campos quanto em Macaé, a partir da década de 1970 e 1980.

Em Macaé, a implantação da primeira estrutura que permitiu a circulação aérea se deu atrelada à atividade militar. Em 1957 o município construiu, em zona próxima à praia, um campo de aviação com pista de pouso e decolagem. Por essa ação constitui-se a estrutura pela qual nasce o Aeroporto de Macaé. No decorrer dos anos 1960 houve a necessidade da ampliação dessas estruturas com a instituição de um aeroclube. Mas é somente com a instalação da base petrolífera no município que houve um aumento da circulação aérea no município. A Petrobrás

¹⁸³ Tavares (2007) relata que hidroaviões, com aviadores estrangeiros, faziam apresentações aéreas no municípios de Campos no ano de 1912. Nessas apresentações, o ponto de desembarque era o Rio Paraíba do Sul.

¹⁸⁴ http://transportes.gov.br/images/BIT_TESTE/Publica%C3%A7oes/Anuario_Estatistico_2010_2017_web.pdf

¹⁸⁵ Inclusive, o nome do aeroporto não tem vinculação nenhuma com figura que represente a aviação civil municipal, nacional ou até mesmo mundial, mas, sim, com o usineiro Bartolomeu Lisandro.

utiliza as estruturas de circulação deste setor no município para estabelecer fluxo de trabalhadores e materiais entre o continente e a plataforma de exploração *offshore*. Essa relação é explicitada no site¹⁸⁶ da empresa Aeroporto do Sudeste do Brasil (ASeB), responsável pela administração da estrutura, onde se enfatiza que ela possui uma vocação para negócios e é dedicada a atender a indústria petrolífera.

O aumento da demanda de movimentação por esta via, gerada pela consolidação da atividade petrolífera na Bacia de Campos, por meio de helicóptero, fez com que a Petrobrás construísse, no ano de 1994, o Heliporto de Farol de São Thomé, em Campos dos Goytacazes. A empresa arcou com os custos da obra, recebendo a possibilidade de utilização pelo prazo de vinte anos. Em 2014, a concessão findou e um debate público foi posto acerca da impossibilidade de renovação do contrato com a empresa (a lei orgânica do município possuía mecanismos que impedia a prorrogação do prazo). Contudo, com a pressão por parte de empresários do ramo de serviço, principalmente os que atuam na praia de Farol, criou-se a possibilidade de renovação por mais dez anos do gerenciamento da estrutura, o que ocorreu em 2020.

De todo modo, o fato é que no Norte Fluminense estão dispostas três estruturas aeroviárias (Aeroporto de Campos, Aeroporto de Macaé e Heliporto de Farol de São Tomé) que atendem, principalmente, as demandas da produção petrolífera *offshore*. Há até uma articulação por parte dos representantes de Campos e Macaé de implementação de diferentes rotas comerciais de passageiros (atualmente, nos dois aeroportos a empresa Azul e Passaredo oferecem somente voos com destino a Rio de Janeiro e São Paulo) para otimizar as dinâmicas relacionadas ao setor nos municípios. Mas este tipo de voos ainda é incipiente nessas infraestruturas, tanto que a movimentação de passageiros regulares no ano de 2017 não representou nem 2% do quantitativo total de pessoas que utilizaram essa via para deslocamento na região, segundo dados da Infraero¹⁸⁷.

Isso mostra que nas estruturas da região, a dinâmica nesse meio de circulação tem que ser associada, direta ou indiretamente, pela atividade petrolífera. Isso fica ainda mais explícito ao se analisar a movimentação nos Aeroportos de Campos e Macaé a partir de 2014, momento em que se instaura uma intensa crise produtiva na Bacia de Campos. Naquele ano, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)¹⁸⁸, o quantitativo médio mensal no ano de

¹⁸⁶ <https://mea.aseb-airport.com/pt-br/>

¹⁸⁷ https://transparencia.infraero.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/anuario-operacional/anuario_2017.pdf

¹⁸⁸ <https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/#Aeroporto/>

passageiro que utilizavam voos regulares e não regulares passou dos cinquenta mil em Campos e se aproximou dos sessenta mil em Macaé. Entretanto, a partir de 2014, a quantidade de pessoas que utilizavam essa via de circulação caiu vertiginosamente, atingindo a média mensal de treze mil em Campos e vinte mil em Macaé, no ano de 2019.

No que tange a questão portuária, suas estruturas foram fundamentais para a consolidação dos fluxos regionais, integrando internamente as diferentes espacialidades e conectando o Norte Fluminense a outras regiões do país. Desde a ocupação no século XVI, portos foram estabelecidos e rotas instituídas no litoral. A intenção destas era possibilitar o acesso à planície alagadiça onde se estruturou núcleos de povoamento e integrar estes ao Rio de Janeiro e Vitória. Como visto, em função das especificidades das correntes marítimas e do vento, associadas às características da geomorfologia marítima e do relevo, o acesso das embarcações ao continente era dificultado, havendo três pontos “ideais” para atracamento: às margens do Rio Itabapoana, que no período compunha território de São João da Barra; às margens do Rio Paraíba do Sul, em São João da Barra; e às margens do Rio Macaé, em Macaé.

Interessante ressaltar que a existência dessas estruturas de navegação em São João da Barra influenciou a consolidação deste como um bloco territorial autônomo, com limites constituídos em paralelo à Vila de São Salvador (Campos). É certo que a ligação entre as duas vilas era intensa, tanto que onde hoje é o município de São João da Barra se caracterizava por ser a porta de entrada ou de saída para a chegada as terras onde na atualidade tem-se Campos. Mas havia uma “identidade” própria dessa espacialidade, ligada aos estaleiros (construção de pequenas embarcações) e a dinâmica portuária, caracterizada desde o período da colonização.

No decorrer do século XIX, com a consolidação e intensificação das dinâmicas da atividade canavieira, o porto em Macaé foi adquirindo maior importância, consolidando-se como um importante meio de circulação de mercadorias, reproduzindo a lógica do capital que intensificava suas ações na região. O Porto de Imbetiba representava a principal rota de escoamento da mercadoria para a capital da província (muito em função das peculiaridades do litoral regional), tanto que as estruturas hidroviárias e ferroviárias que foram construídas neste período tinham o intuito de conectar Campos a este porto, consolidando o Norte Fluminense como zona de interesse da Coroa.

Em São João da Barra a atividade portuária também foi intensa até a primeira metade do século XIX. Apesar da dificuldade de escoamento das mercadorias que saíam de Campos, seguindo rota a jusante do Rio Paraíba do Sul, a vila desenvolveu-se tendo como base o porto.

A consolidação desses laços também é verificada pela implantação de diversos estaleiros no município neste período, constituindo um saber artesanal que ainda se faz presente. Contudo, com a consolidação das ferrovias e o desuso da circulação da produção por meio fluvial, São João da Barra perde a posição de destaque na região.

Entretanto, atualmente, o município voltou a ter destaque apoiando-se nas dinâmicas atreladas à atividade portuária. Com a implantação do Clipa, que vai além do escoamento da mercadoria, sendo um porto Midas, São João da Barra ganha notoriedade regional, nacional e até mesmo mundial, por ser base de constituição de aparato de infraestrutura que tem como intuito a facilitação do fluxo de insumos de interesse do capital. Mesmo não tendo as proporções anunciadas por seus idealizadores, o Clipa tem destaque na movimentação do minério de ferro exportado pelo país, além de base para a operação *offshore* de exploração de petróleo, inserindo região na dinâmica global. Contudo, há de se ressaltar que inserir não é sinônimo de integrar. As infraestruturas ligadas à questão da produção e os meios de circulação auxiliam a reprodução do capital tendo como base essas estruturas, mas não necessariamente integram toda a região às dinâmicas globais, mas somente o clusters produtivos e/ou distritos.

Constituído a partir da relação do petróleo, o Porto de Imbetiba em Macaé se caracteriza atualmente como um Terminal de Uso Privativo (TUP), a serviço da Petrobrás; em seus domínios não há nenhuma atividade industrial, mas, sim, ali se desenvolvem dinâmicas que dão base aos processos ligados à produção petrolífera. Com uma área de 664 m³ de armazenagem, o porto possui capacidade de movimentação de 940 toneladas de cargas de apoio *offshore* a petróleo (ANTAQ, 2020). Com o intuito de otimizar a atividade portuária no município e se livrar dos gargalos que a urbanização criou para a circulação por esta via, Macaé está em fase final de aprovação de outra estrutura portuária, interligada àquela já existente. A ideia é possibilitar melhores condições para a indústria petrolífera e para-petrolífera que, gradativamente, deslocam bases de operação para o Clipa. Assim, a construção do novo porto é uma tentativa do poder público de Macaé de manter as estruturas ligadas a esta atividade em seu território. De toda forma, o fato é que as estruturas portuárias são constituídas em locais onde já ocorreram dinâmicas de escoamento de mercadorias. Contudo, rompem com as lógicas anteriores, aproveitando-se somente das vias que interligam os diferentes espaços produtivos atuais, mas tendo como elemento dinamizador atividades ligadas à produção petrolífera do país.

Outro meio de circulação presente na região, cujas bases de construção possuem relação direta com a atividade petrolífera e, mais recentemente, com a exportação mineral, são as dutovias. O transporte dutoviário pode ser definido como aquele que se dá no interior dos dutos,

realizado por diferenciação de pressão, no qual o veículo de transporte é fixo, havendo somente a movimentação do produto. Assim, há uma materialidade nos caminhos traçados, mas estas nem sempre estão visíveis. Segundo a ANTT (2020), agência que regula este setor no país, o transporte dutoviário equivale a 4% da matriz de transportes de cargas do país, e pode ser dividido em três tipos: oleodutos, gasodutos e minerodutos. Atualmente, o país possui uma malha dutoviária de cerca de vinte e um mil quilômetros de extensão, onde mais da metade dela, 54%, está sendo utilizada para movimentação de gás, 37,5% para combustíveis e 7,9% para minérios (ONTL, 2020)¹⁸⁹.

A constituição deste meio de circulação está diretamente relacionada com a extração de petróleo no Brasil. A primeira linha construída no território nacional data o ano de 1942, na Bahia, ainda em período de produção petrolífera *onshore*. Com a consolidação da atividade na década de 1980, dutos foram sendo construídos nas áreas de interesse da cadeia produtiva do petróleo no país, e assim, o Norte Fluminense, em função das reservas na Bacia de Campos, começa a ser perpassado pelos dutos. Segundo Pessanha (2017), em 1982 foi implementado o primeiro gasoduto na região, ligando Macaé (Terminal Cabiúnas) a Duque de Caxias (Reduc), percorrendo assim cento e oitenta e quatro quilômetros de distância, levando o gás da Bacia de Campos para ser processado na refinaria que se encontra na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Em sua tese, Pessanha (2017) apresenta um perfil detalhado dessa infraestrutura por todo estado do Rio de Janeiro, mostrando as relações íntimas que estas possuem com a questão petrolífera, e como integram diferentes partes do território nacional, como São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, caracterizando a partir dos debates postos por Milton Santos, o circuito espacial do petróleo. Ao realizar este trabalho, Pessanha (2017) fornece dados que nos permitem uma caracterização deste meio de circulação em conexão direta com capital no Norte Fluminense. O quadro 6, abaixo, resume a distribuição dessa infraestrutura pela região.

¹⁸⁹<https://www.ontl.epl.gov.br/dutoviario>

Quadro 6: Gasodutos que perpassam o Norte Fluminense

Denominação	Ano	Origem/Destino	Extensão (km)	Trajeto
Gasduc I	1982	Cabiúnas/Reduc	184	Macaé-Duque de Caxias
Gasduc II	1986	Cabiúnas/Reduc	182,1	Macaé-Duque de Caxias
Gasduc III	2010	Cabiúnas/Reduc	181	Macaé-Duque de Caxias
Gascab I	1982	Barra do Furado/Cabiúnas	67	Quissamã-Macaé
Gascab II	2002	Barra do Furado/Cabiúnas	67	Quissamã-Macaé
Gascab III	2007	Barra do Furado/Cabiúnas	67	Quissamã-Macaé
Gascav	2008	Cabiúnas-Macaé/Vitória-Serra*	303	Macaé-Campos-Serra
Enchovão	1982	Cabiúnas-Macaé	5	Cabiúnas-praia
Rota Cabiúna	2016	Bacia de Santos-Cabiúnas*	382	Santos-Macaé

Fonte: PESSANHA (2017) Modificado pelo autor (2020)

* Interligados a redes de gasoduto do Sudeste (NTS) e a TAG (até o Norte Nordeste), recentemente privatizadas

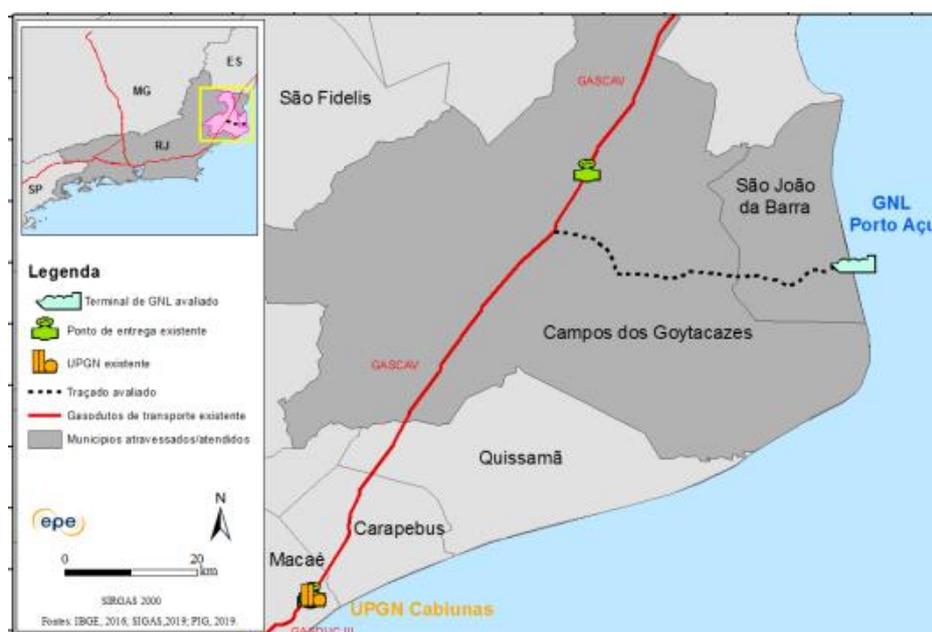
Recentemente, os fundos financeiros têm agido intensamente na apropriação dos recursos derivados da utilização dos gasodutos. Conforme aponta Pessanha (2017), em postagem no seu blog¹⁹⁰, a Petrobrás empreendeu a venda de uma importante rede de gasodutos, a malha Sudeste (NTS) (para um fundo de investimento canadense), até a malha suest-nordeste e norte (TAG) (para o fundo francês ligado a ENGIE, em conjunto com o Caisse de Dépôt et Placement du Quebec). Essa operação, como aponta o referido autor na postagem, foi bastante controversa, pois a empresa de petróleo brasileira não obteve lucros significativos com a venda, continua a usar essa via de circulação, pagando um valor alto para tanto e ainda, uma de suas subsidiárias, a Transpetro, é responsável pela manutenção de parte dos dutos. Para tornar a situação ainda mais “suspeita”, o processo de venda da malha ocorreu sob o discurso de diminuir a ação estatal na estruturação do meio de circulação em dutos no país. Contudo, de maneira concomitante, a Petrobras está investindo valores na construção do ramal Rota 3, que ligará a Bacia de Santos a Comperj, em Itaboraí.

Assim, o setor privado está se inserindo no setor de gás, incluindo os dutos e outros equipamentos. Isso fica ainda mais evidente nas ações postas em prática pela Prumo Logística Global, grupo que controla o Porto do Açu. Em 2018, a holding se une à Siemens e à BP (British Petroleum) e criam uma *joint venture* focada nos projetos ligados às estruturas de energia e gás:

¹⁹⁰<https://www.robertomoraes.com.br/2017/12/a-importancia-dos-gasodutos-no.html>

a Gás Natural Açú (GNA-Açú)¹⁹¹. Esta, por sua vez, começa a implementar ações que permitam a estruturação de um projeto de *hub* de gás na região. Este contará, de acordo com o grupo, com duas usinas termelétricas (UTES) movidas a gás natural, um terminal de regaseificação, um ramal de gasoduto, uma unidade de processamento de gás natural e uma linha de transmissão. Pessanha (2018)¹⁹² debate esse projeto e afirma que ele só foi possível graças ao crédito obtido junto ao BNDES, com garantias do grupo bancário alemão KfW. Este autor ainda detalha como essas ações estão conectadas à estratégia global do fundo financeiro americano EIG Global Partners, que controla a Prumo, ainda pretende adquirir ativos dos campos de Pampo e Enchova, da Petrobrás na Bacia de Campos, tendo assim acesso a gasodutos que vão a Cabiúnas, podendo influenciar na rede de dutos do país. A figura 53, elaborada pela Empresa de Pesquisa Energética do Brasil, associada ao Ministério de Minas e Energia, auxilia na visualização dessa conexão.

Figura 53: Projeto de construção de Gasoduto que integra Porto do Açú ao Gasoduto Gascav



Fonte: EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA DO BRASIL (2019)

Mas há outras ações de empresas ligadas ao Clipa além do tratamento e transporte de gás. Pela região passa um mineroduto, cuja extensão total é de quinhentos e vinte e nove quilômetros de distância entre seu ponto de partida (Conceição de Mato Dentro – MG) e seu

¹⁹¹https://www.gna.com.br/a-gna/quem_somos

¹⁹² Informação contida na postagem em seu blog: <http://www.robertoPessanha.com.br/2018/12/ute-do-porto-do-acu-capta-r-176-bilhao.html>

ponto de chegada (São João da Barra – RJ). O seu trajeto cruza trinta e dois municípios entre o estado de Minas e Rio de Janeiro. No Norte Fluminense, recorta os limites territoriais de Cardoso Moreira, Campos dos Goytacazes e São João da Barra, margeando, em muitos momentos, a BR-356. A implementação desse meio de circulação está diretamente associada à criação do Clipa, ao contexto passado de “boom das commodities” no mercado global e a possibilidade de exploração de recursos minerais em novas jazidas de Minas Gerais. Para fazer esse minério chegar aos mercados globais, fazia-se necessário criar uma conexão entre as áreas interioranas com o litoral, cujo ponto de distribuição seria o porto concebido por Eike Batista, o Porto do Açu. Eis que em 2007 começa a ser feito o licenciamento para a implementação do Sistema Minas-Rio de mineração, com ações na exploração, transporte e beneficiamento dos recursos mineiros extraídos da jazida de Conceição de Mato Dentro.

Em 2014, as obras foram concluídas, com um navio zarpando do porto, em direção à China, carregando cerca de 80 mil toneladas de minério de ferro (a capacidade anual é de transporte do mineroduto é de 26,5 milhões de toneladas). Em janeiro de 2020, o Terminal de Minério do Porto do Açu movimentou quase dois milhões de toneladas do produto, enquanto a base de operações ligadas ao petróleo (TPET/TOIL – Açu) teve uma movimentação de mais de um milhão e meio de toneladas de insumos relacionados à cadeia petrolífera (ANTAQ, 2020)¹⁹³.

A locomoção entre o ponto de partida e chegada do duto dura quatro dias, com o minério sendo transportado em forma de polpa, após ser misturada com a água, a uma velocidade de 6 km/h. Assim que chega, o minério é separado na zona de filtragem, empilhado nos pátios de estocagem, até ser embarcado nos navios. Atualmente, a responsável por essa operação é a joint-venture Ferroport, criada pela parceria entre a mineradora Anglo-American¹⁹⁴ e a Prumo.

Apesar de ser propagado, nos vídeos institucionais das empresas ligadas a essa atividade, o baixo impacto que a utilização desse meio de circulação promove, a realidade vivida no território não é bem essa. A estruturação do mineroduto gerou, e ainda gera, uma série de impactos a populações mais vulneráveis que tiveram suas vidas cruzadas por esse duto. Dias e Oliveira (2018) explicitam de maneira detalhada, em seu livro *Violências de Mercado e de Estado no Contexto do Empreendimento Minerário Minas-Rio, Conceição do Mato Dentro –*

¹⁹³<https://webportos.labtrans.ufsc.br/Brasil/Movimentacao>

¹⁹⁴ A Anglo American se apresenta, em seu site, como uma mineradora sul-africana, com sede no Reino Unido. Fundada em 1917, atuou na exploração de ouro e diamantes. Em 1973 chegou ao Brasil, empreendendo ações na exploração de níquel, nióbio e fosfato.

MG, 2015 a 2017, os diversos danos que a atividade mineradora gerou no cotidiano dos moradores das áreas próxima de exploração e transporte. Mas não somente as populações mais vulneráveis são atingidas. Pessanha (2018)¹⁹⁵ corrobora esta afirmação ao trazer informações acerca dos transtornos associados ao processo de transporte desses minérios pelos dutos, que utilizam água para esta dinâmica: mais especificamente, 2.500 metros cúbicos por hora, quantidade suficiente para atender a necessidade de uma população de 220 mil habitantes. Soma-se a estes problemas o vazamento ocorrido em 2018¹⁹⁶, no município de Santo Antônio da Grama – MG, que contaminou córregos da região, gerando problemas de abastecimento de água nos municípios próximos, entre outros impactos ambientais. Isto, ainda, sem contar o potencial risco que a atividade gera, vide a atuação da Samarco, da Vale e da BH Billington e o desastre gerado a partir de 2015, com a destruição de suas barragens que ceifaram vidas e trouxeram impactos permanentes às Bacias do Rio Doce e do Alto do São Francisco.

Enfim, o fato é que há um mineroduto que atende à demanda do capital, atingindo, com maior ou menor intensidade, espaços que tem seu território cruzado por ele, interligado a uma dinâmica econômica específica que tem como ponto de circulação o Norte Fluminense. Por todos esses meios de circulação em conexão direta com a reprodução do capital estruturados no Norte Fluminense, percebe-se sua importância nas dinâmicas econômicas que ocorrem não somente em âmbito local/regional, mas também estadual, nacional e global. Percebe-se também, como as dinâmicas de outrora foram importantes para a conformação da região e como os novos processos econômicos se apropriam das estruturas estabelecidas para agir sobre o território. Assim, os espaços que são transformados em função das novas demandas do capital se apoiam, até mesmo para se reinventar, nas dinâmicas de conformação já existentes.

Essa questão fica explícita ao se analisar os meios de circulação de interesse do capital no Norte Fluminense e as projeções que são feitas para a sua melhor estruturação, dispostas no Plano Estratégico de Logística e Cargas do Estado do Rio de Janeiro (PELC/RJ 2045). Este plano foi divulgado em 2016 e foi criado a partir das ações do consórcio formado pela LOGIT, DB Mobility Networks Logistics e Syfer, com financiamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro e Banco Mundial. Sua elaboração tem como objetivo uma caracterização dos eixos logísticos presentes no estado do Rio de Janeiro, assim como a exposição das possibilidades de crescimento e os principais desafios enfrentados para atingir esse fim até o ano de 2045. Dessa

¹⁹⁵<https://www.robertoPessanha.com.br/2018/04/mineroduto-da-anglo-american-os-limites.html>

¹⁹⁶<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,tubulacao-se-rompe-e-despeja-minerio-em-manancial-de-minas-gerais,70002224206>

maneira, é uma ação prospectiva (ou projetiva) de interesse dos fundos financeiros que pretendem investir capital em terras fluminenses. É interessante ressaltar sobre o plano, coadunando com o que foi debatido, que o Norte Fluminense se apresenta como uma zona de interesse para investimentos, em função, dentre outros pontos, de ser perpassado por três eixos multimodais (Eixo Multimodal Rio-Espírito Santo; Eixo Multimodal Rio-São Paulo; e Eixo Multimodal Rio-Minas Gerais), com infraestruturas relevantes para as dinâmicas do capital (figura 54).

Figura 54: Eixos multimodais logísticos no estado do Rio de Janeiro



Fonte: Relatório do Plano Estratégico de Logística e Cargas do Estado do Rio de Janeiro (2016); <http://www.pelcrj2045.rj.gov.br/>

Os eixos multimodais propostos reafirmam, e se alinham, às questões econômicas já desenvolvidas na região, que foram importantes para sua conformação, ressaltando, inclusive, a relevância de Campos nestes processos. Lamego, em 1945, cerca de 30 anos antes de se ser noticiada qualquer situação relacionada à atividade petrolífera, ou qualquer outra situação que se relacionasse com a indústria extrativa mineral, já chamava a atenção para a circulação no Norte Fluminense como um ponto-chave para seu desenvolvimento, e como as infraestruturas

estabelecidas pela atividade canavieira demandavam portos com papel decisivo na consolidação da conformação da região. Em suas palavras:

Não é só Campos mas também com êle o maior núcleo de municípios rurais brasileiros, incluindo Itaperuna, Pádua, Miracema, Carangola, Manhuassú e o sul do Espírito-Santo, cuja produção totalizada por êle se escoaria. Todos êles dependentes do pesado frete ferroviário para o Rio-de-Janeiro ou para Vitória, apenas aguardam uma saída franca para o mar, a fim de tresdobrarem sua economia. Qualquer gasto que se faça para êste fim será, desde logo, amplamente compensado com as várias centenas de milhares de contos da produção atual dessa formidável centralização agrícola, abrangendo zonas de três Estados e focalizada em Campos por suas condições geográficas e suas ligações naturais. Um pôrto de mar para Campos é uma necessidade orgânica do Estado do Rio-de-Janeiro. Que o façam na foz do Paraíba ou mais ao norte, na calma enseada de Manguinhos, pouco importa, a questão é fazê-lo (LAMEGO, 1945, p. 183).

Cabe destacar que, quando o autor cita foz do Paraíba ou a praia de Manguinhos, está fazendo referência a territórios que fazem parte de São João da Barra (a praia de Manguinhos hoje, com a emancipação, integra o município de São Francisco do Itabapoana). Não se acredita que o autor tenha cometido algum erro aqui no que tange a localização da foz (principalmente Lamego sendo o historiador regional que foi, conhecedor profundo do território fluminense), mas, sim, que tenha reforçado a ideia de que as dinâmicas em Campos caracterizam a região, ressaltando sua centralidade, chegando até a ser confundida, em sua gênese, com o Norte Fluminense.

4.3 – TELECOMUNICAÇÕES, INFORMÁTICA E ENERGIA: A CIRCULAÇÃO MATERIAL E IMATERIAL QUE CARACTERIZA A DINÂMICA REGIONAL

Com a consolidação do meio técnico-científico-informacional no Norte Fluminense, cada vez mais os elementos de circulação imaterial (telecomunicações e energia) influenciam a produção espacial e a composição das dinâmicas regionais. Na verdade, é mais correto dizer que os novos sistemas técnicos que caracterizam a circulação imaterial neste período geram transformações, reforçando ou ressignificando relações estabelecidas, já que a gênese dessas estruturas antecede esse período.

De toda forma, atualmente, não somente a existência de rede elétrica ou de telecomunicação são importantes para a constituição dos meios de circulação imaterial, que favorecem a reprodução do capital. Soma-se a essas duas a qualidade da sua operacionalidade, como a situação das condições da estruturação dessa rede elétrica, a variação do pico de energia ao longo do ano, a instituição de telefonia e internet móvel, a existência de banda larga para

favorecer o fluxo das informações, e outras tantas e diversas formas que atestam sua “qualidade” e que vão constituir essa rede de infraestrutura.

No Norte Fluminense, a gênese das redes materiais de fluxos imateriais ocorreu em Campos. Em 24 de junho de 1883 foi inaugurada a infraestrutura que permitiu a iluminação elétrica de partes das ruas próximas ao Rio Paraíba do Sul. Esse evento ressalta a importância do município no contexto nacional neste período, com estruturas ligadas à eletricidade pública sendo instituída antes mesmo da capital, demonstrando também como a atividade açucareira detinha grande capacidade de mobilização de recursos em seu favor.

A constituição da rede elétrica no município foi uma ação ligada aos “Modernos Usineiros” e à elite burguesa¹⁹⁷ do período em que tensionavam, principalmente, com os antigos “Barões do Açúcar” da planície. Buscava-se nesse momento, como já foi debatido no subcapítulo 3.2, construir o imaginário do “moderno” em Campos e associá-lo à “nova” elite, que tentava expandir sua influência. Esse novo grupo, que representava a abertura do campo campista aos processos capitalistas, que também investiu na estruturação ferroviária e em outros projetos de modernização do município, estreitava seus laços com o capital estrangeiro (principalmente inglês) que buscava bases no país, e, com isso, alcançava maior influência política e posição de destaque junto ao governo imperial. Para além dos aspectos pragmáticos, a constituição dessa infraestrutura teve efeitos simbólicos, principalmente na “invenção da região” e na construção do imaginário “moderno” intrínseco à atividade canavieira, apontando que este setor levaria a região ao “futuro”.

De certo modo, a mobilização das relações empreendidas e materializada na constituição dessa infraestrutura foi exitosa, com títulos nobiliárquicos concedidos aos representantes que estiveram à frente desse processo e modificações consolidadas na dinâmica produtiva sucroalcooleira (como no caso do Engenho Central e, posteriormente, as Usinas). A força de mobilização deste grupo dominante foi vista, inclusive, na ação de desvinculação com a província do Espírito Santo, por exemplo (também já abordado no capítulo anterior). Mas o fato foi que a inauguração da rede de iluminação pública de Campos contou com a presença do Imperador Dom Pedro II e sua família, além de ser considerada um exemplo para o restante do

¹⁹⁷ Os mandatários da Empresa de Luz elétrica eram: Dr. Francisco Portella (que viria a ser governador da província), Dr. José Corrêa Fernandes, João Vigné, José Francisco Martins Guimarães, Dr. Chrysantho Leite de Miranda Sá, Jos Beal, Dr. Manoel Francisco Póvoa Ferreira, Dr. Feliciano Manhães Pimenta Barreto, Manoel Gomes Pinto de Alvarenga, Francisco José Ribeiro de Barros, Virgílio Barreto de Azevedo, Emilio Feydit, Dr. Manoel Rodrigues Peixoto, Dr. José do Canto Coutinho, Balthazar Rangel Coutinho Baptista, João Alvarenga, Atilla de Alvarenga, D. Maria Jorge Leite Rangel, João Francisco Ribeiro, João José de Sampaio, Vasconcellos & Lima, José Feydit Filho. Todos os nomes eram ligados direta ou indiretamente a essa nova elite que se constituía.

país, tanto que Recife e São Paulo, meses depois, seguiram o mesmo caminho, tendo Campos como modelo para estruturação de suas redes. Souza (2014) tenta enfatizar o pioneirismo do município nesse período com uma publicação feita pelo *Club* de Engenharia do Rio de Janeiro acerca da criação da iluminação elétrica no município. Em suas palavras:

O Club de Engenharia, do Rio, tratando em sua sessão do acontecimento campista que então fazia convergir para a cidade de Campos a atenção geral de todo o Paiz, no parecer que apresentou assim se expressou: «Felizmente entre nós, para que o Brasil desta vez não se deixasse ficar no ról das nações semibarbaras, como por vezes nos soe acontecer, A IMTRÉPIDA CIDADE DE CAMPOS, SEMPRE DAS PRIMEIRAS NO CAMINHO DO PROGRESSO, acaba de contractar a sua illuminação por electricidade pelo systema Brusch. E é de esperar que esta grande Capital (a Côte) que ora gosa da vantagem de não achar-se prêsa por contracto algum de illuminação siga o exemplo de Campos, estabelecendo leal e franca concurrencia para a illuminação pública por electricidade.» (CLUB DE ENGENHARIA DO RIO DE JANEIRO *apud* SOUZA, 2014; p.77; *grifo do autor*).

À parte a exaltação exagerada feita pelo autor, ele dá indícios, por intermédio da publicação exposta, de como a atividade canavieira influenciou as relações sociais, políticas e econômicas que conformavam a região, agindo de acordo com suas necessidades (que, no caso, era o projeto modernizador campista, a partir da construção de uma “identidade”, pela qual a região foi inventada), produzindo o espaço de acordo com as suas demandas.

Neste processo, Campos aparecia como central, agindo como uma força centrípeta sobre os fluxos que conformam o espaço regional. No decorrer do século XX, essa situação se intensifica. E hoje, mesmo com a decadência do setor, verifica-se permanências e influências na constituição das redes de circulação imaterial que reproduzem as demandas do capital e que caracterizam a região. Contudo, na dinâmica de circulação imaterial, mais que as outras, há um compartilhamento desta centralidade com Macaé, muito em função da indústria petrolífera e a intensa mobilização de recursos e capitais que ela gera para o país. Este município, por receber a sede da Petrobras e toda a cadeia produtiva associada à exploração do petróleo, requereu uma maior instituição de fluxos imateriais para funcionamento das unidades produtivas, assim como para seu gerenciamento, haja vista que a maioria das empresas possuem uma filial no município, mas as matrizes continuam nas principais capitais do país, como Rio de Janeiro e São Paulo. A proeminência desses dois municípios é explicitada ao empreender análise acerca das infraestruturas que auxiliam na composição desses fluxos.

Campos é o único município da região Norte Fluminense que possui uma unidade de geração de energia elétrica com base na energia hidráulica. No Rio Itabapoana, na divisa com

o Espírito Santo, há a Usina Pedra do Garrafão, sob propriedade do grupo Rio PCHI S.A., cuja capacidade de geração de energia é de 19 MW, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2020)¹⁹⁸. Além dessa estrutura, há no território campista uma termelétrica movida a gás natural (mas com permissão de queimar óleo combustível) com capacidade de gerar 30 MW de energia¹⁹⁹. A Usina Termelétrica de Campos, sob o controle atual de Furnas, teve seu funcionamento iniciado no ano de 1968 e desde esse período atende parte da necessidade do município. Interessante ressaltar que, segundo a Aneel, a primeira termelétrica do país foi construída na planície goitacá, em razão da iluminação pública supracitada.

Já em Macaé, apesar de ter em seu território o mesmo quantitativo de unidades de geração de energia (duas termelétricas), verifica-se um maior potencial de ação sobre esse setor. As termelétricas EDF Norte Fluminense²⁰⁰ e a UTE Mario Lago, ambas movidas a gás e construídas na década de 2000, possuem uma elevada capacidade de geração de energia (a primeira é capaz de gerar 780 MW de energia, o que seria suficiente para abastecer uma população superior a dois milhões de pessoas; a segunda possui uma capacidade ainda maior, com potência instalada de 928 MW de energia). Ao contrário da maior parte das termelétricas do país, que são acionadas quando há problema da geração de energia hidrelétrica, a EDF Norte Fluminense tem geração de energia contínua, tendo como principal consumidor a Light (empresa distribuidora que atende a maioria do mercado de energia fluminense). Já a UTE Mario Lago é gerenciada pela Petrobrás, se alinhando à distribuição do gás promovida em Cabiúnas, e produzindo de acordo com Sistema Interligado Nacional.

Para além das unidades que já estão em funcionamento, há ainda os projetos que buscam a otimização das infraestruturas energéticas no Norte Fluminense. Em Macaé há empreendimentos previstos, mas ainda em fase de licenciamento (como a termelétrica de Jaci e Tupã), que transformariam o município em um dos grandes produtores de energia nacional. Se todos os projetos forem postos em prática²⁰¹ e seguirem o cronograma, no final desta década de 2020, o município contará com nove unidades de geração de energia. No mesmo sentido, São João da Barra e o Clipa se destacam como possível centro gerador de energia no país. Sem entrar nas discussões mais específicas relacionadas ao empreendimento, somente citando as

¹⁹⁸<https://www.aneel.gov.br/dados>

¹⁹⁹ Ventilou-se na imprensa local a possibilidade de ampliação dessa capacidade geracional de energia a partir da instalação de turbinas aeroderivativas, que elevaria a capacidade para 475MW de energia elétrica.

²⁰⁰A sigla EDF faz referência à empresa para-pública Electricité De France. Essa é a empresa francesa de eletricidade, sendo a principal fornecedora de eletricidade na França.

²⁰¹<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2019/07/12/projetos-de-implantacao-de-duas-novas-termelétricas-serao-apresentados-em-macaé-no-rj.ghtml>

estruturas que já estão em fase de construção, quando finalizada a obra, aumentar-se-á a capacidade geracional de energia do local, consolidando uma importante estratégia de atração de empreendimentos para os seus limites, recaracterizando ou reafirmando as dinâmicas dos fluxos que atualmente compõem e configuram o regional.

De toda forma, uma outra maneira de se compreender o fluxo de energia se relaciona com as análises do consumo mensal (em MWh) de energia elétrica nos diferentes municípios do Norte Fluminense, assim como a interpretação das singularidades desse fluxo. Neste processo, Campos e Macaé mantêm a predominância, sendo responsáveis por quase 87% do consumo de energia de toda a região. A tabela 20 auxilia essa análise, ao evidenciar o consumo médio ao longos dos meses do ano de 2010 e o número de consumidores nas cidades na região.

Tabela 20: Consumo médio mensal de energia elétrica e consumidores no Norte Fluminense (2010)

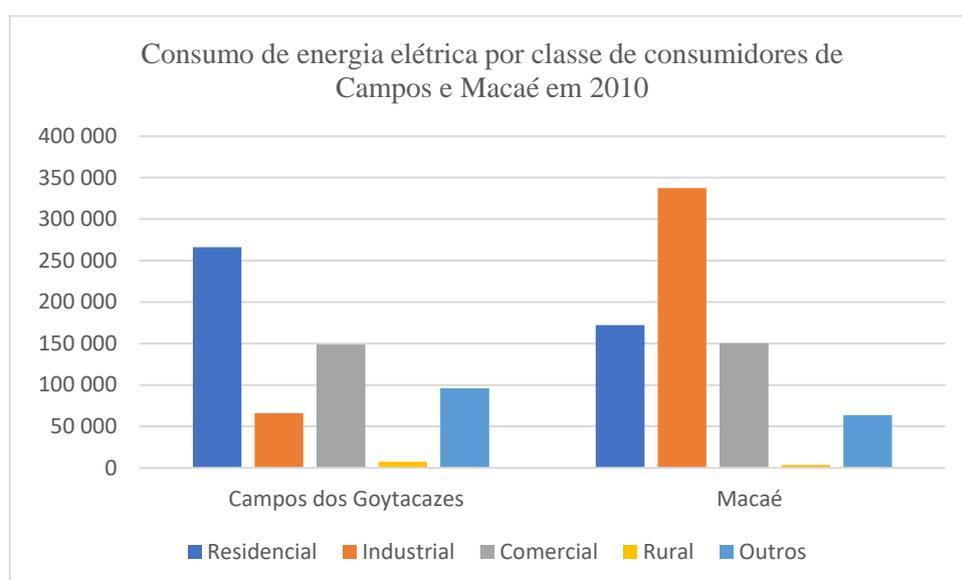
Regiões de Governo e municípios	Empresa concessionária	Total	
		Consumidores	Consumo (MWh)
Região Norte Fluminense		362 360	1 513 274
Campos dos Goytacazes	AMPLA	182 468	584 214
Carapebus	AMPLA	5 271	13 306
Cardoso Moreira	AMPLA	5 752	10 994
Conceição de Macabu	AMPLA	9 021	21 249
Macaé	AMPLA	88 329	727 111
Quissamã	AMPLA	8 501	26 163
São Fidélis	AMPLA	16 839	38 750
São Francisco de Itabapoana	AMPLA	22 577	39 401
São João da Barra	AMPLA	23 602	52 085

Fonte: Fundação CEPERJ (2011) (modificada pelo autor)

Por intermédio da tabela 20 pode-se verificar que Campos consumiu uma média de 584.214 MWh de energia, enquanto Macaé consumiu 727.111 MWh de energia elétrica no decorrer dos meses do ano de 2010. Contudo, a dinâmica interna de consumo destes municípios varia, na medida em que o antigo município açucareiro, que em um passado recente foi zona atratora populacional (por conta de todos os fluxos e fixos consolidados e a construção do espaço associada a esta atividade econômica) e que mantém essa situação graças à consolidação da dinâmica de serviços, que tem o maior consumo atrelado ao grupo residencial, Macaé tem a maior quantidade de energia elétrica consumida no setor industrial, ressaltando o vínculo

estreito com a atividade petrolífera e os processos associados a sua exploração. Assim, percebe-se que há relação direta do consumo de energia com o capital produtivo predominante, que na região, atualmente, está associado ao gás e petróleo. O gráfico 3 ajuda a visualização desta peculiaridade.

Gráfico 3: Consumo de energia elétrica (MWh), em Campos e Macaé, no ano de 2010, por classes de consumidores

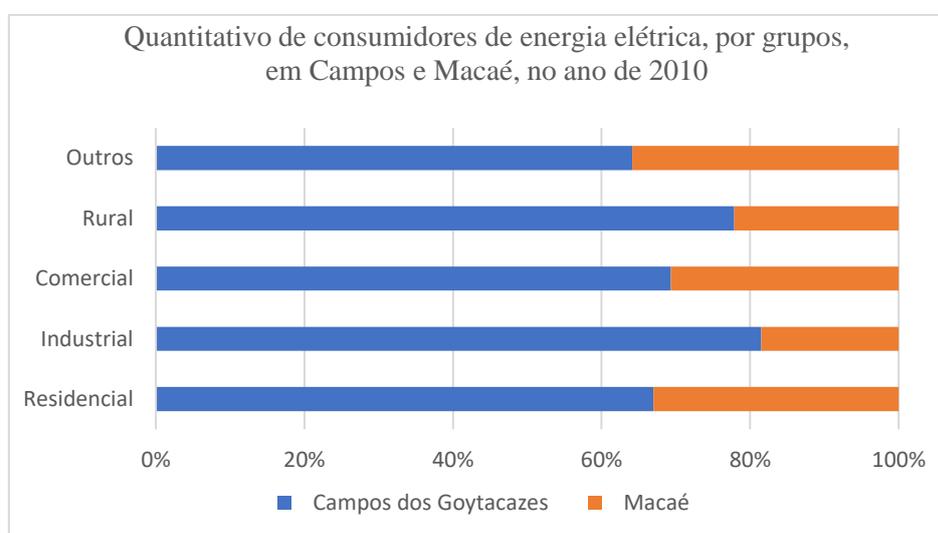


Fonte: Fundação CEPERJ (2011) (Elaboração: próprio autor)

Essa particularidade fica ainda mais ressaltada ao se analisar a distribuição de consumidores por setor de consumo, como está disposto no Gráfico 4 (a seguir). Por esta via de interpretação, Campos e Macaé continuam se destacando como centrais, tanto na produção quanto no consumo de energia. Contudo, no ano de 2010, percebeu-se a predominância de Campos no que tange o número de consumidores em todas as esferas (comercial, industrial, residencial, rural e outros), com um total de 182.468 unidades consumidoras de energia elétrica, enquanto Macaé, possuía somente 88.329 consumidores. Assim, duas interpretações podem ser feitas tendo como base essa singularidade: a primeira fixa no fato da alta demanda de fluxo de energia associada à cadeia produtiva petrolífera, e como o espaço é constituído e reestruturado a fim de atender essa demanda. O segundo ponto se relaciona com o importante papel de Campos para a constituição da atividade petrolífera em Macaé. As dinâmicas constituídas na planície goitacá no período de auge da atividade canavieira foram ressignificadas e apropriadas pela cadeia do petróleo que a utilizaram como ponto importante para sua estruturação. O quantitativo populacional residente em Campos (ilustrada pelo consumo mensal residencial e o

número de unidades consumidoras, assim como o setor de comércio já organizado) auxiliou a conformação desses fluxos imateriais e dessa rede material, servindo como infraestrutura para constituição dessa atividade. Ou seja, os fluxos e fixos ligados à produção petrolífera não foram construídos no vazio, nem marcaram uma cisão com o que já estava posto. O gráfico 4 auxilia na visualização da comparação do número de estabelecimentos entre os dois municípios e o quantitativo destes por setores de consumo.

Gráfico 4: Número de consumidores de energia elétrica, por classes, em Campos e Macaé, no ano de 2010



Fonte: Fundação CEPERJ (2011) (Elaboração: próprio autor)

Mas o fato é que esse consumo elevado em Macaé ressalta a capacidade de mobilização de fluxo contida na indústria petrolífera. Mesmo em menor número, é grande consumidora de energia, e seus processos atrelados exigem uma intensa mobilização do capital, com atração de equipamentos e constituição de meios de circulação que permitam seu funcionamento. Ao mesmo tempo, esses dados evidenciam como as infraestruturas de produção e circulação constituídas em Campos nos momentos anteriores ainda se fazem presentes, atraindo processos necessários para o funcionamento da cadeia petrolífera, mas reforçando dinâmicas que são importantes na constituição do regional.

Essas questões de maior estruturação dos meios de circulação e maior concentração dos fluxos e equipamentos e de produção de energia nos municípios de Campos e Macaé também ficam evidentes ao se analisar o material e os dados elaborados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Sistema Firjan). Esta organização, com o intuito de subsidiar a

tomada de decisões e ações do empresariado que têm a intenção de empreender no território fluminense, publica anualmente a série Retratos Regionais. Neles são expostos o perfil econômico da área de abrangência do Sistema Firjan, possibilitando uma interpretação mais calculada do capital na produção do espaço. Contudo, ao mesmo tempo em que ela permite uma ação previsional sobre o território, ela também evidencia a produção espacial já existente, na medida em que trabalha com elementos que influenciam a composição das infraestruturas fixadas na região, como o PIB dos municípios, a escolaridade, o quantitativo populacional, a disponibilidade de mão-de-obra, assim como questões de infraestrutura que são associadas aos meios de circulação materiais e imateriais atuais que estão em conexão direta com a reprodução do capital. Para esta parte específica, a Firjan estabelece o quadro “ambiente de negócio”, no qual aborda questões ligadas à segurança, à infraestrutura logística, ao saneamento e à banda larga fixa. O trato deste último ponto é o que nos interessa nesse momento.

A análise empreendida pela Firjan acerca da qualidade da banda larga no estado não torna o Norte Fluminense um “ambiente favorável aos negócios”. Isto decorre do fato de que a região, no ano de 2017, apresentou uma média mensal de velocidade de internet de 13,9 Mbps, ocupando o posto da 5º melhor do Rio de Janeiro. Contudo, quando se analisa esses dados por município, verifica-se como essa rede imaterial de circulação encontra em Campos e Macaé pontos de apoio importantes para sua estruturação. Segundo dados da Anatel (2020)²⁰², expostos pela Firjan, Campos, em 2017, apresentou uma velocidade média mensal de banda larga de 14,2 Mbps, enquanto Macaé possuía uma velocidade média foi de 15,1 Mbps. Ressalta-se ainda o município de São Fidélis, que obteve médias de 15,7 Mbps, a maior da região. A tabela 21 traz a variação dessa velocidade ao longo entre 2013 e 2017.

Tabela 21: Variação da velocidade de banda larga fixa – Mbps (Megabits por segundo) nos municípios do Norte Fluminense (2013-2017)

Município	2013	2014	2015	2016	2017
Campos dos Goytacazes	6,5	10	10,4	11,9	14,2
Carapebus	1,9	2,1	2,8	3,5	5,2
Cardoso Moreira	1,1	1,8	6	6,2	9,9
Conceição de Macabu	1,3	1,4	2,1	3,9	3,9
Macaé	3,7	4,5	9	12,1	15,1
Quissamã	3,7	4,6	4,9	6,4	4,4
São Fidélis	1,2	1,2	14,7	3,2	15,7
São Francisco de Itabapoana	1,3	1,6	4,7	5,3	6
São João da Barra	2,7	3,2	4,3	6,1	10

²⁰²<https://www.anatel.gov.br/dados/>

Fonte: Anatel - Firjan (modificado pelo autor)

A centralidade de Campos e Macaé também podem ser vistas ao se verificar o número de empresas que atuam na estruturação deste setor nos diferentes municípios do Norte Fluminense. Na região, nove empresas atuam na oferta de serviço de banda larga, não sendo exclusivas do local, se fazendo presentes em um ou mais municípios. Destas nove, sete concentram suas ações em Macaé, seis em Campos, quatro em Cardoso Moreira, três em São João da Barra, duas em São Fidélis e Conceição de Macabu e uma em Carapebus, Quissamã e São Francisco do Itabapoana.

Além de concentrar os serviços de banda larga fixa, Campos e Macaé também são ressaltados pela estruturação das vias de circulação imateriais que tem na telefonia móvel a base do seu fluxo. As cinco empresas que atuam no Norte Fluminense (Oi, Claro, Vivo, Tim e Nextel), fornecem circulação de dados de serviço 4G somente para Campos e Macaé, deixando de lado os demais. Indo além, são nesses municípios que estão estabelecidos o maior quantitativo de antenas, o que possibilita uma maior abrangência e qualidade do sinal, otimizando a circulação por esta rede. Em Campos existem 194 antenas (somando as unidades de todas as operadoras), Macaé – 141, São João da Barra – 28, São Francisco do Itabapoana – 18, Quissamã – 12, São Fidélis – 7, Carapebus e Conceição de Macabu – 5, e Cardoso Moreira – 4 (ANATEL, 2020).

A análise dos meios de circulação que instituem fluxos comuns, tanto material quanto imaterial, pelas quais dinâmicas são constituídas, auxilia o entendimento dos processos que influenciam a conformação da região, assim como os seus eixos concentradores. Há uma relação direta da distribuição destas com a orientação dos fluxos que constituem a região, apontando para continuidade de Campos como região central.

4.4 – O BANCO, O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS

Como já foi abordado ao longo de toda tese, no final do século XIX o Norte Fluminense vivencia uma abertura das dinâmicas produtivas ao capital (nacional e internacional) e constitui a gênese de um processo de financeirização das atividades regionais, com maior fluxo econômico não só nas unidades produtivas, mas também no espaço e em diversas outras etapas da produção. Em um movimento associado a estas questões, vê-se ascender uma elite burguesa, com laços diretos e indiretos com a produção canavieira, tanto com lógicas divergentes, tensionando com uma parcela desse grupo dominante (principalmente os tradicionais “Barões

do Açúcar”, que mantêm sua fonte de poder nas terras), quanto com interesses comuns, complementares, auxiliando as novas dinâmicas internas de consolidação da região (como no caso dos “modernos usineiros”, que se inserem nessas novas relações, consolidando suas demandas por intermédio da modernização das estruturas ligadas à produção, mas mantendo as questões tradicionais de dominação).

Neste contexto de modernização, ligada ao avançar do meio técnico, a cidade vai ganhando cada vez mais influência, comandando o processo de produção espacial por conta do acúmulo das funções. Assim, com a “modernização conservadora” do campo do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, por concentrar grande parte das atividades que consolidam os meios de circulação em conexão direta com o capital, se sobressai, principalmente por ser a sede das instituições financeira e comercial na região.

A primeira instituição bancária de Campos no século XIX foi a Caixa Econômica, inaugurada em 1834. Esta, tempos mais tarde, no ano de 1888, virou Caixa Depositária. Ainda no século XIX foram criadas a Caixa Filial do Banco Comercial e Agrícola do Rio de Janeiro (1859), Casa Bancária do Caldeira (1862), Banco de Campos (1862) e Banco Commercial Hypothecario (1873). Feydit (1979 [1900]) ao fazer uma breve caracterização dessas instituições bancárias chama atenção para o fato de que todas possuem relação, direta ou indireta, com a atividade canavieira da região, até mesmo o Banco Commercial Hypothecario, que possuía diretores estrangeiros e fixava suas atenções nas dinâmicas comerciais que se instituía na região. Pereira (2014), ao empreender análise sobre a atuação dos bancos e a questão do crédito em Campos, entre 1863 e 1888, chama atenção para o fato de que as movimentações financeiras do período devem ser vistas pela conjuntura decisiva do momento: a mudança do trabalho escravo para o trabalho livre; a modificação da economia agrária para uma economia relacionada a capitais industriais e investimentos em concessões de obras e serviços públicos; e a alteração de riqueza e fortunas locais. Assim, há de se lembrar que a virada do século XIX para o XX foi um período de mudanças da base política e socioeconômica local, influenciado pela abolição da escravatura, pelo período republicano, pelos projetos de modernização do município e pela falência de diversos fazendeiros do açúcar (os já mencionados “Barões do Açúcar”), sendo preteridos em função da nova burguesia agrária regional.

No decorrer do século XX, o contexto de mudanças se consolida, intensificando a predominância das movimentações financeiras em Campos, que passa a centralizar ainda mais os processos financeiros no cenário regional. Esta situação tem relação com o fato de a produção

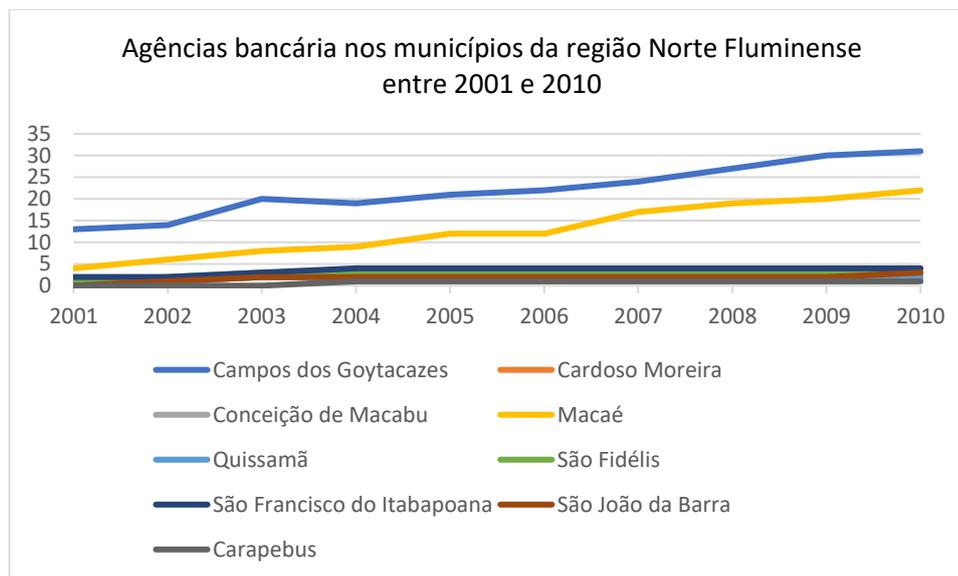
sucroalcooleira, força propulsora das dinâmicas econômicas que caracterizavam a região, encontrarem maiores bases para seu desenvolvimento. Assim, ao longo desses anos, houve uma estruturação da atividade financeira no município, que se manteve mesmo com a decadência da atividade canavieira e a falência das diversas unidades produtivas. Com este novo quadro posto, o município continuou a ser um polo financeiro regional, destacando-se por disponibilizar os principais serviços e estruturas que compõem este setor, mesmo após a consolidação de outras atividades econômicas de relevância regional, como a indústria petrolífera.

Este destaque pode ser visto ao se analisar a variação do quantitativo das agências bancárias que se instalaram na região. Em 1995, já com a consolidação da exploração do petróleo e com todo o arrasto de serviços gerado por ela, Campos possuía 16 agências bancárias²⁰³, enquanto Macaé, o local onde foi estruturado a indústria de apoio à atividade petrolífera, possuía 10. Os outros municípios com maior quantitativo eram São Fidélis e São João da Barra, com 4 agências cada um (BACEN, 2020²⁰⁴). Após a promulgação da “Lei do Petróleo”, quando foi instituída a partilha dos *royalties*, que proporcionou a Campos uma maior fatia desse rendimento, vê-se essa diferença ampliar. Em 2000, esse município possuía 20 agências bancárias, o mesmo número de agências da soma de todas as existentes nos demais municípios da região (Macaé possuía somente 8 agências). Entretanto, esse quadro apresenta alterações a partir de 2003. Com a política de expansão da Petrobrás, implementada pelo Governo Lula, e com a valorização do petróleo no mercado mundial, houve uma expansão da cadeia produtiva do setor em Macaé. Isso aumentou a movimentação financeira local, por conta da maior intensidade de atividades, formais e informais, que se fixaram no município a fim de se beneficiar dos recursos que circulavam atrelados ao petróleo. O gráfico 5, que demonstra a variação do quantitativo de agência nos municípios da região Norte Fluminense entre 2001 e 2010, nos permite uma melhor visualização do processo.

²⁰³É importante ressaltar que o Banco Central neste período considera também os postos bancários como agência de serviço.

²⁰⁴<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Ffis%2Finfo%2Fagencias.asp>

Gráfico 5: Evolução do número de agências bancárias nos municípios da região Norte Fluminense entre 2001 e 2010



Fonte: BACEN (2020); Elaboração: próprio autor

Há de se ressaltar que se tem consciência que a ampliação do quantitativo de agências bancárias neste íterim não se deve só à maior dinamização econômica ligada ao setor petrolífero. A necessidade de vinculação com uma instituição financeira para se receber os vencimentos (tanto de empregos do setor privado, quanto dos estatutários e até mesmo das aposentadorias), a expansão do número de cadastrados no programa Bolsa Família, entre outros fatores, forçaram a interiorização das agências bancárias. Contudo, como o gráfico 5 explicita, nas cidades do Norte Fluminense com menor vinculação em relação à atividade do setor petrolífero, no período que vai de 2001 a 2010 (ou seja, principalmente após a consolidação da “Economia dos *Royalties* e Economia do Petróleo” houve uma estabilização do crescimento do número de bancos, enquanto Campos e Macaé viram esse quantitativo crescer.

Corroborando a ideia de que essa dinâmica está integrada a esse processo produtivo, a partir de 2015 houve uma alteração dessa configuração. Fruto de mudanças em âmbito nacional, como a implementação de ações que visavam a “otimização” dos números de agências, em consonância com a mudança do contexto político, e em paralelo com as novas tecnologias que permitiam a realização de operações financeiras em caixas eletrônicos, computadores e *smartphones*, mas também influenciado por questões regionais, como a queda da produção na Bacia de Campos, o fato é que a partir desse ano há o fechamento de diversas agências bancárias nos municípios da região. Diante deste quadro, Campos, que chegou a ter, em 2015, 40 agências

bancárias funcionando em seu território, vê esse número ser reduzido para 34, em 2020. Da mesma maneira, Macaé vê o quantitativo cair de 30, em 2015, para 25, em 2020 (BACEN, 2020).

De todo modo, mesmo neste novo quadro apresentado, Campos continua a ter um relativo destaque na movimentação financeira regional. É certo que a predominância do quantitativo de agências deve ser relativizada pelo tamanho da população, principalmente se formos comparar este município com Macaé. Ao se fazer isso, percebe-se que no primeiro município citado a proporção, no ano de 2010, de agências pelo número de habitantes é de cerca de 1 para 15.000. No segundo, o número é bem menor, 1 para 10.000, mostrando que o quantitativo de instituições financeiras dessa natureza é proporcionalmente maior em Macaé. Contudo, mesmo com essa relativização, há de se ressaltar o crescimento do número de agências em Campos em período de centralização das atividades produtivas no município de Macaé.

Esta questão também pode ser verificada ao se analisar as dinâmicas comerciais e de serviços que se estruturaram na região. Essas começam a ser instituídas já no século XVIII, tendo como referencial as rotas e vias de circulação implementadas a fim de fazer os produtos do Norte Fluminense chegarem à capital da província. Nesse processo, núcleos comerciais foram se consolidando, onde o mais dinâmico, muito em função de ser a zona de convergência de diferentes fluxos estabelecidos e por conta dos recursos ligados à produção açucareira, foi Campos. Lamego (1945) enfatiza a atividade comercial que se consolidou no município neste período, ressaltando que esta gerava muito excedente, na medida em que crescia a quantidade de pequenos negociantes, muitos estrangeiros, que viam na cidade ponto importante para vender suas mercadorias.

Ao se aprofundar na questão da atividade comercial que se estabeleceu na região, Lamego (1945) resalta o fato de que ela influenciou, de maneira direta ou indireta, diversas transformações que ocorreram na planície ao longo do século XVIII e XIX. Além de auxiliar a fixação de estrangeiros na região, o crescimento da atividade comercial permitiu a criação de uma categoria social, com relações com a atividade canavieira, mas que buscava romper com as dinâmicas tradicionais, abrindo a possibilidade para a entrada do capital comercial na distribuição ligada aos excedentes gerados no processo produtivo. Nas palavras do autor, “(...) o comércio, engrossado, o intercâmbio material e mental com o Rio de Janeiro avigorado, novos modos de viver, subtraem ao campo seus elementos dirigentes patriarcais” (LAMEGO, 1945, p. 170).

Assim, a modernização do processo produtivo, marcando a consolidação do meio técnico, no decorrer do século XIX e XX, aliado à estruturação de novos meios de circulação, juntamente com as modificações sociais oriundas das novas dinâmicas do capital instituídas, somada ao crescimento de importância da cidade e às funções urbanas que nelas se encontravam, criou condições favoráveis para a consolidação da atividade comercial na região, com Campos (segundo Faria [2008], baseado nas informações do Almanaque de 1884, em 1881 Campos possuía 267 comércio e 143 oficinas), mais uma vez, exercendo centralidade nesta dinâmica. No final do século XIX, início do XX, os comerciantes aumentam sua influência no município, constituindo uma Associação Comercial, elegendo representantes seus para postos políticos, estando presente na instalação de grandes empreendimentos no espaço urbano, criando um jornal para propagar seu ideário da região (Folha do Comercio), fixando novas concepções de mundo para o município (FARIA, 2008).

De toda forma, mesmo o comércio regional se configurando com uma certa autonomia em relação à produção canavieira, não se pode desvincular estas atividades. As infraestruturas consolidadas na região, instituídas tendo como referência a dinâmica canavieira, pelas quais a circulação ocorria, favoreceu e foi utilizada pela atividade comercial para sua consolidação. Ao mesmo tempo, o comércio e setor de serviços estruturados constituíram um importante elemento para a expansão das dinâmicas da indústria canavieira, fornecendo insumos, possibilitando aglomeração populacional, dentre outras questões. Assim, uma relação dialética é estabelecida, com o setor sucroalcooleiro dependendo do oferecimento de serviços ligados ao comércio, e o comércio se expandido a partir das relações constituídas pela atividade canavieira. Neste processo, uma concentração desses fixos e desses serviços é estabelecido em Campos, consolidando fluxos para o município, destacando-o nas dinâmicas que caracterizam a região.

Com a decadência da produção canavieira, a atividade comercial e o setor de serviços ganharam relativamente ainda mais destaque em Campos. Estas funções passaram a ser fundamentais para a economia do município, representando um montante significativo dos recursos que circulavam em seu interior. Ao mesmo tempo, Campos manteve centralidade no oferecimento de serviços perante a região, isso mesmo com a consolidação da indústria petrolífera em Macaé. A tabela 22 mostra a variação do número de estabelecimentos comerciais e de serviços (excetuando a administração pública) no Norte Fluminense de 2003 a 2010.

Tabela 22: Estabelecimentos comerciais e de serviços dos municípios do Norte Fluminense – 2003–2010

Regiões de Governo e municípios	Estabelecimentos							
	Comércio							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Região Norte Fluminense	4 666	4 903	5 055	5 289	5 479	5 669	5 787	6 109
Campos dos Goytacazes	2 805	2 928	2 928	3 107	3 233	3 312	3 387	3 519
Carapebus	26	28	32	35	34	46	47	47
Cardoso Moreira	49	45	47	53	55	52	54	60
Conceição de Macabu	83	102	103	107	114	111	113	121
Macaé	1 221	1 311	1 392	1 426	1 473	1 536	1 574	1 667
Quissamã	57	72	78	74	77	88	96	105
São Fidélis	196	183	201	196	203	211	212	234
São Francisco de Itabapoana	110	111	132	151	143	146	133	166
São João da Barra	119	123	142	140	147	167	171	190
	Serviços							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Região Norte Fluminense	3 444	3 665	3 857	3 893	4 053	4 242	4 443	4 659
Campos dos Goytacazes	1 851	1 946	2 034	1 968	2 043	2 081	2 158	2 251
Carapebus	11	15	11	12	15	17	17	21
Cardoso Moreira	21	15	15	18	15	19	23	27
Conceição de Macabu	44	51	52	53	51	58	59	65
Macaé	1 288	1 399	1 484	1 586	1 666	1 783	1 883	1 962
Quissamã	36	39	47	45	38	43	54	55
São Fidélis	106	102	103	106	108	105	110	118
São Francisco de Itabapoana	30	36	49	41	44	45	41	50
São João da Barra	57	62	62	64	73	91	98	110

Fonte: Fundação CEPERJ (2011) (modificado pelo autor).

Analisar a variação neste recorte estabelecido, entre 2003 e 2010, é importante na medida em que, neste período, a atividade petrolífera na região estava em franca expansão, ao mesmo tempo em que a produção sucroalcooleira quase que inexistia, com apenas três unidades em funcionamento. Mesmo neste contexto, percebe-se o crescimento no quantitativo de estabelecimentos em Campos, acompanhado somente por Macaé e toda capacidade de arrasto da indústria petrolífera. Tal fato demonstra a permanência das dinâmicas nos meios de conexão direta com o capital já estabelecidas, mas apontando para uma recharacterização. Batista e Santos (2018) ressaltam esta questão ao analisarem a constituição e distribuição das diversas centralidades no município de Campos dos Goytacazes e sua relação direta com a questão do comércio e dos serviços. Segundo os autores, a injeção de capital provinda dos *royalties* e a demanda deste setor por mão-de-obra e serviços fizeram com que a indústria petrolífera

constituísse uma relação de complementariedade com Campos, aproveitando-se das suas estruturas para se desenvolver. Assim, percebe-se uma não ruptura completa com as estruturas e processos da atividade produtiva sucroalcooleira; pelo contrário, houve um aproveitamento destas, configurando, de certa maneira, um reforço das dinâmicas que compõem a região.

4.5 – A SAÚDE, A EDUCAÇÃO E A CARACTERIZAÇÃO DAS DINÂMICAS REGIONAIS

Esse reforço das dinâmicas que caracterizam o regional do Norte Fluminense, mesmo após a decadência da atividade canavieira e a constituição da produção petrolífera, fica evidente também na configuração e estruturação de bens e serviços como educação e saúde. A consolidação de fixos ligados a esses equipamentos sociais e às características dos fluxos estabelecidos por eles conectam diferentes espacialidades, configurando regiões a partir da sua utilização, mantendo lógicas e singularidades de períodos anteriores.

No que tange o oferecimento de serviços ligados à saúde no Norte Fluminense, sua gênese remonta à colonização. No primeiro momento, religiosos que implementavam aldeamentos na região agiam como “médicos” indicando ações para minimizar doenças nos nativos. Ao mesmo tempo, como aponta Freyre (2003 [1933]), estes homens brancos aprendiam com os indígenas métodos locais para cuidar de enfermidades pouco conhecidas dos colonizadores. Assim, uma “medicina” menos ortodoxa foi implementada, própria para as características do meio natural que prevaleciam no período, com estas absorvendo “(...) uma série de conhecimentos e processos valiosíssimos: o quinino, a cocaína, a ipecacuanha” (FREYRE, 2003 [1933], p. 230). Com o passar dos anos e a constituição da atividade canavieira na região, as ações de trato das enfermidades ficavam fixadas nas dinâmicas das grandes propriedades de terra. As relações da Casa Grande caracterizavam o oferecimento de serviço de saúde àqueles que viviam sob seus domínios, com o Senhor do Engenho sendo figura importante para o acesso a esse serviço. Foi a partir dessas duas singularidades (ação das ordens religiosas e influência das relações de dominação ligadas às grandes fazendas) que no Norte Fluminense se construiu equipamentos de trato de enfermidades.

Risso (2006) explicita que, do século XVII até os primeiros anos do século XX, o oferecimento de serviços de saúde não estava ligado ao poder público e, sim, a associações filantrópicas, principalmente das ordens religiosas, e aos “homens bons”, ou seja, membros do grupo social dominante. A primeira instituição criada que prestou serviços médicos à população da região foi constituída, segundo Lamego (1945), por Joaquim Vicente dos Reis, proprietário

da Fazenda do Solar do Colégio, no ano de 1781. Este instalou em sua propriedade um hospital de caridade com médico contratado para atender à necessidade dos seus escravos e dos moradores que residiam nas proximidades de suas terras.

No decorrer do século XIX, com a expansão da atividade canavieira houve uma expansão na oferta dos serviços médicos, principalmente na Vila de São Salvador. Risso (2006) aponta que entre 1855 e 1930 foi estabelecida na região uma rede de assistencialismo formada por ordens religiosas, como as Ordens Terceiras, irmandades leigas, também religiosas, mas sem vínculo oficial com a igreja, e associações beneficentes/de ajuda mútua (estabelecidas pelo grupo social dominante).

Uma das instituições de relevância neste íterim que exemplifica a atuação das irmandades leigas, que existiram e ainda existem em todo Brasil, foi a Santa Casa de Misericórdia. No Norte Fluminense, a Santa Casa fixou bases em Campos, mas estabeleceu uma dinâmica regional na medida em que atendia pacientes de outras vilas e até estrangeiros que estivessem de passagem. Criada ainda no século XVIII (em 1891) e mantida pela ação filantrópica de uma irmandade leiga (a Misericórdia), este hospital (que ainda é um dos mais importantes da região), no Norte Fluminense, se manteve pela ação de doações dos residentes das diversas freguesias e vilas próximas a Campos e também por intermédio de recebimento de heranças de membros do grupo social dominante campista que doavam bens e joias aos mantenedores da instituição. Risso (2006), ao pesquisar sobre a importância da Santa Casa no combate à epidemia de *cholera morbus* que assolou a região na segunda metade do século XIX, expõe elementos que reforçam a constituição de um fluxo regional a partir do consumo dos seus serviços prestados. Com base no relatório de atendimentos realizados na instituição do ano de 1872, verifica-se que dos 421 pacientes que utilizaram desses serviços, 314 eram de Campos (e suas variadas freguesias), 31 de São Fidélis, 4 de São João da Barra e 72 eram estrangeiros. Ou seja, atendia-se todas as cidades existentes na porção norte do Rio de Janeiro nesse período. O autor ainda chama atenção para vinda de habitantes de Macaé para buscar serviços da Santa Casa, mas não explicita os números.

Segundo Risso (2006), mesmo informando que a partir de 1873 os relatórios anuais da Santa Casa não demonstraram, com regularidade, o lugar de origem dos pacientes, tendo como base o aumento dos números de atendimento e da arrecadação, indica que essa dinâmica regional foi expandida no decorrer do século XX. O relatório de 1923 corrobora essa visão do autor ao afirmar textualmente que a Santa Casa de Misericórdia estava recebendo enfermos de Minas Gerais, Espírito Santo e outras cidades do estado do Rio de Janeiro.

Além da ação das ordens religiosas, cabe também ressaltar a atuação das associações beneficentes no oferecimento dos serviços ligados à saúde na região. A elite canavieira dominante do século XIX (“Barões de Açúcar”) implementou estruturas de trato de enfermidades não só em suas terras, mas na sede da vila também. Feydit (1979 [1900]) expõe a atuação de algumas dessas entidades: a Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em 1852, fazia filantropia a partir de mensalidades pagas por fazendeiros da região e com esses rendimentos fundou em 1872 o Hospital Beneficência Portuguesa de Campos (atua até hoje no município); a Sociedade Brasileira de Beneficência, que em 1855 montou uma estrutura hospitalar provisória para atender os enfermos da epidemia, além de permitir que a associação pagasse valores aos médicos para visitarem a população em suas casas; e a Sociedade Médico-Farmacêutica Benéfica, criada em 1879 por, dentre outros 23 sócios, Francisco Portela (político republicano, que desenvolveu carreira política em Campos e foi Governador do Estado do Rio de Janeiro entre 1889 e 1891), constituindo-se já no bojo das tensões entre diferentes grupos que marcaram as mudanças das relações de domínio e de poder do campo regional.

A partir de 1930, o Estado passou a agir diretamente no oferecimento dos serviços ligados à saúde, criando, por exemplo, o Departamento Nacional de Saúde e o Ministério da Educação e Saúde. Mas isso não quer dizer que as atividades filantrópicas ligadas às ações religiosas foram extintas, ou que a constituição das estruturas médico-hospitalares na região se deu a parte da influência do grupo dominante canavieiro. O contrário é verdadeiro, com o Governo Federal aproveitando-se da economia sucroalcooleira para conformar a rede de serviços de saúde. Isso fica explícito, por exemplo, com o Decreto de Lei 9827²⁰⁵ de 10 de setembro de 1946, que trata da produção sucroalcooleira e dá outras providências. Em seu artigo 8º, a Lei estabelece que os usineiros ficam “(...) obrigados a aplicar, em benefício de seus trabalhadores industriais e agrícolas e em serviços de assistência médico-farmacêutica e social, (...), importância mínima correspondente a Cr\$2,00 (dois cruzeiros) por saco de açúcar” (BRASIL, 1946), ou pelo Decreto de Lei 4870²⁰⁶ de 1 de dezembro de 1965 (dispõe sobre a produção açucareira e suas receitas), que em seu artigo 23º obriga a aplicação de 10% da receita provinda do IAA para “(...) custeio de serviços de assistência aos trabalhadores da agroindústria canavieira e seus dependentes (BRASIL, 1965).

Monteiro (2011) ressalta que o IAA agiu diretamente na estruturação da rede de serviços nas regiões canavieiras, fornecendo subvenções para instituições hospitalares e para-

²⁰⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/De19827.htm

²⁰⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/14870.htm#art36

hospitalares mediante requerimento das Sociedade Benéficas e das entidades filantrópicas, com ação direta dos grupos de influência canavieiro. Este autor ainda chama atenção para outra importante função do IAA na compreensão e na consolidação dessa relação de saúde e atividade canavieira: sob o discurso de melhor conhecer a situação do trabalhador e buscando um aumento da produtividade industrial/rural, no ano de 1946, este instituto realizou um diagnóstico das usinas brasileiras, quando fez um levantamento das unidades médico-hospitalares existentes nos municípios ligados ao setor sucroalcooleiro. No Rio de Janeiro, José Oliveira Leite (representante do IAA) focou suas análises em Campos.

As informações dispostas por José de Oliveira Leite, explicitadas por Monteiro (2011) ressaltam a centralização do município de Campos no que tange as dinâmicas regionais constituídas pela oferta de serviços médicos. Segundo o relatório, havia uma confluência das diferentes cidades para o referido município, pois quase todas as unidades produtivas açucareiras possuíam infraestruturas ligadas a saúde para atender ao funcionários e população residente das proximidades, com exceção de três, que não apresentavam locais para atendimentos médicos autônomos a seus moradores. Monteiro (2011) complementa as informações dizendo que Campos na primeira metade do século XX possuía 7 instituições hospitalares (dentre elas o Hospital Plantadores de Cana, inaugurado em 1959, sendo o quarto maior em oferta de leitos em todo o estado) e que os serviços de saúde prestados ocorriam em postos médicos que se localizavam próximas às usinas, possibilitando maior acesso dos trabalhadores das fazendas aos ambulatórios.

Essa realidade de concentração de serviços médicos no município de Campos ante aos demais municípios do Norte Fluminense permanece inalterada até os dias de hoje, mesmo com a consolidação da produção petrolífera. Santos (2008), ao analisar as características do sistema de saúde no município e sua relação com a renda petrolífera, corrobora esta afirmação ao concluir que esta nova dinâmica não produziu efeito na distribuição dessas infraestruturas e da oferta dos serviços de saúde por toda região. Barros (2015) vai além e afirma, em seu trabalho sobre as rendas petrolíferas e desigualdades nos municípios do Norte Fluminense, que o pacto adotado na distribuição dos *royalties* criou uma tendência de acentuação das diferenças intrarregionais nas condições de financiamento e gastos dos municípios com a saúde, sem que isso gere, necessária e proporcionalmente, melhora no sistema público de saúde e condições de vida da população. Ou seja, o excedente das rendas proporcionadas, direta ou indiretamente, ao recebimento dos *royalties* não criou uma infraestrutura ou melhorou a oferta de serviços de saúde nos municípios da região.

Contudo, afirmar que as dinâmicas regionais ligadas à saúde não foram alteradas com a decadência da economia canavieira e a ascensão/consolidação da atividade petrolífera, não implica em dizer que suas características permaneceram. Na virada do século XX para o século XXI, houve uma reconfiguração no que tange as singularidades das estruturas que oferecem serviço médico-hospitalar na região, influenciadas tanto por mudanças que ocorreram no contexto nacional (como os crescimento do setor privado, da oferta de planos de saúde, entre outros pontos), quanto por situações ligadas a especificidades locais (como o fim do modelo de descentralização das unidades básicas de saúde que se instalavam nas zonas de influência das usinas por conta da relação com os proprietários de terra). A tabela 23 auxilia a compreensão dessas mudanças, expondo a distribuição do quantitativo de unidades ambulatoriais, consultórios e hospitais nos municípios do Norte Fluminense, entre os anos de 1997 (período em que a “Lei do Petróleo” foi instaurada) até 2018.

Tabela 23: Distribuição das unidades ambulatoriais, consultórios e hospitais nos municípios do Norte Fluminense nos anos 1997, 2000, 2009 e 2018

Região e Municípios	1997			2000		
	Unidades ambulatoriais	Consultório	Hospitais	Unidades ambulatoriais	Consultório	Hospitais
Região Norte Fluminense	264	680	22	294	699	22
Campos dos Goytacazes	111	354	11	123	355	12
Carapebus	3	7	-	6	19	0
Cardoso Moreira	10	16	1	13	20	0
Conceição de Macabu	12	19	2	15	23	2
Macaé	54	129	3	68	153	3
Quissamã	15	23	1	8	16	1
São Fidélis	28	44	2	29	43	2
São Francisco de Itabapoana	19	39	-	19	41	1
São João da Barra	12	49	2	13	29	1
Região e Municípios	2009			2018		
	Unidades ambulatoriais	Consultório	Hospitais	Unidades ambulatoriais	Consultório	Hospitais
Região Norte Fluminense	212	900	22	204	1235	21
Campos dos Goytacazes	80	526	11	79	656	11
Carapebus	6	2	-	4	20	0
Cardoso Moreira	10	0	-	6	1	0
Conceição de Macabu	10	6	1	13	6	1
Macaé	46	348	5	46	527	5
Quissamã	11	2	1	9	1	1
São Fidélis	17	12	2	14	11	1
São Francisco de Itabapoana	20	2	1	19	7	1
São João da Barra	12	2	1	14	6	1

Fonte: Ceperj e DATASUS; Elaboração: Próprio autor

A tabela 23 explicita a manutenção da concentração dessas estruturas em Campos ao longo do tempo, tendo em seu território, no ano de 1997, 49% do total de unidades ligadas à oferta de serviços de saúde do Norte Fluminense e, em 2018, essa proporção em relação à totalidade regional alcança 51%. A manutenção da centralidade do município sobre o consumo desse serviço, como aponta Barros (2015) fica ainda mais ressaltada quando se verifica que a grande maioria dos hospitais da região encontra-se em Campos e que isso influencia, de maneira direta ou indireta, a oferta de serviços de maiores complexidades, o que também vai contribuir para uma constituição de um fluxo para esse município.

No que tange as mudanças, se resalta o aumento significativo de consultórios em Macaé entre os anos de 1997 e 2018. O momento de maior intensidade desse acréscimo ocorreu entre o ano de 2000 e 2009 quando o município quase que dobrou o total de unidades que prestavam serviço em seu território. Essa transformação interna tem relação direta com o aumento das dinâmicas locais ligadas à consolidação do parque industrial petrolífero no município. Outra alteração que a tabela 23 evidencia diz respeito à mudança das características do oferecimento de serviços ligados à atenção básica de saúde em Campos. Em função das singularidades na estruturação e oferta dos serviços médicos hospitalares consolidadas no período canavieiro, com maior distribuição das unidades ambulatoriais²⁰⁷ e sua fixação atrelada às unidades produtivas sucroalcooleiras, a partir de 1997, com a intensificação da falência do setor, o que se tem é uma diminuição considerável da oferta desse tipo de serviço. No referido ano, o município contava com 111 unidades ambulatoriais; em 2000 viu-se esse número crescer para 123. Contudo, em 2018 o quantitativo dessas estruturas chegou a 79 unidades. Em contrapartida, há um aumento vertiginoso no número de consultórios estabelecidos no município.

Outro bem de consumo que apresenta materialidade nas suas estruturas de oferecimento, cuja utilização, porém, é imaterial, é a educação. As características da oferta e consumo desse serviço público e privado na região estão diretamente ligadas à constituição da atividade canavieira, com as primeiras ações de ensino²⁰⁸ sendo organizadas no interior das unidades

²⁰⁷ As unidades ambulatoriais dispostas consideram os centros de saúde e as unidades básicas de saúde dos municípios.

²⁰⁸ É importante ressaltar que Freyre (2003 [1933]) chama atenção para educação empreendida pelas ordens religiosas desde o período inicial da colonização, no século XVI. Contudo, essa dinâmica de ensino era mais voltada a questões ligadas a regras sociais e de educação, com nativos e colonizadores constituindo relações recíprocas de aprendizado (ou seja, ao mesmo tempo em que os colonizadores imputavam suas normativas sociais ao nativo, aprendiam sobre o meio).

produtivas açucareiras. Freyre (2003 [1933]), ao tratar do Nordeste — mas podemos intuir que há semelhanças com o Norte Fluminense — chama atenção para organização no passado de uma dinâmica de ensino no interior das grandes fazendas, quando os padres e os capelães de engenho, buscando conter a influência africana, ensinavam aos membros da Casa Grande e da Senzala “(...) a língua dos sinhô-moços e das sinhazinhas” (FREYRE, 2003 [1933], p. 216).

Segundo Freyre (2003 [1933]), essa característica de unidades de ensino no interior das grandes fazendas permaneceu até final do século XIX, quando a mecanização começou a tomar o Nordeste, com a constituição de estradas de ferro que conectavam os engenhos, podendo criar lugar comum para essa ação. De maneira similar ocorreu no Norte Fluminense. Com a expansão do meio técnico nas relações e dinâmicas de composição do regional, unidades de ensino foram construídas para além da Casa Grande, criando um fluxo de caracterização da região a partir desse processo. Rodrigues (2014) chama atenção para esse processo no Norte Fluminense no final do século XIX, ressaltando que com a mudança foi instituído o modelo de escola primária que pressupunha a existência de prédios específicos, com características voltadas para a função educativa.

Nesse contexto de transformação do processo educativo no Norte Fluminense surge o Liceu de Humanidades de Campos, no ano de 1884. Para além da questão simbólica envolvida na implementação dessa unidade escolar, o Liceu funcionava em estrutura de arquitetura suntuosa, ligada à oligarquia canavieira da época, antiga residência do Barão da Lagoa Dourada, que se suicidou após falir. Seu funcionamento demonstrava a centralidade de Campos na região, sendo considerado um colégio padrão, nos moldes europeus, no qual filhos do grupo dominante canavieiro recebiam letramento.

É interessante ressaltar a maneira pela qual a constituição dessa estrutura de ensino reflete as dinâmicas sociais que estão na base da conformação da região. O Liceu de Campos surge no contexto de “modernização conservadora” do campo regional, com mudança nas relações que compõem a sociabilidade local, explicitando a tensão entre os diferentes grupos, em especial no interior da elite canavieira (“Barões do Açúcar” x “Usineiros”). Exemplo disso, conforme aponta Rodrigues (2014), logo após sua fundação, a direção da unidade foi entregue ao Dr. Candido de Lacerda, integrante do Partido Liberal, republicano, envolvido com movimento abolicionista, junto com seu irmão, Carlos de Lacerda. Este autor aponta que todas as transformações do sistema de ensino e das estruturas educacionais que ocorriam na região estão diretamente associadas às dinâmicas e disputas políticas, econômicas e sociais do grupo canavieiro dominante.

Em sua dissertação, em que trabalha as políticas de educação operadas pelos diferentes grupos oligárquicos fluminenses ao longo da primeira república, Rodrigues (2014) expõe que as singularidades dos modelos de ensino que foram sendo implementados no transcorrer da primeira metade do século XX (escola secundária ou primária; isolada ou graduada; estadual, municipal ou subvencionada; pragmática, profissional ou acadêmica) evidenciavam as diferentes disputas entre os grupos políticos, econômicos e sociais que buscavam o poder, sendo, inclusive “(...) utilizada como instrumento de perpetuação ou esquecimento de memórias desses grupos” (RODRIGUES, 2014, p. 293).

A centralidade de Campos nos fluxos regionais ligados à educação permaneceu no decorrer da segunda metade do século XX, principalmente pela consolidação das escolas profissionalizantes no governo varguista e, posteriormente, com a ditadura militar. Cabe ressaltar que, como aponta Rodrigues (2014), o projeto de escolas profissionais foi posto em prática no Norte Fluminense por Nilo Peçanha, durante seu mandato na Presidência da República. Neste momento, ele criou a Escola de Aprendizes Artífices em todo país, com uma unidade em cada Capital de Estado, com Campos recebendo a unidade do Rio de Janeiro (naquele momento a Capital era Niterói). Esta unidade escolar se faz presente até hoje como Instituto Federal Fluminense.

Tavares (2016) chama atenção ainda para outra situação, ocorrida no contexto estadual, que influenciou a constituição de infraestruturas ligadas ao ensino e pesquisa em Campos. Em 1982, com a eleição de Leonel Brizola, um maior aporte financeiro para o interior do estado do Rio de Janeiro foi feito, buscando, principalmente, a construção de equipamentos e de infraestrutura para consolidar projetos econômicos e sociais. Por esses investimentos, por exemplo, foram criadas a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), a Fundação Estadual do Norte Fluminense (FENORTE) e o Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense (TECNORTE), todas na planície goitacá (TAVARES, 2016).

A constituição dessas unidades de pesquisa e ensino neste período está diretamente ligada à implementação da atividade petrolífera na região. Com a instalação da base produtiva em Macaé, profissionais específicos seriam requeridos para atuarem no setor e Campos, tendo maior efetivo populacional e já estruturada uma rede de ensino, se destacou com possibilidade de absorver essa nova demanda. O que foi concretizado, pois, com esse contexto, uma diversidade de instituições de ensino (públicas e privadas) se instalaram no município, oferecendo os variados níveis de escolaridade (do nível básico, médio/técnico, ao superior), em diferentes tipos de estabelecimentos como universidades, centros universitários, faculdades e

institutos federais. Ao mesmo tempo, outros municípios também foram se sobressaindo pela oferta de ensino, principalmente Macaé, local de acolhimento das estruturas ligadas ao setor de petróleo e gás. Essa expansão das unidades escolares no Norte Fluminense pode ser vista na tabela 24, que explicita o quantitativo de instituições (e o nível ofertado – fundamental, médio e superior) que foram implementadas na região nos anos de 1994, 2010 e 2019.

Tabela 24: Unidades escolares por nível de ensino no Norte Fluminense nos anos 1994, 2010 e 2019

Instituições de Ensino									
Região e Municípios	1994			2010			2019		
	Fundamental	Médio	Superior	Fundamental	Médio	Superior	Fundamental	Médio	Superior*
Norte Fluminense	685	60	6	620	116	12	570	138	14
Campos	294	34	5	307	57	9	310	73	9
Carapebus	--	--	--	14	1	0	12	1	0
Cardoso Moreira	23	1	0	18	1	0	12	2	0
C. de Macabu	36	3	1	24	5	0	21	6	0
Macaé	107	8	0	97	28	3	90	28	3
Quissamã	25	2	0	15	2	0	11	3	1
São Fidélis	90	6	0	42	7	0	31	7	1
S. J.da Barra	110	6	0	38	9	0	33	9	0
S. F. do Itabapoana	--	--	--	65	6	0	50	9	0

*Obs: Os números das instituições de ensino superior dispostos na coluna são de 2017

Fonte: MEC/Inep/Deed - Elaboração: Próprio autor

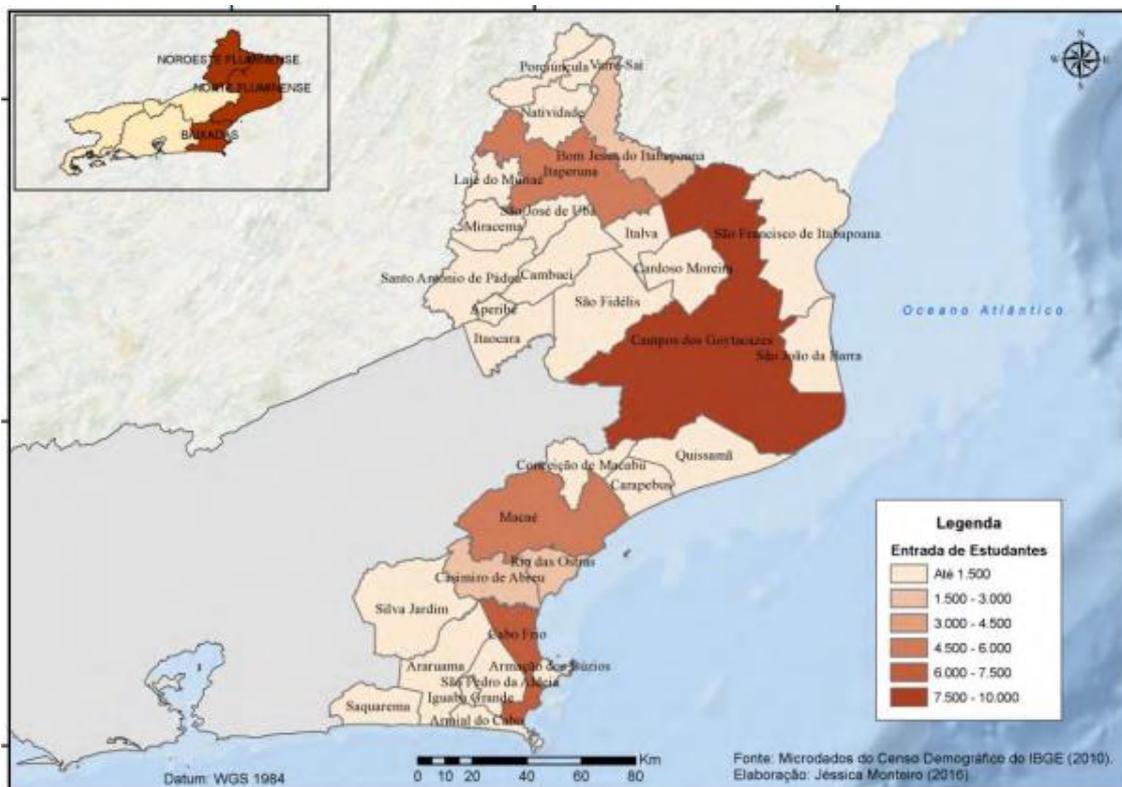
Chama atenção na tabela 24o fato de Campos, nos anos abordados, ser o único município a apresentar expansão das unidades escolares, em todos os níveis de ensino, mesmo após a crise do setor canavieiro. Esse fato auxilia a compreensão deste município se constituir como uma base de apoio à indústria petrolífera, qualificando mão-de-obra para atuar no setor. Em Macaé, também se configura uma tendência de crescimento, em especial entre os anos de 1994 e 2010, quando houve um *boom* do número de instituições que ofertavam o ensino médio no município. Tal fato está vinculado à demanda da cadeia do petróleo por trabalhadores com cursos técnicos que tem como requisito o nível médio de instrução.

Nos demais municípios que compõem o Norte Fluminense, o que se viu no intervalo delimitado foi uma diminuição do quantitativo de instituições escolares que ofertavam o ensino médio e fundamental. Esse quadro pode ter sido influenciado pela ação de “otimização” do ensino público posta em prática na gestão do governador Sérgio Cabral, a partir de 2010, sob a gerência do secretário de educação, Wilson Risolia, alegando que a educação do estado

necessitava de uma ação administrativa profissional, haja vista que o Rio de Janeiro apresentava um dos piores indicadores educacionais do país. O secretário, ao invés de promover maior investimento e estruturação do ensino público estadual, agiu em ações que mascarassem o comportamento dos indicadores, promovendo assim o fechamento de escolas (principalmente rurais), a redistribuição dos discentes, o aumento da capacidade máxima de cada turma formada, mesmo com a estrutura escolar não suportando, entre outras ações. Esse contexto afetou, principalmente, a distribuição das pequenas unidades escolares do interior.

De toda forma, esse quadro auxiliou a intensidade da centralidade da Planície Goitacá no que tange a oferta e consumo de bens e serviços ligados à educação (por exemplo, muitos desses alunos das zonas rurais do interior, por conta de dificuldade de transporte entre essas áreas mais distantes e a sede do seu município, preferem se deslocar para Campos para cursar o ensino básico). Tavares (2016), em seu trabalho sobre os movimentos pendulares estudantis do Norte Fluminense, explicita a força centrípeta que este município exerce sobre as demais cidades dessa espacialidade, reforçando o fluxo regional a partir dessa situação. Na figura 55, a autora apresenta, baseada nos dados do Censo de 2010, o volume de entrada de estudantes (de todas as idades, em todos os níveis de ensino) nos municípios das regiões Norte, Noroeste e Baixadas Litorâneas, deixando explícita a atratividade da cidade campista.

Figura 55: Municípios do Norte, Noroeste e Baixada Litorânea, segundo atração de estudantes de outros municípios para estudo (2010)



Fonte: TAVARES (2016)

Outro ponto que Tavares (2016) aborda em seu texto, e que corrobora as discussões empreendidas na tese no que diz respeito à permanência de relações anteriores nas dinâmicas atuais, é o local de residência dos estudantes que realizam deslocamento pendular para estudar tendo Campos como ponto de destino. Esse fluxo instituído tem similaridade com os laços regionais constituídos desde a implementação da fronteira da capitania de São Tomé, abarcando o sul do Espírito Santo e os municípios do Noroeste Fluminense. A tabela 25, elaborada pela autora com base no Censo de 2010, explicita essa situação, expondo o local de origem dos discentes que realizam deslocamento para estudar em Campos.

Tabela 25: Entrada de estudantes em Campos dos Goytacazes segundo município de residência – Brasil – 2010

Município e UF de residência	Estudantes	% sobre o total
São João da Barra – RJ	1042	12,2
São Francisco do Itabapoana – RJ	791	9,3
S. Fidélio – RJ	758	8,9

Rio de Janeiro – RJ	750	8,8
Macaé – RJ	622	7,3
Quissamã– RJ	261	3,1
Italva–RJ	250	2,9
Cardoso Moreira – RJ	249	2,9
Bom Jesus do Itabapoana – RJ	238	2,8
São Gonçalo – RJ	210	2,5
Mimoso do Sul– ES	207	2,4
Itaperuna – RJ	185	2,2
Cachoeiro do Itapemirim – ES	178	2,1
Cambuci – RJ	167	2
Conceição de Macabu – RJ	137	1,6
Outros	2485	29,1
Total	8530	100

Fonte: TAVARES (2016, p. 78)

A tabela 25 evidencia que dos oito municípios (além de Campos) que integram o Norte Fluminense na atualidade, sete sofrem influência de atração por este último, constituindo uma dinâmica regional a partir do consumo desse bem imaterial. Mas essa não é a única variável que explicita essa conexão entre as diferentes cidades. Ao longo deste capítulo foram abordados os diferentes fixos e fluxos que foram constituídos de maneira material ou imaterial ao longo do processo de produção do espaço regional, pelo qual conexões foram estruturadas e a região foi conformada. As relações que possibilitam a ligação entre essas diferentes espacialidades caracterizam redes de influência, pela qual uma hierarquia pode ser definida, tendo como referência o grau de intensidade de polarização dos diferentes centros sobre os demais territórios componentes. Assim, espaços de diferenciação são ressaltados a partir das dinâmicas que homogenizam uma determinada espacialidade, conectando-as, atribuindo-lhes características de uma região. Isto é o que veremos no próximo subcapítulo que, pensamos, sintetiza os processos que identificamos no capítulo quatro e nas análises anteriores.

4.6 - A REGIÃO NORTE FLUMINENSE SEGUNDO AS REGIÕES DE INFLUÊNCIA DE CIDADES (REGIC) DO IBGE

Na busca pelo melhor entendimento acerca da Região de Influência das Cidades, o IBGE desenvolve a pesquisa das Regiões de Influência das Cidades (Regic). Sendo o último estudo realizado em 2018, mas com divulgação em 2020, as análises têm por propósito a identificação e entendimento das diferentes redes urbanas brasileiras, enfatizando a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das cidades (IBGE, 2020). Para cumprir este fim, o Regic (2018) mobiliza variáveis pelas quais se fez possível qualificar as cidades, as relações entre

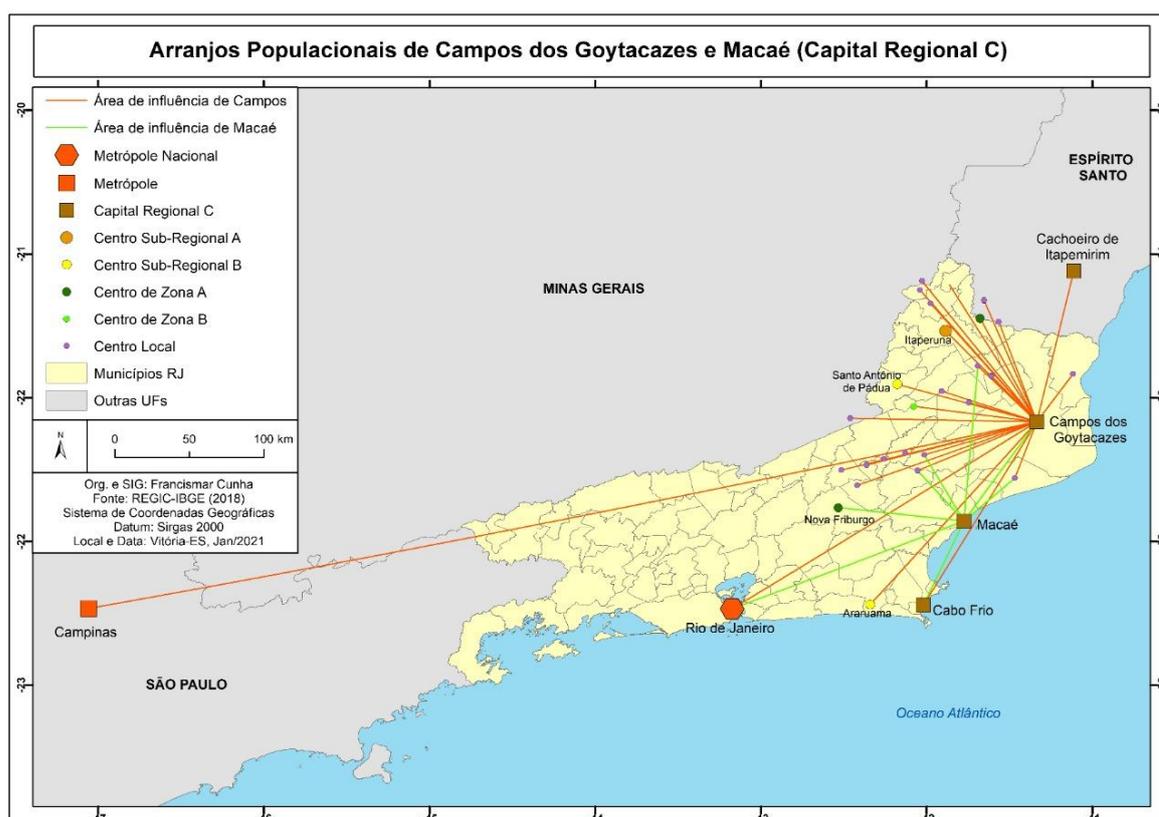
elas, assim como as estruturas de integração no território e o padrão diferenciado de distribuição de centralidades urbanas. Ou seja, o Regic (2018), por intermédio da distribuição e caracterização dos fixos e a maneira pela qual os fluxos se estruturam, define a hierarquia e a intensidade de influência entre os diferentes centros urbanos.

Para a constituição das variáveis do Regic (2018), dentre outros elementos, o IBGE utiliza os seguintes critérios: população residente, PIB, valores circulantes no setor agropecuária/indústria/serviços/administração pública, característica da gestão de território, gestão empresarial (com total de filiais e empresas-sede na cidade), dados previdenciários/de trabalho/da receita federal, oferecimento de serviços (bens de consumo duráveis e não duráveis, saúde, educação, cultura, esporte), infraestrutura (aeroporto, transporte público, rodovias, ferrovias, agência bancária) e qualidade do serviço de internet e redes de televisão. A partir da interação destes, a seguinte hierarquia de rede de influência foi criada: **Metrópoles** (o mais alto grau de hierarquia, com região de influência que cobre toda extensão territorial do país, sendo subdivididas em: Grande Metrópole Nacional [Arranjo Populacional de São Paulo/SP], Metrópole Nacional [os Arranjos Populacionais de Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ] e Metrópole [que inclui, por exemplo, os Arranjos Populacionais de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Campinas/SP e Vitória/ES]); **Capitais regionais** (com alta concentração de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência, são divididas em Capital Regional A, Capital Regional B e Capital Regional C); **Centro sub-regionais** (caracterizadas por possuírem atividades de gestão menos complexas e área de influência de menor extensão, se comparadas às Capitais Regionais, subdividindo-se em Centro Sub-regional A e Centro Sub-regional B); **Centros de Zona** (caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de Cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade, sendo sub-classificadas em Centro de Zona A, Centro de Zona B e Centro de Zona C); e os **Centros Locais** (corresponde à maioria das cidades do Brasil, caracterizando 4037 municípios que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade) (IBGE, 2020).

De acordo com o Regic (2018), o maior nível hierárquico de centro urbano e ação de influência que compõe o Norte Fluminense são os Arranjos Populacionais de Campos dos Goytacazes e o de Macaé–Rio das Ostras, que são classificadas como Capital Regional C. A utilização dos arranjos populacionais como unidade urbana de análise e de exposição dos

resultados por parte do Regic deriva do fato de que elas permitem o trato da questão das diferentes municipalidades em conjunto, o que é relevante, tendo em vista que se trata de um estudo relacional. A figura 56 a seguir expõe as conexões e zonas de influência das duas maiores hierarquias urbanas que compõem o Norte Fluminense.

Figura 56: Mapa de conexões dos Arranjos Popacionais de Campos dos Goytacazes e Macaé–Rio das Ostras (Capital Regional C)



Fonte: Regic (2018); Elaboração: CUNHA (2020)

Um ponto relevante no que tange os diferentes fluxos que caracterizam os Arranjos Popacionais de Campos e Macaé–Rio das Ostras, que a figura 56 deixa nítido, é a quantidade de conexões presentes nas duas Capitais Regionais C. Por Campos, uma maior variedade de fluxos é estabelecida, estruturando redes a partir dos diferentes fixos e atividades que foram sendo materializadas no decorrer da sua conformação. Essas ligações constituídas não se restringem ao estado do Rio de Janeiro (não só o Norte Fluminense, diga-se de passagem), interagindo diretamente também com São Paulo (Metrôpole de Campinas), Espírito Santo (com a Capital Regional C – Cachoeiro do Itapemirim; e os Centros Locais – Apicacá e São José do Calçado) e Minas Gerais (Centros Locais – Tombos e Estrela Dalva). Já pelo Arranjo Macaé–

Rio das Ostras constitui-se uma quantidade menor de conexões, restritas ao estado do Rio de Janeiro, principalmente a capital e os municípios próximos.

Sobre as características desses fluxos, a ligação entre os municípios do Espírito Santo e de Minas Gerais com o Arranjo Populacional de Campos dos Goytacazes se dá, principalmente, por conta da estruturação de uma circulação regular baseada na produção agrícola, com estes estados fornecendo gêneros alimentícios à Planície Goitacá. Além disso, o vínculo é reforçado com habitantes do Espírito Santo se deslocando a Campos para o consumo da educação e de atividades culturais. No que tange a conexão com Campinas, esta deriva da instituição de rota aérea entre esses dois arranjos. As demais circulações estruturadas tendo Campos como destino derivam do consumo de serviços de saúde (baixa, média e alta complexidade), educação (superior e médio), atividades culturais, esportivas e transporte público. Há ainda a conectividade entre essas espacialidades com populações dos municípios fluminenses (principalmente as circunvizinhas) estabelecendo fluxos regulares para consumir produtos de vestuário, calçados, móveis e eletrônicos em Campos.

De toda forma, as discussões empreendidas neste capítulo buscaram demonstrar um ponto relevante da tese: de que não houve ruptura concreta entre as dinâmicas pretéritas (ligadas a atividade sucroalcooleira) que caracterizavam e conformavam a região com as novas relações configuradas a partir da influência da consolidação da produção petrolífera. Mesmo com a falência do setor e o fim da hegemonia (política, econômica e social) exercida pelo grupo dominante canavieiro, o Norte Fluminense atual ainda se constitui sob influência dessas relações que, com o passar dos anos e as transformações dos “meios”, foi sendo reconfigurada, reestruturada e ressignificada, mas explicitando permanências.

Assim, como apontam Santos e Silveira (2006, p.144), as dinâmicas que conformam o espaço, com o passar do tempo, vão criando “(...) solidariedades entre elementos novos e herdados. Formas antigas de armazenagem convivem com modernas formas de cultura e com novas formas de transporte e assinalam, a cada momento histórico, distintas combinações técnicas e sociais de trabalho”. Desse processo, infraestruturas são constituídas, dando suporte aos fluxos implementados que, por sua vez, conformarão redes materiais e imateriais pela qual a região será caracterizada. Por conta destas questões, por exemplo, se faz possível compreender a prevalência de Campos em diversas dinâmicas regionais, exercendo centralidade em algumas delas, mesmo não sendo espacialidade receptora de uma atividade econômica de relativo interesse nacional (como ocorre em Macaé e São João da Barra). São as permanências que, do

passado açucareiro até as dinâmicas industriais portuárias, passando pela consolidação da atividade petrolífera, ainda se fazem presentes na conformação contínua do Norte Fluminense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises referenciadas no conceito de região, bem como as ações institucionais de regionalização, apesar de evocarem a ideia de delimitação de área e constituição de recortes, vão muito além disso. Os debates regionais apresentam diversos caminhos, com diferentes possibilidades de desenvolvimento de análises, não ficando restritos à noção de imposição de limites. Isto vale da mesma forma para a regionalização, na medida em que sua instituição deriva de diferentes processos, conformados a partir dos interesses de diversos agentes e grupos sociais, que interagem nas distintas escalas de intervenção.

Dessa maneira, a região e regionalização devem ser vistas como um produto da disputa entre diferentes projetos de poder. Mas, ao mesmo tempo, devem ser analisadas como um produtor de significações, mobilizadas (tanto no campo geográfico, quanto em situações práticas de governos que se sucedem) com um fim específico, constituídas por suas relações políticas, sociais, históricas e econômicas. Assim, região e regionalização devem sempre serem (re)interpretadas a partir dos processos de transformação das características sócio-espaciais em que são conformadas, vinculando-as às significações das diversas realidades.

No decorrer da tese essa perspectiva se fez presente. Analisou-se a formação do espaço regional pondo em relevo as relações empíricas e teóricas dentro de um campo de saber e de sua interface com os poderes de governo, manifestada na instituição da regionalização institucional. No andamento da pesquisa buscou-se entender o Norte Fluminense como produto histórico e multiforme, conformado pela interação dos diversos agentes, nas diferentes dimensões que o constitui, ao mesmo tempo em que se enfatizou a maneira pela qual ele influenciou as relações de poder e como sua existência serviu aos interesses de determinados grupos. Assim, a região foi abordada como um “arte-fato” e uma “di-visão” na medida em que se constituiu baseada em dinâmicas que criaram materialidades e integraram diferentes espacialidades, ao mesmo tempo em que se conformou como uma abstração “objetiva”, pela qual sentidos e consensos de sentidos foram gerados, a fim de influenciar a representação do real que estava sendo “inventada”. Destarte, quando digo que o Norte Fluminense é uma “invenção”, não se está negando as bases reais da sua instituição, e, sim, ressaltando-se que sua existência é construída pelas relações que o singulariza.

As bases da criação do Norte Fluminense datam do século XVI, período de ocupação do Brasil Colônia por parte dos europeus, sendo conformada a partir da interação de diversos processos que influenciaram a caracterização dessa espacialidade. A instituição de seus limites

territoriais (da capitania de São Tomé à Região Intermediária de Campos dos Goytacazes), a organização das atividades que configuraram o espaço (da cana ao petróleo), a forma com que as dinâmicas regionais foram construídas estiveram diretamente ligadas às relações com o meio, com os nativos, com a metrópole e com outras regiões que também surgiram no território colonial no mesmo momento. Assim, por intermédio das análises dessas relações se fez possível entender o motivo pelo qual o Norte Fluminense, nos primeiros séculos de ocupação europeia, ter sido marcado como um espaço de exclusão, com dificuldade de acesso, com problemas de fixação populacional colonizadora e não consolidação de circulação (interna e externa). Da mesma forma, não há como compreender a mudança dessa situação, com a região ganhando notoriedade no cenário nacional, sem colocar em evidência as mesmas relações e analisar as diferentes interações que foram constituídas e que possibilitaram essa nova caracterização da situação regional.

Na tese buscou-se ressaltar essas relações e enfatizar como as transformações desse quadro sócio-histórico tiveram reflexo direto na estruturação da espacialidade do Norte Fluminense. Para explicitação desse processo, viu-se na “periodização dos meios” de Milton Santos uma forma interessante de analisar as diferentes fases e tornar inteligíveis as transformações que marcaram a construção do espaço regional. Assim, tendo-a como base (mas não se limitando a ela), elaborou-se uma proposta de geo-história da região (fugindo aqui da ideia de que os acontecimentos ocorrem na região), ressaltando as suas dinâmicas conformadoras, os seus processos caracterizadores e os pontos de ruptura que marcaram sua estruturação.

Na elaboração dessa proposta, dois pontos chamaram atenção: primeiro, o Norte Fluminense tem sua conformação atrelada às questões do desenvolvimento da produção sucroalcooleira. Porém, sua interferência vai além da ação direta econômica que este setor teve sobre a conformação da região. Ela se liga ao fato de que a consolidação e a expansão da atividade canavieira na Planície Goitacá influenciaram diretamente a dinâmica de ocupação colonial, a estruturação dos fixos e fluxos que caracterizam o espaço regional e as relações culturais, sociais e de poder que foram importantes para sua existência. Assim, os momentos de prevalência ou ruptura, a caracterização dos diferentes meios que marcam a geo-história da região, devem ser vistos tendo essa relação como referência.

O segundo ponto tem a ver com a questão que se considera *sine qua non* para o entendimento da constituição sócio-espacial do Norte Fluminense e a conformação das dinâmicas regionais que se fazem presentes ainda na atualidade: a ação da “modernização

conservadora” e como ela foi relevante na “invenção da identidade regional canavieira”. As relações econômicas, políticas e sociais que se consolidaram na virada do século XIX para o século XX, as transformações técnicas que foram implementadas na produção e circulação da mercadoria, a espacialidade que foi configurada por essas modificações e a abertura do campo regional para o capital externo marcaram os processos de criação da região. Nesse período, diferentes grupos sociais e políticos tensionaram nas diferentes escalas de ação em busca da consolidação do seu poder de influência regional. No âmago dessa disputa, o grupo dominante açucareiro, que preconizava a modernização da produção canavieira ao mesmo tempo em que reforçava sua dominação pelas relações tradicionalmente consolidadas, propagou e reforçou o discurso de que o açúcar criava as bases para a “identidade regional”. Assim, por intermédio dessa criação, legitimou suas demandas como se fossem necessidades de toda região, reforçando ainda mais sua forma de dominação.

No decorrer do século XX diversos foram os momentos em que a “identidade regional açucareira” foi mobilizada com o intuito de atender a demanda do grupo dominante canavieiro. Por esse processo, infraestruturas foram constituídas, pelas quais fluxos foram consolidados e dinâmicas regionais reforçadas. Assim, a região era produzida ao mesmo tempo em que ela era criada. Nessa relação, não só materialidades tomavam formas no espaço, como também redes eram configuradas. E nessa ligação entre diferentes espacialidades, hierarquias foram estabelecidas, com determinados locais na região prevalecendo sobre outros. No Norte Fluminense, com a relevância econômica da cana-de-açúcar, o município de Campos dos Goytacazes ganhou notoriedade, centralizando recursos a partir do discurso que alegava isto ser uma demanda da região.

Entretanto, mudanças aconteceram. A atividade canavieira, principalmente nas décadas finais do século XX, perdeu poder de influência e o setor sucroalcooleiro entrou em crise. Concomitantemente, responsáveis pela consolidação do meio técnico-científico-informacional, novas atividades com intenso poder de mobilização e geração de recursos foram instaladas na região. A produção petrolífera da Petrobrás na Bacia de Campos (com base em Macaé) e a dinâmica logística, energética e industrial ligada ao Clipa (com sua estrutura fixada em São João da Barra) trouxeram modificações relevantes na caracterização do Norte Fluminense. Mas será que elas foram responsáveis pela instituição de uma nova dinâmica regional, na qual Campos perdeu centralidade em função da maior participação desses municípios? Não. Decerto, com diferentes dinâmicas econômicas estabelecidas, novos fixos e fluxos foram constituídos, e novos grupos de poder se relacionam na constituição do espaço regional.

Entretanto, essas novas relações não ocorrem em uma espacialidade vazia; elas encontram infraestruturas previamente conformadas por dinâmicas pretéritas e, na imposição de suas demandas, ressignificam e reapropriam processos pelos quais a região se caracteriza. O Norte Fluminense, seu processo de conformação, é marcado por mais continuidades que rupturas.

Após o desenvolvimento do trabalho e realização de todos esses debates, pode-se dizer que o Norte Fluminense não existe. Isso não quer dizer que não tenha uma base material de constituição, o contrário é verdadeiro (tanto que sua constituição se apoia nas estruturas que permitem o estabelecimento de dinâmicas comuns e homogêneas – se comparado a espacialidades próximas). Dizer que a região existe é reforçar a ideia de que ela é uma abstração constituída por diferentes processos, em meio às diversas relações que buscam sua criação para determinados fins (principalmente em função das relações de poder). Ao mesmo tempo, o Norte Fluminense possui materialidade, com constituição de infraestruturas pelas quais dinâmicas foram/são conformadas, fortalecendo interações que caracterizam o regional. Vinculada a essa relação contraditória e complementar, os fluxos e fixos são estabelecidos, ressignificados e reapropriados de acordo com as relações que se fazem presentes na atualidade, mas sem se poder desconsiderar as bases que os conformam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**. 1º ed. Rio de Janeiro: Editora Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D.V. de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados – MS, V. 10, n. 17, p.55-67, jan/jun. 2008.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D.V. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALENCASTRO, L.F.de. **O Trato dos Viventes** – formação do Brasil no Atlântico Sul – Século XVI e XVII. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- ALVES, H. **A elite local e a modernização urbana em Campos dos Goytacazes: um projeto político 1930-50**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), Campos-RJ, 2013.
- ALVES, M.V.; SIQUEIRA, J.G. Caracterização morfométrica da região hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana/RJ. In: SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL, 3., 2018, Juiz de Fora. **Anais eletrônico**, Juiz de Fora, 2018.
- ANDRÉ, R.E.G.R. **O canal Campos-Macaé como expressão da constituição técnico-científica da configuração territorial de Campos dos Goytacazes/RJ**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2015.
- ATALLAH, C.C.A. Entre a cruz e a caldeirinha: um ouvidor a serviço da monarquia nas terras dos Asseca. **Tempo**, Niterói, vol. 24, nº 1, p. 162-179, jan/abr, 2018.
- BARRETO, A.H. **A Petrobrás e a indústria do petróleo no Brasil e em Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, 2019.
- BARROS, D.M. **Financiamento, condições de vida e saúde: rendas petrolíferas e desigualdades entre municípios da região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015.
- BASTOS, A.L. e SILVA, C.G. Caracterização morfodinâmica do litoral Norte Fluminense, RJ, Brasil. **Revista Brasileira de Oceanografia**, São Paulo, vol 48, p. 41-60, 2000.
- BATISTA, H.F. e SANTOS, L.B. Campos dos Goytacazes: uma cidade mononucleada à multi(poli)centralidade. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Ituiutaba, v. 9, n. 2, p. 04-24, jul./dez, 2018.
- BERNADES, L.M.C. Tipos de clima do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Ano XIV, nº 1, jan/mar, 1952.
- BEZZI, M. L. **Região: uma (re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.
- BONFIM, P.R. de A. Teoria e prática do planejamento regional no IBGE na década de 1960. **Terra Brasilis (Nova Série) - Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica** [online], nº. 3, 2014.
- BOUDEVILLE, J. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difel, 1973.

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.
- BRANDÃO, C.A. Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n. 2, p. 303-313, abr./jun. 2011
- BRANDÃO, C.A. **Telecomunicações e dinâmica regional no Brasil**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1996.
- BRANDÃO, H. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 1994
- BREITBACH, A. C. M. **Estudos sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.
- BRETAS, A.M.; LAUREANO, F.G.; QUINTANILHA, N.; NAZARETH, P. Dependência das rendas petrolíferas nos municípios do RJ. **GEOUERJ**, Rio de Janeiro, nº 36; 2020.
- CASTRO, C.A.M.R. A problemática da agro-indústria açucareira no estado do Rio de Janeiro. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Faculdade Candido Mendes – Campos (UCAM-Campos), Campos, 1995.
- CASTRO, I. E. de. A região como problema para Milton Santos. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova - **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona**, Barcelona, vol. VI, núm. 124, 2002.
- CASTRO, I. E. de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M.A. et al. (Orgs.) **Natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994, p. 53-63.
- CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, L; CARLEIAL, L.M. da F.; NABUCO, M. R. (orgs). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994, pp. 155-169.
- CHRYSOSTOMO, M.I.de.J. Uma veneza no sertão fluminense: os rios e os canais em Campos dos Goitacazes. **História Revista**, Goiânia, vol 14, nº 2, 2009.
- CHRYSOSTOMO, M.I.J. **Ideias em ordenamento, cidades em formação: a produção da rede urbana na Província do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006.
- CHRYSOSTOMO, M.J. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). **História (São Paulo)** [online], vol. 30 nº1, p.56-89, 2011.
- CHRYSOSTOMO, M.J. Os rios e pântanos nas primeiras representações cartográficas da vila Campos dos Goitacazes: imaginação geográfica e disputas de poder (final do século XVIII até começos do XIX). **Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia** [online], nº 31, Dossiê Araguaia, 2017.
- CINTRA, J.P. Os limites das capitâneas hereditárias do sul e o conceito de território. **Anais do Museu Paulista - História e cultura material** [online]. São Paulo, vol 25, n2, p. 203 – 233, 2017.
- CINTRA, J.P. Reconstruindo o mapa das capitâneas hereditárias. **Anais do Museu Paulista – História e cultura material** [online]. São Paulo, v.21. nº 2; p. 11-45. jul.- dez, 2013

- CORRÊA, R.L. Região e organização espacial. 7 ed. São Paulo: Ed. Ática, 2000 [1986].
- COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (1989).
- CRESPO, M.P.; ANDRÉ, R.E.G.R; NASCIMENTO, G. de S. do; SILVA, J.A.F.; QUINTO JUNIOR, L.P. Contribuições para o planejamento urbano-ambiental na região Norte Fluminense. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 4 n. 1, p. 113-126, jan. / jun. 2010.
- CRUZ, J. L. V. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense nas décadas de 1970 a 2000**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2003
- CRUZ, J.L.V.; NETO, J.A.A. Assimetrias e desigualdades nos impactos do Complexo Petrolífero do Norte Fluminense: os casos de Campos dos Goytacazes e Macaé. *Petróleo, Royalties& Região – Ucam Cidades*, Campos dos Goytacazes/RJ, Ano XI, nº 45, 2014.
- CRUZ, J.L.V.; TERRA, D.C.T. Indústria extrativa petrolífera fluminense e limites ao desenvolvimento regional. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional - Globalização em Tempos de Regionalização (Repercussões no Território), 2., Santa Cruz do Sul. **Anais Eletrônicos**, Santa Cruz do Sul/RS, 2015.
- CYRRE, M.R.G. Reflexões sobre o discurso jornalístico: contribuições para interpretação. **Revista Entrelinhas** [online] v.7, nº 1, 2013.
- DANTAS, M.E.; SHINZATO, E.; MEDINA, A.I.; SILVA, C.R.; PIMENTEL, J.; LUMBRERAS, J.F.; CALDERANO, S.B; **Diagnóstico Geoambiental do Estado do Rio de Janeiro**. Brasília: CRPM, 2000.
- DAVIDOVICH, F. Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPUR, 8., Porto Alegre. **Anais eletrônico**, Porto Alegre [online], 2000.
- DE CÁRLI, G. **A evolução do problema canavieiro fluminense**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942.
- DIAS, A. L.F. e OLIVEIRA, L.F.de. **Violências de Mercado e de Estado no Contexto do Empreendimento Minerário Minas-Rio, Conceição do Mato Dentro – MG, 2015 a 2017**. Ed. Scienza: São Carlos, 2018.
- DUARTE, A. C. Regionalização – considerações metodológicas. **Boletim Geografia Teorética**, Rio Claro, n 10, pp. 5-32, 1980.
- EISENBERG, P. L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FARIA, S. C. **A colônia em movimento** – fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARIA, T.P. Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o “mundo cidadão”. **Agenda Social**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 2, 2008.

FARIA, T.P. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005

FARIA, T.P. Gênese da rede urbana das Regiões Norte e Noroeste Fluminense à luz do relatório do engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde. In: ENCONTRO NACIONAL DE ARQUITETO - ENCRUZILHADAS DO PLANEJAMENTO, 10., Belo Horizonte. **Anais eletrônico** [online], Belo Horizonte, 2003

FARIA, T.P. Projeto de modernização e mudança na morfologia social e urbana de Campos dos Goytacazes/RJ nos anos 1870-1880. Novos equipamentos e infraestrutura urbana. In: Encontro Nacional da ANPUR, 9., Rio de Janeiro. **Anais eletrônico** [online], Rio de Janeiro, 2001

FEYDIT, J. **Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Ed. Esquilo, 1979 [1900].

FIGUEIREDO JR., A.G.; PACHECO, C.E.P.; VASCONCELOS, S.C.; DA SILVA, F.T. Geomorfologia e sedimentologia da plataforma continental. In: FALCÃO, A.P.da.C.; CURBELO-FERNANDEZ, M.P. **Caracterização ambiental e regional da Bacia de Campos – Atlântico Sudoeste**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCISCO, Q. S. **A agroindústria canavieira de Campos-RJ e os royalties do petróleo a partir da percepção dos atores**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), Campos/RJ, 2009.

FRANCO, D. S. **Democracia e poder local: algumas considerações sobre o caso de Campos dos Goytacazes**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), Campos/RJ, 2006.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª ed. Pernambuco: Global Editora, 2003 [1933].

FRIDMAN, F. As cidades e o café. **Revista do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº. 18-19, pp. 131-149, jan.-dez. 2006.

FRIDMAN, F. Cartografia fluminense no Brasil imperial. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., PARATY/RJ. **Anais eletrônico** [online], Paraty/RJ, 2011.

GEIGER, P. P. Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas regiões homogêneas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v 31, n 1, p 5-25, jan /mar 1969.

GEORGE, P. e KAYSER, B. A região como objeto de estudo. In: GEORGE, P. **A Geografia Ativa**. 5ª Edição. São Paulo: Difel, 1980.

GIVISIEZ, G. H. N.; DE OLIVEIRA, E. L. *Royalties* do petróleo e educação: análise da eficiência da alocação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação** [online], v. 8, n. 1, 31 dez. 2011.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I.E. et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**, 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. [1995], pp. 49-76.

- GRATALOUP, C. Os período do espaço. **GEOgraphia -Revista de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, v.8, n. 16, 2006.
- GRIGGS, D. Regiões, Modelos e Classes. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, n. 234, pp. 3-46, mai/jun, 1973.
- GUIMARÃES, F. **Divisão regional do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1942.
- GUIMARÃES, F. Observações sobre o problema da Divisão Regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Ano XXV, nº 3, jul-set, 1963.
- HAESBAERT, R. da C. **Regional-Global: Dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- HAESBAERT, R. da C. **RS Latifúndio e Identidade Regional**. São Paulo: Mercado Aberto, 1988.
- HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HOBBSAWN, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWN, E. e RANGER, T. (orgs). **A invenção das tradições**. 3º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HONORATO, F. Riqueza e exclusão: o impacto dos *royalties* do petróleo na expansão da miséria na Região Norte Fluminense. **La economíapolítica de la pobreza: CLACSO**; Buenos Aires, 2008.
- LACOSTE, Y. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 5º ed., Campinas: Papirus, 2001[1976].
- LAMEGO, A. R. **O homem e o brejo**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1945.
- LAMEGO, A.R. Macaé a luz de documentos inéditos. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 11, 1958.
- LARA, S. H. **Campos da violência**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- LAVAL, C. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante Editora, 2020.
- LEMOS, C.E.S. A Vila de São Salvador: Província do Espírito Santo ou do Rio de Janeiro (1820-1832)? **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá/MT, vol.11, nº2, 2018.
- LEMOS, C.E.S. **Vivendo em tempos de tirania. A Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, tão perto do Rio de Janeiro, tão longe do Espírito Santo (1808-1832)**. Rio de Janeiro: Autografia Editora, 2018.
- LEMOS, L.M. Os *royalties* do petróleo, as disputas entre escalas territoriais de poder político no Brasil e a construção de uma região. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – EGAL, 12., Montevideú. **Anais eletrônico** [online], Montevideu/Uruguaí, 2009.
- LENCIONI, S. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona, Vol. XI, núm. 245 (07), agosto de 2007.
- LENCIONI, S. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: MIRANDA, A.P.M., AZEVEDO, J.S. e ROCHA, T.M.A (orgs.). **Desafios da Metropolização do Espaço**, Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.

- LENCIONI, S. **Região e Geografia**. 1º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- LEO, S. **Ascensão e queda do Império X**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2014.
- LIMA, M.H.P.; RODRIGUES, C.M.; SILVA, J.K.T; MARTINS, P.C.; TERRON, S.L.; SILVA, R.L.S. Divisão territorial brasileira. **Relatório da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** [online], Ipea, 2002.
- LIRA, L.A. de. **O primeiro esboço do método geográfico de Vidal de La Blache a partir dos estudos do Mediterrâneo: permanências e rupturas no contexto de institucionalização da Geografia (1872-1918)**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.
- MACHADO, A.P.R.S. O governo dos engenhos do açúcar no recôncavo da Guanabara – século XVIII. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 15, p. 157-186, 2018.
- MAGNAGO, A.A. A divisão regional brasileira - uma revisão bibliográfica. In: **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 57, nº 4; Rio de Janeiro, outubro/dezembro, 1995.
- MAIA, D.V. **Porto do Açú: uma análise de conteúdo das notícias na mídia impressa regional**. (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) – Universidade Cândido Mendes (UCAM-Campos), Campos/RJ, 2016.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso e Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MALHEIROS, M. **“Homens da Fronteira” – Índios e Capuchinhos na ocupação dos Sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes séculos XVIII e XIX**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2008.
- MARINHO, I. Processo de regionalização do noroeste fluminense. **Revista Tamoios** [online], São Gonçalo (RJ), ano 13, n. 2, págs. 78-93, jul-dez 2017
- MARINHO, M.B.M. Escravidão e engenho(s): o processo de modernização da indústria açucareira do Norte Fluminense (c. 1850-1888). **Revista Cantareira**, Niterói, nº29, 2018.
- MARSICO, J. **Petróleo e gás na Bacia de Campos (RJ): percepção dos impactos ambientais pela população**. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008.
- MARTIN, R. Teoria econômica e geografia humana. In: DEREK, G.; MARTIN, R.; SMITH, G. (orgs.). **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995, pp. 31-64.
- MATOS, F.O. A regionalização brasileira na primeira metade do século XX. **Revista Sociedade e Natureza** [online], Uberlândia, vol. 31, p.1-23, 2019.
- MENDOZA, J.G.; JIMÉNEZ, J.M.; CANTERO, N.O. **El Pensamiento geográfico – estudio interpretativo y analogía de textos (De Humboldt as las tendencias radicales)**. 2 ed. Madrid: Alianza editorial, 1994.
- MERCIER, G. Região e o Estado em segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. **Geographia: GEOgraphia -Revista de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, v.11, n. 22, pp. 7-36, 2009.

- MONNERAT, T. C. C. Discurso e prática abolicionista em Campos dos Goytacazes (1884-1888). **Revista de História da UNIABEU** [online], Recôncavo, v. 3, nº 5, 2013.
- MONTEIRO, M. R. Homens da cana e hospitais do açúcar: uma arquitetura da saúde no Estado Novo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, p.67-94., dez. 2011.
- MORAES, A.C.R. Geografia, História e História da Geografia. **Terra Brasilis (NOVA Série)** [online], nº 2, 319, 2000.
- MORAES, A.C.R. **Território e História no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Anablume, 2005.
- MORAIS, J.M. **Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore**. Brasília: Ipea-Petrobras, 2013.
- MOREIRA, R. **Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação, o espaço total e formação do espaço agrário**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MOREIRA, R. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 83, p. 7-31, 2005 (1989).
- MUEHE, D.; LIMA, C. F.; LINS-DE-BARROS, F.M. Rio de Janeiro. In: MUEHE, D. (org). **Erosão e progradação do litoral brasileiro**. Brasília: MMA, 2006.
- NATAL, C.B. e BARBOSA, P.P.B de C. A Fragmentação da Malha Municipal no Estado do Rio de Janeiro: uma análise histórico-geográfica. **GEOUERJ - Revista do Departamento de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 10, p. 99-112, 2001.
- NETO, A.F.P; AJARA, C. Transformações recentes na dinâmica sócio-espacial do Norte Fluminense. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006. **Anais ABEP**, Caxambu – MG, 2006.
- NEVES, D.P. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**. Niterói: EDUFF, 1997.
- NOGUEIRA, C.E. **O lugar da fronteira na Geografia de Pierre Monbeig**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.
- OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981
- OLIVEIRA, F.J.G. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense**. Tese ((Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003)
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007
- ORLANDI, E.P. **Análise de discurso – Princípios e procedimentos**. Campinas: Ed. Pontes, 2009.
- OZOUF-MARIGNIER, M.V. e ROBIC, M.C. A França no limiar de novos tempos: Paul Vidal de La Blache e a regionalização. **GEOgraphia - Revista de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, v.9, n. 18, 2007.

PACHECO, C.A.G. O impacto dos *royalties* do petróleo no desenvolvimento econômico dos municípios da região Norte Fluminense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE P&D EM PETRÓLEO E GÁS, 3., 2005, São Paulo. **Anais eletrônico**. São Paulo, 2005.

PAES, M.W. Articulação e (des) articulação de atores sociais: um estudo de caso da crise do setor canavieiro e a reconversão produtiva de Campos dos Goytacazes. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2000, Caxambu. **Anais eletrônico**, Caxambu, 2000.

PANTOJA, S. PESSANHA, D. Reordenamento Político e Circulação das elites em Campos dos Goytacazes: Representações Sociais da Imprensa Local (1982-2004). In: **ACHEGAS – Revista de Ciência Política**, nº 21, 2005.

PARANHOS, P. A formação de São João da Barra. **Revista da ASBRAP– Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia**, Belo Horizonte, nº 16, 2010.

PARANHOS, P. Controvérsias sobre os primeiros tempos da capitania de São Tomé ou da Paraíba do Sul. **Revista da ASBRAP– Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia**, Belo Horizonte, nº 6, 1999.

PENHA, A.L.N. rumos da civilização: plantadores fluminenses na abertura de estradas e canais. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**; Rio de Janeiro, nº 4, mai. 2014.

PEREIRA PINTO, J. R. **O Ciclo do Açúcar em Campos**. Campos dos Goytacazes: Erca Gráfica e Editora, 1995.

PEREIRA, A.S.A. **Geopolítica do petróleo brasileiro – A estratégia de Internacionalização da Petrobrás na América do Sul**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2019.

PEREIRA, W.L.C.M. Bancos e créditos em Campos dos Goytacazes (1863-1888). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL NO SÉCULO XIX, 1., 2014, Vitória **Anais eletrônicos**, Vitória, 2014.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

PESSANHA, R. M. A ampliação da fronteira de exploração petrolífera no Brasil é parte da geopolítica da energia: oportunidades e riscos de inserção global em meio às novas territorialidades regionais e ao desafio da abundância na economia dos *royalties* no Estado do Rio de Janeiro. **Espaço e economia**, Rio de Janeiro, nº 6, Ano III, 2015.

PESSANHA, R.M. **A relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidades**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/PPFH), Rio de Janeiro, 2017.

PESSANHA, R.M.; FILHO, H.G.; QUINTO JUNIOR, L.P.; NETO, R. S.; OLIVEIRA, F.G. A Gênese do Complexo Logístico Industrial Porto do Açu: oportunidades e desafios para o desenvolvimento da Região Norte Fluminense. **Revista Brasileira de Gestão de Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 10, nº 2, p. 153-181, mai-ago/2014.

PIQUET, R. Impactos de um setor de alta tecnologia em uma região brasileira – o norte fluminense na era do petróleo. In: COLÓQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES - NUEVAS VISIONES EN EL INÍCIO DEL SIGLO XXI, 5., 2004, La Plata. **Anais eletrônico**, La Plata, 2004.

PIQUET, R. O lugar do regional na indústria do petróleo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo vº 14, nº 1; 2012.

PIQUET, R.; GIVISIEZ, G.H.N; OLIVEIRA, E. A nova centralidade de Campos dos Goytacazes: o velho e o novo no contexto regional. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 18-19, 2006.

PIQUET, R.; TAVARES, E.; e PESSOA, J. M. Emprego no setor petrolífero: dinâmica econômica e trabalho no Norte Fluminense. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 38, jan/abr 2017.

PORTUGAL, R. e SILVA, S.A. da. **História das políticas regionais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2020.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Série Tema, volume 29. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMINELLI, R. Os limites da soberania régia A capitania da Paraíba do Sul entre 1727 e 1730. **Almanack**, Guarulhos, n. 19, p. 167-204, ago. 2018.

RAMOS, M. S. **Indicadores de impactos da indústria de petróleo: estudo de caso da região polarizada pelo município de Macaé**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Campos dos Goytacazes, 2009.

RAMOS, P. Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, v. 11, nº 4, 2007.

RAMOS, T.T. Crescimento econômico e desenvolvimento sócio-espacial em Campos dos Goytacazes. **GEOUERJ - Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro nº 29, 2016.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: Fato e Ferramenta. In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R. e MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil, Século XXI - Por uma Nova Regionalização?** Agentes, Processos e Escalas Rio de Janeiro: Letra Capital Editoria, 2015.

RIBEIRO, A.C; NOGUEIRA, R.T. Avaliação da Correlação entre Emprego e Receitas Orçamentárias de *Royalties* nos Municípios Produtores de Petróleo da Região Norte Fluminense. **INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção** [online]; vol. 03, nº. 01, 2011.

RICQ, C. La région, espace institutionnel et espace d'indentifié. **Espaces et Sociétés**, Paris, n. 41, pp. 113-129, juin/dec, 1982.

RISSO, S.R. **Saúde pública em Campos dos Goytacazes: da epidemia de cólera em 1855 às políticas de saúde pública na República Velha (1889-1930)**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), Campos/RJ, 2006.

RODRIGUES, G.S.de S.C. e ROSS, J.L.S. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil – perspectiva geográfica, histórica e ambiental**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

RODRIGUES, I.P.R.D. **Território e poder: as elites e a organização do território em Campos dos Goytacazes**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense (UFF). Campos/RJ; 2016.

RODRIGUES, R.R.J. **Formando os cidadãos fluminenses: república e escola primária no município de Campos – RJ (1893 – 1931)**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). Campos/RJ, 2014.

SANGUIN, A.L. **Vidal de La Blache: Um génie de la géographie**. Paris: Les Éditions Bélin, 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. A Questão do Meio Ambiente: Desafios para a Construção de uma Perspectiva Transdisciplinar. **INTERFACEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.1, n.1, Trad. 1, ago 2006

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10 edição. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M. Sociedade, espaço e natureza. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 54; p.p 81-100; 1977.

SANTOS, M. **Zona do Cacau – Introdução ao estudo geográfico**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SANTOS, S. **O orçamento da saúde: radiografia e possíveis diagnósticos em Campos dos Goytacazes**. (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) – Universidade Cândido Mendes (UCAM-Campos), Campos/RJ, 2008.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. e ROSENDHAL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998 [1925]

SERRÃO, J.V. Sobre as capitanias no império português. In: SERRÃO, J.V.; MOTA, M.; MIRANDA, S.M. (orgs.). **e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português**. Lisboa: CEHC-IUL, 2016.

SHIKIDA, P.F.A e BACHA, C.J.C. A evolução da agroindústria canavieira brasileira desde a sua origem até 1995: a institucionalização do paradigma subvencionista. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 1998.

SILVA, J.K.T; LIMA, M.H.P. Evolução do marco legal da criação de municípios do Brasil. In: IBGE. **Evolução da divisão territorial do Brasil: 1872-2010**, Rio de Janeiro: Diretoria de Geociências, 2011

SILVA, M.O. e VERSIANI, M.H. História de capitalidade do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 10, 2018.

SILVA, M.T.C. **A nova dinâmica regional dos municípios da mesorregião fluminense ligados à atividade de exploração e produção de petróleo: uma análise dos impactos socioespaciais**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, M.W. da. A implantação ferroviária no estado do Rio de Janeiro: 1854-1898. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, Número Especial EGAL, pp. 1-10, 2011.

SOARES, M. de S. Conflitos políticos, coesão familiar e prestígio social em Campos dos Goytacazes: a trajetória dos Manhães Barreto nos séculos XVII e XVIII. In: GUEDES, R.; FRAGOSO, J. (orgs.). **História social em registros paroquiais [Sul-Sudeste do Brasil, século XVIII-XIX]**. Rio de Janeiro: MAUAD editora, 2016.

SOARES, M. de S. **A remissão do cativo: alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1830**. Tese (Doutorado em História) – Universidade federal Fluminense (UFF), Niterói - RJ, 2006.

SOFFIATI, A. O movimento político de Campos em 1855. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.14, n. Especial 1, p.7-29, 2012

SOFFIATI, A. **Os manguezais do sul do Espírito Santo e do norte do Rio de Janeiro com alguns apontamentos sobre o norte do sul e o sul do norte**. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora, 2009.

SOUZA, H. de. **Ciclo áureo – história do 1º centenário da cidade de Campos (1835- 1935)**. Campos dos Goytacazes: Ed. Artes Gráficas, 2014.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SWYNGEDOUW, E. Globalização ou glocalização? Redes, territórios e reescalamento. In.: BRANDÃO, C.; FERNÁNDEZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. de Q. (org.): **Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrópoles, p. 71-106, 2018.

SZMRECSÁNYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)**. Campinas: Ed. Hucitec, 1979.

SZMRECSÁNYI, T; MOREIRA, E.P. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, 1991

TAVARES, C.R.O. Transporte aéreo no município de Campos dos Goytacazes-RJ: Um estudo de caso no Aeroporto Bartolomeu Lisandro. **Observatório Socioeconômico da região Norte Fluminense**, Campos dos Goytacazes, Boletim nº 16, 2007.

TAVARES, J.M.S. **Movimentos pendulares de estudantes na região Norte Fluminense**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos-RJ, 2016.

TERRA, D.C.T. Economia petrolífera na Bacia de Campos e reestruturação do espaço regional: uma análise sob a ótica da divisão territorial do trabalho. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL

DA REDE IBERO-AMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO, 8., 2004, Rio de Janeiro. **Anais eletrônico**, Rio de Janeiro, 2004.

VAINER, C. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**, Rio de Janeiro, vol. 9, nº1; maio, 2007.

VELÁZQUEZ, R. e LEVI, L. L. **Espacio, paisaje, región, territorio y lugar: La diversidad en el pensamiento contemporáneo**. México: UNAM, Instituto de Geografía: UAM, Xochimilco, 2015.

VIDAL LA BLACHE, P. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.

ZANOTELLI, C.L.; MEDINA, J.L.B.; FERREIRA, F.C.; ADÃO, M. de O.F. **A notícia como máquina de guerra – análise dos discursos sobre a Petrobrás e a produção de petróleo e gás nos jornais: um enfoque no Espírito Santo**. Vitória: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (EDUFES), 2019.

ZANOTELLI, C.L.; MEDINA, J.L.B.; FERREIRA, F.C.; ADÃO, M. de O.F. **A notícia como máquina de guerra – análise dos discursos sobre a Petrobrás e a produção de petróleo e gás nos jornais: um enfoque no Espírito Santo**. 2ª Edição. Vitória: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (EDUFES), 2021 (no prelo).

RELATÓRIOS E BASES DE DADOS

AGEVAP - Associação Pró-Gestão Das Águas Da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, 2017. **Relatório de gestão**. Disponível em: <http://agevap.org.br/downloads/relatorios/execucao/guandu/2017/relatorio-de-execucao-2017.pdf>. Acessado em: 15 de janeiro 2021.

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações. **Base de dados, 2020**. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/paineis/>. Acessado em: 10 de dezembro de 2020.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **Relatórios de informações, 2020**. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/dados/relatorios>. Acessado em: 10 de setembro de 2020.

ANTAQ – Agência Nacional de Transporte Aquaviário. **Base de dados, 2020**. Disponível em: <http://dadosabertos.antaq.gov.br/>. Acessado em: 10 de janeiro de 2020.

ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestres. **Sistema de informações, 2020**. Disponível em: <https://portal.antt.gov.br/web/guest/sei>. Acessado em: 15 de setembro de 2020.

ANUÁRIO AÇUCAREIRO DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E ALCOOL – IAA. **Relatório do ano de 1935-1949**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011720&parte=1>. Acessado em: 30 de novembro de 2020.

ANUÁRIO AÇUCAREIRO DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E ALCOOL – IAA. **Relatório do ano de 1949/1950**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011725&parte=1>. Acessado em: 01 de dezembro de 2020.

BACEN – Banco central do Brasil. **Base de dados, 2020**. Disponível em: <<https://dadosabertos.bcb.gov.br/>>. Acessado em 20 dezembro de 2020.

EPE - EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Ministério de Minas e Energia. **Plano Indicativo de Gasodutos de Transporte – Relatório**. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-indicativo-de-gasodutos-de-transporte-pig>> . Brasília, 2019.

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro – Fundação CEPERJ. **Série Histórica**. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/series-historicas/index.html>. Acessado em: 10 de Maio de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas de representação literárias das regiões brasileiras, 2007**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=280931>>. Acessado em: 01 de novembro de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acessado em 10 de janeiro de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados dos municípios. Cidades-IBGE**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> . Acessado em: 10 de janeiro de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudo Regiões Geográficas e Intermediárias**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>>. Acessado em 15 de janeiro de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Nacional. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa/brasil>>. Acessado em 05 de janeiro de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades, 2018**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acessado em: 04 de janeiro de 2021.

INEA – Instituto Estadual do Ambiente. **Relatório do Plano Estadual dos Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, 2014**. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdcx/~edisp/inea0071538.pdf>>. Acessado em 10 de janeiro de 2020.

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. **Relatório do projeto de inventário de bens culturais móveis – Caminhos do açúcar, 2004**. Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/caminhosingulares>>. Acessado em 03 de abril de 2020.

MDIC –Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Dados abertos. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acessado em 10 de dezembro de 2020.

MTE – Ministério do Trabalho Emprego e Renda. **Dados abertos.** Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acessado em 05 de janeiro de 2021.

UNICADATA – Observatório da Cana. **Dados de produção.** Disponível em: <<https://observatoriodacana.com.br/historico-de-producao-e-moagem.php?idMn=32&tipoHistorico=4>>. Acessado em: 10 de dezembro de 2020.